



# BALANÇO GERAL 2013

## RELATÓRIO CONTÁBIL





**GOVERNADOR**

**Cid Ferreira Gomes**

**SECRETÁRIO DA FAZENDA**

**João Marcos Maia**

**COORDENADORES DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**

**José Tupinambá Cavalcante de Almeida**

**Luiz Jarbas de Mesquita**





**CONTADORIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**Maria Dolores Pereira**

**CONTADORIA DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**Rosa Liduina Teixeira Diógenes Nogueira**

**ORIENTADORES DE CÉLULA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**

**Cícero Alexandre de Aquino Braz**

**Fabrizio Gomes Santos**

**José Vinício Coelho Sampaio**

**Neuton Tavares de Oliveira**

**Paulo Sérgio Rocha**

**EQUIPE DE INFORMÁTICA**

**André Sales Alcântara**

**Antônio Gomes Lima**

**Árisson Pontes Leal**

**Francisco Anderson Alencar de Lima**

**Francisco Flávio Souza**

**Francisco Hárley Diniz Freitas Moraes**

**Iram Carvalho do Nascimento**

**Ivan Romero Teixeira**

**José Rodrigues Oliveira Targino**

**Ludmila Varela Arruda**

**Marco Aurélio Soares de Oliveira**

**Paulo Benicio Melo de Sousa**

**Paulo Dehon Nunes Moreira**

**Rafael Bruno Muniz Barbosa**

**Rafael Meireles Caetano**

**Rondinelle Pessoa da Silva**

**Sávio Machado de Araújo**

**Tony Coelho Magalhaes**

**Wilson Gomes de Oliveira Júnior**





## **COLABORADORES**

### **CONTADORIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**Angelo Garcia Bezerra  
Cíntia Vanessa Monteiro Germano  
Fábio Silva Duarte  
Franklin Alves Ferreira  
Francisco das Chagas da Silva  
Leonardo Batisti de Faria  
Maria Aldenísia Rodrigues Gomes  
Maria de Fátima Abreu Dantas  
Maria Eliete Ferreira  
Massilon Teixeira de Sousa  
Raimunda Jorge de Medeiros  
Saulo Moreira Braga  
Soraya Nunes Nântua  
Tereza Magna Lima Pereira  
Waldir Meireles Conde**

### **CONTADORIA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**Alejandro Magno Lima Leitão  
Carlos Augusto Carvalho de Figueiredo  
Eumardônio Mendonça Barbosa  
José Garrido Braga Neto  
Lilian Castelo Campos  
Maria Edilza de Assis Sousa  
Maria Irinéa de Paiva Corrêa Picanço  
Nágela Maria Fernandes Cavalcante  
Sandra Valda Nogueira dos Santos  
Talvani Rabelo Aguiar  
Ubirajara Araújo Filho  
Vânia Maria da Silva**

### **DÍVIDA PÚBLICA**

**Fernando Antônio Melo Fontenele  
Márcio Cardeal Queiroz da Silva  
Raimundo Nonato Vieira Portela**



**CONTROLE FINANCEIRO**

**Bertino Medeiros de Lucena Júnior  
Lourival Anchieta Júnior  
Luana Emídio da Silva  
Maria Bernadete Almeida Sombra  
Raimundo Mendes Soares Júnior  
Roger da Fonseca Mendes  
Roselena Moreira da Silva Melo  
Vitória Eliza Martins do Amaral**

**CONTROLE OPERACIONAL**

**Francisco Ernane de Freitas  
Guilherme França Moraes  
Jane Mary Rocha  
José Airton do Nascimento Sousa  
Júlio César de Mendonça  
Maria das Dores da Silva  
Maria de Fátima Alves Maia  
Mário César Lemos Queiroz  
Rosildo Assis de Sousa  
Tânia Maria da Silva Duarte  
Valdomiro José da Silva**

**GESTÃO DE ATIVOS**

**Márcia de Azevedo Franco Dantas**

**CÉLULA DE PLANEJAMENTO**

**Antonio Carlos Nogueira de Oliveira Santana  
Francisco Afrânio Lima Peixoto Júnior  
Pedro Paulo Mota Ribeiro  
Uelsivanda Barbosa da Silva**



# ÍNDICE GERAL

---

## SÍNTESE

<i>Relatório .....</i>	<i>15</i>
<i>Apresentação .....</i>	<i>17</i>
<i>Notas Explicativas .....</i>	<i>18</i>

## Capítulo I

### 1. Do Orçamento

<i>1.1. Orçamento Geral.....</i>	<i>30</i>
<i>1.2. Orçamento da Administração Direta.....</i>	<i>37</i>
<i>1.3. Orçamento da Administração Indireta.....</i>	<i>40</i>

## Capítulo II

### 2. Da Execução Orçamentária

<i>2.1. Da Administração Direta.....</i>	<i>41</i>
<i>2.2. Da Administração Indireta.....</i>	<i>97</i>

## Capítulo III

### 3. Da Consolidação Orçamentária

<i>3.1. Consolidação Orçamentária da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.....</i>	<i>111</i>
---	------------

## Capítulo IV

### 4. Dos Balanços Gerais

<i>4.1. Balanços da Administração Direta.....</i>	<i>117</i>
<i>4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.....</i>	<i>158</i>
<i>4.3. Balanços Consolidados – Administração Direta e Indireta.....</i>	<i>176</i>
<i>4.4. Balanços das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....</i>	<i>196</i>

## Capítulo V

### 5. Da Gestão Fiscal

<i>5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal.....</i>	<i>198</i>
---	------------

## Capítulo VI

<i>Considerações Finais.....</i>	<i>205</i>
<i>Relatório do Controle Interno.....</i>	<i>207</i>

## ANEXOS

- <i>Balanço Orçamentário – Administração Direta.....</i>	<i>295</i>
- <i>Balanço Financeiro – Administração Direta.....</i>	<i>298</i>
- <i>Balanço Patrimonial – Administração Direta.....</i>	<i>299</i>
- <i>Demonstração das Variações Patrimoniais – Administração Direta.....</i>	<i>301</i>
- <i>Demonstração dos Fluxos de Caixa.....</i>	<i>304</i>
- <i>Anexos 1, 2, 10, 11, 15, 16 e 17.....</i>	<i>306</i>
- <i>Balancos e Demonstrativos Consolidados - Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.....</i>	<i>363</i>
- <i>Demonstrações Financeiras - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....</i>	<i>401</i>
- <i>Balanço Orçamentário – Administração Direta e Indireta.....</i>	<i>409</i>
- <i>Balanço Financeiro – Administração Direta e Indireta.....</i>	<i>412</i>
- <i>Balanço Patrimonial – Administração Direta e Indireta.....</i>	<i>413</i>
- <i>Demonstração das Variações Patrimoniais – Administração Direta e Indireta.....</i>	<i>415</i>
- <i>Demonstração dos Fluxos de Caixa – Administração Direta e Indireta.....</i>	<i>418</i>
- <i>Anexos 1, 2, 10, 11, e 17 – Administração Direta e Indireta.....</i>	<i>420</i>
- <i>Relação dos Órgãos integrantes da Administração Direta.....</i>	<i>457</i>
- <i>Relação dos Órgãos integrantes da Administração Indireta.....</i>	<i>459</i>
- <i>Relação das Fontes de Recursos .....</i>	<i>463</i>

## VOLUME I

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- <i>Balanço Orçamentário.....</i>	<i>485</i>
- <i>Balanço Financeiro.....</i>	<i>488</i>
- <i>Balanço Patrimonial.....</i>	<i>489</i>
- <i>Demonstração das Variações Patrimoniais.....</i>	<i>491</i>

- Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	494
- Anexo 01- Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.....	499
- Anexo 02- Consolidação Geral por Categoria, Grupo, Modalidade e Elemento de Despesa.....	500
- Anexo 06- Demonstrativo do Programa de Governo, da Unidade Orçamentária, por Projeto e Atividade.....	505
- Consolidação da Despesa do Estado a Nível de Função.....	610
- Execução da Despesa do Órgão por Modalidade de Aplicação e Elemento.....	611
- Demonstrativo da Despesa por Natureza e Fonte de Recursos.....	659
- Demonstrativo da Despesa por Região e Fonte de Recursos.....	679
- Anexo 07- Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programa de Governo por Projeto e Atividade.....	685
- Anexo 07- Demonstração por Programa de Governo - segundo o Elemento de Despesa.....	698
- Anexo 08- Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programa de Governo conforme o vínculo com os recursos.....	775
- Anexo 08- Execução da Despesa por Órgão, Fonte e Unidade Orçamentária.....	788
- Anexo 09- Demonstrativo da Despesa por Função conforme o Elemento da Despesa.....	1056
- Anexo 09- Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária segundo o Elemento de Despesa.....	1090
- Anexo 10- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.....	1162
- Anexo 11- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Resumo segundo a Categoria Econômica, Modalidade e Elemento.....	1174
- Anexo 11- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Secretarias.....	1179
- Anexo 11- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Órgão e Unidade Orçamentária.....	1181
- Anexo 16- Demonstrativo da Dívida Fundada Interna por Contratos e Garantias.....	1554
- Anexo 16- Demonstrativo da Dívida Fundada Externa por Contratos e Garantias.....	1557
- Anexo 17- Demonstrativo da Dívida Flutuante.....	1559
- Relação dos Órgãos integrantes da Administração Direta.....	1561
- Relação das Fontes de Recursos .....	1563

## **VOLUME II**

## **ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

### **BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS**

- Balanço Orçamentário.....	1589
- Balanço Financeiro.....	1592
- Balanço Patrimonial.....	1594
- Demonstração das Variações Patrimoniais.....	1595
- Demonstração dos Fluxos de Caixas.....	1598
- Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.....	1600
- Consolidação Geral por Categoria, Grupo, Modalidade e Elemento Despesa.....	1601
- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.....	1605
- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Resumo segundo a Categoria Econômica, Modalidade e Elemento.....	1616
- Demonstrativo da Dívida Flutuante.....	1621

### **BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS POR ENTIDADE**

#### **AUTARQUIAS**

- Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Variações Patrimoniais, Anexos 1, 2, 6, Consolidação da Despesa do Órgão a Nível de Função e Anexos 7, 8, 9, 10, 11 e 17.....	1627
---	------

#### **FUNDAÇÕES**

- Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Variações Patrimoniais, Anexos 1, 2, 6, Consolidação da Despesa do Órgão a Nível de Função e Anexos 7, 8, 9, 10, 11 e 17.....	1959
---	------

#### **EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES**

- Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Variações Patrimoniais, Anexos 1, 2, 6, Consolidação da Despesa do Órgão a Nível de Função e Anexos 7, 8, 9, 10, 11 e 17.....	2149
---	------

#### **FUNDOS**

- Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Variações Patrimoniais, Anexos 1, 2, 6, Consolidação da Despesa do Órgão a Nível de Função e Anexos 7, 8, 9, 10, 11 e 17.....	2239
---	------

#### **EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

- <i>Balço Patrimonial.....</i>	2699
- <i>Demonstrativo de Lucros e Prejuízos Acumulados.....</i>	2700
- <i>Demonstrativo de Resultados do Exercício.....</i>	2701
- <i>Demonstrativo dos Fluxos de Caixa.....</i>	2702
- <i>Demonstrativo do Valor Adicionado.....</i>	2703
- <i>Relação dos Órgãos integrantes da Administração Indireta.....</i>	2705
- <i>Relação das Fontes de Recursos.....</i>	2709





# RELATÓRIO CONTÁBIL





## Apresentação

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art. 88, inciso XVI, da Constituição Estadual, constitui a prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta anualmente à Augusta Assembléia Legislativa, *in verbis*:

Art.88. Compete privativamente ao Governador do Estado:

*XVI - prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior.*

Integram o Balanço Geral as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

O Balanço Geral é composto de dois volumes e um relatório contábil. O primeiro volume contém os balanços e demonstrativos da Administração Direta. O segundo engloba os balanços e demonstrativos - consolidados e por entidade - das autarquias, fundações e fundos e ainda as demonstrações financeiras das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Por seu turno, a síntese contém as explicações e a análise das execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, distribuídas em capítulos, tendo como objetivo facilitar o manuseio e dar uma melhor configuração aos dados e informações.

O Balanço Geral é um instrumento legal imprescindível à sociedade, porquanto lhe permite acesso às informações que identificam a origem e a destinação dos recursos públicos, que visam melhorar a qualidade de vida do povo cearense, bem como a avaliação do desempenho da gestão pública.

Em cumprimento à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, de nº 12.509, de 06.12.95, acompanha a Prestação de Contas o parecer do Controle Interno que evidencia o cumprimento da legislação vigente quanto à forma de apresentação das demonstrações contábil, financeira e fiscal.

# Notas Explicativas

## 01. Contexto Operacional

O presente relatório tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Ceará, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Cid Ferreira Gomes, durante o exercício de 2013, em função das ações governamentais desenvolvidas, tomando por base as informações contábeis contidas no seu Balanço Geral.

Essas informações foram extraídas do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR que, contempla os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sempre em observância aos Princípios de Contabilidade e, de forma gradativa, às novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

O S2GPR é gerenciado pela Secretaria da Fazenda, através da Coordenadoria do Tesouro Estadual - COTES e da Coordenadoria de Gestão Financeira - COGEF que, por sua vez, vêm cumprindo as determinações das legislações financeira, orçamentária e fiscal, e demonstrando a transparência de seus atos através da divulgação periódica de relatórios das execuções da Receita e Despesa Orçamentárias.

O Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR foi implantado no exercício de 2012, de ordem do Excelentíssimo Senhor Governador Cid Ferreira Gomes, sendo o Ceará o primeiro Estado a assumir as responsabilidades inerentes a este desafio, cuja obrigatoriedade que exige a União está prevista somente para 2015.

Importante ressaltar que a própria instabilidade dos ditames da Secretaria do Tesouro Nacional - STN que, não poucas vezes mudou a orientação para vários novos procedimentos, gerou a necessidade de estudos para o domínio da técnica contábil e retrabalho para as equipes de Tecnologia da Informação e de Contabilidade.

O Governo do Ceará também implantou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e colocou em prática, de forma parcial, as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, dando um passo importante no processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IPSAS).

As Células de Contadoria da Administração Direta e Indireta, CECAD e CECAI, respectivamente, vinculadas à COTES, coordenam e acompanham as execuções orçamentária, financeira, contábil e patrimonial de 33 órgãos integrantes da Administração Direta, incluindo todos os Poderes e o Ministério Público, 13 Autarquias, 7 Fundações, 27 Fundos Especiais, 2 Empresas Públicas, 11 Sociedades de Economia Mista e mais 34 unidades descentralizadas.

Dois órgãos da Administração Indireta não apresentaram as demonstrações na sua integridade: O Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS e o Fundo de Incentivo a Energia Solar do Estado do Ceará - FIES, sendo que ambos tiveram apenas o orçamento publicado.

Foi consignado na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2013 para o Fundo de Desenvolvimento de Defesa Agropecuária - FUNDEAGRO o valor de R\$ 200.000,00. Porém, não foi contabilizado no S2GPR em virtude do seu Código Orçamentário ter sido gerado com o nº de um Fundo Estadual extinto. Portanto, nos demonstrativos que apresentam a Previsão inicial da Receita e a Fixação da Despesa, no Sistema Contábil, encontra-se menor o valor do orçamento do referido Fundo.

Dentre os órgãos da Administração Indireta, 04 empresas são consideradas dependentes e se enquadram na definição do inciso III, do art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quais sejam: Companhia de Habitação do Ceará - COHAB, Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará - EMATERCE, Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE e a Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE. Em atendimento à Portaria nº 589/STN, de 27/12/01, estas estatais operacionalizaram suas execuções orçamentárias no Sistema Integrado de Contabilidade - SIC, de 2002 a 2011 e, a partir do exercício de 2012, passaram a executar no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, sem prejuízo da Lei 6.404/76.

## **02. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis**

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Balanço Geral do Estado foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da administração pública, com as leis de finanças e orçamento público e com as normas e princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”.

A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF Nº 688, de 14.10.2005. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

Quando da apropriação da obrigação em vigor em um órgão ocorre uma despesa intra-orçamentária que, no momento do recebimento em outro órgão, registra-se uma receita intra-orçamentária.

Considerando este grande desafio e tendo como base os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2013, através das portarias STN nº 437 de 12.07.12 e 637, de 18.12.12, que aprovaram a 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, respectivamente. O Estado do Ceará, apresenta suas demonstrações contábeis atendendo ao Volume V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do referido Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª edição, motivo pelo qual elencamos as seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário, Demonstrativo de Restos a Pagar, Balanço financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O S2GPR gera e emite os relatórios das demonstrações contábeis dos Anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente, por força da Resolução Nº 3.303/2006, que estabelece a obrigatoriedade por parte dos órgãos da Administração Direta de apresentarem, suas prestações de contas anuais, de forma individualizada.

### **03. Resumo das Principais Práticas Contábeis**

#### **03.01. Execução Orçamentária**

Na contabilização da execução orçamentária foram utilizados os regimes de competência para as receitas e para as despesas, em conformidade com o Art. 35, da Lei nº 4.320/64, e o inciso II do Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000. Os valores relativos ao reconhecimento e a mensuração dos créditos tributários a receber no exercício seguinte relativos a 2013 foram registrados no Subgrupo de “Créditos a Curto Prazo”.



### **03.02. Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas**

A Padronização dos registros contábeis das entidades das esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

### **03.03. Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A partir do exercício de 2012, houve mudança de critério ficando as receitas informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções: restituições, retificações, deduções para o FUNDEB (Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001). As repartições de receita entre os Entes da Federação continuam como despesas não sendo registradas como dedução.

Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública foram destacados, nas receitas de operações de crédito e, nesse mesmo nível de agregação, nas despesas com amortização da dívida de refinanciamento.

### **03.04. Balanço Financeiro**

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

A partir de 2012, houve mudança de estrutura desta demonstração, contemplando os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recurso (destinação vinculada ou destinação ordinária). O detalhamento das vinculações foi feito de acordo com as características específicas do Estado. Seguem as seguintes definições:

- **Destinação Ordinária** - É o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

- **Destinação Vinculada** - É o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

### **03.05. Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A estrutura desta demonstração, contempla os termos que evidenciam a classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, além do grupo de contas do patrimônio líquido.

Foram adotados novos critérios contábeis para evidenciação dos incentivos fiscais do Estado do Ceará, conforme programa do Fundo de Desenvolvimento industrial do Ceará - FDI, registrando os créditos a receber no grupo do Circulante de Curto Prazo e os de longo prazo não Circulante, com as devidas deduções dos prováveis valores de fundo perdido, conforme as normas legais e contratuais inerentes ao FDI.

O critério quanto aos valores da dívida ativa, cujo estoque total não apresenta a dedução da provisão para perda, em virtude da Procuradoria Geral do Estado - PGE não ter ainda definido parâmetro e pela inexistência de um Sistema com métodos eficientes que realizem levantamento dos dados, conforme informação do Ofício nº 54/2014 - PGE - CE.

Em 2013, o Estado ainda não apresenta seus investimentos, imobilizados, com a respectiva conta redutora ao seu valor recuperável e nem com as reduções relativas a depreciações, exaustão e amortização acumulada pela não conclusão do Sistema Patrimonial.

### **03.06. Demonstração das Variações Patrimoniais**

Segundo a Lei nº 4.320/64, art. 104, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A estrutura desta demonstração, contempla os termos que evidenciam as alterações verificadas no patrimônio. São as variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e estão divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Em ambos os casos, a nova estrutura evidencia os novos grupos de contas.

#### **04. Publicação de Dispositivos Legais**

Foram editados os seguintes dispositivos legais, na esfera estadual e na federal, no decorrer do exercício:

- Portaria STN nº 231, de 29 de março de 2012, altera o prazo de divulgação do cronograma de ações para adequação aos procedimentos contábeis apresentados na Portaria STN nº 828/2011.

- Portaria nº 53, de 16 de janeiro de 2013, estabelece diretrizes para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e fixa prazos para o registro e homologação de informações, em observância ao art. 39 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e ao Capítulo I do Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

- Lei Estadual nº 15.321, de 04 de março de 2013 (DOE 08.03.13), altera dispositivos da Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, e alterações subsequentes, cria o Centro de Educação a Distância do Estado do Ceará - CED, e dá outras providências.

- Lei Estadual nº 15.340, de 23 de abril de 2013 (DOE 29.04.13), altera dispositivos da Lei nº 15.203, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013.

- Decreto nº 31.215, de 22 de maio de 2013 (DOE 23.05.13), regulamenta a Lei nº 15.265, de 28 de dezembro de 2012, que acrescentou o parágrafo 2º ao art. 46 da Lei nº 11.714, de 25 de julho de 1990.

- Lei Estadual nº 15.360, de 04 de junho de 2013 (DOE 10.06.13), altera dispositivos da Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo.

- Lei Estadual nº 15.356, de 04 de junho de 2013 (DOE 12.06.13), altera dispositivos da Lei nº 12.781, de 30 de dezembro de 1997, que institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, dispõe sobre a qualificação destas entidades.



- Lei Estadual nº 15.361, de 04 de junho de 2013 (DOE 13.06.13), autoriza a transferência de recursos para execução de Programas em Parceira com Pessoas Jurídicas do setor privado ou pessoas físicas.

- Lei Estadual nº 15.383, de 25 de julho de 2013 (DOE 31.07.13), altera dispositivos da Lei nº 10.367, de 7 de dezembro de 1979, que cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará - FDI; da Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe acerca do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS; e da Lei nº 14.237, de 10 de novembro de 2008, que dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária nas Operações Praticadas pelos Contribuintes Atacadistas e Varejistas.

- Lei Estadual nº 15.384, de 25 de julho de 2013 (DOE 31.07.13), dispõe sobre a anistia de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e com o Imposto de Transmissão *Causa Mortis e Doações* - ITCD, inscritos ou não em Dívida Ativa do Estado, na forma que especifica.

- Lei Estadual nº 15.384, de 25 de julho de 2013, que no art. 15º altera o art. 3º da Lei 15.155, de 09 de maio de 2012, com a reabertura do prazo de adesão à Lei nº 14.505, de 18 de novembro de 2009, no que dispõe sobre a renegociação das dívidas decorrentes de empréstimos concedidos pelo extinto Banco do Estado do Ceará S/A - BEC.

- Lei Complementar nº 123, de 16 de setembro de 2013 (DOE 19.09.13), dispõe sobre o equacionamento do déficit atuarial do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC, e institui o Regime de Previdência Complementar do Estado do Ceará.

- Lei Complementar nº 126, de 18 de outubro de 2013 (DOE 23.10.13), acrescenta o § 5º do art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003 que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP.

- Lei Estadual nº 15.454, de 25 de outubro de 2013 (DOE 29.10.13), altera dispositivos da Lei nº 13.480, de 26 de maio de 2004, que dispõe sobre a Transferência de Parcela dos Depósitos Judiciais, em recursos monetários, da conta única de depósitos judiciais do poder judiciário para a conta única do Tesouro Estadual, sobre a gestão desses recursos.

- Lei Complementar nº 127, de 06 de novembro de 2013 (DOE 12.11.13), altera dispositivos da Lei Complementar nº 119, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre regras para a transferência de recursos pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres.



- Lei Complementar nº 129, de 22 de novembro de 2013 (DOE 28.11.13), dispõe sobre o Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará - FIT.

- Portaria SEFAZ-CE nº 518, de 26 de julho de 2013 (DOE 06.08.2013), que altera a Portaria SEFAZ-CE nº 981/12 e modifica o cronograma de ações a serem adotadas para implantação integral das normas de contabilidade aplicadas ao setor público, conforme a portaria STN nº 406/2011, alterada pelas portarias STN nº 828/2011 e 231/2012.

## **05. Outras Informações de Esclarecimentos**

Tratando-se de controle do patrimônio do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão responsável pela gestão patrimonial do Estado, utiliza o Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI, que tem a finalidade de efetuar um controle corporativo de todos os bens imóveis de uso do Estado, de sua propriedade ou locados, e o Sistema de Gestão de Frota - SIGEF, que está sendo customizado com novas funcionalidades em um escopo mais amplo, abrangendo aspectos inerentes ao controle de uso e controle de custos de aquisição, operação e manutenção da frota.

Os demonstrativos que abrangem “**execução orçamentária**” serão apresentados de três formas: a) execução Orçamentária da Administração Direta; b) execução Orçamentária da Administração Indireta; e c) execução Orçamentária Consolidada das duas administrações.

O Capítulo IV demonstra a consolidação dos Balanços Gerais da Administração Direta com a Indireta sob os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial, abrangendo toda Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes. Estas últimas apresentam as demonstrações orçamentárias que foram executadas no S2GPR, obedecendo também à Lei nº 6.404/76.

Em conformidade com a Lei Federal nº 11.079/2004 e suas alterações realizadas pela Medida Provisória 575, de 07 de agosto de 2012, convertida, em 30 de dezembro de 2012, na Lei 12.766/12 e Portarias da STN aplicadas ao Setor Público, em consonância ainda com a Lei Estadual nº 14.391 de 7 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 9 de julho de 2009, alterada pela Lei Estadual nº 15.277 de 28 de dezembro de 2012, publicada no DOE em 31 de dezembro de 2012, o governo estadual mantém 12 (doze) projetos em andamento sob a modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) em seu Programa Estadual de PPP. Destes, há dois projetos contratados, em execução e dez em fase de licitação e estudos.

O primeiro contrato de PPP do Estado do Ceará na modalidade de concessão administrativa foi firmado em 26 de novembro de 2010 com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) ARENA CASTELÃO OPERADORA DE ESTÁDIO S.A., composta pelas empresas Galvão Engenharia S/A, Serveng Civilsan S/A e BWA Tecnologia De Informação Ltda. O contrato tem como objeto a (i) construção do edifício central, (ii) construção, operação e manutenção do estacionamento, em cada uma de suas etapas, e (iii) construção e manutenção da Secretaria do Esporte, seu extrato foi publicado no DOE em 7 de dezembro de 2010. Em 2011, foram concluídas a ETAPA 1, referente à operação da Secretaria do Esporte e Estacionamento Coberto 1; a ETAPA 2, referente à operação do Estacionamento Coberto 2, conforme estabelecido no contrato. Em 2012, foi entregue a ETAPA 3, contemplando Edifício Central e iniciada ETAPA 4 - Conclusão, disponibilização e início da operação da totalidade do Estádio, cuja finalização ocorreu em fevereiro de 2013, quando foi iniciada a operação total da arena. A Arena Castelão foi o primeiro estádio a ficar pronto no país para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

O segundo contrato de PPP do Estado do Ceará, também na modalidade de concessão administrativa, foi firmado em 1º de novembro de 2013 com a SPE CEARÁ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO S/A, composta pelas empresas Construtora Marquise S.A. e o Shopping do Cidadão Serviços e Informática S.A. O contrato tem como objeto a concessão administrativa dos SERVIÇOS VAPT VUPT, destinados a construção, implantação, operação, manutenção e gestão de 5 (cinco) UNIDADES, sendo 3 (três) unidades localizadas no Município de Fortaleza - Unidades Centro, Messejana e Antonio Bezerra, 1 (uma) localizada no Município de Juazeiro do Norte e 1 (uma) localizada no Município de Sobral, do Programa VAPT VUPT de Atendimento Integrado ao Cidadão do Governo do Estado do Ceará. Seu extrato foi publicado no DOE em 13 de novembro de 2013 e a ordem de serviço para o início da construção da primeira unidade, a de Juazeiro do Norte, foi dada em 27 de janeiro de 2014.

Em 2011 e 2012 houve abertura de vários editais de Procedimento de Manifestação de Interesse para o modelo de contratação por meio de PPP. Foram autorizados estudos para o Sistema de Co-geração de Energia à Gás Natural para o Centro de Eventos do Ceará (SEINFRA), Hospital Regional Metropolitano do Ceará (SESA), Arco Rodoviário Metropolitano (SEINFRA), Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó (SEINFRA), Terminal Intermodal de Cargas do Porto do Pecém (SEINFRA), Trem do Cariri (Metrofor/SEINFRA), Metrô de Fortaleza: Linhas Leste, Oeste, Sul e SETUR - VLT Parangaba -Mucuripe (Metrofor/SEINFRA), Complexo de Alta Segurança do Estado do Ceará (SEJUS), Unidades Socioeducativas para Adolescentes em Conflito com a Lei (STDS) e Centro de Entretenimento e Convenções do Ceará - Praia Mansa (SETUR). Destes projetos, o Sistema de Cogeração de Energia, a Ponte Estaiada e o Hospital estão em processo licitatório, enquanto que os restantes estão ainda em fase de estudos e modelagem.

Os registros patrimoniais referentes a essa modalidade de concessão estão sendo efetuados durante o prazo de Reversão da Concessão, de acordo com a Portaria STN nº 614/2006 e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

Dos créditos oriundos de empréstimos concedidos pelo extinto Banco do Estado do Ceará - BEC, a Lei nº 14.154 de 01/07/2008, a Lei nº 14.505 de 18/11/2009, a Lei nº 15.155 de 09/05/2012 e a Lei nº 15.384 de 25/07/2013 recuperou-se, somente no ano de 2013, o valor de R\$ 5.299.838,21.

No Exercício de 2013, o Estado recebeu um valor aproximado de R\$ 3,8 milhões, referente aos juros e principal de títulos do tipo CVS, custodiados na Caixa Econômica Federal. Emitidos pela Tesouro Nacional, os CVS's representam ativos do Estado que respondem pela recuperação de créditos oriundos do extinto Fundo de Compensação e Variação Salarial - FCVS.

O Governo do Ceará, na busca pela eficiência na gestão e no equilíbrio fiscal das contas públicas, se posiciona dentro dos limites de gastos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros. Ademais, cumpriu com as determinações legais quanto aos limites mínimos a serem aplicados nos gastos com Saúde e Educação.

A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e os da Gestão Fiscal - RGF foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

## **06. Finanças Públicas - Estado do Ceará**

No Balanço Geral estão demonstrados os resultados alcançados pelo Estado do Ceará no exercício de 2013 e se constitui na prestação de contas do sétimo ano de mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Cid Gomes.

Transcrevendo as palavras do governador quando do envio da mensagem à Assembleia Legislativa: “Nos últimos anos, o Governo do Estado do Ceará, com muita firmeza e perseverança, consolidou avanços e lançou novas bases para o desenvolvimento estadual. Em conjunto, preservou os princípios de gestão financeira e fiscal, que possibilitaram as diversas realizações observadas recentemente e que fazem do nosso Estado uma referência em gestão pública. A determinação de” fazer mais e melhor para todos” e de lançar os fundamentos para construção de “um novo Ceará” são marcas deste governo”.

A atuação do governo vem sendo pautada através da continuidade do crescimento econômico aliada à distribuição de riqueza e inclusão social. O desafio está em superar as desigualdades sociais e econômicas do Estado. Para a superação desse desafio, o Governo vem atuando por meio da Gestão Pública por Resultados - GPR, com foco no efetivo alcance de objetivos e resultados no âmbito das políticas públicas, condicionando para tanto toda a estrutura de planejamento, orçamento e os processos decisórios.

## **07. Esclarecimentos às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE**

Acerca das recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE no âmbito da análise para emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2012, com repercussão no Balanço Geral do Estado para o exercício de 2013, relacionamos as recomendações e as providências tomadas conforme segue:

**RECOMENDAÇÃO 02:** *À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento às exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.*

No que se refere à implantação do sistema de custos, esta matéria vem sendo tratada em âmbito nacional pela Secretaria do Tesouro Nacional, como parte do escopo de implantação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Nesse contexto, em atendimento a portaria STN 406/2011, a Secretaria da Fazenda editou a Portaria nº 559/2012, publicada no DOE de 30/06/2012, alterada pelas Portarias SEFAZ-CE nº 981, de 04 de dezembro de 2012 (DOE 05.12.2012) e 518, de 26 de julho de 2013 (DOE 06.08.2013) que estabelece o cronograma de ações para implantação integral das referidas normas no âmbito do Estado do Ceará.

**RECOMENDAÇÃO 04:** *À Secretaria da Fazenda que contabilize integralmente as operações intraorçamentárias, observando-se a forma prevista pela Portaria Interministerial (STN/SOF) nº 338/2006 e (STN) nº 339/2001, e evidenciar as mesmas em Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário, conforme orientação contida no Manual de Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público, editado por meio da Portaria STN nº 664/2010.*

No exercício de 2013, as operações relativas às despesas de “Aplicação Direta decorrente de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social” foram contabilizadas na modalidade 91. Isto é, no momento da apropriação da obrigação ocorreu uma despesa intraorçamentária no Órgão de origem e no recebimento ocorreu uma receita intraorçamentária no Órgão de destino.

**RECOMENDAÇÃO 31:** *À Secretaria da Fazenda que dê cumprimento ao art. 50, inciso VI da LRF, o qual determina que a demonstração das variações patrimoniais deve dar destaque a origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.*



Recomendação atendida de acordo com os manuais da STN.

**RECOMENDAÇÃO 20:** *Secretaria da Fazenda que observe o disposto na Resolução CFC 1133/2008, no sentido de que as contas semelhantes podem ser agrupadas e os pequenos saldos podem ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 10% (dez por cento) do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedadas a compensação de saldos e a utilização de designações genéricas.*

Recomendação atendida nas demonstrações contábeis do exercício de 2013.

**RECOMENDAÇÃO 66:** *À Secretaria da Fazenda que elabore o Balanço Orçamentário da Lei nº 4.320/64, bem como os Demonstrativos da LRF (Anexo I e Anexo II do RREO) de modo que a previsão inicial da receita e a fixação da despesa estejam de acordo os valores previstos na Lei Orçamentária Anual.*

Recomendação atendida nas demonstrações contábeis do exercício de 2013.

**RECOMENDAÇÃO 68:** *À Secretaria da Fazenda que evidencie, nas Variações Qualitativas da Demonstração das Variações Patrimoniais, a movimentação relativos aos empréstimos concedidos por meio do programa FDI.*

Recomendação atendida nas demonstrações contábeis do exercício de 2013.

**RECOMENDAÇÃO 71:** *À Secretaria da Fazenda que no Balanço Patrimonial posicione como de curto prazo os créditos da Dívida Ativa cuja arrecadação para o exercício subsequente esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. E, ainda, que em conformidade com as Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, posicione o saldo da Dívida Ativa separadamente dos Créditos de Longo Prazo, ou, no mínimo, explicitando-o como componente deste Grupo de Contas de forma a permitir a identificação da conta analítica e seu respectivo valor no Balanço Patrimonial.*

Recomendação atendida nas demonstrações contábeis do exercício de 2013.



# CAPÍTULO I

## 1. DO ORÇAMENTO

### 1.1. Orçamento Geral

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2013, aprovado pela Lei nº 15.268 de 28/12/2012, foi elaborado em conformidade com o disposto no Artigo 203, § 3º, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Públicas Estadual, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, de nº 15.203, de 19/07/2012.

Além da Legislação Estadual, o Orçamento foi elaborado obedecendo aos ditames da Legislação Federal, destacando-se a Portaria Interministerial nº 163, de 4/05/2001 e suas alterações, Portaria nº 42, de 14.04.1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007 todas da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e das funções e subfunções de Governo.

A Lei Orçamentária para o exercício de 2013 compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado e estima os seus valores, conforme segue abaixo:

- Orçamento Fiscal.....	R\$ 15.029.872.791,86;
- Orçamento da Seguridade Social.....	R\$ 4.358.099.448,25;
- Orçamento de Investimentos das Empresas.....	R\$ 216.370.949,74.

A despesa está discriminada por ordem de função, subfunção, programa de governo, projeto e atividade, região, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Destarte, a Receita Total para o exercício de 2013 foi estimada no mesmo valor da Despesa Total, em R\$ 19.604.343.189,85, cabendo aos poderes estaduais os seguintes valores:



TABELA 1  
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR PODER

(R \$ 100)

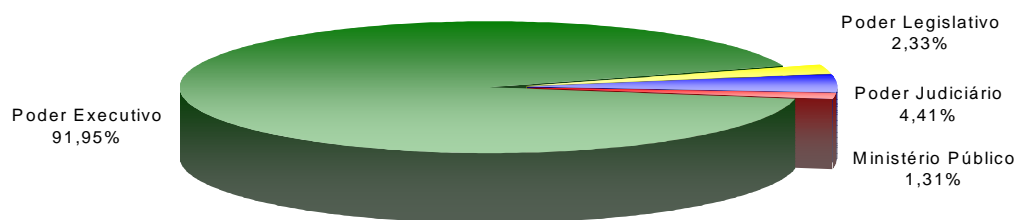
PO DERES	FONTE		TO TAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	O UTRAS FONTES		
Poder Executivo	13.232.441.075,14	5.261.473.427,75	18.493.914.502,89	91,95
Poder Legislativo	459.311.743,26	9.630.962,00	468.942.705,26	2,33
Poder Judiciário	684.033.611,24	202.219.051,18	886.252.662,42	4,41
Ministério Público	256.596.845,00	7.685.000,00	264.281.845,00	1,31
<b>TO TAL</b>	<b>14.632.383.274,64</b>	<b>5.481.008.440,93</b>	<b>20.113.391.715,57</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG

Nota 1: Inclui Modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

GRÁFICO I  
CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR PODER



Fonte: S2GPR/SEFAZ

As fontes previstas na Lei Orçamentária são constituídas com recursos:

- Do tesouro, compreendendo os recursos ordinários (Fonte 00), Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE (Fonte 01), Recursos Provenientes da Contribuição Social do Servidor (Fonte 03), Recursos Provenientes do FECOP (Fonte 10), Cota Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Fonte 11) e Indenização pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás (Fonte 44);

- De outras fontes, compreendendo as demais não previstas no item anterior, como operações de crédito, receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da Administração Indireta, convênios e outras.



Os grupos de despesas utilizados estão estruturados conforme demonstrativo a seguir, sendo que o valor de R\$ 45.169.987,50, se refere à Reserva de Contingência.

**TABELA 2**  
**DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESAS**

(R\$ 1,00)

GRUPO	FONTE		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Pessoal e Encargos Sociais	7.185.191.884,38	885.303.599,11	8.070.495.483,49	40,12
Juros e Encargos da Dívida	296.342.790,00	0,00	296.342.790,00	1,47
Outras Despesas Correntes	5.439.555.983,73	1.088.012.047,32	6.527.568.031,05	32,45
Investimentos	1.001.722.296,03	3.442.800.404,50	4.444.522.700,53	22,10
Inversões Financeiras	132.405.912,00	64.892.390,00	197.298.302,00	0,98
Amortização da Dívida	531.994.421,00	0,00	531.994.421,00	2,64
Reserva de Contingência	45.169.987,50	0,00	45.169.987,50	0,22
<b>TO TAL</b>	<b>14.632.383.274,64</b>	<b>5.481.008.440,93</b>	<b>20.113.391.715,57</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG

Nota 1: Inclui Modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

Das 28 funções de governo, de acordo com a Portaria nº 42, de 14.04.1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Lei de Orçamento alocou recursos em 26, cabendo à Função Educação a maior parte 12,97%, exceto a função Encargos Especiais. O Tesouro representa a parcela mais expressiva, 72,75%, conforme está demonstrado a seguir:





**TABELA 3**  
**DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR FUNÇÃO**

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	FUNÇÕES	FONTE		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
		TESOURO	OUTRAS FONTES		
01	Legislativa	455.920.557,26	467.092,00	456.387.649,26	2,27
02	Judiciária	683.876.111,24	202.219.051,18	886.095.162,42	4,41
03	Essencial à Justiça	320.465.301,00	12.377.556,00	332.842.857,00	1,65
04	Administração	1.127.777.204,01	95.189.248,84	1.222.966.452,85	6,08
06	Segurança Pública	1.517.055.392,52	97.083.432,04	1.614.138.824,56	8,03
08	Assistência Social	183.033.631,24	44.844.699,24	227.878.330,48	1,13
09	Previdência Social	1.161.469.012,10	721.526.752,00	1.882.995.764,10	9,36
10	Saúde	1.773.186.615,98	663.177.301,07	2.436.363.917,05	12,11
11	Trabalho	57.824.562,49	23.784.164,00	81.608.726,49	0,41
12	Educação	2.333.658.103,68	274.956.053,90	2.608.614.157,58	12,97
13	Cultura	38.268.803,38	24.250.000,00	62.518.803,38	0,31
14	Direitos da Cidadania	280.419.294,34	57.499.282,08	337.918.576,42	1,68
15	Urbanismo	126.718.918,53	227.924.700,10	354.643.618,63	1,76
16	Habitação	45.505.008,08	137.566.000,00	183.071.008,08	0,91
17	Saneamento	36.700.477,98	750.817.483,47	787.517.961,45	3,92
18	Gestão Ambiental	76.918.399,50	34.107.300,00	111.025.699,50	0,55
19	Ciência e Tecnologia	84.488.056,94	108.912.389,74	193.400.446,68	0,96
20	Agricultura	348.585.928,66	331.305.397,94	679.891.326,60	3,38
21	Organização Agrária	10.420.561,48	11.421.864,60	21.842.426,08	0,11
22	Indústria	116.552.248,00	1.718.856,76	118.271.104,76	0,59
23	Comércio e Serviços	106.018.531,15	99.601.288,76	205.619.819,91	1,02
24	Comunicações	13.408.556,16	9.880.000,00	23.288.556,16	0,12
25	Energia	830.000,00	1.766.066,72	2.596.066,72	0,01
26	Transporte	328.101.704,75	1.356.460.984,87	1.684.562.689,62	8,38
27	Desporto e Lazer	91.179.273,34	132.141.475,62	223.320.748,96	1,11
28	Encargos Especiais	3.268.831.033,33	60.010.000,00	3.328.841.033,33	16,55
29	Reserva de Contingência	45.169.987,50	0,00	45.169.987,50	0,22
<b>TO TAL</b>		<b>14.632.383.274,64</b>	<b>5.481.008.440,93</b>	<b>20.113.391.715,57</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG

Nota 1: Inclui Modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

O Orçamento inicial por fonte, categoria e tipo, para o exercício de 2013, foi aprovado com os valores demonstrados a seguir:

**TABELA 4**  
**DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR CATEGORIA ECONÔMICA E TIPO DE ADMINISTRAÇÃO**

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	TO TAL
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.702.854.817,76</b>	<b>1.871.446.297,84</b>	<b>18.574.301.115,60</b>
Receita Tributária	9.233.630.187,01	375.098.165,38	9.608.728.352,39
Receita de Contribuições	0,00	452.973.091,00	452.973.091,00
Receita Patrimonial	241.900.000,00	26.900.419,03	268.800.419,03
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	20.638.528,69	20.638.528,69
Transferências Correntes	6.983.159.207,80	739.088.166,65	7.722.247.374,45
Outras Receitas Correntes	244.165.422,95	256.747.927,09	500.913.350,04
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.123.197.930,37</b>	<b>190.523.742,75</b>	<b>4.099.384.732,95</b>
Operações de Crédito Internas	1.206.924.214,09	0,00	1.206.924.214,09
Operações de Crédito Externas	813.569.998,89	0,00	813.569.998,89
Alienação de Bens	17.413,76	35.943,20	53.356,96
Transferências de Capital	1.099.569.564,15	190.487.799,55	1.290.057.363,70
Outras Receitas de Capital	3.116.739,48	0,00	3.116.739,48
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>785.663.059,83</b>	<b>785.663.059,83</b>
<b>TO TAL</b>	<b>19.826.052.748,13</b>	<b>2.847.633.100,42</b>	<b>22.673.685.848,55</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.401.373.357,57</b>	<b>5.493.032.946,97</b>	<b>14.894.406.304,54</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.832.940.481,35	3.237.555.002,14	8.070.495.483,49
Juros e Encargos da Dívida	276.580.495,00	19.762.295,00	296.342.790,00
Outras Despesas Correntes	4.291.852.381,22	2.235.715.649,83	6.527.568.031,05
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.147.845.776,87</b>	<b>1.025.969.646,66</b>	<b>5.173.815.423,53</b>
Investimentos	3.500.322.049,87	944.200.650,66	4.444.522.700,53
Inversões	115.805.912,00	81.492.390,00	197.298.302,00
Amortização da Dívida	531.717.815,00	276.606,00	531.994.421,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>45.169.987,50</b>	<b>0,00</b>	<b>45.169.987,50</b>
<b>TO TAL</b>	<b>13.594.389.121,94</b>	<b>6.519.002.593,63</b>	<b>20.113.391.715,57</b>

Fonte: SEPLAG (Nota: Exclusive a Modalidade 91)

Nota 1: Inclui Modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

O orçamento por tipo de Administração totalizou em 2013, no valor R\$ 20.113.391.715,57.

Na seqüência, demonstra-se o orçamento inicial de 2013, por órgão, com e sem a modalidade 91.

**TABELA 5**  
**DEMONSTRATIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

(R\$ 1,00)

ORGAO	ABREVIATURA	LOA (A)	MOD 91 (B)	VR LÍQUIDO (A-B)
010001	ASSEMBLÉIA	347.407.125,00	17.765.757,00	329.641.368,00
020001	T CONTAS	51.630.132,00	4.081.138,00	47.548.994,00
030001	TCM	60.741.578,26	5.154.460,21	55.587.118,05
040001	T JUSTICA	683.987.984,99	69.545.573,00	614.442.411,99
060001	DPGE	89.585.809,00	15.470.377,00	74.115.432,00
080001	SEINFRA	839.517.169,31	1.068.106,00	838.449.063,31
100001	SSPDC	100.517.024,05	348.895,00	100.168.129,05
101021	POL CIVIL	257.670.716,40	30.022.318,00	227.648.398,40
101031	P M CE	957.713.345,54	135.219.759,00	822.493.586,54
101041	BOMBEIRO	139.950.410,88	19.348.481,00	120.601.929,88
101071	P FORENSE	50.524.675,84	4.997.084,00	45.527.591,84
101081	AESSP	10.392.148,24	0,00	10.392.148,24
110001	GAB GOV	29.313.319,28	0,00	29.313.319,28
120001	VICE GOV	5.300.368,00	10.667,84	5.289.700,16
130001	PGE	64.981.012,00	7.501.297,00	57.479.715,00
140001	C MILITAR	9.578.691,00	50.685,00	9.528.006,00
150001	PGJ	258.781.845,00	35.126.475,00	223.655.370,00
170001	CONS EDUC	5.624.574,00	52.304,00	5.572.270,00
180001	JUSTICA	224.481.503,01	8.920.360,00	215.561.143,01
190001	SEFAZ	685.244.665,06	92.324.658,00	592.920.007,06
191011	ENCARGOS	3.410.192.958,33	534.775,00	3.409.658.183,33
210001	SDR	515.786.034,02	2.277.049,51	513.508.984,51
220001	SEDUC	2.149.971.111,71	99.625.532,00	2.050.345.579,71
270001	CULTURA	42.268.803,38	619.027,00	41.649.776,38
290001	SRH	636.788.450,73	645.884,00	636.142.566,73
300001	SEGOV	181.614.146,57	127.034,00	181.487.112,57
310001	SECITECE	135.455.754,67	389.707,00	135.066.047,67
360001	SETUR	356.134.402,78	1.272.849,00	354.861.553,78
410001	SECON	10.490.221,00	678.461,00	9.811.760,00
420001	SEJUV	40.026.600,34	168.452,00	39.858.148,34
430001	SDLR	645.592.847,63	831.857,53	644.760.990,10
460001	SEPLAG	128.737.000,80	5.848.399,00	122.888.601,80
461031	EGPCE	3.720.030,21	10.000,00	3.710.030,21
470001	STDS	182.201.228,83	8.666.099,00	173.535.129,83
480001	CEDE	38.910.704,00	560,00	38.910.144,00
490001	CONPAM	25.084.555,04	0,00	25.084.555,04
510001	SPA	36.424.925,69	5.000,00	36.419.925,69
520001	SECOPA	173.480.773,35	5.400,00	173.475.373,35
530001	CGD	8.564.476,00	5.000,00	8.559.476,00
<b>TOTAL</b>		<b>13.594.389.121,94</b>	<b>568.719.481,09</b>	<b>13.025.669.640,85</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



TABELA 6  
DEMONSTRATIVO ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)				
ORGAO	ABREVIATURA	LOA (A)	MOD 91 (B)	VR LÍQUIDO (A-B)
010101	FUNDO ASS	9.163.870,00		9.163.870,00
040101	FERMOJU	200.467.517,50	150.000,00	200.317.517,50
040301	FUNSEG	1.797.159,93	0,00	1.797.159,93
060101	FAADEP	8.640.000,00	0,00	8.640.000,00
080101	DER	617.974.397,43	6.337.005,00	611.637.392,43
080301	DETRAN	252.025.312,28	12.568.000,00	239.457.312,28
081201	DAE	29.314.756,19	965.092,00	28.349.664,19
100601	FDS	605.000,00	0,00	605.000,00
100607	FDS PC	652.000,00		652.000,00
100608	FDS PM	1.158.000,00		1.158.000,00
100609	FDS CB	1.070.000,00		1.070.000,00
100610	FDS C PM	1.254.000,00		1.254.000,00
100611	FDS C BOM	1.234.000,00		1.234.000,00
100612	FDS SEJUS	600.000,00		600.000,00
105001	FDC	3.000.000,00		3.000.000,00
130101	ARCE	19.206.837,01	1.664.546,00	17.542.291,01
130201	FUNPECEPGE	4.330.000,00		4.330.000,00
150201	FDID	5.500.000,00		5.500.000,00
190401	JUCEC	5.962.598,88	243.031,53	5.719.567,35
210101	EMATERCE	93.184.499,30	100.000,00	93.084.499,30
210301	IDACE	29.748.572,70	1.437.193,00	28.311.379,70
211101	ADAGRI	23.070.707,15	1.264.671,00	21.806.036,15
211301	FEDAF	3.524.013,82		3.524.013,82
240301	E S P	2.878.496,58		2.878.496,58
240401	FUNDES	1.622.561.669,88	83.618.530,84	1.538.943.139,04
240401	DESCENTRALIZADAS/FUNDES	713.923.231,03		713.923.231,03
270401	F E C	20.015.000,00		20.015.000,00
290101	SOHIDRA	10.289.535,49	449.781,00	9.839.754,49
300101	FUNTELC	9.619.410,01		9.619.410,01
310101	FUNECE	206.604.919,64	573.355,00	206.031.564,64
310201	UVA	69.729.164,17	21.966.862,00	47.762.302,17
310301	URCA	85.508.312,78	8.367.008,00	77.141.304,78
310401	FUNCEME	12.098.023,35	10.050.202,00	2.047.821,35
310501	FUNCAP	100.599.409,07	835.438,00	99.763.971,07
310601	NUTEC	15.133.340,52	8.126,00	15.125.214,52
310801	FIT	13.305.305,38	1.341.415,00	11.963.890,38
420101	FDEJ	9.813.375,27	0,00	9.813.375,27
430301	FEHIS	1.016.000,00		1.016.000,00
430401	IDECE	7.115.100,53		7.115.100,53
460101	ISSEC	111.033.654,92	2.355.583,00	108.678.071,92
460201	ETICE	39.788.610,47	0,00	39.788.610,47
460301	IPECE	6.301.709,05	450,00	6.301.259,05
460401	SUPSEC	1.870.694.363,10		1.870.694.363,10
460601	COHAB	23.072.104,03	5.500,00	23.066.604,03
470101	FECA	3.078.965,90		3.078.965,90
470201	FEAS	124.304.284,55		124.304.284,55
470301	FUNDART	1.776.840,00	1.050,00	1.775.790,00
470401	FCE	100.000,00		100.000,00
480101	CODECE	4.016.104,76	18.000,00	3.998.104,76
480201	FDI	76.020.000,00		76.020.000,00
480401	FIES	500.000,00		500.000,00
490101	SEMACE	44.622.420,96	2.579.155,00	42.043.265,96
TOTAL		6.519.002.593,63	156.899.994,37	6.362.102.599,26

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



A seguir vem a distribuição de receitas e despesas consignadas pela LOA às Administrações Direta e Indireta.

## 1.2. Orçamento da Administração Direta

A Administração Direta incluindo a modalidade 91 teve sua Receita Orçamentária inicial estimada no valor de R\$ 17.515.887.339,31 e a Despesa Total em R\$ 13.594.389.121,94, sendo que este último corresponde a 67,59% do Orçamento Geral do Estado no total de R\$ 20.113.391.715,57. A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Categoria Econômica e Grupo, conforme os dados a seguir:

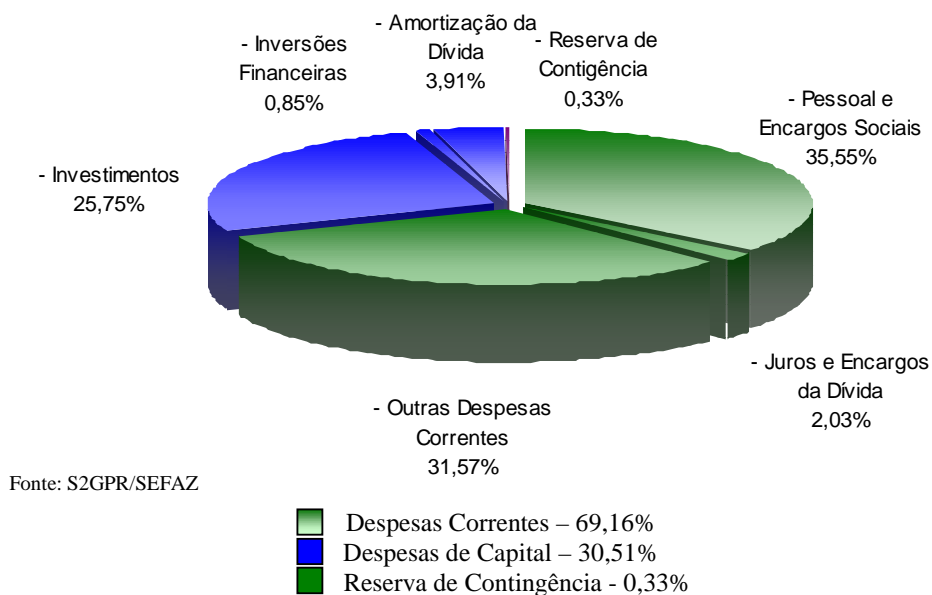
TABELA 7  
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA POR CATEGORIA ECONÔMICA E  
GRUPO DE DESPESAS

(R \$ 1,00)		
CATEGORIA/GRUPO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.401.373.357,57</b>	<b>69,16</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	4.832.940.481,35	35,55
- Juros e Encargos da Dívida	276.580.495,00	2,03
- Outras Despesas Correntes	4.291.852.381,22	31,57
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.147.845.776,87</b>	<b>30,51</b>
- Investimentos	3.500.322.049,87	25,75
- Inversões Financeiras	115.805.912,00	0,85
- Amortização da Dívida	531.717.815,00	3,91
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>45.169.987,50</b>	<b>0,33</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.594.389.121,94</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG



**GRÁFICO II**  
**DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA POR CATEGORIA ECONÔMICA E**  
**GRUPO DE ESPESAS**



Na tabela acima estão incluídas somente as fontes de recursos de nºs 00, 01, 07, 10, 11, 12, 16, 40, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 67, 69, 80, 82, 86, 88, 90, 94, da Administração Direta que se encontram descritas no final do Relatório.

Os Encargos Gerais do Estado são representados por uma unidade orçamentária sob controle da Secretaria da Fazenda, porém, têm o seu orçamento desvinculado dessa. Para esta unidade foi fixado o valor de R\$ 3.410.192.958,33, representando 25,08% do Orçamento da Administração Direta.



TABELA 8  
DEMONSTRATIVO DOS ÓRGÃOS COM MAIOR PARCELA DE RECURSOS NO ORÇAMENTO DA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
01 - SEFAZ - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	3.410.192.958,33	25,09
02 - SEDUC	2.149.971.111,71	15,82
03 - SSPDS	1.516.768.320,95	11,16
04 - SEINFRA	839.517.169,31	6,18
05 - SEFAZ	685.244.665,06	5,04
06 - T JUSTICA	683.987.984,99	5,03
07 - CIDADES	645.592.847,63	4,75
08 - SRH	636.788.450,73	4,68
09 - SDA	515.786.034,02	3,79
10 - SETUR	356.134.402,78	2,62
11 - ASSEMBLEIA	347.407.125,00	2,56
12 - PGJ	258.781.845,00	1,90
13 - SEJUS	224.481.503,01	1,65
14 - STDS	182.201.228,83	1,34
15 - CASA CIVIL	181.614.146,57	1,34
16 - SECOPA	173.480.773,35	1,28
17 - SECITECE	135.455.754,67	1,00
18 - SEPLAG	132.457.031,01	0,97
<b>SUBTO TAL</b>	<b>13.075.863.352,95</b>	<b>96,19</b>
OUTROS ÓRGÃOS	518.525.768,99	3,81
<b>TO TAL</b>	<b>13.594.389.121,94</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG

No decorrer do exercício de 2013, foram realizadas alterações no Orçamento inicial da Administração Direta, através da abertura de créditos adicionais, modificando o valor da Despesa, que finalizou com R\$ 15.163.724.002,16.



### 1.3. Orçamento da Administração Indireta

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita da Administração Indireta, para o exercício de 2013, em R\$ 2.813.875.325,51, sendo previsto para as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes o montante de R\$ 2.597.504.375,77; e para as Empresas Controladas o total de R\$ 216.370.949,74, enquanto as despesas das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes foram fixadas no montante de R\$ 6.519.002.593,63; e para as Empresas Controladas o total de R\$ 216.370.949,74. Na previsão da receita das Indiretas está incluída a Receita Corrente Intraorçamentária no montante de R\$ 723.841.475,46.

As fontes previstas no orçamento inicial da Administração Indireta são formadas com recursos diretamente arrecadados, Operações de Crédito, Convênios Federais, Municipais, Privados e Internacionais, de acordo com a Tabela 7.

TABELA 9  
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA POR CATEGORIA ECONÔMICA E  
GRUPO DE DESPESAS

(R\$ 1,00)		
CATEGORIA/GRUPO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.493.032.946,97</b>	<b>84,26</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	3.237.555.002,14	49,66
- Juros e Encargos da Dívida	19.762.295,00	0,30
- Outras Despesas Correntes	2.235.715.649,83	34,30
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.025.969.646,66</b>	<b>15,74</b>
- Investimentos	944.200.650,66	14,46
- Inversões Financeiras	81.492.390,00	1,24
- Amortizações	276.606,00	0,04
<b>TO TAL</b>	<b>6.519.002.593,63</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG

O orçamento da Administração Indireta, relativo ao quadro acima, se refere às despesas com recursos próprios e Transferências do Tesouro das Autarquias, Fundações, Fundos e das Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).





## CAPITULO II

### 2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 2.1. Da Administração Direta

##### 2.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária Estadual para o exercício de 2013 foi prevista em R\$ 17.515.887.339,33 e teve seu valor ajustado até o final do ano para R\$ 19.738.336.946,64. Sua realização atingiu a cifra de R\$ 18.844.349.204,32, resultando em uma arrecadação a menor de R\$ 893.987.742,32 em comparação com a previsão final. A receita realizada representa, portanto 94,96% da receita prevista.

A Receita Orçamentária tem como principal componente a categoria “Receitas Correntes” no total de R\$ 17.058.219.879,56, incluídas as receitas intraorçamentárias, por estarem inclusas nesta rubrica o ICMS e o FPE que são as duas principais fontes de receita do Estado e juntas somaram R\$ 13.454.170.495,03, representando 78,88% da sua categoria.

A Receita Tributária e as Transferências Correntes são responsáveis por 85,91% dos ingressos de recursos para o Estado, juntas somaram R\$ 16.189.850.247,13.



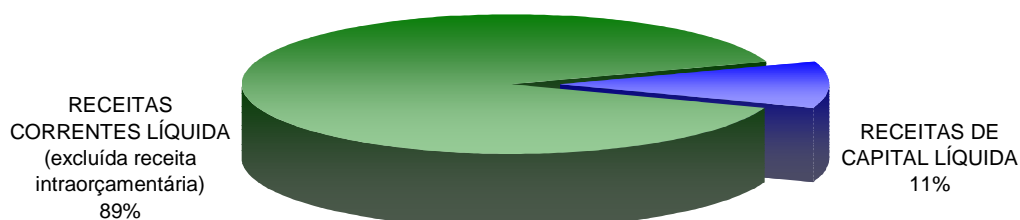
TABELA 10

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA COM A REALIZADA,  
POR CATEGORIA ECONÔMICA

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA		(R\$ 1,00)	
	PREVISTA	REALIZADA	VARIÇÃO % REALIZ. PARTIC.	
<b>1. RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES</b>	<b>17.142.903.203,26</b>	<b>17.023.863.290,77</b>	<b>99,31</b>	<b>90,34</b>
1.1. Tributária	9.629.523.234,24	9.801.324.845,42	101,78	52,01
1.2. Patrimonial	246.119.100,82	505.543.676,02	205,41	2,68
1.3. Receita de Serviços	0,00	11.181.020,46	0,00	0,06
1.4. Transf. Correntes	7.023.180.445,25	6.388.525.401,71	90,96	33,90
1.5. Outras Rec. Correntes	244.080.422,95	317.288.347,16	129,99	1,68
1.6. (-) Deduções	2.341.035.967,25	2.323.533.532,21	99,25	-
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA</b>	<b>14.801.867.236,01</b>	<b>14.700.329.758,56</b>	<b>99,31</b>	<b>88,98</b>
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES</b>	<b>2.593.655.743,38</b>	<b>1.786.129.324,76</b>	<b>68,87</b>	<b>20,47</b>
2.1. Operações de Crédito	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	81,72	6,32
2.2. Alienação de Bens	106.825,88	22.325,38	20,90	0,00
2.3. Transf. de Capital	1.133.658.855,07	595.581.770,49	52,54	3,16
2.4. Outras Rec. Capital	3.116.739,48	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL LÍQUIDA</b>	<b>2.593.655.743,38</b>	<b>1.786.129.324,76</b>	<b>68,87</b>	<b>10,81</b>
<b>3. REC. INTRAORÇAMENTÁRIA (OUT. REC. CORRENTES)</b>	<b>1.778.000,00</b>	<b>34.356.588,79</b>	<b>1.932,32</b>	<b>0,18</b>
3.1. (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4. TOTAL RECEITAS SEM DEDUÇÕES (1 + 2 + 3)</b>	<b>19.738.336.946,64</b>	<b>18.844.349.204,32</b>	<b>95,47</b>	<b>100,00</b>
<b>5. TOTAL DAS DEDUÇÕES (1.6 + 3.1)</b>	<b>2.341.035.967,25</b>	<b>2.323.533.532,21</b>	<b>99,25</b>	<b>-</b>
<b>6. TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (4 - 5)</b>	<b>17.397.300.979,39</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>94,96</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO III  
RECEITAS CORRENTE X RECEITAS DE CAPITAL



Fonte: S2GPR/SEFAZ

### 2.1.1.1. Receitas Correntes

Acham-se agrupadas nesta Categoria Econômica as Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, apresentando uma arrecadação de R\$ 17.058.219.879,56 incluídas as receitas intraorçamentárias, e participa com um percentual de 90,52% da Receita Orçamentária, tendo sido superior à previsão orçamentária em 15,24%.

A apuração da Receita Corrente Líquida (Tabela 37) encontra-se na análise da Despesa com Pessoal.

#### Receita Tributária

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2013 que consta na Lei Orçamentária Anual - LOA, levou em consideração um cenário, com base nas expectativas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em síntese, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2013, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária e a inflação, abaixo especificadas:

TABELA 11  
VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PROJETADAS PARA 2013

<b>Variáveis macroeconômicas projetadas para 2013</b>	<b>(em %)</b>
Taxas de Inflação esperada	5,5%
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Nacional	5,5%
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Estadual	6,0%

Fonte: SEPLAG

A Tabela seguinte apresenta o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, de R\$ 9.629.523.234,24, contido no comparativo da Receita Orçada com a arrecadada, no exercício de 2013, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas.



TABELA 12  
RECEITA TRIBUTÁRIA - CEARÁ - 2013

(R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIACÃO %	
			REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
<b>IMPOSTOS</b>	<b>9.604.800.925</b>	<b>9.790.866.415</b>	<b>101,94%</b>	<b>99,89%</b>
ICMS C/FECOP	8.483.777.134	8.565.578.586	100,96%	87,39%
IPVA	502.607.109	510.711.568	101,61%	5,21%
ITCMD	48.606.914	59.510.673	122,43%	0,61%
IRRF	569.809.768	655.065.588	114,96%	6,68%
<b>TAXAS</b>	<b>24.722.310</b>	<b>10.458.431</b>	<b>42,30%</b>	<b>0,11%</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>9.629.523.235</b>	<b>9.801.324.846</b>	<b>101,78%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Findo o exercício de 2013 procedeu-se o confronto entre os valores estimados e os realizados com o foco de se avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades.

A receita tributária efetivamente arrecadada em 2013 atingiu R\$ 9,800 bilhões, superior em 6,98% ao valor previsto.

A arrecadação tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2013, atingiu na sua realização o montante de R\$ 9.800 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 87,39% da Receita Tributária. O IPVA contribuiu com 5,21%, o ITCD com 0,61% e as taxas 0,11%. Ressalte-se que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações - IRRF, cuja participação foi de 6,68%.

A receita tributária obteve um crescimento nominal de 13,86%, comparado ao exercício de 2012, quando se atingiu valor de R\$ 8,600 bilhões, conforme demonstrado na Tabela a seguir:



TABELA 13  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 2012/2013

RECEITAS	VALOR R\$		VARIÇÃO	
	2012	2013	2013/2012	Partic rel. %
IMPOSTOS	8.587.677	9.790.791	14,01%	99,90%
ICMS	7.541.908	8.565.579	13,57%	87,40%
IPVA	438.299	510.712	16,52%	5,21%
ITCD	38.970	59.511	52,71%	0,61%
IRRF	568.501	654.990	15,21%	6,68%
TAXAS	12.708	9.389	-26,12%	0,10%
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.600.385	9.800.180	13,95%	100,00%

Fonte: SEFAZ:COTES

### Desempenho da Receita de Impostos em Valores Nominais

O conjunto dos impostos arrecadados no exercício de 2013 - receita tributária excluído o valor das taxas - representou 99,90% da receita tributária, alcançando o valor de R\$ 9,791 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 14,01%, comparado com 2012.

#### IPVA

A arrecadação do IPVA em 2013 foi de R\$ 510,71 milhões, com crescimento nominal de 16,52%. Vale salientar que desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, que em sua composição leva em consideração os valores e marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, levando também em consideração a depreciação do veículo ao longo dos anos. Dentre os fatores que influenciaram para o incremento de arrecadação apresentado destacam-se: redução da inadimplência devido ao maior esforço de cobrança e o aumento de licenciamento de novos veículos.



## **ITCD**

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCD, em 2013, foi de R\$ 59,51 milhões, apresentando crescimento de 52,71%, quando comparado com 2012. Esse imposto corresponde a 0,61% da receita tributária. A arrecadação do ITCD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens, da maior divulgação do ITCD nas operações de doações de bens e valores e do cruzamento de informações geradas pela Receita Federal do Brasil - RFB.

## **ICMS**

Especialmente decorrente do desenvolvimento econômico que o Estado vem apresentando e das ações promovidas pelo Governo do Estado, através da Secretaria da fazenda, a arrecadação do ICMS, principal tributo estadual, em 2013, respondeu pelo ingresso R\$ 8,566 bilhões, correspondendo a 87,40% da receita tributária, apresentando um crescimento nominal de 13,57% quando comparado com o exercício de 2012. Vale ressaltar que pela primeira vez a arrecadação do ICMS cearense ultrapassa os R\$ 8 bilhões.

Para o exercício de 2013, as evoluções das taxas do PIB nacional e local apresentaram trajetórias ascendentes, o IBGE divulgou o crescimento do PIB nacional de 2,3% e o IPECE um crescimento do PIB estadual de 3,44%. O crescimento do ICMS do Estado do Ceará alcançou um bom resultado, tendo o produto tributário ultrapassado o crescimento da base econômica nacional e estadual.

Nos últimos exercícios a arrecadação do ICMS apresentada na tabela abaixo, e no gráfico abaixo, obteve o seguinte desempenho:

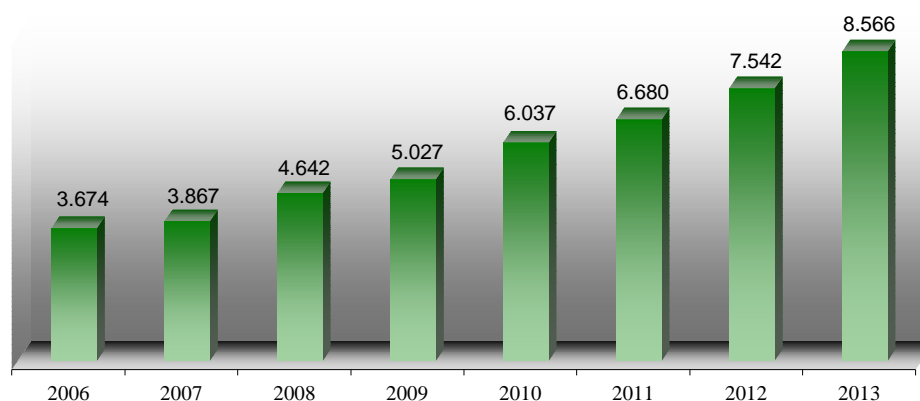


TABELA 14  
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO ICMS - CEARÁ - 2012 E 2013

DISCRIMINAÇÃO	VALORES CORRENTES EM R\$ MILHÕES	VARIAÇÃO % REALIZAÇÃO
2006	3.674	-
2007	3.867	5,25%
2008	4.642	20,04%
2009	5.027	8,29%
2010	6.037	20,09%
2011	6.680	10,65%
2012	7.542	12,89%
2013	8.566	13,57%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO IV  
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS - 2006 A 2013



A arrecadação do ICMS apresentou, em 2013, na comparação com 2012, um crescimento nominal de 13,57%. Se procedermos a um comparativo da evolução do ICMS anual, com base o ano de 2013, com a arrecadação de 2006, período correspondente a atual administração governamental, levando-se em consideração também o crescimento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA, observa-se uma evolução de 44% do IPCA e de 133,1% do ICMS, o que evidencia um bom comportamento da arrecadação.

GRÁFICO V  
COMPARATIVO DO ICMS COM O IPCA

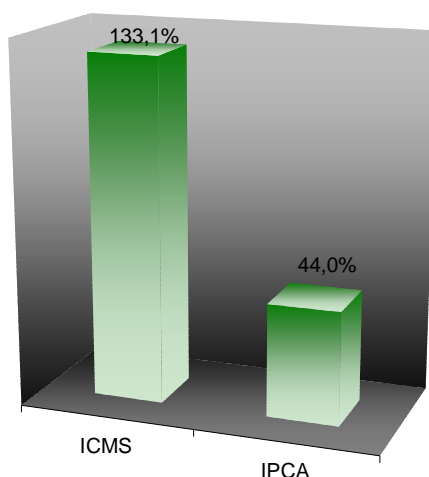


TABELA 15  
DEMONSTRATIVO DO ICMS ARRECADAÇÃO POR SEGMENTO - 2012 - 2013

SEGMENTOS	VALOR		VARIAÇÃO 2013/2012	(R\$ MIL) PART. TOTAL ICMS 2013
	2012	2013		
INDUSTRIAL	1.483.304	1.769.654	19,30%	20,66%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	651.890	741.160	13,69%	8,65%
COMERCIO ATACADISTA	1.441.134	1.709.393	18,61%	19,96%
COMERCIO VAREJISTA	1.122.602	1.346.423	19,94%	15,72%
ENERGIA ELÉTRICA	706.539	644.687	-8,75%	7,53%
COMBUSTÍVEL	1.456.508	1.815.739	24,66%	21,20%
DEMAIS SEGMENTOS	363.539	204.718	-43,69%	2,39%
FECOP	316.392	333.805	5,50%	3,90%
<b>TO TAL ICMS</b>	<b>7.541.908</b>	<b>8.565.579</b>	<b>13,57%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A arrecadação do ICMS especificada pelos principais segmentos econômicos evidencia que no exercício de 2013, com exceção do segmento energia elétrica e do item indicativo dos outros segmentos, todos os demais apresentaram crescimento.





O segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 21,20% do total do ICMS, apresentou crescimento nominal de 24,66%, comparativamente ao exercício de 2012. Dois fatores tiveram impacto relevante no crescimento da arrecadação do ICMS do segmento de Combustível. O primeiro foi o reajuste do valor do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final - PMPF, referencial para a cobrança da substituição tributária. O segundo fator está associado ao crescimento do consumo e à política energética nacional, que devido ao baixo nível dos reservatórios hidrelétricos, incrementou o nível de utilização das usinas termoeletricas adquirentes de gás natural.

O segmento industrial com uma participação no ICMS total de 20,66% apresentou crescimento do ICMS de 19,30%, totalizando um montante arrecadado em 2013 de R\$ 1,769 bilhão.

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes que atuam no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 19,96% e 15,72% respectivamente na arrecadação do ICMS global do Estado e obtiveram como resultado da arrecadação uma expansão de 18,61% para o comércio atacadista e de 19,94% para o comércio varejista. Dentre os fatores que contribuíram para o crescimento do segmento do setor comércio apontam-se: a continuidade da política da elevação de renda e do benefício fiscal concedido pelo Governo Federal com a redução do IPI.

A arrecadação do segmento energia elétrica apresentou participação no ICMS total de 7,53% e variação negativa de 8,75% no exercício de 2013 quando comparado com o exercício anterior, resultante da redução tarifária em torno de 20%, ocorrida em abril de 2013. A redução na arrecadação foi minorada em função do crescimento do consumo de energia.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 8,65% da participação global, apresentando crescimento nominal de 13,69%, refletindo o aumento de demanda do setor e a adesão de alguns contribuintes ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2013.

A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza - FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2013 quando comparado com 2012 de 5,5%. O FECOP é composto pelo adicional de dois pontos percentuais na alíquota do ICMS incidente sobre os seguintes produtos e serviços: bebidas alcoólicas; armas e munições; embarcações esportivas; fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria; aviões ultraleves e asas-delta; energia elétrica e gasolina.

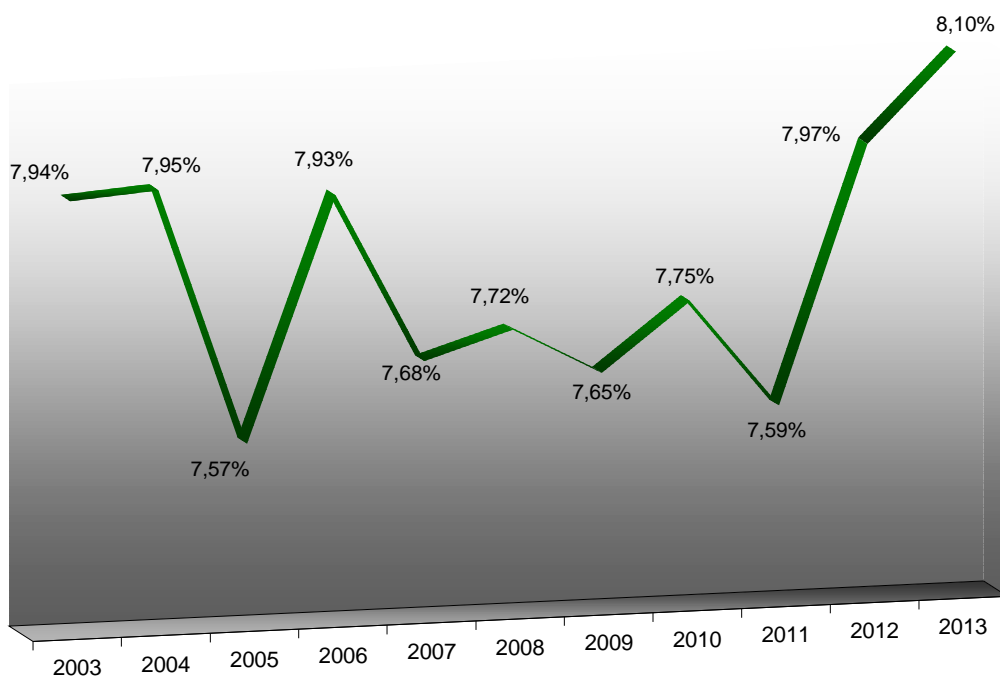


## **PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB ESTADUAL**

Um ponto de destaque que pode ser feito é quando se compara a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território – Produto Interno Bruto – PIB. No gráfico a seguir, constata-se uma oscilação da participação do ICMS no PIB variando no mínimo 7,57% e no máximo 8,10%. Em 2013 a participação do ICMS no PIB foi de 8,10%. Pode-se inferir com estes resultados, que a arrecadação do ICMS cearense no exercício de 2013 atingiu uma boa eficiência pela superação que se evidencia do crescimento da arrecadação em relação a sua base tributária, em grande parte contida na medição do PIB cearense.

Um fator que está influenciando na boa performance do ICMS é a política de redução do ICMS sobre produtos selecionados que tem contribuído para a ampliação da base de incidência do imposto e por consequência aumento da arrecadação.

**GRÁFICO VI**  
**PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB DO CEARÁ - 2003 A 2013**





**Em milhões de R\$**

<b>ANOS</b>	<b>ICMS</b>	<b>PIB</b>	<b>ICMS/PIB</b>
2003	2.585	32.565	7,94%
2004	2.930	36.866	7,95%
2005	3.097	40.935	7,57%
2006	3.674	46.303	7,93%
2007	3.867	50.331	7,68%
2008	4.642	60.099	7,72%
2009	5.027	65.704	7,65%
2010	6.037	77.865	7,75%
2011	6.680	87.982	7,59%
2012	7.542	94.655	7,97%
2013	8.566	105.740	8,10%

FONTE: IPECE E SEFAZ

Obs: PIB a preços de mercado inclui os impostos líquidos de subsídios.

PIB 2012e 2013 - dados do IPECE: Previsão sujeita a retificação.

e podem sofrer alterações, quando da divulgação dos definitivos

### **COMPARATIVO ICMS CEARÁ X ICMS BRASIL**

Com o objetivo de oferecer uma visão comparativa da performance da arrecadação do ICMS do Estado do Ceará no contexto federativo é apresentado na tabela 7 constando a arrecadação total do ICMS por Unidade da Federação, incluindo a dívida ativa, multas e juros e estornos contábeis, nos exercícios de 2012 e de 2013, constante do Boletim do ICMS editado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS. O total do ICMS Brasil atingiu o montante de R\$ 368.722 milhões, apresentando uma variação nominal positiva de 11,68%, quando comparada com o exercício de 2012 cuja arrecadação foi de R\$ 330.152 milhões. O crescimento nominal da região nordeste neste mesmo período foi de 12,93%.

O ICMS arrecadado no Estado do Ceará, no exercício de 2013, apresenta um crescimento de 13,57% em relação a igual período de 2012, tendo apresentado o 3º lugar em termos de crescimento em relação aos Estados da Região Nordeste. Esse resultado (13,57%) também superou a variação obtida pelo ICMS Brasil (11,68%), oferecendo a conclusão de que o Estado do Ceará no período considerado obteve resultados mais satisfatórios do que a média nacional e a média nordestina.

Como consequência desta performance, o Estado do Ceará alterou a participação do ICMS do Estado no total do Brasil apresentando um aumento nessa participação. No ano de 2012 esta participação era de 2,32%, passando para 2,36% no exercício de 2013.



A posição do Estado do Ceará em termos de volume arrecadado, no contexto nacional posiciona-se na 11ª colocação dentre as unidades federadas de todo o Brasil e na região nordeste ocupa a 3ª posição.

A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza - FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2013 quando comparado com 2012 de 5,5%. O FECOP é composto pelo adicional de dois pontos percentuais na alíquota do ICMS incidente sobre os seguintes produtos e serviços: bebidas alcoólicas; armas e munições; embarcações esportivas; fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria; aviões ultraleves e asas-delta; energia elétrica e gasolina.

A arrecadação do FECOP, de acordo com a tabela seguinte, no exercício de 2013, alcançou o montante de R\$ 333.805.435,55 Os recursos do FECOP, em 2013, foram executados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 16  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECOP

(R\$ 100)			
RECEITA			
ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA %
ICMS ADICIONAL FECOP	321.807.039,68	333.805.435,55	103,73
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	27.581.021,43	24.605.327,29	89,21
DÍVIDA ATIVA - FECOP	0,00	1.789,98	0,01
MULTA E JUROS DE MORA	0,00	97.287,12	0,35
MULTA E JUROS DE MORA - DÍVIDA ATIVA	0,00	950,64	0,00
OUTRAS RECEITAS FECOP	0,00	101.240,46	0,37
REST DE CONV CONCEDIDOS REC FECOP	0,00	572.687,20	2,08
<b>TOTAL</b>	<b>349.388.061,11</b>	<b>359.184.718,24</b>	<b>102,80</b>
DESPESA REALIZADA			
(R\$ 100)			
CÓDIGO	ÓRGÃOS	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
080001	SEINFRA	31.937.500,00	7,88
110001	GAB GOV	3.855.817,60	0,95
210001	SDA	95.333.205,34	23,51
210101	EMATERCE	10.724.759,05	2,65
220001	SEDUC	134.605.748,29	33,20
270001	SECULT	2.225.019,09	0,55
290001	SRH	332.379,03	0,08
290101	SOHIDRA	1.243.236,53	0,31
420001	SESPORTE	3.565.552,81	0,88
430001	CIDADES	48.767.907,85	12,03
470001	STDS	26.384.712,98	6,51
470201	FEAS	46.481.312,66	11,46
<b>TOTAL</b>		<b>405.457.151,23</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Conforme Tabela anterior, a SEDUC foi a que mais se destacou com os recursos do FECOP (33,20%), seguido Desenvolvimento Agrário (23,51%) e CIDADES (12,03)%.

De acordo com Tabela seguinte a seguir, as despesas com o FECOP obtiveram um acréscimo nominal de 42,14% em relação ao exercício de 2012. Das despesas do FECOP, por função de governo, destaca-se no exercício de 2013 o gasto com a Função Educação, correspondente a 33,20% do total das despesas empenhadas.

A Tabela seguinte evidencia a tendência do fortalecimento pelo governo das funções Educação e Agricultura, correspondendo com 33,20% e 25,56%, respectivamente, do total das despesas empenhadas com fonte do FECOP durante o exercício de 2013.

**TABELA 17**  
**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2012 - 2013**

(R\$ 100)

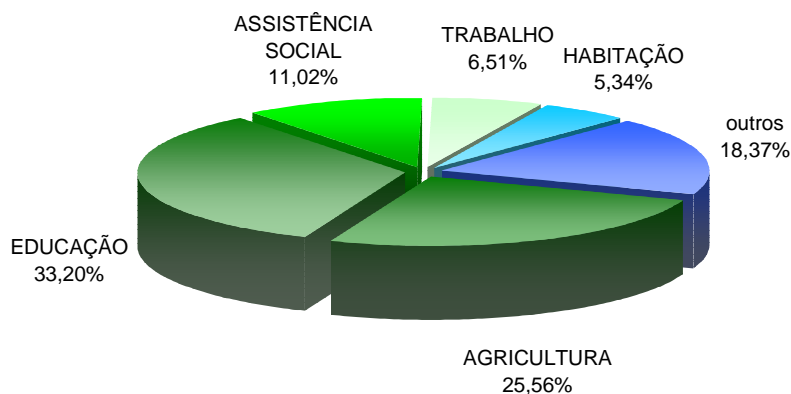
FUNÇÃO	2012	PART.%	2013	PART.%	VARIAÇÃO % 2012/2013
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
AGRICULTURA	121.791.163,54	42,70%	103.644.714,39	25,56%	-14,90%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	41.377.399,05	14,51%	44.670.916,86	11,02%	7,96%
COMUNICAÇÕES	1.937.500,00	0,68%	1.937.500,00	0,48%	0,00%
CULTURA	2.521.507,37	0,88%	2.225.019,09	0,55%	-11,76%
DESPORTO E LAZER	4.390.122,60	1,54%	3.565.552,81	0,88%	-18,78%
DIREITOS DA CIDADANIA	1.460.805,49	0,51%	5.666.213,40	1,40%	287,88%
EDUCAÇÃO	58.835.377,79	20,63%	134.605.748,29	33,20%	128,78%
GESTÃO AMBIENTAL	704.368,06	0,25%	1.268.077,40	0,31%	80,03%
HABITAÇÃO	19.147.263,69	6,71%	21.655.599,69	5,34%	13,10%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	988.400,00	0,35%	2.413.250,00	0,60%	144,16%
SANEAMENTO	2.639.990,86	0,93%	5.994.993,96	1,48%	127,08%
TRABALHO	29.405.508,06	10,31%	26.384.712,98	6,51%	-10,27%
TRANSPORTE	0,00	0,00%	30.000.000,00	7,40%	0,00%
URBANISMO	51.210,00	0,02%	20.938.105,65	5,16%	40786,75%
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00%	486.746,71	0,12%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>285.250.616,51</b>	<b>100,00%</b>	<b>405.457.151,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>42,14%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO VII

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Ressalte-se que, no Estado do Ceará, a operacionalização do FECOP é, como fonte de recursos, o que facilita a sua aplicação pelas diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

O legislador cearense esclareceu, de uma vez por todas, a operacionalização do FECOP como fonte de recursos, conforme se observa da leitura do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 37/2003, redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 21 de maio de 2009, *in verbis*:

**Art. 1º (...)**

*§ 3º Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por código próprio, denominado “Recursos Provenientes do FECOP”.*

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades executoras e a operacionalização é feita como fonte de recursos.



Em cumprimento ao Art. 58, da Lei Complementar nº 101, de 04 de 2000, que discorre: "A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperações de créditos nas instâncias administrativas e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições," procedem-se, a seguir, comentários sobre as ações desenvolvidas no exercício de 2013.

### **REALIZAÇÕES 2013**

A política fiscal adotada pelo Estado fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária, a ampliação da sistemática de substituição tributária e o fortalecimento do monitoramento fiscal. As ações realizadas em 2013 de forma detalhada foram:

#### **Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS**

- A Lei nº 15.384 de 25 de julho 2013, publicada no D.O.E, de 31/07/2013, que instituiu o Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS 2013, estabelecendo condições especiais aos contribuintes do ICM/ICMS, IPVA e ITCD para efetuarem a regularização dos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/12/2012, inscritos ou não em Dívida Ativa. O prazo de adesão foi até 30/12/2013.
- O objetivo desta Lei foi de proporcionar ao contribuinte inadimplente com o Estado, condições favoráveis à regularização dos débitos, de forma que se possa readquirir a normalidade das obrigações tributárias.
- A arrecadação alcançada com os recolhimentos efetivos em 2013 foi de R\$ 253,39 milhões.

#### **Sistema Público de Escrituração Digital - SPED**

##### **Nota Fiscal Eletrônica - NFe**

- Atualmente 22.351 contribuintes estão obrigados à emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NFe, sendo que deste total 5.048 contribuintes ingressaram no exercício de 2013. Destaca-se que no período de janeiro a novembro de 2013 foram autorizadas 48,44 milhões de NFe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 164,949 bilhões;



- Em 2013 foi implementado o Controle de Ocorrências relacionado a eventos da NFe, tais como: Cancelamento, Carta de Correção Eletrônica, Registro de Passagem Eletrônico, Ciência da Emissão, Confirmação da Operação, Operação não Realizada, Desconhecimento da Operação, Internalização SUFRAMA, Declaração Prévia de Emissão em contingência, dentre outros.

#### **Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe**

- O Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe permite um controle maior das operações de trânsito de mercadorias, tendo em vista que as NFe são relacionadas em cada CTe emitido, o que facilita e agiliza o registro de passagem das mercadorias na entrada ou saída do Estado, reduzindo o tempo de permanência dos veículos das transportadoras nos Postos Fiscais de divisa, implicando na redução de custos operacionais;
- Atualmente 551 transportadoras estão credenciadas à emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe, sendo que deste total, 295 contribuintes já estão obrigados a emissão. Destaca-se que no período de janeiro a novembro de 2013 foram autorizadas 3,59 milhões de CTe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 937,79 milhões.

#### **AUTOMAÇÃO DO CONTROLE NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS**

- Em continuidade ao Projeto de Modernização do Trânsito de Mercadorias, onde foram investidos aproximadamente R\$ 85 milhões, nas áreas de infraestrutura, equipamentos e tecnologia;
- Instalação de Equipamentos de Raios-X de Carga, tipo Scanners, visando combater a sonegação fiscal no posto de fiscalização localizados em Penaforte;
- Implantação de sistema de pesagem dinâmica de cargas, composto por balança, cancela eletrônica, câmeras OCR e do tipo Dome no Posto Fiscal de Penaforte, instrumentos com tecnologia avançada, tornando mais ágil e eficiente o processo de controle e fiscalização de tributos nas divisas do Estado.

#### **REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS**

- Instituição do Subcomitê Estadual para gestão da REDESIM com a finalidade de implantar o processo de simplificação e desburocratização dos procedimentos de abertura, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas em conformidade com a Lei Estadual nº 11.598 / 2007.





## **TRIBUTAÇÃO**

- Instituição do Regime de Substituição Tributária com Carga Líquida do ICMS nas Operações com Produtos de Informática, com o objetivo de ampliar o número de contribuintes e alavancar a arrecadação;
- Implantação da nova sistemática de tributação do ICMS nas operações de trigo.

## **AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO**

### **Fiscalização do Trânsito de Mercadorias**

- Lavrados 6.529 Autos de Infração até novembro de 2013, na Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, no valor principal total corrigido de R\$ 7,60 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 26,40 milhões;

### **Fiscalização de Empresas**

- Das ações fiscais realizadas, resultou no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de Auto de Infração, no valor principal corrigido de R\$ 1.849,23 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 1.949,70 milhões, conforme tabela a seguir:

**TABELA 18**  
**DEMONSTRATIVO DOS AUTOS DE FISCALIZAÇÃO DE EMPRESAS**

(R\$ 1,00)

<b>QTDE AUTOS</b>	<b>ICMS CORRIGIDO</b>	<b>MULTA CORRIGIDA</b>	<b>JUROS CORRIGIDOS</b>	<b>TOTAL</b>
7.158	1.849.225.553,03	98.529.101,66	1.943.350,33	1.949.698.005,02

Fonte: CATRI/SEFAZ

### **Monitoramento Fiscal**

- Em 2013, foi realizado o monitoramento fiscal de 4.452 contribuintes, considerados de maior representatividade, com participação de 90% na arrecadação de ICMS do Estado do Ceará. O referido monitoramento visa acompanhar o cumprimento das obrigações principal e acessória dos contribuintes, bem como maximizar a receita de ICMS do Estado, mediante adoção eficiente de indicadores de performance, estruturação de forma padronizada dos procedimentos fiscais e utilização de ferramenta técnica e gerencial informatizada;



- Como resultado do Monitoramento Fiscal, foram recolhidos espontaneamente aos Cofres Públicos o montante de R\$ 70,10 milhões. Os valores recolhidos pelos contribuintes foram decorrentes de notificações dos Agentes Fiscais.

#### **Autos de Infração Pagos em 2013**

- No exercício de 2013, os Autos de Infração pagos totalizaram R\$ 200,71 milhões, incluindo principal, multa e juros, representando uma efetiva cobrança, bem como, demonstrando uma excelente recuperação do crédito tributário, conforme quadro a seguir:

TABELA 19  
DEMONSTRATIVO DOS AUTOS DE FISCALIZAÇÃO PAGOS

(R\$ 1,00)

TIPO	QTDE AI	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
AUDITORIA	26.770	111.877.291,82	44.989.730,95	20.796.161,63	177.663.184,40
CEXAT	7.838	4.278.098,20	2.558.815,34	798.508,22	7.635.421,76
TRÂNSITO DE MERCADORIAS	7.074	7.346.778,04	7.921.615,09	146.424,79	15.414.817,92
<b>TOTAL</b>	<b>41.682</b>	<b>123.502.168,06</b>	<b>55.470.161,38</b>	<b>21.741.094,64</b>	<b>200.713.424,08</b>

Fonte: CATRI/SEFAZ

\* Ressalta-se que nos valores recolhidos de Auto de Infração estão incluídos os inscritos em Dívida Ativa.

#### **Substituição Tributária e Comércio Exterior**

- Ações de Monitoramento Fiscal de Substituição Tributária: foram emitidas 108 notificações no valor total de R\$ 90,54 milhões, deste total foi recuperado R\$ 2,97 milhões, sendo 78% deste montante decorrente do REFIS;
- Ações de Fiscalização: lançamento do crédito tributário (ICMS, multa e juros), por meio de Auto de Infração, no valor de R\$ 2,915 bilhões, sendo pagos R\$ 27,46 milhões;
- Verificação da exatidão dos ressarcimentos e restituições de ICMS dos segmentos de peças, trigo e outros, totalizando 448 processos, que resultou uma economia aos Cofres Públicos no valor de R\$ 7,77 milhões, conforme tabela a seguir:



TABELA 20  
DEMONSTRATIVO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

(R\$ 1,00)

Valor Solicitado (R\$)	Valor Deferido (R\$)	Valor Devidamente Retido (R\$)
46.380.100,75	38.607.515,31	7.772.585,44

Fonte: CATRI/SEFAZ

- Ações de Monitoramento Fiscal do Comércio Exterior: Foi realizado o acompanhamento de 53 empresas durante o período de janeiro a novembro de 2013, destas ações foram recolhidos aos cofres estaduais o montante de R\$ 668 mil, foram parcelados os montantes R\$ 38 mil e autuados R\$ 13,50 milhões;
- Foram analisados 6.232 processos de benefícios fiscais de ICMS importação, no prazo máximo de 48 horas, destacando-se a análise dos processos de diferimento, drawback e mandado judicial que representam 85% dos processos analisados entre janeiro a novembro/2013.

TABELA 21  
DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS ICMS IMPORTAÇÃO

(R\$ 1,00)

Modalidade	Quant. Processos	Valor ICMS Importação Desonerado
Diferimento FDI	4.346	787.417.193,62
Drawback	856	472.053.971,35
Mandado Judicial	73	2.230.737,93

Fonte: CATRI/SEFAZ

#### **Macrossegmentos Energia, Comunicação e Combustíveis**

- Lançamento do crédito tributário no montante de R\$ 208,7 milhões, no período de janeiro a outubro de 2013.
- Realização de Monitoramento Fiscal em 167 contribuintes, analisando as operações correntes e efetuando a cobrança de débitos pretéritos. Somente com a fruição dos benefícios do REFIS 2013, previstos na Lei nº 5.384/2013, foi recuperado em torno de R\$ 26 milhões de ICMS.



### **Representações Fiscais**

- De acordo com a Lei nº 8.137/90, que define os crimes contra a ordem tributária e os estabelece como crimes de ação penal pública, foram enviados ao Ministério Público do Estado do Ceará os Autos de Infração que configuram, em tese, crimes contra a ordem tributária, para apreciação e providências que se fizerem necessárias. No período de janeiro a julho de 2013, foram encaminhados um total de 269 (duzentos e sessenta e nove) Representações Fiscais, originadas de 338 (trezentos e trinta e oito) Autos de Infração lavrados contra contribuintes do Estado do Ceará, todos com trânsito em julgado na via administrativa e devidamente inscritos na Dívida Ativa Estadual.
- As Referidas Representações Fiscais resultaram em supressão de receita tributária de ICMS no valor de R\$ 19,69 milhões que, acrescida dos valores correspondentes às penalidades pecuniárias legais, totalizaram um montante devido ao Estado do Ceará de R\$ 42,78 milhões, assim distribuídos:

**TABELA 22**  
**DEMONSTRATIVO DAS REPRESENTAÇÕES FISCAIS**

(R\$ 1,00)

<b>Representações Fiscais</b>	<b>Autos de Infração</b>	<b>ICMS Devido (R\$)</b>	<b>Multa (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
269	338	19.688.153,97	23.086.734,51	42.775.888,48

Fonte: CATRI/SEFAZ

NOTA: Os valores demonstrados apresentam-se em valores nominais (valores da época da autuação).

- O envio ao Ministério Público Estadual, dos autos de infração, que configurem, em tese, crime contra a ordem tributária, com trânsito em julgado e encaminhados à Dívida Ativa do Estado, nos meses de agosto a dezembro foram suspensos com objetivo de conceder ao contribuinte o pagamento espontâneo com os benefícios desta Lei nº 15.384, que institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2013, independente de notificação;
- Os autos de infração que se encontram concluídos para envio ao Ministério Público Estadual perfazem um total de 192 autos, com os valores abaixo:

TABELA 23  
DEMONSTRATIVO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO CONCLUÍDOS

(R\$ 1,00)

ICMS Devido	Multa	Total
18.976.249,04	18.883.768,69	37.860.017,73

Fonte: CATRI/SEFAZ

#### Revisão Fiscal

- Foram realizadas até novembro de 2013 a análise da viabilidade de recuperação do crédito tributário de 129 processos de Autos Nulos/Extintos oriundos do Contencioso Administrativo Tributário;
- Realização de ações fiscais de Revisão Fiscal no exercício de 2013, resultando na lavratura de 101 Autos de Infração e o lançamento de R\$ 39,22 milhões de ICMS e multa.

#### PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS PELA INTERNET - ICMS E IPVA

- Permite ao contribuinte de ICMS do Estado do Ceará a realização de parcelamentos de débitos fiscais (ICMS e Autos de Infração) pela Internet, bem como o parcelamento do IPVA. O Parcelamento de Débitos Fiscais pela Internet vem dando uma contribuição imensurável para a eficiência no atendimento aos contribuintes de ICMS do Estado do Ceará, haja vista que a aplicação desta ferramenta trouxe maior comodidade e agilidade para o contribuinte e transparência na evidenciação dos débitos fiscais, o que permite, com facilidade, a regularização da sua situação Fiscal perante o órgão fazendário.

#### CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

- Implantação do Projeto Piloto de Controle da arrecadação das receitas originárias dos órgãos da administração direta e indireta. Este projeto compreende o desenvolvimento de aplicativo para registro, por meio de DAE, da entrada de recursos públicos arrecadados da Administração Direta e Indireta, de modo que se possibilite uma maior segurança na gestão da receita estadual e o acompanhamento do repasse das receitas públicas aos órgãos envolvidos.



---

## **IMPLANTAÇÃO DE NOVAS FERRAMENTAS**

### **Catálogo Eletrônico de Valor de Referência - CEVR**

- A ferramenta permite criar um catálogo único de preços dos produtos, calcular médias parciais e totais dos produtos, gerar índices de subfaturamento, subsidiar estudos para formação da pauta fiscal, mediante utilização intensiva das informações prestadas pelos contribuintes através de NF-e e SPED.

### **Sistema de Gestão Tributária - SIGET**

- Projeto Piloto do Sistema de Gestão Tributária - SIGET para o fornecimento de dados e informações econômico fiscais, possibilitando à Administração Tributária monitorar o cumprimento das obrigações tributárias e efetuar análises do desempenho fiscal dos contribuintes.

### **PAINEL FISCAL**

- Sistema de acompanhamento do desempenho dos tributos estaduais através de indicadores extraídos das base de dados corporativa da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ), possibilitando o registro e o acompanhamento de análises subjetivas e ações designadas por indicador e período, seus impactos nos resultados, em um ambiente de rede social integrada, além da integração deste software com os dados corporativos da SEFAZ.

## **Taxas**

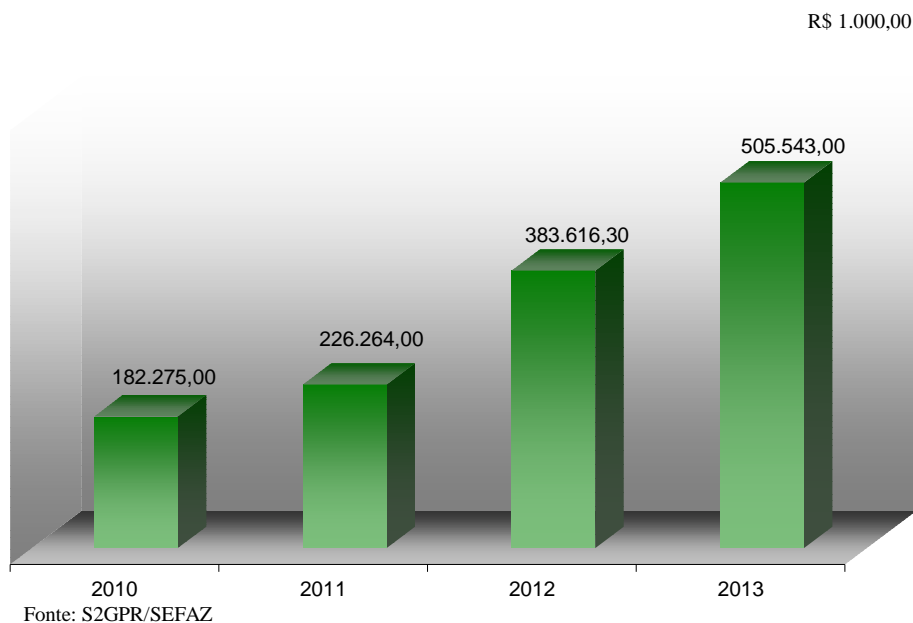
As receitas provenientes das Taxas, orçadas em R\$ 24.722.310,40 totalizaram na sua realização, R\$ 10.458.431,22, representando apenas 0,11% da Receita Tributária.

Nesta Fonte de Receita, as Taxas Pela Prestação de Serviços, em 2013, somaram R\$ 9.329.077,80, e cresceram 103,09%, em comparação com o exercício anterior.

## **Receita Patrimonial**

A Receita Patrimonial, prevista em R\$ 246.119.100,82 alcançou no exercício de 2013 a quantia de R\$ 505.543.676,02, correspondendo a 2,97% das Receitas Correntes. Esta fonte de receita é formada basicamente pelas Receitas de Valores Mobiliários e Receitas da Cessão de Direitos com participação de 98,86%. Esse resultado é fruto de negociações por melhores taxas de rendimentos das aplicações, como também pelos valores da Venda da Folha de Pagamento do Governo do Estado do Ceará ao Banco Bradesco S/A.

GRÁFICO VIII  
EVOLUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL - 2010 A 2013



### Receitas de Serviços

As Receitas de Serviços, que no ano de 2013 não teve nenhuma previsão orçamentária, chegou à cifra de R\$ 11.181.020,46.

### Transferências Correntes

As Transferências Correntes, com previsão final de R\$ 7.023.180.445,25, chegaram à cifra de R\$ 6.388.525.401,71, inferior à sua previsão em 9,04%. Tal receita representa 37,46 das Receitas Correntes.

No que diz respeito às transferências constitucionais da União feitas ao Tesouro Estadual, estas atingiram R\$ 5,095 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2013, com um acréscimo nominal de 7,35% relativamente ao mesmo período do ano passado, conforme demonstrado na tabela seguinte. No que se refere a estas transferências, a de maior representatividade foi a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que, no período supracitado, totalizou R\$ 4,888 bilhões, com um acréscimo nominal de 7,55%, comparado com 2012. Esta transferência participou com 76,52% das Transferências Correntes e 28,72% das Receitas Correntes.

Convém informar que no exercício de 2013 as Transferências de Recursos do FUNDEB que se referem ao retorno estão contidas em Outras Transferências Multigovernamentais no valor de R\$ 903.082.506,48 (172401) e participou com 14,14% das Transferências Correntes.

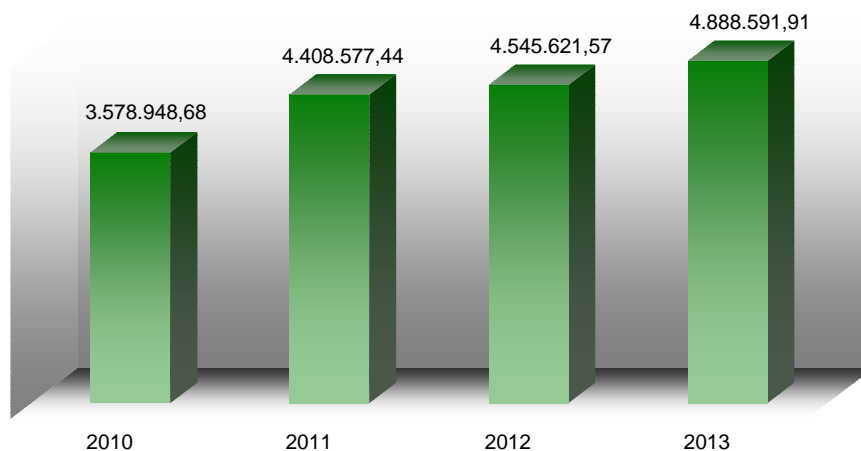
**TABELA 24**  
**DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO VALORES NOMINAIS**

(R\$ 1,00)

RECEITAS	2012	2013	VARIAÇÃO % (2012 / 2013)	PARTICIPAÇÃO %
FPE	4.545.620.948,57	4.888.591.908,78	7,55	95,94
CIDE	39.594.407,70	2.085.605,03	-94,73	0,04
FEP	18.402.940,40	19.117.370,64	3,88	0,38
ROYALTIES	14.212.255,46	19.148.194,79	34,73	0,38
IPI	27.785.366,89	29.507.365,77	6,20	0,58
LEI KANDIR	23.821.346,28	23.821.346,27	-0,00	0,47
FUNDO DE EXPORTAÇÃO	6.100.672,50	0,00	-100,00	0,00
CFEM	756.859,92	923.010,98	21,95	0,02
FNDE	70.268.864,30	112.287.570,77	59,80	2,20
ISO	184,46	1.172,41	535,59	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.746.563.846,48</b>	<b>5.095.483.545,44</b>	<b>7,35</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

**GRÁFICO IX**  
**EVOLUÇÃO DA RECEITA DO FPE - 2010 - 2013**



Fonte: S2GPR/SEFAZ





No exercício de 2012, houve mudança de critério com relação ao FUNDEB, as receitas que compõem a sua base de cálculo foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados à formação do FUNDEB; foram registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001.

As Tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo.

A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.

TABELA 25

DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS DOS RECURSOS DO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ - 2013

(R\$ 100)		
ORIGENS DOS RECURSOS	VALOR	PART. %
ICMS ESTADUAL	434.886.192,96	36,59
FPE	256.387.787,74	21,57
FPM	181.419.265,09	15,26
IPI EXP	1.546.342,56	0,13
ITR	122.857,10	0,01
ITCMD	3.293.219,66	0,28
IPVA	28.134.608,20	2,37
ICMS LEI 87/96	1.664.108,52	0,14
AJUSTE RETORNO 2013	-4.371.875,35	(0,37)
<b>TOTAL DA RECEITA DO RETORNO</b>	<b>903.082.506,48</b>	<b>75,99</b>
AJUSTE COMPL UNIÃO 2012	47.259.629,70	(0,09)
AJUSTE COMPL UNIÃO 2013	-1.016.185,56	3,98
COMPL. DA UNIÃO DO EXERCÍCIO	239.171.171,10	20,12
<b>TOTAL DO COMPL. DA UNIAO</b>	<b>285.414.615,24</b>	<b>24,01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.188.497.121,72</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A

Nota 1: O ajuste de 2012 refere-se à Portaria MEC nº 344, de 24 de abril de 2013;

Nota 2: Os ajustes de 2013 referem-se a Portaria Interministerial nº 4, de 7 de maio de 2013.

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar 87/96, foram registrados como dedução da respectiva receita orçamentária, conforme discriminado abaixo:



TABELA 26

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS AO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ - 2013

(R\$ 1,00)		
FONTES	VALOR	PART. %
ICMS Estadual	1.244.830.572,49	54,18
FPE	977.718.381,50	42,55
IPI Exportação	4.426.104,69	0,19
ITCMD	12.578.699,78	0,55
IPVA	53.376.386,68	2,32
ICMS Lei 87/96	4.764.269,19	0,21
<b>TOTAL</b>	<b>2.297.694.414,33</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e Repasse da SEFAZ/CE;

**Nota 1:** Valores computados pelo regime de caixa;

**Nota 2:** Nos valores referentes ao ITCD, ICMS e IPVA, estão computados o valor Principal, Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora;

**Nota 3:** Nos repasses realizados em 2013, constam repasses complementares de 2012:

ICMS - R\$ 36.351.476,10, IPVA - R\$ 266.253,89 e ITCD - R\$ 660.112,66;

**Nota 4:** Parcela da receita arrecadada em 2013 foi repassada ao FUNDEB em 2014:

ICMS - R\$ 38.247.994,94, IPVA - R\$ 420.188,26 e ITCD - R\$ 1.242.787,48;

**Nota 5:** Os recursos transferidos ao FUNDEB, em 2013, foram contabilizados como dedução da receita orçamentária.

O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei 11.494/2007.

TABELA 27

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO FUNDEB NO ESTADO DO CEARÁ - 2013

(R\$ 1,00)	
DESCRIÇÃO	VALOR
Transferência Realizada pelo Estado	(2.297.694.414,33)
Retornou para o Estado	903.082.506,48
<b>Perda do Estado</b>	<b>(1.394.611.907,85)</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A tabela a seguir demonstra a evolução das perdas do FUNDEB do período de 2008 a 2013

TABELA 28

DEMONSTRATIVO DO EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB - 2008 A 2013

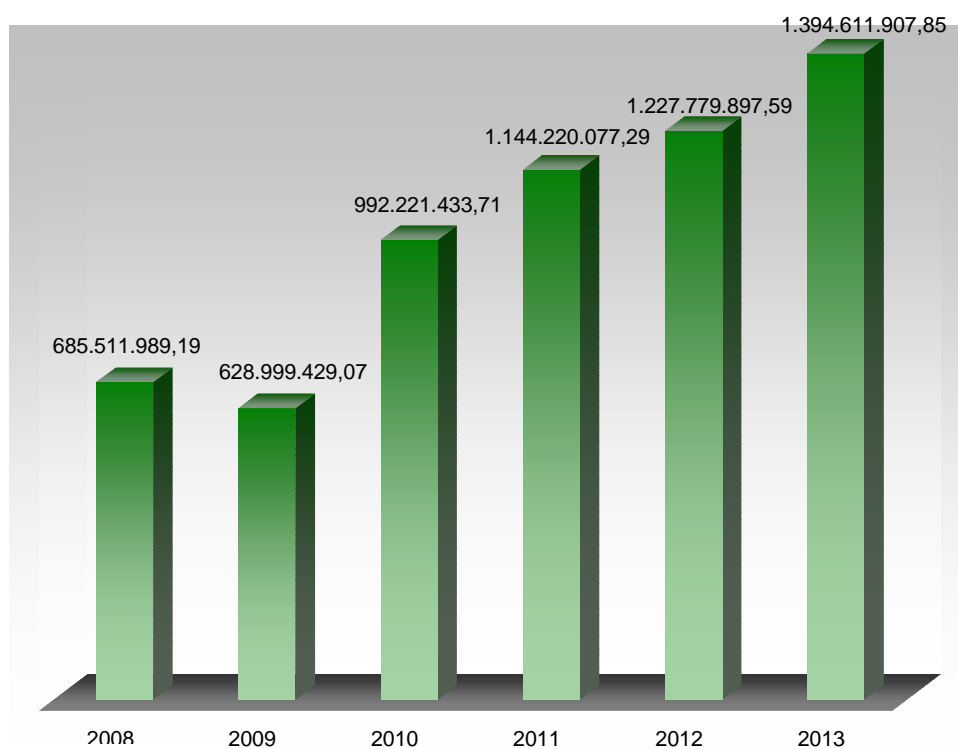
(R\$ 1,00)						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>PERDA</b>	685.511.989,19	628.999.429,07	992.221.433,71	1.144.220.077,29	1.227.779.897,59	1.394.611.907,85

Fonte: S2GPR/SEFAZ



Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar 87/96, foram registrados como dedução da respectiva receita orçamentária.

**GRÁFICO X**  
**EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB 2008-2013**



### **Outras Receitas Correntes**

Esse grupo de receitas alcançou a cifra de R\$ 317.288.347,16, superior ao previsto em 29,05%. Esse grupo apresentou um acréscimo nominal de 29,02% em relação ao exercício de 2012. O item Multas e Juros de Mora participou com R\$ 135.480.167,90, equivalente a 42,70% do total do grupo. Os demais itens: Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas atingiram um montante de R\$ 181.808.179,26, representando 57,30% da rubrica Outras Receitas Correntes.



## 2.1.1.2. Receitas de Capital

A Categoria Receitas de Capital, no ano de 2013, somou o montante de R\$ 1.786.129.324,76, correspondendo a uma participação de 9,48% do total da Receita Orçamentária.

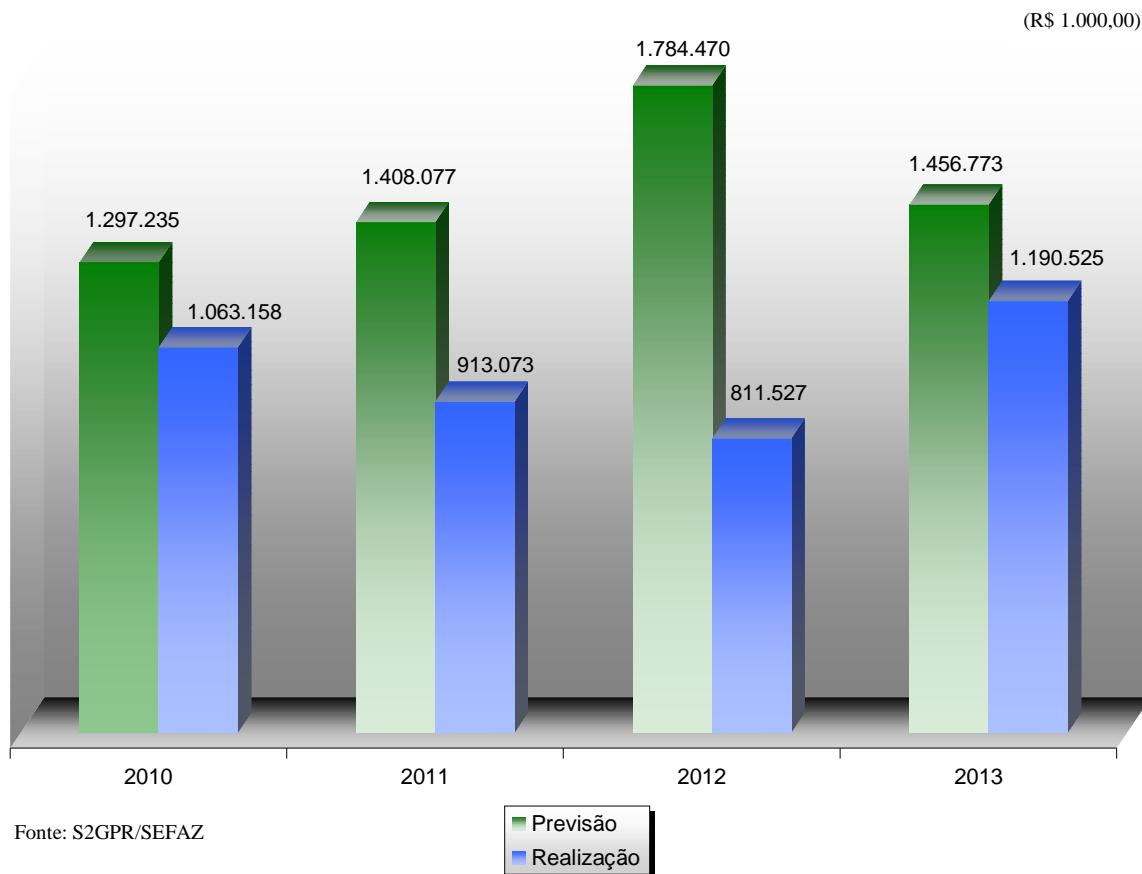
Em 2013, houve um incremento nominal nas Receitas de Operações de Crédito de 46,70% em relação ao ano anterior, conforme tabela abaixo:

TABELA 29  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO A RECEITA DE OPERAÇÃO  
DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)				
ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
<b>FISCAL</b>	<b>14.334.184.166,40</b>	<b>11.205.636.561,01</b>	<b>93,38</b>	<b>78,17</b>
Corrente	9.101.180.597,95	8.724.376.669,06	72,71	95,86
Capital	5.233.003.568,45	2.481.259.891,95	20,68	47,42
Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>829.539.835,76</b>	<b>793.990.244,37</b>	<b>6,62</b>	<b>95,71</b>
Corrente	805.568.222,86	781.024.796,34	6,51	96,95
Capital	23.971.612,90	12.965.448,03	0,11	54,09
<b>INVEST.DAS EMPRESAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.163.724.002,16</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>100,00</b>	<b>79,13</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XI  
COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO DA RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO -  
2010 - 2013



A participação das Operações de Crédito em relação à receita total, nos últimos cinco anos, encontra-se demonstrada a seguir:



**TABELA 30**  
**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À**  
**RECEITA TOTAL: 2010 A 2013**

ANO	VALOR LIBERADO	Valores Correntes (R\$ 1,00)	
		RECEITA TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
2010	1.063.158.347	12.861.165.312	8,27
2011	913.072.697	14.111.161.195	6,47
2012	811.527.194	16.238.573.150	5,00
2013	1.190.525.229	18.844.349.204	6,32

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

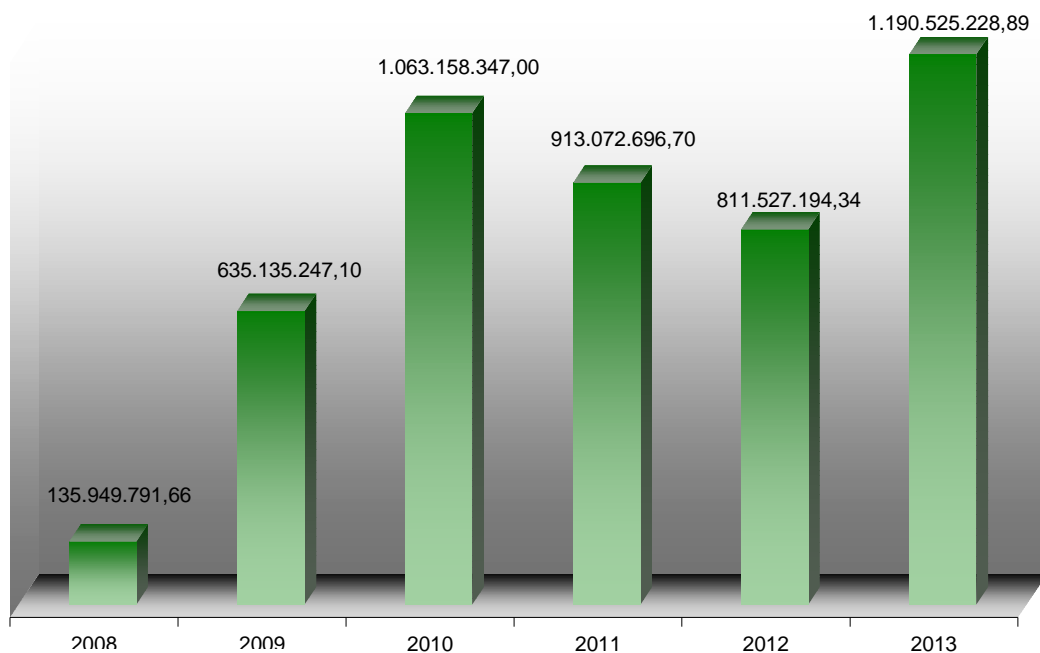
Do montante total das operações de crédito realizadas em 2013, destacam-se as operações de créditos internas obtidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco do Brasil - BB, que totalizaram o valor de R\$ 661.076.342,55, correspondente a 55,53% da receita total de operação de crédito, sendo que os recursos originados através do BNDES foram aplicados no pagamento da Sociedade de Propósito Específico - SPE, a qual reformou e opera o Arena Castelão, no Programa Metrofor, no Programa Hidroagrícola, e no Programa BNDES Estados destinado a projetos do Plano de Investimentos do Estado constante no Plano Plurianual - PPA e com à aquisição de 04 (quatro) tuneladoras EPB (Earth Pressure Balanced) a serem utilizadas na implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza. Com o Banco do Brasil S/A, foram utilizados exclusivamente para viabilizar a execução de despesas de capital constante no Plano Plurianual - PPA, ambos provenientes do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVEST, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.109, de 05 de julho de 2012.

Nesse montante de 2013, também estão incluídas as operações de crédito externa destinadas ao Programa de Saúde financiado pelo BID no valor de R\$ 29.040.858,75, ao Programa São José III, que trata da redução da Pobreza Rural financiado pelo BID no valor de R\$ 22.375.100,00, ao Programa de valorização Turística com a Corporação Andina de Fomento - CAF no valor de R\$ 40.099.252,38, ao Programa de Aquisição de Equipamentos e Instrumentos Técnicos Científicos com a MLW Intermed no valor de R\$142.488.214,31 e ao Programa PforR através do Banco Mundial (BIRD) - Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no valor de R\$ 222.204.955,00.



GRÁFICO XII

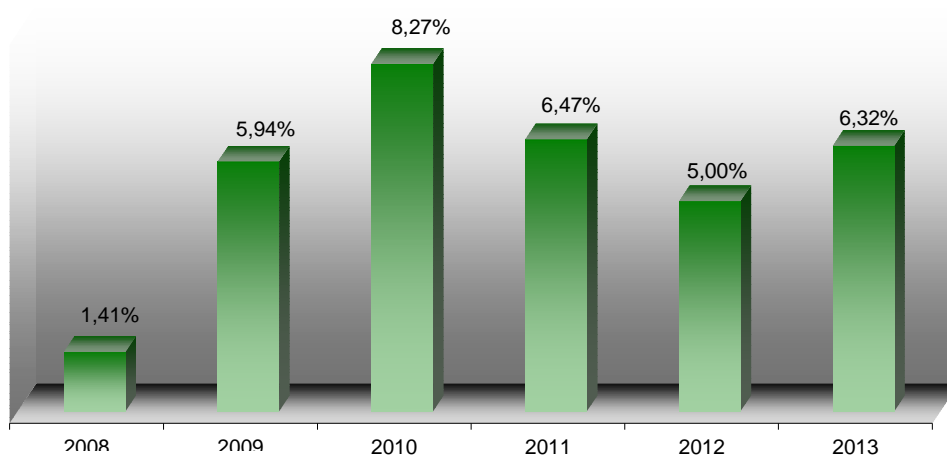
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO VALORES CORRENTES - 2008 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

GRÁFICO XIII

PARTICIPAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL - 2008 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ



## Alienação de Bens

A alienação de Bens, no ano de 2013, somou o montante de R\$ 22.325,38, com uma participação de 0,13% desprezível no total da Receita de Capital. O valor arrecadado é exclusivamente de Alienação de Bens Móveis. Essa receita apresentou em 2013 uma redução de 99,66% em comparação com o exercício anterior.

## Transferência de Capital

No ano de 2013, esse grupo foi o segundo mais relevante da categoria Receita de Capital com o montante de R\$ 595.581.770,49 participando com 33,34% no total da sua categoria. Essa receita apresentou em 2013 um acréscimo de 390,66% em comparação com exercício anterior.

## Outras Receitas de Capital

O grupo Outras Receitas de Capital, no ano de 2013 não teve arrecadação, no entanto foi previsto o valor de R\$ 3.116.739,48.

### 2.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada na Administração Direta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2013 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 11.999.626.805,38 correspondendo a 79,14%, da despesa final fixada, que foi R\$ 15.163.724.002,16, não incluindo as transferências para administração Indireta.

#### 2.1.2.1. A Despesa Orçamentária, por Tipo de Crédito, está assim demonstrada:

TABELA 31  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA X REALIZADA,  
POR TIPO DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)				
CRÉDITOS	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PART.%
Ordinários e Suplementares	14.920.291.658,09	11.999.626.805,38	80,42	100,00
Créditos Especiais	243.432.344,07	0,00	0,00	0,00
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TO TAL</b>	<b>15.163.724.002,16</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>79,13</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR





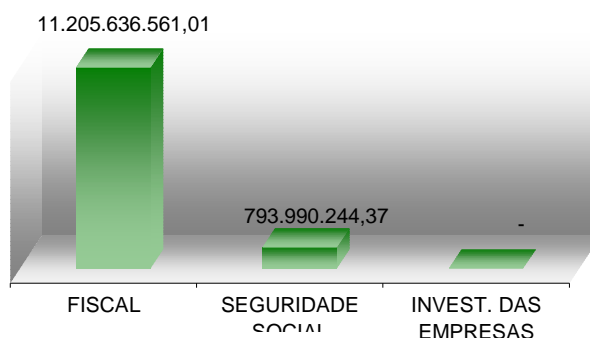
De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

TABELA 32  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR  
TIPO DE ORÇAMENTO E CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)				
ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
<b>FISCAL</b>	<b>14.334.184.166,40</b>	<b>11.205.636.561,01</b>	<b>93,38</b>	<b>78,17</b>
Corrente	9.101.180.597,95	8.724.376.669,06	72,71	95,86
Capital	5.233.003.568,45	2.481.259.891,95	20,68	47,42
Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>829.539.835,76</b>	<b>793.990.244,37</b>	<b>6,62</b>	<b>95,71</b>
Corrente	805.568.222,86	781.024.796,34	6,51	96,95
Capital	23.971.612,90	12.965.448,03	0,11	54,09
<b>INVEST.DAS EMPRESAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.163.724.002,16</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>100,00</b>	<b>79,13</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XIV  
DESPESA REALIZADA POR TIPO DE ORÇAMENTO



Fonte: S2GPR/SEFAZ

A participação dos poderes do Estado, com seus respectivos órgãos, e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada no quadro seguinte:

**TABELA 33**  
**DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR**  
**PODER E ÓRGÃO**

(R\$ 1,00)					
ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO	REALIZ. %	PART. %
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>506.845.280,15</b>	<b>497.816.516,53</b>	<b>9.028.763,62</b>	<b>98,22</b>	<b>4,15</b>
Assembleia Legislativa	363.044.019,67	358.398.011,45	4.646.008,22	98,72	2,99
Tribunal de Contas do Estado	73.297.872,00	72.271.769,82	1.026.102,18	98,60	0,60
Tribunal de Contas dos Municípios	70.503.388,48	67.146.735,26	3.356.653,22	95,24	0,56
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>743.351.132,65</b>	<b>740.683.828,85</b>	<b>2.667.303,80</b>	<b>99,64</b>	<b>6,17</b>
Tribunal de Justiça	743.351.132,65	740.683.828,85	2.667.303,80	99,64	6,17
<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>	<b>266.860.896,42</b>	<b>261.958.706,54</b>	<b>4.902.189,88</b>	<b>98,16</b>	<b>2,18</b>
Procuradoria Geral da Justiça	266.860.896,42	261.958.706,54	4.902.189,88	98,16	2,18
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>13.646.666.692,94</b>	<b>10.499.167.753,46</b>	<b>3.147.498.939,48</b>	<b>76,94</b>	<b>87,50</b>
Defensoria Pública Geral do Estado	97.813.137,30	96.600.673,62	1.212.463,68	98,76	0,81
Secretaria da Infra-Estrutura	1.188.863.976,10	539.504.504,93	649.359.471,17	45,38	4,50
Sec. de Seg. Pub. e Def. Social	115.455.612,91	94.825.298,43	20.630.314,48	82,13	0,79
SSPDC - Polícia Civil	289.800.835,10	276.787.143,01	13.013.692,09	95,51	2,31
Polícia Militar	936.062.896,18	916.619.654,05	19.443.242,13	97,92	7,64
Corpo de Bombeiros	142.673.574,89	134.243.721,60	8.429.853,29	94,09	1,12
Perícia Forense do Estado do Ceará	56.784.622,28	53.196.588,61	3.588.033,67	93,68	0,44
Academia Estadual de Seg. Pública	15.307.586,11	10.475.281,67	4.832.304,44	68,43	0,09
Gabinete do Governador	47.730.807,41	45.140.970,16	2.589.837,25	94,57	0,38
Gabinete do Vice-Governador	3.915.246,11	3.678.701,95	236.544,16	93,96	0,03
Procuradoria Geral do Estado	64.995.262,26	61.926.845,41	3.068.416,85	95,28	0,52
Casa Militar	9.078.691,00	8.962.668,42	116.022,58	98,72	0,07
Conselho Estadual de Educação	6.106.415,99	5.925.707,53	180.708,46	97,04	0,05
Secretaria da Justiça e Cidadania	312.660.848,68	233.839.523,45	78.821.325,23	74,79	1,95
Secretaria da Fazenda	661.874.916,29	618.037.097,62	43.837.818,67	93,38	5,15
- Encargos Gerais do Estado	3.442.970.030,78	3.369.002.632,97	73.967.397,81	97,85	28,08
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	601.543.147,49	272.409.753,68	329.133.393,81	45,29	2,27
Secretaria da Educação	2.426.426.762,70	2.225.539.568,31	200.887.194,39	91,72	18,55
Secretaria da Cultura	74.486.325,39	53.758.690,63	20.727.634,76	72,17	0,45
Secretaria dos Recursos Hídricos	535.179.462,02	150.065.011,54	385.114.450,48	28,04	1,25
Casa Civil	171.220.336,61	161.834.621,89	9.385.714,72	94,52	1,35
Secretaria da Ciência, Rec. e Educação Superior	170.797.293,74	114.486.951,26	56.310.342,48	67,03	0,95
Secretaria do Turismo	345.050.593,79	147.506.143,75	197.544.450,04	42,75	1,23
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	10.898.279,37	9.838.656,03	1.059.623,34	90,28	0,08
Secretaria do Esporte	82.951.976,60	67.284.590,39	15.667.386,21	81,11	0,56
Secretaria das Cidades	944.989.962,61	284.356.353,77	660.633.608,84	30,09	2,37
Secretaria de Planejamento e Gestão	260.990.713,55	75.616.865,34	185.373.848,21	28,97	0,63
Escola de Gestão Púb. Do Estado do Ceará	3.303.589,96	3.141.055,41	162.534,55	95,08	0,03
Secretaria do Trabalho e Des. Social	190.324.434,69	152.879.881,64	37.444.553,05	80,33	1,27
Conselho Estadual de Desenv. Econômico	48.163.725,28	46.932.312,14	1.231.413,14	97,44	0,39
Conselho de Políticas e Gestão M. Ambiente	29.292.047,90	12.934.196,26	16.357.851,64	44,16	0,11
Secretaria da Pesca e Aquicultura	29.156.299,89	4.849.309,23	24.306.990,66	16,63	0,04
Secretaria Especial da Copa	320.286.005,96	238.520.916,79	81.765.089,17	74,47	1,99
Controladoria Geral da Disciplina	9.511.276,00	8.445.861,97	1.065.414,03	88,80	0,07
<b>TOTAL</b>	<b>15.163.724.002,16</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>3.164.097.196,78</b>	<b>79,13</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Vale lembrar que os “Encargos Gerais do Estado”, demonstrado na tabela anterior, representa uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda, em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, como: o Serviço e Amortização da Dívida Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP e outras.

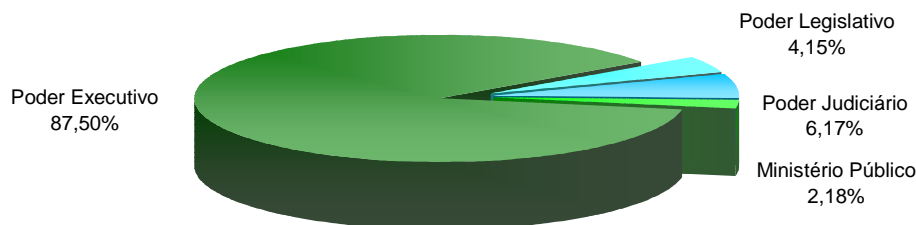
TABELA 34  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR  
PODER E CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
<b>Poder Legislativo</b>	<b>506.845.280,15</b>	<b>497.816.516,53</b>	<b>98,22</b>	<b>4,15</b>
Despesas Correntes	473.600.810,44	465.836.380,67	98,36	3,88
Despesas de Capital	33.244.469,71	31.980.135,86	96,20	0,27
<b>Poder Judiciário</b>	<b>743.351.132,65</b>	<b>740.683.828,85</b>	<b>99,64</b>	<b>6,17</b>
Despesas Correntes	743.341.132,65	740.683.828,85	99,64	6,17
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ministério Público</b>	<b>266.860.896,42</b>	<b>261.958.706,54</b>	<b>98,16</b>	<b>2,18</b>
Despesas Correntes	260.451.896,42	256.673.521,02	98,55	2,14
Despesas de Capital	6.409.000,00	5.285.185,52	82,47	0,04
<b>Poder Executivo</b>	<b>13.646.666.692,94</b>	<b>10.499.167.753,46</b>	<b>76,94</b>	<b>87,50</b>
Despesas Correntes	8.429.354.981,30	8.042.207.734,86	95,41	67,02
Despesas de Capital	5.217.311.711,64	2.456.960.018,60	47,09	20,48
<b>TOTAL</b>	<b>15.163.724.002,16</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>79,13</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XV  
DESPESA REALIZADA POR PODER



Fonte: S2GPR/SEFAZ

## 2.1.2.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada, por categoria e grupo, da Administração Direta, está demonstrada da seguinte forma:

TABELA 35  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA,  
POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO	REALIZ.%	PARTIC.%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.906.748.820,81</b>	<b>9.505.401.465,40</b>	<b>401.347.355,41</b>	<b>95,95</b>	<b>79,21</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.868.106.136,28	4.776.717.422,68	91.388.713,60	98,12	39,81
Juros e Enc. da Dívida	231.423.495,00	227.018.789,46	4.404.705,54	98,10	1,89
Outras Despesas Correntes	4.807.219.189,53	4.501.665.253,26	305.553.936,27	93,64	37,52
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.256.975.181,35</b>	<b>2.494.225.339,98</b>	<b>2.762.749.841,37</b>	<b>47,45</b>	<b>20,79</b>
Investimentos	4.466.541.175,43	1.722.912.521,89	2.743.628.653,54	38,57	14,36
Inversões Financeiras	253.721.880,30	244.274.232,51	9.447.647,79	96,28	2,04
Amortização da Dívida	536.712.125,62	527.038.585,58	9.673.540,04	98,20	4,39
<b>TOTAL</b>	<b>15.163.724.002,16</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>3.164.097.196,78</b>	<b>79,13</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

### 2.1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes, realizadas pela Administração Direta para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa, alcançaram o montante de R\$ 9.505.401.465,40, correspondendo a 79,21% da Despesa Orçamentária.

#### Pessoal e Encargos Sociais

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R\$ 4.776.717.422,68, é o grupo mais representativo dentro das Despesas Correntes, representando 50,25%.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, da tabela seguinte, com o total da Despesa de Pessoal da tabela 36. A razão disto é que nesta última estão incluídos os valores empenhados na rubrica Pessoal e Encargos das Administrações Direta e Indireta e calculada nos moldes do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.



TABELA 36

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE  
LÍQUIDA - RCL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00

LRF Art. 55, inciso I alínea "a".

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS				
	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL (Últimos 12 meses)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>6.501.611.414,25</b>	<b>369.206.166,80</b>	<b>799.369.024,23</b>	<b>253.913.797,13</b>	<b>7.924.100.402,41</b>
<b>PESSOAL ATIVO</b>	<b>4.831.685.421,83</b>	<b>294.301.595,57</b>	<b>691.896.794,89</b>	<b>221.879.077,06</b>	<b>6.039.762.889,35</b>
<b>PESSOAL INATIVO</b>	<b>1.411.086.226,70</b>	<b>66.181.284,18</b>	<b>107.472.229,34</b>	<b>32.034.720,07</b>	<b>1.616.774.460,29</b>
- Tesouro	812.841.205,49	1.040.304,08	5.274,40	16.221,15	813.903.005,12
- Servidor	196.054.122,45	31.723.132,96	54.696.348,93	13.290.300,57	295.763.904,91
- Patronal	402.190.898,76	33.417.847,14	52.770.606,01	18.728.198,35	507.107.550,26
<b>OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)</b>	<b>258.839.765,72</b>	<b>8.723.287,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>267.563.052,77</b>
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>677.055.195,53</b>	<b>65.993.034,51</b>	<b>132.578.194,12</b>	<b>46.161.823,35</b>	<b>921.788.247,51</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	49.273.601,50	0,00	0,00	1,00	49.273.602,50
Despesas de Exercícios Anteriores	29.536.572,82	852.054,41	25.111.239,18	14.143.323,43	69.643.189,84
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	598.245.021,21	65.140.980,10	107.466.954,94	32.018.498,92	802.871.455,17
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP (III) = (I - II)</b>	<b>5.824.556.218,72</b>	<b>303.213.132,29</b>	<b>666.790.830,11</b>	<b>207.751.973,78</b>	<b>7.002.312.154,90</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>13.379.882.290,14</b>	<b>13.379.882.290,14</b>	<b>13.379.882.290,14</b>	<b>13.379.882.290,14</b>	<b>13.379.882.290,14</b>
<b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP sobre a RCL (III / IV*100)</b>	<b>43,53</b>	<b>2,27</b>	<b>4,98</b>	<b>1,55</b>	<b>52,33</b>
<b>% DO LIMITE PRUDENCIAL S/RCL (§ ÚNICO, ART. 22 DA LRF)</b>	<b>46,17</b>	<b>3,23</b>	<b>5,70</b>	<b>1,90</b>	<b>57,00</b>
<b>% DO LIMITE MÁXIMO S/RCL (INCISOS I,II,III, ART. 20 DA LRF)</b>	<b>48,60</b>	<b>3,40</b>	<b>6,00</b>	<b>2,00</b>	<b>60,00</b>

FONTE: SZGPR; COTES/CECAD; 29/03/2014 14:59

Notas:

- 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício;
  - 2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;
  - 3: Exclui "Pensionistas" conforme Resolução nº 2230/10-TCE.

Como demonstra a tabela anterior, o Estado cumpriu o que estabelece o inciso II, do Art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, de não exceder 60% da Receita Corrente Líquida com Despesa de Pessoal e Encargos, tendo comprometido, em 2013, 52,33%.

No Demonstrativo da despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, Tabela 36, estão apropriadas as despesas com inativos em cada Poder e no Ministério Público.

Os repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social estão apropriados no Pessoal Ativo de cada poder e no Ministério Público.

Constam na Despesa de Pessoal as despesas relativas a mão-de-obra, constantes de contratos de terceirização e inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do quadro de pessoal da Instituição, classificadas no elemento 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.



Essa despesa está regulamentada pelo Poder Executivo através da Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/SEAD/SECON nº 01, de 21 de junho de 2006.

Na despesa com pessoal não estão computadas as despesas com pensionistas por força da Resolução nº 2230/10/TCE.

Comparando-se, o valor da Despesa com Pessoal do exercício de 2013, com a do exercício de 2012 houve um acréscimo de 13,83%.

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que, em 2013, realizou 3.806 nomeações de novos servidores para integrarem os seguintes órgãos: DPG, Polícia Civil, PMCE, PGE, SEFAZ, SEMACE, SEDUC, ARCE, FUNECE, URCA, UVA, SEJUS, SEPLAG, PEFOCE, ADAGRI. A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2013, um custo adicional de R\$ 118.344.159,65.

TABELA 37

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00

RREO - ANEXO 3 (LRF, art.53, Inciso I)

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA DE 2013
	JAN/13	FEV/13	MAR/13	ABR/13	MAI/13	JUN/13	JUL/13	AGO/13	SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13		
<b>I - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.455.820.453</b>	<b>1.654.269.906</b>	<b>1.468.443.050</b>	<b>1.518.580.137</b>	<b>1.545.398.575</b>	<b>1.484.708.998</b>	<b>1.365.778.275</b>	<b>1.494.461.665</b>	<b>1.509.107.695</b>	<b>1.469.292.313</b>	<b>1.618.986.998</b>	<b>1.946.877.691</b>	<b>18.531.725.757</b>	<b>19.014.349.501</b>
Receita Tributária	873.805.365	814.777.617	751.015.055	847.510.039	793.359.353	775.123.968	830.610.933	822.011.605	907.699.455	861.023.664	871.367.886	976.454.436	10.124.759.369	10.004.621.400
ICMS	700.839.363	681.286.323	596.062.699	664.778.116	669.752.346	657.927.385	691.727.568	736.475.136	796.870.575	748.817.407	780.235.997	817.236.995	8.542.009.911	8.483.777.134
IPVA	160.731.769	76.448.136	70.526.200	70.274.423	59.210.296	15.183.332	15.614.902	11.452.388	9.799.597	7.881.770	6.526.558	6.870.965	510.520.336	502.807.109
ITCD	2.401.839	3.860.025	2.326.446	5.353.955	3.266.198	4.094.799	3.225.124	5.367.897	15.233.709	4.388.654	4.450.360	5.392.775	59.361.780	48.606.914
IRRF	6.665.144	44.406.235	47.944.131	58.262.251	48.043.381	49.034.072	84.155.866	35.423.474	51.028.534	69.116.822	54.745.628	106.164.764	654.990.302	569.809.768
Outras Receitas Tributárias	3.167.240	8.776.898	34.155.579	48.841.295	13.087.132	48.884.380	35.887.474	33.292.711	34.767.040	30.819.011	25.409.343	40.788.938	357.877.040	399.820.476
Receita de Contribuições	26.207.616	34.054.570	9.558.735	54.023.786	34.193.075	32.692.632	37.930.368	35.103.802	35.098.185	33.379.392	35.634.510	84.262.458	452.139.130	452.973.091
Receita Patrimonial	10.148.818	13.202.871	207.134.137	23.767.451	19.117.995	65.256.722	(25.721.014)	26.450.842	18.805.578	24.573.333	24.639.703	155.273.581	562.650.017	273.019.520
Receita Agropecuária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Serviços	1.088.222	1.527.038	3.712.661	5.470.435	3.873.857	3.235.857	4.078.198	3.646.593	4.328.125	3.585.220	3.722.576	9.405.165	47.673.947	20.638.529
Transferências Correntes	516.610.466	775.049.141	467.737.790	550.448.592	663.812.190	574.489.315	485.854.946	570.671.096	474.995.237	515.859.848	650.517.379	643.740.777	6.889.786.777	7.762.268.612
Cota-Parte do FPE	425.582.139	572.575.251	329.760.821	353.825.926	508.399.763	424.154.140	302.051.877	394.928.008	326.854.745	326.859.786	454.855.297	468.944.176	4.888.591.909	5.332.233.829
Transferências de L.C. 87/1996	0	0	0	7.940.449	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	23.821.346	26.104.110
Transferências de L.C. 61/1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências do FUNDEB	80.474.698	124.508.592	88.055.660	137.709.502	102.958.080	89.218.043	83.609.265	93.625.594	87.843.167	93.729.452	97.917.537	108.847.532	1.188.497.122	1.235.641.044
Outras Transferências Correntes	10.553.630	77.965.297	49.921.309	50.972.715	50.469.234	59.132.019	98.208.692	80.132.362	58.312.214	93.285.518	95.959.433	63.963.957	788.876.400	1.168.289.628
Outras Receitas Correntes	27.959.976	15.658.669	29.284.672	37.359.834	31.042.104	33.910.503	33.024.843	36.577.728	68.181.115	30.870.855	33.104.944	77.741.274	454.716.517	500.828.350
<b>II - DEDUÇÕES</b>	<b>479.805.908</b>	<b>453.449.956</b>	<b>385.901.538</b>	<b>416.141.319</b>	<b>435.207.989</b>	<b>400.402.625</b>	<b>373.970.203</b>	<b>410.537.138</b>	<b>418.150.233</b>	<b>426.579.516</b>	<b>433.864.439</b>	<b>517.832.602</b>	<b>5.151.843.466</b>	<b>5.220.431.368</b>
Transferências Constitucionais e Legais	250.237.184	194.109.995	206.068.675	181.752.169	193.455.428	181.738.639	168.938.651	185.594.717	204.771.279	199.397.174	199.021.003	197.909.803	2.362.994.717	2.393.231.509
Contrib. para o Plano de previd. do Servidor	26.207.616	34.054.570	9.558.735	54.023.786	34.193.075	32.692.632	37.930.368	35.103.802	35.098.185	33.379.392	35.634.510	84.262.458	452.139.130	452.973.091
Contrib. p/ Custeio das Pensões Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compens. Financ. entre Reg. Previdência	1.740.584	0	0	4.625.264	3.393.636	1.177.651	4.509.111	3.476.509	4.518.124	2.676.202	3.564.149	9.333.975	39.015.205	33.190.800
Ded. de Rec. para a formação do FUNDEB	201.620.524	225.285.391	170.274.128	175.740.100	204.165.850	184.793.703	162.592.074	186.362.111	173.762.644	191.126.748	195.644.776	226.326.365	2.297.694.414	2.341.035.967
<b>III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>976.014.546</b>	<b>1.200.819.950</b>	<b>1.082.541.512</b>	<b>1.102.438.817</b>	<b>1.110.190.585</b>	<b>1.084.386.372</b>	<b>991.808.072</b>	<b>1.083.924.528</b>	<b>1.090.957.463</b>	<b>1.042.712.797</b>	<b>1.185.122.559</b>	<b>1.429.045.090</b>	<b>13.379.882.290</b>	<b>13.793.918.134</b>

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 29/03/2014 14:54

A Receita Corrente Líquida - RCL, no valor de R\$ 13.379.882.290,14 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduções, no mês de referência (Dezembro) e nos 11 meses anteriores.



A RCL é referência para a fixação dos limites das despesas com pessoal, das despesas previdenciárias, das garantias, da dívida consolidada e das operações de crédito. Isto significa que quanto mais aumentar a RCL, mais poderão se expandir os valores das despesas que estão a ela referenciadas.

**TABELA 38**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

(R\$ 1,00)

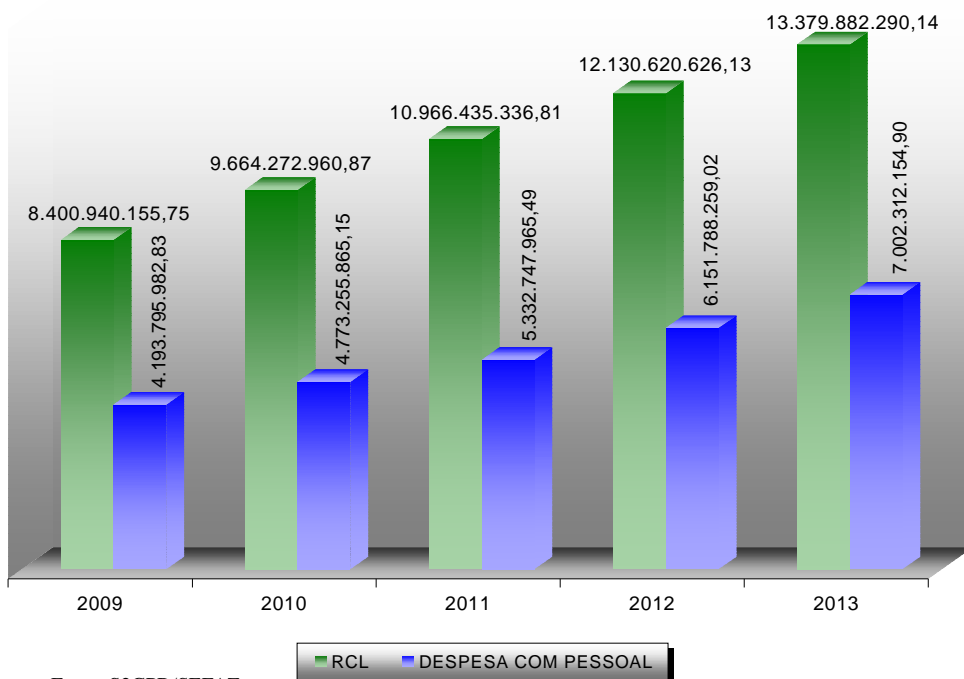
<b>ANO</b>	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>REALIZAÇÃO %</b>
2009	8.400.940.155,75	4.193.795.982,83	49,92
2010	9.664.272.960,87	4.773.255.865,15	49,39
2011	10.966.435.336,81	5.332.747.965,49	48,63
2012	12.130.620.626,13	6.151.788.259,02	50,71
2013	13.379.882.290,14	7.002.312.154,90	52,33

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XVI

DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2009 A 2013



### Juros e Encargos da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2013, somaram R\$ 192.418.692,73 representando 2,02% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um decréscimo de 4,15%. Está incluído na despesa supramencionada o valor de R\$ 21.170.288,00, referente aos juros e encargos da dívida da COHAB, pagos com recursos do Tesouro.

Os Juros e Encargos da Dívida Externa, no ano de 2013, atingiram a cifra de R\$ 34.600.096,73, representando 0,36% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 29,83%.

### Outras Despesas Correntes

O grupo de despesas “Outras Despesas Correntes”, executadas em 2013 somaram R\$ 4.501.655.253,26.

As transferências constitucionais e legais repassadas aos municípios, no exercício de 2013, conforme Art.158 da Constituição Federal, somaram R\$ 2.362.994.717,14, participando com 52,50% na composição do grupo.





TABELA 39  
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS

(R\$ 1,00)	
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	TO TAL
<b>DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS</b>	
Transferências a Municípios - ICMS	2.077.878.485,80
Transferências a Municípios - IPVA	267.651.597,27
Transferências a Municípios - IPI	7.376.841,46
Transferências a Municípios - Royalties	9.566.391,35
Transferências a Municípios - CIDE	521.401,26
<b>TO TAL</b>	<b>2.362.994.717,14</b>

A cota parte do ICMS pertencente aos municípios é calculada, no percentual de 25% sobre a receita bruta do ICMS, e somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB devido pelos municípios, no percentual de 20% sobre a sua cota parte, já líquida das restituições:

TABELA 40  
BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS AOS MUNICÍPIOS

(R\$ 1,00)	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ICMS	8.231.773.150,70
MULTA E JUROS DE MORA - ICMS	22.444.801,90
DÍVIDA ATIVA DO ICMS	78.213.908,72
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	4.614.156,08
<b>TOTAL</b>	<b>8.670.949.690,71</b>
RESTITUIÇÃO DE ICMS	23.568.675,21
RESTITUIÇÃO MULTA E JUROS DE MORA - ICMS - FECOP	97.287,12
<b>TOTAL</b>	<b>357.472.348,52</b>
<b>BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS DEVIDA AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>8.313.477.342,19</b>

A Tabela a seguir demonstra os principais componentes do grupo de Outras Receitas Correntes.



TABELA 41

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DO GRUPO  
“OUTRAS DESPESAS CORRENTES”

(R\$ 100)

ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO	PARTIC.%	REALIZ.%	PARTIC.%	REALIZ.%
Transf. Interg. a Municípios	2.443.528.164,48	50,83	2.410.535.868,90	53,55	98,65
Transf. a Consór. Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Priv. s/fins lucrativos	341.886.119,41	7,11	281.353.166,20	6,25	82,29
Transf. a Inst. Multigov. Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Priv. c/fins lucrativos	3.399.485,00	0,07	3.346.485,00	0,07	98,44
Aplic. Diretas entre Orçamentos	10.117.035,37	0,21	6.856.944,26	0,15	67,78
Aplic Dir. entre Orçam. - Consórcio parti	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. ao Exterior	534.155,90	0,01	401.664,96	0,01	75,20
Transf. à União	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Orçamen. Delegada a Estados e	20.714,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Aplicações Diretas</b>	<b>2.007.715.515,37</b>	<b>41,76</b>	<b>1.799.171.123,94</b>	<b>39,97</b>	<b>89,61</b>
- Indenizações e Restituições	25.793.430,66	0,54	23.816.221,16	0,53	92,33
- Material de Consumo	169.672.417,17	3,53	144.687.154,63	3,21	85,27
- Out. Ser. Terc. P. Física	156.588.778,23	3,26	146.527.844,61	3,25	93,57
- Out. Ser. Terc. P. Jurídica	694.765.702,33	14,45	610.201.142,07	13,56	87,83
- Locação de Mão-de-Obra	407.874.652,06	8,48	396.053.704,46	8,80	97,10
- Passagens e Desp. c/Locomoção	18.589.476,64	0,39	17.035.432,95	0,38	91,64
- Outras Desp. Pessoal - Cont. Terceirização	65.734.325,47	1,37	64.632.664,95	1,44	98,32
- Serviços de Consultoria	17.981.954,31	0,37	15.680.503,48	0,35	87,20
- Material de Distribuição Gratuita	77.214.282,11	1,61	41.593.630,19	0,92	53,87
- Obrigações Trib. Contributivas	125.604.388,61	2,61	125.168.138,50	2,78	99,65
- Auxílio Alimentação	99.204.343,82	2,06	98.210.827,19	2,18	99,00
- Auxílio Finan. a Estudantes	2.965.435,98	0,06	2.643.467,27	0,06	89,14
- Premiações Cult. Artis. e Cient. Desp e Outr	43.038.869,11	0,90	26.437.008,78	0,59	61,43
- Outros	102.687.458,87	2,14	86.483.383,70	1,92	84,22
<b>TO TAL</b>	<b>4.807.219.189,53</b>	<b>100,00</b>	<b>4.501.665.253,26</b>	<b>100,00</b>	<b>93,64</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se de: auxílio transporte, contratação por tempo determinado, contribuições, despesas de exercícios anteriores, diária civil e diárias militar.

TABELA 42

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO  
ENSINO - MDE (ART.212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

1,00

RECEITAS DO ENSINO			
DESCRIÇÃO	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% REALIZADA / PREVISTA (B/A)
<b>(I) RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>15.170.930.318,64</b>	<b>14.880.228.184,18</b>	<b>98,08</b>
IMPOSTOS (ICMS + IPVA + ITCD + IRRF)	9.604.800.923,84	9.790.966.441,94	101,94
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (FPE + IPI + LC 87/96)	5.399.389.569,46	4.941.921.793,23	91,53
DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	33.876.717,52	92.038.353,71	271,69
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DOS IMPOSTOS	116.296.811,07	66.458.112,21	57,15
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	16.566.296,75	12.827.568,24	77,43
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	23.984.085,15	-
<b>(II) TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (25% DO ICMS + 50% DO IPVA + 25% DO IPI)</b>	<b>2.375.226.377,00</b>	<b>2.352.906.924,53</b>	<b>99,06</b>
<b>(III) TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS</b>	<b>12.795.703.941,64</b>	<b>12.527.321.259,65</b>	<b>97,90</b>
<b>VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (25% DE III)</b>			<b>3.131.830.314,91</b>
FUNDEB			
RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% REALIZADA / PREVISTA (B/A)
<b>(IV) RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>2.380.817.419,26</b>	<b>2.307.684.864,40</b>	<b>96,93</b>
20% (ICMS + IPVA + IPI DEDUZIDAS AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS)	1.299.072.352,03	1.312.025.361,33	101,00
20% (ITCD + FPE + LC 87/96)	1.081.745.067,23	995.659.503,07	92,04
<b>(V) RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>1.235.641.044,09</b>	<b>1.193.287.884,83</b>	<b>96,57</b>
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	924.804.739,09	903.082.506,48	97,65
COMPLEMENTO DA UNIÃO AO FUNDEB	310.836.305,00	285.414.615,24	91,82
RECEITA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB	-	4.790.763,11	-
<b>(VI) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>	<b>(1.456.012.680,17)</b>	<b>(1.404.602.357,92)</b>	<b>96,47</b>
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS LIQUIDADAS (B)	% DOT. ATUALIZ. / DESP. LIQUID. (B/A)
<b>(VII) PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	<b>1.007.189.833,75</b>	<b>968.911.109,94</b>	<b>96,20</b>
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO			
EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTRAS	1.007.189.833,75	968.911.109,94	96,20
<b>(VIII) OUTRAS DESPESAS</b>	<b>236.155.385,25</b>	<b>231.011.856,78</b>	<b>97,82</b>
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	17.279.641,45	14.293.184,36	82,72
EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTRAS	218.875.743,80	216.718.672,42	99,01
<b>(IX) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (VII + VIII)</b>	<b>1.243.345.219,00</b>	<b>1.199.922.966,72</b>	<b>96,51</b>
<b>DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>			<b>VALOR</b>
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			-
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			-
<b>(X) TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB</b>			<b>-</b>
<b>(XI) MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ((VII-X) / V) x 100</b>			<b>81,20</b>
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS LIQUIDADAS (B)	% DOT. ATUALIZ. / DESP. LIQUID. (B/A)
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>3.865.781,79</b>	<b>2.748.248,31</b>	<b>71,09</b>
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>42.446.389,21</b>	<b>40.347.633,53</b>	<b>95,06</b>
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	1.710.506,75	916.068,30	53,56
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	40.735.882,46	39.431.565,23	96,80
<b>ENSINO MÉDIO</b>	<b>68.872.991,12</b>	<b>53.014.822,36</b>	<b>76,97</b>
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	15.569.134,70	13.377.116,06	85,92
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	53.303.856,42	39.637.706,30	74,36
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	<b>1.393.257.148,27</b>	<b>1.355.758.540,41</b>	<b>97,31</b>
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	995.796.590,41	958.975.235,58	96,30
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	397.460.557,86	396.783.304,83	99,83
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	<b>317.578.585,05</b>	<b>296.712.214,17</b>	<b>93,43</b>
<b>ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR</b>	<b>255.813.715,04</b>	<b>234.268.562,82</b>	<b>91,58</b>
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	64.606.008,14	63.883.755,11	98,88
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	191.207.706,90	170.384.807,71	89,11
<b>OUTRAS</b>	<b>402.469.187,17</b>	<b>392.264.984,33</b>	<b>97,46</b>
<b>(XII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE</b>	<b>2.484.303.797,65</b>	<b>2.375.115.005,93</b>	<b>95,60</b>
<b>DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE</b>			<b>VALOR</b>
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-	-	(1.404.602.357,92)
DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO			285.414.615,24
RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (55 h)			4.790.763,11
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS			-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*			-
CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RP INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (51 g)			10.424.144,35
TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL			(1.103.972.835,22)
<b>(XIII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>			<b>3.479.087.841,15</b>
<b>(XIV) MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((XIII) / (III) x 100) %</b>			<b>27,77</b>
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO			
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS			VALOR
52- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			30.450.990,52
53- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			1.195.033.605,96
54- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			1.220.154.161,04
55- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			4.790.763,11
56- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2013			10.121.198,55

FONTE: SMART / SEFAZ

\* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

\* No item "Outras" correspondem as Subfunções: ADMINISTRAÇÃO GERAL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, Juros e Amortização da Dívida do Financiamento do PGEF.



Em 2013, o Estado aplicou 27,77% da Receita Líquida de Impostos - RLIT na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, conforme estabelece o art. 212 da Constituição Federal, que prevê o mínimo de 25,00%. Portanto, foram aplicados 2,77 % da RLIT acima do índice definido.

De acordo com a emenda nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - FUNDEB, o Estado, no ano de 2013, aplicou no ensino fundamental, médio, educação especial e educação de jovens e adultos o seguinte: 20% do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação e Lei Complementar nº 87/96 (deduzidas as transferências constitucionais).

TABELA 43

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

(R\$ 1,00)

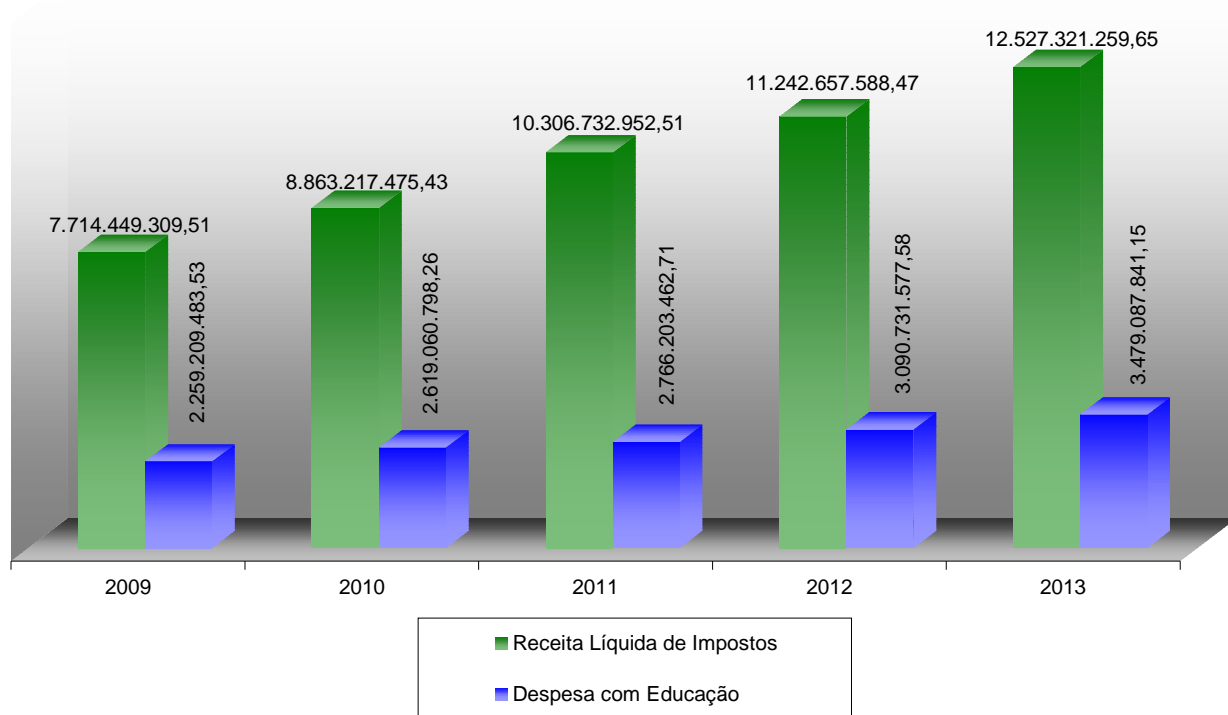
ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM EDUCAÇÃO	REALIZAÇÃO %
2009	7.714.449.309,51	2.259.209.483,53	29,29
2010	8.863.217.475,43	2.619.060.798,26	29,55
2011	10.306.732.952,51	2.766.203.462,71	26,84
2012	11.242.657.588,47	3.090.731.577,58	27,49
2013	12.527.321.259,65	3.479.087.841,15	27,77

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XVII

DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2009 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

TABELA 44

DEMONSTRATIVO DO GASTO COM SAÚDE, CONFORME EC Nº 29, DE 13/09/2000

(R\$ 1,00)

1-Receitas	Valor Orçado	Valor Arrecadado
<b>Receita de Impostos Líquida (I)</b>	<b>12.795.703.903,91</b>	<b>12.527.320.087,24</b>
<b>Receita de Impostos</b>	<b>9.771.540.749,18</b>	<b>9.938.306.390,95</b>
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	48.606.913,55	59.361.780,30
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços - ICMS	8.483.777.133,82	8.542.009.911,04
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	502.607.108,63	510.520.335,76
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	569.809.767,84	654.990.301,95
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	116.296.811,07	66.555.399,33
Dívida Ativa dos Impostos	33.876.717,52	92.040.143,69
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	16.566.296,75	12.828.518,88
<b>Receita de Transferências constitucionais e legais</b>	<b>5.399.389.531,73</b>	<b>4.941.920.620,82</b>
Cota-Parte FPE	5.332.233.829,37	4.888.591.908,78
Cota-Parte IPI-Exportação	41.051.592,20	29.507.365,77
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.104.110,16	23.821.346,27
<b>Deduções</b>	<b>2.375.226.377,00</b>	<b>2.352.906.924,53</b>
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	2.095.219.165,00	2.077.878.485,80
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	269.744.314,00	267.651.597,27
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Rep. aos Municípios	10.262.898,00	7.376.841,46
<b>2-Despesas</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Despesa Realizada</b>
Escola de Saúde Pública	534.930,60	0,00
Fundo Estadual de Saúde	1.956.459.458,83	1.795.135.998,34
<b>Total das Despesas(II)</b>	<b>1.956.994.389,43</b>	<b>1.795.135.998,34</b>
Valor legal de aplicação em ações e serviços de Saúde-12,00 %		
<b>percentual Aplicado (despesas/receitas)</b>	<b>15,29</b>	<b>14,33</b>

FONTE: Sistema: S2GPR; Unidade Responsável: COTES/CECAD; Data e hora de emissão: 07/08/2014 13:18

Notas: 2) Não inclui as despesas com inativos e pensionistas;

3) No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE.

No exercício de 2013, o Ceará aplicou 14,33%, nas ações e serviços públicos de saúde acima em 2,33%, do limite estabelecido pela Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, estabelece que para os Estados, os recursos mínimos de 12% da Receita resultante de Impostos e Transferências.



TABELA 45

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

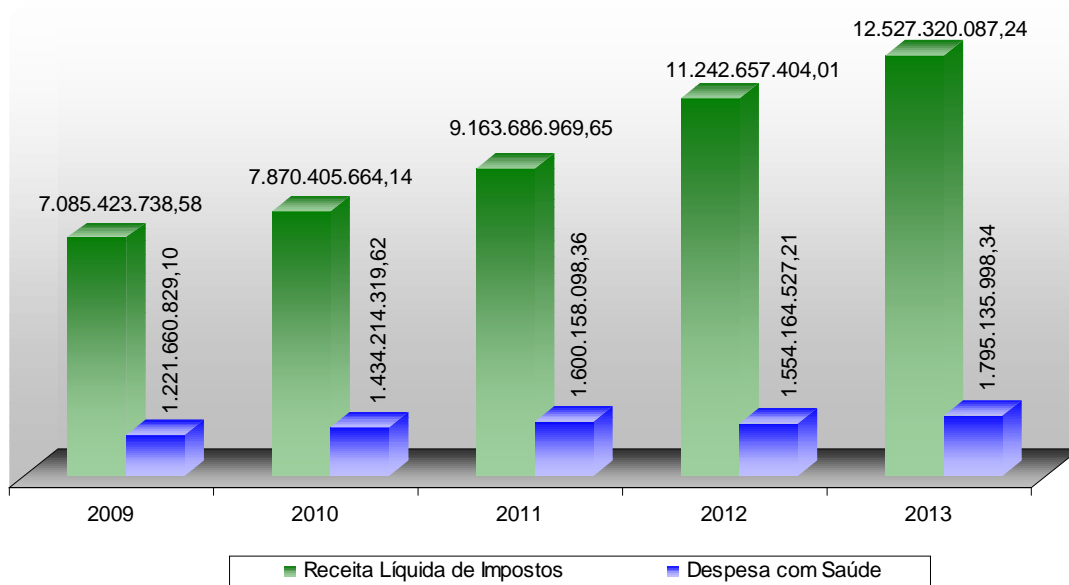
(R \$ 1,00)

ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM SAÚDE	REALIZAÇÃO %
2009	7.085.423.738,58	1.221.660.829,10	17,24
2010	7.870.405.664,14	1.434.214.319,62	18,22
2011	9.163.686.969,65	1.600.158.098,36	17,46
2012	11.242.657.404,01	1.541.149.530,32	13,71
2013	12.527.320.087,24	1.795.135.998,34	14,33

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XVIII

DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2009 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

## 2.1.2.2.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital são gastos realizados pela administração pública com o fim de criar ou adquirir bens de capital. No exercício de 2013, estas despesas somaram R\$ 2.494.225.339,98, representando 20,79% da Despesa Orçamentária. Comparando-se com o exercício anterior essa categoria apresentou um acréscimo de 25,12% em termos nominais.

TABELA 46  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
DA CATEGORIA “DESPESAS DE CAPITAL”

					(R\$ 1,00)
ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO	PART. %	REALIZAÇÃO	PART. %	REALIZ. %
INVESTIMENTOS	4.466.541.175,43	84,96	1.722.912.521,89	69,08	38,57
Transf. Interg. a Municípios	162.736.759,77	3,10	75.680.737,61	3,03	46,51
Exec. Orçam. Delegada a municípios	351.000,00	0,01	329.526,74	0,01	93,88
Transf. a Inst. Privadas s/fins lucrativos	115.654.344,88	2,20	45.809.772,94	1,84	39,61
Transf. a Inst. Privadas c/fins lucrativos	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Instituições Multigovernamentais	116.000,00	0,00	89.076,00	0,00	76,79
Aplicações Diretas	4.186.837.449,72	79,64	1.600.725.613,18	64,18	38,23
- Aquisição de Imóveis	116.086.554,64	2,21	104.285.390,10	4,18	89,83
- Const. ou Aum. de capital de Empresas	166.075.543,00	3,16	126.044.895,04	5,05	75,90
- Contribuições	1.937.500,00	0,04	1.937.500,00	0,08	100,00
- Equipamentos e Material Permanente	589.796.887,31	11,22	350.258.676,77	14,04	59,39
- Indenizações e Restituições	145.361.562,55	2,77	31.235.494,45	1,25	21,49
- Material de Consumo	6.430.612,62	0,12	3.083.569,64	0,12	47,95
- Obras e Instalações	2.899.450.453,97	55,15	877.424.761,01	35,18	30,26
- Serv. de Terc. P. Jurídica	98.846.614,17	1,88	37.115.502,36	1,49	37,55
- Serviços de Consultoria	36.755.750,66	0,70	8.233.714,65	0,33	22,40
- Outros	126.095.970,80	2,40	61.106.109,16	2,45	48,46
Aplicações Diretas Dec. de Op. entre Órgãos	948.621,06	0,02	277.795,42	0,01	29,28
- Obras e Instalações	370.500,00	0,01	0,00	0,00	0,00
- Serv. de Terc. P. Jurídica	155.567,66	0,00	6.369,66	0,00	4,09
- Outros	422.553,40	0,01	271.425,76	0,01	64,23
Aplicações Diretas entre Orçam.-Consórcio Partícipe	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas entre Orçam.-Consórcio não Partícipe	-213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Equipamentos e Material Permanente	-213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada à União	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	253.721.880,30	4,83	244.274.232,51	9,79	96,28
Aplicações Diretas	253.721.880,30	4,83	244.274.232,51	9,79	96,28
- Aquisição de Imóveis	3.686.400,00	0,07	3.686.400,00	0,15	100,00
- Const. ou Aum. de capital de Empresas	250.025.480,30	4,76	240.587.832,51	9,65	96,23
- Outros	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	536.712.125,62	10,21	527.038.585,58	21,13	98,20
Aplicações Diretas	536.712.125,62	10,21	527.038.585,58	21,13	98,20
- Principal da Dívida Contratada Resgatada	536.712.125,62	10,21	527.038.585,58	21,13	98,20
TOTAL	5.256.975.181,35	100,00	2.494.225.339,98	100,00	47,45

Fonte: Sistema de gestão Governamental por Resultados-S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se: auxílios, despesas de exercícios anteriores, diárias-civil, locação de mão-de-obra, obrigações tributárias e contributivas, outros serviços de terceiros pessoa física e passagens e despesas com locomoção.





## Investimentos

Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou R\$ 1.722.912.521,89 participando com 69,08% de sua categoria. Os elementos Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, respondem pelo montante de R\$ 1.227.683.437,78, correspondente a 71,26% do grupo. No Grupo de Investimento estão incluídos os valores de programas de grande porte, concluídos ou a concluir pelo Governo do Estado. A tabela a seguir evidencia os principais:

TABELA 47

### DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE MAIOR RELEVÂNCIA

(R\$ 1,00)		
PROGRAMAS DE GOVERNO	VALOR	PART. %
CASTELÃO E COMP. REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ARENA DO ESTÁDIO CASTELÃO	176.053.115,07	10,22
VLT PARANGABA/MUCURIBE COMP. OBRAS	174.689.695,59	10,14
EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO	108.719.466,52	6,31
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO TREM METROPOLITANO DE FORTALEZA - LINHA LESTE	100.119.618,02	5,81
RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA METRO-FERROVIÁRIO	75.210.436,40	4,37
EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	73.734.307,47	4,28
PROMOTEC - COMP I - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	72.511.712,96	4,21
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO OLÍMPICA	66.609.015,57	3,87
CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS DE PLACA	60.373.732,90	3,50
PROINFUTUR COMP III IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	56.893.460,86	3,30
METROFOR COMP I IMPLANTAÇÃO DO TREM METROPOLITANO DE FORTALEZA	46.521.183,45	2,70
CONSTRUÇÃO DO EIXO DE INTEGRAÇÃO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ	45.781.430,39	2,66
PAC E MELHORIAS URBANA E AMBIENTAL DO RIO MARANGUAPINHO E BARRAGEM, DRAGAGEM	41.695.712,88	2,42
IMPLANTAÇÃO DE OBRAS URBANAS ORIUNDAS DE DEMANDAS MUNICIPAIS	26.350.521,34	1,53
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PORTO DO PECÉM	25.112.072,40	1,46
CONSTRUÇÃO DO EIXO DE INTEGRAÇÃO TRECHO V	22.335.844,64	1,30
ACQUÁRIO COMP VII OBRAS DE INSTALAÇÕES E RECHEIO	21.628.896,95	1,26
CONSTRUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DO ACQUÁRIO CEARÁ	20.875.677,15	1,21
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	19.229.560,86	1,12
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.234.445.461,42</b>	<b>71,65</b>
OUTROS	488.467.060,47	28,35
<b>TOTAL</b>	<b>1.722.912.521,89</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2013, o Estado realizou, apenas, 47,45% do valor autorizado para as ações de investimento, face à sua dependência de recursos externos, porém, o valor realizado representa 69,08% do total das despesas de capital. Se comparado com o montante de Investimentos de 2012, que foi de R\$ 1.410.472.026,66, esse grupo de despesas, em 2013, apresentou um acréscimo de 22,15% em termos nominais. Apesar da maior parte do investimento ter sido realizado com recursos do grupo fonte tesouro (48,51%), o Ceará ainda possui necessidades além de sua capacidade de geração de recursos próprios. Tendo em vista essa condição adversa, o Estado tem se credenciado à captação financeira através da contratação de operações de crédito, por ser uma referência no atendimento das exigências requeridas pelos credores.

## Inversões Financeiras

No grupo de Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R\$ 244.274.232,51. O item mais representativo desse grupo, em 2013, foi Constituição ou Aumento de Capital de Empresas com 98,49%. Em relação ao exercício anterior teve um incremento nominal de 308,41%.

Destaca-se, que os valores repassados para aumento de capital, no exercício de 2012, foram realizados para as seguintes empresas: ADECE, EMAZP, METROFOR e CEARAPORTOS.

## Amortização da Dívida

A Amortização da Dívida Interna somou R\$ 369.896.172,23, que representa 14,83% das Despesas de Capital. Confrontando-se com o exercício de 2012, apresentou um decréscimo nominal de 33,54%.

A Amortização da Dívida Externa somou R\$ 157.142.413,35, representando 6,30% das Despesas de Capital. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo nominal de 20,84%.

### 2.1.2.3. Despesa Orçamentária por Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 9º, § 6º da Lei nº 15.203, de 19 de julho de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO) publicada no Diário Oficial do Estado em 25 de julho de 2012.

TABELA 48

#### DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

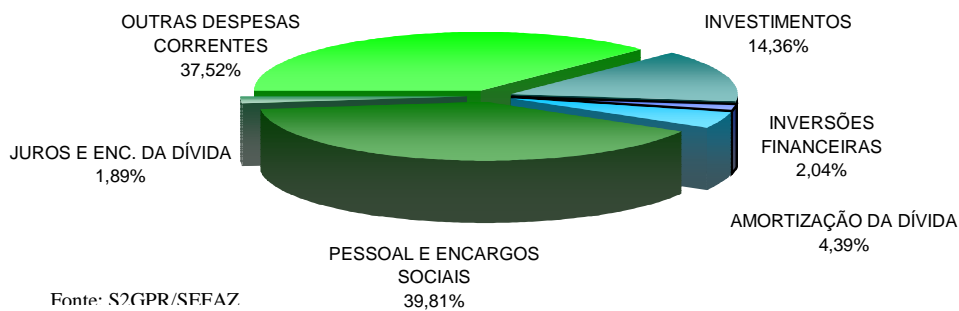
(R\$ 100)

GRUPO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA ORÇAMENTÁRIA				VARIAÇÃO %
		2012	PART. %	2013	PART. %	
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.937.627.257,91	43,01	4.776.717.422,68	39,81	-3,26
2	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	227.401.514,19	1,98	227.018.789,46	1,89	-0,17
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.157.031.107,65	36,21	4.501.665.253,26	37,52	8,29
4	INVESTIMENTOS	1410.472.026,66	12,29	1722.912.521,89	14,36	22,15
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	59.810.295,21	0,52	244.274.232,51	2,04	308,42
6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	686.608.585,16	5,98	527.038.585,58	4,39	-23,24
<b>TOTAL</b>		<b>11.478.950.786,78</b>	<b>100,00</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>100,00</b>	<b>4,54</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XIX  
DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO - 2013



O grupo de despesa mais representativo foi Pessoal e Encargos Sociais com 39,81% do total da Despesa Orçamentária.

**TABELA 49**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS,**  
**POR FONTE DE RECURSOS**

(R\$ 100)

FONTE	REC EITA	PARTIC. %	DESPESA	PARTIC. %
<b>TESOURO</b>	<b>13.394.851.983,21</b>	<b>81,08</b>	<b>9.573.910.184,02</b>	<b>79,79</b>
COTA PARTE DA CONT. DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	43.702.283,85	0,26	43.787.725,99	0,36
COTA PARTE DA CONT. INTERV. NO DOM. ECON.	2.085.605,03	0,01	521.401,26	0,00
ALIENACAO DE BENS	22.325,38	0,00	47.817,62	0,00
MEDIDA COMPENSATORIA AMBIENTAL	1.004.618,99	0,01	5.407.889,89	0,05
RECURSOS PROVENIENTE DO FUNDEB	903.082.506,48	5,47	914.679.501,90	7,62
COMPL. DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	285.414.615,24	1,73	285.243.464,82	2,38
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>1.190.525.228,89</b>	<b>7,21</b>	<b>698.592.207,16</b>	<b>5,82</b>
OP. CRED. INTERNAS - BNDES	126.427.987,17	0,77	116.354.551,27	0,97
OP. CRED. INTERNAS - BNDES/ESTADOS	186.252.147,96	1,13	136.195.772,90	1,14
OP. CRED. INTERNAS - BNDES/PEF	0,00	0,00	0,00	0,00
OP. CRED. INTERNAS BNB	0,00	0,00	0,00	0,00
OP. CRED. INTERNAS CEF PROM/PROSANEAR/TRANSP	36.439.517,55	0,22	50.031.917,61	0,42
OP. CRED. INTERNAS - PROINVEST - BB	348.396.207,42	2,11	243.184.412,36	2,03
OP. CRED. INTERNAS - PROINVEST - CEF	0,00	0,00	0,00	0,00
OP. CRED. EXTERNAS - SWAP	0,00	0,00	10.661.503,29	0,09
OP. CRED. EXTERNAS - TESOURO/MLW	142.488.214,31	0,86	66.345.134,96	0,55
OP. CRED. EXTERNAS BIRD	252.036.206,14	1,53	17.150.593,37	0,14
OP. CRED. EXTERNAS BID	46.037.876,97	0,28	14.219.450,28	0,12
OP. CRED. EXTERNAS - TESOURO/CAF	40.099.252,38	0,24	43.792.801,22	0,36
OP. CRED. EXTERNAS - TESOURO/KFW	2.936.618,99	0,02	656.069,90	0,01
OP. CRED. EXTERNAS - FIDA	9.411.200,00	0,06	0,00	0,00
<b>CONVÊNIOS</b>	<b>700.126.505,04</b>	<b>4,24</b>	<b>477.436.612,72</b>	<b>3,98</b>
CONV. ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	0,00	108.013,65	0,00
CONV. ÓRGÃOS FEDERAIS	698.536.431,06	4,23	475.664.741,71	3,96
CONV. ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONV. ÓRGÃOS MUNICIPAIS	1.590.073,98	0,01	1.663.857,36	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>100,00</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Pela análise na tabela acima, constata-se que os maiores dispêndios do Estado em 2013, originaram-se das fontes do Tesouro e de Recursos provenientes do FUNDEB que somaram R\$ 10.773.833.150,74, e representaram 89,78% da Despesa Orçamentária.

TABELA 50

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO DE METAS FISCAIS COM A REALIZAÇÃO, DE  
ACORDO COM OS ARTs. 4º, § 1º e 5º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(R\$ MIL)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %
<b>1. RECEITA TO TAL</b>	<b>21.699.915</b>	<b>18.609.933</b>	<b>85,76</b>
<b>1.1. RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>18.380.405</b>	<b>16.747.598</b>	<b>91,12</b>
1.1.1. Receita Tributária	9.552.014	8.835.210	92,50
1.1.2. Receita de Contribuição	414.273	1.209.819	292,03
1.1.3. Receita Patrimonial	268.186	562.650	209,80
1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)	210.571	293.328	139,30
1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais	57.615	269.322	467,45
1.1.4. Transferências Correntes	7.629.335	5.902.878	77,37
1.1.5. Receita de Serviços	16.202	52.862	326,27
1.1.6. Demais Receitas Correntes	500.395	477.507	95,43
1.1.7. Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (III)	-2.311.943	-2.297.694	99,38
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)</b>	<b>15.857.891</b>	<b>14.449.904</b>	<b>91,12</b>
<b>1.2. RECEITAS DE CAPITAL (V)</b>	<b>3.319.510</b>	<b>1.862.335</b>	<b>56,10</b>
1.2.1. Operações de Crédito (VI)	2.020.494	1.190.525	58,92
1.2.2. Amortização de Empréstimos (VII)	0	94	0,00
1.2.3. Alienação de Ativos (VIII)	53	1.792	3.380,98
1.2.4. Transferência de Capital	1.295.846	669.923	51,70
1.2.5. Outras Receitas de Capital	3.117	0	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (IX) = (V-VI-VII-VIII)</b>	<b>1.298.963</b>	<b>669.923</b>	<b>51,57</b>
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (X) = (IV+IX)</b>	<b>17.156.854</b>	<b>17.417.522</b>	<b>101,52</b>
<b>2. DESPESA TO TAL</b>	<b>19.342.803</b>	<b>17.523.477</b>	<b>90,59</b>
<b>2.1. DESPESAS CORRENTES (XI)</b>	<b>14.170.597</b>	<b>15.304.742</b>	<b>108,00</b>
2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.355.043	8.271.354	112,46
2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XII)	296.343	246.480	83,17
2.1.3. Outras Despesas Correntes	6.519.211	6.786.908	104,11
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES<sup>(2)</sup> (XIII) = (XI-XII)</b>	<b>13.874.254</b>	<b>15.058.262</b>	<b>108,53</b>
<b>2.2. DESPESAS DE CAPITAL (XIV)</b>	<b>5.172.206</b>	<b>2.218.735</b>	<b>42,90</b>
2.2.1. Investimentos	4.442.914	2.239.534	50,41
2.2.1.1. (-) Programas de Infra-estrutura	0	871.663	0,00
2.2.2. Inversões Financeiras	197.298	323.191	163,81
2.2.2.1. Concessão de Empréstimos (XV)	79.692	77.974	97,84
2.2.3. Amortização da Dívida (XVI)	531.994	527.673	99,19
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL<sup>(2)</sup> (XVII) = (XIV-XV-XVI-XIX)</b>	<b>2.923.972</b>	<b>1.613.088</b>	<b>55,17</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)</b>	<b>45.170</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS DISCRICIONÁRIAS/NÃO-PRIMÁRIAS-RP2 (XIX)</b>	<b>1.636.548</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XX) = (XIII+XVII+XVIII)</b>	<b>16.843.396</b>	<b>16.671.350</b>	<b>98,98</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO XX = (X-XX)</b>	<b>313.458</b>	<b>746.172</b>	<b>238,05</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>1.082.354</b>	<b>580.539</b>	<b>54</b>

Fonte: S2GPR/SEFAZ/SEPLAG

Notas: 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERH, CEGÁS, CEARÁ PORTOS, METROFOR, CEASA;

2) Deduzidas as despesas discricionárias;

3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo "Inversões Financeiras";

4) Resultado Nominal = Dívida Fiscal Líquida (2013) (R\$ 3.940.902.395) - Dívida Fiscal Líquida (2012) (R\$ 3.360.363.105,00);

5) Despesa pelo valor empenhado;

6) A "Previsão" foi extraída do Demonstrativo da LOA 2013.

O cálculo do Resultado Primário está de acordo com a LOA nº 15.268 de 28/12/2012.

De conformidade com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal projetadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013.

A meta de Resultado Primário fixada através da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 foi de R\$ 313.459 mil, considerando a despesa empenhada, o tesouro obteve um superávit primário de R\$ 746.172 mil, superior ao estabelecido em Lei, chegando a 238,04% da meta fixada.

Com referência ao resultado nominal, obteve-se um valor de R\$ 580.539 mil, correspondente à diferença entre a Dívida Fiscal Líquida do exercício de referência (2013) e a Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior (2012). Importante informar que o Resultado Nominal no conceito da LRF indica em quanto à dívida de um ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício. Se o resultado for positivo, revela o quanto à dívida aumentou, se for negativo, o quanto à dívida diminuiu. Por conseguinte, no Estado do Ceará registrou-se um aumento no estoque da dívida, bem como uma elevação na disponibilidade financeira.

O Resultado Nominal evidencia o quanto o estado tem contraído empréstimo para os investimentos do Estado. O fato de o Estado ter apresentado uma variação positiva entre a Dívida Fiscal Líquida de 2013 e Dívida Fiscal Líquida de 2012, não significa, em 2013, um desequilíbrio no endividamento do Estado, haja vista que a relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida foi de 0,29%, situação bastante confortável em relação a LRF e a Resolução nº 43 do Senado Federal que estabelece que o nível de endividamento dos Estados pode ser de até 2 vezes a RCL.

**TABELA 51**  
**DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DO RESULTADO NOMINAL EM RELAÇÃO**  
**À META - PERÍODO 2010 A 2013**

(R\$ milhões)

<b>RESULTADO NOMINAL VALORES CORRENTES</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
META FIXADA NO ANEXO DE METAS				
FISCAIS DA LOA	1.204	-152	-152	1.082
RESULTADO NOMINAL	1.233	542	139	581
% EM RELAÇÃO À META	102,41%	-355,19%	-91,45%	53,70%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A busca do equilíbrio fiscal está no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal que deriva dos contratos assinados pelos Estados que no fim da década de 90 renegociaram a dívida com a União. De acordo com o contrato, a cada ano é avaliado pela STN o cumprimento das metas e compromissos do exercício anterior.



Nos termos do Artigo 8º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2013 foram baseados no Anexo de Metas Fiscais da Lei Orçamentária com o fim de compatibilizar a realização da Receita e a execução da Despesa, conforme Publicação do Diário oficial do Estado, de 30.01.2013, do Comitê de Gestão por Resultado de Gestão Fiscal - COGERF.

#### **2.1.2.4. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91**

De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF Nº 688, de 14.10.2005, as despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

No momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intra-orçamentária e no momento do recebimento ocorre uma receita intra-orçamentária. Portanto, ocorrendo uma despesa intra-orçamentária, obrigatoriamente ocorrerá uma receita intra-orçamentária.

São exemplos de operações que devem ser identificadas com essa modalidade de aplicação, as transações ocorridas com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com o Fundo de Previdência do Estado - SUPSEC, SEMACE etc.



TABELA 52

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA COM APLICAÇÃO NA MODALIDADE 91,  
CONFORME , PORTARIA INTERMINISTERIAL STN/SOF Nº 688, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005

(R\$ 1,00)

ÓRGÃO	DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA
ASSEMBLÉIA	17.477.379,92	0,00
FPP	0,00	2.580.179,16
T CONTAS	5.850.157,82	0,00
TCM	6.492.415,16	0,00
T JUSTICA	93.500.980,44	0,00
FERMOJU	280.361,25	65.338,22
DPGE	15.305.953,04	0,00
FAADEP	44.397,38	1.294,24
SEINFRA	901.302,76	0,00
DER	7.117.266,59	2.587,90
DETRAN	39.086.933,25	690.665,56
DAE	1.087.858,62	0,00
SSPDS	476.070,77	0,00
FDS C BOM	194,64	0,00
POL CIVIL	32.801.070,96	0,00
P M CE	129.598.890,24	0,00
BOMBEIRO	16.904.325,32	0,00
P FORENSE	5.150.917,82	0,00
AESSP	78.723,36	0,00
GAB GOV	53.645,39	0,00
VICE GOV	35.971,87	0,00
PGE	7.321.733,39	0,00
ARCE	1.481.144,30	0,00
FUNPECEPGE	0,00	1.997.293,31
C MILITAR	26.545,65	0,00
PGJ	32.772.008,13	0,00
CONS EDUC	90.726,59	0,00
JUSTICA	15.180.249,03	0,00
SEFAZ	87.302.737,90	34.356.588,79
JUCEC	1.148.069,11	1.185,00
ENCARGOS	2.491.325,66	0,00
SDA	2.866.199,89	0,00
EMATERCE	258.091,13	0,00
IDACE	1.322.940,77	0,00
ADAGRI	1.371.460,07	0,00
FDAF	0,00	2.000.000,00
SEDUC	114.191.920,07	0,00
SAUDE	0,00	0,00
E S P	0,00	0,00
FUNDES	78.267.015,93	0,00
CULTURA	780.334,18	0,00
SRH	725.280,15	0,00
SOHIDRA	438.063,28	0,00
CASA CIVIL	117.741,71	0,00
FUNTELC	558.383,40	0,00
SECITECE	347.010,37	0,00
FUNECE	25.206.463,69	1.014.605,75
UVA	8.012.621,39	0,00
URCA	9.662.977,66	0,00
FUNCEME	855.973,28	0,00
FUNCAP	18.409,03	0,00
FIT	4.000.000,00	0,00
NUTEC	1.230.110,02	13.210,00
SETUR	104.707,37	0,00
CGE	947.269,64	0,00
SESPORTE	146.785,04	0,00
CIDADES	213.978,42	0,00
IDECI	5.371,52	0,00
SEPLAG	5.735.723,31	0,00
SUPSEC	0,00	755.100.028,60
ISSEC	2.268.309,34	0,00
ETICE	354.344,91	4.170.804,60
IPECE	1.041,06	0,00
COHAB	5.675,13	0,00
EGPCE	7.129,97	0,00
STDS	7.759.144,08	0,00
FCE	0,00	0,00
FUNDART	474,30	1.584,30
CEDE	9.606,10	0,00
CODECE	14.503,51	0,00
CONPAM	25.199,20	0,00
SEMACE	2.601.417,10	885.531,75
SPA	2.628,09	0,00
SECOPA	17.340,22	0,00
CGD	12.145,98	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>790.523.146,67</b>	<b>802.880.897,18</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Para atender ao Artigo 4º, incisos II e III, da Instrução Normativa nº 01/2000 - TCE, acompanham esta prestação de contas os documentos abaixo relacionados:

- Cópias das atas das audiências realizadas nos meses de maio e setembro de 2013 e fevereiro de 2014, conforme determina o § 4º, do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e

- Relatório dos projetos concluídos e em conclusão do Estado, nos termos do disposto no Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **2.2. Da Administração Indireta**

### **Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes.**

A análise da execução orçamentária da Administração Indireta envolve as Autarquias, Fundações e Fundos, regidos pela Lei nº 4.320/64, e Empresas Estatais Dependentes (CODECE, COHAB, EMATERCE e ETICE) enquadradas na Lei 6.404/76 e alterações posteriores, e consolidadas nas contas públicas por determinação da Portaria Ministerial/STN nº 589 de 27/12/01.

#### **2.2.1. Receita Orçamentária**

No exercício de 2013, a arrecadação da Receita Orçamentária alcançou a cifra de R\$ 2.382.446.004,38, inferior 16,34 % ao valor previsto de R\$ 2.847.633.100,42.

O montante da Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes é proveniente do somatório das origens discriminadas na tabela abaixo:



TABELA 53  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR AGRUPAMENTO DE FONTES

(R\$ 1,00)		
GRUPO	VALOR	PARTIC. %
- Transferências do Tesouro	-	-
- Transferências do Convênios	86.465.921,10	3,63
- Outras Transferências	505.573.581,83	21,22
- Receitas Próprias	1.785.624.790,61	74,95
- Outras Fontes	4.781.710,84	0,20
<b>TOTAL</b>	<b>2.382.446.004,38</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Os recursos provenientes das Fontes do Tesouro Estadual que foram transferidos para os Órgãos e Entidades da Administração Indireta como Receita de Transferências Intragovernamentais, neste exercício foram centralizados como Transferências Financeiras Intraorçamentárias, não compondo a Receita Orçamentária do órgão dependente do tesouro. A fonte 15 corresponde a recursos de Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 14.415/2009 - e compõe o total dos recursos de Outras Fontes.

O valor contabilizado no FUNDEB de R\$ 2.402.835,12 se refere a devolução de pagamentos de exercícios anteriores e rendimentos de aplicações destes recursos.

Compõem ainda o total de Outras Transferências, recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R\$ 2.092.556,46, do Fundo de Defesa Civil - FDCC R\$ 37.075.526,53 e de recursos provenientes do SUS R\$ 464.002.663,72.

No exercício de 2013 a Receita Orçamentária apresentou o seguinte desempenho:



TABELA 54  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA  
COM A REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)				
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REAL%	PARTIC.%
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.657.109.357,67</b>	<b>2.306.240.424,33</b>	<b>86,80</b>	<b>96,80</b>
Receita Tributária	380.122.140,70	349.077.236,17	91,83	14,65
Receita de Contribuição	1.228.265.934,00	1.209.819.337,60	98,50	50,78
Receita Patrimonial	27.043.276,17	57.106.340,50	211,17	2,40
Receita de Serviços	25.227.413,06	41.681.106,55	165,22	1,75
Transferências Correntes	739.088.166,65	501.261.374,94	67,82	21,04
Outras Receitas Correntes	257.362.427,09	147.295.028,57	57,23	6,18
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>190.523.742,75</b>	<b>76.205.580,05</b>	<b>40,00</b>	<b>3,19</b>
Alienação de Bens	35.943,20	1.769.594,55	4.923,31	0,07
Amortização de Empréstimos	0,00	94378,61	0,00	0,00
Transferências de Capital	190.487.799,55	74.341.606,89	39,03	3,12
<b>TO TAL</b>	<b>2.847.633.100,42</b>	<b>2.382.446.004,38</b>	<b>83,66</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

As Receitas de Contribuições no montante de R\$ 1.209.819.337,60 correspondem a 50,78% da Receita Orçamentária arrecadada, firmando-se como a maior fonte de receita da Administração Indireta. Sendo responsáveis por esta arrecadação o SUPSEC e o FPP.

As receitas formadas pelas contribuições dos servidores e pela contribuição patronal dos Fundos de Previdência (SUPSEC e FPP), bem como os recursos diretamente arrecadados por meio das fontes 16 e 70, somaram R\$ 1.760.250.829,70, representando 73,88% do total da Receita Orçamentária arrecadada. Deste montante, as Receitas de Contribuições tiveram uma participação expressiva no valor de R\$ 1.209.819.337,60, ou seja, 68,37%, cabendo ao SUPSEC a maior parte. Evidenciamos suas receitas na tabela a seguir:



TABELA 55

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO SUPSEC, CONFORME A ORIGEM DOS RECURSOS

				R\$1,00
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZ. %	PARTIC. %
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>488.326.036,00</b>	<b>491.591.071,54</b>	<b>100,67</b>	<b>39,43</b>
<b>1.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>	483.243.429,00	488.798.500,47	101,15	39,21
<b>1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR PARA O RPPS</b>	<b>483.243.429,00</b>	<b>488.798.500,47</b>	<b>38,76</b>	<b>39,21</b>
1.1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	325.934.616,00	293.047.274,49	89,91	23,51
1.1.1.2. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	72.689.407,00	76.372.795,66	105,07	6,13
1.1.1.3. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	34.839.612,00	47.514.091,07	136,38	3,81
1.1.1.4. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	5.500.000,00	7.117.870,79	129,42	0,57
1.1.1.5. CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL	9.088.994,00	24.135.229,67	265,54	1,94
1.1.1.6. CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA MILITAR	2.000.000,00	1.596.033,71	79,80	0,13
<b>1.1.2. CONTRIBUICAO PATRONAL</b>	<b>772.362.882,00</b>	<b>755.100.028,60</b>	<b>97,76</b>	<b>60,57</b>
1.1.2.1. CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR ATIVO CIVIL	630.903.899,00	592.698.329,11	93,94	47,54
1.1.2.2. CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR ATIVO MILITAR	141.458.983,00	162.401.699,49	114,80	13,03
<b>1.1.3. COMPENS. PREV. ENTRE REGIME GERAL/PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>33.190.800,00</b>	<b>39.015.205,08</b>	<b>117,55</b>	<b>3,13</b>
<b>1.2. RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>5.082.607,00</b>	<b>2.792.571,07</b>	<b>54,94</b>	<b>0,22</b>
1.2.1. JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	5.082.607,00	2.792.571,07	54,94	0,22
<b>1.4. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1.4.1. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS AO RPPS	0,00	0,00		<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.260.688.918,00</b>	<b>1.246.691.100,14</b>	<b>98,89</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Excluindo-se as contribuições arrecadadas pelo SUPSEC e FPP, as entidades com o maior volume de receita própria foram o DETRAN e FERMOJU, com 60,88% e 11,01%, respectivamente, do total da receita própria.

No ano de 2013, a Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes teve um acréscimo de 3,22%, em relação ao exercício de 2012.

As Transferências de Convênios apresentaram um decréscimo de 39,69% em relação a 2012, por motivo do Superavit Financeiro do DER que recebeu recursos da Fonte 83 em 2012 e só aplicou em 2013.



## 2.2.2. Despesa Orçamentária

No exercício de 2013, a despesa realizada por Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes atingiu o montante de R\$ 6.395.513.855,22, correspondente a 83,66% da despesa autorizada, que importou em R\$ 7.644.507.559,89.

As fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas estão resumidas, conforme a tabela abaixo.

TABELA 56  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR FONTE DE RECURSOS

(R\$ 100)				
FONTE	AUTORIZADA	REALIZADA	REALIZ.%	PARTIC.%
00. Recursos Ordinários	2.428.061.555,29	2.219.743.037,02	91,42	34,71
01. Cota-parte do FPE	1.589.731.811,62	1.531.844.761,72	96,48	23,95
03. Contribuição do SUPSEC	500.326.036,00	445.583.118,80	89,06	6,97
04. Contribuição Patronal do SUPSEC	772.362.882,00	741.909.870,12	96,06	11,60
05. Contribuição Parlamentar	2.920.462,00	0,00	0,00	0,00
06. Contribuição Parlamentar Patronal	2.929.961,00	0,00	0,00	0,00
10. Recursos provenientes do FECOP	88.399.316,32	58.449.308,24	66,12	0,91
11. Cota-parte da CIDE	25.000.000,00	2.140.000,00	8,56	0,03
12. Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
15. Depósitos Judiciais - PIMPJ	143.032.418,00	49.755.187,77	34,79	0,78
16. Medidas Compensatórias	3.865.573,96	3.844.417,75	99,45	0,06
29. Venda de Selos de Autenticidade	9.190.050,00	7.725.488,27	84,06	0,12
40. Operações de Crédito não Condicionadas	36.811.066,58	36.245.929,48	98,46	0,57
44. Inden. pela Ext de Petróleo, Xisto e Gás	29.320.396,00	28.023.717,81	95,58	0,44
47. Operações de Crédito Internas BNDES/ESTADOS	140.604.093,45	0,00	0,00	0,00
53. Operações de Crédito Internas BNDES/PROINVEST	155.956.350,91	112.744.496,33	72,29	1,76
59. Operações de Crédito Externas - BID	248.202.815,86	10.470.876,24	4,22	0,16
70. Recursos Diretamente Arrecadados	551.172.283,26	464.296.848,57	84,24	7,26
79. Transferência ao Fundo de Defesa Civil - FDCC	52.273.292,78	43.198.487,07	82,64	0,68
81. Convênios com Órgãos Internac. - Adm. Indireta	221.123,04	221.123,04	100,00	0,00
83. Convênios com Órgãos Federais - Adm. Indireta	249.121.498,91	107.485.136,43	43,15	1,68
87. Convênios com Órgãos Municipais - Adm. Indireta	160.000,00	100.945,28	63,09	0,00
89. Convênios com Órgãos Privados - Adm. Indireta	1.986.243,56	280.825,32	14,14	0,00
91. Recursos provenientes do SUS	608.217.049,35	529.446.940,46	87,05	8,28
92. Repasses Fundo a Fundo - FNAS	4.641.280,00	2.003.339,50	43,16	0,03
<b>TOTAL</b>	<b>7.644.507.559,89</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>83,66</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A maior parcela de recursos para a realização das despesas teve origem no Tesouro Estadual, fontes 00 e 01, que somaram R\$ 3.751.587.798,74 correspondente a 58,66% da despesa total.

As fontes 81, 83, 87 e 89, relativas a Convênios, somaram R\$ 108.088.030,07, com participação de 1,69% na despesa total. A fonte 91 - Recursos Provenientes do SUS - destinadas ao FUNDES totalizou o montante de R\$ 529.446.940,46, correspondendo a 87,05% do total da despesa.

As despesas realizadas com recursos diretamente arrecadados, fonte 70, concentraram-se no DETRAN, FERMOJU, FEC, SEMACE e ARCE que responderam por 86,99% das despesas com essa fonte de recursos.

O DETRAN, FAADep, FDEJ, FUNPEC-PGE, FDID, FDS, FEC, FECA, FERMOJU, FUNSEG, FIT, FUNDART, JUCEC E FEDAF têm independência financeira do Tesouro, uma vez que executam seus orçamentos com recursos diretamente arrecadados.

Os tipos de créditos utilizados na execução da Despesa Orçamentária estão discriminados na tabela abaixo.

TABELA 57  
COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA POR TIPO DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)				
CRÉDITOS	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZ. %	PARTIC.%
Ordinários e Suplementares	7.581.858.388,88	6.395.218.366,21	84,35	99,99
Especiais	62.649.171,01	295.489,01	0,47	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>7.644.507.559,89</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>83,66</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A execução da despesa, por categoria econômica, está demonstrada a seguir, tendo sido discriminada segundo os grupos de despesas constantes da Lei Orçamentária de 2013.



TABELA 58  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA E GRUPO

(R\$ 1,00)					
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA REALIZADA			PARTIC.%	VARIACÃO
	2012	PARTIC.%	2013		
1. DESPESAS CORRENTES	4.420.192.449,76	85,68	5.799.340.828,70	90,68	31,20
- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.556.254.820,35	49,55	3.494.637.019,45	54,64	36,70
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	19.697.810,77	0,38	19.461.406,34	0,30	-1,20
- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.844.239.818,64	35,75	2.285.242.402,91	35,73	23,91
2. DESPESAS DE CAPITAL	739.048.328,29	14,32	596.173.026,52	9,32	-19,33
- INVESTIMENTOS	660.231.173,02	12,80	516.621.374,25	8,08	-21,75
- INVERSÕES FINANCEIRAS	78.385.348,82	1,52	78.916.927,93	1,23	0,68
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	431.806,45	0,01	634.724,34	0,01	46,99
TO TAL	5.159.240.778,05	100,00	6.395.513.855,22	100,00	23,96

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O grupo Pessoal e Encargos Sociais, como em 2011 e 2012, constituiu a maior parcela de gastos das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos. Em 2013, dentre as entidades da Administração Indireta, regidas pela Lei nº 4.320/64, destacam-se, nessa ordem o SUPSEC, FUNDES e FUNECE que somaram R\$ 3.020.502.315,93, ou seja, 86,43% do total gasto no grupo em análise.

O valor registrado no grupo Juros e Encargos da Dívida refere-se às despesas relacionadas aos empréstimos contraídos pela COHAB junto ao Banco do Brasil S/A - BB, pelo PASEP do ISSEC e PASEP da ARCE no total de R\$ 19.461.406,34.

O gasto do SUPSEC com Pessoal e Encargos Sociais, incluindo todas as fontes, totalizou, em 2013, o montante de R\$ 2.188.548.251,22 conforme demonstra a tabela seguinte.



TABELA 59

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL DO SUPSEC, POR CATEGORIA E GRUPO.

(R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	2012	2013
<b>1. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.955.129.997,62</b>	<b>2.188.548.251,22</b>
- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.955.129.997,62	2.188.548.251,22
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
<b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- INVESTIMENTOS	0,00	0,00
- INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.955.129.997,62</b>	<b>2.188.548.251,22</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No grupo Outras Despesas Correntes, os maiores gastos foram realizados nos seguintes elementos:

TABELA 60

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DO GRUPO “OUTRAS DESPESAS CORRENTES”

(R\$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESA	VALOR
- Material de Consumo	257.504.116,15
- Material de Distribuição Gratuita	171.570.776,57
- Locação de Mão-de-Obra	200.888.224,90
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	794.421.620,94
- Contribuições	238.394.011,36
- Despesas de Exercícios Anteriores	104.173.559,49
- Despesas com Terceirização	202.930.387,82
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.969.882.697,23</b>
- Outros Elementos	315.359.705,68
<b>TOTAL</b>	<b>2.285.242.402,91</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Do valor verificado no elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, o DETRAN foi responsável pela aplicação da maior parcela de recursos com 34,90%, seguido pelo FUNDES, com 25,12%, ISSEC com 15,13% e FERMOJU com 10,47%.

No grupo Investimentos, as maiores despesas ficaram por conta dos elementos a seguir:

**TABELA 61**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DO GRUPO “INVESTIMENTOS”**

(R\$ 1,00)	
<b>ELEMENTOS DE DESPESAS</b>	<b>VALOR</b>
- Auxílios	16.596.343,95
- Obras e Instalações	243.708.106,95
- Equipamentos e Material Permanente	107.694.251,38
- Despesas de Exercícios Anteriores	14.413.459,98
<b>SUTO TAL</b>	<b>382.412.162,26</b>
- Outros Elementos	134.209.211,99
<b>TO TAL</b>	<b>516.621.374,25</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O DER respondeu pela maioria das despesas com investimentos, participando com R\$ 291.589.101,61, o que corresponde a 48,91% do total do grupo. As aplicações do DER nesse grupo tiveram a seguinte distribuição: 54,88% em Obras e Instalações, 31,00% em Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, 7,30% em Serviços de Consultoria e 6,82% em outros elementos.

Os investimentos do DER originaram-se de recursos de Operações de Crédito Internas BNDES/PROINVEST, fonte 53, com 38,67%, de recursos do Tesouro Estadual, fonte 00 e 01, com 17,04%, de Operações de Crédito Externa BID, fonte 59, com 0,75%, da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - fonte 11, com 0,73%, de Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás, fonte 44, com 7,63 e outras fontes com 35,18% deste 22,67% são oriundos de Convênios com Órgãos Federais, fonte 83.

Das aplicações no grupo Investimentos do FUNDES, 67,23% originaram-se do Tesouro Estadual e o restante teve como origem convênios com órgãos federais.

No grupo Inversões Financeiras, o elemento Concessão de Empréstimos representa a quase totalidade dos gastos, cuja execução deve-se ao FDI e FUNDART, no valor de R\$ 77.973.763,23. Tal despesa corresponde a incentivos fiscais concedidos às indústrias instaladas no Estado do Ceará no âmbito do Programa de Incentivos as Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI e incentivos fiscais concedidos aos artesões.



Os valores a receber resultantes dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, através do Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI, Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN e Programa de Desenvolvimento no Comércio Internacional e das Atividades Portuárias e Aeroportuária do Ceará - PDCI e do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, assim como as deduções dos prováveis valores a fundo perdido, estão demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 62  
DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS DO FDI

(R\$ 1,00)		
ESPECIFICAÇÃO	VALORES CURTO PRAZO	VALORES LONGO PRAZO
Empréstimos Concedidos - PROAPI	81.140.168,71	292.051.180,66
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-64.204.073,04	-259.852.514,48
<b>Saldo</b>	<b>16.936.095,67</b>	<b>32.198.666,18</b>
Créditos a Receber - PROVIN	797.010.949,16	2.066.303.397,81
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-653.175.161,35	-1.852.081.478,94
<b>Saldo</b>	<b>143.835.787,81</b>	<b>214.221.918,87</b>
Créditos a Receber - PDCI	1.807.923,44	0,00
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-1.306.225,88	0,00
<b>Saldo</b>	<b>501.697,56</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A perda do FDI, nos programas PROVIN e PDCI, corresponde à diferença entre o valor do benefício concedido, o qual corresponde ao limite máximo de 75% do ICMS devido (art. 17 do Decreto nº 29.183/2008) e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I), conforme abaixo:

PERDA = BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO

No caso do FDI/PROAPI, a perda corresponde à diferença entre o valor do empréstimo concedido e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I), demonstrado abaixo:

PERDA = EMPRÉSTIMO CONCEDIDO - RETORNO

O valor do retorno será um percentual que incidirá sobre o valor do benefício concedido ou valor do empréstimo.



Os valores do benefício e do retorno serão obtidos a partir de pontuação obtida pela empresa beneficiária que levará em consideração suas características de geração de emprego, custo de transação, localização, responsabilidade social, cultural e ambiental, pesquisa e desenvolvimento e adequabilidade a base de produção regional, conforme Anexo I do Decreto nº 29.183/2008.

Os empréstimos Concedidos no valor de R\$ 74.629.341,98 registrados na Unidade Gestora 480201 (FDI) foram transferidos para a SEFAZ em virtude das disponibilidades geradas pelo retorno do FDI converter-se em receita ordinária do Tesouro Estadual referentes ao valor principal dos benefícios concedidos pelo Fundo.

A Administração Indireta aplicou seus recursos em 25 das 28 funções de Governo, conforme demonstrado na tabela abaixo, sendo 62,00% desses recursos de origem do Tesouro do Estado. As funções de maior representatividade são: Saúde 38,07%, Previdência Social 34,22%, Transportes 8,16%, Educação 5,51%.

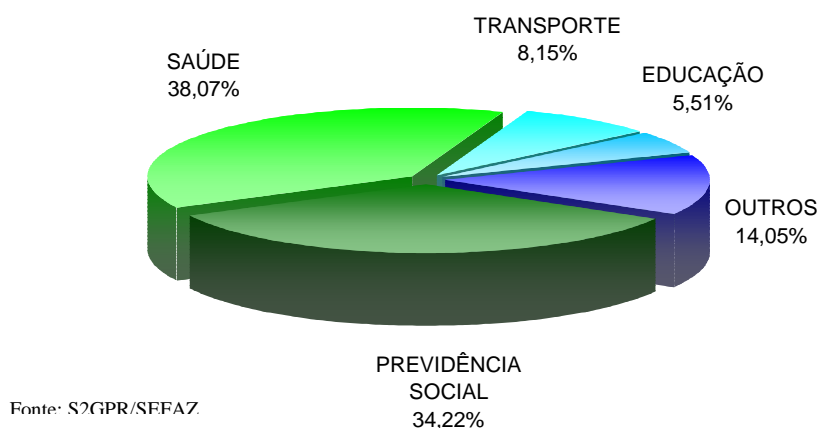
TABELA 63  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO

(R\$ 1,00)				
DISCRIMINAÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	VARIAÇÃO %	PARTIC.%
JUDICIÁRIA	220.325.271,95	118.784.247,11	(46,09)	1,86%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	12.830.000,00	3.215.333,28	(74,94)	0,05%
ADMINISTRAÇÃO	126.697.185,18	100.997.831,65	(20,29)	1,58%
SEGURANÇA PÚBLICA	160.727.614,35	144.112.186,99	(10,34)	2,25%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	123.910.770,96	98.394.817,93	(20,59)	1,54%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.329.072.966,53	2.188.553.534,55	(6,03)	34,22%
SAÚDE	2.865.490.407,82	2.434.804.977,36	(15,03)	38,07%
TRABALHO	1.776.840,00	1.041.509,32	(41,39)	0,02%
EDUCAÇÃO	384.955.408,01	352.104.244,70	(8,53)	5,51%
CULTURA	20.000.000,00	12.655.169,36	(36,73)	0,20%
DIREITOS DA CIDADANIA	12.257.635,78	7.536.694,25	(38,52)	0,12%
URBANISMO	4.635.493,94	4.161.898,60	(10,22)	0,07%
HABITAÇÃO	5.053.180,92	3.776.212,10	(25,27)	0,06%
SANEAMENTO	806.790,00	282.309,40	(65,01)	0,00%
GESTÃO AMBIENTAL	76.194.152,53	64.304.292,05	(15,61)	1,01%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	82.674.329,38	56.874.870,15	(31,21)	0,89%
AGRICULTURA	144.974.134,94	125.110.209,03	13,71	1,95%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	19.596.146,04	6.105.815,24	(68,84)	0,10%
INDÚSTRIA	80.300.558,44	77.972.371,28	(2,90)	1,22%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	8.111.364,29	7.933.809,18	(2,19)	0,12%
COMUNICAÇÕES	23.281.163,18	14.727.284,17	(36,74)	0,23%
ENERGIA	1.380.066,72	1.014.999,54	(26,45)	0,01%
TRANSPORTE	880.780.788,08	521.600.611,22	(40,78)	8,15%
DESPORTO E LAZER	9.800.000,00	647.969,81	(93,39)	0,01%
ENCARGOS ESPECIAIS	48.875.290,85	48.800.656,95	(0,15)	0,76%
<b>TO TAL</b>	<b>7.644.507.559,89</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>(16,34)</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XX  
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO (ADM. INDIRETA) - 2013



Foi aplicado o maior volume de recursos na função Saúde, executada na ESP, no ISSEC e no FUNDES, cabendo a este a responsabilidade pela aplicação de 96,08% dessa função.

Sequencialmente vem a função Previdência Social, 99,99% administrados pelo SUPSEC para apagamento das aposentadorias e pensões do Estado.

A função Transporte, que no exercício de 2013 apresentou um decréscimo na aplicação de recursos de 8,23%, foi executada pelo DER 67,46%, DETRAN 32,43 e ARCE 0,11%.

A função Educação apresentou um percentual de 5,51% distribuído entre: FUNECE, URCA, UVA e FUNCAP.

Concluindo a análise sobre a execução orçamentária das entidades da Administração Indireta, compreendidas aqui somente as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos, constatou-se que 84,18% de suas despesas foram alocadas em apenas cinco entidades, entre elas, duas Autarquias e três Fundos, conforme o quadro seguinte:

TABELA 64  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DAS PRINCIPAIS ENTIDADES  
POR CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	REALIZAÇÃO		TOTAL	PARTIC. %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
<b>SUPSEC</b>	<b>1.001.055.262,30</b>	<b>1.187.492.988,92</b>	<b>2.188.548.251,22</b>	<b>34,22</b>
Despesas Correntes	1.001.055.262,30	1.187.492.988,92	2.188.548.251,22	34,22
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FUNDES</b>	<b>1.795.135.998,34</b>	<b>544.117.137,65</b>	<b>2.339.253.135,99</b>	<b>36,58</b>
Despesas Correntes	1.720.806.480,24	507.881.089,35	2.228.687.569,59	34,85
Despesas de Capital	74.329.518,10	36.236.048,30	110.565.566,40	1,73
<b>FUNECE</b>	<b>0,00</b>	<b>7.742.224,07</b>	<b>197.119.216,13</b>	<b>3,08</b>
Despesas Correntes	184.260.489,64	7.072.958,08	191.333.447,72	2,99
Despesas de Capital	5.116.502,42	669.265,99	5.785.768,41	0,09
<b>DER</b>	<b>96.986.890,90</b>	<b>254.876.872,54</b>	<b>351.863.763,44</b>	<b>5,50</b>
Despesas Correntes	47.285.973,74	12.988.688,09	60.274.661,83	0,94
Despesas de Capital	49.700.917,16	241.888.184,45	291.589.101,61	4,56
<b>DETRAN</b>	<b>0,00</b>	<b>307.211.626,08</b>	<b>307.211.626,08</b>	<b>4,80</b>
Despesas Correntes	0,00	283.794.186,10	283.794.186,10	4,44
Despesas de Capital	0,00	23.417.439,98	23.417.439,98	0,37
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.082.555.143,60</b>	<b>2.301.440.849,26</b>	<b>5.383.995.992,86</b>	<b>84,18</b>
Despesas Correntes	2.953.408.205,92	1.999.229.910,54	4.952.638.116,46	77,44
Despesas de Capital	129.146.937,68	302.210.938,72	431.357.876,40	6,74
<b>OUTRAS ENTIDADES</b>	<b>669.032.655,14</b>	<b>342.485.207,22</b>	<b>1.011.517.862,36</b>	<b>15,82</b>
Despesas Correntes	565.954.525,51	280.748.186,73	846.702.712,24	13,24
Despesas de Capital	103.078.129,63	61.737.020,49	164.815.150,12	2,58
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.751.587.798,74</b>	<b>2.643.926.056,48</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>100,00</b>
Despesas Correntes	3.519.362.731,43	2.279.978.097,27	5.799.340.828,70	90,68
Despesas de Capital	232.225.067,31	363.947.959,21	596.173.026,52	9,32

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Constata-se, no demonstrativo acima, que o maior dispêndio do Estado em 2013 refere-se às Despesas Previdenciárias. De seu valor total, 54,26% foram gastos com recursos das contribuições patronais e de servidores e 45,74 % com recursos do Tesouro Estadual.

Dos gastos executados no FUNDES, 25,12% correspondem à aplicação no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.



O FDI e o DER aplicaram seus recursos, na sua maioria, em Concessão de Empréstimos e Obras e Instalações, respectivamente. Já o SUPSEC empregou 100 % em Despesas com Pessoal.

No cômputo geral das entidades da Administração Indireta, as despesas correntes superaram as de capital em R\$ 5.203.167.802,18, traduzindo-se dessa forma, a utilização expressiva dos recursos do Estado e de outras fontes em gastos de natureza operacional, realizados para a manutenção e o funcionamento das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

## CAPÍTULO III

### 3. DA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 3.1. Consolidação Orçamentária da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

##### 3.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE), alcançou o montante de R\$ 21.244.752.613,97. Em comparação com o exercício anterior, houve um acréscimo nominal de 14,53%. Encontram-se excluídas das receitas das entidades da Administração Indireta os recursos do Tesouro, que constam na receita da Administração Direta.

TABELA 65  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA PREVISTA COM A  
REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)					
ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA	PARTIC. %	REALIZADA	PARTIC. %	REALIZ. %
<b>1.RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES</b>	<b>19.014.349.501,10</b>	<b>84,19</b>	<b>18.575.040.419,97</b>	<b>87,43</b>	<b>97,69</b>
1.1 Administração Direta	17.142.903.203,26	75,90	17.023.863.290,77	80,13	99,31
1.2 Administração Indireta	1.871.446.297,84	8,29	1.551.177.129,20	7,30	82,89
1.3 (-) Deduções	2.341.035.967,25	10,37	2.341.458.500,17	0,00	100,02
<b>2.RECEITAS CAPITAL SEM DEDUÇÕES</b>	<b>2.784.179.486,13</b>	<b>12,33</b>	<b>1.862.367.342,12</b>	<b>8,77</b>	<b>66,89</b>
2.1 Administração Direta	2.593.655.743,38	11,48	1.786.129.324,76	8,41	68,87
2.2 Administração Indireta	190.523.742,75	0,84	76.238.017,36	0,36	40,01
2.3 (-) Deduções	0,00	0,00	32.437,31	0,00	0,00
<b>3.RECEITA CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>787.441.059,83</b>	<b>3,49</b>	<b>807.344.851,88</b>	<b>3,80</b>	<b>102,53</b>
3.1 Administração Direta	1.778.000,00	0,01	34.356.588,79	0,16	1.932,32
3.2 Administração Indireta	785.663.059,83	3,48	772.988.263,09	3,64	98,39
3.3 (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4.TOTAL RECEITAS SEM DEDUÇÕES(1+2+3)</b>	<b>22.585.970.047,06</b>	<b>100,00</b>	<b>21.244.752.613,97</b>	<b>100,00</b>	<b>94,06</b>
<b>5.TOTAL (-) DEDUÇÕES (1.3+2.3+3.3)</b>	<b>2.341.035.967,25</b>	<b>100,00</b>	<b>2.341.490.937,48</b>	<b>100,00</b>	<b>100,02</b>
<b>6.TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS(4-5)</b>	<b>20.244.934.079,81</b>	<b>100,00</b>	<b>18.903.261.676,49</b>	<b>100,00</b>	<b>93,37</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: Inclui Empresas Estatais Dependentes.



A tabela anterior evidencia que 88,54% das receitas estão concentradas na Administração Direta.

Da consolidação da Receita Prevista no valor de R\$ 22.585.970.047,06 foi realizada R\$ 21.244.752.613,97 equivalente a 94,07%.

### 3.1.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes em 2013, incluindo as intraorçamentárias, alcançaram a importância de R\$ 19.382.385.271,85.

TABELA 66  
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

(R\$ 1,00)		
RECEITA	REALIZAÇÃO 2013	PARTICIPAÇÃO %
<b>I-RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES</b>	<b>18.575.040.419,97</b>	<b>95,83</b>
TRIBUTÁRIA	10.150.885.779,50	52,37
CONTRIBUIÇÃO	452.139.129,84	2,33
PATRIMONIAL	562.891.339,13	2,90
SERVIÇOS	49.211.753,69	0,25
TRANSF. CORRENTES	6.902.750.828,90	35,61
OUT. REC. CORRENTES	457.161.588,91	2,36
(-) DEDUÇÕES	2.341.458.500,17	12,08
<b>II-RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>807.344.851,88</b>	<b>4,17</b>
<b>III-TOTAL RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES (I+II)</b>	<b>19.382.385.271,85</b>	<b>100,00</b>
<b>IV-TOTAL DEDUÇÕES</b>	<b>2.341.458.500,17</b>	<b>100,00</b>
<b>V-TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (III-IV)</b>	<b>17.040.926.771,68</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

As fontes de receitas com valores mais expressivos, em 2013, são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, representando 52,37% e 35,61%, respectivamente, das Receitas Correntes, juntas representam 87,99% das Receitas Correntes, incluídas as receitas Intraorçamentárias, e 80,27% da Receita Orçamentária.





### 3.1.1.2. Receitas de Capital

No exercício de 2013, as Receitas de Capital somaram R\$ 1.862.367.342,12, representando 8,77% da receita orçamentária. Em comparação com o exercício anterior, houve acréscimo de 69,51% em termos nominais. As receitas que contribuíram para esse acréscimo foram as Operações de Créditos em 46,70% e as Transferências de Capital com 141,33%.

TABELA 67  
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

(R\$ 1,00)		
RECEITA	REALIZAÇÃO 2013	PARTICIPAÇÃO %
<b>I-RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES</b>	<b>1.862.367.342,12</b>	<b>100,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.190.525.228,89	63,93
ALIENAÇÃO DE BENS	1.791.919,93	0,10
AMORT. DE EMPRÉSTIMOS	94.378,61	0,01
TRANSF. DE CAPITAL	669.955.814,69	35,97
OUT. RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES	32.437,31	0,00
<b>II-TOTAL RECEITAS CAPITAL SEM DEDUÇÕES</b>	<b>1.862.367.342,12</b>	<b>100,00</b>
<b>III-TOTAL DEDUÇÕES</b>	<b>32.437,31</b>	<b>100,00</b>
<b>IV-TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (II-III)</b>	<b>1.862.334.904,81</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Como está demonstrado na tabela acima, Operações de Crédito, em 2013, é o valor mais representativo, com 63,93% da sua categoria econômica.

### 3.1.2. Despesa Orçamentária

Excluídas as duplicidades de despesas com fontes comuns às duas administrações e incluídas as despesas na modalidade de Transferências, da Administração Direta, as quais foram repassadas para o FUNDEB, a Despesa Orçamentária alcançou o montante de R\$ 18.395.140.660,60.

As Empresas Públicas dependentes: ETICE e EMATERCE e as Sociedades de Economia Mista: COHAB e CODECE executam suas despesas diretamente no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, portanto não recebem seus recursos através da modalidade de transferências.

TABELA 68

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DA DESPESA FIXADA COM A  
REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA	PARTIC. %	REALIZADA	(R\$ 100)
				PARTIC. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16.220.548.155,26</b>	<b>71,12</b>	<b>15.304.742.294,10</b>	<b>83,20</b>
Administração Direta	9.906.748.820,81	43,43	9.505.401.465,40	51,67
Administração Indireta	6.313.799.334,45	27,68	5.799.340.828,70	31,53
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.587.683.406,79</b>	<b>28,88</b>	<b>3.090.398.366,50</b>	<b>16,80</b>
Administração Direta	5.256.975.181,35	23,05	2.494.225.339,98	13,56
Administração Indireta	1.330.708.225,44	5,83	596.173.026,52	3,24
<b>TO TAL</b>	<b>22.808.231.562,05</b>	<b>100,00</b>	<b>18.395.140.660,60</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Da consolidação da despesa fixada no valor de R\$ 22.808.231.562,05 foi realizada R\$ 18.395.140.660,60 equivalente a 80,66%.

Do total da Despesa, a Administração Direta participou com o valor de R\$ 11.999.626.805,38 representando 65,24% na realização, e as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, com o valor de R\$ 6.395.513.855,22 representando 34,76%.

### 3.1.2.1 Despesas Correntes

As despesas correntes são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e sim, a maior parte para a manutenção da máquina administrativa.

Do valor total das Despesas Correntes, a Administração Direta realizou R\$ 9.505.401.465,40, participando com 62,11%, e as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos realizaram R\$ 5.799.340.828,70, participando com 37,89%.

### 3.1.2.2 Despesas de Capital

Do valor das Despesas de Capital, a Administração Direta participou com R\$ 2.494.225.339,98 representando 80,71%. Já as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes participaram com R\$ 596.173.026,52 representando 19,29% em termos nominais.



### **3.1.2.3 Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação**

A Constituição Federal Dispõe em seu Art. 22, inciso XXVII que: Compete privativamente à União legislar sobre: normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III.

A Lei federal nº 8.666/93, que, regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal, institui “normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para licitações e contratos da Administração Pública”.



TABELA 69

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ESTADO POR ÓRGÃO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE	MODALIDADE / QUANTIDADE									(R\$1.000)
	CONVITE	T. PREÇO	CONCORRÊNCIA	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	INTERNACIONAL	CONCURSO	LEILÃO	PREGÃO	
ASSEMBLEIA	39	19	68	6795	428	0	0	0	1574	87.736.754,63
FUNDO ASS	0	0	0	5	0	0	0	0	0	325,95
T CONTAS	0	2	28	148	231	0	0	0	426	25.586.231,84
TCM	1	2	0	122	226	0	0	0	625	15.637.584,38
T JUSTICA	0	0	0	159	156	0	0	0	307	16.346.083,19
FERMOJU	3	4	140	278	350	0	0	0	1316	96.378.251,58
FUNSEG	0	0	0	0	0	0	0	0	23	655.629,00
DPGE	0	4	0	56	0	0	0	0	69	5.341.629,53
FAADEP	0	1	68	189	97	0	0	0	368	4.718.757,98
SEINFRA	0	14	151	71	105	0	0	0	264	304.972.003,86
DER	0	85	620	162	178	39	0	0	1147	298.993.104,84
DETRAN	0	18	258	41	241	0	0	0	978	220.999.766,24
DAE	0	19	63	54	17	0	0	0	614	8.039.136,79
SSPDC	0	0	104	140	269	0	0	0	819	83.914.400,59
FDS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3.135,00
FDS PC	0	0	0	0	0	0	0	0	8	301.548,70
FDS FM	0	0	0	0	1	0	0	0	8	487.178,80
FDS CB	0	0	0	0	0	0	0	0	1	297.602,78
FDS C PM	0	0	11	5	0	0	0	0	43	543.148,43
FDS C BOM	0	0	24	2	1	0	0	0	62	594.365,24
POL CIVIL	0	5	972	1600	1039	0	0	0	3366	58.735.312,98
P M CE	0	0	50	158	91	0	0	0	348	61.248.882,81
BOMBEIRO	0	0	44	63	54	0	0	0	366	14.904.418,78
P FORENSE	0	2	56	109	101	0	0	0	517	14.864.299,19
AESP	0	6	27	56	59	0	0	0	269	4.681.707,77
FDC	0	0	0	52	0	0	0	0	40	49.537.899,27
GAB GOV	0	11	86	181	38	0	0	0	236	41.200.504,73
VICE GOV	0	0	26	17	28	0	0	0	172	1.753.437,84
PGE	0	0	47	53	67	0	0	0	734	15.027.374,89
ARCE	0	45	190	106	32	0	0	0	259	5.338.488,90
C MILITAR	0	0	27	46	51	0	0	0	360	5.387.984,60
PGJ	0	6	19	594	136	0	0	0	714	28.205.536,84
FDID	0	0	0	0	0	0	0	0	10	596.740,08
CONS EDUC	0	0	26	211	38	0	0	0	180	3.946.387,72
JUSTICA	2	7	552	559	515	0	0	0	3143	134.311.421,37
SEFAZ	0	11	240	821	330	86	0	0	2327	93.616.522,65
JUCEC	0	0	26	199	24	0	0	0	81	3.402.397,62
ENCARGOS	0	0	0	34	0	0	0	0	0	2.118.261,65
SDR	0	18	122	247	648	26	0	0	949	171.955.880,75
EMATERCE	6	14	52	444	79	0	0	0	376	10.951.491,65
IDACE	0	0	26	59	41	0	0	0	143	5.954.203,77
ADAGRI	0	0	51	349	61	0	0	0	237	6.712.412,78
SEDUC	8719	11	1257	2101	2048	0	36	0	8674	643.854.846,86
E S P	0	0	0	1	0	0	0	0	99	123.039,67
R TEOFILO	0	0	12	38	22	0	0	0	221	1.151.088,05
FUNDES	0	0	1008	3107	615	8	0	0	10878	696.855.279,22
HEMOCE	0	7	75	283	265	0	0	0	2155	43.538.413,45
HPM	0	0	27	135	33	0	0	0	559	15.026.314,96
MICRO BATU	0	0	12	76	0	0	0	0	154	579.078,63
D.PRIMEIRA	0	0	29	119	1	0	0	0	132	1.988.052,40
D.OITAVA	0	0	12	22	0	0	0	0	137	879.441,08
PRIM DERES	0	0	12	41	0	0	0	0	147	726.692,56
H G F	0	0	38	733	160	0	0	0	5163	204.473.447,68
H MESSEJ	0	0	31	1138	91	0	0	0	5414	132.193.162,88
H G C C O	9	0	30	246	104	0	0	0	2067	52.037.168,05
A SABIN	0	0	37	387	128	0	0	0	3011	74.351.430,08
HSMM	0	0	18	127	14	0	0	0	889	8.334.746,10
H S J	0	0	15	428	33	0	0	0	1713	15.856.749,82
C E O	0	0	13	109	27	0	0	0	401	4.331.273,10
IPCC	0	0	12	73	30	0	0	0	424	2.843.888,79
LACEN	0	1	48	333	62	0	0	0	852	13.187.809,94
CIDH	0	0	13	72	29	0	0	0	215	1.929.490,90
D LIBANIA	0	0	15	37	32	0	0	0	234	1.618.549,52
MEIRELES	0	0	12	38	23	0	0	0	249	1.463.249,23
C BENFICA	0	0	12	24	26	0	0	0	190	1.014.944,20
CULTURA	0	9	68	154	92	0	0	0	437	38.364.891,10
F E C	0	0	0	2	21	0	0	0	1	271.974,16
SRH	3	24	294	77	63	23	0	0	183	94.831.523,34
SOHIDRA	0	32	47	81	21	0	0	0	271	21.043.966,70
SEGOV	0	0	3849	111	125	0	106	0	593	142.340.578,62
FUNTELC	0	0	28	52	56	0	0	0	245	4.234.549,00
SECITECE	0	1	58	149	38	6	0	0	394	109.435.621,32
FUNECE	0	20	48	105	139	0	0	0	1234	26.941.565,29
UVA	0	0	29	116	7	0	0	0	243	9.882.646,82
URCA	0	1	34	232	21	0	0	0	445	9.788.911,78
FUNCEME	0	3	71	104	42	0	0	0	468	4.151.382,13
FUNCAP	0	7	41	91	19	0	0	0	171	3.771.694,26
NUTEC	0	5	35	116	56	0	0	0	213	4.165.793,51
SETUR	0	12	194	144	88	0	0	0	526	137.113.571,61
CGE	0	0	66	82	43	0	0	0	266	4.065.208,83
ESPORTE	0	0	82	121	75	0	0	0	229	8.759.145,49
FDEJ	0	0	0	0	0	0	0	0	106	647.969,81
CIDADES	0	11	442	110	11	69	0	0	303	76.003.452,91
IDECE	0	15	27	28	17	0	0	0	117	2.357.086,01
SEPLAG	0	11	22	95	73	0	0	0	527	34.128.226,20
ISSEC	0	18	42	44	16883	0	0	0	253	88.781.015,20
ETICE	8	3	59	115	57	0	0	0	522	13.930.078,71
IPECE	0	1	25	5	1	6	0	0	136	2.544.451,01
COHAB	0	4	13	35	31	0	0	0	108	2.968.974,69
EGPCE	0	6	22	146	12	0	0	0	157	2.402.555,00
STDS	0	1	251	524	588	40	0	0	1623	46.725.871,89
FEAS	0	2	256	96	558	0	0	0	2510	19.581.166,38
FUNDART	0	0	0	0	321	0	0	0	0	589.096,95
CEDE	0	0	28	74	14	0	0	0	77	811.415,07
CODECE	9	2	24	102	6	0	0	0	53	341.200,29
CONPAM	0	2	107	190	140	0	0	0	693	10.179.030,94
SEMACE	0	0	48	110	87	0	0	0	274	17.747.023,98
SPA	0	0	26	151	1	0	0	0	58	3.264.748,97
SECOPA	0	0	42	83	42	0	0	0	154	237.052.369,92
CGD	0	0	28	46	31	0	0	0	181	2.181.298,13
TOTAL	8.801	502	13.318	27.915	29.266	303	142	0	81.229	5.005.756.421
Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR										

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



## CAPITULO IV

### 4. DOS BALANÇOS GERAIS

#### 4.1. Balanços da Administração Direta

##### 4.1.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas, devendo ser apresentado conforme anexo 12, da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



TABELA 70

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Conforme MCASP, 5ª edição)

(1,00)						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.392.689.408,96</b>	<b>14.803.645.236,01</b>	<b>14.734.686.347,35</b>	<b>-68.958.888,66</b>		
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.012.065.795,60	8.378.866.284,38	8.486.133.161,22	107.266.876,84		
RECEITA PATRIMONIAL	241.900.000,00	246.119.100,82	505.543.676,02	259.424.575,20		
RECEITA DE SERVIÇOS			11.181.020,46	11.181.020,46		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.906.639.086,58	5.946.660.324,03	5.401.616.646,33	-545.043.677,70		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	232.084.526,78	231.999.526,78	330.211.843,32	98.212.316,54		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.123.197.930,37</b>	<b>2.593.655.743,38</b>	<b>1.786.129.324,76</b>	<b>-807.526.418,62</b>		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.020.494.212,98	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	-266.248.094,06		
ALIENAÇÃO DE BENS	17.413,76	106.825,88	22.325,38	-84.500,50		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.099.569.564,15	1.133.658.855,07	595.581.770,49	-538.077.084,58		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.116.739,48	3.116.739,48	0,00	3.116.739,48		
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS ( I )</b>	<b>17.515.887.339,33</b>	<b>17.397.300.979,39</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>-876.485.307,28</b>		
<b>REFINANCIAMENTO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
Operações de Crédito Internas	0,00			0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO =( III )</b>						
<b>(I+II)</b>	<b>17.515.887.339,33</b>	<b>17.397.300.979,39</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>-876.485.307,28</b>		
<b>DÉFICIT (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>TOTAL (V)=(III+IV)</b>	<b>17.515.887.339,33</b>	<b>17.397.300.979,39</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>-876.485.307,28</b>		
SALDO DE EXER. ANTERIORES (UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-		
Superávit Financeiro	-	-	-	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO i=(e-f)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.401.373.357,57</b>	<b>9.906.748.820,81</b>	<b>9.505.401.465,40</b>	<b>9.386.154.360,60</b>	<b>9.217.854.063,74</b>	<b>401.347.355,41</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.832.940.481,35	4.868.106.136,28	4.776.717.422,68	4.773.098.560,75	4.685.456.848,51	91.388.713,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	276.580.495,00	231.423.495,00	227.018.789,46	227.018.789,46	227.018.789,46	4.404.705,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.291.852.381,22	4.807.219.189,53	4.501.665.253,26	4.386.037.010,39	4.305.378.425,77	305.553.936,27
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.084.364.869,87</b>	<b>5.206.460.274,35</b>	<b>2.443.718.263,36</b>	<b>2.192.898.595,39</b>	<b>2.182.441.165,18</b>	<b>2.762.742.010,99</b>
INVESTIMENTOS	3.500.322.049,87	4.466.541.175,43	1.722.912.521,89	1.472.092.853,92	1.461.635.423,71	2.743.628.653,54
INVERSÕES FINANCEIRAS	115.805.912,00	253.721.880,30	244.274.232,51	244.274.232,51	244.274.232,51	9.447.647,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	468.236.908,00	486.197.218,62	476.531.508,96	476.531.508,96	476.531.508,96	9.665.709,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<b>45.169.987,50</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS ( VI )</b>	<b>13.530.908.214,94</b>	<b>15.113.209.095,16</b>	<b>11.949.119.728,76</b>	<b>11.579.052.955,99</b>	<b>11.400.295.228,92</b>	<b>3.164.089.366,40</b>
<b>AMORT. DA DIV./REFINANCIAMENTO (VII)</b>	<b>63.480.907,00</b>	<b>50.514.907,00</b>	<b>50.507.076,62</b>	<b>50.507.076,62</b>	<b>50.507.076,62</b>	<b>7.830,38</b>
Amortização da Dívida Interna	63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,62	7.830,38
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL C. REFINANCIAMENTO )</b>						
<b>(VII)=(VI+VII)</b>	<b>13.594.389.121,94</b>	<b>15.163.724.002,16</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>11.629.560.032,61</b>	<b>11.450.802.305,54</b>	<b>3.164.097.196,78</b>
<b>SUPERÁVIT (IX)</b>	<b>3.921.498.217,39</b>	<b>2.233.576.977,23</b>	<b>4.521.188.866,73</b>	-	-	<b>-2.287.611.889,50</b>
<b>TOTAL (X)=(VIII+IX)</b>	<b>17.515.887.339,33</b>	<b>17.397.300.979,39</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>11.629.560.032,61</b>	<b>11.450.802.305,54</b>	<b>876.485.307,28</b>

FONTE: S2GPRSEFAZ



TABELA 71

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Conforme Lei nº 4.320/64)

RECEITA			
(R\$ 1,00)			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	14.803.645.236,01	14.734.686.347,35	-68.958.888,66
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.378.866.284,38	8.486.133.161,22	107.266.876,84
RECEITA PATRIMONIAL	246.119.100,82	505.543.676,02	259.424.575,20
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	11.181.020,46	11.181.020,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.946.660.324,03	5.401.616.646,33	-545.043.677,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	231.999.526,78	330.211.843,32	98.212.316,54
RECEITAS DE CAPITAL	2.593.655.743,38	1.786.129.324,76	-807.526.418,62
SOMA	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	-876.485.307,28
DEFÍCIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	-876.485.307,28

DESPESA			
(R\$ 1,00)			
TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
CRÉDITOS ORDINÁRIOS			
E SUPLEMENTARES	14.920.291.658,09	11.999.626.805,38	-2.920.664.852,71
CRÉDITOS ESPECIAIS	243.432.344,07	0,00	-243.432.344,07
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SOMA	15.163.724.002,16	11.999.626.805,38	-3.164.097.196,78
SUPERÁVIT	2.233.576.977,23	4.521.188.866,73	2.287.611.889,50
TOTAL	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	-876.485.307,28

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:



TABELA 72

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA COM DEDUÇÕES E RESTITUIÇÕES

(R\$ 1,00)		
Valores Brutos	Prevista	Realizada
Receita Corrente	17.142.903.203,26	17.023.863.290,77
Receita de Capital	2.593.655.743,38	1.786.129.324,76
Receita Intraorçamentária	1.778.000,00	34.356.588,79
Total da Receita	19.738.336.946,64	18.844.349.204,32
Dedução para a Formação do FUNDEB	Prevista	Realizada
Dedução da Receita Corrente	2.341.035.967,25	2.297.694.414,33
Dedução da Receita de Capital	0,00	0,00
Total das Deduções	2.341.035.967,25	2.297.694.414,33
Restituições de Receita	Prevista	Realizada
Restituição da Receita Corrente	0,00	25.839.117,88
Restituição da Receita de Capital	0,00	0,00
Total das Deduções	0,00	25.839.117,88
Total das Deduções da Receita	Prevista	Realizada
Corrente	2.341.035.967,25	2.323.533.532,21
Capital	0,00	0,00
Total	2.341.035.967,25	2.323.533.532,21
Valores Líquidos	Prevista	Realizada
Receita Corrente	14.801.867.236,01	14.700.329.758,56
Receita de Capital	2.593.655.743,38	1.786.129.324,76
Receita Intraorçamentária	1.778.000,00	34.356.588,79
Total	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;

Com a adoção do novo modelo de Balanço Orçamentário para a Administração Pública, conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 5ª edição, válida para o ano de 2013, as receitas e despesas de capital devem ser evidenciadas segregando as operações relacionadas ao refinanciamento da dívida pública. Dessa maneira, a evidenciação das Receitas de Capital com Operações de Crédito e das Despesas de Capital com Amortização da Dívida dão destaque a essas operações, não constando totalizadas no Balanço Orçamentário. A tabela abaixo congrega essas operações e evidencia o total da Receita de Capital com operações de crédito e o total da Despesa de Capital com amortização de Empréstimos do Estado do Ceará, constantes no Balanço Orçamentário da Administração Direta, no ano de 2013:





TABELA 73  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL

(R\$ 1,00)

Receita de Capital - Operações de Crédito	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Diferença
Operações de Crédito (líquida das operações de refinancia-mento - natureza: 121)	2.020.494.212,98	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	266.248.094,06
Operações de Crédito para Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>2.020.494.218,98</b>	<b>1.456.773.322,95</b>	<b>1.190.525.228,89</b>	<b>266.248.094,06</b>

(R\$ 1,00)

Despesa de Capital - Amortização da Dívida	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Diferença
Amortização da Dívida (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 46)	468.236.908,00	486.197.218,62	476.531.508,96	476.531.508,96	476.531.508,96	9.665.709,66
Amortização da Dívida com Refinanciamento	63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,92	7.830,38
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>531.717.815,00</b>	<b>536.712.125,62</b>	<b>527.038.585,58</b>	<b>527.038.585,58</b>	<b>527.038.585,58</b>	<b>9.673.540,04</b>

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, no exercício de 2013, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 4.521.188.866,73 As despesas executadas foram inferiores às receitas realizadas.

A seguir, demonstra-se o Quociente da Execução Orçamentária da Administração Direta, comparando-se o exercício de 2013 com o de 2012.

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013
Receita Orçamentária	14.168.688.911,86 = 1,24	16.520.815.672,11 = 1,38
Despesa Orçamentária	11.478.950.786,78	11.999.626.805,38

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

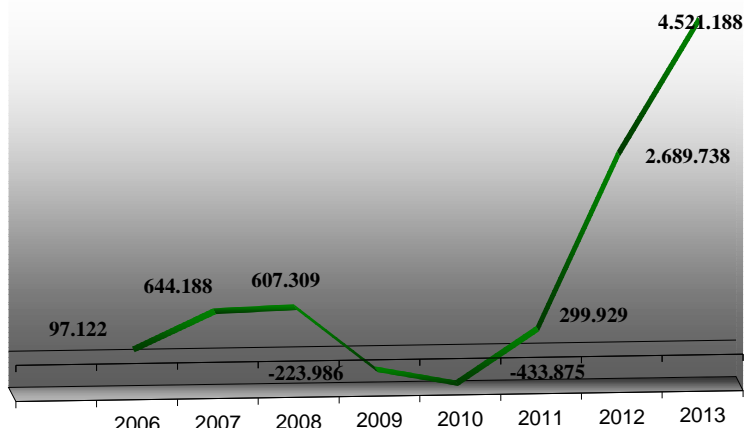
O índice acima (2013) significa que o total da Receita arrecadada corresponde a 1,38 da despesa realizada.

O resultado orçamentário positivo do exercício de 2013 resultou do Orçamento Corrente, no qual as receitas foram superiores às despesas em 35,49%.



GRÁFICO XXI

TRAJETÓRIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - 2006 A 2013



Fonte: SEFAZ/S2GPR/COTES

Nota: Dos valores referentes a 2012, foram excluídas as transferências de recursos da Administração Direta para a Indireta, em virtude da mudança de critério contábil relacionado às transferências financeiras concedidas (grupo 3.5.1.0.2) e recebidas (grupo 4.5.1.0.2) para o pagamento das despesas das Entidades da Administração Indireta.

Para que se possa acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas na área financeira do Estado no ano de 2013 torna-se necessário um conjunto de informações macroeconômicas abrangendo o ambiente interno e externo da economia, cujos reflexos interferem diretamente no contexto das finanças públicas do Estado do Ceará.

Grandes avanços foram conquistados em prol de melhoria das condições de vida da população cearense. Forma firmadas parcerias, estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessário ao pleno desenvolvimento do Estado.

A crise econômica mundial continuou interferindo nos índices econômicos no ano de 2013, considerado o segundo pior ano pós-crise, dificultou um maior crescimento mundial. Apesar de países como os Estados Unidos já demonstrarem alguma recuperação, o ano ainda foi de ajuste para que seja possível um 2014 melhor. No Brasil, a política monetária do Federal Reserve (FED) acompanhada das pressões inflacionárias do primeiro semestre desestabilizaram o câmbio e prejudicaram o consumo das famílias. Apesar disto o país cresceu acima de alguns aliados no BRICS, exceto em relação à CHINA que cresceu 7,7 %, e Índia 5,0%, a Rússia cresceu apenas 1,4% . Por conta disso e, em meio a um cenário geopolítico e econômico instável em várias partes do mundo, o PIB não ultrapassou modestos 2,3% ante a um crescimento mundial de 2,4%. Apesar desse crescimento ser pequeno supera em muito os 0,9% de 2012, a retração de 0,4% da zona do Euro, o crescimento de 0,4% da Alemanha e 1,9% dos EUA, mostrando a solidez da econômica do Brasil.

A economia brasileira teve este crescimento puxado pelo setor de serviços que se elevou em 1,7%. Enquanto que o setor agropecuário e a indústria decresceram em 2,3% e 0,8% respectivamente. Em síntese o crescimento do produto brasileiro foi sustentado pelas atividades de construção civil, eletricidade, gás e água, comércio e despesas da administração pública.

Apesar deste cenário, evidenciamos um ano em que as estratégias políticas e econômicas começaram a se movimentar no sentido de estimular o crescimento econômico. As expectativas dos agentes já começam a melhorar de forma pontual, sinalizando para o mercado uma pequena recuperação, resultando em um ano de crescimento maior que 2012. No que diz respeito a impulsionar a economia, nenhuma ação contundente foi adotada, já que as incertezas quanto às pressões inflacionárias e quanto ao câmbio não permitiram ao governo adotar uma política mais eficaz.

Os resultados de 2013 ainda estão afetados pelo desempenho pífio da economia mundial, que ainda sofre os reflexos desta crise financeira, que refreou um crescimento mais robusto. Nesse ambiente, os principais bancos centrais mantêm uma postura flexível da política monetária iniciada no âmago da crise com o intuito de aumentar a liquidez, motivar a atividade econômica e garantir a solvência dos sistemas financeiros. Contudo, dados o aprofundamento da crise e o papel limitado dos estímulos monetários, os governos também têm mantido programas fiscais voltados para a estabilização financeira e para o estímulo ao crescimento, com o objetivo de se contrapor aos efeitos contracionistas ainda presentes.

Apesar deste crescimento modesto, pode-se considerar que foi um desempenho razoável diante da continuidade dos efeitos financeiros da crise nos países europeus que deverão ter uma contração na suas economias, tais como Espanha, Portugal, França e Itália. O Brasil mostrou-se mais resistente do que vários outros países, por conta tanto do fortalecimento observado nos principais fundamentos da economia brasileira nos últimos anos, quanto da adequação das medidas da política econômica destinadas ao combate dos impactos da crise mundial, implementadas ao final de 2008 e início de 2009. Nesse cenário, destaca-se o desempenho do consumo das famílias, favorecido, inicialmente, pela preservação da renda real e pela melhora nas condições do mercado de crédito. Estas medidas aumentaram a liquidez e criaram algumas pressões inflacionárias em 2012 e 2013, que estão sendo combatidas com medidas de austeridade fiscal e também pelo desenrolar da crise mundial que tem viés recessivo.



O desempenho da economia cearense, logicamente, está atrelado ao da economia nacional e internacional. O cenário econômico para 2013 ainda era pessimista, mas o Estado superou as expectativas e com políticas econômicas expansionistas possibilitou a economia cearense entrar numa trajetória de crescimento sustentável, mantendo o crescimento de sua renda superior a média nacional. Neste sentido, é importante ressaltar a capacidade do Governo Estadual de praticar uma política fiscal anticíclica. Ou seja, adotou um viés expansionista focado em investimentos estratégicos e estruturantes, uma política tributária baseada na desoneração e alargamento de base, tendo em vista o momento da demanda interna em que o consumo e o investimento privado se retraíram. É importante destacar que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometer estruturalmente suas finanças públicas, em função de uma gestão fiscal coerente implementada em anos anteriores quando o Estado experimentou formidável fortalecimento da capacidade de geração de poupança pública, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento da crise. O fundamental é que os gastos foram prioritariamente direcionados para investimentos em infraestrutura e melhoria de gestão, considerados como estratégicos e fundamentais para população cearense. Desse modo, a demanda interna passa a ser a principal fonte de crescimento, alavancada principalmente pelo aumento do Investimento Público e Consumo de Bens.

Apesar da lenta recuperação dos países desenvolvidos e os reflexos na economia brasileira e cearense, em 2013, a economia cearense manteve sua trajetória de aumento no PIB, a frente da economia brasileira, o que demonstra uma sustentabilidade no crescimento. As perspectivas para 2014 são favoráveis devido à possível melhora no cenário externo e aos eventos a ocorrer proximamente no Estado do Ceará, tais como Copa do Mundo, que têm atraído investimentos privados para o estado. Segundo o IPECE, espera-se que a economia cresça de 4 a 4,5%. Por conta deste cenário, estimativas preliminares mostram que a economia cearense evoluiu muito mais favoravelmente que a nacional, registrando uma taxa de crescimento de 3,44%, sobre o ano de 2012. O setor industrial do Ceará, dentre os três segmentos que compõe o PIB, foi o que apresentou melhor desempenho em 2013, com um crescimento de 5,62 por cento (o nacional ficou em 1,3 por cento). O setor de agropecuária ficou, em 2013, com 2,61 por cento. Já o setor de serviços cresceu, no ano passado, 2,89 por cento.

TABELA 74  
DEMONSTRATIVO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO - CEARÁ E  
BRASIL 2007 - 2013 (\*)

Tabela 1- Produto Interno Bruto a preço de mercado - Ceará e Brasil - 2007-2013(\*)

Anos	Ceará		Brasil	
	PIB pm(R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)	PIB pm(R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)
2007	50.331	3,34%	2.661.345	6,09%
2008	60.099	8,49%	3.032.203	5,16%
2009	65.704	0,04%	3.239.404	-0,33%
2010	76.705	7,90%	3.770.085	7,50%
2011	85.604	4,30%	4.143.013	2,70%
2012	94.600	3,65%	4.403.000	0,90%
2013	105.700	3,44%	4.840.000	2,30%
Taxa de crescimento acumulado (%) 2007-2013		110,01%	81,86%	

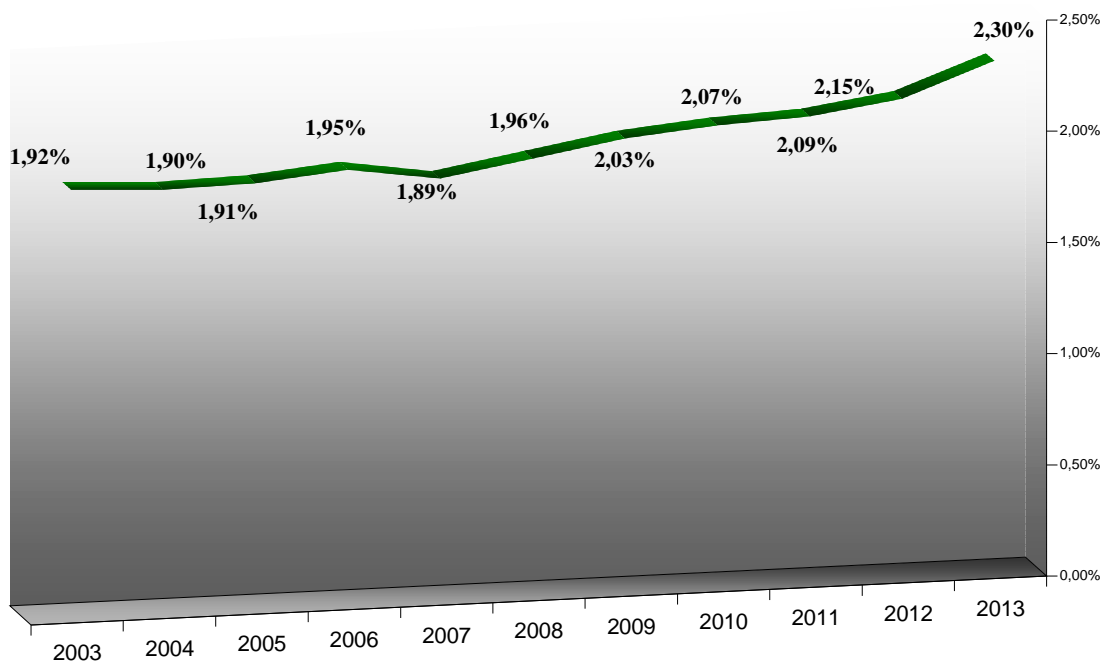
Fonte: IPECE e IBGE

(\*) 2010-2011- 2012-2013 são dados preliminares e podem sofrer alterações. Os valores estão em moeda corrente

O bom desempenho da economia cearense vem contribuindo para aumentar de forma continuada, sua participação no PIB nacional. Com esse resultado o Ceará vem apresentando condições favoráveis para crescer com melhorias significativas nos indicadores sociais, o que pode ser alcançado caso este crescimento se mantenha acompanhado de redução da desigualdade, beneficiando desta forma, as camadas da população de baixa renda. O Ceará responde pela 12ª economia do país e a 3ª do nordeste. O gráfico a seguir apresenta a participação do PIB CE no PIB BR - 2000 - 2013.



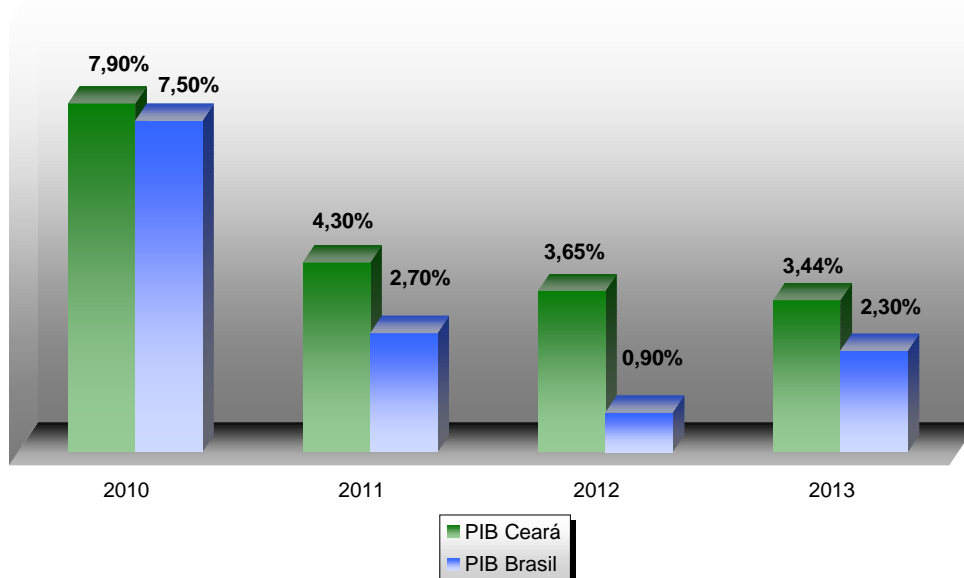
GRÁFICO XXII  
PARTICIPAÇÃO DO PIB DO CEARÁ SOBRE O PIB DO BRASIL 2003 A 2013



É importante destacar que no contexto dos efeitos de grandes crises como a grande depressão, na década de 1930, surgiram as contribuições de John Maynard Keynes que, em oposição aos fundamentos da teoria econômica clássica, defende a idéia de que o Estado, em períodos de crise econômica, devia operar sob **déficit orçamentário**. Assim o **déficit orçamentário** passou a ser aceito como instrumento de política econômica. Entretanto, não é o caso do Estado que teve **superávit orçamentário** apurado no Balanço Orçamentário de 2013.



GRÁFICO XXIII  
EVOLUÇÃO DO PIB BRASIL X PIB CEARÁ - 2010 A 2013



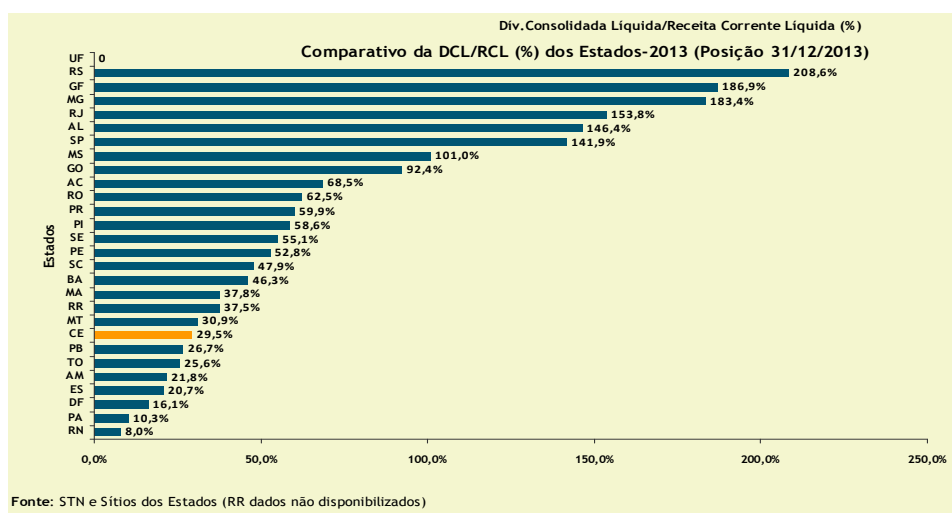
Fonte: IBGE/IPECE

Descolando do cenário nacional, a economia cearense manteve um crescimento relevante diante de um cenário macroeconômico instável, isso devido à sustentabilidade da demanda doméstica, sobretudo pelo comércio interno, que tem incentivado a expansão de emprego e também pelos investimentos públicos feitos ao longo dos últimos anos.

A crescimento positivo da economia cearense deve-se fundamentalmente à política fiscal adotada pelo Estado. No âmbito da receita, buscou-se aumentar a arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária e a ampliação da sistemática da substituição tributária. Isto, ao lado de uma política de controle gerencial dos gastos correntes, do fortalecimento da poupança pública já produzida em exercícios anteriores, e do baixo nível de endividamento, fez com que o Governo Estadual se capacitasse para implementar seu programa vigoroso de investimentos públicos e consolidasse o Estado no exercício efetivo do papel do setor público no que se refere a eliminar as chamadas distorções alocativas, distributivas e estabilizadoras e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade.

Em relação ao endividamento, demonstrado abaixo, o Estado do Ceará ocupa uma posição confortável dentre os outros entes federados. O trinômio fiscal experimentado pelo Estado nos últimos anos, elevação dos investimentos públicos, controle dos gastos correntes e baixo endividamento, tem conferido ao Ceará um posicionamento importante no contexto nacional.

**GRÁFICO XXIV**  
**COMPARATIVO DA DCL/RCL (%) DOS ESTADOS - 2013**



Ante o contexto macroeconômico, o Estado do Ceará apresentou indicadores fiscais favoráveis como mostra a tabela abaixo.



TABELA 75  
ANÁLISE DOS INDICADORES FISCAIS

R\$ 1.000				
Análise Geral dos Indicadores				
Indicador	Definição da meta	Meta / Limite	Realização	%
Educação	Mínimo de 25% da RLIT	3.131.830	3.479.088	27,77%
Saúde	Mínimo de 12% da RLIT	1.503.278	1.795.136	14,33%
Resultado Primário - LRF	Estabelecida na LOA	313.459	746.172	238,04%
Pessoal	Máximo de 57% da RCL	7.626.533	7.002.312	52,33%
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	26.759.764	3.940.902	29,45%
Garantias	Máximo de 22% da RCL	2.943.574	851.191	6,36%
Op.Crédito	Máximo de 16% da RCL	2.140.781	1.190.525	8,90%
Serv. da Dív. Pública	Máximo de 11,5% da RCL	1.538.686	774.154	5,79%
Valores de Referência				
RCL - Receita Corrente Líquida 2013			13.379.882	
RLR - Receita Líquida Real			11.918.007	
RLIT EDUCAÇÃO - Receita Líquida de Impostos e Transferências			12.527.321	
RLIT SAÚDE - Receita Líquida de Impostos e Transferências			12.527.320	
PIB Ceará (Previsão 2013) em valor e taxa de crescimento			105.740.332	3,44%

GRÁFICO XXV  
DÍVIDA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

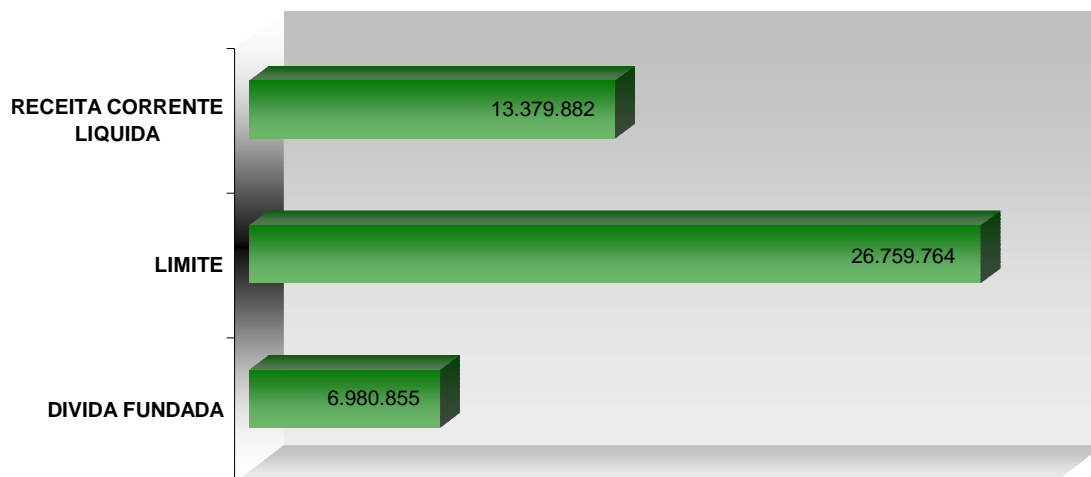




GRÁFICO XXVI  
GARANTIAS DE VALORES X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

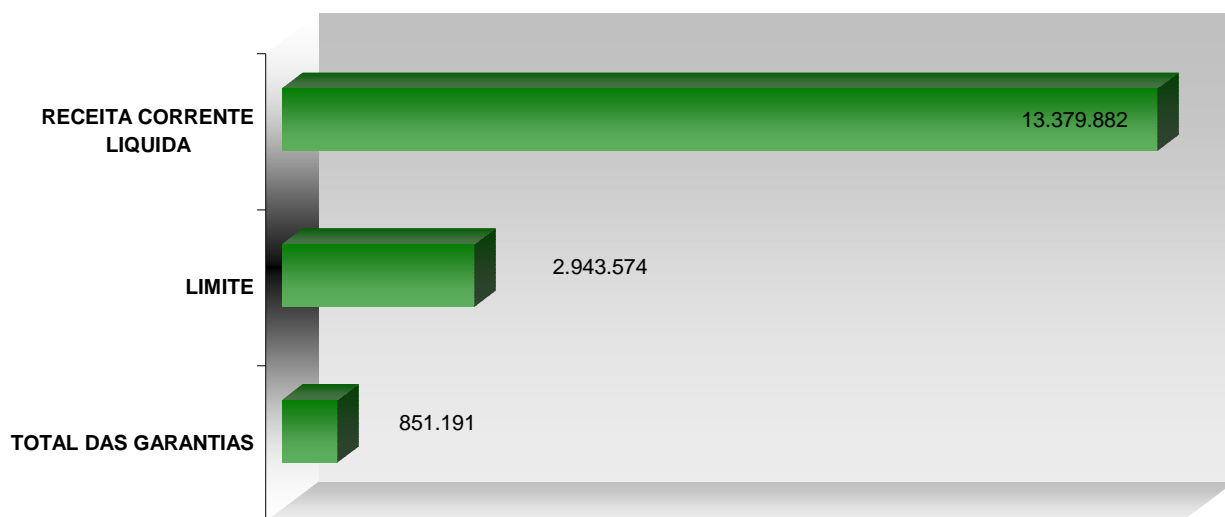
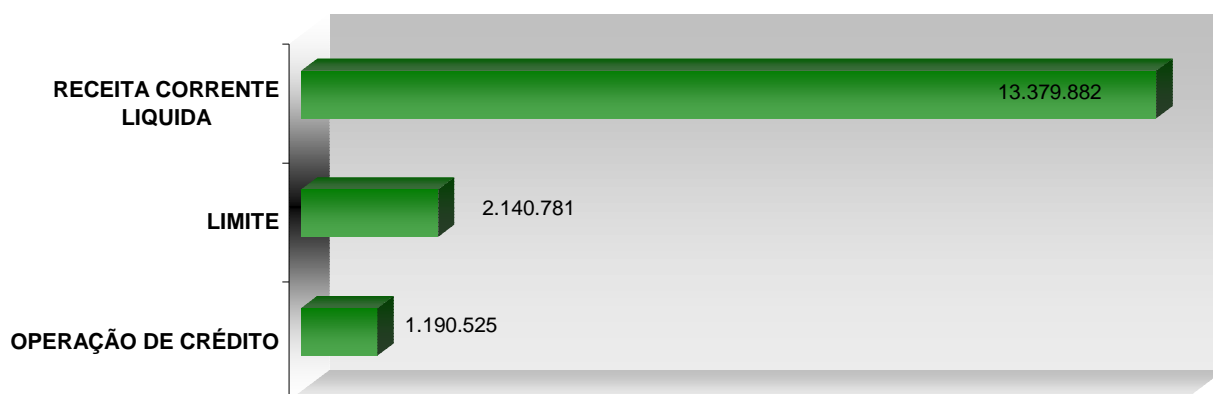


GRÁFICO XXVII  
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS X RCL



## **Resultado do Tesouro Estadual**

A política fiscal do Estado do Ceará continua sendo conduzida de forma responsável, garantindo a sustentabilidade das contas públicas.

## **Resultados Primário e Nominal no Conceito da LRF**

Respeitado o art. 5º, Inciso I da Lei Complementar nº 101/2000, o § 2º, art. 19, da Lei Orçamentária nº 14.824/2010, para o exercício de 2013, foi estabelecido no Anexo de Metas Fiscais um resultado primário superavitário do Tesouro Estadual da ordem de R\$ 313,5 milhões. No 3º quadrimestre de 2013, pela metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF foi apurado o resultado positivo acumulado de R\$ 746,2 milhões, considerando a despesa empenhada e incluindo a execução da administração Direta e Indireta.

Bom destacar que o Estado ao longo dos anos não só tem gerado resultados fiscais suficientes para pagar os juros da sua dívida, mas vem amortizando o principal de suas dívidas na medida requerida. Desta forma, o Estado vem melhorando substancialmente sua capacidade de pagamento, já que mantém uma trajetória descendente da relação Dívida/RCL, que, no ano de 2013, foi de 0,52%. Este indicador que tem como limite duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida - RCL. A capacidade de pagamento do Estado do Ceará também segue uma trajetória de melhora, o Estado cumpriu com 5,8 % da meta de 11,5 % da RCL, estabelecida pelo Senado Federal.

Para um Estado que já possui um nível baixo de endividamento e que ainda é muito dependente do investimento público como propulsor do crescimento econômico, não é razoável demandar redução da dívida. A trajetória da dívida, em sendo contínua e sustentável, implica uma política fiscal crível.

A estratégia principal para alcançar o referido objetivo de manutenção do endividamento público saudável é a geração de resultados primários superavitários que possibilitem a estabilização da trajetória da dívida. Nesse caso, a proposta do Estado é assegurar a geração destes resultados de forma compatível com os juros e encargos da dívida. Entretanto, conforme já visto, no ano de 2013, foi dada continuidade às políticas fiscais expansionistas. Desta forma, o Estado do Ceará optou pelo redirecionamento de suas políticas tributária e orçamentária, o que resultou num crescimento de sua arrecadação própria e no aumento do volume de investimentos que impactou as despesas primárias não financeiras.

### **4.1.2. Balanço Financeiro**

Segundo a Lei nº 4.320/1964, O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispendios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispendios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispendios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispendios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e o quadro resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

TABELA 76  
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO FINANCEIRO

(R\$ 1,00)		
<b>INGRESSOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>14.168.688.911,86</b>
Ordinária	12.860.569.869,45	11.516.450.024,01
Vinculada	3.660.245.802,66	2.652.238.887,85
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>11.507.264.323,82</b>	<b>11.240.315.741,27</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>6.597.154.348,73</b>	<b>7.529.248.493,81</b>
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1.852.538.402,82</b>	<b>1.997.084.277,75</b>
<b>TOTAL</b>	<b>36.477.772.747,48</b>	<b>34.935.337.424,69</b>
(R\$ 1,00)		
<b>DISPÊNDIOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>11.478.950.786,78</b>
Ordinária	9.227.996.951,82	8.975.871.390,79
Vinculada	2.771.629.853,56	2.503.079.395,99
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>15.456.309.237,92</b>	<b>14.157.953.365,52</b>
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>6.509.206.505,46</b>	<b>7.445.894.869,57</b>
<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>2.512.630.198,72</b>	<b>1.852.538.402,82</b>
<b>TOTAL</b>	<b>36.477.772.747,48</b>	<b>34.935.337.424,69</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

- Foram classificadas como ordinárias as fontes do Tesouro (00 e 01), além da fonte 40 (operações de crédito não condicionadas). As demais fontes constam no balanço como vinculadas;
- No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;
- Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extra-orçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias;
- Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) deve ser subtraído dos saldos de créditos liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) para que se chegue ao valor de Restos a Pagar Processados inscritos ao final do exercício. Isso deve ocorrer porque, para o S2GPR, o saldo de consignações do exercício a pagar será tratado como Restos a Pagar Processados, mas seu fluxo deve ser evidenciado separadamente no Balanço Financeiro, conforme determina a Lei nº 4.320/64. O saldo das consignações a pagar do exercício pode ser calculado através da diferença da rubrica “Consignações do Exercício” constante tanto nos Ingressos Extra-orçamentários (III) como nos Pagamentos Extra-orçamentários (VIII).



- O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Recursos Vinculados, Recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.
- As tabelas a seguir evidenciam os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários da Administração Direta.

TABELA 77

DEMONSTRATIVO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	3.531.817,08
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	84.759.923,00
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	4.620.619.595,32
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	8.470.501,21
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	196.894,14
<b>Total</b>		<b>4.717.578.730,75</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 78

DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	3.531.817,08
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	88.717.848,05
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	4.612.594.261,13
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	5.464.771,16
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	205.688,24
<b>Total</b>		<b>4.710.514.385,66</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A Receita e a Despesa Orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. A Receita e a Despesa Extra-Orçamentárias são aquelas que se realizam independentemente do orçamento. A Receita Extra-Orçamentária representa os valores que o Estado é obrigado a arrecadar, e em princípio, não lhe pertencem. A Despesa Extra-Orçamentária corresponde ao repasse dessas receitas para quem de direito.

Comparando-se a Receita e a Despesa Orçamentárias, no Balanço Financeiro, o Estado apresentou um superávit no valor de R\$ 4.521.188.866,80.

As Receitas e as Despesas Extra-Orçamentárias, no Balanço Financeiro, compreendem a movimentação de débito e crédito das contas do ativo e passivo financeiro do ano de referência.

A seguir, demonstra-se o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, comparando-se o exercício de 2013 com o de 2012.

(R\$ 1,00)		
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013
Saldo Exercício Seguinte	<u>1.852.538.402,82</u> =0,93	<u>2.512.630.198,72</u> =1,36
Saldo do Exercício Anterior	1.997.084.277,75	1.852.538.402,82

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No exercício de 2013, há R\$ 2.512.630.198,72 de disponibilidade que se transfere para o exercício seguinte, contra R\$ 1.852.538.402,82 de disponibilidade do exercício anterior, havendo um aumento de R\$ 660.091.795,90.

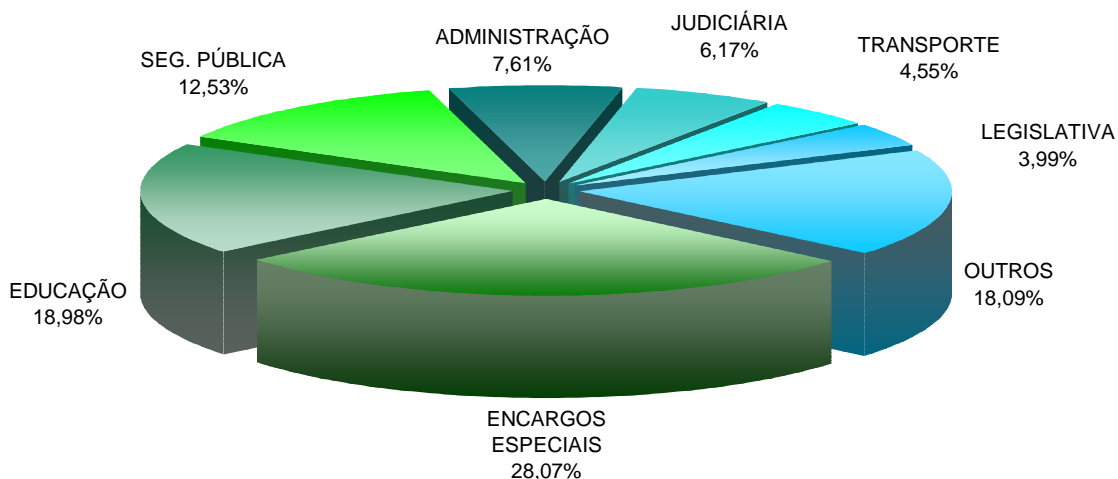
O Comportamento da despesa realizada, distribuída por funções de governo, exigida pela Lei 4.320/64, no Balanço Financeiro, está apresentada na tabela seguinte:

**TABELA 79**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO**

(R\$ 1,00)					
FUNÇÕES	REALIZAÇÃO				
	2012	2013	VARIÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %	
LEGISLATIVA	436.724.940,81	479.212.348,69	9,73	3,99	
JUDICIÁRIA	662.388.962,00	740.635.500,80	11,81	6,17	
ESSENCIAL À JUSTIÇA	287.942.624,37	323.860.228,45	12,47	2,70	
ADMINISTRAÇÃO	881.566.178,99	912.802.450,85	3,54	7,61	
SEG. PÚBLICA	1.384.943.550,42	1.503.556.217,76	8,56	12,53	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	88.617.775,70	86.920.404,76	-1,92	0,72	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.989.814,26	2.859.059,43	-4,37	0,02	
SAÚDE	621.059.285,81	-	-100,00	0,00	
TRABALHO	67.086.174,48	65.959.476,88	-1,68	0,55	
EDUCAÇÃO	2.134.897.357,65	2.277.607.184,78	6,68	18,98	
CULTURA	42.387.488,44	53.983.398,31	27,36	0,45	
DIREITOS DA CIDADANIA	279.286.541,03	353.674.287,04	26,63	2,95	
URBANISMO	128.504.867,90	134.410.207,39	4,60	1,12	
HABITAÇÃO	42.231.675,37	38.767.004,81	-8,20	0,32	
SANEAMENTO	160.767.723,97	268.460.339,04	66,99	2,24	
GESTÃO AMBIENTAL	93.218.557,97	39.445.943,52	-57,68	0,33	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	27.648.980,83	78.894.674,28	185,34	0,66	
AGRICULTURA	243.183.912,23	273.943.176,41	12,65	2,28	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.214.843,31	3.314.319,60	172,82	0,03	
INDÚSTRIA	32.209.023,13	44.507.171,65	38,18	0,37	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	187.646.121,97	85.031.190,09	-54,69	0,71	
COMUNICAÇÕES	1.937.500,00	1.937.500,00	0,00	0,02	
ENERGIA	775.262,83	8.567.330,08	1.005,09	0,07	
TRANSPORTE	259.325.961,55	546.476.142,14	110,73	4,55	
DESPORTO E LAZER	154.529.877,91	305.805.507,18	97,89	2,55	
ENCARGOS ESPECIAIS	3.255.865.783,85	3.368.508.994,73	3,46	28,07	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	486.746,71	100,00	0,00	
<b>TO TAL</b>	<b>11.478.950.786,78</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>4,54</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XXIII  
DESPESA POR FUNÇÃO- 2013



Excetuando-se a função “Encargos Especiais”, as funções de governo que tiveram participações mais expressivas em 2013 foram: Educação (18,98%), Segurança Pública (12,53%), Administração (7,61%), Judiciária (6,17%) e Transporte (4,55%). Durante o exercício de 2013, as despesas realizadas na função Saúde foram executadas dentro da administração indireta.

A Função “Encargos Especiais” engloba todas despesas às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, indenizações e outras, representando, portanto, uma agregação neutra.

#### 4.1.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:





- a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- c) **Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) **Contas de Compensação** - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.



TABELA 80  
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ 1,00)

ATIVO			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.160.826.502,76</b>	<b>2.185.684.098,27</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82	
Créditos a Curto Prazo	206.310.945,95	18.327.961,49	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	199.355.574,28	172.633.421,80	
Estoques	242.529.783,81	142.184.312,16	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>18.835.562.031,48</b>	<b>16.405.292.338,33</b>	
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.976.639.721,19	5.982.326.453,76	
Investimentos	3.310.851.327,38	2.485.546.502,04	
Imobilizado	9.547.697.314,89	7.937.045.714,51	
Intangível	373.668,02	373.668,02	
<b>TOTAL</b>	<b>21.996.388.534,24</b>	<b>18.590.976.436,60</b>	

PASSIVO			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>441.512.375,72</b>	<b>516.786.145,96</b>	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	58.363.081,41	78.800.198,63	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	13.597.152,74	18.538.599,24	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.240.247,66	1.150,48	
Obrigações de Repartição a Outros Entes	66.737.750,17	61.914.064,10	
Demais Obrigações a Curto Prazo	294.574.143,74	357.532.133,51	
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.980.854.715,22</b>	<b>5.745.082.357,19</b>	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	84.619.393,27	81.938.970,93	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	6.282.259.451,81	5.188.320.943,56	
Demais Obrigações a Longo Prazo	613.975.870,14	474.822.442,70	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>7.422.367.090,94</b>	<b>6.261.868.503,15</b>	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Superávits ou Déficits Acumulados	14.574.021.443,30	12.018.088.109,12	
Lucros e Prejuízos Acumulados	0,00	311.019.824,33	
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>14.574.021.443,30</b>	<b>12.329.107.933,45</b>	

<b>TOTAL</b>	<b>21.996.388.534,24</b>	<b>18.590.976.436,60</b>	
ATIVO FINANCEIRO	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82	
ATIVO PERMANENTE	19.483.758.335,52	16.738.438.033,78	
PASSIVO FINANCEIRO	897.635.216,85	882.398.097,32	
PASSIVO PERMANENTE	6.980.854.715,22	5.750.267.751,77	
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>14.117.898.602,17</b>	<b>11.958.310.587,51</b>	

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

(R\$ 1,00)



---

<b>CÁLCULO - CONFERÊNCIA PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)</b>	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2012	12.329.107.933,45
(+) RESULTADO PATRIMONIAL 2013	2.255.322.990,96
(+) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(10.409.481,11)
<b>(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2013</b>	<b>14.574.021.443,30</b>

---

<b>CÁLCULO DA VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2013	568.709.658,00
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2012	579.119.139,11
<b>(=) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>(10.409.481,11)</b>

---

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O Ativo Circulante compreende os ativos que atendam a qualquer um dos critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam realizáveis até o término do exercício seguinte.

No Ativo Financeiro do Balanço do Estado, estão contidos os créditos realizáveis em curto prazo, como saldos de bancos, órgãos arrecadadores e aplicações financeiras.

O Ativo Não-Circulante compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

#### **4.1.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial da Administração Direta**

As tabelas a seguir evidenciam os subgrupos dos grupos genéricos que apresentam valores superiores a 10% do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial de 2013 da Administração Direta.



TABELA 81

DEMONSTRATIVO DE OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	851.911.206,24	717.785.736,87
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	851.911.206,24	712.273.806,18
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	53.091.873,67	29.507.059,83
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	798.818.872,60	682.766.746,35
1.1.3.8.1.34.01	Creditos a Receber - PROVIN (P)	797.010.949,16	681.202.509,86
1.1.3.8.1.34.03	Créditos a Receber - PDCI (P)	1.807.923,44	1.564.236,49
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber (P)	459,97	0,00
1.1.3.8.2	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00	5.511.930,69
1.1.3.8.2.17	Créditos a Receber - Folha de Pagamento	0,00	5.511.930,69
1.1.3.8.2.17.03	Créditos a Receber - Cheque Salário (F)	0,00	5.511.930,69

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 82

DEMONSTRATIVO DOS AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-654.481.387,23	-547.293.964,95
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-654.481.387,23	-547.293.964,95
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-654.481.387,23	-547.293.964,95
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-653.175.161,35	-546.165.022,69
1.1.3.9.1.04.02	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PDCI (P)	-1.306.225,88	-1.128.942,26

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A tabela abaixo demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.



TABELA 83  
DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS A LONGO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	5.762.349.163,81	5.780.232.618,68
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	5.762.349.163,81	5.780.232.618,68
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	5.730.150.497,63	5.748.323.153,70
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	77.699.296,02	93.437.282,91
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	22.065.468,20	14.050.783,81
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	5.565.323.271,03	5.623.962.964,88
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	65.062.462,38	16.872.122,10
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	292.051.180,66	288.656.863,49
1.2.1.1.1.05.01	Empréstimos Concedidos (P)	0,00	0,00
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	292.051.180,66	288.656.863,49
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-259.852.514,48	-256.747.398,51
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-259.852.514,48	-256.747.398,51

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

### Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105: “§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme tabela a seguir. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.



TABELA 84

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

		(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	R\$	441.512.375,72
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	R\$	370.066.772,77
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	R\$	86.056.068,36
<b>(=) Passivo Financeiro</b>	<b>R\$</b>	<b>897.635.216,85</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 85

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

	(R\$ 1,00)
ATIVO FINANCEIRO	VALOR
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>	
<b>RECURSOS DO TESOIRO</b>	<b>1.210.444.137,39</b>
-Tesouro	1.210.444.137,39
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>1.302.186.061,33</b>
-Do Salário Educação	26.496.623,63
-Do FECOP	289.256.618,23
-Da CIDE	418.337,12
-Do FUNDEB	10.116.704,03
-Das Medidas Compensatórias	10.441.970,81
-De Operações de Créditos	530.548.361,17
- De convênios e outros	434.907.446,34
<b>TOTAL</b>	<b>2.512.630.198,72</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A disponibilidade de caixa é composta por recursos do tesouro e recursos vinculados. Ao final do exercício de 2013, os ativos financeiros totalizaram R\$ 2.512.630.198,72, sendo, R\$ 1.210.444.137,39 de recursos próprios do Tesouro e R\$ 1.302.186.061,33 de recursos vinculados.

O Passivo circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade até o término do exercício seguinte.

O Passivo Financeiro que compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos, etc.



O Passivo não-circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

A diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da Administração de 2013, resultou num superávit financeiro de R\$ 1.614.994.981,87, nos termos do art. 43 § 2º, da lei 4.320/64, conforme tabela a seguir:

**TABELA 86**  
**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

(R\$ 1,00)

ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PASSIVO FINANCEIRO	VALOR	SUPERÁVIT FINANCEIRO
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>		<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
<b>RECURSOS DO TESOUREIRO</b>	<b>1.210.444.137,39</b>	<b>RECURSOS DO TESOUREIRO</b>	<b>540.973.783,00</b>	<b>669.470.354,39</b>
-Tesouro	1.210.444.137,39	-Tesouro	540.973.783,00	669.470.354,39
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>1.302.186.061,33</b>	<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>356.661.433,85</b>	<b>945.524.627,48</b>
-Do Salário Educação	26.496.623,63	-Do Salário Educação	7.463.506,45	19.033.117,18
-Do FECOP	289.256.618,23	-Do FECOP	86.355.077,75	202.901.540,48
-Da CIDE	418.337,12	-Da CIDE	0,00	418.337,12
-Do FUNDEB	10.116.704,03	-Do FUNDEB	53.557.955,95	-43.441.251,92
-Das Medidas Compensatórias	10.441.970,81	-Das Medidas Compensatórias	2.753,09	10.439.217,72
-De Operações de Créditos	530.548.361,17	-De Operações de Créditos	81.430.434,60	449.117.926,57
- De convênios e outros	434.907.446,34	- De convênios e outros	127.851.706,01	307.055.740,33
<b>TOTAL</b>	<b>2.512.630.198,72</b>	<b>TOTAL</b>	<b>897.635.216,85</b>	<b>1.614.994.981,87</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A seguir demonstra-se o Quociente da situação financeira, comparando-se o exercício de 2013 com o de 2012.

(R\$ 1,00)

Especificação	2012	2013
Ativo financeiro	$\frac{1.852.538.402,82}{882.398.097,32} = 2,09$	$\frac{2.512.630.198,72}{897.635.216,85} = 2,80$
Passivo Financeiro		

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2013, para cada R\$ 1,00 de compromissos e obrigações a curto prazo, existem R\$ 2,80 de disponibilidade financeira para sua liquidação no curto prazo.

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo não-circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo “Dívida Ativa Estadual”, fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, em que se evidenciam as inscrições, as baixas, as atualizações, os cancelamentos e o saldo final em favor da Fazenda Pública, apresentando neste exercício um estoque de R\$ 5.730.150.497,63.



Os créditos da Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada de acordo com índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, várias medidas foram implementadas no ano de 2013 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.

A Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria da Dívida Ativa PRODAT/CEDAT, conjuntamente com a Secretaria da Fazenda-SEFAZ, adotou várias medidas visando incrementar a arrecadação dos débitos inscritos em Dívida Ativa, obtendo resultados satisfatórios em 2013:

- Foram inscritos em 2013, 2.738 créditos de natureza não tributária, sendo pagos 431, totalizando um valor de arrecadação de R\$ 3.806.918,51;
- Foram inscritos no período de 2013, 14.944 créditos de natureza tributária, sendo pagos 22.164 este ano, totalizando um valor de arrecadação de R\$ 115.386.963,33;
- Outrossim, a PRODAT/CEDAT empreendem esforços, ainda, na implementação de medidas viabilizadoras de uma efetiva e melhor cobrança dos créditos públicos, como a inclusão dos devedores no SERASA e, bem como o PROTESTO de dívidas tributárias. Tendo sido incluídos no SERASA no período de 2013, 966 CDA's, sendo negociadas 228 inscrições, totalizando um valor negociado de R\$ 28.653.485,13 (quitação e parcelamento). Foram protestadas 429 CDA's, totalizando uma arrecadação de R\$ 33.528,50, referente as 12 inscrições quitadas;
- Realizadas reuniões com os membros do Ministério Público, Sefaz, Delegacia de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, a fim de efetivar melhor o combate à sonegação fiscal.
- Em virtude do art. 24 da Lei 14.505/2009, a PRODAT encaminhou no ano de 2013 mais de 17.000 (dezessete mil) notificações extrajudiciais aos devedores de ICMS e IPVA.
- Edição da Lei 15.384, datada de 25 de julho de 2013, onde resultou em arrecadação dos débitos originários da Dívida Ativa tributária no valor total de R\$ 72.041.756,64.



Vale ressaltar que continua a inclusão dos devedores do Estado em cadastro de restrição de créditos, SERASA, e bem como a efetivação do PROTESTO nos cartórios, que, sem dúvida, possibilita uma grande arrecadação de recursos públicos. Também dar-se-á continuidade às reuniões com todos os órgãos do Estado a fim de viabilizar a inscrição regular de créditos públicos decorrentes de sanções contratuais e indenizações.

A tabela abaixo mostra o Passivo Financeiro que compreende os compromissos exigíveis em curto prazo e independem de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos, etc.

**TABELA 87**  
**DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

(R\$ 1,00)				
TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	370.786.406,27	0,00	283.941.237,39	86.845.168,88
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	51.194.190,68	3.648,51	51.197.839,19	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	370.066.772,77	0,00	370.066.772,77
<b>SUBTOTAL</b>	<b>421.980.596,95</b>	<b>370.070.421,28</b>	<b>335.139.076,58</b>	<b>456.911.941,65</b>
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	187.929.225,74	0,00	185.988.286,25	1.940.939,49
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	23.335.669,81	64.990,00	23.400.659,81	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	147.824.640,37	0,00	147.824.640,37
<b>SUBTOTAL</b>	<b>211.264.895,55</b>	<b>147.889.630,37</b>	<b>209.388.946,06</b>	<b>149.765.579,86</b>
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	267.680.888,63	6.079.194.297,08	6.055.847.437,31	291.027.748,40
<b>SUBTOTAL</b>	<b>267.680.888,63</b>	<b>6.079.194.297,08</b>	<b>6.055.847.437,31</b>	<b>291.027.748,40</b>
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>900.926.381,13</b>	<b>6.597.154.348,73</b>	<b>6.600.375.459,95</b>	<b>897.705.269,91</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de créditos liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2013. Para se conhecer o saldo de restos a pagar, exceto as consignações, é preciso subtraí-las do total de restos a pagar processados inscritos constante no demonstrativo da dívida flutuante. A fim de melhor evidenciar esses valores, segue tabela a seguir:



TABELA 88  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO

(R\$ 1,00)	
SALDOS DE CONTAS EM 31/12/2013	VALOR
Valor dos Restos a Pagar Processados (exceto Consignações)	370.066.772,77
Valor dos Restos a Pagar Não Processados	147.824.640,37
( + ) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	30.933.086,70
<b>Total das Inscrições dos Restos a Pagar do Exercício</b>	<b>548.824.499,84</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A comparação entre os totais do Ativo Real e do Passivo Real resultou no saldo patrimonial positivo de R\$ 14.117.898.602,17.

## DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Dívida pública é um tema muitas vezes mal compreendido, no entanto, em virtude de sua relevância para a sociedade, merece ser bem explorado, neste sentido, este capítulo do Balanço Geral do Estado ,busca desmistificar este assunto e trazer informações transparentes com riquezas de detalhes em diversos gráficos e tabelas, como exemplo a tabela do Anexo 16, que traz um resumo de cada contrato com as suas principais características, como saldo devedor, movimentações durante o ano, taxa de juros, prazos, moeda, etc.

De acordo com a LRF conceitua-se dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses; vê-se, aqui, que o conceito da LRF é mais abrangente que o do art. 98 da Lei nº 4.320/64, inclusive considerando sinônimas as expressões dívida pública consolidada ou fundada.

A Dívida Pública também pode ser definida como o somatório das operações de crédito realizadas pelos órgãos do setor público com o objetivo de antecipar receita orçamentária ou atender a desequilíbrios orçamentários e a financiamentos de obras e serviços públicos. Num conceito mais restrito, pode ser definida como somatório das dívidas interna e externa de um Estado (lato sensu), durante um período de tempo.

A principal diferenciação conceitual a respeito de déficit e dívida pública diz respeito a como estas variáveis se apresentam e como podem ser feitas temporalmente. Nesse sentido, o déficit público, dado como a diferença entre as despesas e as receitas orçamentárias do setor público, em determinado período de tempo, é uma variável de fluxo, enquanto a dívida pública, entendida como o montante dos débitos contraídos pelo setor público junto a outras entidades, públicas ou privadas, internas ou externas, é uma variável de estoque.

A Dívida Pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimento do governo em obras públicas e nas políticas sociais. Além disso, os juros elevados significam a drenagem de recursos de um setor da sociedade (empresas e indivíduos que pagam impostos) para outro setor (os credores da dívida), agravando o problema da concentração de renda no país. É importante que se destaque que a dívida pública permite ao governo financiar investimentos que geram externalidades positivas para a economia, uma vez que é possível transferir para gerações seguintes dispêndios com obras e programas que irão beneficiá-las, evitando-se que todo o custo recaia sobre a geração presente.

Níveis de endividamento elevados e insustentáveis, porém, podem ter influência deletéria, exigindo esforço fiscal significativo do governo, provocando efeitos contraproducentes sobre o nível de atividade.

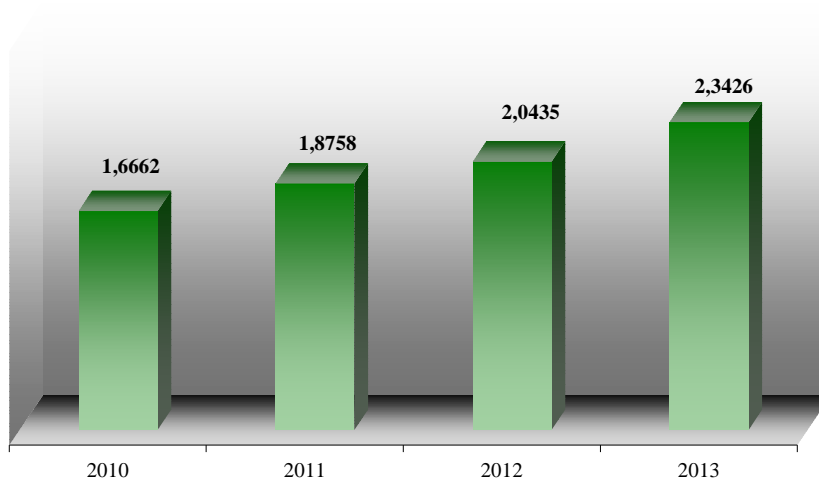
Neste tocante, o Estado do Ceará apresenta uma situação destacada dentre os entes da federação em relação ao seu endividamento público, medido pela relação DCL/RCL.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) encerrou o ano de 2013, em R\$ 3.941 milhões, um montante 17,28% maior que em 2012. Isto aconteceu em parte porque o tesouro estadual contratou dívidas novas (R\$ 1.190 milhões), tendo ocorrido, ainda, um aumento do câmbio em 8,94%, de 2011 para 2012, e de 14,64% entre 31/12/2012 que sua cotação era de R\$2,0435/US\$, passando para R\$2,3426/US\$ em 31/12/2013, aumentando os estoques de dívidas indexadas por moedas estrangeiras. Além do mais, o Tesouro Estadual fechou 2013 com um montante de R\$ 3,03 bilhões em Disponibilidade de Caixa Líquido, superior ao apresentado em 2012 em R\$ 655 milhões.



O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na manutenção dos controles de seu endividamento, baseado em dois pilares: 1) no efetivo pagamento de juros e amortizações, sendo esta última superior aos juros e na realização de amortizações extraordinárias; 2) no volume de liberações de operações de crédito abaixo do limite legal de 16% da RCL. Esses fatores contribuíram para uma manutenção da relação Dívida Consolidada Líquida/RCL em patamares reduzidos, atingindo a relação de 0,29 em 2013, bem abaixo do limite de endividamento, exigido pela LRF que é de 2,00 vezes a Receita Corrente Líquida, considerado o conceito de dívida consolidada líquida, da qual excluem os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal.

**GRÁFICO XXIX**  
**EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO DÓLAR FIM DE PERÍODO - 2010 A 2013**



## **EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

A tabela a seguir mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2006 até 2013. Ao analisar o referido cenário, observa-se uma tendência de redução do estoque da Dívida Total até o ano de 2009, partindo do saldo de R\$3,90 bilhões em 2006, reduzindo seus estoques até 2009 com um saldo de R\$3,45 bilhões, elevando-se no ano de 2010 a 2013, respectivamente, para R\$ 4,26 bilhões, R\$5,30 bilhões, R\$5,74 bilhões e R\$6,98 bilhões. Esta evolução, verificada no período, contempla o volume de amortizações ocorridas, inclusive com amortizações extraordinárias, a influência da taxa de câmbio que teve um crescimento de 40,6% neste período e o aumento dos investimentos entre 2010 a 2013 provenientes parcialmente das receitas de operações de crédito que chegou a R\$ 1,063 bilhões (2010), R\$ 0,91 bilhões (2011), R\$ 0,81 bilhões (2012) e R\$ 1,190 bilhões (2013). É importante destacar que o aumento do estoque da dívida consolidada em 2013 de 21,5%, em relação ao ano de 2012, influenciou positivamente em contrapartida ao volume de investimentos do Estado do Ceará que continua a ser um dos maiores de toda sua história.

Assim, o Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na busca de equilíbrio de suas contas públicas, adotando uma postura fiscal responsável, apresentando a sociedade o retorno dessa política fiscal em forma de investimentos e melhorias dos serviços públicos.

## **O ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA E A SUA RELAÇÃO COM O PIB E A RCL**

Uma das formas de análise para medir o volume de endividamento do setor público é a relação Dívida Bruta/PIB, que demonstra solvência fiscal, a qual no Governo do Estado do Ceará mostrara trajetória decrescente embora mantendo uma pequena alta nos anos de 2010 e 2011, e estável em 2012 e pequena elevação em 2013. Na tabela e gráfico a seguir percebe-se que em 2006 esta relação era de 8,4%, enquanto no exercício de 2013 o mesmo registrou 6,6%. Enquanto que a relação Dívida Bruta/RCL passa do patamar de 64,7% em 2006 para 52,1% em 2013, evidenciando uma redução de 19,47% neste mesmo período do endividamento público cearense.



TABELA 89

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL FUNDADA - 2006 A 2013

DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA							
ANO	DÍVIDA INTERNA TOTAL	DÍVIDA EXTERNA TOTAL	DÍVIDA FUNDADA TOTAL	PIB	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	RELAÇÃO DÍV.TOTAL/PIB	RELAÇÃO DÍV.TOTAL/ RCL
	A	B	C=A+B	D	E	G=C/D	H=C/E
2006	2.440.739	1.465.191	3.905.930	46.309.884	6.032.606	0,084	0,647
2007	2.321.964	1.198.368	3.520.332	50.331.000	6.560.099	0,070	0,537
2008	2.346.464	1.463.148	3.809.612	60.099.000	7.886.593	0,063	0,483
2009	2.293.788	1.153.029	3.446.817	65.704.000	8.400.940	0,052	0,410
2010	2.927.363	1.332.596	4.259.959	76.705.000	9.664.273	0,056	0,441
2011	3.446.662	1.857.798	5.304.461	85.604.000	10.966.435	0,062	0,484
2012	3.627.729	2.117.353	5.745.082	94.600.000	12.130.621	0,061	0,474
2013	4.232.912	2.747.943	6.980.855	105.582.000	13.379.882	0,066	0,522

Fonte: SEFAZ-S2GPR/SMART

Nota 1: Os valores do PIB a partir de 2010 ainda não são definitivos. Fonte: IPECE

Nota 2: As informações da dívida fundada total se referem aos conceitos da LRF

Nota 3: O valor da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios e contempla a partir de 2006 o parcelamento com PIS e PASEP

GRÁFICO XXX

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA EM RELAÇÃO AO PIB E RCL - 2006 A 2013

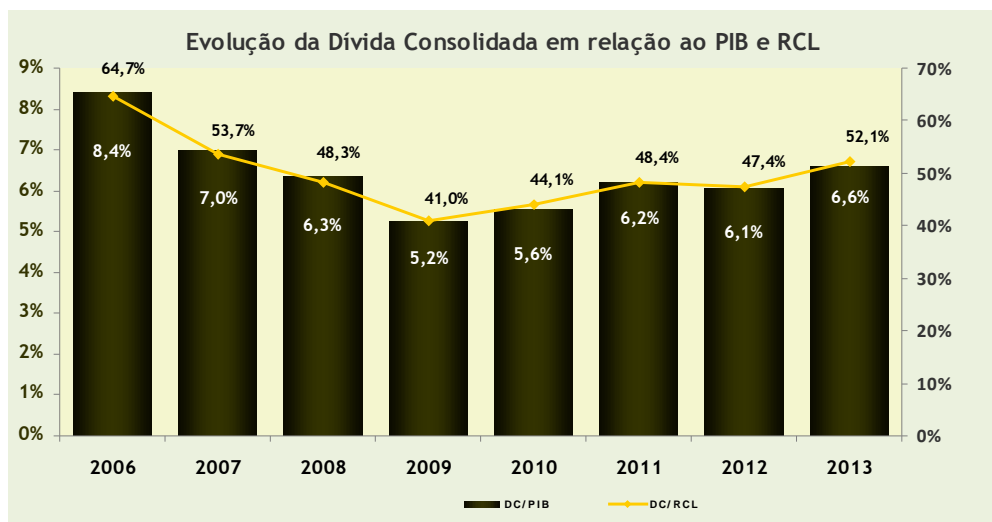




GRÁFICO XXXI  
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL-2010 A 2013

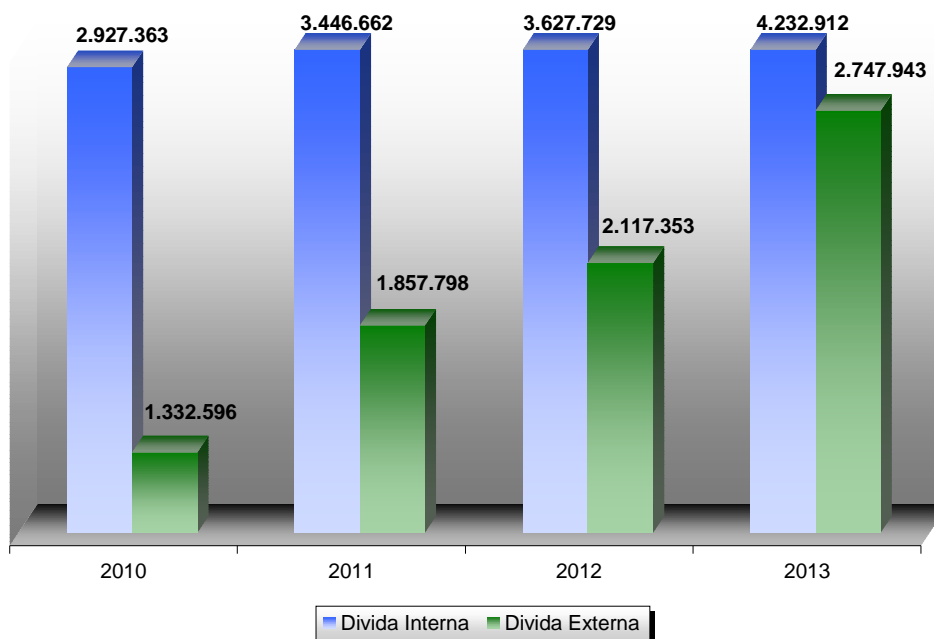


TABELA 90  
DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR CREDOR EM 2013

CREDOR	PARTIC.% EM R\$MILHÕES	
BNDES	24,96%	1.742
BIRD	21,82%	1.523
BID	14,37%	1.003
TES.NAC.	14,37%	1.003
PRECATÓRIOS	8,80%	614
BB	6,93%	484
BNB	2,59%	181
MLW	2,32%	162
CEF	1,78%	124
RFB	1,22%	85
OUTROS	0,85%	59
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.980</b>

Fonte: SEFAZ/CEDIP



GRÁFICO XXXII

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR CREDOR EM 2013

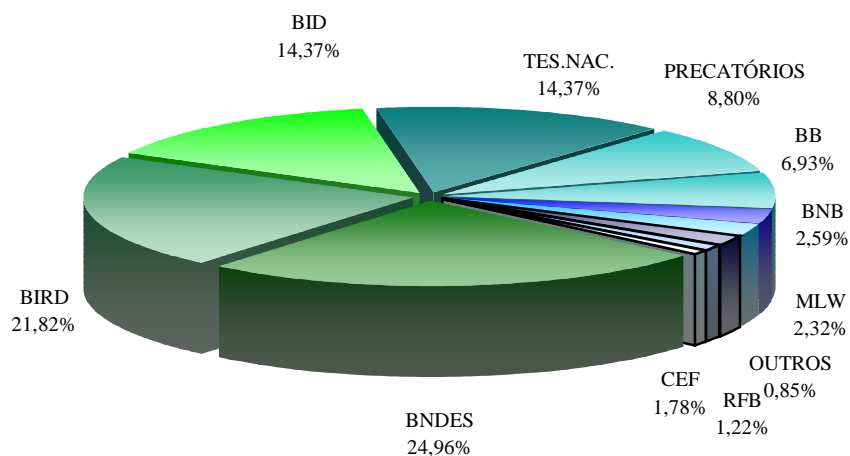


TABELA 91

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR MOEDA EM 2013

R\$Milhões		
MOEDA	VALOR	%DO TOTAL
DÓLAR	2.822	40,43%
TJLP	2.053	29,41%
IGP-DI	931	13,34%
TR	726	10,40%
SELIC	166	2,38%
EURO	165	2,36%
OUTROS	117	1,68%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6.980</b>	<b>100,00%</b>

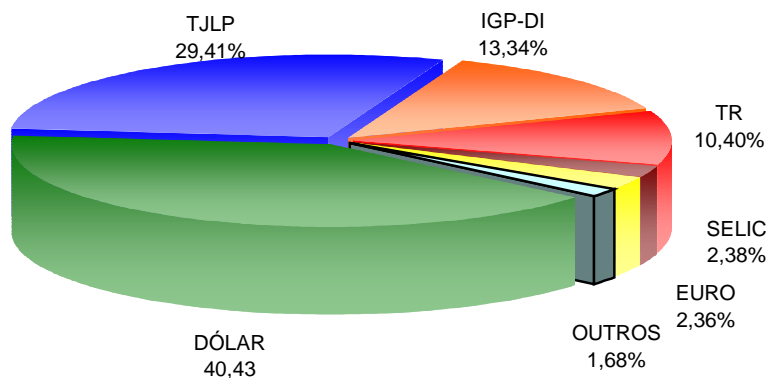
Fonte: SEFAZ/CEDIP





GRÁFICO XXXIII

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR MOEDA EM 2013



De acordo com o § 7º, do Artigo 30, da LC 101, de 04/05/2000, Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em 2013, o saldo devedor dos precatórios é de R\$ 613.975.870,14, em comparação com o exercício anterior houve um acréscimo de 29,31%. Esse aumento deve-se à revisão, por parte dos tribunais, principalmente da atualização monetária e de juros dos processos judiciais que compõe o referido estoque, e, ainda, às inscrições e baixas ocorridas no período.

## O SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

A tabela a seguir mostra a trajetória do serviço da dívida e também da evolução do estoque ao fim de cada ano. Os números evidenciam que os Juros e os Encargos da Dívida, no ano de 2013, somaram R\$ 246 milhões, representando 31,84% do serviço da dívida. Este valor comparado ao ano anterior demonstra um acréscimo de 8,39% em termos nominais, em virtude do volume de novas operações de crédito contratadas a partir de 2010, e conseqüentemente pelo volume de liberações ocorridas neste período até 2013 que geraram juros e encargos.



As amortizações em 2013 alcançaram R\$ 528 milhões, representando 68,16% do serviço da dívida, ficando inferior ao ano de 2012 em 24,64%, em termos nominais. Esta diminuição das amortizações em relação a 2012 foi em virtude principalmente da amortização extraordinária do PEF I com recursos da operação de crédito do PROINVESTE/BNDES no valor de R\$ 217 milhões, o que elevou o serviço da dívida naquele ano.

**TABELA 92**  
**EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL PERÍODO 2010 A 2013**

(R\$ 1.000,00)

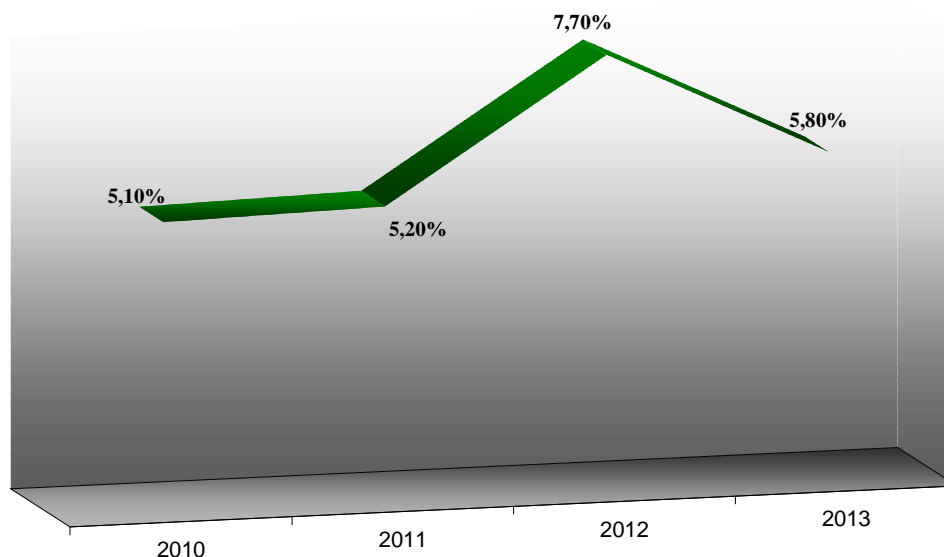
<b>DEMONSTRATIVO DE GASTO COM DÍVIDA PÚBLICA</b>				
<b>Discriminação</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
1.ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	163.353	176.579	195.415	211.880
2.ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	25.656	25.592	31.987	34.600
3.AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	194.058	259.039	546.393	370.531
4.AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	107.859	112.418	153.797	157.142
5.TOTAL SERVIÇO DA DÍVIDA(1+2+3+4)	490.926	573.628	927.592	774.154
Nota 1: O valor das amortizações de 2012 contempla a amortização extraordinária no valor de R\$ 217.050 mil relativo ao PEF I com recursos do PROINVESTE. A partir de 2012 consta os pagamentos de precatórios. Nota 2: O valor da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios e o parcelamento com o INSS e PASEP.				

Em relação à capacidade de pagamento anual limitada 11,5% da RCL, conforme Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o Estado do Ceará cumpriu o limite para 2013, com 5,8% de comprometimento. Em 2012 foi de 7,6% considerando neste percentual a amortização extraordinária mencionada em nota na tabela acima.



GRÁFICO XXXIV

CAPACIDADE DE PAGAMENTO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA - LIMITADA 11,5% DA RCL



Esses dados reforçam ainda mais o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB para um Estado carente e que é muito demandado pela sociedade como o Ceará, é fator limitante para um governo que tem como eixo estratégico à consecução de metas econômicas e sociais que levem à inclusão socioeconômica dos mais necessitados.

Com relação aos parcelamentos de dívidas de contribuições referentes ao INSS e ao PASEP, foram registrados os saldos de R\$ 55.602.928,69 e R\$ 29.016.464,58, respectivamente. Convém lembrar que os referidos parcelamentos foram incluídos na Dívida do Estado a partir do exercício de 2006 e amparados pelos seguintes instrumentos legais: Medida provisória nº 2043-20/2000, Medida provisória nº 38/2002 e Lei nº 11.941/2009.

#### **4.1.4. Demonstração das Variações Patrimoniais**

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”



As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

TABELA 93  
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(R\$ 1,00)		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>29.413.529.566,70</b>	<b>25.717.030.534,83</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.827.729.916,89	8.094.932.604,18
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	272.951.946,44	221.406.861,73
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	676.460.452,67	648.163.660,57
Transferências e Delegações Recebidas	17.504.462.740,64	16.485.882.150,21
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.131.924.510,06	266.645.258,14
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>27.158.206.575,74</b>	<b>24.036.303.894,01</b>
Pessoal e Encargos	4.774.111.493,41	4.894.828.026,87
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16.092.639,85	14.814.624,23
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.418.246.159,45	1.241.614.334,57
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.084.680.115,41	854.649.097,67
Transferências e Delegações Concedidas	18.270.036.230,27	16.686.826.403,08
Desvalorização e Perda de Ativos	1.267.525.430,98	45.745.329,80
Tributárias	125.237.895,23	41.644.097,70
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	202.276.611,14	256.181.980,09
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>2.255.322.990,96</b>	<b>1.680.726.640,82</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação do Ativo	1.722.872.668,15	1.083.024.683,72
Desincorporação do Passivo	527.038.585,58	686.608.585,16
Incorporação do Passivo	1.190.525.228,89	811.527.194,34
Desincorporação do Ativo	130.454.502,30	59.842.491,27

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Como demonstra a tabela anterior, o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. No exercício de 2013, foi positivo, no valor de R\$ 2.255.322.990,96.



#### 4.1.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos (STN, 2012).

Em 2013, a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Direta foi elaborada pelo método direto e evidenciou os ingressos e desembolsos (movimentações no caixa e seus equivalentes) ocorridos, nos seguintes fluxos:

- (a) das operações;
- (b) dos investimentos;
- (c) dos financiamentos; e
- (d) independente da execução orçamentária.

O resultado do confronto entre ingressos e desembolsos de cada grupo é somado resultando na Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa. Esta, por sua vez, deve ser igual a Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período, que é calculada pela diferença entre o saldo final e inicial da conta “Caixa e Equivalente de Caixa”.

TABELA 94  
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO FLUXO DE CAIXA

(R\$ 1,00)	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	
Ingressos	26.039.629.712,97
Desembolsos	24.865.935.888,73
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.173.693.824,24
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	
Ingressos	595.604.095,87
Desembolsos	1.780.553.424,27
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.184.949.328,40
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
Ingressos	1.190.525.228,89
Desembolsos	527.038.585,58
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	663.486.643,31
<b>FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO</b>	
Ingressos	4.874.155.240,27
Desembolsos	4.866.294.583,52
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.860.656,75
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>660.091.795,90</b>
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	1.852.538.402,82
Caixa e Equivalente de Caixa Final	2.512.630.198,72
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>660.091.795,90</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2013, a Administração Direta apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, no valor de R\$ 660.091.795,90 (Tabela 94). Ressalta-se que as atividades das operações foram as que mais contribuíram para esta geração, auxiliando inclusive na absorção dos Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento, que apresentaram um resultado negativo, no valor de R\$ 1.184.949.328,40.

## **4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) e Fundos.**

No exercício de 2013, a Administração Indireta apresentou seus resultados gerais por meio de balanços, demonstrativos e anexos de treze Autarquias, sete Fundações, quatro Empresas Estatais Dependentes e vinte e três Fundos.

Os Fundos FEHIS, FIES e FUNDEAGRO não tiveram execução orçamentária no exercício de 2013, no entanto, estão apresentados seus resultados em virtude de constarem da Lei Orçamentária Anual.

Foi consignado na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2013 para o Fundo de Desenvolvimento de Defesa Agropecuária - FUNDEAGRO o valor de R\$ 200.000,00. Porém, não foi contabilizado no S2GPR em virtude do seu Código Orçamentário ter sido gerado com o número de um Fundo Estadual extinto. Portanto, nos demonstrativos que apresentam a Previsão inicial da Receita e a Fixação da Despesa, no Sistema Contábil, encontra-se menor o valor do orçamento do referido Fundo.

No balanço estão evidenciadas as seguintes demonstrações:

- orçamentárias, que esclarecem a execução do orçamento;
- financeiras, que indicam os recebimentos e os pagamentos, bem como a posição das disponibilidades inicial e final do exercício;
- patrimoniais, que evidenciam a composição do patrimônio da entidade sob o ponto de vista dos bens, direitos e compromissos com terceiros.

### **4.2.1. Balanço Orçamentário**

No Balanço Orçamentário estão demonstradas as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas. Do comparativo entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Realizadas resulta o superávit ou déficit orçamentário.



No exercício de 2013, a receita arrecadada, no valor de R\$ 2.382.446.004,38 foi inferior à despesa executada, de R\$ 6.395.513.855,22, gerando um déficit orçamentário no valor de R\$ 4.013.067.850,84.

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 - Demonstração dos Ingressos e Dispendios segundo as Categorias Econômicas da Administração Indireta e o quadro resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

TABELA 95  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇADA E REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)								
valores brutos	Orçado	Realizado	restituições de receita	Orçado	Realizado	valores líquidos	Orçado	Realizado
Receita Corrente	2.657.109.357,67	2.324.165.392,29	Restituição da Receita Corrente	-	17.924.967,96	Receita Corrente	2.657.109.357,67	2.306.240.424,33
Receita de Capital	190.523.742,75	76.238.017,36	Restituição da Receita de Capital	-	32.437,31	Receita de Capital	190.523.742,75	76.205.580,05
total da receita	2.847.633.100,4	2.400.403.409,65	total das deduções	-	17.957.405,27	total	2.847.633.100,4	2.382.446.004,3

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Ressalta-se que no total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias. Da mesma forma, o balanço apresenta as receitas segundo as categorias econômicas e as despesas por tipo de crédito.

Os resultados da execução orçamentária do exercício estão resumidos na Tabela 98.



**TABELA 96**  
**DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

(R\$ 1,00)

SPECIFICAÇÃO	RECEITAS					
	PREVISÃO	2012 EXECUÇÃO	PREVISÃO	2013 EXECUÇÃO	DIFERENÇA	VARIAÇÃO %
Receitas Correntes	2.438.784.723,79	2.150.174.083,49	2.657.109.357,67	2.306.240.424,33	-350.868.933,34	7,26
Receitas de Capital	179.580.639,13	157.856.328,57	190.523.742,75	76.205.580,05	-114.318.162,70	-51,72
<b>OMA</b>	<b>2.618.365.362,9</b>	<b>2.308.030.412,0</b>	<b>2.847.633.100,4</b>	<b>2.382.446.004,3</b>	<b>-465.187.096,04</b>	<b>3,22</b>
<b>éficit</b>	<b>3.502.310.038,0</b>	<b>2.851.210.365,9</b>	<b>4.796.874.459,4</b>	<b>4.013.067.850,8</b>	<b>-783.806.608,63</b>	
<b>OTAL</b>	<b>6.120.675.401,0</b>	<b>5.159.240.778,0</b>	<b>7.644.507.559,8</b>	<b>6.395.513.855,2</b>	<b>-1.248.993.704,67</b>	<b>23,96</b>

SPECIFICAÇÃO	DESPESAS					
	FIXAÇÃO	2012 EXECUÇÃO	FIXAÇÃO	2013 EXECUÇÃO	DIFERENÇA	VARIAÇÃO %
Créd. Ord. e Suplementares	6.113.044.903,65	5.155.922.872,16	7.581.858.388,88	6.395.218.366,21	-1.186.640.022,67	24,04
Créditos Especiais	7.630.497,35	3.317.905,89	62.649.171,01	295.489,01	-62.353.682,00	-91,09
<b>OMA</b>	<b>6.120.675.401,0</b>	<b>5.159.240.778,0</b>	<b>7.644.507.559,8</b>	<b>6.395.513.855,2</b>	<b>-1.248.993.704,67</b>	<b>23,96</b>
<b>uperávit</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
<b>OTAL</b>	<b>6.120.675.401,0</b>	<b>5.159.240.778,0</b>	<b>7.644.507.559,8</b>	<b>6.395.513.855,2</b>	<b>-1.248.993.704,67</b>	<b>23,96</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Comparando a Previsão da Receita com a Fixação da Despesa evidencia-se um déficit de R\$ 4.796.874.459,47, referente às transferências do Tesouro, que não são mais consideradas receitas orçamentárias. Observa-se então a dependência das transferências do Tesouro pelos órgãos da Administração Indireta.

Como foi demonstrado no capítulo que trata da execução orçamentária, a Administração Indireta apresentou um déficit orçamentário de R\$ 4.013.067.850,84.

Quando analisada a situação das entidades, separadamente, constata-se que o déficit orçamentário verificado na Administração Indireta, como um todo, foi consequência da situação deficitária registrada, principalmente na FUNECE, DER, FUNAPREV (SUPSEC) e FUNDES.

Na tabela a seguir está evidenciada, de forma resumida, a situação das entidades com maiores superávits e déficits.





TABELA 97  
DEMONSTRATIVO DO *SUPERÁVIT/DEFICIT* ORÇAMENTÁRIO  
DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

ENTIDADE	SUPERÁVIT	ARTIC. %	ENTIDADE	DÉFICIT	PARTIC. %
FUNECE	188.339.002,05	4,64	FEDJ	4.968.408,49	10,05
DER	294.877.011,98	7,26	ESP	6.413.917,67	12,97
FUNAPREV (SUPSEC)	941.857.151,08	23,18	FPP	7.973.324,51	16,12
FUNDES	1.872.526.336,36	46,09	FIT	18.790.854,90	38,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.297.599.501,47</b>	<b>81,17</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>38.146.505,57</b>	<b>77,14</b>
<i>OUTRAS ENTIDADES</i>	764.922.256,41	18,83	<i>OUTRAS ENTIDADES</i>	11.307.401,47	22,86
<b>TOTAL</b>	<b>4.062.521.757,88</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>49.453.907,04</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

## 4.2.2. Balanço Financeiro

É objetivo primordial do Balanço Financeiro demonstrar toda a movimentação financeira, orçamentária e extra-orçamentária do exercício em análise, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte.

Está dividido em quatro partes, compreendendo:

- as receitas e despesas resultantes da execução orçamentária;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas para execução orçamentária;
- os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária;
- o saldo do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte.

Ressalta-se que as receitas e despesas orçamentárias foram agrupadas em ordinárias e vinculadas. As Receitas Ordinárias incluem as receitas orçamentárias de Fonte 00 (Recursos Ordinários), Fonte 01 (Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados), Fonte 29 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), Fonte 40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e Fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados). As demais fontes constam no balanço como vinculadas.

Os resultados do Balanço Financeiro estão apresentados a seguir, de forma resumida, tendo-se omitido a despesa orçamentária por função, por haver sido demonstrada na tabela 63.

TABELA 98  
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.382.446.004,38</b>	<b>2.308.030.412,06</b>
-Ordinária	517.900.476,23	0
-Vinculada	1.864.545.528,15	2.308.030.412,06
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>4.201.978.966,97</b>	<b>3.181.798.473,20</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>1.223.000.766,26</b>	<b>1.008.004.716,28</b>
Restos a Pagar	269.576.569,56	195.994.165,76
Valores Restituíveis	953.424.196,70	812.010.550,52
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>847.382.919,92</b>	<b>704.601.163,38</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	847.382.919,92	704.601.163,38
<b>TOTAL</b>	<b>8.654.808.657,53</b>	<b>7.202.434.764,92</b>

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>5.159.240.778,05</b>
-Ordinária	4.259.856.065,06	2.789.414.149,85
-Vinculada	2.135.657.790,16	2.369.826.628,20
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>252.934.052,87</b>	<b>264.235.392,07</b>
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>1.143.372.574,47</b>	<b>931.575.674,88</b>
Restos a Pagar	174.288.730,14	135.680.165,88
Valores Restituíveis	969.083.844,33	795.895.509,00
<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>862.988.174,97</b>	<b>847.382.919,92</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	862.988.174,97	847.382.919,92
<b>TOTAL</b>	<b>8.654.808.657,53</b>	<b>7.202.434.764,92</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extra-orçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.

Os restos a pagar registrados como Receita Extraorçamentária são os inscritos neste exercício e são assim contabilizados para compensar sua inclusão na Despesa Orçamentária, uma vez que são considerados despesas executadas.

Os Restos a Pagar constantes na coluna Despesa correspondem àqueles pagos neste exercício, mas que pertencem a exercícios anteriores.



Na receita de Depósitos de Diversas Origens, merecem destaque as consignações da folha de pagamento, cauções e garantias diversas e os depósitos para quem de direito.

As entidades que mais contribuíram para a composição da receita e da despesa dessa conta estão demonstradas na tabela seguinte:

TABELA 99  
DEMONSTRATIVO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS POR ÓRGÃO

(R\$ 1,00)				
ENTIDADE	RECEITA	PARTIC.%	DESPESA	PARTIC.%
FUNDES	170.142.823,76	17,85%	167.448.437,52	17,28%
SUPSEC	494.746.990,96	51,89%	509.098.264,74	52,53%
DETRAN	84.704.348,69	8,88%	85.721.126,28	8,85%
FUNECE	48.635.799,72	5,10%	48.533.898,27	5,01%
OUTRAS ENTIDADES	155.194.233,57	16,28%	158.282.117,52	16,33%
<b>TOTAL</b>	<b>953.424.196,70</b>	<b>100,00%</b>	<b>969.083.844,33</b>	<b>100</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Recursos Vinculados, Recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

No grupo Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, a conta Caixa e Equivalentes de Caixa registrou saldo de R\$ 862.988.174,97. A Tabela 86 apresenta as entidades responsáveis pelos maiores saldos neste grupo.

TABELA 100  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

(R\$ 1,00)		
ENTIDADE	VALOR	PARTIC. %
FUNDES	186.527.683,21	19,25%
SUPSEC	71.444.690,39	7,37%
DER	97.533.149,61	10,06%
FIT	90.028.179,72	9,29%
FPP	63.024.648,47	6,50%
OUTRAS ENTIDADES	354.429.823,57	36,57%
<b>TOTAL</b>	<b>862.988.174,97</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### 4.2.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

##### - Receitas Orçamentárias Ordinárias

As Receitas Ordinárias incluem as receitas orçamentárias de Fonte 00 (Recursos Ordinários), Fonte 01 (Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados), Fonte 29 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), Fonte 40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e Fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados).

Ressalta-se que a Fonte 70 no ano de 2012 foi classificada como Fonte Vinculada, no grupo Recursos Próprios. No ano de 2013, observou-se que os recursos da Fonte 70 eram de livre alocação e, portanto, devem ser classificados como ordinários. Dessa forma, os recursos da Fonte 70 são classificados no Balanço do Estado do Ceará, a partir do exercício de 2013, como Receita Ordinária.

##### - Receitas Orçamentárias Vinculadas

Ressalta-se que no ano de 2013, o grupo Recursos Próprios não possui saldo, tendo em vista que essa conta era composta pelas receitas orçamentárias de Fonte 70, que, a partir deste ano de 2013, são classificadas como Receita Ordinária.

##### - Recebimentos extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis:

TABELA 101

##### DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

Código da Conta	Título da Conta	(R\$ 1,00)
		Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	3.531.817,08
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	62.899.868,92
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	196.894,14
<b>TOTAL</b>		<b>66.628.580,14</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

##### - Pagamentos extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis

A tabela seguinte evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis:



TABELA 102

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

		(R\$ 1,00)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	3.531.817,08
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	66.694.617,50
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	205.688,24
<b>TOTAL</b>		<b>70.432.122,82</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

### 4.2.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstra, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Em virtude da adoção dos novos critérios contábeis adotados, os grupos do Ativo e do Passivo foram classificados em Circulante e em Não Circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, conforme se observa na Tabela a seguir:

TABELA 103

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO PATRIMONIAL

		(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.593.834.581,67</b>	<b>1.377.340.568,01</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	862.988.174,97	847.382.919,92
Créditos a Curto Prazo	1.700,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.688.237,19	4.243.431,44
Estoques	726.156.469,51	525.714.216,65
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.007.015.761,04</b>	<b>945.302.955,41</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	190.603.928,51	187.350.725,87
Investimentos	36.199,76	36.199,76
Imobilizado	816.375.632,77	757.916.029,78
<b>OTAL</b>	<b>2.600.850.342,71</b>	<b>2.322.643.523,42</b>

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>CIRCULANTE</b>	<b>91.385.329,95</b>	<b>118.153.989,96</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	9.775.892,30	5.380.506,99
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.924.003,33	6.558.094,82
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	60,00	1.435,62
Demais Obrigações a Curto Prazo	79.685.374,32	106.213.952,53
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.509.465.012,76</b>	<b>2.204.489.533,46</b>
Demais Reservas	527.135,79	527.135,79
Resultados Acumulados	2.508.937.876,97	2.203.962.397,67
<b>OTAL</b>	<b>2.600.850.342,71</b>	<b>2.322.643.523,42</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



TABELA 104

DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIRO, PERMANENTE E  
SALDO PATRIMONIAL E CONTAS DE COMPENSAÇÃO

(R\$ 1,00)			
(1) Ativo Financeiro	862.988.174,97	(3) Passivo Financeiro	299.420.012,22
(2) Ativo Permanente	1.737.862.167,74	(4) Passivo Permanente	64.781.212,20
<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>2.236.649.118,29</b>		
<b>Compensações</b>			
Atos Potenciais Ativos	254.373.136,97	Atos Potenciais Passivos	107.219.368,29

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A Tabela acima destaca o Ativo e o Passivo (Financeiro e Permanente), além do Saldo Patrimonial e das contas de Compensação, constantes no Balanço Patrimonial, conforme determina o art. 15 da Lei nº 4.320/64:

As entidades integrantes da Administração Indireta encerraram o exercício com um superávit financeiro de R\$ 2.236.649.118,29, resultado da diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro. A conta Caixa e Equivalentes de Caixa, pertencente ao grupo Ativo Circulante, teve uma contribuição expressiva nesse resultado.

Quando analisadas separadamente, observa-se que 36 entidades apresentaram superávit financeiro, no valor total de R\$ 579.097.686,75, destacando-se as seguintes:

TABELA 105

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO POR ENTIDADE

(R\$ 1,00)		
ENTIDADE	SUPERÁVIT	PARTICIPAÇÃO %
FIT	89.937.459,72	15,96%
FUNAPREV (SUPSEC)	71.325.184,26	12,66%
FERMOJU	65.080.209,94	11,55%
FPP	63.024.648,47	11,18%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>289.367.502,39</b>	<b>51,35%</b>
OUTRAS ENTIDADES	289.730.184,36	48,65%
<b>TOTAL</b>	<b>579.097.686,75</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Foi registrado *deficit* financeiro em sete Entidades, cujo montante chegou a R\$ 15.529.524,00. O ISSEC foi responsável pelo maior valor, com um percentual de 81,09%.

No Ativo Imobilizado, integram o grupo Bens Móveis, no valor de R\$ 305.828.344,72 e Bens Imóveis, no total de R\$ 510.547.288,05.



As contas de compensação representam os atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo, ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

A tabela abaixo evidencia o cálculo do Patrimônio Líquido:

TABELA 106  
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CÁLCULO - CONFERÊNCIA PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)		(R\$ 1,00)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2012		2.204.489.533,46
(+) RESULTADO PATRIMONIAL 2013		330.295.449,14
(+) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(25.319.969,84)
<b>(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2013</b>		<b>2.509.465.012,76</b>
CÁLCULO DA VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2013		66.067.527,59
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2012		91.387.497,43
<b>(=) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		<b>(25.319.969,84)</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### 4.2.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

##### - Detalhamento da Conta "Outros Estoques"

A tabela abaixo demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

**TABELA 107**  
**DEMONSTRATIVO DO DETALHAMENTO DA CONTA OUTROS ESTOQUES**

(R\$ 1,00)			
<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
1.1.5.8	Outros Estoques	259.669.250,49	129.585.200,83
1.1.5.8.1	Outros Estoques - Consolidação	259.669.250,49	129.585.200,83
1.1.5.8.1.51	Investimentos de Capital a Incorporar	259.669.250,49	129.585.200,83
1.1.5.8.1.51.02	Auxílio Financeiro a Pesquisadores a Incorporar (P)	6.332.269,27	2.925.185,85
1.1.5.8.1.51.03	Material de Consumo a Incorporar (P)	26.637,86	26.637,86
1.1.5.8.1.51.04	Passagens e Despesas com Locomoção a Incorporar (P)	2.245,96	0,00
1.1.5.8.1.51.05	Serviços de Consultoria a Incorporar (P)	54.112.595,14	29.346.351,78
1.1.5.8.1.51.06	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física a Incorporar (P)	81.715,00	42.205,00
1.1.5.8.1.51.08	Outras Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica a Incorporar (P)	190.683.128,89	94.833.972,06
1.1.5.8.1.51.09	Obrigações Tributárias e Contributivas a Incorporar (P)	1.233.786,38	391.781,07
1.1.5.8.1.51.99	Outros Bens e Serviços a Incorporar (P)	7.196.871,99	2.019.067,21

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### **- Detalhamento da Conta “Créditos a Longo Prazo”**

A tabela abaixo demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

**TABELA 108**  
**DEMONSTRATIVO DO DETALHAMENTO DA CONTA CRÉDITOS A LONGO PRAZO**

R\$ 1,00)			
<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	190.599.068,51	187.350.725,87
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	190.599.068,51	187.350.725,87
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13.964.625,77	10.716.283,13
1.2.1.1.1.05.01	Empréstimos Concedidos (P)	13.140.462,77	9.892.120,13
1.2.1.1.1.05.02	Financiamentos Concedidos (P)	824.163,00	824.163,00
1.2.1.1.1.06	Dívida Ativa a Classificar	176.634.442,74	176.634.442,74

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### **- Saldo dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores em 31.12.2013**

O valor dos *Superávits* ou *Déficits* do Exercício de 2013 somado aos *Superávits* ou *Déficits* de Exercícios Anteriores de 2012 não corresponde ao total dos *Superávits* ou *Déficits* de Exercícios Anteriores em 2013. Tal fato ocorreu porque os valores correspondentes aos Lucros e Prejuízos do Exercício e aos Lucros e Prejuízos Acumulados nos Exercícios Anteriores no Balanço Patrimonial de 2012 das empresas dependentes (210101, 460201, 460601 e 480101) foram apresentados na conta de *superávit* e *déficit* do exercício e *superávit* e *déficit* de exercícios anteriores, respectivamente.



Os valores de *Superávits* ou *Déficits* do Exercício de 2012, somados ao *Superávit* ou *Déficits* de Exercícios Anteriores de 2012 das empresas dependentes estão evidenciados, no Balanço Patrimonial de 2013, na conta de lucros e prejuízos acumulados nos exercícios anteriores, como pode-se observar na tabela a seguir:

TABELA 109  
DEMONSTRATIVO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
(BALANÇO PATRIMONIAL - 2013)

(R\$ 1,00)

<b>Conta</b>	<b>210101 Valor</b>	<b>460201 Valor</b>	<b>460601 Valor</b>	<b>480101 Valor</b>	<b>Total Valor</b>
Superávits ou Défisits do Exercício – 2012	310.079,29	2.585.891,39	-79.086,57	2.213.152,34	5.030.036,45
Superávits ou Défisits de Exercícios Anteriores – 2012	12.997.651,67	-637.702,36	179.167,09	2.887.606,77	15.426.723,17
<b>Total</b>	<b>13.307.730,96</b>	<b>1.948.189,03</b>	<b>100.080,52</b>	<b>5.100.759,11</b>	<b>20.456.759,62</b>
Lucros e Prejuízos Acumulados nos Exercícios Anteriores – 2013	13.307.730,96	1.948.189,03	100.080,52	5.100.759,11	20.456.759,62

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A soma dos *Superávits* ou *Déficits* do Exercício com os *Superávits* ou *Déficits* de Exercícios Anteriores de 2012, no Balanço Patrimonial Consolidado da Administração Indireta corresponde ao somatório dos *Superávits* ou *Déficits* de Exercícios Anteriores de 2013 com os Lucros e Prejuízos Acumulados nos Exercícios Anteriores de 2013, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

TABELA 110  
DEMONSTRATIVO DA CONFERÊNCIA ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2012 E 2013 PARA  
AS CONTAS DE RESULTADOS ACUMULADOS

(R\$ 1,00)

<b>2012</b>	
<b>Conta</b>	<b>Valor</b>
Superávits ou Défisits do Exercício	1.063.408.383,17
Superávits ou Défisits de Exercícios Anteriores	1.049.166.517,07
<b>Total</b>	<b>2.112.574.900,24</b>

<b>2013</b>	
<b>Superávits ou Défisits de Exercícios Anteriores</b>	<b>Valor</b>
Lucros e Prejuízos Acumulados nos Exercícios Anteriores	2.092.118.140,62
Lucros e Prejuízos Acumulados nos Exercícios Anteriores	20.456.759,62
<b>TOTAL</b>	<b>2.112.574.900,24</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### **- Saldo dos Ajustes de Exercícios Anteriores em 31.12.2013**

Ressalta-se ainda, que nas empresas dependentes (210101, 460201, 460601 e 480101), os valores observados no Balanço Patrimonial de 2012, na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores do grupo de Superávits ou Déficits Acumulados, foram evidenciados no Balanço de 2013, na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores do grupo de Lucros e Prejuízos Acumulados.

#### **- Composição do Passivo Financeiro**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105 “O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária”.

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se no quadro a seguir. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.



TABELA 111  
DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	26.604.117,75
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	255.364.879,39
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	17.451.015,08
<b>(=) Passivo Financeiro</b>	<b>299.420.012,22</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### 4.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo constitui parte integrante do balanço e evidencia as alterações verificadas no patrimônio, durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Essas alterações no patrimônio consistem em variações qualitativas e quantitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, enquanto que as variações qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais, mas não afetam o patrimônio líquido. Dessa forma, é calculado o resultado patrimonial do período, que é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. A Tabela 87 evidencia a síntese das variações patrimoniais.



**TABELA 112**  
**DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

(R\$ 1,00)		
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>6.589.196.098,06</b>	<b>5.425.016.016,99</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	349.077.270,16	309.719.835,20
Contribuições	1.209.819.337,60	1.099.805.982,02
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	45.628.899,06	43.770.374,16
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	55.164.745,37	56.806.137,62
Transferências e Delegações Recebidas	4.777.581.948,80	3.795.381.304,70
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	151.923.897,07	119.532.383,29
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>6.258.900.648,92</b>	<b>4.361.607.633,82</b>
Pessoal e Encargos	1.307.362.073,85	593.257.851,04
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.188.255.327,76	1.955.885.534,45
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.327.852.524,55	848.214.261,78
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23.951.810,32	20.567.521,57
Transferências e Delegações Concedidas	880.953.788,96	676.519.342,46
Tributárias	48.044.950,33	34.715.334,58
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	482.480.173,15	232.447.787,94
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>330.295.449,14</b>	<b>1.063.408.383,17</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>VARIAÇÕES QUALITATIVAS</b>		
Incorporação do Ativo	797.342.353,45	453.370.313,97
Desincorporação do Passivo	634.724,34	431.806,45
Desincorporação de Ativo	2.038.306,09	1.579.796,93
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b>	<b>800.015.383,88</b>	<b>455.381.917,35</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No exercício de 2013, foi apurado um superávit de R\$ 330.295.449,14, que representa o Resultado Patrimonial do exercício.

Quando analisadas separadamente, observa-se que 36 entidades apresentaram superávit, no valor total de R\$ 493.229.124,34 . Dentre as Entidades que se destacaram, estão o DER, com 54,29% do total do superávit e o FUNAPREV (SUPSEC), com 12,77%.

Em contrapartida, sete Entidades apresentaram déficit, totalizando R\$ 162.933.675,20. O FUNDES foi responsável por 66,66% desse valor, enquanto o FERMOJU, 20,90%.

#### 4.2.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

##### - Variações Patrimoniais Qualitativas – Incorporação do Ativo

###### Aquisição de Bens Móveis provenientes da Fonte 12

O saldo da aquisição de bens móveis provenientes da Fonte 12 é o valor gasto com bens móveis utilizando a Fonte de Alienação de Bens – Fonte 12.

###### Aquisição de Bens Móveis provenientes de Outras Fontes

As fontes que foram utilizadas para aquisição de bens móveis, excetuando-se a Fonte de Alienação de Bens estão discriminadas na tabela abaixo:

TABELA 113  
DEMONSTRATIVO DE OUTRAS FONTES UTILIZADAS NA COMPRA DE BENS MÓVEIS DA  
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

		(R\$ 1,00)
<b>Código</b>	<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Valor</b>
00	Recursos Ordinários	17.357.236,95
01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	6.299.630,89
10	Recursos provenientes do FECOP	173.273,54
15	Depósitos Judiciais - PIMJ	970.519,77
16	Medida Compensatória Ambiental	385.738,47
53	Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	223.000,00
59	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	6.376.272,66
70	Recursos diretamente arrecadados	7.865.629,43
79	Transferências ao Fundo de Defesa Civil	1.206.717,26
83	Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	2.364.603,60
91	Recursos provenientes do SUS	15.930.983,85
92	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	136.779,03
<b>TOTAL</b>		<b>59.290.385,45</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

###### Outras Incorporações do Ativo

As Outras Incorporações do Ativo estão detalhadas no quadro tabela abaixo, por modalidade e elemento de despesa:



TABELA 114  
DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO  
DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

		(R\$ 1,00)
Modalidade e Elemento		Valor
319091	Sentenças Judiciais	1.509.961,57
339030	Material de Consumo	241.470.938,40
339032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	103.909.465,04
449020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	3.407.083,42
449030	Material de Consumo	2.553.782,61
449033	Passagens e Despesas de Locomoção	2.245,96
449035	Serviço de Consultoria	20.737.999,75
449036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	39.510,00
449039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	87.574.067,80
449047	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.992,00
449139	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	105.985,05
449147	Obrigações Tributárias e Contributivas	28.056,13
459062	Aquisição de Bens para Revenda	943.164,70
<b>TOTAL</b>		<b>462.285.252,43</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### Empréstimos e Financiamentos Concedidos

A concessão de Empréstimos e Financiamentos na Administração Indireta está discriminada a seguir:

TABELA 115  
DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDOS DA  
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

		(R\$ 1,00)
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Valor
Fundo de Desenvolvimento Industrial		74.629.341,98
Programa de Sementes		3.344.421,25
<b>TOTAL</b>		<b>77.973.763,23</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



#### **- Variações Patrimoniais Qualitativas - Desincorporação do Ativo**

##### Empréstimos e Financiamentos

Ressalta-se que o valor recebido de R\$ 268.711,54 de Empréstimos e Financiamentos pela Administração Indireta foi referente ao Programa de Sementes.

### **4.2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos (STN, 2012).

Em 2013, a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Indireta foi elaborada pelo método direto e evidenciou os ingressos e desembolsos (movimentações no caixa e seus equivalentes) ocorridos, nos seguintes fluxos:

- (a) das operações;
- (b) dos investimentos;
- (c) dos financiamentos; e
- (d) independente da execução orçamentária.

O resultado do confronto entre ingressos e desembolsos de cada grupo é somado resultando na Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa. Esta, por sua vez, deve ser igual a Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período, que é calculada pela diferença entre o saldo final e inicial da conta “Caixa e Equivalente de Caixa”.



TABELA 116  
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DOS FLUXOS DE CAIXA

(R\$ 1,00)	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	
INGRESSOS	6.504.842.329,73
DESEMBOLSOS	5.995.253.441,34
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	509.588.888,39
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	
INGRESSOS	76.205.580,05
DESEMBOLSOS	568.758.177,39
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-492.552.597,34
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
INGRESSOS	0,00
DESEMBOLSOS	634.724,34
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-634.724,34
<b>FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO</b>	
INGRESSOS	70.094.487,20
DESEMBOLSOS	70.890.798,86
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-796.311,66
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>15.605.255,05</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	847.382.919,92
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	862.988.174,97
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>15.605.255,05</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2013, a Administração Indireta apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, no valor de R\$ 15.605.255,05 (Tabela 116). Ressalta-se que as atividades das operações foram as que mais contribuíram para esta geração, auxiliando inclusive na absorção dos Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento, que apresentaram um resultado negativo, no valor de R\$ 492.552.597,34.

### 4.3. BALANÇOS CONSOLIDADOS

#### 4.3.1. Balanço Orçamentário Consolidado

O Balanço Orçamentário da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) demonstra as receitas previstas em confronto com as realizadas, bem como as despesas fixadas com as executadas evidenciadas as diferenças globais entre elas e devem ser apresentados conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.





TABELA 117

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

(R\$ 1,00)

(R\$ 1,00)						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)		
RECEITAS CORRENTES	16.793.881.226,82	17.460.754.593,68	17.040.926.771,68	-419.827.822,00		
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.334.719.461,74	8.758.988.425,08	8.835.210.397,39	76.221.972,31		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.129.565.934,00	1.228.265.934,00	1.209.819.337,60	-18.446.596,40		
RECEITA PATRIMONIAL	268.320.329,34	273.162.376,99	562.650.016,52	289.487.639,53		
RECEITA DE SERVIÇOS	19.569.699,81	25.227.413,06	52.862.127,01	27.634.713,95		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.552.815.192,06	6.685.748.490,68	5.902.878.021,27	-782.870.469,41		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	488.890.609,87	489.361.953,87	477.506.871,89	-11.855.081,98		
RECEITAS DE CAPITAL	3.319.510.488,28	2.784.179.486,13	1.862.334.904,81	-921.844.581,32		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.020.494.212,98	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	-266.248.094,06		
ALIENAÇÃO DE BENS	53.356,96	142.769,08	1.791.919,93	1.649.150,85		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS			94.378,61			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.295.846.178,86	1.324.146.654,62	669.923.377,38	-654.223.277,24		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.116.739,48	3.116.739,48	0,00	3.116.739,48		
SUBTOTAL DAS RECEITAS ( I )	20.113.391.715,10	20.244.934.079,81	18.903.261.676,49	-1.341.672.403,32		
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00			0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO =( III ) (I+II)	20.113.391.715,10	20.244.934.079,81	18.903.261.676,49	-1.341.672.403,32		
DÉFICIT (IV)	0,47	2.563.297.482,24	0,00	-2.563.297.482,24		
TOTAL (V)=( III +IV)	20.113.391.715,57	22.808.231.562,05	18.903.261.676,49	-3.904.969.885,56		
SALDO DE EXER. ANTERIORES (UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-		
Superávit Financeiro	-	-	-	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO i=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	14.894.406.304,54	16.220.548.155,26	15.304.742.294,10	15.038.291.231,19	14.851.887.921,82	915.805.861,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.070.495.483,49	8.560.463.106,97	8.271.354.442,13	8.267.731.915,13	8.164.724.979,48	289.108.664,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	296.342.790,00	252.588.016,40	246.480.195,80	246.480.195,80	246.480.195,80	6.107.820,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.527.568.031,05	7.407.497.031,89	6.786.907.656,17	6.524.079.120,26	6.440.682.746,54	620.589.375,72
DESPESAS DE CAPITAL	5.110.334.516,53	6.537.168.499,79	3.039.891.289,88	2.680.910.700,63	2.668.500.417,79	3.497.277.209,91
INVESTIMENTOS	4.444.522.700,53	5.715.852.233,81	2.239.533.896,14	1.880.553.306,89	1.868.143.865,05	3.476.318.337,67
INVERSÕES FINANCEIRAS	197.298.302,00	334.384.241,94	323.191.160,44	323.191.160,44	323.190.319,44	11.193.081,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	468.513.514,00	486.932.024,04	477.166.233,30	477.166.233,30	477.166.233,30	9.765.790,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.169.987,50		0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	45.169.987,50		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS ( VI )	20.049.910.808,57	22.757.716.655,05	18.344.633.583,98	17.719.201.931,82	17.520.388.339,61	4.413.083.071,07
AMORT. DA DIV./REFINANCIAMENTO (VII)	63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,62	7.830,38
Amortização da Dívida Interna	63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,62	7.830,38
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C. REFINANCIAMENTO ( VII)	20.113.391.715,57	22.808.231.562,05	18.395.140.660,60	17.769.709.008,44	17.570.895.416,23	4.413.090.901,45
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	508.121.015,89	-	-	-508.121.015,89
TOTAL (X)=(VIII +IX)	20.113.391.715,57	22.808.231.562,05	18.903.261.676,49	17.769.709.008,44	17.570.895.416,23	3.904.969.885,56
FONTE: S2GPRESEFAZ						

FONTE: S2GPRSEFAZ

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.



O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No Balanço Orçamentário Consolidado, da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, no exercício de 2013, do Balanço Orçamentário da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 508.121.015,89.

- A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10, Consolidado do Estado e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

TABELA 118  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA LIQUIDA DO  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

(R\$ 1,00)		
Valores Brutos	Orçado	Realizado
Receita Corrente	19.801.790.560,93	19.382.385.271,85
Receita de Capital	2.784.179.486,13	1.862.367.342,12
Total da Receita	22.585.970.047,06	21.244.752.613,97
<b>Dedução para a Formação do FUNDEB</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
Dedução da Receita Corrente	2.341.035.967,25	2.297.694.414,33
Dedução da Receita de Capital	0	0
Total das Deduções	2.341.035.967,25	2.297.694.414,33
<b>Restituições de Receita</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
Restituição da Receita Corrente	0	43.764.085,84
Restituição da Receita de Capital	0	32.437,31
Total das Deduções	0	43.796.523,15
<b>Total das Deduções da Receita</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
Corrente	2.341.035.967,25	2.341.458.500,17
Capital	0,00	32.437,31
Total	2.341.035.967,25	2.341.490.937,48
<b>Valores Líquidos</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
Receita Corrente	17.460.754.593,68	17.040.926.771,68
Receita de Capital	2.784.179.486,13	1.862.334.904,81
Total	20.244.934.079,81	18.903.261.676,49

- No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;



- Com a adoção do novo modelo de Balanço Orçamentário para a Administração Pública, conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 4ª edição, válido a partir de 2012, as receitas e despesas de capital devem ser evidenciadas segregando as operações relacionadas ao refinanciamento da dívida pública. Dessa maneira, a evidenciação das Receitas de Capital com Operações de Crédito e das Despesas de Capital com Amortização da Dívida dão destaque a essas operações, não constando totalizadas no Balanço Orçamentário. A tabela abaixo congrega essas operações e evidencia o total da Receita de Capital com operações de crédito e o total da Despesa de Capital com amortização de Empréstimos do Estado do Ceará no ano de 2013:

TABELA 119  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA COM  
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

(R\$ 1,00)

Receita de Capital - Operações de Crédito	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Diferença
Operações de Crédito (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 121)	2.020.494.212,98	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	(266.248.094,06)
Operações de Crédito para Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>2.020.494.212,98</b>	<b>1.456.773.322,95</b>	<b>1.190.525.228,89</b>	<b>(266.248.094,06)</b>

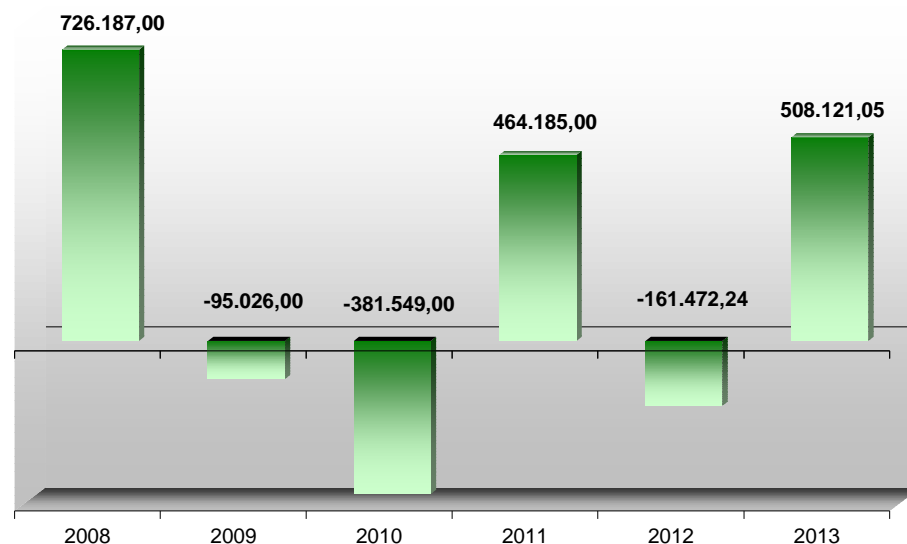
(R\$ 1,00)

Despesa de Capital - Amortização da Dívida	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Diferença
Amortização da Dívida (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 46)	468.513.514,00	486.932.024,04	477.166.233,30	477.166.233,30	477.166.233,30	9.765.790,74
Amortização da Dívida com Refinanciamento	63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,62	7.830,38
<b>Total das Operações de Crédito</b>	<b>531.994.421,00</b>	<b>537.446.931,04</b>	<b>527.673.309,92</b>	<b>527.673.309,92</b>	<b>527.673.309,92</b>	<b>9.773.621,12</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XXXV  
TRAJETÓRIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - 2008 A 2013

(R\$ 1.000,00)



Fonte: S2GPR/SEFAZ

#### 4.3.2. Balanço Financeiro Consolidado

O Balanço Financeiro da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes demonstra a Receita e a Despesa Orçamentárias, as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, como também os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis oriundos do exercício anterior e os transferidos para o exercício seguinte e deve ser apresentado conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispendios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispendios.



O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

O Balanço Financeiro de 2013 evidenciou que os ingressos orçamentários totalizaram R\$ 18.903.261.676,49. Os dispêndios orçamentários de 2013 somaram a quantia de R\$ 18.395.140.660,60.

As transferências financeiras recebidas totalizaram o montante de R\$ 15.709.243.290,79, enquanto as transferências financeiras concedidas somaram R\$ 15.709.243.290,79.

Os ingressos extra-orçamentários reduziram, no exercício de 2013, totalizaram a quantia de R\$ 7.820.155.114,99. No mesmo período, dispêndios extra-orçamentários totalizaram a quantia de R\$ 7.652.579.079,93.

O saldo de disponibilidade evidenciado para o exercício seguinte é de R\$ 3.375.618.373,69, o que representa um valor de R\$ 675.697.050,95 superior ao saldo final de disponibilidade do exercício de 2012 de R\$ 2.699.921.322,74.



**TABELA 120**  
**DEMONSTRATIVO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO**

(R\$ 1,00)

<b>INGRESSOS</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>18.903.261.676,49</b>	<b>16.476.719.323,92</b>
Ordinária	13.378.470.345,68	11.516.450.024,01
Vinculada	5.524.791.330,81	4.960.269.299,91
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>15.709.243.290,79</b>	<b>14.422.114.214,47</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>7.820.155.114,99</b>	<b>8.537.253.210,09</b>
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>2.699.921.322,74</b>	<b>2.701.685.441,13</b>
<b>TO TAL</b>	<b>45.132.581.405,01</b>	<b>42.137.772.189,61</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>18.395.140.660,60</b>	<b>16.638.191.564,83</b>
Ordinária	13.487.853.016,88	11.765.285.540,64
Vinculada	4.907.287.643,72	4.872.906.024,19
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>15.709.243.290,79</b>	<b>14.422.188.757,59</b>
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>7.652.579.079,93</b>	<b>8.377.470.544,45</b>
<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>3.375.618.373,69</b>	<b>2.699.921.322,74</b>
<b>TO TAL</b>	<b>45.132.581.405,01</b>	<b>42.137.772.189,61</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

- Foram classificadas como ordinárias as fontes do Tesouro (00 e 01), além da fonte 40 (operações de crédito não condicionadas). As demais fontes constam no balanço como vinculadas;
- No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;
- Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extra-orçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias;
- O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Recursos Vinculados, Recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

### 4.3.2.1 Notas Explicativas do Balanço Financeiro Consolidado

#### - Receitas Orçamentárias Ordinárias

As Receitas Ordinárias incluem as receitas orçamentárias de Fonte 00 (Recursos Ordinários), Fonte 01 (Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados), Fonte 29 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), Fonte 40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e Fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados). Ressalta-se que a Fonte 70 no ano de 2012 foi classificada como Fonte Vinculada, no grupo Recursos Próprios. No ano de 2013, observou-se que os recursos da Fonte 70 eram de livre alocação e, portanto, devem ser classificados como ordinários. Dessa forma, os recursos da Fonte 70 são classificados no Balanço do Estado do Ceará, a partir do exercício de 2013, como Receita Ordinária. Cumpre registrar que a Fonte 29, criada no ano de 2013, também foi classificada como Fonte Ordinária.

#### - Receitas Orçamentárias Vinculadas

Ressalta-se que no ano de 2013, o grupo Recursos Próprios não possui saldo, tendo em vista que essa conta era composta pelas receitas orçamentárias de Fonte 70, que, a partir deste ano de 2013, são classificadas como Receita Ordinária.

- Recebimentos Extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis, o Tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis:

TABELA 121

#### DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)		
Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	3.531.817,08
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	84.759.923,00
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	4.620.619.595,32
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	8.470.501,21
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	196.894,14
<b>Total</b>		<b>4.717.578.730,75</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

- Pagamentos Extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis, o Tabela abaixo evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis:

TABELA 122

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	3.531.817,08
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	88.717.848,05
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	4.612.594.261,13
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	5.464.771,16
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	205.688,24
<b>Total</b>		<b>4.710.514.385,66</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

### 4.3.3. Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes demonstra, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, conforme orientações da Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- c) **Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

(R\$ 1,00)

<b>CÁLCULO - CONFERÊNCIA PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO GERAL DO ESTADO)</b>	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2012	14.533.597.466,91
(+) RESULTADO PATRIMONIAL 2013	2.585.618.440,10
(+) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(35.729.450,95)
<b>(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2013</b>	<b>17.083.486.456,06</b>

<b>CÁLCULO DA VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2013	634.777.185,59
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2012	670.506.636,54
<b>(=)VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>(35.729.450,95)</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR





- d) Contas de Compensação** - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

TABELA 123  
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(R\$ 1,00)		
ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício
ATIVO CIRCULANTE	4.754.661.084,43	3.563.024.666,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.375.618.373,69	2.699.921.322,74
Créditos a Curto Prazo	206.312.645,95	18.327.961,49
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	204.043.811,47	176.876.853,24
Estoques	968.686.253,32	667.898.528,81
ATIVO NÃO CIRCULANTE	19.842.577.792,52	17.350.595.293,74
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.167.243.649,70	6.169.677.179,63
Investimentos	3.310.887.527,14	2.485.582.701,80
Imobilizado	10.364.072.947,66	8.694.961.744,29
Intangível	373.668,02	373.668,02
TO TAL	24.597.238.876,95	20.913.619.960,02
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício
PASSIVO CIRCULANTE	532.897.705,67	634.940.135,92
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	68.138.973,71	84.180.705,62
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	15.521.156,07	25.096.694,06
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.240.307,66	2.586,10
Obrigações de Repartição a Outros Entes	66.737.750,17	61.914.064,10
Demais Obrigações a Curto Prazo	374.259.518,06	463.746.086,04
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.980.854.715,22	5.745.082.357,19
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	84.619.393,27	81.938.970,93
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	6.282.259.451,81	5.188.320.943,56
Demais Obrigações a Longo Prazo	613.975.870,14	474.822.442,70
TO TAL DO PASSIVO	7.513.752.420,89	6.380.022.493,11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício
Demais Reservas	527.135,79	527.135,79
Resultados Acumulados	17.082.959.320,27	14.533.070.331,12
TO TAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.083.486.456,06	14.533.597.466,91
TO TAL	24.597.238.876,95	20.913.619.960,02
ATIVO FINANCEIRO	3.375.618.373,69	2.699.921.322,74
ATIVO PERMANENTE	21.221.620.503,26	18.213.698.637,28
PASSIVO FINANCEIRO	1.197.055.229,07	1.118.847.785,98
PASSIVO PERMANENTE	7.045.635.927,42	5.815.048.963,97
SALDO PATRIMONIAL	16.354.547.720,46	13.979.723.210,07

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em conformidade com a Lei nº 4.320/1.964, artigo 105, que confere o viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, já que separa o Ativo e Passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem, apresentamos o seguinte:



O Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2013 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 3.375.618.373,69, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$ 1.197.055.229,07. O Ativo Permanente totalizou um montante de R\$ 21.221.620.503,26, enquanto o Passivo Permanente totalizou R\$ 7.045.635.927,42.

A Situação Patrimonial, evidenciada no Balanço Patrimonial Consolidado de 2013, foi positiva em R\$ 16.354.547.720,46.

De acordo com a Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público o Balanço Patrimonial destacou os seguintes pontos:

Em virtude da adoção dos novos critérios contábeis adotados, os grupos do Ativo e do Passivo foram classificados em Circulante e em Não Circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo foram dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade e as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

O Ativo, recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, totalizaram o montante de R\$ 24.597.238.876,95.

Os ativos foram classificados como circulantes satisfazendo os seguintes critérios: ativos disponíveis para realização imediata e ativos com expectativa de realização até o término do exercício seguinte. Os demais ativos foram classificados como não circulantes.

O Passivo, obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, somaram em R\$ 7.513.752.420,89.

Os passivos foram classificados como circulantes satisfazendo os seguintes critérios: valores exigíveis até o final do exercício seguinte e valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade. Os demais passivos foram classificados como não circulantes.

#### 4.3.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial Consolidado

As tabelas a seguir evidenciam os subgrupos dos grupos genéricos que apresentam valores relevantes se comparados ao total do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial Consolidado de 2013.

TABELA 124  
DEMONSTRATIVO DE OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)			
Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	855.302.319,59	720.293.870,58
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	855.302.319,59	714.781.939,89
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	56.482.899,39	32.015.105,91
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	798.818.872,60	682.766.746,35
1.1.3.8.1.34.01	Créditos a Receber - PROVIN (P)	797.010.949,16	681.202.509,86
1.1.3.8.1.34.03	Créditos a Receber - PDCI (P)	1.807.923,44	1.564.236,49
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber (P)	547,60	87,63
1.1.3.8.2	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00	5.511.930,69
1.1.3.8.2.17	Créditos a Receber - Folha de Pagamento	0,00	5.511.930,69
1.1.3.8.2.17.03	Créditos a Receber - Cheque Salário (F)	0,00	5.511.930,69

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 125  
DEMONSTRATIVO DE AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)			
Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-654.481.387,23	-547.293.964,95
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-654.481.387,23	-547.293.964,95
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-654.481.387,23	-547.293.964,95
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-653.175.161,35	-546.165.022,69
1.1.3.9.1.04.02	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PDCI (P)	-1.306.225,88	-1.128.942,26

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A tabela seguinte demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

**TABELA 126**  
**DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS A LONGO PRAZO**

(R\$ 1,00)			
<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	5.952.948.232,32	5.967.583.344,55
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	5.952.948.232,32	5.967.583.344,55
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	5.730.150.497,63	5.748.323.153,70
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	77.699.296,02	93.437.282,91
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	22.065.468,20	14.050.783,81
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	5.565.323.271,03	5.623.962.964,88
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	65.062.462,38	16.872.122,10
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	306.015.806,43	299.373.146,62
1.2.1.1.1.05.01	Empréstimos Concedidos (P)	13.140.462,77	9.892.120,13
1.2.1.1.1.05.02	Financiamentos Concedidos (P)	824.163,00	824.163,00
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	292.051.180,66	288.656.863,49
1.2.1.1.1.06	Dívida Ativa a Classificar	176.634.442,74	176.634.442,74
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-259.852.514,48	-256.747.398,51
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-259.852.514,48	-256.747.398,51
1.2.1.2.1.10	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	2.066.303.397,81	1.728.786.788,87
1.2.1.2.1.10.01	Créditos a Receber - PROVIN (P)	2.066.303.397,81	1.727.003.092,09
1.2.1.2.1.10.02	Créditos a Receber - PDCI (P)	0,00	1.783.696,78

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

### **Saldo dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores em 31.12.2013**

Os valores dos Superávits ou Déficits do Exercício de 2012 somado aos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores de 2012 não correspondem ao total dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores em 2013. Isso ocorreu, porque os valores correspondentes aos Lucros e Prejuízos do Exercício e aos Lucros e Prejuízos Acumulados nos Exercícios Anteriores, no Balanço Patrimonial de 2012 das empresas dependentes (210101, 460201, 460601 e 480101), foram apresentados na conta de Superávit e Déficit do Exercício e Superávit e Déficit de Exercícios Anteriores, respectivamente.

Os valores de Superávits ou Déficits do Exercício de 2012, somados ao Superávit ou Déficits de Exercícios Anteriores de 2012 das empresas dependentes estão evidenciados, no Balanço Patrimonial de 2013, na conta de Lucros e Prejuízos Acumulados nos Exercícios Anteriores, conforme Tabela a seguir.



**TABELA 127**  
**DEMONSTRATIVOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**(BALANÇO PATRIMONIAL - 2013)**

(R\$ 1,00)

<b>Conta</b>	<b>210101</b>	<b>460201</b>	<b>460601</b>	<b>480101</b>	<b>Total</b>
	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
Superávits ou Déficits do Exercício – 2012	310.079,29	2.585.891,39	-79.086,57	2.213.152,34	5.030.036,45
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores – 2012	12.997.651,67	-637.702,36	179.167,09	2.887.606,77	15.426.723,17
<b>Total</b>	<b>13.307.730,96</b>	<b>1.948.189,03</b>	<b>100.080,52</b>	<b>5.100.759,11</b>	<b>20.456.759,62</b>
<b>Lucros e Prejuízos Acumulados nos Exercícios Anteriores - 2013</b>	<b>13.307.730,96</b>	<b>1.948.189,03</b>	<b>100.080,52</b>	<b>5.100.759,11</b>	<b>20.456.759,62</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A soma dos Superávits ou Déficits do Exercício com os Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores de 2012, no Balanço Patrimonial Consolidado Geral do Estado corresponde ao somatório dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores de 2013 com os Lucros e Prejuízos Acumulados nos Exercícios Anteriores de 2013, conforme se evidencia no seguinte Quando.

**TABELA 128**  
**DEMONSTRATIVO DA CONFERÊNCIA ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2012 E 2013 PARA**  
**AS CONTAS DE RESULTADOS ACUMULADOS**

(R\$ 1,00)

<b>Consolidado Geral do Estado</b>	
<b>2012</b>	
<b>Conta</b>	<b>Valor</b>
Superávits ou Déficits do Exercício	2.744.135.053,99
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	11.118.428.640,59
<b>Total</b>	<b>13.862.563.694,58</b>
<b>2013</b>	
<b>Conta</b>	<b>Valor</b>
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	13.842.106.934,96
Lucros e Prejuízos Acumulados nos Exercícios Anteriores	20.456.759,62
<b>TOTAL</b>	<b>13.862.563.694,58</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

### **Saldo dos Ajustes de Exercícios Anteriores em 31.12.2013**

Ressalta-se ainda, que nas empresas dependentes (210101, 460201, 460601 e 480101), os valores observados no Balanço Patrimonial de 2012, na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores do grupo de Superávits ou Déficits Acumulados, foram evidenciados no Balanço de 2013, na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores do grupo de Lucros e Prejuízos Acumulados.



## Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105: “§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

### COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

Especificação	Valor
Passivo (Atributo F)	R\$ 468.116.493,47
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	R\$ 625.431.652,16
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	R\$ 103.507.083,44
<b>(=) Passivo Financeiro</b>	<b>R\$ 1.197.055.229,07</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



TABELA 129  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO

(R\$ 1,00)	
SALDOS DE CONTAS EM 31/12/2013	VALOR
Valor dos Restos a Pagar Processados (exceto Consignações)	161.930.507,44
Valor dos Restos a Pagar Não Processados	625.431.652,16
( + ) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	36.883.084,77
<b>Total das Inscrições dos Restos a Pagar do Exercício</b>	<b>824.245.244,37</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O Patrimônio Líquido, valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, totalizou em R\$ 17.083.486.456,06.

A diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial Consolidado de 2013, resultou num superávit financeiro de R\$ 2.178.563.144,62, nos termos do art. 43 § 2º, da lei 4.320/64, conforme tabela a seguir:



TABELA 130  
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO  
(ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA)

				(R\$ 1,00)
ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PASSIVO FINANCEIRO	VALOR	SUPERÁVIT FINANCEIRO
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>		<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>2.512.630.198,72</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>897.635.216,85</b>	<b>1.614.994.981,87</b>
<b>RECURSOS DO TESOUREIRO</b>	<b>1.210.444.137,39</b>	<b>RECURSOS DO TESOUREIRO</b>	<b>540.973.783,00</b>	<b>669.470.354,39</b>
- Tesouro	1.210.444.137,39	- Tesouro	540.973.783,00	669.470.354,39
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>1.302.186.061,33</b>	<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>356.661.433,85</b>	<b>945.524.627,48</b>
- Do Salário Educação	26.496.623,63	- Do Salário Educação	7.463.506,45	19.033.117,18
- Do FECOP	289.256.618,23	- Do FECOP	86.355.077,75	202.901.540,48
- Da CIDE	418.337,12	- Da CIDE	0,00	418.337,12
- Do FUNDEB	10.116.704,03	- Do FUNDEB	53.557.955,95	-43.441.251,92
- Das Medidas Compensatórias	10.441.970,81	- Das Medidas Compensatórias	2.753,09	10.439.217,72
- De Operações de Créditos	530.548.361,17	- De Operações de Créditos	81.430.434,60	449.117.926,57
- De convênios e Outros	434.907.446,34	- De convênios e outros	127.851.706,01	307.055.740,33
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>862.988.174,97</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>299.420.012,22</b>	<b>563.568.162,75</b>
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>273.885.699,84</b>	<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>191.642.753,68</b>	<b>82.242.946,16</b>
- Arrecadação	273.885.699,84	- Arrecadação	191.642.753,68	82.242.946,16
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>589.102.475,13</b>	<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>107.777.258,54</b>	<b>481.325.216,59</b>
- Do Regime Previdenciário	134.469.338,86	- Do Regime Previdenciário	119.506,13	134.349.832,73
- Depósitos Judiciais	38.057.249,27	- Depósitos Judiciais	4.264.324,26	33.792.925,01
- Do FUNDEB	2.769,30	- Do FUNDEB	2.769,30	0,00
- Transferência do SUS	171.846.738,61	- Transferência do SUS	27.267.077,73	144.579.660,88
- Das Medidas Compensatórias	28.761.224,74	- Das Medidas Compensatórias	3.446.580,73	25.314.644,01
- De Operações de Créditos Internas	397.278,99	- De Operações de Créditos Internas	0,00	397.278,99
- Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil	29.208.900,17	- Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil	24.597.292,72	4.611.607,45
- Repasse Fundo a Fundo - FNAS	3.444.649,50	- Repasse Fundo a Fundo - FNAS	16.956,74	3.427.692,76
- De convênios	173.282.361,27	- Transf. de Convênios	48.062.750,93	125.219.610,34
- Cont. de Conv.-Rec.Tesouro e FECOP	9.631.964,42	- Cont. de Conv.-Rec.Tesouro e FECOP	0,00	9.631.964,42
<b>TOTAL</b>	<b>3.375.618.373,69</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.197.055.229,07</b>	<b>2.178.563.144,62</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

#### 4.3.4. Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

As variações patrimoniais da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes evidencia os efeitos ocorridos no Patrimônio do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício. Esta demonstração é apresentada conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”



As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

TABELA 131  
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS

(R\$ 1,00)		
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>36.002.725.664,76</b>	<b>31.142.046.551,82</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.176.807.187,05	8.404.652.439,38
Contribuições	1.209.819.337,60	1.099.805.982,02
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	318.580.845,50	265.177.235,89
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	731.625.198,04	704.969.798,19
Transferências e Delegações Recebidas	22.282.044.689,44	20.281.263.454,91
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.283.848.407,13	386.177.641,43
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>33.417.107.224,66</b>	<b>28.397.911.497,83</b>
Pessoal e Encargos	6.081.473.567,26	5.488.085.877,91
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.204.347.967,61	1.970.700.158,68
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.746.098.684,00	2.089.828.596,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.108.631.925,73	875.216.619,24
Transferências e Delegações Concedidas	19.150.990.019,23	17.363.345.745,54
Desvalorização e Perda de Ativos	1.267.525.430,98	45.745.329,80
Tributárias	173.282.845,56	76.359.432,28
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	684.756.784,29	488.629.738,03
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>2.585.618.440,10</b>	<b>2.744.135.053,99</b>

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Incorporação de Ativo	2.520.215.021,60	1.536.394.997,69
Desincorporação de Passivo	527.673.309,92	687.040.391,61
Incorporação de Passivo	1.190.525.228,89	811.527.194,34
Desincorporação de Ativo	132.492.808,39	61.422.288,20

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2013, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R\$ 36.002.725.664,76 e um total de variações patrimoniais diminutivas, contabilizadas em R\$ 33.417.107.224,66. Portanto, os efeitos patrimoniais ocorridos no exercício de 2013 contribuíram em R\$ 2.585.618.440,10 para o superávit apurado.



- As Variações Monetárias e Cambiais Aumentativas (4.4.3) correspondem a R\$ 317.124.303,43 e as Variações Monetárias e Cambiais - Diminutivas (3.4.3) equivalem a R\$ 710.347.889,67. Confrontando-os verificamos uma diferença de R\$ 393.223.586,24. Se compararmos esse resultado com o valor constante no Anexo 16, o qual diz respeito à composição individual de toda dívida pública, interna, externa e precatórios, encontraremos o valor que corresponde aos precatórios.
- Os Resultados Positivo e Negativo de Participações referem-se às participações do Estado nas seguintes instituições: ADECE, CAGECE, CODECE, CEASA, CEGÁS, CEARÁPORTOS, COGERH, COHAB, COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ, EMASP, METROFOR, OUTRAS PARTICIPAÇÕES - MEP, BNB, CHESF, EMBRATEL, TELE NORTE LESTE E OUTRAS PARTICIPAÇÕES - CUSTO.
- As contas Aquisição de Bens Móveis, Aquisição de Bens Imóveis e Obras em Andamento estão em conta transitória.

#### **4.3.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos (STN, 2012).

Em 2013, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do Estado do Ceará foi elaborada pelo método direto e evidenciou os ingressos e desembolsos (movimentações no caixa e seus equivalentes) ocorridos, nos seguintes fluxos:

- (a) das operações;
- (b) dos investimentos;
- (c) dos financiamentos; e
- (d) independente da execução orçamentária.

O resultado do confronto entre ingressos e desembolsos de cada grupo é somado resultando na Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa. Esta, por sua vez, deve ser igual a Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período, que é calculada pela diferença entre o saldo final e inicial da conta “Caixa e Equivalente de Caixa”.

TABELA 132  
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO FLUXO DE CAIXA

ESPECIFICAÇÃO	(R\$ 1,00) 2013
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	
Ingressos	32.544.472.042,70
Desembolsos	30.861.189.330,07
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.683.282.712,63
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	
Ingressos	671.809.675,92
Desembolsos	2.349.311.601,66
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.677.501.925,74
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
Ingressos	1.190.525.228,89
Desembolsos	527.673.309,92
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	662.851.918,97
<b>FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
Ingressos	4.944.249.727,47
Desembolsos	4.937.185.382,38
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.064.345,09
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>675.697.050,95</b>
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.699.921.322,74
Caixa e Equivalente de Caixa Final	3.375.618.373,69
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>675.697.050,95</b>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2013, o Estado apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, no valor de R\$ 675.697.050,95 (Tabela 132). Ressalta-se que as atividades das operações foram as que mais contribuíram para esta geração, auxiliando inclusive na absorção dos Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento, que apresentaram um resultado negativo, no valor de R\$ 1.677.501.925,74.

#### 4.4. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são entidades com personalidade jurídica de direito privado submetidas às regras da Lei no 6.404/76, com alterações das leis 11.638/07 e 11.941/09.

A estrutura administrativa do Estado do Ceará possui 2 (duas) Empresas Públicas, que são entidades administradas exclusivamente pelo Poder Público com a finalidade prevista em Lei e de propriedade única do Estado; e 10(dez) Sociedades de Economia Mista, onde há colaboração entre o Estado e particulares, ambos reunindo recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.



O Balanço Geral do Estado contém as Demonstrações Financeiras exigidas pelas leis aplicáveis às Empresas e Sociedades de Economia Mista. São elas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE); Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) - para as sociedades com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00 e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - para as sociedades de capital aberto.

Destacamos que algumas dessas entidades são classificadas como Empresas Estatais Dependentes de acordo com ao art. 2º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, apresentaram execução orçamentária, financeira e patrimonial.



## CAPITULO V

### 5. DA GESTÃO FISCAL

#### 5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão do Relatório de Gestão Fiscal - RGF ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos, o qual contém informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito, demonstrativos das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro do exercício de referência, às inscrições em restos a pagar e o demonstrativo simplificado do referido relatório, conforme demonstram os anexos a seguir:

##### 5.1.1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo das Despesas com Pessoal, Anexo I do RGF, visa transparecer a despesa com pessoal de cada um dos Poderes e a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. A LRF determina que no máximo 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado pode ser aplicada em Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados de gastos por Poder e Órgão.

TABELA 133

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (b)
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>6.473.024.399,30</b>	<b>28.587.014,95</b>
Pessoal Ativo	4.803.251.714,15	28.433.707,68
Pessoal Inativo	1.411.086.226,70	-
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	258.686.458,45	153.307,27
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>676.666.607,59</b>	<b>388.587,94</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	49.273.601,50	-
Despesas de Exercícios Anteriores	29.147.984,88	388.587,94
Inativos com Recursos Vinculados	598.245.021,21	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>5.796.357.791,71</b>	<b>28.198.427,01</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>5.824.556.218,72</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.379.882.290,14	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>43,53</b>	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	48,60	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,17%	46,17	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	43,74	

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 10/04/2014 09:50

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício;  
2. No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;  
3. Exclui "Pensionistas" conforme Resolução nº 2230/10-TCE.

A referida Lei fixa para o Poder Executivo o limite de 48,60% da Receita Corrente Líquida. As Despesas com Pessoal do Poder Executivo representam 43,53% da Receita Corrente Líquida, valar dentro dos limites estabelecidos.

## 5.1.2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida - DCL, Anexo II do RGF, demonstra a dívida pública composta pelas obrigações financeiras do Estado, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, acrescida dos restos a pagar processados do exercício, e de exercícios anteriores menos às disponibilidades e os haveres financeiros. Vale destacar que não estão computadas na dívida consolidada as dívidas contraídas pelas empresas estatais.

TABELA 134

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>5.745.082.357</b>	<b>5.942.460.679</b>	<b>6.281.703.815,71</b>	<b>6.980.854.715</b>
Dívida Mobiliária	0	0	0,00	0
Dívida Contratual	5.270.259.914	5.467.638.236	5.806.881.373,01	6.366.878.845
Interna	3.152.906.505	3.393.904.275	3.358.010.020,26	3.618.936.058
Externa	2.117.353.409	2.073.733.961	2.448.871.352,75	2.747.942.788
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)-Venc. e não pagos	474.822.443	474.822.443	474.822.442,70	613.975.870,14
Demais Dívidas	0	0	0	0
<b>DEDUÇÕES (II)¹</b>	<b>2.384.719.251</b>	<b>3.122.180.580</b>	<b>2.838.651.768</b>	<b>3.039.952.320</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.618.935.551	3.217.111.842	2.866.214.847	3.241.149.035
Demais Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	234.216.299	94.931.262	27.563.079	201.196.715
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>3.360.363.106</b>	<b>2.820.280.098</b>	<b>3.443.052.048</b>	<b>3.940.902.396</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>12.130.620.626</b>	<b>11.956.164.625</b>	<b>13.061.265.827</b>	<b>13.379.882.290</b>
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	47,36	49,70	48,09	52,17
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	27,70	23,59	26,36	29,45
<b>LÍMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>
<b>LÍMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>
<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>				
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)</b>	<b>5.270.259.914</b>	<b>5.467.638.235</b>	<b>5.806.881.373,01</b>	<b>6.366.878.845</b>
<b>DÍVIDA DE PPP (V)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>
<b>PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)</b>	<b>81.938.971</b>	<b>108.465.885</b>	<b>83.989.201,99</b>	<b>84.619.393</b>
De Tributos	0	0	0,00	0
De Contribuições Sociais	81.938.971	108.465.885	83.989.201,99	84.619.393
Previdenciárias	46.866.268	37.714.840	26.683.754,33	29.016.465
Demais Contribuições Sociais	35.072.703	70.751.045	57.305.447,66	55.602.929
Do FGTS	0	0	0,00	0
Com Instituição não financeira	0	0	0,00	0
<b>DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)</b>	<b>4.132.933.988</b>	<b>4.308.871.965</b>	<b>4.623.220.624,17</b>	<b>5.117.706.989</b>
Interna	2.025.881.937	2.261.329.388	2.260.027.254,48	2.531.588.599
Externa	2.107.052.051	2.047.542.577	2.363.193.369,69	2.586.118.389
<b>DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)</b>	<b>1.055.386.955</b>	<b>1.050.300.385</b>	<b>1.099.671.546,85</b>	<b>1.164.552.463</b>
União	1.045.085.597	1.024.109.001	1.013.993.563,79	1.002.728.065
Outras Dívidas	10.301.358	26.191.384	85.677.983,06	161.824.398
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0	0	0	0
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0	0	0	0
DEPÓSITOS	0	0	0	0
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	57.853.994	54.603.916	32.442.111	105.004.692
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA-ARO	0	0	0	0
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)</b>	<b>45.202.847.555</b>	<b>45.202.847.555</b>	<b>45.202.847.555</b>	<b>49.825.712.262</b>
Passivo Atuarial	45.202.847.555	45.202.847.555	45.202.847.555	49.825.712.262
Demais Dívidas	0	0	0	0
<b>DEDUÇÕES (X)¹</b>	<b>66.631.976</b>	<b>88.923.875</b>	<b>75.513.089</b>	<b>134.466.816</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	80.985.772	88.923.875	75.513.089	134.469.339
Investimentos	0	0	0	0
Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	14.353.796	0	0	2.523
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DIV. CONSOLID. LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>45.136.215.579</b>	<b>45.113.923.680</b>	<b>45.127.334.466</b>	<b>49.691.245.445</b>

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 01/04/2014 14:39  
 Nota 1: No saldo da Disponibilidade de Caixa estão incluídos os recursos das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Dependentes, e excluídos os recursos do SUPSEC e do FPP.  
 Nota 2: O Regime Previdenciário é composto pelo SUPSEC E FPP.

Quanto aos limites impostos, a Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, define para os Estados que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser superior a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida. No exercício de 2013 a Dívida Consolidada Líquida alcançou o montante de R\$ 3.940.902.396,00, o que representa um aumento nominal de R\$ 580.539.290,00, se comparado ao mesmo período do exercício de 2012. Vale ressaltar, que embora tenha ocorrido uma elevação sensível da DCL, o Governo do Estado do Ceará se mantém com um nível baixo de endividamento, pois o índice de endividamento representa apenas 29,45% da Receita Corrente Líquida.





### 5.1.3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo III do RGF, evidencia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo Governo do Estado do Ceará. A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, define o limite de comprometimento em 22% da Receita Corrente Líquida. No exercício de 2013, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R\$ 851.191.449,00, representando 6,36% da RCL. Vale destacar, que no mesmo período do exercício anterior, o total das garantias concedidas era de R\$ 850.047.773,00, equivalente a 7,01% da RCL.

TABELA 135

#### ANEXO III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

(R\$ 1,00)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
<b>EXTERNAS (I)</b>	<b>177.997.894</b>	<b>169.057.566</b>	<b>200.611.469,49</b>	<b>192.274.999</b>
Aval ou fiança em operações de crédito	177.997.894	169.057.566	200.611.469,49	192.274.999
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0,00	0
<b>INTERNAS (II)</b>	<b>672.049.878</b>	<b>667.691.319</b>	<b>663.240.647,98</b>	<b>658.916.450</b>
Aval ou fiança em operações de crédito	672.049.878	667.691.319	663.240.647,98	658.916.450
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0,00	0
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>850.047.773</b>	<b>836.748.885</b>	<b>863.852.117,47</b>	<b>851.191.449</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>12.130.620.626</b>	<b>11.956.164.625</b>	<b>13.061.265.827</b>	<b>13.379.882.290</b>
<b>% DO TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>7,01</b>	<b>7,00</b>	<b>6,61</b>	<b>6,36</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 43/01, DO SENADO FEDERAL: 22%</b>	<b>22,00</b>	<b>22,00</b>	<b>22,00</b>	<b>22,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art.59 da LRF)</b>	<b>19,80</b>	<b>19,80</b>	<b>19,80</b>	<b>19,80</b>
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
<b>EXTERNAS (V)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0	0	0	0
Outras Garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
<b>INTERNAS (VI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Aval ou fiança em operações de crédito	0	0	0	0
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS REC.(VII) = (V+VI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 01/04/2014 14:39

Nota: O Estado do Ceará não possui Contragarantias.

### 5.1.4 Demonstrativo das Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Créditos, Anexo IV do RGF, nos permite um acompanhamento dos recursos oriundos de empréstimos realizados pelo Estado. Cabe destacar que o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do projeto de lei orçamentária. As Operações de Crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos realizados, ou operações assemelhadas.

As Operações de Crédito totalizaram, no exercício de 2013, o montante de R\$ 1.190.525.228,89, o que representa 8,90% da RCL.

TABELA 136  
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") (R\$ 1,00)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>730.482.315,25</b>	<b>1.190.525.228,89</b>
<b>Mobiliária</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
<b>Contratual</b>	<b>730.482.315,25</b>	<b>1.190.525.228,89</b>
Interna	347.911.701,00	697.515.860,10
Abertura de Crédito	347.911.701,00	697.515.860,10
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Operações de Crédito	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Externa	382.570.614,25	493.009.368,79
Abertura de Crédito	382.570.614,25	493.009.368,79
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>31.329.623,13</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	31.329.623,13
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	31.329.623,13
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	31.329.623,13
Do FGTS	0	0
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0	0
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0	0
Amparadas pelo art 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0	0
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.379.882.290	-
OPERAÇÕES VEDADAS	0	0
Do Período de Referência (III)	0	0
De Períodos anteriores ao de Referência	0	0
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)</b>	<b>1.190.525.229</b>	<b>8,90</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.140.781.166	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 14,40%	1.926.703.054,08	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0	0
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	936.591.760	7,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV+IIa)</b>	<b>1.221.854.852</b>	<b>9,13</b>

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 01/04/2014 14:46

Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada.



## 5.1.5 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações. A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Dívida Consolidada Líquida; das Garantias e Contragarantias de Valores; das Operações de Crédito; e dos Restos a Pagar.

TABELA 137

### ANEXO VII - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

LRF, art. 48 - Anexo 7

(R\$ 1,00)

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - TDP	7.002.312.155	52,33
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	8.027.929.374	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	7.626.532.905	57,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	3.940.902.396	29,45
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.759.764.580	200,00
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas	851.191.449	6,36
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.943.574.104	22,00
<b>OPERACÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas	1.190.525.229	8,90
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	2.125.484.735	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita	936.591.760	7,00
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
Valor apurado nos Demonstrativos respectivos	625.431.652	2.604.461.495

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 02/04/2014 15:25 (Excluí Pensionistas)



Com o objetivo de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, sempre com a observância dos limites fixados pela Lei, o Governo do Estado se posiciona dentro dos gastos estipulados para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros.


A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Anexos da Gestão Fiscal - RGF foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

Ao final deste relatório, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2013, inseridos nos Anexos do Balanço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Merece destaque o fato de que a realização dessa peça contábil revelou intensa participação de todos os servidores das Contadorias Direta e Indireta - CECAD e CECAL, aos quais externamos os nossos agradecimentos pela dedicação, competência e comprometimento no desempenho de suas atividades.

Fortaleza, 03 de abril de 2014.

  
MARIA DOLORES PEREIRA  
Orientadora da CECAD  
CRC-CE 5.806/O-5

  
ROSA LIDUINA TEIXEIRA DIOGENES NOGUEIRA  
Orientadora da CECAL  
CRC-CE 7.569/O-8

## **CAPITULO VI**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As Coordenadorias do Tesouro Estadual e de Gestão Financeira, COTES e COGEF, respectivamente, no cumprimento de suas missões, elaboraram o relatório do Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2013, incluindo as análises orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das finanças estadual.

O Governo do Estado do Ceará, no exercício de 2013, alcançou superávits orçamentário, financeiro e patrimonial. Também, demonstrou superávit no resultado primário e déficit no resultado nominal. Isto evidencia uma gestão fiscal voltada para criar condições de manter organizada a máquina administrativa e atender às necessidades da sociedade cearense.

Uma análise da Gestão Fiscal do Governo Estadual, nos últimos exercícios, mostra um considerável desempenho nas diversas ações governamentais, além de cumprir os limites estipulados pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destaque-se ainda, o fortalecimento da estrutura econômica local onde foram tomadas medidas objetivas que possibilitaram maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos e solidez do ajuste fiscal, que propiciaram a recuperação da capacidade de investimentos do Estado do Ceará.

No conteúdo do Relatório desta prestação de contas procuramos mostrar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE na análise alusivas as Contas do Governo dos exercícios anteriores.

Cabe salientar que a contabilidade aplicada ao setor público é um instrumento à disposição do Governo que visa a atingir a consciência necessária para o exercício do controle social das contas públicas, de forma que o governo e a sociedade possam caminhar na direção de melhores resultados pela correta destinação de recursos, imprescindíveis ao desenvolvimento e à crescente melhoria da qualidade de vida da sociedade cearense.

Não podemos deixar de enfatizar o advento do novo mundo da Contabilidade Pública com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP que, a par da retomada do Patrimônio Público como o centro das atenções da ciência contábil, apresenta inovações que reforçam o cumprimento das determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na Lei Federal nº 4320/64. Neste contexto, o Estado do Ceará implementa, pioneiramente no país, um novo Sistema de Administração, especialmente, o módulo de Contabilidade que está incluso no Sistema de Gestão Governamental por Resultado - S2GPR.




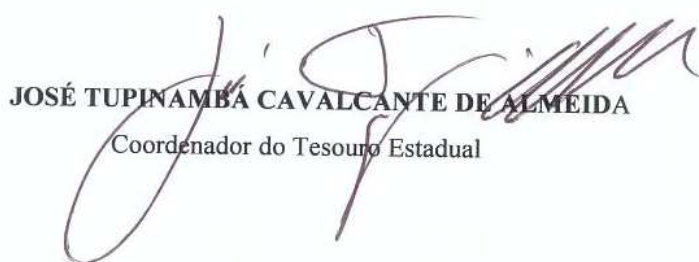
É importante observar a mobilização de toda a equipe técnica e de gestores para possibilitar a exposição das informações inerentes à situação econômico-financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com os princípios legais que regem a Contabilidade Pública, a fim de que Sociedade e Governo sejam parceiros na busca de melhores resultados.

Registramos aqui nossos agradecimentos aos gestores e à equipe técnica da SEFAZ, bem como aos diretores financeiros dos órgãos estaduais que com êxito, força e grandeza, concluíram este trabalho com sucesso, a fim de dar publicidade às informações nele contidas.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infra-estrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário.

Por fim, gostaríamos de externar a nossa imensa gratidão aos nossos digníssimos Secretários **JOÃO MARCOS MAIA** e **CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO** que nesta gestão deram total apoio e contribuição no cumprimento de nossos deveres ao concluir o Balanço Geral do Estado.

  
**LUÍZ JARBAS DE MESQUITA**  
Coordenador do Tesouro Estadual

  
**JOSÉ TUPINAMBÁ CAVALCANTE DE ALMEIDA**  
Coordenador do Tesouro Estadual

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO  
SOBRE AS CONTAS ANUAIS  
DE GOVERNO  
- Exercício de 2013 -**

**Fortaleza, abril de 2014**



**Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral**

João Alves de Melo

**Secretária Adjunta da Controladoria e Ouvidoria Geral**

Silvia Helena Correia Vidal

**Secretário Executivo**

Paulo Roberto de Carvalho Nunes

**Coordenador de Controle Interno Preventivo**

Antônio Marconi Lemos da Silva

**Orientadora da Célula de Acompanhamento da Gestão**

Adriana Oliveira Nogueira

**Auditora do Controle Interno**

Maria Ivanilza Fernandes de Castro

**Missão Institucional**

Zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense.





## **SUMÁRIO**

### **APRESENTAÇÃO, 211**

#### **Capítulo I**

##### **1. DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO, 213**

###### **1.1. Da Transparência e do Controle Social, 213**

###### **1.1.1. Do Portal da Transparência, 213**

###### **1.1.2. Da Educação Social, 215**

###### **1.1.3. Do Sistema Estadual de Acesso à Informação, 216**

###### **1.1.4. Da Ouvidoria, 218**

###### **1.2. Do Controle Interno Preventivo, 221**

###### **1.2.1. Da Nova Forma de Atuação do Controle Interno, 221**

###### **1.2.2. Do Novo Processo de Transferência de Recursos, 221**

###### **1.2.3. Da Folha de Pagamento, 222**

###### **1.2.4. Das Orientações Técnicas, 222**

###### **1.2.5. Das Outras Ações de Prevenção e Orientação, 223**

###### **1.3. Das Atividades de Auditoria Realizada pela CGE, 224**

#### **Capítulo II**

##### **2. DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, 226**

###### **2.1. Da Alocação de Recursos do PPA - 2012-2015, 226**

###### **2.2. Da Execução dos Principais Programas de Governo, 229**

###### **2.2.1. Dos Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, 229**

###### **2.2.2. Dos Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Orçamento, 230**

#### **Capítulo III**

##### **3. DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, 252**

###### **3.1. Do Resultado Orçamentário, 252**

###### **3.2. Das Receitas, 253**

###### **3.3. Das Despesas, 254**

###### **3.3.1. Das Despesas por Poder e Fonte, 255**

###### **3.3.2. Da Despesa por Função, 256**

###### **3.3.3. Da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas, 259**

###### **3.4. Da Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária, 261**

###### **3.4.1. Quociente do Resultado Orçamentário, 261**

###### **3.4.2. Quociente da Execução Orçamentária Corrente, 262**

###### **3.4.3. Quociente da Execução Orçamentária de Capital, 263**

#### **Capítulo IV**

##### **4. DA GESTÃO FISCAL, 265**

###### **4.1. Do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 265**

###### **4.2. Dos Gastos com Saúde, 266**

###### **4.3. Das Despesas com Educação, 269**

###### **4.3.1. Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, 269**



- 4.3.2. Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, 272
- 4.4. Das Despesas com Pessoal, 274
- 4.5. Da Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito e Garantias, 277
- 4.6. Das Receitas de Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital, 280
- 4.7. Da Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos, 281
- 4.8. Das Disponibilidades de Caixa, 282
- 4.9. Dos Resultados Nominal e Primário, 283
  - 4.9.1. Do Resultado Primário, 283
  - 4.9.2. Do Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida), 285
- 4.10. Dos Investimentos Destinados ao Interior do Estado, 286

**CONCLUSÃO, 289**



## APRESENTAÇÃO

A Constituição Estadual no seu art. 68 determina que “a *fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder*” (grifo nosso).

Dando efetividade a esse dispositivo constitucional, a Lei n.º 13.297, de 07.03.2003, criou a Secretaria da Controladoria do Estado do Ceará – SECON e o Decreto n.º 27.583, de 08.10.2004, aprovou o seu regulamento. A Lei n.º 13.875, de 07.02.2007, modificou o modelo de gestão do Poder Executivo, unindo as funções de Controladoria e Ouvidoria Geral, passando a denominar-se Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará – SECON. Em 02 de março de 2009, a Lei n.º 14.306 redefiniu as competências do órgão central de controle interno, criando a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE). Por sua vez os Decretos n.º 29.730, de 07 de maio de 2009, e 30.047, de 30 de dezembro de 2009, aprovaram a estrutura e regulamento da CGE, cuja nova missão é zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense. E ainda, a Lei n.º 15.360/2013, de 04 de junho de 2013, alterou os dispositivos da Lei no. 13.875/2007, que dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo.

O artigo 88 da Constituição Estadual prevê como competência privativa do Governador do Estado do Ceará “*prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior*”.

A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), n.º 12.509, de 06.12.95, no seu artigo 42, estabelece que as Contas do Governo consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no **Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo**, sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 3º do Art. 203 da Constituição do Estado, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.

Assim, em cumprimento às disposições legais, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado emite este Relatório sobre as Contas Anuais do Governo do Estado do Ceará referentes ao exercício financeiro de 2013, com análises e considerações norteadas nos mandamentos constitucionais e nas orientações contidas na Lei Complementar n.º 101/00, na Lei Federal n.º 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre o assunto.



O Relatório está estruturado em quatro capítulos, compreendendo:

- O primeiro capítulo apresenta a atuação do controle interno abordando suas Ações de Transparência e Controle Social, as Ações de Controle Interno Preventivo e as atividades Auditoria Interna realizadas pela CGE no exercício de 2013;
- O segundo capítulo trata da análise da Execução dos Programas de Governo buscando observar os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, Programas e suas Metas Prioritárias; e
- O terceiro capítulo traz informações sobre a execução orçamentária consolidada do Estado, envolvendo os órgãos da administração direta e indireta que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social;
- O quarto capítulo aborda aspectos sobre a Gestão Fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites constitucionais e legais por parte do Estado.

# **1. CAPÍTULO I**

## **1. DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as atividades realizadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE durante o exercício de 2013 com vistas ao cumprimento da sua missão institucional. Nesse sentido, a CGE assentou suas bases num conjunto de propostas de ações prioritárias e inovadoras, direcionadas à implantação do controle interno preventivo, de auditorias com foco em processos, programas de governo e áreas especializadas, bem como à consolidação da gestão democrática e participativa.

Para atender a forma de atuação da CGE e as modificações realizadas na legislação estadual como a Emenda Constitucional no. 75/2012, que visa fortalecer as atividades do controle interno, a edição da Lei Complementar no. 119/2012 e suas alterações que dispõe sobre regras para transferências de recursos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres, foi publicada a Lei nº15.360/2013, a qual alterou os dispositivos da Lei nº 13.875/2007.

A Lei nº15.360/2013 modificou a estrutura da CGE e criou 39 cargos de articuladores do controle interno preventivo, que poderão atuar de forma descentralizada nos órgãos e entidades estaduais, no monitoramento do processo de contratos, convênios e congêneres.

### **1.1. Das Ações de Transparência e Controle Social**

#### **1.1.1. Do Portal da Transparência**

Criado sob a égide da Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, o Portal da Transparência do Governo do Estado, mantido pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, constitui-se num importante instrumento para o estímulo ao controle social disponível à população por meio de sítio na internet no endereço eletrônico: *transparencia.ce.gov.br*.

Desde a sua criação, em 2008, o portal tem apresentado informações sobre a realização de receitas, execução de despesas, indicadores fiscais e dado destaque às informações sobre os contratos e convênios celebrados pelo Governo do Estado possibilitando ao cidadão o acompanhamento das ações públicas, contribuindo para a transparência da gestão e o combate à corrupção no Estado do Ceará.

Em consonância com as orientações legais o portal contempla planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, relatórios fiscais, gráficos demonstrativos do histórico dos indicadores fiscais, informações pormenorizadas das despesas, inclusive cada nota de empenho com a íntegra dos seus textos, dados das receitas, dados das licitações, Balanço Geral do Estado. Vale ressaltar ainda a inclusão de consulta de despesas extraorçamentárias, disponibilizada em setembro de 2013.

Com advento da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, um novo Portal da Transparência, com linguagem próxima do cidadão, apresenta novas facilidades de interação e agrega aos textos números, fotos, vídeos, gráficos e mapas.

Desde a sua criação o portal mantém, por meio do canal “fale conosco”, permanente comunicação com a sociedade, possibilitando o recebimento de sugestões, reclamações e críticas que permitem o aprimoramento do Portal, além de responder dúvidas quanto ao conteúdo do sítio. O portal mantém ainda uma pesquisa de satisfação no sítio objetivando uma melhor compreensão da percepção dos usuários frente ao serviço ofertado por esse canal.

Adicionalmente, a nova visão à transparência na gestão pública, inclui informações além do paradigma orçamentário, patrimonial, contábil e financeiro. A perspectiva é que o cidadão possa compreender de forma mais clara as políticas públicas desenvolvidas, assim como os resultados obtidos mediante a atuação do Estado.

Neste escopo, destacam-se, especialmente, três eixos de informações divulgados no Portal:

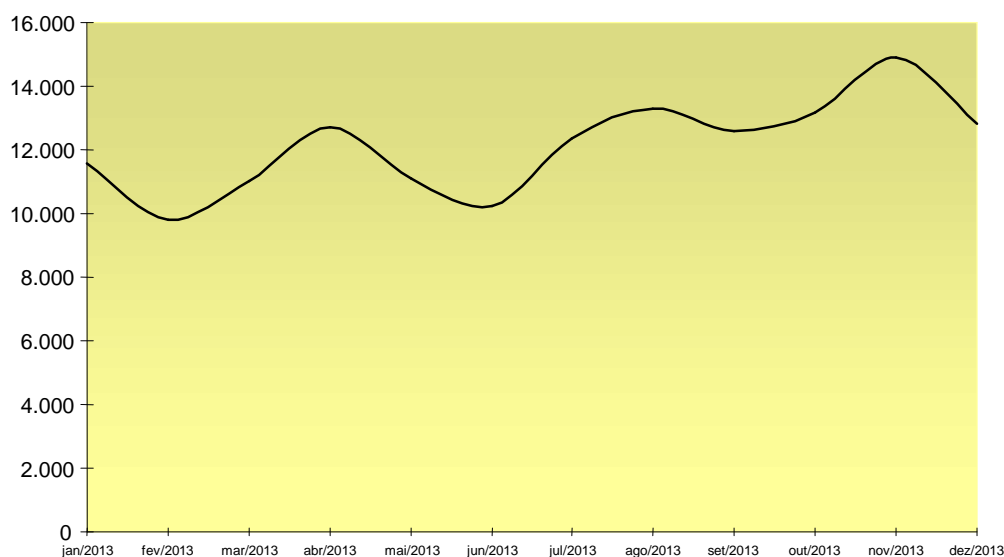
- **Modelo de Governança:** formas de participação de cidadãos, informações sobre funcionamento do Estado e como são tomadas as decisões no governo.
- **Prioridades de Governo:** informações sobre empreendimentos do estado, investimentos nos municípios, identificado por projetos, as políticas públicas desenvolvidas e os resultados alcançados, indicando metas e valores atingidos.
- **Oportunidades de Investimentos:** Informações socioeconômicas e vantagens competitivas para a atração de investimentos. Destaca-se ainda informações de avaliação de indicadores econômicos e mapas interativos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa do Ceará - IPECE, com informações de empregos, taxa de mortalidade, PIB, recursos hídricos e população por municípios.

De outra parte, a Lei Estadual n.º 15.175 de 28 de junho de 2012, que criou o Sistema Estadual de Acesso a Informação veio ratificar a importância do Portal da Transparência, quando o definiu como a principal ferramenta de transparência ativa, permitindo ao cidadão obter informações independentes de requerimentos.

Por fim, o Decreto Estadual n.º 30.939 de 10 de julho de 2012 regulamentou a operacionalização do Portal da Transparência, definindo regras, responsabilidades e periodicidade para disponibilização e atualização de informação no Portal da Transparência.

O gráfico a seguir mostra a evolução do número de acessos ao Portal da Transparência de janeiro a dezembro de 2013, totalizando 145.193 visitas, com uma média de 12.099 visitas por mês, representando um aumento de 42,79% em relação ao ano anterior.

GRÁFICO  
EVOLUÇÃO DO ACESSO AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



Fonte: Google Analytics

### 1.1.2. Da Educação Social

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), em parceria com a Secretaria da Educação (Seduc), iniciou no dia 24 de setembro de 2013, no Colégio do Liceu do Ceará, o projeto denominado “Educação Social”, buscando a melhoria do exercício da cidadania, e conscientizando a população para a prática do controle social das ações do Governo do Estado do Ceará.

O projeto de Educação Social tem como objetivo o fomento ao controle social por meio de palestras com distribuição da Cartilha "Caminhos da Cidadania". Nas palestras são abordados temas como: cidadania; controle social; ética; acesso à informação e o combate à corrupção. Os alunos recebem instruções sobre os órgãos de controle e como ter acesso às informações por meio do Portal da Transparência e pela Ouvidoria.

O público alvo inicial são alunos do ensino médio da rede pública estadual tendo em vista o grande potencial desses estudantes atuarem como multiplicadores do controle social frente aos seus familiares e amigos. O projeto de Educação Social tem caráter continuado e será ampliado para escolas da rede pública municipal, ensino superior associações e entidades de classe.

Atualmente contamos com uma equipe de colaboradores da Controladoria e Ouvidoria Geral e de Ouvidores Setoriais que compõem um grupo de 18 palestrantes contribuindo com suas experiências e proferindo as palestras do projeto.

No segundo semestre de 2013 foram ministradas 81 palestras, beneficiando 10.841 alunos na capital de Fortaleza e 500 alunos no município de Canindé com a interiorização do projeto. Em pesquisa realizada junto aos alunos contemplados com a palestra "Caminhos da Cidadania" o projeto de educação social obteve 92% de aprovação.



### **1.1.3. Do Sistema Estadual de Acesso à Informação**

Com o advento da Lei Federal nº. 12.527/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do §3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o Estado do Ceará editou a Lei nº. 15.175/2012, que define regras específicas para a implementação do disposto na Lei Federal.

Com os Comitês Setoriais de Acesso à Informação - CSAI formados e atuando nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, garantindo assim o acesso à informação de forma ativa ou passiva e ainda propondo ao Comitê Gestor de Acesso à Informação, a classificação de informações no seu âmbito de atuação.





Buscando o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Estadual de Acesso à Informação, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), em parceria com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP), realizou no mês de outubro de 2013 o curso sobre o Módulo Sistema de Informações ao Cidadão no Sistema de Ouvidoria (SOU).

O objetivo do curso foi qualificar os membros do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e os Ouvidores Setoriais, do Poder Executivo Estadual para utilização da ferramenta tecnológica criada para atender ao que preceitua a legislação de Acesso à Informação. No módulo de acesso à informação, que integra o SOU, é possível registrar, atender e tramitar as solicitações de informações.

O conteúdo ministrado para os 129 colaboradores distribuídos em 08 turmas foi composto de informações sobre a legislação referente ao Acesso à Informação, estudo de casos, exposição com base no manual do Módulo SIC no SOU contendo os procedimentos para utilização da ferramenta tecnológica especialmente desenvolvido para facilitar a operação do sistema.

O Módulo do Sistema de Informação ao Cidadão foi posto em funcionamento no dia 01 de novembro de 2013, atendendo a legislação prevista na Lei nº. 15.175, 28 de junho de 2012.

Durante o ano de 2013 o dado registrado como solicitação de informação no Sistema apresenta um total de 19.142, distribuídos pelos meios de entrada como: internet, telefone, presencial, disk acessibilidade, e-mail, facebook, carta e twitter.

**QUADRO COM NÚMEROS DE ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA  
POR MEIO DE ENTRADA - ANO 2013**

<b>Meio de Entrada</b>	<b>Solicitações de Informação</b>
Internet	8.657
Telefone	9.598
Presencial	64
Disk Acessibilidade	682
E-mail	124
Facebook	13
Carta	2
Twitter	2
Total	19.142

#### **1.1.4. Da Ouvidoria**

O Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo do Estado do Ceará é regulamentado pelo Decreto nº. 30.938 de 10 de julho de 2012, com a finalidade de assegurar o direito do cidadão à prestação de serviços de qualidade, ao acesso à informação e à ampliação do espaço de participação e controle social.

A Ouvidoria atua como canal de intermediação do processo de participação popular, possibilitando ao cidadão contribuir com a implementação das políticas públicas e a avaliação dos serviços prestados.

A Política de Ouvidoria do Estado do Ceará visa fomentar a participação da sociedade e o exercício do controle social, assegurando o direito à cidadania e à transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual, com atuação ética, equânime e isenta, por meio da escuta imparcial das partes envolvidas, preservando o direito de liberdade de expressão e julgamento do cidadão.

### **Rede de Ouvidorias**

A Rede de Ouvidorias é composta pelas Ouvidorias Setoriais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, a quem cabe atuar na apuração e resposta das manifestações apresentadas pelo cidadão.

Por meio da estrutura do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual, a Controladoria Geral do Estado e as Ouvidorias integrantes da Rede de Ouvidorias atuam na apuração e resposta das manifestações apresentadas pelos cidadãos, disponibilizando canais gratuitos de atendimento ao cidadão, utilizando recursos telefônicos, da rede mundial de computadores e presencial, de modo a viabilizar com celeridade a recepção e registro das manifestações apresentadas, bem como a padronização e sistematização dos prazos de respostas e procedimentos.

A Rede de Ouvidorias do Estado do Ceará é composta por 65 Ouvidorias Setoriais, distribuídas em cada órgão/entidade do Governo do Estado, contando ainda com uma rede interna regulamentada da Secretaria de Saúde-SESA com 42 ouvidorias, nas unidades assistenciais de saúde, nas coordenadorias regionais de saúde (integrantes da estrutura organizacional da Sesa), nas unidades assistenciais de saúde qualificadas como organização social e nas unidades assistenciais de saúde dos consórcios públicos.

### **Sistema Informatizado de Ouvidoria**

Instituído pelo Decreto nº. 30.474/2011, o Sistema de Ouvidoria - SOU é uma ferramenta informatizada desenvolvida para otimizar o atendimento das manifestações dos cidadãos encaminhadas à Ouvidoria, compreendendo o registro, o tratamento e o retorno ao cidadão. Com a utilização da ferramenta é possível dar encaminhamento imediato a manifestação à ouvidoria do órgão competente, facilidade no cadastro dos dados, recurso de inclusão de anexos na manifestação, acompanhar todo o andamento da manifestação inclusive complementando-a quando necessária, além de outras funcionalidades.

No SOU também é contemplado o Módulo do Sistema de Informação ao Cidadão, para o registro e atendimento das solicitações de informação, com recursos e procedimentos em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.

## **Canais de Atendimento**

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE, por meio da Coordenadoria de Fomento ao Controle Social - CFOCS disponibiliza canais gratuitos de atendimento ao cidadão para o exercício do controle social e fomento das políticas públicas, com a utilização de recursos telefônicos (Telefone 155), da rede mundial de computadores ([www.ouvidoria.ce.gov.br](http://www.ouvidoria.ce.gov.br), E-mail e Redes Sociais) e presencial, de modo a viabilizar com celeridade a recepção e registro das manifestações apresentadas, tais como sugestões, elogios, reclamações, críticas, denúncias, solicitações de serviços e informações pertinentes ao Poder Executivo Estadual, o cidadão pode exercer seu papel e contribuir para o controle social e o fomento das políticas públicas.

## **Central de Atendimento Telefônico 155**

A Central de Atendimento da Ouvidoria, criada em janeiro de 2008, é situada na cidade de Canindé, sendo um dos principais canais receptores e porta de entrada das demandas de Ouvidoria de todo o Estado por meio do telefone 155, e vem permitindo a universalização dos serviços prestados pela Ouvidoria do Estado do Ceará.

**QUADRO COM ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA POR CANAL  
DE ACESSO (Meio de Entrada) DO ANO 2013**

<b>Meio de Entrada</b>	<b>Manifestações</b>	<b>Solicitações de Informação</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Internet	18.169	8.657	26.826	50,6%
Telefone	14.077	9.598	23.675	44,7%
Presencial	928	64	992	1,87%
Disk Acessibilidade	201	682	883	1,66%
E-mail	243	124	367	0,69%
Facebook	128	13	141	0,2%
Carta	37	2	39	0,07%
Twitter	8	2	10	0,01%
Total	33.791	19.142	52.933	100%

Os canais mais utilizados pelos cidadãos no ano de 2013 para o registro de Manifestações e Solicitações de Informação foram a Internet e Telefone, que corresponderam a 50,6% e 44,7% respectivamente.



Quanto ao retorno das respostas das Manifestações e das Solicitações de Informação, os meios mais utilizados foram a Internet 42,8% , E-mail 28,4% e Celular 22,4%.

Ao selecionar como preferência de resposta a internet, o cidadão verifica a sua resposta diretamente pelo Sistema de Ouvidoria-SOU, utilizando protocolo e senha. Quando selecionado a opção de resposta por e-mail, com a conclusão da manifestação, a resposta é enviada automaticamente ao e-mail cadastrado. Nas preferências de resposta por celular ou telefone fixo a Central de Atendimento Telefônico da Ouvidoria Geral entra em contato com o cidadão para efetivação do retorno e repasse da resposta.

**QUADRO COM OS TIPOS DE MANIFESTAÇÕES DE  
OUVIDORIA DO ANO DE 2013**

<b>Tipo de Manifestação</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Percentual</b>
Solicitação de Informação	19.142	36,1%
Reclamação	18.267	34,5%
Denúncia	6.634	12,5%
Solicitação de Serviço	5.821	10,9%
Crítica	1.120	2,1%
Sugestão	1.019	1,9%
Elogio	930	1,7%
Total	52.933	100%

No ano de 2013, houve um aumento de 17% no registro das manifestações comparado com o ano anterior, das quais, as Solicitações de Informação e Reclamações corresponderam a 36,16% e 34,5% dos registros respectivamente.

No ano de 2013, a Pesquisa de Satisfação dos Usuários da Ouvidoria foi respondida por 3.637 usuários, o que correspondeu a 6,87% dos registros no Sistema de Ouvidoria - SOU. A pesquisa foi aplicada por meio do SOU pela Internet, E-mail e pelo Telefone 155 da Central de Atendimento Telefônico da Ouvidoria Geral do Estado.

O Índice de Satisfação dos Usuários da Ouvidoria atingiu o percentual de 83%, com a avaliação quanto a presteza do atendimento da Ouvidoria, quanto a qualidade da resposta nos graus, excelente, bom e ótimo e ainda se recomendariam a Ouvidoria para outras pessoas.



QUADROS COM ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA  
OUVIDORIA  
(Pesquisa de Satisfação)

Perguntas	Conceitos	Percentual de Avaliação	
Avaliação Quanto à Presteza do Atendimento da Ouvidoria	Excelente, Ótimo e Bom	85%	
Avaliação Quanto a Qualidade da Informação Repassada	Excelente, Ótimo e Bom	77%	
Recomendaria a Ouvidoria para Outras Pessoas	Sim	87%	
Índice de Satisfação (Média)	Excelente, Ótimo, Bom e Que Recomendariam a Ouvidoria para outras pessoas	83%	
Avaliação		Total de Usuários	Percentual
Usuários que avaliaram os serviços da Ouvidoria como Excelente, Ótimo, Bom e Que Recomendariam a Ouvidoria para outras pessoas.		3.009	83%
Usuários que avaliaram os serviços da Ouvidoria como Regular, Insuficiente e Que Não Recomendariam para outras pessoas.		628	17%

## 1.2. Das Ações de Orientação e Prevenção

### 1.2.1. Da Nova Forma de Atuação do Controle Interno

Em continuidade ao processo de consolidação do Controle Interno como ferramenta de gestão, com atuação de modo preventivo em substituição ao modelo tradicional de atuação a posteriori, no ano de 2013, deu-se continuidade à implantação do projeto de Controle Interno Preventivo, o qual se constitui numa técnica de controle que consiste no mapeamento, modelagem, validação, implantação e monitoramento de processos críticos, com foco na gestão de riscos, de modo a otimizar os níveis de eficiência e eficácia das ações governamentais.

### 1.2.2. Do Novo Processo de Transferência de Recursos Financeiros por Meio de Convênios e Instrumentos Congêneres

O escopo inicial de implantação do Controle Interno Preventivo compreendeu o mapeamento, a modelagem e a validação dos macroprocessos de Contratos e de Convênios e Congêneres, com a identificação dos riscos e a definição dos pontos de controle correspondentes.

Após a conclusão da modelagem e validação do macroprocesso de Transferências de Recursos Financeiros por Meio de Convênios e Instrumentos Congêneres e da edição da Lei Complementar Estadual nº 119/2012, que dará suporte a sua implementação, trabalhou-se na sua regulamentação. Assim, foi editado o Decreto nº 31.406 de 29 de janeiro de 2014, que regulamenta as etapas de Divulgação de Programas, Cadastramento dos Parceiros, Seleção ou Aprovação de Planos de Trabalho e Celebração. Concomitante à elaboração dessa regulamentação trabalhou-se também na construção da ferramenta informatizada que dará suporte ao processo, com destaque para a implementação do Cadastro Geral de Parceiros, a partir de Janeiro de 2014. No decorrer do ano corrente, será concluída a regulamentação da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 no que respeita as etapas de Execução, Acompanhamento, Fiscalização e Prestação de Contas, bem como a conclusão da ferramenta tecnológica.

Referida ferramenta permitirá a realização de todo o processo de maneira informatizada permitindo e controlando a ação de todos os atores em suas respectivas funções, inclusive quanto ao acompanhamento e fiscalização.

### **1.2.3. Da Folha de Pagamento**

Utilizando a metodologia do Controle Interno Preventivo, foi instituído Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver estudos de redesenho do processo de Gestão da Folha de Pagamento (GTFOLHA), para realizar o mapeamento, validação, implantação e monitoramento do processo, com foco em riscos.

O GTFOLHA conta com a participação de representantes da CGE/CE, da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Secretaria da Fazenda (SEFAZ), tendo realizado em 2013 o planejamento do projeto, o mapeamento e a análise do processo atual.

### **1.2.4. Das Orientações Técnicas**

A CGE/CE possui competência para prestar orientação técnica e normativa aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual em matérias relacionadas ao controle interno, tendo respondido às consultas técnicas oriundas dos órgãos e entidades do Poder Executivo, nos termos do art.15-A, inciso XI e §7º da Lei Estadual nº13.875, de 07/02/2007 e suas alterações. Em 2013, foram elaboradas 28 (vinte e oito) Orientações Técnicas, conforme o quadro abaixo:

**QUADRO COM A RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO  
E A QUANTIDADES DE SOLICITAÇÕES**

<b>Órgão/Entidade</b>	<b>Quantidade</b>
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará	01
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará	01
Casa Civil	01
Secretaria das Cidades	05
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente	02
Escola de Saúde Pública	01
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	02
Fundação Universidade Estadual do Ceará	01
Gabinete do Governador	02
Instituto de Desenvolvimento das Cidades do Ceará	01
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	01
Secretaria da Cultura	05
Secretaria da Infraestrutura	01
Secretaria do Esporte	03
Secretaria da Pesca e Aquicultura	01
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>

### **1.2.5. Das Outras Ações de Prevenção e Orientação**

A CGE/CE, órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, buscando zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos, tem atuado preventivamente, para mitigar os riscos que possam afetar negativamente o alcance dos objetivos do Governo.

#### **Eventos Institucionais**

Com este foco, foram realizados em 2013 três edições do Fórum Permanente de Controle Interno, para os gestores dos órgãos e entidades do poder executivo estadual, ocasião em que foram apresentados temas e ferramentas atinentes à implantação do novo processo de transferência de recursos por meio de convênios, instrumentos congêneres, além do planejamento participativo da CGE/CE para 2014.

Além disso, foi realizado o VII Encontro Estadual de Controle Interno que abordou o tema Sistemas de Informações, Auditoria Contínua e Controle Interno, contando com palestrantes ministradas por técnicos da Controladoria Geral da União (CGU).

Segue a lista dos eventos (FÓRUM, ENCONTRO E PALESTRA) realizados em 2013 com seus respectivos assuntos abordados e datas:

**- Fórum Permanente de Controle Interno**

XXIX EDIÇÃO 24/04/2013

Regulamentação da Nova Legislação de Convênios e Congêneres

XXX EDIÇÃO 29/08/2013

Implantação do novo processo de transferência de recursos por meio de convênios, instrumentos congêneres e contratos de gestão

XXXI EDIÇÃO 05/11/2013

Planejamento Participativo 2014

**- Encontro Estadual de Controle Interno**

VII ENCONTRO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - 29/11/2013

Tema: Sistemas de Informações, Auditoria Contínua e Controle Interno

**- Palestras**

"Novas Ferramentas de Combate à Corrupção", com o secretário executivo da Controladoria Geral da União (CGU), Carlos Higino Ribeiro de Alencar.

"A auditoria contínua – conceitos e práticas", com o coordenador-geral de Técnicas, Procedimentos e Qualidade da CGU, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da Costa.

### **1.3. Das Atividades de Auditoria Realizadas pela CGE**

As atividades de auditoria realizadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna (CAINT), nos órgãos e entidades estaduais, estiveram categorizadas nas modalidades de regularidade, preventiva, de desempenho e especiais.

Nessas modalidades, programou-se para o exercício de 2013 a realização de 141 atividades de auditoria, sendo 90 relativas a contas de gestão, 45 à instrução de processos de Tomada de Contas Especial, quatro especiais e duas de desempenho.

Ao final do exercício, computou-se 183 atividades concluídas, sendo 89 de contas de gestão, 89 de instrução de processos de Tomada de Contas Especial e cinco especiais, ressaltando que as duas atividades de desempenho tiveram suas atividades de campo concluídas ainda em 2013.





Dessa forma, mesmo não considerando as duas atividades de auditoria de desempenho, que estão sendo concluídas neste primeiro quadrimestre de 2014, a Coordenadoria de Auditoria Interna superou a meta para 2013 em aproximadamente 30%.

Diante do exposto, segue indicada no Quadro a seguir uma síntese das atividades da CAINT em 2013.

**QUADRO - SÍNTESE DAS ATIVIDADES DA CAINT EM 2013**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>PREVISTO</b>	<b>REALIZADO</b>
Auditoria de Contas de Gestão	90	89
Auditoria Especial	4	5
Auditoria de Desempenho	2	0
Instrução de Tomada de Conta Especial	45	89
<b>TOTAL</b>	141	183

## CAPÍTULO II

### 2. DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

A finalidade deste capítulo é proceder a uma análise dos principais programas de governo incluídos no orçamento anual de 2013, observados os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, principais Programas e suas Metas Prioritárias.

Procedeu-se ainda, uma análise mais detalhada dos recursos do FECOP aplicados em funções voltadas a atender os Direitos Fundamentais Sociais (Assistência Social, Desporto e Lazer, Educação, Habitação, Saúde, Segurança e Trabalho) e das políticas governamentais de Combate à Seca.

#### 2.1. Alocação de Recursos do PPA – 2012 - 2015

O Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, estabelecido pela Lei nº 15.109, de 02 de janeiro de 2012, apoia-se em três grandes orientações estratégicas, representadas por três Eixos:

- **Sociedade Justa e Solidária;**
- **Economia para uma Vida Melhor; e**
- **Governo Participativo, Ético e Competente.**

O PPA em comento contém cinco anexos por meio dos quais se pode observar as destinações dos recursos:

- ✓ Anexo I - Demonstrativo de Áreas Temáticas e Programa de Governo;
- ✓ Anexo II - Demonstrativo Consolidado dos Programas por Eixo e Área Temática;
- ✓ Anexo III - Demonstrativo Consolidado dos Programas por Macrorregião.

A Lei nº 15.266, de 28 de dezembro de 2012, dispôs sobre a revisão do Plano Plurianual 2012-2015 para inserir os anexos:

- ✓ Anexo IV - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos do PPA;
- ✓ Anexo V - Demonstrativo de Iniciativas Valoradas por Programa.

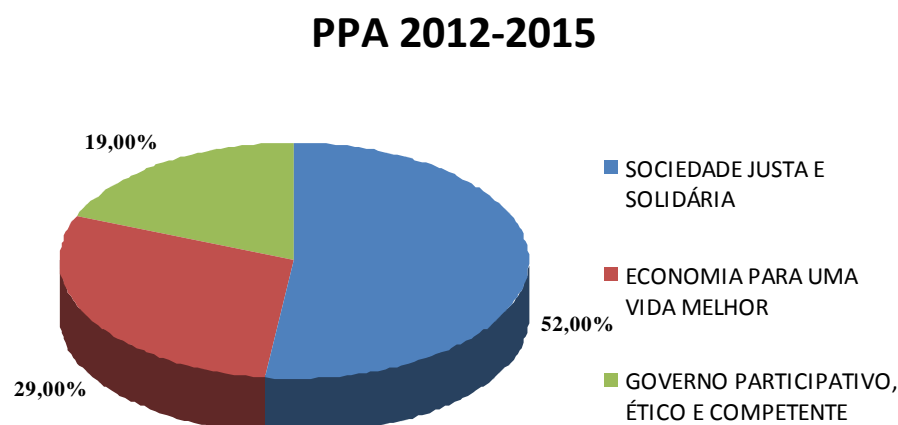
E ainda, sobre alteração no § 5º, do art. 10, que incluiu os Resultados e Indicadores da Área Temática.



A metodologia do PPA 2012-2015 foi modificada procurando adotar a utilizada pelo Governo Federal. Com isso, os recursos estão organizados por Eixo de políticas de Governo, Área Temática e por três tipos de programas. Os três tipos de programas são os Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção e Programas de Serviços ao Estado, conforme sua finalidade. Os Programas Temáticos devem orientar a ação governamental da respectiva área temática. Os Programas de Gestão e Manutenção devem resultar em bens ou serviços de manutenção e ampliação de atividades tipicamente administrativas. E ainda, os Programas de Serviços ao Estado representam os programas finalísticos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e alguns programas do Poder Executivo. No nível dos programas estão previstas as metas prioritárias para cada ano da execução orçamentária.

A previsão dos recursos aplicados no PPA 2012-2015 está distribuída por Eixo, conforme o gráfico a seguir:

GRÁFICO COM O PERCENTUAL DE RECURSOS A SER GASTO  
POR EIXOS NO PERÍODO DO PPA 2012-2015



Fonte: PPA (2012-2015)\SEPLAG

O Eixo que recebeu um maior volume de recursos foi Sociedade Justa e Solidária (52%) que tem como objetivo a promoção e sustentabilidade de uma sociedade a ser alcançada através do desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania dos cearenses. Esse Eixo conta com 09 Áreas Temáticas, 27 Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção para cada Secretaria (SEDUC, CEE, SECITECE, SESA, STDS, SECULT, SESPORTE, SSPDS, SEJUS, DRGE) e respectivas vinculadas e ainda dois Programas de Serviços ao Estado executados pelo Conselho Estadual de Educação.



Logo depois, vem o Eixo Economia para uma Vida Melhor com 29% dos recursos do PPA 2012-2015, o qual tem como objetivo incrementar o crescimento econômico, ancorado no avanço industrial, promoção do turismo sustentável, modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. Esse Eixo é desenvolvido por meio de 09 Áreas Temáticas, 22 Programas Temáticos e Programas de Gestão e Manutenção para Secretarias de Estado e suas respectivas vinculadas (CEDE, SDA, SPA, SRH, SEINFRA, SETUR, SCIDADES, CONPAM e SECOPA).

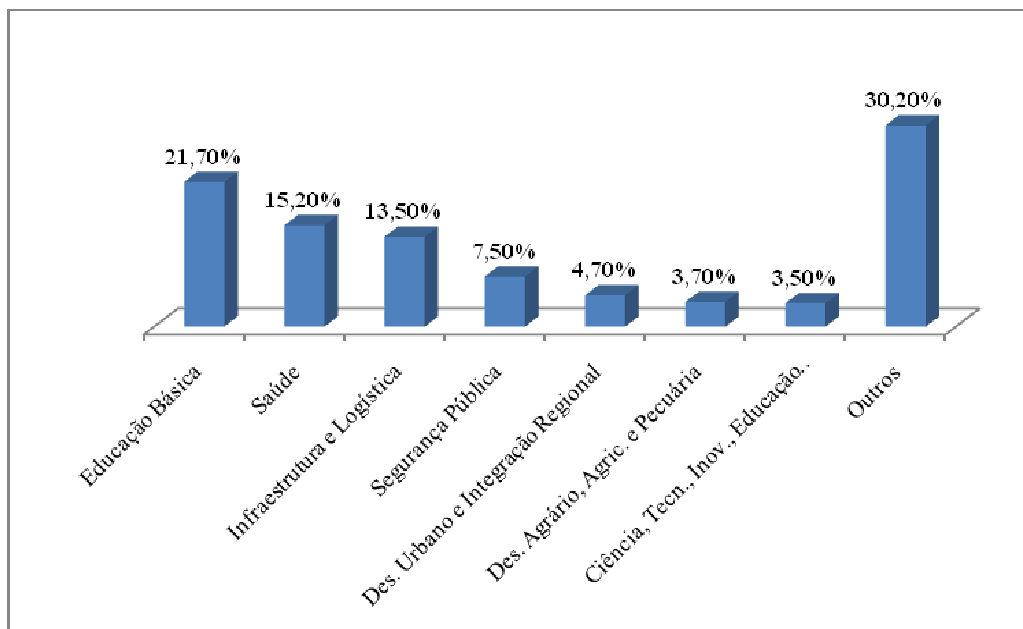
Por último, o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente com 19% dos recursos do PPA 2012-2015 tem como objetivo conferir ao Estado um padrão de eficiência na prestação de serviços à sociedade e à gestão da máquina administrativa estadual. Os recursos do Eixo são distribuídos em 05 Áreas Temáticas e 22 Programas Temáticos e Programas de Gestão e Manutenção para as Secretarias (SEPLAG, SEFAZ, CGE, GABGOV, GABVICE, CASA CIVIL, PGE e CGD).

Quanto a alocação dos recursos no PPA 2012-2015 por tipo de programa, coube uma parcela de 58%, para os Programas Temáticos, de 39% para os Programas de Gestão e Manutenção e de 3% para os Programas de Serviços.

A seguir será apresentado um gráfico que destaca o percentual previsto a ser aplicado nas principais áreas temáticas que estão inseridas em cada Eixo de políticas do Governo.



GRÁFICO COM PERCENTUAL A SER APLICADO PELAS  
PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS NO PERÍODO DO PPA 2012-2015



Fonte: PPA (2012-2015)\SEPLAG

## 2.2. Da Execução dos Principais Programas de Governo

Neste item será analisada a execução dos principais programas de Governo organizada por Eixo, por Área Temática, por Programas e suas Metas Prioritárias.

### 2.2.1. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015

Inicialmente será comparada a execução dos recursos distribuídos por Eixo com relação a previsão de aplicação apresentada no PPA 2012-2015 (excluindo os Encargos Gerais do Estado), conforme quadro a seguir:



QUADRO COMPARATIVO POR EIXO ENTRE A PREVISÃO DO  
PPA 2012-2015 E OS RECURSOS EMPENHADOS EM 2012 E 2013

R\$ 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	VALOR DO ORÇAMENTO DO PPA DE 2012-2015	(%)	VALOR DOS RECURSOS EMPENHADOS EM 2012 E 2013	(%)
EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	31.356.653.166,49	48,90%	12.893.630.290,51	48,36%
EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	16.975.773.219,07	26,47%	4.566.429.173,63	17,13%
EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE (*)	15.794.047.811,23	24,63%	9.200.410.033,09	34,51%
<b>TOTAL</b>	<b>64.126.474.196,79</b>	<b>100,00%</b>	<b>26.660.469.497,23</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIOF/SEPLAG

(\*) Valores excluindo os Encargos Gerais.

Analisando o quadro acima, pode-se verificar que o perfil de execução dos orçamentos de 2012 e 2013 por Eixo apresenta uma variação em relação às proporções previstas inicialmente no PPA 2012-2015. No Eixo de Sociedade Justa e Solidária, que contempla o maior volume de recursos, a execução se apresenta próxima do previsto. Já no Eixo Economia para uma Vida Melhor que tem uma previsão de 26,47% do total, foi aplicado até o momento 17,13%, ou seja, 9,44% menor que o previsto. Já o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente tem uma previsão de 24,63% e foram aplicados até 2013, 34,51% do total, ou seja, 9,88% maior que o previsto.

Observa-se assim, que na execução dos dois primeiros anos de vigência do PPA 2012-2015, o Eixo de maior volume de recursos manteve na execução dos recursos a mesma proporção prevista no planejamento, ao tempo em que houve maior participação do Eixo Governo Participativo, Ético e Competente em detrimento ao Eixo Economia para uma Vida Melhor.

### **2.2.2. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Orçamento de 2013**

Em 2013 os recursos orçamentários (Lei + Crédito) disponíveis totalizavam um montante de R\$ 22.218.206.885,20, que foram distribuídos: R\$ 18.555.863.209,39 mil para os Eixos de políticas de Governo, propriamente ditos, representando, 83,52% do total de recursos. Do restante, R\$ 3.662.343.675,81 destinou-se a cobrir os Encargos Gerais, representando, 16,48%.

Na rubrica Encargos Gerais do Estado, foram executados 97,64% dos recursos orçados, ou seja, R\$ 3.575.779.156,04, que foram distribuídos conforme quadro a seguir:



**QUADRO COM A DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS  
DO ESTADO NO ANO DE 2013**

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO	PERCENTUAL EXECUTADO
<b>ENCARGOS GERAIS DO ESTADO</b>	<b>3.662.343.675,81</b>	<b>3.575.779.156,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>97,64%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	52.000.000,00	47.763.639,93	1,34%	91,85%
Juros e Encargos da Dívida	252.498.016,40	246.462.782,68	6,89%	97,61%
Outras Despesas Correntes	2.564.877.615,84	2.511.563.666,64	70,24%	97,92%
Investimentos	5.625.632,23	1.762.500,00	0,05%	31,33%
Inversões Financeiras	250.025.480,30	240.587.832,51	6,73%	96,23%
Amortização da Dívida	537.316.931,04	527.638.734,28	14,76%	98,20%

FONTE: SIOF/SEPLAG

Sob os Encargos Gerais do Estado, foram executados no grupo Outras Despesas Correntes, recursos no montante de R\$ 2.511.563.666,64, participando de 70,24% dos recursos aplicados e atingindo uma execução de 97,92% em relação ao valor previsto no orçamento. O grupo Outras Despesas Correntes tem como principal elemento de despesa a Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas que corresponde 94,08% de seu total. Esse elemento de despesa teve 87,93% de seus recursos comprometidos com Distribuição de ICMS aos Municípios, 11,33% com Distribuição de IPVA aos Municípios, 0,02% com CIDE - Cota Parte dos Municípios, 0,40% com Transferências da Indenização de Extração de Petróleo e por fim, 0,31% com Transferência do IPI Exportação.

Analisando a aplicação dos recursos dos Eixos que representam as políticas de Governo verificou-se que dos R\$ 18.555.863.209,39 (Lei + Crédito) foram empenhados 75,60% dos recursos disponíveis, ou seja, R\$ 14.028.838.357,89.

No quadro a seguir foi efetuada uma comparação da distribuição dos recursos aplicados por Eixo em relação a distribuição prevista no orçamento e percebeu-se que o Eixo Sociedade Justa e Solidária aplicou 48,75%, do total dos recursos executados em 2013, o Eixo Economia para uma Vida Melhor empenhou 16,99% dos recursos orçados e por último o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentou um empenho de 34,25%. O Eixo Sociedade Justa e Solidária e o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentaram percentual de execução acima de 85%, contudo, o Eixo Economia para uma Vida Melhor, como uma execução de 45,14%, ficou bem aquém em relação aos demais eixos.



QUADRO COM O COMPARATIVO POR EIXO ENTRE OS  
RECURSOS LEI + CRÉDITO E EMPENHADO PARA O  
EXERCÍCIO DE 2013

R\$ 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2013			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	7.897.351.089,44	6.839.670.680,41	86,61%	48,75%
EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	5.281.307.430,16	2.384.171.205,63	45,14%	16,99%
EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	5.377.204.689,79	4.804.996.471,85	89,36%	34,25%
TOTAL	18.555.863.209,39	14.028.838.357,89	75,60%	100,00%

FONTE: SIOF/SEPLAG

A seguir será feita uma análise da execução de cada Eixo com suas Áreas Temáticas específicas, seus principais Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção e Programas de Serviços ao Estado e as Metas Prioritárias dos principais programas.

## EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

O quadro a seguir mostra que o Eixo Sociedade Justa e Solidária tinha recursos disponíveis no montante de R\$ 7.897.351.089,44 (Lei + Crédito), tendo sido executados 86,61% do total autorizado. As Áreas Temáticas que apresentam maior volume de recursos é a Educação com 30,93%, a Saúde com 33,06% e Segurança Pública com 19,79%, as demais áreas apresentam um volume de recursos inferior a 10%.

Dentre as Áreas Temáticas que apresentaram um maior nível de execução orçamentária pode-se destacar a Educação 91,49%, Saúde com 84,18%, Segurança Pública com 94,24%, Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional com 80,63%, Desenvolvimento Social e Trabalho com 83,86% e Acesso a Justiça com 95,32%. A Área Temática que apresentou a execução orçamentária menor foi Esporte e Lazer que demonstrou uma aplicação de recursos de 48,22%.

Dentre as Áreas Temáticas que receberam mais recursos pode-se destacar na Educação o programa Organização e Gestão da Educação Básica com recursos empenhados no valor de R\$ 463.709.131,07, com um percentual de execução de 87,65% e o programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional com recursos executados na ordem de R\$ 243.306.517,56, com execução de 81,94%, o programa Aprendizagem das Crianças na Idade Certa o valor empenhado de R\$ 63.543.403,42, com execução de 65,04%. Todos os programas elencados atingiram suas metas prioritárias, conforme quadro com o DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES EM 2013, mostrado adiante.





Na Área Temática de Saúde pode-se destacar o programa Atenção à Saúde Integral e de Qualidade que utilizou recursos no montante de R\$ 1.462.116.772,39, com execução de 80,68%. Analisando suas metas prioritárias verifica-se que quase todas foram atingidas em 100%, conforme se pode verificar quadro com o DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES EM 2013 mostrado adiante.

Na Área Temática de Segurança Pública, no programa Segurança Pública Integrada foi empenhado o valor de R\$ 209.410.984,43, com um percentual de execução de 80,01%. Na análise de suas 7 metas prioritárias verificou-se que, na sua maioria, foram atingidas parcialmente. As que demonstraram menor nível de execução foram as de: aumentar em 4.000 o número de policiais militares, onde foi acrescido apenas 1.977, ou seja, cerca de 50%, aperfeiçoar e nivelar 4.000 policiais militares, dos quais atingiu-se os mesmos 1.977, e ainda, adquirir 20 viaturas de combate a incêndio, quando foram compradas 5 viaturas. Esses dados são apresentados no quadro com o DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES EM 2013 mostrado adiante.

Na Área Temática de Desenvolvimento Social e Trabalho podemos destacar o programa Assistência Social que executou recursos na ordem de R\$ 65.786.802,75, com um percentual de execução de 79,47%. Analisando as suas metas verifica-se que foram quase 100% cumpridas e pode-se destacar a capacitação de profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO cuja meta em 2013 era de 1.771 e foram capacitadas 4.933. A meta que demonstrou menor efetividade foi a de atender 50.934 pessoas vítimas de violência nos CREAS municipais e regionais, onde foram atendidas 44.697, ou seja, 88%. Outro programa que merece destaque é Trabalho, Emprego e Renda que executou recursos no montante de R\$ 52.347.348,99 e seu percentual empenhado foi de 83,75%. Das metas prioritárias desse programa pode-se distinguir a qualificação e requalificação de 4.878 para 2013, tendo sido atingido 5.509, e a previsão de realização de 3.500 operações de microcrédito em 2013, quando foram registradas 9.241 operações, ambas, superando as metas previstas.



QUADRO CONTENDO A EXECUÇÃO DO EIXO SOCIEDADE  
JUSTA E SOLIDÁRIA COM SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E SEUS  
PRINCIPAIS PROGRAMAS

R\$ 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2013			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
<b>EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA</b>	<b>7.897.351.089,44</b>	<b>6.839.670.680,41</b>	<b>86,61%</b>	<b>100,00%</b>
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	<b>2.312.139.823,89</b>	<b>2.115.290.919,46</b>	<b>91,49%</b>	<b>30,93%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEDUC	1.382.451.117,21	1.338.896.886,47	96,85%	19,58%
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	529.028.246,65	463.709.131,07	87,65%	6,78%
ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	296.948.710,74	243.306.517,56	81,94%	3,56%
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	97.704.171,00	63.543.403,42	65,04%	0,93%
OUTROS PROGRAMAS	6.007.578,29	5.834.980,94	97,13%	0,09%
<b>SAÚDE</b>	<b>2.686.144.728,21</b>	<b>2.261.163.881,56</b>	<b>84,18%</b>	<b>33,06%</b>
ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	1.812.246.759,75	1.462.116.772,39	80,68%	21,38%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADAS	671.953.934,78	631.519.667,14	93,98%	9,23%
OUTROS PROGRAMAS	201.944.033,68	167.527.442,03	82,96%	2,45%
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>1.436.060.914,66</b>	<b>1.353.277.500,31</b>	<b>94,24%</b>	<b>19,79%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SSPDS E VINCULADAS	1.074.506.382,73	1.058.731.942,12	98,53%	15,48%
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	261.738.861,27	209.410.984,43	80,01%	3,06%
OUTROS PROGRAMAS	99.815.670,66	85.134.573,76	85,29%	1,24%
<b>CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL</b>	<b>590.502.895,40</b>	<b>476.108.226,94</b>	<b>80,63%</b>	<b>6,96%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECITECE E VINCULADAS	289.813.855,45	280.537.383,90	96,80%	4,10%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	141.153.287,21	100.563.688,78	71,24%	1,47%
OUTROS PROGRAMAS	159.535.752,74	95.007.154,26	59,55%	1,39%
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO</b>	<b>209.483.080,06</b>	<b>175.675.574,31</b>	<b>83,86%</b>	<b>2,57%</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL	82.779.977,44	65.786.802,75	79,47%	0,96%
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	62.500.998,41	52.347.348,99	83,75%	0,77%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA STDS	61.631.841,90	55.391.983,88	89,88%	0,81%
OUTROS PROGRAMAS	2.570.262,31	2.149.438,69	83,63%	0,03%
<b>ESPORTE E LAZER</b>	<b>184.444.072,94</b>	<b>88.933.403,94</b>	<b>48,22%</b>	<b>1,30%</b>
INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER	151.933.341,95	70.503.801,55	46,40%	1,03%
ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	25.752.301,65	12.599.839,31	48,93%	0,18%
OUTROS PROGRAMAS	6.758.429,34	5.829.763,08	86,26%	0,09%
<b>CULTURA</b>	<b>91.308.798,39</b>	<b>63.895.943,12</b>	<b>69,98%</b>	<b>0,93%</b>
INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ	69.310.234,29	51.942.745,15	74,94%	0,76%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECULT	9.541.721,82	8.711.013,14	91,29%	0,13%
OUTROS PROGRAMAS	12.456.842,28	3.242.184,83	26,03%	0,05%
<b>JUSTIÇA E CIDADANIA</b>	<b>296.344.228,61</b>	<b>218.659.274,42</b>	<b>73,79%</b>	<b>3,20%</b>
INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA	205.776.508,58	136.908.822,84	66,53%	2,00%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEJUS	79.494.966,37	75.556.679,56	95,05%	1,10%
PROTEÇÃO E CIDADANIA	11.072.753,66	6.193.772,02	55,94%	0,09%
<b>ACESSO À JUSTIÇA</b>	<b>90.922.547,28</b>	<b>86.665.956,35</b>	<b>95,32%</b>	<b>1,27%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DPGE E VINCULADA	89.527.567,28	86.333.997,42	96,43%	1,26%
PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA	1.394.980,00	331.958,93	23,80%	0,00%

Fonte: SIOF/SEPLAG



Nos quadros a seguir são apresentadas as informações sobre as Áreas Temáticas e principais programas do Eixo Sociedade Justa e Solidária, evidenciando suas realizações conforme as metas prioritárias estabelecidas para o exercício de 2013.

**QUADROS COM O DETALHAMENTO DAS METAS E  
REALIZAÇÕES DE 2013 DO EIXO SOCIEDADE JUSTA E  
SOLIDÁRIA DAS SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E PRINCIPAIS  
PROGRAMAS**

<b>ÁREA TEMÁTICA - EDUCAÇÃO BÁSICA</b>			
<b>METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015</b>	<b>PROGRAMADO 2013</b>	<b>REALIZADO 2013</b>	<b>REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013</b>
<b>PROGRAMA 014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>			
Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP	5.035	5.665	10.700
Garantir a 100% dos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional formação técnica, pedagógica e qualificação profissional articulado aos setores produtivos	38.313	40.464	73.203
<b>PROGRAMA 072 - APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA</b>			
Alfabetizar a cada ano, no nível desejado, 237.082 alunos, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	88.306	88.306	325.388
Ampliar as ações do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental.	427.533	458.385	885.918
<b>PROGRAMA 073 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA</b>			
Premiar, anualmente, 100% dos alunos do ensino médio da rede estadual que obtiverem o nível adequado nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.	100%	100%	100%
Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	100%	100%	100%
Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	100%	100%	100%
Realizar, anualmente, 2 avaliações censitórias dos alunos da educação básica através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE.	100%	100%	100%
Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino. (*)	143.895	146.700	146.700
Realizar, anualmente, o Censo escolar da educação no Ceará. (*)	1	1	1

(\*) Essa meta não foi apresentada em 2012.

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - SEGURANÇA PÚBLICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 015 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA</b>			
Adquirir 2 helicópteros	3	3	3
Oferecer formação inicial a 4.000 profissionais de segurança pública aprovados em concurso público, seguindo as diretrizes da Matriz Curricular Nacional.	1.649	1.508	1.508
Oferecer cursos de formação continuada para 8.000 profissionais de segurança pública do Estado do Ceará.	11.639	7.954	19.592
Construir 6 núcleos regionais de perícia forense.	1	1	1
Aumentar em 4.000 o número de policiais militares.	4.000	1.977	1.977
Aperfeiçoar e nivelar 4.000 policiais militares nas áreas de defesa pessoal, técnica policial militar, abordagem e tiro defensivo.	4.000	1.977	1.977
Adquirir 20 viaturas de combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar	20	5	5

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

ÁREA TEMÁTICA - CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 070 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b>			
Apoiar e realizar 73 eventos para difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional.	19	19	37
Assistir 1.104 micro e pequenas e médias empresas nos diversos segmentos da atividade econômica através do Projeto de Extensão.	398	213	521
Aumentar em 40% a oferta de cursos de formação específica na área de TI (UTD).	630	1.759	2.409
Aumentar em 40% o número de micro e pequenas empresas apoiadas com fomento à pesquisa científica e inovação tecnológica no Estado do Ceará.	80	113	225

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - SAÚDE			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 037 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE</b>			
Garantir o abastecimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência Farmacêutica Básico e Secundário aos 184 municípios.	80%	100%	100%
Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. (1) (*)	184	184	184
Monitorar 34 hospitais-polo, nove hospitais estratégicos e 64 hospitais de pequeno porte, para garantir de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária. (*)	112	107	107
Estruturar três redes temáticas: rede Cegonha, Urgência e Emergência e Psicossocial em 22 regiões. (*)	57	57	57
Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas. (*)	184	184	184
Ampliar a Rede de Atenção Psicossocial para as 22 regiões de Saúde do Estado do Ceará.	22	22	30
Implantar 10 Centros de especialidades Odontológicas.	10	9	14
Garantir a implementação de sete serviços de saúde do trabalhador e a implantação de 04 novos serviços especializados. (*)	2	2	2

(\*) Essa meta não foi apresentada em 2012.

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 049 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA</b>			
Inserir 320.000 trabalhadores no mercado de trabalho.	72.268	85.336	165.634
Realizar 48 pesquisas de emprego e desemprego	12	12	24
Habilitar 720.000 trabalhadores ao benefício de Seguro-desemprego.	122.360	202.004	385.355
Qualificar e requalificar 26.272 trabalhadores.	4.878	5.509	12.230
Qualificar 1.800 jovens em atividades empreendedoras. (*)	450	415	415
Qualificar 7.195 artesãos.	7.195	7.850	14.922
Apoiar 340 entidades artesanais e grupos produtivos.	85	290	404
Cadastrar 20.102 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos.	5.500	4.450	8.600
Realizar 9.000 operações de microcrédito.	3.500	9.241	10.241
Capacitar 10.000 microempreendedores.	5.800	5.800	10.380
<b>PROGRAMA 050 - ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
Prestar Assessoramento Técnico aos 184 Municípios.	100	102	286
Capacitar 7.380 profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO.	1.771	4.933	5.834
Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF nos 184 municípios, através dos CRAS.	148	148	251
Atender 156.550 famílias por meio do PAIF e do Estação Família.	41.014	41.000	41.000
Ampliar para 104 o número de CREAS com o serviço de atendimento das medidas em meio aberto.	45	45	88
Atender 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais.	50.934	44.697	44.697
Qualificar 5.242 adolescentes, jovens e agentes públicos.	1.233	1.233	1.233
Atender 100 adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas.	25	90	90
Acolher e proteger socialmente 8.606 pessoas em situação de risco.	2.152	2.382	2.382
Qualificar 800 jovens com cursos profissionalizantes.	800	831	831
Atender 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros - PROARES.	14.930	10.540	21.005
Atender 17.000 famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social - PROARES.	9.500	6.500	6.500

(\*) Essa meta não foi apresentada e 2012.

Fonte: Mensagem à Assembléi Legislativa 2013 e 2014



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - CULTURA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 007 - INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ</b>			
Realizar a Conferência Estadual de Cultura em Fortaleza	1	1	1
Realizar e apoiar 32 ações culturais regionais	8	8	16
Realizar e apoiar quarenta eventos do calendário cultural do Estado	10	10	18
Apoiar os cem novos pontos selecionados no II Edital Pontos de Cultura do Estado do Ceará	100	51	100
Lançar 32 editais de incentivo às artes do Estado do Ceará, previstos pela Lei 13.811 do Sistema de Incentivo Estadual da Cultura - SIEC (oito ao ano para todo Estado).	8	6	6
Conceder 04 Prêmios Alberto Nepomuceno, de música, e 04 Prêmios Chico Albuquerque, de fotografia, para todo o Estado, por meio de seleção pública.	2	-	2
Apoiar 300 projetos de demandas espontâneas nos diversos segmentos culturais.	84	55	109

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

ÁREA TEMÁTICA - ESPORTE E LAZER			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 071 - ESPORTE, EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER</b>			
Implantar e monitorar 500 núcleos em todo Estado.	466	466	932
Atender 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	46.600	48.388	94.988
Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	2.000	1.767	2.067
Capacitar 4.000 educadores esportivos	1.000	-	958
<b>PROGRAMA 093 - INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER</b>			
Construir, reformar e modernizar equipamentos esportivos em municípios com população acima de 50 mil habitantes.	10	4	4
Construir e manter 5 Vilas Olímpicas	5	5	5

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

ÁREA TEMÁTICA - JUSTIÇA E CIDADANIA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 077 - INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA</b>			
Criar 43 novas unidades no Sistema Prisional	13	3	5
Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas do ensino fundamental, médio e superior.	2.125	2.497	2.497
Qualificar profissionalmente 5.200 presos e egressos	1.527	957	957
Apoiar 4.000 presos e egressos a empregabilidade	833	492	492

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

## **EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR**

O quadro a seguir demonstra que o Eixo Economia para uma Vida Melhor apresentou uma execução orçamentária de 45,14%. As Áreas Temáticas que demonstraram uma execução acima da média do Eixo foi Copa 2014 com 98,49%, Desenvolvimento Econômico com 78,09%, Meio Ambiente com 64,88%, Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária com 52,22% e Infraestrutura e Logística com 52,01%. As demais Áreas Temáticas do Eixo tiveram uma execução menor que 50% e a área que teve a menor execução foi a Aquicultura e Pesca com apenas 16,63%.

A Área Temática COPA 2014 tem como principal programa Promoção e Realização da Copa 2014 que apresentou uma execução orçamentária de 98,57%, porém sua participação nos recursos totais é de apenas 8,89%. Estando suas metas prioritárias atingidas.

Na Área Temática de Infraestrutura e Logística tinha recursos autorizados no valor de R\$ 2.253.290.734,08 e foi executado o montante de R\$ 1.171.855.046,39, representando 52,01% do total de recursos e sua participação no total de recursos empenhado é de 49,15%. Essa área tem como principal programa Transporte e Logística do Estado do Ceará, para onde foi destinado um maior volume de recursos, cerca de R\$ 1.963.650.789,36 e foi aplicado o montante de R\$ 948.301.338,56, representando 48,29% do valor autorizado. Apesar da baixa execução orçamentária o quadro da metas prioritárias demonstra que boa parte delas foram cumpridas. Desse modo, pode-se inferir que pode ter ocorrido um mal dimensionamento desses recursos ou das metas previstas.

Na Área Temática de Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária foram aplicados recursos no valor de R\$ 397.699.072,44, ou seja, 52,22% do previsto. Pode-se destacar o programa de Desenvolvimento Agropecuário que empenhou recursos de R\$ 143.024.794,68, ou seja, executou 51,49% do valor previsto. Com isso, acarretou dificuldades no desempenho de algumas metas, conforme quadro das metas prioritárias apresentadas a seguir. Dentre essas metas, pode-se destacar o atendimento de 240.635 agricultores familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícola e de 30.082 agricultores familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica para a produção irrigada. Outro programa importante é o do Enfrentamento à Pobreza Rural para onde foram destinados R\$ 337.438.718,24, contudo executado o montante de R\$ 129.566.643,36, ou seja, 38,40%. Esse programa também foi prejudicado pela baixa execução orçamentária em algumas de suas metas prioritárias. Contudo, algumas metas foram executadas acima do previsto como podemos destacar a implantação de cisternas para o consumo humano, de 20.360 previstas para 2013, foram implantadas 31.302. E ainda, o benefício de 124.704 pessoas com distribuição de alimentos ficando bem acima do previsto que foi de 23.940.





Na Área Temática de Recursos Hídricos foi autorizado o montante de R\$ 533.786.249,36, porém o valor empenhado foi de apenas R\$ 149.705.656,76, ou seja, 28,05%. Seu programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água que tinha disponível o montante de R\$ 469.823.143,36 empenhou apenas R\$ 117.832.277,43, ou seja, 25,08%. Essa baixa execução orçamentária acabou prejudicando a performance de suas metas, conforme demonstrado no quadro adiante.

A Área Temática de Aquicultura e Pesca apresentou a execução orçamentária mais baixa, onde foram destinados recursos no montante de R\$ 29.147.799,89 e a execução foi de apenas R\$ 4.846.681,14. Sua participação no total dos recursos de eixo é ínfima, ou seja, abaixo de 1,00%.



QUADRO COM A EXECUÇÃO DO EIXO ECONOMIA PARA  
UMA VIDA MELHOR COM SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E  
PRINCIPAIS PROGRAMAS

R\$ 1,00

	ANO 2013			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
<b>EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR</b>	<b>5.281.307.430,16</b>	<b>2.384.171.205,63</b>	<b>45,14%</b>	<b>100,00%</b>
<b>INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA</b>	<b>2.253.290.734,08</b>	<b>1.171.855.046,39</b>	<b>52,01%</b>	<b>49,15%</b>
TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	1.963.650.789,36	948.301.338,56	48,29%	39,77%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEINFRA E VINCULADAS	188.059.946,90	164.697.289,39	87,58%	6,91%
OUTROS PROGRAMAS	101.579.997,82	58.856.418,44	57,94%	2,47%
<b>DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA</b>	<b>761.518.438,07</b>	<b>397.699.072,44</b>	<b>52,22%</b>	<b>16,68%</b>
ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	337.438.718,24	129.566.643,36	38,40%	5,43%
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	277.767.267,10	143.024.794,68	51,49%	6,00%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SDA E VINCULADAS	121.115.196,69	117.578.719,38	97,08%	4,93%
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	25.197.256,04	7.528.915,02	29,88%	0,32%
<b>AQUICULTURA E PESCA</b>	<b>29.147.799,89</b>	<b>4.846.681,14</b>	<b>16,63%</b>	<b>0,20%</b>
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	26.126.218,17	2.065.005,77	7,90%	0,09%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SPA	3.021.581,72	2.781.675,37	92,06%	0,12%
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>533.786.249,36</b>	<b>149.705.656,76</b>	<b>28,05%</b>	<b>6,28%</b>
TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	469.823.143,36	117.832.277,43	25,08%	4,94%
ACUMULAÇÃO HÍDRICA	45.153.354,16	18.808.142,92	41,65%	0,79%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SRH E VINCULADAS	15.559.520,40	12.701.638,51	81,63%	0,53%
GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3.250.231,44	363.597,90	11,19%	0,02%
<b>TURISMO</b>	<b>344.435.494,79</b>	<b>147.401.436,38</b>	<b>42,80%</b>	<b>6,18%</b>
CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO "CEARÁ"	339.249.228,79	143.048.854,15	42,17%	6,00%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SETUR	5.186.266,00	4.352.582,23	83,93%	0,18%
<b>DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL</b>	<b>962.946.486,51</b>	<b>168.298.902,43</b>	<b>17,48%</b>	<b>7,06%</b>
HABITACIONAL	327.665.142,12	38.767.004,81	11,83%	1,63%
SANEAMENTO AMBIENTAL	256.211.417,35	22.008.282,41	8,59%	0,92%
DESENVOLVIMENTO URBANO	240.201.131,08	84.053.247,72	34,99%	3,53%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	127.025.668,25	13.820.964,94	10,88%	0,58%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SCIDADES E VINCULADAS	10.873.494,20	8.908.519,04	81,93%	0,37%
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES	969.633,51	740.883,51	76,41%	0,03%
<b>MEIO AMBIENTE</b>	<b>72.431.177,14</b>	<b>46.995.022,22</b>	<b>64,88%</b>	<b>1,97%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CONPAM E VINCULADA	41.943.881,21	34.611.940,04	82,52%	1,45%
GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS	25.144.160,33	10.962.441,60	43,60%	0,46%
OUTROS PROGRAMAS	5.343.135,60	1.420.640,58	26,59%	0,06%
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	<b>105.332.496,47</b>	<b>82.256.501,87</b>	<b>78,09%</b>	<b>3,45%</b>
INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO	95.801.956,47	76.512.441,69	79,87%	3,21%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CEDE E VINCULADAS	9.530.540,00	5.744.060,18	60,27%	0,24%
<b>COPA 2014</b>	<b>218.418.553,85</b>	<b>215.112.886,00</b>	<b>98,49%</b>	<b>9,02%</b>
PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014	215.104.361,85	212.026.273,56	98,57%	8,89%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECOPA	3.314.192,00	3.086.612,44	93,13%	0,13%

Fonte: SIOF/SEPLAG



Nos quadros a seguir são apresentadas as informações sobre as Áreas Temáticas e principais programas do Eixo Economia para uma Vida Melhor, evidenciando suas realizações conforme as metas prioritárias estabelecidas para o exercício de 2013.

**QUADROS COM O DETALHAMENTO DAS METAS E  
REALIZAÇÕES DE 2013 DO EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA  
MELHOR SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E PRINCIPAIS  
PROGRAMAS**

<b>ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>			
<b>METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015</b>	<b>PROGRAMADO 2013</b>	<b>REALIZADO 2013</b>	<b>REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013</b>
<b>PROGRAMA 078 - INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO</b>			
Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte	24	32	63
Implantar a Zona de Processamento de Exportação - ZPE do Pecém	1	1	1
Disponibilizar 341,0 hectares para implantação de empreendimentos industriais	341	11,2	163
Instalar cinco novas câmaras setoriais	1	2	2

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

<b>ÁREA TEMÁTICA - AQUICULTURA E PESCA</b>			
<b>METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015</b>	<b>PROGRAMADO 2013</b>	<b>REALIZADO 2013</b>	<b>REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013</b>
<b>PROGRAMA 036 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA</b>			
Distribuir 29.000.000 alevinos em 1.200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	7.000.000	1.309.000	1.309.000
Beneficiar 5.500 pescadores artesanais continentais.	1.200	1.463	7.963
Realizar 192 operações de fiscalização de atividade de pesca e da aquicultura.	48	575	805
Capacitar 4.915 pescadores artesanais (sendo 600 para atuar na pesca em águas profundas e oceânicas).	1.437	425	425
Prestar assistência técnica a 9.569 pescadores e aquicultores.	2.085	979	1.320

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - TURISMO			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 075 - CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO DO "CEARÁ"</b>			
Duplicar 203 quilômetros de estrada.	35	19,80	29,47
Implantar 02 aeroportos turísticos.	1	-	1
Realizar 1.200 eventos de negócios.	180	148	344
Capacitar 15.000 pessoas.	2.100	2.800	4.027
Participar de 200 eventos.	30	19	19
Recepcionar público visitante de 3,3 milhões nos equipamentos turísticos.	2	2	5

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2013 e 2014



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 028 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO</b>			
Beneficiar 130.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas.	130.000	108.015	233.825
Apoiar a implantação de 130.881 há de oleaginosas	14.794	10.727	42.762
Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra	300.000	303.887	543.869
Comercializar 2.456.000 t de produtos hortigranjeiros	614.000	584.115	1.156.115
Vacinar 90% dos rebanhos bovinos e bubalinos contra febre aftosa	90%	94%	94%
Fiscalizar 384.000 trânsitos de animais e vegetais	96.000	61.616	159.549
Atender a 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas.	239.057	240.635	437.361
Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica para a produção irrigada.	24.192	30.082	58.358
Capacitar 55.364 agricultores(as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos.	38.755	15.562	28.802
Implantar 7.200 quintais produtivos, mantidos por cisternas de enxurradas e barragens subterrâneas.	6.286	1.767	1.767
<b>PROGRAMA 029- ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL</b>			
Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição do leite	100.000	61.589	141.828
Beneficiar 8.268 agricultores(as) familiares com aquisição de sua produção.	1.837	2.025	3.570
Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.	23.940	124.704	246.856
Implantar 320 Casas Digitais.	80	20	86
Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa nacional do crédito Fundiário - PNCF.	662	220	518
Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais.	20.360	31.302	48.215
Implantar 1.543 sisternas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais.	12	34	84
Construir 12.000 kits sanitários.	380	64	151
Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar (Plano Brasil Sem Miséria).	16.400	16.200	16.200
Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária.	127.484	106.622	106.622

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - RECURSOS HÍDRICOS			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 039 - TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA</b>			
Construir 407 km de adutoras.	407,00	214,89	367,14
Concluir 13,0 km de Eixos de Integração.	1	1	13,20
Instalar 780 pequenas sisternas de abastecimento d'água em todo Estado do Ceará.	158	46	174
Revitalizar 600 pequenas sisternas de abastecimento d'água em todo o Estado do Ceará.	182	7	272
Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará.	220	340	575
<b>PROGRAMA 040 - ACUMULAÇÃO HÍDRICA</b>			
Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m <sup>3</sup> .	3	3	7

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

ÁREA TEMÁTICA - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 003 - TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ</b>			
Atender 506.000 usuários/dia útil, ao final de 2015, na RMF.	26.000	23.000	53.000
Atender 5.000 usuários/dia útil, ao final de 2015, na frota do Estado do Ceará.	2.000	1.500	2.550
Cadastrar 1.284.800 novos veículos, até 2015, na frota do Estado do Ceará.	260.000	194.170	404.759
Habilitar 424.340 novos condutores de veículos automotores até 2015, no Estado do Ceará.	110.000	129.384	246.272
Renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de 790.650 condutores de veículos automotores, até 2015, no Estado do Ceará.	220.000	247.810	459.793
Sinalizar 3.460 km de vias pavimentadas nas rodovias estaduais do Ceará.	995	1.968	3.076
Promover 2.400 eventos educativos de trânsito (cursos, palestras e seminários).	620	600	1.082
Transportar 9.452 t/dia de carga de graneis líquidos.	2.285	4.925	6.329
Transportar 115.024 t/dia de carga de graneis sólidos.	30.410	8.985	12.321
Transportar 3.726 TEUS/dia (contêineres por dia).	858	5.028	5.453
Conservar 11.323,34 km de rodovias.	100%	100%	100%
Pavimentar (Implantar) 602,58 km de rodovias.	159	91	298,76
Ampliar/reformar 08 aeroportos regionais aeródromos.	2	2	4
Manter 13 aeroportos regionais/aeródromos.	85%	85%	85%

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 031 - DESENVOLVIMENTO URBANO</b>			
Urbanizar o trecho I - margem esquerda do Projeto Rio Maranguapinho.	100%	100%	100%
Executar 635 intervenções urbanas.	150	133	277
<b>PROGRAMA 032 - SANEAMENTO AMBIENTAL</b>			
Executar 51.848 ligações domiciliares de água.	12.470	53.372	123.298
Executar 163.199 ligações domiciliares de esgoto.	79.476	33.923	75.223
<b>PROGRAMA 033 - HABITACIONAL</b>			
Beneficiar 10.000 famílias com unidades habitacionais (CDHIS)(*).	4.000	3.140	6.311
Beneficiar 10.000 famílias com melhorias (reformas) habitacionais.	575	150	400
Beneficiar 10.000 famílias com fogões sustentáveis.	7.000	600	2.235
<b>PROGRAMA 034 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>			
Beneficiar 100 municípios com projetos de melhoria da gestão.	30	114	114
Beneficiar 100 municípios com instrumentos de planejamento urbano. (**)	100	46	46

(\*) Não se incluem as unidades do projeto especial Rio Maranguapinho.

(\*\*) Apesar de não haver programação em 2013 para esta meta, houve apresentação de resultados pelo IDECI

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

## EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

O Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentou o maior percentual de execução orçamentária em relação aos outros Eixos, atingindo 89,36%, conforme apresentado no quadro adiante. A boa execução é beneficiada por uma característica desse Eixo que tem nas suas Áreas Temáticas o Programa de Gestão e Manutenção das unidades administrativas que corresponde a quase totalidade dos recursos.

Neste Eixo pode-se destacar a Área Temática de Planejamento e Gestão que foi contemplada com 50,15% dos recursos orçados e apresentou uma execução orçamentária de 87,96%. O seu principal programa é Gestão da Previdência Estadual que empenhou R\$ 2.188.548.251,22 e tem como meta prioritária agilizar a concessão das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais e a gestão eficaz dos recursos.



Na Área Temática Governo e Sociedade foram executados recursos no montante de R\$ 376.854.188,79, correspondendo a 7,84% do total dos recursos aplicados nesse eixo. A execução de seus programas é coordenada pelo GABGOV, em conjunto com a Secretaria de Educação - SEDUC, Secretaria da Cultura - SECULT, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, Secretaria dos Esportes - SESPORTE e a Secretaria de Segurança e Defesa Social - SSPDS. Possui programas voltados para a juventude, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, promoção da igualdade racial, proteção e promoção dos direitos humanos e a prevenção integral ao uso de drogas e à dependência química. Dentre os diversos programas dessa área temática, destaca-se o programa Promoção da Juventude que executou recursos no montante de R\$ 55.368.968,25 e atendeu jovens na faixa de quinze a vinte e nove anos. As metas prioritárias desse programa foram atendidas em sua maioria, como podemos destacar a oferta 6.000 vagas, em 67 municípios de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, meta 100% concluída. E ainda, a meta de inserir em 2013, 7.500 jovens no mercado de trabalho e que atingiu quantitativo de 10.804 jovens. A seguir será apresentado um quadro com as principais metas detalhadas.





**QUADRO COM OS RECURSOS DO EIXO GOVERNO  
PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE DO ANO 2013**

R\$ 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2013			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
<b>EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE</b>	<b>5.377.204.689,79</b>	<b>4.804.996.471,85</b>	<b>89,36%</b>	<b>100,00%</b>
<b>PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>	<b>2.739.551.685,21</b>	<b>2.409.829.480,60</b>	<b>87,96%</b>	<b>50,15%</b>
GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL	2.319.904.677,10	2.188.548.251,22	94,34%	45,55%
COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL	181.554.333,54	2.664.646,83	1,47%	0,06%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEPLAG E VINCULADAS	113.711.732,70	107.256.595,51	94,32%	2,23%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	92.925.248,76	90.704.675,88	97,61%	1,89%
OUTROS PROGRAMAS	31.455.693,11	20.655.311,16	65,66%	0,43%
<b>GESTÃO FISCAL</b>	<b>581.404.004,69</b>	<b>537.520.099,79</b>	<b>92,45%</b>	<b>11,19%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEFAZ E VINCULADA	512.403.079,03	508.981.486,61	99,33%	10,59%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	39.473.549,51	3.189.068,55	8,08%	0,07%
OUTROS PROGRAMAS	29.527.376,15	25.349.544,63	85,85%	0,53%
<b>CONTROLADORIA E OUVIDORIA</b>	<b>9.904.323,55</b>	<b>8.891.386,39</b>	<b>89,77%</b>	<b>0,19%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGE	7.982.118,26	7.704.031,06	96,52%	0,16%
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	1.402.365,29	1.116.439,85	79,61%	0,02%
CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL	519.840,00	70.915,48	13,64%	0,00%
<b>CORREIÇÃO E DISCIPLINA</b>	<b>9.494.126,00</b>	<b>8.433.715,99</b>	<b>88,83%</b>	<b>0,18%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGD	8.747.071,00	8.135.102,70	93,00%	0,17%
CONTROLE DISCIPLINAR DA SEGURANÇA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	747.055,00	298.613,29	39,97%	0,01%
<b>GOVERNO E SOCIEDADE</b>	<b>443.871.422,22</b>	<b>376.854.188,79</b>	<b>84,90%</b>	<b>7,84%</b>
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	154.286.877,27	147.002.322,55	95,28%	3,06%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS ÓRGÃOS	128.381.175,80	115.675.297,28	90,10%	2,41%
PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	73.944.564,96	55.368.968,25	74,88%	1,15%
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	55.353.319,42	35.967.899,29	64,98%	0,75%
OUTROS PROGRAMAS	31.905.484,77	22.839.701,42	71,59%	0,48%
<b>JUDICIÁRIO</b>	<b>869.745.809,99</b>	<b>765.686.734,27</b>	<b>88,04%</b>	<b>15,94%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E VINCULADA	725.223.732,06	715.541.858,58	98,66%	14,89%
AÇÃO JUDICIÁRIA	142.732.418,00	49.489.246,69	34,67%	1,03%
SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA AOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM RAZÃO DE SUA ATIVIDADE JURISDICCIONAL	1.789.659,93	655.629,00	36,63%	0,01%
<b>LEGISLATIVO E CONTROLE EXTERNO</b>	<b>485.757.307,66</b>	<b>467.997.427,53</b>	<b>96,34%</b>	<b>9,74%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DE DIVERSOS ÓRGÃOS	413.509.580,58	395.839.916,88	95,73%	8,24%
OUTROS PROGRAMAS	72.247.727,08	72.157.510,65	99,88%	1,50%
<b>ESSENCIAL À JUSTIÇA</b>	<b>237.476.010,47</b>	<b>229.783.438,49</b>	<b>96,76%</b>	<b>4,78%</b>
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PGJ E VINCULADAS	228.417.090,47	227.344.381,86	99,53%	4,73%
OUTROS PROGRAMAS	9.058.920,00	2.439.056,63	26,92%	0,05%

Fonte: SIOF/SEPLAG



No quadro a seguir são apresentadas as informações sobre as Áreas Temáticas e principais programas do Eixo Governo Participativo, Ético e Competente, evidenciando suas realizações conforme as metas prioritárias estabelecidas para o exercício de 2013.

**QUADRO COM O DETALHAMENTO DAS METAS E  
REALIZAÇÕES DE 2013 DO EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO,  
ÉTICO E COMPETENTE DAS SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E  
PRINCIPAIS PROGRAMAS**

<b>ÁREA TEMÁTICA - PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>			
<b>METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015</b>	<b>PROGRAMADO 2013</b>	<b>REALIZADO 2013</b>	<b>REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013</b>
<b>PROGRAMA 001 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL</b>			
Ofertar 84.000 oportunidades de participação em eventos socioeducativos e culturais.	21.000	35.144	67.971
Capacitar/formar 23.560 servidores dos diversos Órgãos do Estado.	5.890	6.355	11.745
Promover a participação de 1.600 servidores dos diversos órgãos do Estado em eventos de capacitação de curta duração (palestras, encontros, seminários, oficinas, fóruns e congressos).	400	1.521	6.283
Realizar 365.184 atendimentos de assistência médico-hospitalar.	91.296	89.639	180.379
Assistir 1.144.425 pessoas com assistência médica (consulta).	286.107	227.607	422.435

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - GOVERNO E SOCIEDADE			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
<b>PROGRAMA 021 - PROMOÇÃO DA JUVENTUDE</b>			
GABGOV - Ofertar 6.000 vagas, em 67 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.	6.000	6.000	6.000
GABGOV - Estimular a ampliação, de 26 para 100, do número de Conselhos Municipais de Juventude.	65	18	18
GABGOV - Elaborar 03 instrumentos legais referentes à temática de política da juventude.	2	2	2
SEDUC - Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.	106	105	289
SEDUC - Apoiar 100% das escolas que demandarem projetos de empreendedorismo estudantil e atividades extracurriculares.	100%	100%	100%
SECULT - Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e dez articuladores em 41 municípios de alto.	290	258	525
SECULT - Índice de Focalização de Agentes de Leitura - IFAL - apoiar quarenta projetos em todo o Estado.	10	10	10
STDS - Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores.	19.570	15.450	26.430
STDS - Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho.	7.500	10.804	18.116
<b>PROGRAMA 035 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APÓIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>			
Criar, produzir e veicular 120 campanhas/ações publicitárias.	30	39	69
Realizar 2.400 eventos governamentais	600	469	919
Apoiar dois projetos de gestão multissetorial.	2	2	2

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

## CAPÍTULO III

### 3. DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente capítulo compreende uma análise da execução orçamentária do Estado, com base nos dados extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), por meio da ferramenta Serviço Modular da Administração dos Recursos do Tesouro (SMART), disponibilizado pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar o efeito da inflação.

#### 3.1. Do Resultado Orçamentário

A Tabela a seguir demonstra as informações orçamentárias consolidadas, extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, com a exclusão dos valores da modalidade 91 na Despesa Orçamentária. Assim, a Receita Arrecadada alcançou o montante de R\$ 18.096.398,68 mil, enquanto a Despesa Empenhada atingiu a quantia de R\$ 17.604.617,51 mil, resultando num superávit orçamentário de R\$ 491.781,17 mil.

TABELA - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA  
DO ESTADO DO CEARÁ, 2013  
(Excluídas Modalidade 91)

(R\$ 1.000,00)

DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA ARRECADADA	SALDO A REALIZAR
RECEITAS CORRENTES	16.673.313,53	16.234.031,34	439.282,19
RECEITAS DE CAPITAL	2.784.179,49	1.862.367,34	921.812,14
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>19.457.493,02</b>	<b>18.096.398,68</b>	<b>1.361.094,34</b>
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO ORÇAMENTÁRIO
DESPESA CORRENTE	15.415.257,21	14.514.630,98	900.626,22
DESPESA DE CAPITAL	6.605.562,23	3.089.986,53	3.515.575,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>22.020.819,44</b>	<b>17.604.617,51</b>	<b>4.416.201,92</b>
<b>Déficit\Superávit</b>	<b>-2.563.326,42</b>	<b>491.781,17</b>	<b>-3.055.107,59</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24.584.145,85</b>	<b>17.112.836,34</b>	<b>7.471.309,51</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ



Verifica-se na análise da Tabela anterior, um *déficit* de previsão, no valor de R\$2.563.326,42 mil, como resultado do desequilíbrio entre a previsão atualizada de receitas e a dotação atualizada de despesas, isso pode ser explicado com a abertura de créditos suplementares ou especiais abertos no exercício com recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de exercícios anteriores, conforme previsto no artigo 43 da Lei 4320/64, no caso em 2012 o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial foi de R\$ 970.140.305,50 valor esse que não é computado como Receita Orçamentária do exercício, pois já o foi no ano em que o ingresso de recursos ocorreu. Na execução do orçamento, as receitas arrecadadas apresentaram um valor de R\$ 18.096.398,68 mil, ou seja, 7% menor que o previsto (19.457.493,92 mil), enquanto as despesas empenhadas, no valor de R\$ 17.604.617,81 mil, resultaram numa economia orçamentária de 20,05% em relação à dotação atualizada (R\$ 22.020.819,44 mil). A economia orçamentária e a realização da receita foram suficientes para absorver o desequilíbrio do orçamento atualizado, resultando num *superávit* de R\$ 491.781,17 mil.

### 3.2. Das Receitas

A Tabela a seguir demonstra uma comparação entre a Receita Prevista e a Realizada por categoria e origem. O percentual de realização da Receita, em 2013, foi de 105,67%. A análise da composição, por categoria, verifica que as Receitas Correntes se realizaram num patamar de 113,20% e as Receitas de Capital em 66,89%.

TABELA - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA DE  
RECEITA, ESTADO DO CEARÁ, 2013

(R\$ 1.000,00)

CATEGORIA/ORIGEM	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO	COMPOSIÇÃO DO TOTAL REALIZADO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.673.313,53</b>	<b>16.234.031,34</b>	<b>97,37%</b>	<b>89,71%</b>
Receita Tributária	8.753.964,45	8.833.551,77	100,91%	48,81%
Receita de Contribuições	452.973,09	452.139,13	99,82%	2,50%
Receita Patrimonial	273.019,52	562.650,02	206,08%	3,11%
Receita de Serviços	20.638,53	47.673,95	230,99%	0,26%
Transferências Correntes	6.685.748,49	5.902.878,02	88,29%	32,62%
Outras Receitas Correntes	486.969,45	435.138,46	89,36%	2,40%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.784.179,49</b>	<b>1.862.367,34</b>	<b>66,89%</b>	<b>10,29%</b>
Operações de Crédito	1.456.773,32	1.190.525,23	81,72%	6,58%
Alienação de Bens	142,77	1.791,92	1255,12%	0,01%
Transferências de Capital	1.324.146,65	669.955,81	50,60%	3,70%
Outras Receitas de Capital	3.116,74	-	0,00%	0,00%
Amortização de Empréstimos	-	94,38	0,00%	0,00%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19.457.493,02</b>	<b>18.096.398,68</b>	<b>93,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Analisando a categoria das Receitas Correntes, que participam de 89,71% da composição total da receita realizada, pode-se destacar que a Receita Tributária e as Transferências Correntes são as origens que apresentam maior relevância em relação à composição total da receita, sendo suas participações percentuais de 48,84% e 32,58%, respectivamente. A Receita de Serviços apresentou um nível de realização mais elevado, de 229,24%, contudo sua participação é mínima no montante total das receitas, ou seja, 0,26%.

Quanto as Receitas de Capital representam apenas 10,29% da composição total da Receita Realizada. Sua principal receita decorre de Operações de Crédito, que em 2013 participa de 6,58% do total da receita realizada, tendo uma realização de 81,72% do total previsto.

### 3.3. Das Despesas

No decorrer das explanações serão tratados diversos aspectos das Despesas, tais como: recursos autorizados e as execuções orçamentárias correspondentes.

### 3.3.1. Das Despesas por Poder e Fonte

Na Tabela seguinte, que trata da execução orçamentária das Despesas, observa-se que a execução orçamentária total, englobando todos os Poderes e o Ministério Público, em 2013, representou 79,95% do valor orçado, superior ao ano anterior quando obteve um nível de execução de 78,78%. O maior volume de recursos foi aplicado pelo Poder Executivo, representando 91,69% do total dos gastos do Governo, enquanto o Judiciário representou 4,35%, o Legislativo 2,66% e o Ministério Público 1,31%.

**TABELA - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR  
PODER E FONTE, ESTADO DO CEARÁ, 2013**  
(excluídas modalidade 91)

(R\$ 1.000,00)

PODER/ÓRGÃO	GRUPO FONTE	AUTORIZADO (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (%) (A/B)	PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
<b>Executivo</b>		<b>20.427.840,31</b>	<b>16.141.149,91</b>	<b>79,02%</b>	<b>91,69%</b>
	Tesouro	15.057.267,16	13.859.887,40	92,05%	78,73%
	Outras Fontes	5.370.573,14	2.281.262,52	42,48%	12,96%
<b>Judiciário</b>		<b>869.745,81</b>	<b>765.686,73</b>	<b>88,04%</b>	<b>4,35%</b>
	Tesouro	649.773,09	647.182,85	99,60%	3,68%
	Outras Fontes	219.972,72	118.503,89	53,87%	0,67%
<b>Legislativo</b>		<b>485.757,31</b>	<b>467.997,43</b>	<b>96,34%</b>	<b>2,66%</b>
	Tesouro	476.126,35	467.675,28	98,23%	2,66%
	Outras Fontes	9.630,96	322,15	3,34%	0,00%
<b>Ministério Público</b>		<b>237.476,01</b>	<b>229.783,44</b>	<b>96,76%</b>	<b>1,31%</b>
	Tesouro	229.791,01	229.112,29	99,70%	1,30%
	Outras Fontes	7.685,00	671,15	8,73%	0,00%
<b>Total Geral</b>		<b>22.020.819,44</b>	<b>17.604.617,51</b>	<b>79,95%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Ao comparar o valor empenhado com o valor autorizado, verifica-se que o Poder Executivo apresentou um percentual de execução das despesas correspondente a 79,02% do valor autorizado, enquanto os demais poderes ficaram mais próximos de 100%.

O Poder Executivo teve uma menor execução devido à baixa realização das despesas previstas, no grupo “Outras Fontes”, o qual empenhou apenas 42,48% do valor previsto no orçamento. No Poder Judiciário (53,87%), no Poder Legislativo (3,34%) e no Ministério Público (8,73%). Desse modo, apesar dos Poderes Executivo e Judiciário apresentarem uma baixa execução quando se analisa o valor global desse grupo, em relação aos demais poderes a execução foi satisfatória.



Na Tabela seguinte, destaca-se a execução orçamentária, em 2013, por fonte de recursos, oferecendo condições da comparação dos recursos autorizados. Inicialmente, pode-se constatar que os recursos do Tesouro, que representam uma participação de 92,63% do total de recursos, obtiveram uma execução orçamentária de 86,36%.

**TABELA - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR  
GRUPO/FONTE, ESTADO DO CEARÁ, 2013**  
(Excluídas Modalidade 91)

(R\$ 1.000,00)

GRUPO FONTE	AUTORIZADO (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (%) (A/B)	PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
Tesouro	16.412.957,61	15.203.857,81	92,63%	86,36%
Outras Fontes	5.607.861,83	2.400.759,70	42,81%	13,64%
<b>Total Geral</b>	<b>22.020.819,44</b>	<b>17.604.617,51</b>	<b>79,95%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os recursos oriundos de 'Outras Fontes' tiveram uma execução orçamentária baixa, de 42,81%, contudo sua participação no total dos recursos corresponde apenas 13,64%.

### **3.3.2. Da Despesa por Função**

A Tabela seguinte mostra a análise da execução da despesa do exercício de 2013, de acordo com as funções de governo, classificadas conforme a Portaria nº 42/1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e agrupadas de acordo com a área de atuação.





TABELA - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO,  
ESTADO DO CEARÁ, 2013  
(Excluídas Modalidade 91)

(R\$ 1.000,00)

2013				
GRUPO DE FUNÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	PERCENTUAL EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO
<b>Legislativa, Judiciária e Essencial á Justiça</b>	<b>1.632.126,14</b>	<b>1.504.301,99</b>	<b>92,17%</b>	<b>8,55%</b>
Legislativa	460.269,05	451.681,77	98,13%	2,57%
Judiciária	869.663,31	765.638,41	88,04%	4,35%
Essencial á Justiça	302.193,78	286.981,82	94,97%	1,63%
<b>Administração Geral</b>	<b>1.185.197,68</b>	<b>913.299,67</b>	<b>77,06%</b>	<b>5,19%</b>
<b>Desenvolvimento Social</b>	<b>12.090.134,29</b>	<b>9.819.806,35</b>	<b>81,22%</b>	<b>55,78%</b>
Segurança Pública	1.548.350,26	1.462.619,52	94,46%	8,31%
Assistência Social	220.358,06	177.652,45	80,62%	1,01%
Previdência Social	2.329.183,19	2.188.629,59	93,97%	12,43%
Saúde	2.786.481,60	2.356.537,96	84,57%	13,39%
Educação	2.743.233,14	2.472.520,83	90,13%	14,05%
Cultura	93.921,30	65.858,23	70,12%	0,37%
Direitos da Cidadania	416.817,90	330.675,59	79,33%	1,88%
Urbanismo	409.742,88	138.501,15	33,80%	0,79%
Habitação Saneamento	330.678,87	42.537,54	12,86%	0,24%
Organização Agrária	25.206,18	9.420,13	37,37%	0,05%
Saneamento	773.330,58	268.564,00	34,73%	1,53%
Desporto e Lazer	412.830,32	306.289,35	74,19%	1,74%
<b>Recursos Naturais e Meio Ambiente</b>	<b>155.252,91</b>	<b>99.989,98</b>	<b>64,40%</b>	<b>0,57%</b>
Gestão Ambiental	155.252,91	99.989,98	64,40%	0,57%
<b>Infraestrutura</b>	<b>2.143.529,47</b>	<b>1.076.518,30</b>	<b>50,22%</b>	<b>6,12%</b>
Comunicação	24.905,86	16.352,28	64,40%	0,09%
Energia	11.157,42	9.582,33	50,22%	0,05%
Transporte	2.107.466,19	1.050.583,69	65,66%	5,97%
<b>Desenvolvimento Econômico</b>	<b>1.355.789,45</b>	<b>803.659,02</b>	<b>59,28%</b>	<b>4,57%</b>
Trabalho	86.130,12	66.904,14	49,85%	0,38%
Ciência e Tecnologia	171.815,13	129.343,98	59,28%	0,73%
Agricultura	764.022,78	393.233,63	77,68%	2,23%
Indústria	145.893,38	122.465,04	75,28%	0,70%
Comércio e Serviços	187.928,04	91.712,22	51,47%	0,52%
<b>Subtotal</b>	<b>18.562.029,94</b>	<b>14.217.575,32</b>	<b>76,59%</b>	<b>80,76%</b>
<b>Encargos Especiais</b>	<b>3.458.789,50</b>	<b>3.386.555,45</b>	<b>97,91%</b>	<b>19,24%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>22.020.819,44</b>	<b>17.604.130,77</b>	<b>79,94%</b>	<b>100,00%</b>

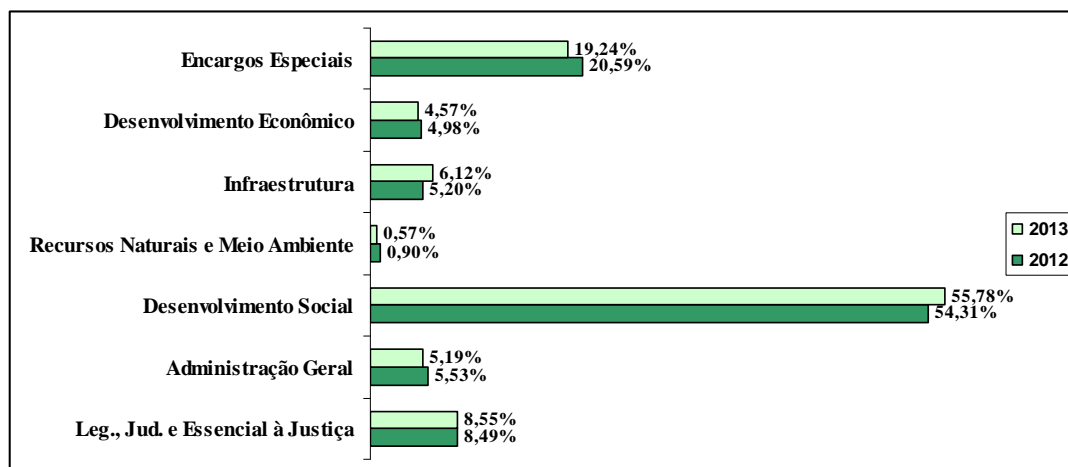
Fonte: S2GPR-SEFAZ

Identifica-se na Tabela anterior, que em 2013 o maior volume de gastos do Governo ocorreu na área de ‘Desenvolvimento Social’, na qual foi aplicado um montante de R\$ 9.819.806,35 mil, o equivalente a 55,78% do total dos gastos, sendo esses recursos empregados principalmente nas funções ‘Segurança Pública’, ‘Previdência Social’, e ‘Educação’. A execução orçamentária dessa área em relação ao autorizado foi de 81,22%.

A área que contempla as funções Legislativa, Judiciária e Essencial à Justiça apresentou uma execução de 92,17%. Pode-se destacar, ainda, a Administração Geral com um percentual de 77,06%. A área que apresenta o percentual de execução mais baixa é Infraestrutura, com apenas 50,22%, contudo sua participação no total também é pequena representando 6,12% do total empenhado.

Ao analisar os gastos empenhados por áreas de atuação nos anos de 2012 e 2013, conforme Gráfico seguinte, pode-se constatar que a área de Desenvolvimento Social apresentou um aumento de 1,47%, que pode ter ocorrido devido ao aumento da execução orçamentária.

**GRÁFICO - DOS GASTOS EMPENHADOS POR ÁREAS DE  
ATUAÇÃO, ESTADO DO CEARÁ, 2012 E 2013**  
(excluídas modalidade 91)



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Já os Encargos Especiais apresentaram uma diminuição de 1,35%, passando de 20,59%, em 2012, para 19,24% em 2013.

### 3.3.3. Da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas

A Tabela seguinte mostra o detalhamento da despesa por categoria econômica e grupo de natureza das despesas, comparando o percentual empenhado em relação ao autorizado, bem como a composição do valor empenhado.

TABELA - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR  
CATEGORIA DE DESPESA, ESTADO DO CEARÁ, 2013  
(excluídas modalidade 91)

(R\$ 1.000,00)

CATEGORIA/GRUPO	AUTORIZADO (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (%) (B/A)	PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>15.415.257,21</b>	<b>14.514.630,98</b>	<b>94,16%</b>	<b>82,45%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	7.808.578,70	7.530.256,90	96,44%	42,77%
Juros e Encargos da Dívida	252.588,02	246.480,20	97,58%	1,40%
Outras Receitas Correntes	7.354.090,49	6.737.893,88	91,62%	38,27%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.605.562,23</b>	<b>3.089.986,53</b>	<b>46,78%</b>	<b>17,55%</b>
Investimentos	5.733.731,06	2.239.122,06	39,05%	12,72%
Inversões Financeiras	334.384,24	323.191,16	96,65%	1,84%
Amortização	537.446,93	527.673,31	98,18%	3,00%
<b>RESERVA DE CONTIGÊNCIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Reserva de Contingências	0,00	-	0,00%	0,00%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>22.020.819,44</b>	<b>17.604.617,51</b>	<b>79,95%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: S2GPR-SEFAZ

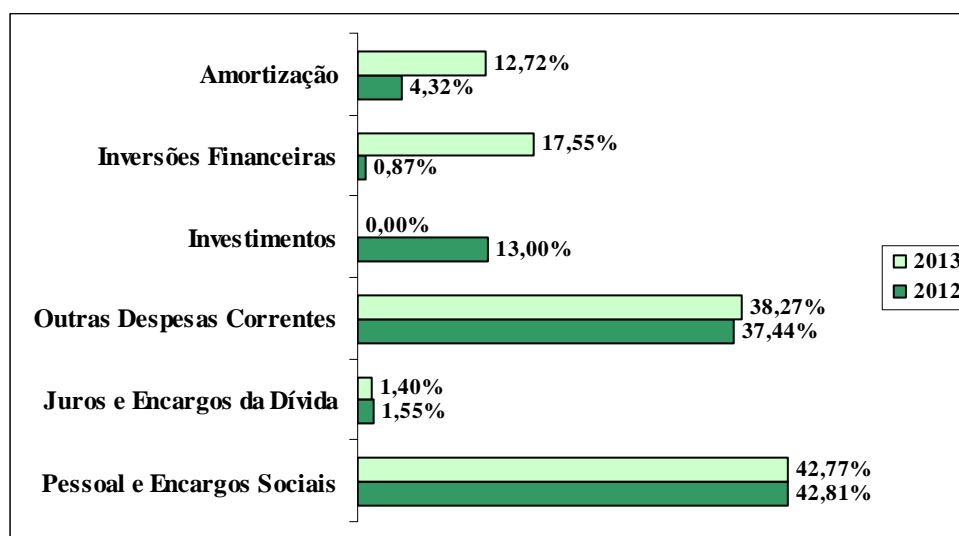
Quando comparado o valor autorizado com o total empenhado verifica-se o percentual de execução de 79,95%. As Despesas Correntes atingiram um percentual de 94,16% e as Despesas de Capital foram empenhadas em montante de 46,78%.

Na Tabela anterior as Despesas Correntes, as quais representam essencialmente os gastos necessários à manutenção dos serviços públicos, incluindo pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, respondem por 82,45% do total dos gastos efetuados, sendo que os gastos com pessoal e encargos sociais representam 42,77% do total dos gastos.

As Despesas de Capital, as quais constituem desembolsos vinculados à expansão das atividades do Estado, representaram 17,55% do total. Nesta categoria, os Investimentos representam 12,72% do total dos dispêndios, todavia apresentam a execução orçamentária mais baixa de todos os grupos, apenas 39,05%.

O Gráfico a seguir apresenta a composição das Despesas Empenhadas e uma comparação percentual entre os gastos empenhados nos exercícios de 2012 e 2013.

**GRÁFICO - PERCENTUAL DOS GASTOS  
EMPENHADOS POR GRUPO DE DESPESA, ESTADO DO CEARÁ,  
2012 E 2013**  
(excluídas modalidade 91)



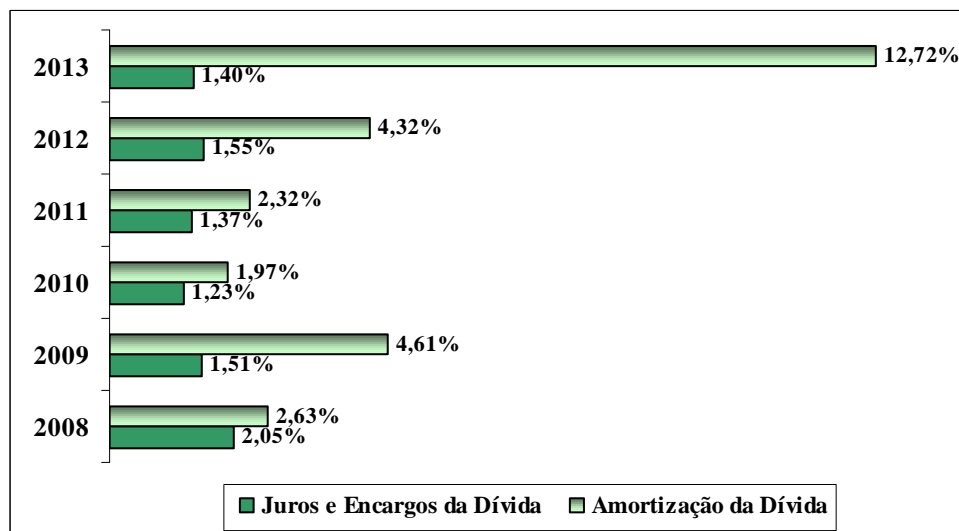
Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Gráfico anterior demonstra, quanto à composição das Despesas Correntes, que o grupo 'Pessoal e Encargos Sociais' permaneceu sem mudança significativas, passando de um percentual de 42,81%, em 2012, para 42,77% em 2013.

Quanto aos Grupos 'Amortizações da Dívida' e 'Juros e Encargos da Dívida' que, juntos, constituem o que se chama de Serviço da Dívida, os mesmos representavam 14,12% (12,72% + 1,40%) dos gastos em 2013, aumentando em relação ao patamar de 5,87% (4,32% + 1,55%) em 2012, conforme demonstrado no Gráfico 7.



GRÁFICO - DA EVOLUÇÃO PERCENTUAL DOS  
SERVIÇOS DA DÍVIDA, ESTADO DO CEARÁ, 2008 A 2013



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Conforme demonstrado no Gráfico anterior, comparando-se o estoque da Dívida Consolidada Líquida, que apresentou um montante de R\$ 3.360.363 mil, no ano de 2012, verifica-se um incremento em termos percentuais de 17,27%, em 2013. Cabe destacar, que mesmo com essa elevação do estoque da dívida, em 2013, pode-se inferir a situação fiscal confortável do Estado quanto ao seu endividamento, haja vista que representa apenas 29,45% da Receita Corrente Líquida (RCL), distante do limite máximo, de 200% da RCL, permitido pelo inciso I do artigo 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 2000.

### 3.4. Da Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária

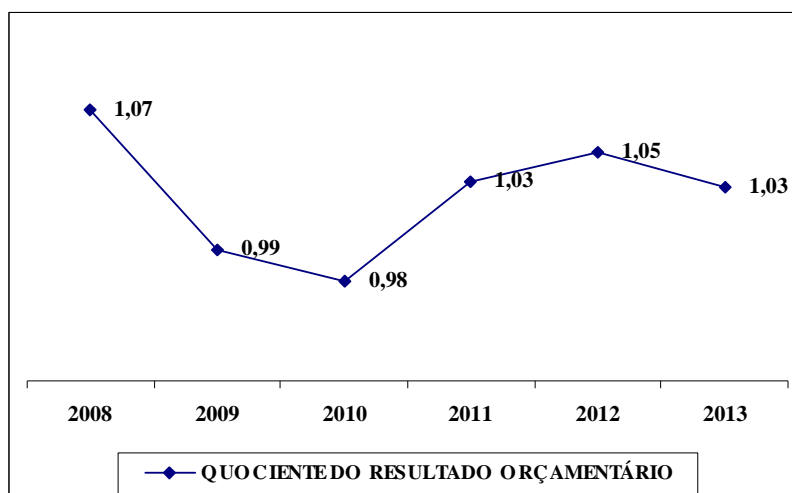
#### 3.4.1. Quociente do Resultado Orçamentário

Este quociente visa demonstrar se a Receita Realizada foi suficiente para cobrir a Despesa Executada. Quando o quociente for superior a 1,00 demonstra um *superávit* orçamentário de execução e quando este é inferior, mostrar a existência de um *déficit* orçamentário de execução.

O Gráfico seguinte demonstra que, no período de 2009 a 2010, a execução orçamentária apresentou *déficit*, porém de 2011 a 2013 ocorreu uma recuperação apresentando em 2013 o indicador de R\$ 1,03, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa executada o Estado arrecadou apenas R\$ 1,03 de receita.



GRÁFICO - DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO  
DO ESTADO DO CEARÁ, 2008-2013



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Essa situação indica a existência de um superávit orçamentário na execução e movimentação financeira, como pode se verificar na Tabela da execução orçamentária consolidada demonstrada anteriormente.

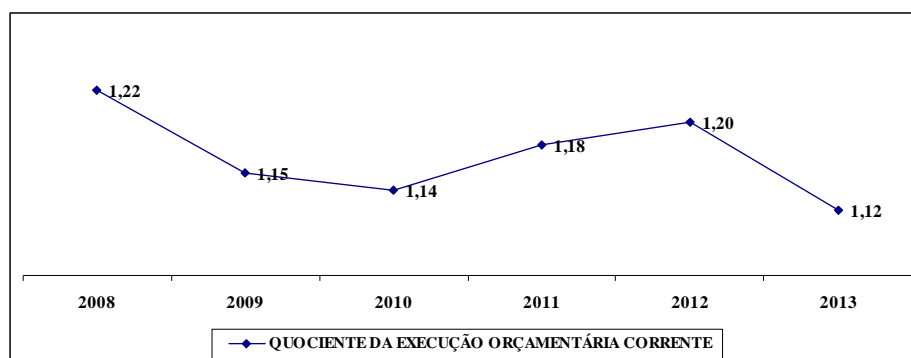
### 3.4.2. Quociente da Execução Orçamentária Corrente

Este quociente visa demonstrar se a Receita Corrente Realizada é suficiente para cobrir a Despesa Corrente Executada. Quando o quociente da Receita Corrente Realizada é maior que 1,00 constata-se um *superávit* orçamentário de execução e quando este é inferior demonstra a existência de *déficit* orçamentário de execução.

O Gráfico a seguir evidencia que, nos exercícios de 2008 a 2013, a execução orçamentária corrente foi superior a 1,00, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa executada o Estado possui mais R\$ 1,00 de receita realizada. No ano de 2013, o Estado apresentou uma Receita Corrente realizada de R\$ 16.228.154,90 mil para fazer face a uma Despesa Corrente empenhada no valor de R\$ 14.514.630,98 mil, gerando um *superávit* corrente de R\$ 1.713.523,90 mil.



GRÁFICO - DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO DA EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA CORRENTE DO ESTADO DO CEARÁ, 2008-  
2013



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A análise da evolução do indicador, no período de 2008 a 2013, mostra uma redução do *superávit*, que no último exercício aproxima-se de 1,00.

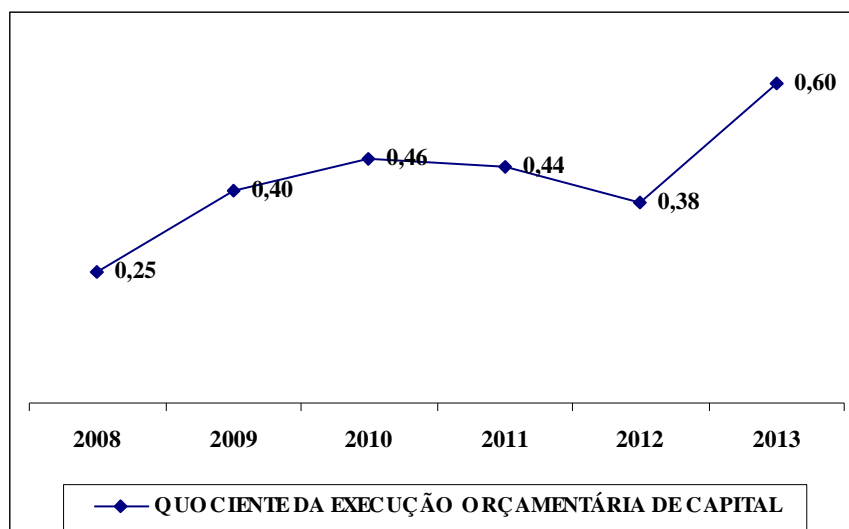
### 3.4.3. Quociente da Execução Orçamentária de Capital

Este quociente visa demonstrar se a Receita de Capital Realizada é suficiente para cobrir a Despesa de Capital Executada. Quando a Receita de Capital Realizada é maior que 1,00, isto, demonstra um *superávit* orçamentário de execução e quando é inferior, mostra a existência de um *déficit* orçamentário de execução.

O Gráfico seguinte demonstra que, no período de 2008 a 2013, a execução orçamentária de capital foi sempre inferior a 1,00, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa de capital executada, o Estado possui menos de R\$ 1,00 de receita de capital realizada.



GRÁFICO - DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO DA EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, 2008-  
2013



Fonte: S2GPR-SEFAZ

No ano de 2013 o Estado apresentou uma Receita de Capital realizada de R\$ 1.862.296,99 mil em face da Despesa de Capital empenhada de R\$ 3.089.986,53 mil, gerando um *déficit* de capital de R\$ 1.227.689,54 mil. Entretanto o *superávit* corrente foi de R\$ 1.713.523,92 mil, ocorrendo um *superávit* de R\$ 485.834,38 mil.



## **CAPÍTULO IV**

### **4. DA GESTÃO FISCAL**

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados dos exames realizados nos demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos anexos, do período de janeiro a dezembro de 2013, com vistas a verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 637, de 18 de outubro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprovou a 5ª edição do Manual de demonstrativos Fiscais, a fidedignidade das informações integrantes dos demonstrativos, bem como a consecução das metas fiscais estabelecidas na legislação.

#### **4.1. Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal**

O art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165, sendo composto de duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

De acordo com a verificação efetuada no Diário Oficial do Estado, os relatórios em referência foram regularmente publicados, apresentando, entretanto, dados preliminares para o último período. De forma a enriquecer as análises, a seguir apresentadas, foram utilizados os demonstrativos apresentados pela SEFAZ com dados definitivos, e ainda não publicados até a conclusão dos trabalhos.

## **4.2. Dos Gastos com Saúde**

O art. 198 da Constituição Federal, § 2º, alterado pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13/9/2000, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados, no caso dos Estados e do Distrito Federal, sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, a e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

O § 3º do art. 198 determinou que Lei Complementar estabeleceria os percentuais a serem aplicados e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com a área da Saúde. Nesse sentido, foi publicada a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

O Art. 6º da Lei Complementar nº 141 estabelece que os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

O quadro a seguir apresenta os dados sobre os gastos com Saúde em 2013:



**QUADRO DOS GASTOS COM SAÚDE/RECEITA LÍQUIDA DE  
IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS**

		(R\$ 1,00)
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>
<b>I. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)</b>	<b>12.527.320.087</b>	<b>100,00%</b>
(+) Impostos	9.766.882.329	77,96%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos dos Impostos	66.555.399	0,53%
(+) Dívida Ativa dos Impostos	92.040.144	0,73%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	12.828.519	0,10%
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	4.941.920.621	39,45%
(-) Transferências a Municípios	(2.352.906.925)	-18,78%
<b>II. DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (II=II.1 + II.2)</b>	<b>1.795.135.998</b>	<b>100,00%</b>
II.1 Despesas Total por Subfunção <sup>1</sup>	2.305.214.331	128,41%
. Atenção Básica	34.069.053	1,90%
. Assistência Hospitalar e Ambiental	1.244.216.358	69,31%
. Suporte Profilático e Terapêutico	126.119.331	7,03%
. Vigilância Sanitária	21.824.338	1,22%
. Vigilância Epidemiológica	27.794.674	1,55%
. Outras Subfunções	851.190.577	47,42%
II.2 (-) Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados a Saúde	(545.230.707)	-30,37%
. Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	(529.446.940)	-29,49%
. Recursos de Operações de Crédito	(8.298.347)	-0,46%
. Outros Recursos	(7.485.420)	-0,42%
II.3 (-) Despesas c/ Assistência à Saúde que não atende ao princípio de acesso universal	(94.438.272)	-5,26%
III. Restos a Pagar de Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (cancelados em 2013)	129.590.646	7,22%
<b>IV. % DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE SOBRE A RLIT</b>	<b>14,33%</b>	
. Percentual Mínimo a Aplicar	12,00%	
. Percentual Aplicado Além do Mínimo	2,33%	
<b>V. VALOR APLICADO ALÉM DO MÍNIMO</b>	<b>291.857.588</b>	

Fonte: RREO Dez/2013

<sup>1</sup> Os valores apresentados na Despesa Total por Subfunção engloba as Fontes do Tesouro, as Especiais e Outras Fontes. Essas duas últimas classes de fontes estão excluídas posteriormente no campo "Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados a Saúde", conforme preconiza o Demonstrativo proposto pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.



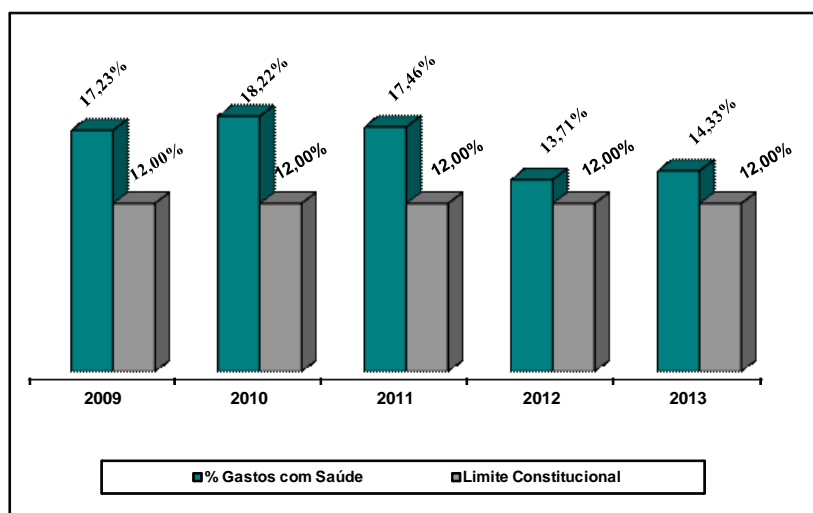
De acordo com o demonstrativo acima, o Estado aplicou 14,33% da RLIT em despesas próprias de Saúde, atendendo ao limite mínimo de 12,00% estabelecido na supracitada legislação, ultrapassando o percentual em 2,33%, o que equivale a um valor de R\$291.857.588.

O gráfico a seguir mostra os percentuais aplicados da RLIT em despesas próprias de Saúde nos últimos 5 anos, evidenciando que o Estado vem cumprindo rigorosamente o limite mínimo de 12%, previsto na legislação.

**QUADRO DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM SAÚDE DO  
PERÍODO DE 2009 A 2013**

					(R\$ 1.,00)
Gastos com Saúde	2009	2010	2011	2012	2013
Gastos com Saúde	1.220.637.845	1.434.315.660	1.600.158.098	1.541.149.530	1.795.135.998
Receita Líquida de Impostos e Transferências RLIT - Saúde	7.085.423.739	7.870.405.664	9.163.686.970	11.242.657.404	12.527.320.087
% Gastos com Saúde	17,23%	18,22%	17,46%	13,71%	14,33%
Limite Constitucional	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%
Fonte: RREO Dez/2013					

**GRÁFICO COM EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DE  
GASTOS APLICADOS COM SAÚDE**



Fonte: RREO DEZ/2013

## **4.3. Das Despesas com Educação**

### **4.3.1. Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

Os artigos 212, da Constituição Federal, e 216, da Constituição Estadual, determinam que o Estado deva aplicar, no mínimo, 25% da Receita resultante de Impostos e Transferências na manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

De acordo com o demonstrativo a seguir, o Estado aplicou 27,86% da RLIT em despesas próprias com educação, superando em 2,86% o limite mínimo estabelecido nas Constituições Federal e Estadual.

O quadro a seguir mostra dados sobre os Gastos com Educação em 2013.



QUADRO DO DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM  
EDUCAÇÃO

	(R\$ 1,00)
<b>RECETA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>	
<b>01. RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS</b>	14.880.228.184,18
Receita de Impostos	9.938.306.390,95
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	4.941.921.793,23
<b>02. DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>2.352.906.924,53</b>
Receitas Transferidas aos Municípios	2.352.906.924,53
<b>03. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 - 2)</b>	<b>12.527.321.259,65</b>
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	2.748.248,31
05. ENSINO FUNDAMENTAL	40.347.633,53
06. ENSINO MÉDIO	53.014.822,36
07. ENSINO SUPERIOR	296.712.214,17
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	234.268.562,82
09. EDUCAÇÃO BÁSICA	1.355.758.540,41
10. OUTRAS SUBFUNÇÕES	392.264.984,33
<b>11. DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>(1.103.972.835,22)</b>
<b>12. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9+10-11)</b>	<b>3.479.087.841,15</b>
<b>13. MÍNIMO DE 25% DAS RECETAS RESULT. DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (12 / 3)</b>	<b>27,77%</b>
Fonte: SEFAZ/RREO	

Verifica-se, conforme exposto no quadro e no gráfico a seguir, que o Estado vem cumprindo anualmente o percentual mínimo de aplicação em gastos com Educação.

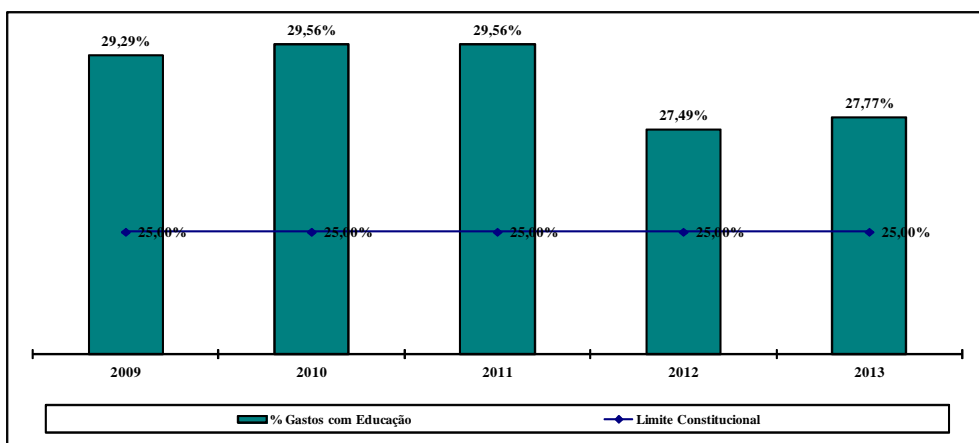


QUADRO DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO DE  
2009 A 2013

	(Em R\$ 1,00)				
Gastos com Educação	2009	2010	2011	2012	2013
Gastos com Educação	2.259.256.609	2.619.801.395	2.619.801.395	3.090.731.578	3.479.087.841
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	7.714.449.310	8.863.217.475	8.863.217.475	11.242.657.588	12.527.321.260
% Gastos com Educação	29,29%	29,56%	29,56%	27,49%	27,77%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

Fonte: SEFAZ/RREO

GRÁFICO COM EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DE  
GASTOS APLICADOS COM EDUCAÇÃO



Fonte: RREO DEZ/2013

O quadro a seguir demonstra os recursos que são utilizados para despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, onde se pode observar que destacam-se os gastos aplicados em Educação Básica (57,08%), no Ensino Superior (12,49%) e em Ensino Profissional não integrado ao Ensino Regular (9,86%).



QUADRO DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

		(R\$ 1,00)
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		(%)
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	2.748.248,31	0,12%
05. ENSINO FUNDAMENTAL	40.347.633,53	1,70%
06. ENSINO MÉDIO	53.014.822,36	2,23%
07. ENSINO SUPERIOR	296.712.214,17	12,49%
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	234.268.562,82	9,86%
09. EDUCAÇÃO BÁSICA	1.355.758.540,41	57,08%
10. OUTRAS SUBFUNÇÕES	392.264.984,33	16,52%
<b>11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9+10)</b>	<b>2.375.115.005,93</b>	<b>100,00%</b>
Fonte: SEFAZ/RREO		

#### 4.3.2. Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, estabelece que até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação da citada Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

O art. 1º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, instituiu, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil, nos termos do **art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT**.

O inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, define que uma proporção, não inferior a sessenta por cento (60%) dos recursos do FUNDEB, será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.





Em consonância com a Constituição Federal, o art. 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, estabelece que pelo menos sessenta por cento (60%) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O quadro seguinte mostra os montantes pertinentes a essas informações do FUNDEB no exercício de 2013.

**QUADRO COM DEMONSTRATIVO DOS  
RECURSOS DO FUNDEB DO ANO DE 2013**

	(R\$ 1,00)
<b>RECETAS DO FUNDEB</b>	
<b>1. RECETAS DESTINADAS AO FUNDEB PELO ESTADO</b>	<b>2.307.684.864,40</b>
<b>2. RECETAS DO FUNDEB NO ESTADO</b>	<b>1.193.287.884,83</b>
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	903.082.506,48
2.2 Complementação da União do FUNDEB	285.414.615,24
2.3 Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	4.790.763,11
<b>3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)</b>	<b>(1.404.602.357,92)</b>
<b>4. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	<b>968.911.109,94</b>
Com Ensino Fundamental	-
Com Ensino Médio	-
Com Educação Básica	806.140.318,27
Outras	162.770.791,67
<b>5. OUTRAS DESPESAS</b>	<b>231.011.856,78</b>
Com Ensino Fundamental	916.068,30
Com Ensino Médio	13.377.116,06
Com Educação Básica	152.834.917,31
Outras	63.883.755,11
<b>6. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB</b>	<b>-</b>
<b>7. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4+5-6)</b>	<b>1.199.922.966,72</b>
<b>8. MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ((4-6)/2)</b>	<b>81,20%</b>
Fonte: RREO/DEZ 2013	

De acordo com o quadro supra, a Receita Total do FUNDEB foi de R\$ 1.193.287.884,83, enquanto os gastos com pagamento dos profissionais do magistério, com recursos do Fundo, foram de R\$ 968.911.109,94. Comparando-se esses valores, encontra-se o percentual de 81,20% de comprometimento dos recursos do FUNDEB com Despesas de Pessoal, superando em 21,20% o percentual mínimo exigido na Lei.

#### 4.4. Das Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, limita a despesa total com pessoal do Estado em 60% da Receita Corrente Líquida, e, no art. 20, faz a repartição desse limite global com os Poderes Executivo (48,6%), Judiciário (6%) e Legislativo (3,4%), incluídos nesse os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, além do Ministério Público (2%).

A análise comparativa dessas despesas, em relação ao exercício de 2013, foi feita sempre considerando o percentual sobre a Receita Corrente Líquida.

O quadro seguinte expõe os gastos com pessoal para os Poderes do Estado e o Ministério Público, nos exercícios de 2013 e 2012, e os percentuais desses gastos em relação à RCL.

QUADRO DOS GASTOS COM PESSOAL

(R\$ 1,00)

Poderes	Despesas (R\$)	Percentual s/ RCL		Limite Prudencial <sup>(1)</sup>	Limite Máximo
	2013	2013	2012		
Executivo	5.824.556.219	43,53%	45,16%	46,17%	48,60%
Legislativo <sup>(2)</sup>	303.213.132	2,27%	2,74%	3,23%	3,40%
Judiciário	666.790.830	4,98%	5,50%	5,70%	6,00%
Min. Público	207.751.974	1,55%	1,96%	1,90%	2,00%
<b>Totais</b>	<b>7.002.312.155</b>	<b>52,33%</b>	<b>55,36%</b>	<b>57,00%</b>	<b>60,00%</b>
<b>RCL</b>	<b>13.379.882.290</b>				

Fonte: SEFAZ e RGF

(1) Limite Prudencial = 95% do Limite Máximo

(2) Inclui Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios

Pela análise do quadro supra, observa-se que, em 2013 e 2012, o gasto total com pessoal do Estado, bem como, individualmente, os gastos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público ficaram abaixo do limite prudencial estabelecido pela LRF.



Comparando-se com o resultado de 2012, tem-se que o percentual de Despesa com Pessoal do Estado apresentou uma redução de 3,03%, com o percentual sobre a RCL passando de 55,36% para 52,33%. Especificamente em relação ao Poder Executivo, ocorreu uma redução do gasto em 1,63%, passando de 45,16%, em 2012, para 43,53%, em 2013. O gráfico a seguir mostra o comportamento dos gastos com pessoal do Poder Executivo no período 2009 a 2013.

QUADRO COM EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL  
DO PODER EXECUTIVO DE 2009 A 2013

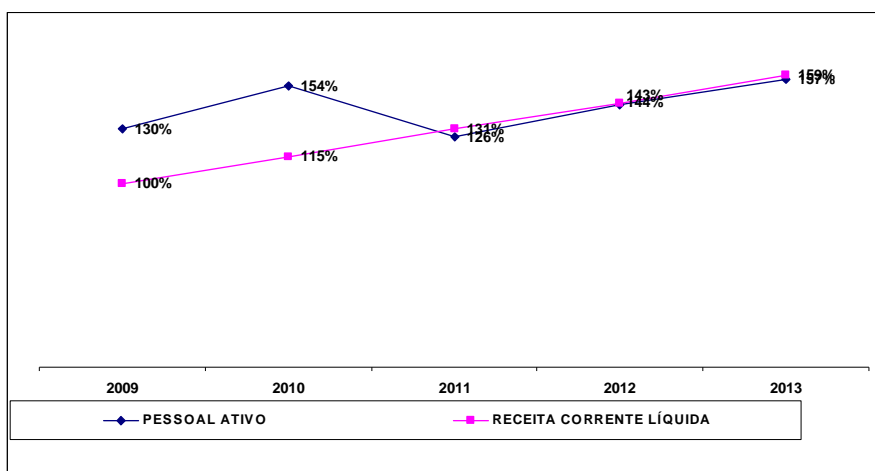
(R\$ 1,00)

	2009	2010	2011	2012	2013
Gastos com Pessoal	3.427.233.739	3.956.276.527	4.949.204.832	5.090.862.447	5.824.556.219
% Gastos com Pessoal	38,18%	40,80%	40,94%	45,16%	42,33%
Limite Fiscal Máximo	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%
Limite Prudencial	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%

Fonte: RGF

Tomando como base o ano de 2009, verificou-se que a Despesa com Pessoal Ativo do Poder Executivo tem crescido numa proporção um pouco menor que a Receita Corrente Líquida, conforme gráfico e quadro apresentados a seguir.

GRÁFICO COM A EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS  
DOS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DA  
RCL



Fonte: SEFAZ/RREO



#### QUADRO DA EVOLUÇÃO DA RCL DE 2009 A 2013

ITEM	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Corrente Líquida RCL	8.400.940.157	9.664.272.961	10.966.435.337	12.130.620.626	13.379.882.290
Varição Acumulada	100%	115%	131%	201%	159%

Comparando a evolução dos gastos com pessoal terceirizado em relação aos gastos com pessoal ativo, nos últimos 4 anos, verifica-se um incremento maior nos gastos com terceirização, impactado fortemente pelos gastos no último exercício de 2013, conforme quadro e gráfico a seguir

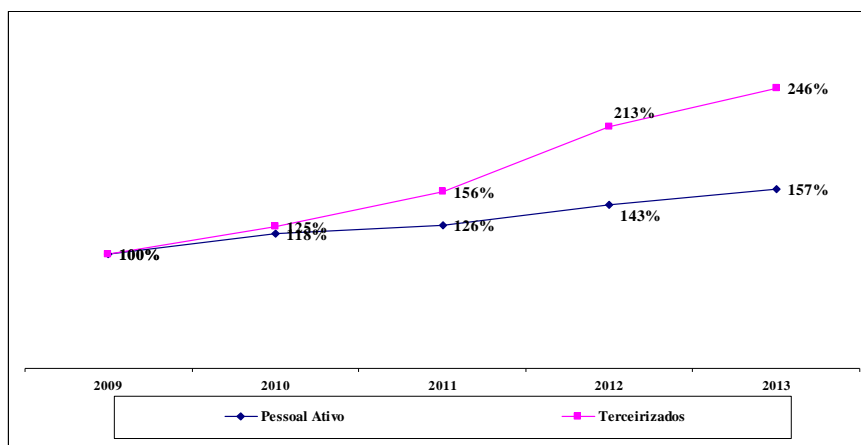
#### QUADRO COM A EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM TERCEIRIZADOS

R\$ 1,00

Gastos com Terceirizados - Poder Executivo	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal Ativo	3.071.164.881	3.618.474.752	3.866.422.022	4.400.243.319	4.831.685.422
Terceirizados	84.231.505	105.072.913	130.993.590	179.237.375	258.839.766
%Gastos com Terceirizados / Gastos com Pessoal Ativo	2,74%	2,90%	3,39%	4,07%	5,36%

Fonte: SEFAZ

#### GRÁFICO COM A EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DOS GASTOS COM TERCEIRIZAÇÃO



Fonte: SEFAZ



#### 4.5. Da Dívida Consolidada Líquida, Garantias e Operações de Crédito

No que concerne aos limites para a Dívida Consolidada Líquida - DCL, as Operações de Crédito contratadas e as Garantias Concedidas em relação à Receita Corrente Líquida, as Resoluções nºs 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal determinam a observância dos seguintes limites para Estados e Municípios:

- a. Dívida Consolidada Líquida não pode exceder a duas vezes a RCL (Resolução n.º 40/2001, art. 3.º, inciso I);**
- b. O montante global das Operações de Crédito, realizadas em um exercício financeiro, não pode ser superior a 16% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso I);**
- c. O saldo global das Garantias Concedidas não pode exceder a 22% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 9.º).**

O quadro a seguir apresenta os valores alcançados pelo Estado, em relação a esses limites legais, além das variações no Ativo Disponível e Dívida Consolidada Bruta, nos exercícios de 2012 e 2013:

QUADRO COMPARATIVO DOS VALORES ALCANÇADOS PELO  
ESTADO EM RELAÇÃO AS LIMITAÇÕES LEGAIS

ITEM	VALOR		VARIAÇÃO	% S/RCL		(%) LIMITE MÁXIMO
	2012	2013	2012/2013	2012	2013	
Disponível	2.618.935.551	3.039.952.320	16,08%	21,59%	22,72%	-
Dívida Consolidada	5.745.082.357	6.980.854.715	21,51%	47,36%	52,17%	-
Dívida Consolidada Líquida	3.360.363.106	3.940.902.396	17,28%	27,70%	29,45%	200%
Operações de Crédito	811.527.194	1.190.525.229	46,70%	6,69%	8,90%	16%
Garantias Concedidas	850.047.773	851.191.449	0,13%	7,01%	6,36%	22%

Fonte: SEFAZ e BGE/2013

(1) Receita Corrente Líquida 2013 = R\$ 13.379.882.290

(2) Receita Corrente Líquida 2012 = R\$ 12.130.620.626

Examinando o quadro acima, observa-se que os percentuais obtidos pelo Estado para a Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito e Garantias Concedidas, em relação à RCL, obedecem aos limites fixados nas Resoluções nºs 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal.



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

O valor total da Dívida Consolidada Líquida, em 2013, R\$ 3.940.902.396, foi maior que o valor em 2012, R\$ 3.360.363.106, perfazendo um aumento de 17,28%. E as operações de crédito também tiveram um incremento de 46,70%, passando de R\$ 811.527.194 em 2012 para R\$ 1.190.525.229 em 2013.

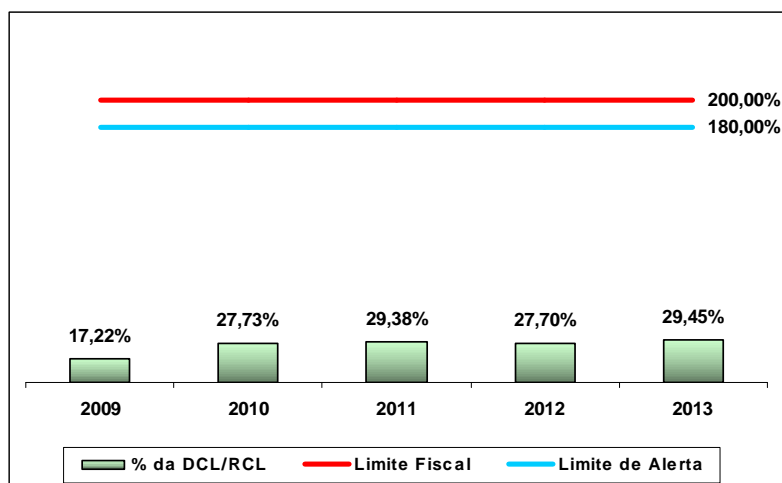
Pode-se também perceber que houve um aumento no percentual da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL, subindo de 27,70% em 2012, para 29,45% em 2013. Mesmo com esse crescimento, ainda está distante do limite fiscal de 200%, como se pode verificar no quadro e gráfico a seguir.

## QUADRO COM A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE 2009 A 2013

	2009	2010	2011	2012	2013
DCL	1.446.623.253	2.680.112.222	3.221.715.419	3.360.363.106	3.940.736.442
% da DCL/RCL	23,55%	17,62%	27,73%	25,12%	29,45%
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%
Limite de Alerta	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%

Fonte: RREO/2013

## GRÁFICO COM A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE 2009 A 2013



Fonte: RREO DEZ/2013

As Garantias e Contragarantias, nos últimos quatro anos, obedeceram ao limite de 22% da RCL, conforme demonstrado a seguir.

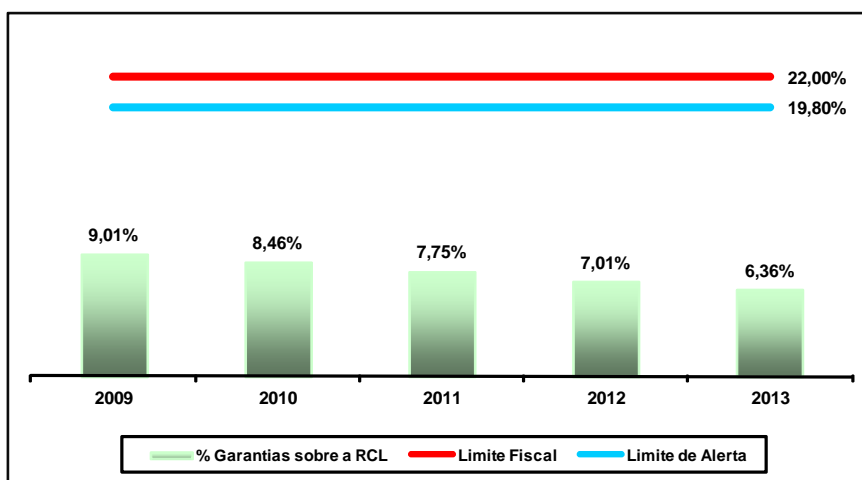


**QUADRO DA EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS E  
CONTRAGARANTIAS**

	R\$ 1,00				
Garantias e Contragarantias	2009	2010	2011	2012	2013
Total das Garantias e Contragarantias	756.537.621	817.186.226	849.512.623	850.047.773	851.191.449
% Garantias sobre a RCL	9,01%	8,46%	7,75%	7,01%	6,36%
Limite Fiscal	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%
Limite de Alerta	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: RREO/2013

**GRÁFICO COM A EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DAS  
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS**



Fonte: RREO DEZ/2013

O volume anual das operações de crédito, nos últimos quatro anos, também tem-se comportado bem abaixo do limite máximo de 16%, estabelecido pela LRF, conforme demonstrativos a seguir:

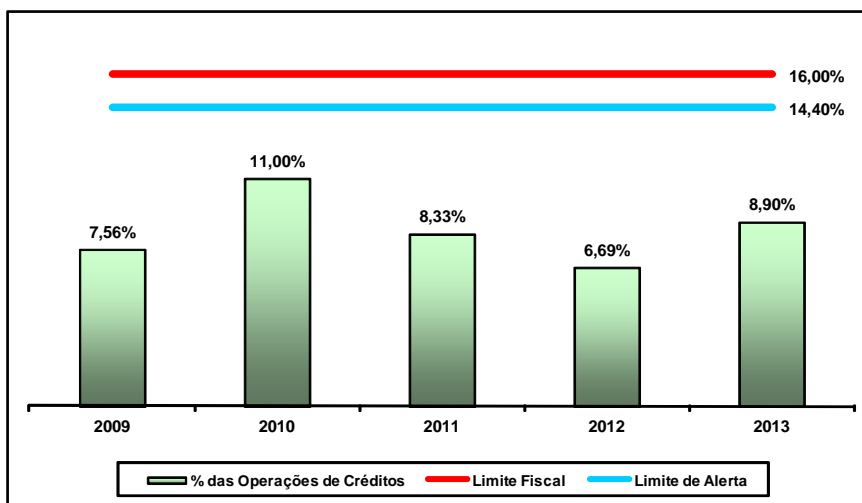


**QUADRO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE  
2009 A 2013**

	R\$ 1,00				
Operações de Créditos	2009	2010	2011	2012	2013
Total das Operações de Créditos Internas e Externas	635.135.247	1.063.158.347	913.072.697	811.527.194	1.190.525.229
% das Operações de Créditos	1,72%	7,56%	11,00%	6,07%	8,90%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite de Alerta	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%

Fonte: RREO/2013

**GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE  
2009 A 2013**



#### **4.6. Das Receitas de Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital**

O Art. 167, Inciso III, da Constituição Federal, veda à realização de Operações de Créditos que excedam o montante das Despesas de Capital, ressalvadas, as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.





Ao impedir que o montante das Operações de Crédito em um exercício financeiro exceda o montante das Despesas de Capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. Conseqüentemente, para que não sejam realizadas Operações de Crédito para pagar juros, é preciso gerar resultado primário capaz de pagar o montante de juros da dívida a cada período. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois esta é uma boa maneira de controlar o endividamento.

No exercício de 2013, a Receita de Operações de Crédito realizadas foram de R\$ 1.190.525.229, enquanto a Despesa de Capital líquida foi no montante de R\$ 2.656.788.435.

Conforme Instruções da Portaria n.º 577/2008 da STN, para a apuração do cumprimento da regra em comento, deve-se deduzir das Despesas de Capital, aquelas relativas a incentivos fiscais a contribuintes concedidos mediante empréstimos. No ano de 2013, esse valor correspondeu a R\$ 74.629.342, de acordo com respectivo demonstrativo apresentado no anexo XI do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Dessa forma, o valor líquido das Despesas de Capital, a ser comparado com as Operações de Crédito, foi de R\$ 1.825.243.796, atendendo à regra de ouro, conforme quadro a seguir.

#### QUADRO DO DEMONSTRATIVO DA REGRA DE OURO

	(R\$ 1,00)
RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
<b>I. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>1.190.525.229</b>
DESPESAS	DESPESAS EXECUTADAS
<b>II. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.015.769.024</b>
LIQUIDADAS	2.656.788.435
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	358.980.589
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO</b>	<b>(1.825.243.795)</b>
Fonte: RREO/DEZ 2013	

#### 4.7. Da Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos

O art. 44 da LRF veda a aplicação da Receita de Capital derivada da Alienação de Bens e Direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de Despesa Corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O art. 53, § 1.º, inciso III, da LRF, orienta que o RREO, referente ao último bimestre do exercício, será acompanhado do demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

O demonstrativo publicado para atendimento do dispositivo legal acima mostra que, no exercício de 2013, foram realizadas receitas provenientes de alienação de bens no valor de R\$ 1.744.102 e que não houve aplicação do valor.

Desta forma, o saldo restante para aplicação em Despesas de Capital ou no Regime de Previdência, acumulado com o saldo dos exercícios anteriores, está apresentado no quadro a seguir:

**QUADRO DO DEMONSTRATIVO DO SALDO PROVENIENTE  
DAS RECEITAS COM ALIENAÇÃO DE BENS**

			(R\$ 1,00)
Descrição	Exercício Anterior	Do Exercício	Saldo a Realizar
Receitas a Aplicar de Alienação de Bens	13.416.957	1.744.102	15.161.059
Fonte: RREO Dez/2013			

#### **4.8. Das Disponibilidades de Caixa**

A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluídos os depósitos de diversas origens. Da Disponibilidade Bruta, são deduzidos os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, os Restos a Pagar Processados, e os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores, dentre outros. Vale ressaltar, que não são deduzidas somente despesas do ponto de vista contábil, mas sim obrigações fiscais. Dessa forma, os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores são também deduzidos.

De acordo com o Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa, integrante do Relatório de Gestão Fiscal de 2013, incluídos os valores pertinentes ao regime próprio de previdência, o Estado apresentou, ao final do exercício, disponibilidades na importância de R\$ 3.241.149.034,83.

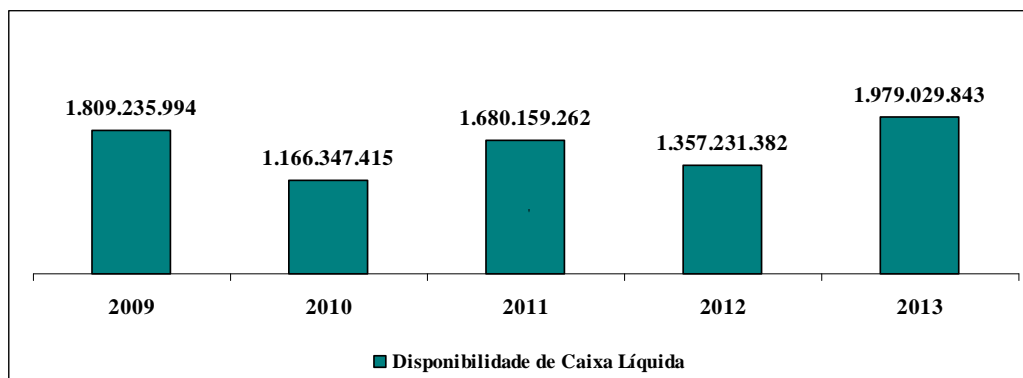
No campo das obrigações financeiras, utilizando os dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal, foi apurado o valor de R\$ 1.262.119,53.

A disponibilidade de caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso. Em 2013, da importância de R\$ 3.241.149.034,83, constam como recursos vinculados o montante de R\$ 1.508.644.715,50, tendo como exemplo desses recursos as transferências do FUNDEB, do SUS, de convênios, repasse fundo a fundo – FNAS, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2013, auferiu-se o saldo das Disponibilidades Líquidas, que correspondem a R\$ 1.979.029.843,30, obtido a partir do valor total de R\$ 3.241.149.034,83 das Disponibilidades, deduzidas as Obrigações Financeiras no montante de R\$ 1.262.119.191,53.

De acordo com o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, que faz parte do Anexo V dos Relatórios de Gestão Fiscal, o gráfico a seguir demonstra o saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida ao final de cada um dos exercícios de 2009 a 2013.

GRÁFICO DO SALDO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
LÍQUIDA NO FINAL DE CADA EXERCÍCIO



Fonte: RREO DEZ/2013

## 4.9. Dos Resultados Nominal e Primário

### 4.9.1. Do Resultado Primário

O Resultado Primário apurado no ano indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias, gerando saldo para pagar as despesas com juros, a fim de evitar o aumento da dívida.

O quadro abaixo demonstra os valores estabelecidos para o Resultado Primário desde a previsão na LDO até a execução no final do exercício.

**QUADRO COM A PREVISÃO E EXECUÇÃO DO RESULTADO  
PRIMÁRIO**

			(Em R\$ 1.000,00)
<b>Descrição</b>	<b>LDO 2013</b>	<b>LOA 2013</b>	<b>Execução 2013</b>
Receita Primária	18.114.587,00	17.156.854,00	17.417.521,85
Despesa Primária	17.801.128,00	16.843.395,00	16.671.350,12
<b>Resultado Primário</b>	<b>313.459,00</b>	<b>313.459,00</b>	<b>746.171,73</b>
Fonte: LDO/LOA/RREO			

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2013 (Lei n°. 15.203, de 19 de julho de 2012) estabeleceu como meta de Resultado Primário o valor de R\$ 313,459 milhões. A Lei Orçamentária Anual para 2013 (Lei n° 15.268, de 28 de dezembro de 2012) no seu Demonstrativo dos Ajustes nas Metas Fiscais da LDO 2013 manteve a meta de Resultado Primário no valor de R\$ 313,459 milhões, estando tal situação em consonância com a diretriz nacional de manutenção das metas de Resultado Primário e Nominal definidas na LDO.

De acordo com o Demonstrativo do Resultado Primário que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período Janeiro a Dezembro de 2013, o Resultado Primário do exercício de 2013 foi de 746,17 milhões, superando sobremaneira a meta inicialmente prevista. Contribuiu para esse resultado o fato das receitas primárias terem obtido um percentual de realização em relação à previsão inicial maior do que o nível de execução alcançado pelas despesas primárias.

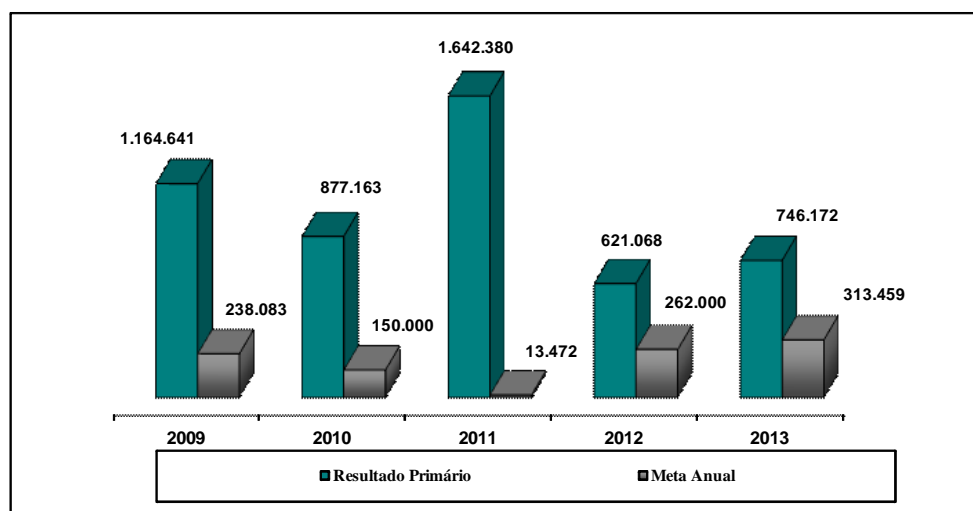
O gráfico a seguir apresenta o comportamento de Resultado Primário do período de 2009 a 2013. Da análise deste, constata-se que neste período o Estado vem mantendo um histórico favorável no cumprimento das metas estipuladas.

**QUADRO DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO  
PERÍODO DE 2009 A 2013**

					(Em R\$ 1.000,00)
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>					
<b>Resultado Primário</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Resultado Primário do Exercício	1.164.641	877.163	1.642.380	621.068	746.172
Meta de Resultado Primário prevista no Anexo de Metas Fiscais da LDO	238.083	150.000	13.472	262.000	313.459
Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2009 a 2013 e RREO					



**GRÁFICO COMPARATIVO ANO A ANO DO RESULTADO  
PRIMÁRIO COM A META ANUAL**



Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2009 a 2013 e RREO

Um superávit fiscal evidencia o bom desempenho das receitas, permitindo a cobertura integral de toda a despesa, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e parte do principal da dívida pública, indicando auto-suficiência de recursos públicos para a cobertura do serviço da dívida.

#### **4.9.2. Do Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida)**

A apuração do Resultado Nominal, calculado conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional tem por finalidade medir a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2013 estabeleceu, como meta para Resultado Nominal, o valor de R\$ 1.082,354 milhões. Esse valor representa previsão de redução no estoque da Dívida Consolidada Líquida do Estado. A Lei Orçamentária Anual para 2013 apresenta o mesmo valor previsto na LDO.

**QUADRO COMPARATIVO DO RESULTADO NOMINAL**

(R\$ 1,00)

Ano	Div. Cons. Líquida	Div. Consolidada
2012	3.360.363.106	5.745.082.357
2013	3.940.902.396	6.980.854.715
<b>Resultado Nominal (Variação Anual)</b>	<b>580.539.290</b>	<b>1.235.772.358</b>

Fonte: LDO 2013 e RREO – 2013



De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período Janeiro a Dezembro de 2013, o Resultado Nominal no ano de 2013 demonstrou um aumento no endividamento do Estado, no valor de 580,539 milhões.

O crescimento da Dívida Consolidada Líquida, em 2013, foi proporcionado principalmente pelo incremento da Dívida Contratual junto a Instituições Financeiras (Interna e Externa) passou do valor de R\$ 4.132.933.988 em 2012 para R\$ 5.117.706.989, ou seja, um incremento de 23,83%, devido às novas operações de crédito já citadas anteriormente.

O gráfico e o quadro a seguir demonstram o comportamento do Resultado Nominal ao longo dos últimos quatro exercícios, em que se observa a variação negativa da Dívida Fiscal Líquida até 2009 e elevação desta a partir de 2010.

**QUADRO DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO NOMINAL DO  
PERÍODO DE 2009 A 2013**

(Em R\$ 1.000,00)

Resultado Nominal	2009	2010	2011	2012	2013
Estoque da DCL	1.446.623	2.680.112	3.221.715	3.360.363	3.940.902
Resultado Nominal do Exercício - Variação da Dívida	-410.415	1.233.489	541.603	138.648	580.539

Fonte: RREO

#### **4.10. Dos Investimentos Destinados ao Interior do Estado**

O art. 210 da Constituição Estadual estabelece que “A Lei de Orçamento do Estado observará, para investimento do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim”.

O parágrafo único do mesmo artigo define que “excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.”

A distribuição dos investimentos do Estado, no exercício de 2013, teve o comportamento evidenciado na tabela a seguir.



TABELA COM INVESTIMENTOS POR MACROREGIÃO

(R\$ 1,00)

MACROREGIÃO	VR. AUTORIZADO 2013	VR. EMPENHADO 2013	% NO TOTAL EXECUTADO 2013	% NO TOTAL EXECUTADO 2012
Litoral Oeste	234.053.160	104.608.616	4,67%	7,24%
Sobral / Ibiapina	385.452.467	125.584.707	5,61%	13,10%
Sertão de Inhamus	146.240.907	61.987.564	2,77%	3,56%
Sertão Central	294.215.265	108.698.542	4,85%	5,45%
Baturité	89.852.718	41.951.874	1,87%	1,54%
Litoral Leste / Jaguaribe	274.147.199	82.347.526	3,68%	3,66%
Cariri / Centro Sul	742.940.024	208.881.274	9,33%	11,52%
<b>Subtotal - Interior</b>	<b>2.166.901.740</b>	<b>734.060.102</b>	<b>32,78%</b>	<b>46,07%</b>
Estado do Ceará	631.384.471	44.141.025	1,97%	8,64%
Região Metropolitana	3.132.810.296	1.460.920.932	65,25%	45,29%
<b>Total</b>	<b>5.931.096.507</b>	<b>2.239.122.060</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIOF/SEPLAG

Pela análise do quadro é possível identificar que 32,78% do valor autorizado foi destinado ao interior do Estado, percentual que, a princípio, não atende ao dispositivo constitucional.

É importante ressaltar que nos percentuais apresentados estão segregadas as despesas alocadas na Região 22 – Estado do Ceará, que representa 1,97% do total empenhado, para as quais não foi possível aferir se a região beneficiária pertence ao interior do Estado. Mesmo somando-se integralmente o valor dessa macrorregião ao volume aplicado no interior, o percentual mínimo estabelecido na constituição não é atingido, pois o percentual de aplicação na região metropolitana contemplou 65,25% do total investido pelo Estado em 2013.

Oportuno destacar que, em 2013, os investimentos realizados no montante de R\$ 2.239.122.060, foram superiores ao ano de 2012, que apresentaram uma importância de R\$ 2.070.703.200, mostrando um incremento de 10,74% de seu valor. Contudo a participação na execução orçamentária do interior foi de 32,78% do total dos recursos, patamar inferior ao de 2012, que foi de 46,07%. As regiões que sofreram maiores impactos na redução dos investimentos foram Sobral/Ibiapina, que passou de 13,10% em 2012 para 5,61% em 2013 e Cariri/Centro Sul que passou de 11,52% em 2012 para 9,33% em 2013.



A Região Metropolitana de Fortaleza onde foram investidos o montante de R\$ 1.460.920.932, podemos destacar o valor de R\$ 625.726,645,89, aplicados no programa de Transporte e Logística do Estado e o valor de R\$ 179.814.448,17 no programa de Promoção e Realização da Copa 2014 e restante dos recursos foram investidos em diversos programas.





## CONCLUSÃO

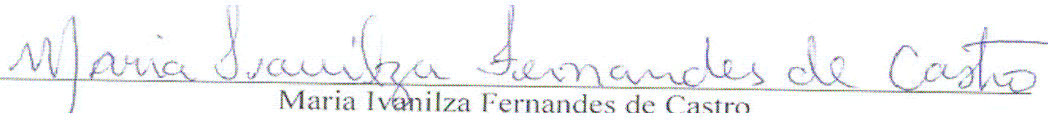
Em cumprimento às disposições legais, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará - CGE produziu o Relatório sobre as Contas Anuais do Governo referentes ao exercício financeiro de 2013.

As análises e considerações aqui apresentadas foram norteadas pelos mandamentos constitucionais e pelas orientações contidas na Lei Complementar n.º 101/00, na Lei n.º 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre a matéria. Considera-se importante frisar, ainda, que as referidas análises tomaram como parâmetro informações consolidadas do Balanço Geral do Estado. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos será realizado por ocasião de auditorias das contas anuais de gestão.

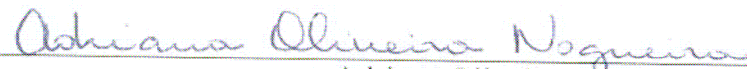
Por fim, espera-se que o presente Relatório constitua-se num instrumento de efetiva contribuição para o fortalecimento da transparência na gestão dos recursos públicos, numa visão de *accountability*.

Coordenadoria do Controle Interno Preventivo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

Fortaleza, 03 de abril de 2014.


  
Maria Ivanilza Fernandes de Castro

Auditora do Controle Interno

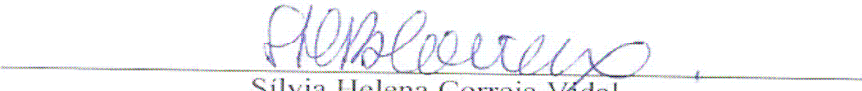
  
Adriana Oliveira Nogueira

Orientadora da Célula de Acompanhamento da Gestão


De acordo:

  
Antônio Marconi Lemos da Silva  
Coordenador de Controle Interno Preventivo

De acordo:

  
Sílvia Helena Correia Vidal  
Secretária Adjunta da Controladoria e Ouvidoria Geral

De acordo:

  
João Alves de Melo  
Secretário de Estado Chefe de Controladoria e Ouvidoria Geral





# ANEXOS





# ADMINISTRAÇÃO DIRETA





Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar
11	RECEITAS CORRENTES	14.392.689.408,96	14.803.645.236,01	14.734.686.347,35	-68.958.888,66
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	8.012.065.795,60	8.378.866.284,38	8.486.133.161,22	107.266.876,84
1111	IMPOSTOS	7.982.063.300,25	8.354.143.973,98	8.475.674.730,00	121.530.756,02
1112	TAXAS	30.002.495,35	24.722.310,40	10.458.431,22	-14.263.879,18
113	RECEITA PATRIMONIAL	241.900.000,00	246.119.100,82	505.543.676,02	259.424.575,20
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	326.730,91	326.730,91	342.437,31	15.706,40
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	241.573.269,09	239.698.548,40	247.070.003,83	7.371.455,43
1136	RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	6.093.821,51	252.722.133,02	246.628.311,51
1139	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	5.409.101,86	5.409.101,86
116	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	11.181.020,46	11.181.020,46
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	11.181.020,46	11.181.020,46
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.906.639.086,58	5.946.660.324,03	5.401.616.646,33	-545.043.677,70
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.730.105.262,55	5.706.721.529,90	5.297.071.911,78	-409.649.618,12
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	176.533.824,03	239.938.794,13	104.544.734,55	-135.394.059,58
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	232.084.526,78	231.999.526,78	330.211.843,32	98.212.316,54
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	124.292.807,81	124.207.807,81	129.448.989,81	5.241.182,00
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.566.918,23	52.566.918,23	58.639.451,81	6.072.533,58
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	29.920.254,75	29.920.254,75	89.018.570,77	59.098.316,02
1199	RECEITAS DIVERSAS	25.304.545,99	25.304.545,99	53.104.830,93	27.800.284,94
12	RECEITAS DE CAPITAL	3.123.197.930,37	2.593.655.743,38	1.786.129.324,76	-807.526.418,62
121	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.020.494.212,98	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	-266.248.094,06
1211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.206.924.214,09	1.027.539.169,52	697.515.860,10	-330.023.309,42
1212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	813.569.998,89	429.234.153,43	493.009.368,79	63.775.215,36
122	ALIENAÇÃO DE BENS	17.413,76	106.825,88	22.325,38	-84.500,50
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.413,76	106.825,88	22.325,38	-84.500,50
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.099.569.564,15	1.133.658.855,07	595.581.770,49	-538.077.084,58
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.099.569.564,15	1.133.658.855,07	595.581.770,49	-538.077.084,58
125	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.116.739,48	3.116.739,48	0,00	-3.116.739,48
1259	OUTRAS RECEITAS	3.116.739,48	3.116.739,48	0,00	-3.116.739,48
<b>Subtotal das Receitas(1):</b>		<b>17.515.887.339,33</b>	<b>17.397.300.979,39</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>-876.485.307,28</b>

Governo do Estado do Ceará			Balanço Orçamentário			Página 2 / 3		
Secretaria da Fazenda						Exercício 2013		
Coordenadoria do Tesouro Estadual						Anexo 12		
Administração Direta								
Receitas Orçamentárias			Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar		

<b>Refinanciamento(II):</b>								
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (III=I+II):</b>			<b>17.515.887.339,33</b>	<b>17.397.300.979,39</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>-876.485.307,28</b>		

<b>Déficit (IV):</b>								
<b>Total (V=III + IV):</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-876.485.307,28</b>		
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>								
Superávit Financeiro			970.140.305,50			-188.116.287,44		
Reabertura de créditos adicionais			970.140.305,50			782.024.018,06		

Despesas Orçamentárias			Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.401.373.357,57	9.906.748.820,81	9.505.401.465,40	9.386.154.360,60	9.217.854.063,74	401.347.355,41
			4.832.940.481,35	4.868.106.136,28	4.776.717.422,68	4.773.098.560,75	4.685.456.848,51	91.388.713,60
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		276.580.495,00	231.423.495,00	227.018.789,46	227.018.789,46	227.018.789,46	4.404.705,54
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.291.852.381,22	4.807.219.189,53	4.501.665.253,26	4.386.037.010,39	4.305.378.425,77	305.553.936,27
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
44	INVESTIMENTOS		4.084.364.869,87	5.206.460.274,35	2.443.718.263,36	2.192.898.595,39	2.182.441.165,18	2.762.742.010,99
			3.500.322.049,87	4.466.541.175,43	1.722.912.521,89	1.472.092.853,92	1.461.635.423,71	2.743.628.653,54
45	INVERSÕES FINANCEIRAS		115.805.912,00	253.721.880,30	244.274.232,51	244.274.232,51	244.274.232,51	9.447.647,79
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		468.236.908,00	486.197.218,62	476.531.508,96	476.531.508,96	476.531.508,96	9.665.709,66
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>								
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		45.169.987,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			45.169.987,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (VI):			13.530.908.214,94	15.113.209.095,16	11.949.119.728,76	11.579.052.955,99	11.400.295.228,92	3.164.089.366,40



Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual Administração Direta		Balanço Orçamentário				Página 3 / 3 Exercício 2013 Anexo 12	
Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII):		63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,62	7.830,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,62	7.830,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VIII=VI+VII):		13.594.389.121,94	15.163.724.002,16	11.999.626.805,38	11.629.560.032,61	11.450.802.305,54	3.164.097.196,78
Superávit (IX):		3.921.498.217,39	2.233.576.977,23	4.521.188.866,73			
Total (X=VIII+IX):		17.515.887.339,33	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	11.629.560.032,61	11.450.802.305,54	876.485.307,28



Ingressos				Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>				<b>16.520.815.672,11</b>	<b>14.168.688.911,86</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>11.478.950.786,78</b>
<b>ORDINÁRIA</b>				<b>12.860.569.869,45</b>	<b>11.516.450.024,01</b>	<b>ORDINÁRIA</b>	<b>9.227.996.951,82</b>	<b>8.975.871.390,79</b>
<b>VINCULADA</b>				<b>3.660.245.802,66</b>	<b>2.652.238.887,85</b>	<b>VINCULADA</b>	<b>2.771.629.853,56</b>	<b>2.503.079.395,99</b>
PREVIDÊNCIA SOCIAL				0,00	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
FECOP				359.184.718,24	339.678.792,66	FECOP	347.007.842,99	229.706.473,91
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES				67.263.009,01	96.071.183,93	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	53.875.518,60	57.381.338,52
ALIENAÇÃO DE BENS				22.325,38	6.584.548,70	ALIENAÇÃO DE BENS	47.817,62	169.184,89
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS				1.648.147,32	15.658.306,93	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	5.407.889,89	1.459.346,64
FUNDEB				1.197.421.533,95	1.128.685.260,17	FUNDEB	1.199.922.966,72	1.231.799.002,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				1.190.525.228,89	741.390.528,05	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	687.930.703,87	581.857.874,84
CONVÊNIOS				844.180.839,87	324.005.187,89	CONVÊNIOS	477.437.113,87	400.706.174,70
RECURSOS PRÓPRIOS				0,00	0,00	RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	0,00
SUS				0,00	0,00	SUS	0,00	0,00
OUTROS RECURSOS				0,00	165.079,52	OUTROS RECURSOS	0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>				<b>11.507.264.323,82</b>	<b>11.240.315.741,27</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>	<b>15.456.309.237,92</b>	<b>14.157.953.365,52</b>
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				11.026.839.149,55	10.493.640.869,72	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14.880.599.819,57	13.321.862.087,17
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR				278.104.216,07	438.348.395,67	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	370.381.229,13	511.803.316,11
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUIVEIS				51.094.931,62	47.689.627,86	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUIVEIS	51.094.931,62	47.689.627,86
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				151.226.026,58	260.636.848,02	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	154.233.257,60	276.598.334,38
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>				<b>6.597.154.348,73</b>	<b>7.529.248.493,81</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>	<b>6.509.206.505,46</b>	<b>7.445.894.869,57</b>
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				147.889.630,37	169.390.002,26	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	175.026.623,31	398.210.872,94
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				370.070.421,28	370.797.345,94	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	278.332.444,84	142.965.329,76
VALORES RESTITUIVEIS				6.079.194.297,08	6.989.061.145,61	VALORES RESTITUIVEIS	6.055.847.437,31	6.904.718.666,87
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO				1.407.169.089,12	1.441.533.688,46	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.376.236.002,42	1.423.006.000,82
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				21.075.057,35	23.015.624,57	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39.529.172,05	46.031.249,14
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS				4.650.950.150,61	5.524.511.832,58	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	4.640.082.262,84	5.435.681.416,91
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>				<b>1.852.538.402,82</b>	<b>1.997.084.277,75</b>	<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>	<b>2.512.630.198,72</b>	<b>1.852.538.402,82</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				1.852.538.402,82	1.997.084.277,75	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS				0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
<b>TOTAL (V)</b>				<b>36.477.772.747,48</b>	<b>34.935.337.424,69</b>	<b>TOTAL (X)</b>	<b>36.477.772.747,48</b>	<b>34.935.337.424,69</b>

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.160.826.502,76</b>	<b>2.185.684.098,27</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>441.512.375,72</b>	<b>516.786.145,96</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	58.363.081,41	78.800.198,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82	PESSOAL A PAGAR	22.795.578,66	41.266.316,99
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	206.310.945,95	18.327.961,49	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	2.629,94	442,73
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	140.016.440,43	0,00	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	10.825,19	11.654,54
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	49.358.409,85	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	35.554.047,62	37.521.784,37
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	81.140.168,71	88.973.863,69	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-64.204.073,04	-70.645.902,20	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	13.597.152,74	18.538.599,24
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	199.355.574,28	172.633.421,80	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	13.596.838,57	18.567.679,54
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	1.442.918,95	1.658.813,56	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS	314,17	-29.080,30
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	482.836,32	482.836,32	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.240.247,66	1.150,48
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	851.911.206,24	717.785.736,87	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	8.238.181,49	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-654.481.387,23	-547.293.964,95	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	2.066,17	1.150,48
ESTOQUES	242.529.783,81	142.184.312,16	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	66.737.750,17	61.914.064,10
ALMOXARIFADO	133.724.268,20	101.093.607,75	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)	66.737.750,17	61.914.064,10
OUTROS ESTOQUES	108.805.515,61	41.090.704,41	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	294.574.143,74	357.532.133,51
			VALORES RESTITUÍVEIS	291.027.748,40	273.192.819,32
			OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.546.395,34	84.339.314,19
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>18.835.562.031,48</b>	<b>16.405.292.338,33</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>6.980.854.715,22</b>	<b>5.745.082.357,19</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.976.639.721,19	5.982.326.453,76	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	84.619.393,27	81.938.970,93
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	5.762.349.163,81	5.780.232.618,68	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	84.619.393,27	81.938.970,93
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	214.290.557,38	202.093.835,08	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	6.282.259.451,81	5.188.320.943,56
INVESTIMENTOS	3.310.851.327,38	2.485.546.502,04	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	6.282.259.451,81	5.188.320.943,56
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	3.306.690.754,71	2.481.385.929,37	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	4.160.572,67	4.160.572,67	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	9.547.697.314,89	7.937.045.714,51	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	2.483.067.515,44	2.000.064.951,19	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	7.064.629.799,45	5.936.980.763,32	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	613.975.870,14	474.822.442,70
INTANGÍVEL	373.668,02	373.668,02	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	613.975.870,14	474.822.442,70
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	373.668,02	373.668,02	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14.574.021.443,30</b>	<b>12.329.107.933,45</b>
			DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
			OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Patrimônio Líquido</b>					
RESULTADOS ACUMULADOS				<b>14.574.021.443,30</b>	<b>12.329.107.933,45</b>
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS				14.574.021.443,30	12.329.107.933,45
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO				14.574.021.443,30	12.018.088.109,12
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				2.255.322.990,96	1.680.726.670,82
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				11.749.988.794,34	10.069.262.123,52
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS				568.709.658,00	268.099.314,78
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				0,00	311.019.824,33
				0,00	311.019.824,33

<b>Total do Ativo:</b>	21.996.388.534,24	18.590.976.436,60	<b>Total do Passivo:</b>	21.996.388.534,24	18.590.976.436,60
<b>(1) Ativo Financeiro:</b>	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82	<b>(3) Passivo Financeiro:</b>	897.635.216,85	1.406.592.303,63
<b>(2) Ativo Permanente:</b>	19.483.758.335,52	16.738.438.033,78	<b>(4) Passivo Permanente:</b>	6.980.854.715,22	5.750.267.751,77
<b>Saldo Patrimonial:</b>	<b>14.117.898.602,17</b>	<b>11.434.116.381,20</b>			

Compensações		Exercício Anterior		Exercício Anterior	
Especificação		Exercício Atual		Exercício Atual	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos				Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		852.595.882,44		851.706.586,18	
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		1.350.625.102,55		401.461.516,17	
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		4.062.082,18		4.062.082,18	
<b>Total</b>		<b>2.207.283.067,17</b>		<b>1.257.230.184,53</b>	
				<b>130.554.035,93</b>	
				0,00	
				267.351.194,86	
				<b>397.905.230,79</b>	
				<b>1.145.384.527,70</b>	



Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Aumentativas</b>	<b>29.413.529.566,70</b>	<b>25.717.030.534,83</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>9.827.729.916,89</b>	<b>8.094.932.604,18</b>
4.1.1 IMPOSTOS	9.817.370.857,02	8.074.959.376,27
4.1.2 TAXAS	10.359.059,87	19.973.227,91
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>	<b>272.951.946,44</b>	<b>221.406.861,73</b>
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	272.951.946,44	221.406.861,73
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>676.460.452,67</b>	<b>648.163.660,57</b>
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	117.111.039,35	175.317.284,19
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	317.124.303,43	293.187.459,19
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	238.427.382,22	175.783.259,33
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	3.797.727,67	3.875.657,86
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>17.504.462.740,64</b>	<b>16.485.882.150,21</b>
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.507.264.323,82	11.251.788.336,41
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.808.701.295,10	4.114.532.005,72
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	1.188.497.121,72	1.119.561.808,08
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.131.924.510,06</b>	<b>266.645.258,14</b>
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	462.234.699,09	14.934.604,77
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	669.689.810,97	251.710.653,37

Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>	<b>27.158.206.575,74</b>	<b>24.036.303.864,01</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>4.774.111.493,41</b>	<b>4.894.828.026,87</b>
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.967.088.195,99	4.109.764.098,84
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	693.243.477,42	701.137.109,64
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	96.468.402,95	71.470.094,77
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	17.311.417,05	12.456.723,62
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>16.092.639,85</b>	<b>14.814.624,23</b>
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	0,00
3.2.2 PENSÕES	13.776.731,57	13.745.927,73
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
3.2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>		<b>27.158.206.575,74</b>	<b>24.036.303.864,01</b>
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.315.908,28	1.068.696,50
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>		<b>1.418.246.159,45</b>	<b>1.241.614.334,57</b>
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	150.760.942,80	115.520.994,11
3.3.2	SERVIÇOS	1.267.485.216,65	1.126.093.340,46
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00	0,00
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>		<b>1.084.680.115,41</b>	<b>854.649.097,67</b>
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	227.018.789,46	227.401.514,19
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	474.287,69	2.383.430,64
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	710.347.889,67	540.211.581,95
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	146.839.148,59	84.652.570,89
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>		<b>18.270.036.230,27</b>	<b>16.686.826.403,08</b>
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	15.456.309.237,92	14.157.953.365,52
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.486.538.580,88	2.176.839.677,52
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	326.183.824,01	349.590.443,65
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	1.438.328,89
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	1.004.587,46	1.004.587,50
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS</b>		<b>1.267.525.430,98</b>	<b>45.745.329,80</b>
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.267.525.430,98	45.745.329,80
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
<b>TRIBUTÁRIAS</b>		<b>125.237.895,23</b>	<b>41.644.097,70</b>
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.789.150,43	1.460.142,28
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	123.448.744,80	40.183.955,42
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>202.276.611,14</b>	<b>256.181.950,09</b>
3.9.1	PREMIAÇÕES	26.715.588,48	43.083.106,67
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	312,10	16.128.974,56
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	2.643.467,27	1.274.994,70
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	20.367.945,57	9.703.581,55
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	152.549.297,72	185.991.292,61
<b>RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:</b>		<b>2.255.322.990,96</b>	<b>1.680.726.670,82</b>



Variações Patrimoniais Qualitativas

Exercício Atual

Exercício Anterior

**Variações Qualitativas**

**3.570.890.984,92 2.641.002.954,49**

**INCORPORAÇÃO DO ATIVO**

**1.722.872.668,15 1.083.024.683,72**

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA FONTE 12

47.817,62 0,00

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES

303.522.324,86 286.877.981,08

AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

89.153.367,43 3.439.496,13

OBRAS EM ANDAMENTO

729.860.454,24 792.707.206,51

AQUISIÇÃO DE CAPITAL DAS EMPRESAS

359.217.006,21 0,00

OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO

241.071.697,79 0,00

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

0,00 0,00

**DESINCORPORAÇÃO DO PASSIVO**

**527.038.585,58 686.608.585,16**

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

527.038.585,58 686.608.585,16

**INCORPORAÇÃO DO PASSIVO**

**1.190.525.228,89 811.527.194,34**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

1.190.525.228,89 811.527.194,34

**DESINCORPORAÇÃO DO ATIVO**

**130.454.502,30 59.842.491,27**

ALIENAÇÃO DE BENS

22.325,38 6.585.375,88

RECEBIMENTO DE DÍVIDA ATIVA

102.565.452,58 38.423.038,05

RECEBIMENTO DE MULTA E JUROS


16.543.010,44 14.834.077,34

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS


11.323.713,90 0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>26.039.629.712,97</b>	<b>24.159.884.443,03</b>
<b>RECEITAS DERIVADAS</b>	<b>8.520.852.186,83</b>	<b>7.514.585.638,15</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.486.133.161,22	7.474.692.490,92
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	34.719.025,61	39.893.147,23
<b>RECEITAS ORIGINÁRIAS</b>	<b>812.217.514,19</b>	<b>594.499.504,15</b>
RECEITA PATRIMONIAL	267.282.134,58	210.006.659,04
RECEITA DE SERVIÇOS	11.181.020,46	17.419.569,95
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	295.492.817,71	193.464.211,90
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	238.261.541,44	173.609.063,26
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>16.706.560.011,95</b>	<b>16.050.799.300,73</b>
<b>INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>4.108.574.790,06</b>	<b>3.828.507.583,09</b>
DA UNIÃO	4.108.574.790,06	3.828.507.583,09
<b>MULTIGOVERNAMENTAIS</b>	<b>1.188.497.121,72</b>	<b>1.119.561.808,08</b>
<b>CONVÊNIOS</b>	<b>104.544.734,55</b>	<b>170.740.644,17</b>
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	102.954.660,57	170.740.644,17
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	1.590.073,98	0,00
<b>INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>11.304.943.365,62</b>	<b>10.931.989.265,39</b>
<b>COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>11.026.839.149,55</b>	<b>10.493.640.869,72</b>
CORRENTE	8.951.481.567,32	8.935.055.698,68
CAPITAL	1.896.473.525,06	1.558.585.171,04
DUODÉCIMO	178.884.057,17	0,00
<b>EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>	<b>278.104.216,07</b>	<b>438.348.395,67</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>24.865.935.888,73</b>	<b>23.343.821.722,19</b>
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO</b>	<b>6.572.521.343,83</b>	<b>6.730.642.502,77</b>
LEGISLATIVA	460.575.619,53	423.349.895,67
JUDICIÁRIA	746.164.002,11	654.185.265,17
ESSENCIAL À JUSTIÇA	316.734.086,97	285.966.821,78
ADMINISTRAÇÃO	847.638.794,82	822.309.447,25
SEGURANÇA PÚBLICA	1.454.739.849,55	1.375.008.014,39
ASSISTÊNCIA SOCIAL	63.293.175,18	64.504.708,89
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.731.514,16	56.543.571,49
SAÚDE	8.532.978,16	649.723.659,21
TRABALHO	18.190.265,99	13.618.602,52
EDUCAÇÃO	1.911.936.348,16	1.672.631.438,21
CULTURA	20.526.448,69	21.020.019,27
DIREITOS DA CIDADANIA	298.317.970,83	254.353.658,26
URBANISMO	9.468.923,23	7.713.417,98
HABITAÇÃO	23.872.132,71	4.469.688,60
GESTÃO AMBIENTAL	21.547.626,02	15.345.409,95
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.175.598,11	6.262.012,58
AGRICULTURA	91.894.351,86	103.312.173,34
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.600.216,85	15.000,00
INDÚSTRIA	610,00	32.255.817,04
COMÉRCIO E SERVIÇOS	20.666.298,13	18.555.139,65
COMUNICAÇÕES	0,00	7.700,00
ENERGIA	2.678.267,33	0,00
TRANSPORTE	535.045,65	15.164.416,70
DESPORTO E LAZER	55.274.532,81	20.820.333,50
ENCARGOS ESPECIAIS	189.426.686,98	213.506.291,32
<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>227.018.789,46</b>	<b>227.401.514,19</b>



	Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual Administração Direta	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Página 2 / 2
		Exercício 2013	

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>227.018.789,46</b>	<b>227.401.514,19</b>
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	227.018.789,46	227.401.514,19
<b>TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>18.066.395.755,44</b>	<b>16.385.777.705,23</b>
A MUNICÍPIOS	2.483.068.153,06	2.174.444.525,35
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	327.452.981,22	364.238.671,30
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	3.888.985,00	12.424.517,80
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	1.004.587,46	1.004.587,50
<b>INTRAGOVERNAMENTAIS COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>15.250.981.048,70</b>	<b>13.833.665.403,28</b>
CORRENTE	12.415.531.904,09	11.220.428.170,67
CAPITAL	2.286.183.858,31	2.101.433.916,50
DUODÉCIMO	178.884.057,17	0,00
<b>EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>	<b>370.381.229,13</b>	<b>511.803.316,11</b>
<b><u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</u></b>	<b>1.173.693.824,24</b>	<b>816.062.720,84</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>595.604.095,87</b>	<b>129.266.539,88</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	22.325,38	6.584.548,70
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	595.581.770,49	121.384.450,96
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.297.540,22
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>1.780.553.424,27</b>	<b>1.264.647.049,57</b>
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.780.553.424,27	1.264.647.049,57
<b><u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>	<b>-1.184.949.328,40</b>	<b>-1.135.380.509,69</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u></b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.190.525.228,89</b>	<b>811.527.194,34</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.190.525.228,89	811.527.194,34
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>527.038.585,58</b>	<b>686.608.585,16</b>
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	527.038.585,58	686.608.585,16
<b><u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u></b>	<b>663.486.643,31</b>	<b>124.918.609,18</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO</u></b>		
<b>INGRESSOS</b>		
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	202.320.958,20	308.326.475,88
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	4.671.834.282,07	5.524.511.675,08
<b>DESEMBOLSOS</b>		
VALORES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	205.328.189,22	324.287.962,24
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	4.660.966.394,30	5.458.696.883,98
<b><u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u></b>	<b>7.860.656,75</b>	<b>49.853.304,74</b>
<b><u>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</u></b>		
<b><u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</u></b>	<b>660.091.795,90</b>	<b>-144.545.874,93</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	1.852.538.402,82	1.997.084.277,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82
<b><u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</u></b>	<b>660.091.795,90</b>	<b>-144.545.874,93</b>

<div> <div>  <div> Governo do Estado do Ceará  Secretaria da Fazenda  Coordenadoria do Tesouro Estadual  Administração Direta </div> </div> <div> Demonstração dos Ingressos e Dispendios segundo as Categorias Econômicas </div> <div> Página 1 / 1  Exercício 2013  Anexo 1 </div> </div>			
Ingressos		Dispendios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.801.324.845,42	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.776.717.422,68
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	227.018.789,46
RECEITA PATRIMONIAL	505.543.676,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.501.665.253,26
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	11.181.020,46		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.388.525.401,71		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	351.644.935,95		
(-)DEDUÇÕES	2.323.533.532,21		
TOTAL	14.734.686.347,35	<b>SUPERÁVIT</b>	5.229.284.881,95
		<b>TOTAL</b>	14.734.686.347,35
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.190.525.228,89	INVESTIMENTOS	1.722.912.521,89
ALIENAÇÃO DE BENS	22.325,38	INVERSÕES FINANCEIRAS	244.274.232,51
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	527.038.585,58
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	595.581.770,49		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
(-)DEDUÇÕES	0,00		
<b>DÉFICIT</b>	708.096.015,22		
<b>TOTAL</b>	2.494.225.339,98	<b>TOTAL</b>	2.494.225.339,98

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	14.734.686.347,35	DESPESAS CORRENTES	9.505.401.465,40
RECEITAS DE CAPITAL	1.786.129.324,76	DESPESAS DE CAPITAL	2.494.225.339,98
TOTAL	16.520.815.672,11	<b>SUPERÁVIT</b>	4.521.188.866,73
		<b>TOTAL</b>	16.520.815.672,11



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				9.505.401.465,40
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.776.717.422,68	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		4.180.028.887,35		
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	3.567.317,80			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	290.080.660,71			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	48.027,34			
31900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.802.200,85			
31900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	74.649,83			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.908.730.228,48			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	761.500.502,41			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	90.668.196,97			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.646.794,66			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	47.763.639,93			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	56.189.079,26			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	3.053.451,17			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	13.904.137,94			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		596.688.535,33		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	595.963.511,84			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	544.222,32			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	180.801,17			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			227.018.789,46	
3290	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		227.018.789,46		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	217.420.663,21			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	9.598.126,25			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.501.665.253,26	
3320	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
33204100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		0,00		
33321400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
33323000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33323900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		2.410.535.868,90		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	47.541.151,76			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.362.994.717,14			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		281.353.166,20		
33503000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	189.927.300,93			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	88.886.343,99			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.492.921,28			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	46.600,00			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		3.346.485,00		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	3.346.485,00			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		401.664,96		
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33803300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	18.790,00			
33803500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	315.200,00			
33803600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	67.674,96			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		1.799.171.123,94		
33900300	PENSÕES	10.209.413,77			
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	395.831,39			
33901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	15.360.516,37			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	15.308.640,75			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.643.467,27			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	144.687.154,63			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	26.437.008,78			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	41.593.630,19			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17.035.432,95			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	64.632.664,95			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15.680.503,48			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	146.527.844,61			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA				
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	396.053.704,46			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	610.201.142,07			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	14.103.945,57			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	98.210.827,19			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	125.168.138,50			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.140.202,72			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	622.865,53			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	814.972,48			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.526.995,12			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23.816.221,16	6.856.944,26		
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.584,30			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.893.588,28			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	960.218,02			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.230,24			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.997.323,42			
3393	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00	0,00		
33933900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
4	DESPESA DE CAPITAL				2.494.225.339,98
44	INVESTIMENTOS			1.722.912.521,89	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		75.680.737,61		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	4.867.470,31			
44404200	AUXÍLIOS	69.511.092,31			
44405100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.302.174,99			
4442	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS		329.526,74		
44425200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44429200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	329.526,74			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	45.809.772,94			
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.707.880,00			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	1.799.936,83			
44504200	AUXÍLIOS	39.301.956,11			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	0,00			
44604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	89.076,00			
44704100	CONTRIBUIÇÕES	89.076,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00			
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	1.600.725.613,18			
44901400	DIÁRIA-CIVIL	42.992,49			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	3.083.569,64			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	35.421,01			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	8.233.714,65			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	37.115.502,36			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	1.937.500,00			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	283.309,77			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	877.424.761,01			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	350.258.676,77			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	104.285.390,10			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	126.044.895,04			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.741.385,89			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	31.235.494,45			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	277.795,42			
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.369,66			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	271.425,76			
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4493	DECORRENTE ORÇÃOS DO ORÇ FISCAL		0,00		
44935200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4494	APLICAÇÕES DIRETAS		0,00		
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			244.274.232,51	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		244.274.232,51		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	3.686.400,00			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	240.587.832,51			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			527.038.585,58	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		527.038.585,58		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	527.038.585,58			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
Total Geral:					11.999.626.805,38



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1-RECEITAS CORRENTES		14.801.867.236,01	14.700.329.758,56	0,00	101.537.477,45
11-RECEITA TRIBUTÁRIA		8.378.866.284,38	8.486.133.161,22	107.266.876,84	0,00
111-IMPOSTOS		8.354.143.973,98	8.475.674.730,00	121.530.756,02	0,00
1112-IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA		1.061.411.696,45	1.162.704.461,44	101.292.764,99	0,00
111204-IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		569.809.767,84	654.990.301,95	85.180.534,11	0,00
11120431-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO		568.879.541,84	632.916.503,04	64.036.961,20	0,00
11120431-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO		0,00	-75.285,67	0,00	-75.285,67
11120434-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS		930.226,00	22.149.084,58	21.218.858,58	0,00
111205-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES		452.716.397,77	459.630.044,87	6.913.647,10	0,00
11120500-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES		502.607.108,63	510.711.567,72	8.104.459,09	0,00
11120500-DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPVA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB		-49.890.710,86	-50.890.290,89	0,00	-999.580,03
11120500-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES		0,00	-191.231,96	0,00	-191.231,96
111207-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS		38.885.530,84	48.084.114,62	9.198.583,78	0,00
11120700-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS		48.606.913,55	59.510.672,61	10.903.759,06	0,00
11120700-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ITCD PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB		-9.721.382,71	-11.277.665,68	0,00	-1.556.282,97
11120700-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS		0,00	-148.892,31	0,00	-148.892,31
1113-IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO		7.292.732.277,53	7.312.970.268,56	20.237.991,03	0,00
111302-IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO		7.292.732.277,53	7.312.970.268,56	20.237.991,03	0,00
11130201-IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES		8.161.970.094,14	8.231.773.150,70	69.803.056,56	0,00
11130201-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ICMS PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB		-1.191.044.856,29	-1.229.039.642,48	0,00	-37.994.786,19
11130201-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO		0,00	-23.568.675,21	0,00	-23.568.675,21
11130202-ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA		321.807.039,68	333.805.435,55	11.998.395,87	0,00
112-TAXAS		24.722.310,40	10.458.431,22	0,00	14.263.879,18
1121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		21.713.519,92	1.129.353,42	0,00	20.584.166,50
112117-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	6.673,67	6.673,67	0,00
11211700-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	6.673,67	6.673,67	0,00
112121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		21.132.127,49	1.004.618,99	0,00	20.127.508,50
11212152-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS		21.132.127,49	1.004.618,99	0,00	20.127.508,50
112132-TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL		385.544,67	0,00	0,00	385.544,67
11213200-TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL		385.544,67	0,00	0,00	385.544,67





Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
112199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		195.847,76	118.060,76	0,00	77.787,00
11219953-TAXA DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - POLÍCIA CIVIL		0,00	118.060,76	118.060,76	0,00
11219999-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		195.847,76	0,00	0,00	195.847,76
1122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		3.008.790,48	9.329.077,80	6.320.287,32	0,00
112229-EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS		0,00	65.221,01	65.221,01	0,00
11222952-EMOLUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS		0,00	65.221,01	65.221,01	0,00
112299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		3.008.790,48	9.263.856,79	6.255.066,31	0,00
11229951-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA		2.809.166,00	1.045.110,27	0,00	1.764.055,73
11229952-TAXA DE SAÚDE		158.591,54	145.273,16	0,00	13.318,38
11229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS		15.546,71	17.235,59	1.688,88	0,00
11229954-TAXA DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL SANITÁRIA		23.471,74	0,00	0,00	23.471,74
11229957-TAXA DE SERVIÇOS GRÁFICOS		0,00	117.292,65	117.292,65	0,00
11229960-TAXA ANUAL DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO		2.014,49	18.226,04	16.211,55	0,00
11229970-CONTRIBUIÇÃO DO FERMOJU - CORRENTE		0,00	97.643,35	97.643,35	0,00
11229971-EDITORIAL E GRÁFICA		0,00	7.821.347,73	7.821.347,73	0,00
11229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	1.728,00	1.728,00	0,00
13-RECEITA PATRIMONIAL		246.119.100,82	505.543.676,02	259.424.575,20	0,00
131-RECEITAS IMOBILIÁRIAS		326.730,91	342.437,31	15.706,40	0,00
1311-ALUGUÉIS		325.832,75	317.425,95	0,00	8.406,80
131100-ALUGUÉIS		325.832,75	317.425,95	0,00	8.406,80
13110000-ALUGUÉIS		325.832,75	317.425,95	0,00	8.406,80
1312-ARRENDAMENTOS		898,16	25.011,36	24.113,20	0,00
131200-ARRENDAMENTOS		898,16	25.011,36	24.113,20	0,00
13120000-ARRENDAMENTOS		898,16	25.011,36	24.113,20	0,00
132-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		239.698.548,40	247.070.003,83	7.371.455,43	0,00
1321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		199.013.967,87	130.539.159,54	0,00	68.474.808,33
132100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		199.013.967,87	130.539.159,54	0,00	68.474.808,33
13210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		199.013.967,87	130.539.159,54	0,00	68.474.808,33
1322-DIVIDENDOS		7.339.100,08	4.844.893,94	0,00	2.494.206,14
132200-DIVIDENDOS		7.339.100,08	4.844.893,94	0,00	2.494.206,14
13220000-DIVIDENDOS		7.339.100,08	4.844.893,94	0,00	2.494.206,14
1323-PARTICIPAÇÕES		950.319,49	0,00	0,00	950.319,49
132300-PARTICIPAÇÕES		950.319,49	0,00	0,00	950.319,49
13230000-PARTICIPAÇÕES		950.319,49	0,00	0,00	950.319,49



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1325-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		27.581.021,43	107.888.222,68	80.307.201,25	0,00
132501-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS		27.581.021,43	107.722.381,90	80.141.360,47	0,00
13250102-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDEB O		0,00	4.677.553,03	4.677.553,03	0,00
13250109-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE)		0,00	108.197,81	108.197,81	0,00
13250152-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – RECURSOS		27.581.021,43	24.605.327,29	0,00	2.975.694,14
13250154-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIOS		0,00	72.466.268,73	72.466.268,73	0,00
13250156-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIOS		0,00	248,94	248,94	0,00
13250165-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – MEDIDAS C		0,00	643.528,33	643.528,33	0,00
13250166-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SALÁRIO E		0,00	2.218.727,53	2.218.727,53	0,00
13250168-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE		0,00	3.002.530,24	3.002.530,24	0,00
132502-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS		0,00	165.840,78	165.840,78	0,00
13250201-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE POUpança		0,00	165.840,78	165.840,78	0,00
1329-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		4.814.139,53	3.797.727,67	0,00	1.016.411,86
132900-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		0,00	3.797.727,67	3.797.727,67	0,00
13290000-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		0,00	3.797.727,67	3.797.727,67	0,00
132951-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - LEI 13.979/2007		4.814.139,53	0,00	0,00	4.814.139,53
13295100-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - LEI 13.979/2007		4.814.139,53	0,00	0,00	4.814.139,53
136-RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS		6.093.821,51	252.722.133,02	246.628.311,51	0,00
1361-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS		6.093.821,51	252.722.133,02	246.628.311,51	0,00
136151-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E FORNECEDORES		6.093.821,51	201.722.133,02	195.628.311,51	0,00
13615100-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E FORNECEDORES		6.093.821,51	201.722.133,02	195.628.311,51	0,00
136152-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA ÚNICA		0,00	51.000.000,00	51.000.000,00	0,00
13615200-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA ÚNICA		0,00	51.000.000,00	51.000.000,00	0,00
139-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	5.409.101,86	5.409.101,86	0,00
1390-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	5.409.101,86	5.409.101,86	0,00
139051-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.		0,00	5.409.101,86	5.409.101,86	0,00
13905100-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.		0,00	5.409.101,86	5.409.101,86	0,00
16-RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	11.181.020,46	11.181.020,46	0,00
160-RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	11.181.020,46	11.181.020,46	0,00
1600-RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	11.181.020,46	11.181.020,46	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
160005-SERVIÇOS DE SAÚDE		0,00	333,40	333,40	0,00
16000503-SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS		0,00	333,40	333,40	0,00
160013-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		0,00	81.199,96	81.199,96	0,00
16001301-SERVIÇOS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS		0,00	72.230,25	72.230,25	0,00
16001302-SERVIÇOS DE VENDA DE EDITAIS		0,00	8.969,71	8.969,71	0,00
160019-SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS		0,00	9.963.176,21	9.963.176,21	0,00
16001951-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE CONVENÇÕES		0,00	96.552,16	96.552,16	0,00
16001952-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE TURISMO		0,00	279.784,37	279.784,37	0,00
16001954-EQUIPAM. TURÍSTICOS - TELEFÉRICO DE UBAJARA		0,00	212.417,20	212.417,20	0,00
16001956-EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS - CENTRO DE EVENTOS		0,00	9.374.422,48	9.374.422,48	0,00
160050-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		0,00	1.136.310,89	1.136.310,89	0,00
16005000-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		0,00	1.136.310,89	1.136.310,89	0,00
17-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.946.660.324,03	5.401.616.646,33	0,00	545.043.677,70
172-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.706.721.529,90	5.297.071.911,78	0,00	409.649.618,12
1721-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		4.471.080.485,81	4.108.574.790,06	0,00	362.505.695,75
172101-PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO		4.334.014.287,93	3.938.041.565,80	0,00	395.972.722,13
17210101-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL		5.332.233.829,37	4.888.591.908,78	0,00	443.641.920,59
17210101-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - FPE		-1.066.446.765,87	-977.718.381,50	-88.728.384,37	0,00
17210112-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE		41.051.592,20	29.507.365,77	0,00	11.544.226,43
17210112-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPI EXPORTAÇÃO		-6.157.738,83	-4.426.104,69	-1.731.634,14	0,00
17210113-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		33.333.333,33	2.085.605,03	0,00	31.247.728,30
17210132-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS		37,73	1.172,41	1.134,68	0,00
172122-TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		3.599.637,68	39.188.576,41	35.588.938,73	0,00
17212220-COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM		0,00	923.010,98	923.010,98	0,00
17212230-COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO - LEI Nº		3.599.637,68	11.450.544,80	7.850.907,12	0,00
17212240-COTA-PARTE ROYALTIES PELO EXCEDENTE DA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI Nº 9.478/97, A		0,00	7.697.649,99	7.697.649,99	0,00
17212270-COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP		0,00	19.117.370,64	19.117.370,64	0,00
172135-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE		102.487.339,87	112.287.570,77	9.800.230,90	0,00
17213501-TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		50.332.500,16	43.702.283,85	0,00	6.630.216,31
17213502-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA		0,00	5.100,00	5.100,00	0,00
17213503-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÕES		0,00	34.863.091,20	34.863.091,20	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
17213504-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANS		0,00	648.750,53	648.750,53	0,00
17213599-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO -		52.154.839,71	33.068.345,19	0,00	19.086.494,52
172136-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96		22.188.493,64	19.057.077,08	0,00	3.131.416,56
17213600-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96		26.104.110,16	23.821.346,27	0,00	2.282.763,89
17213600-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO - L.C. 87/96		-3.915.616,52	-4.764.269,19	0,00	-848.652,67
172199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		8.790.726,69	0,00	0,00	8.790.726,69
17219999-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		8.790.726,69	0,00	0,00	8.790.726,69
1724-TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS		1.235.641.044,09	1.188.497.121,72	0,00	47.143.922,37
172401-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB		924.804.739,09	903.082.506,48	0,00	21.722.232,61
17240100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO		924.804.739,09	903.082.506,48	0,00	21.722.232,61
172402-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB		310.836.305,00	285.414.615,24	0,00	25.421.689,76
17240200-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E D		310.836.305,00	0,00	0,00	310.836.305,00
17240251-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO		0,00	238.154.985,54	238.154.985,54	0,00
17240252-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	47.259.629,70	47.259.629,70	0,00
176-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		239.938.794,13	104.544.734,55	0,00	135.394.059,58
1761-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		237.411.647,24	102.954.660,57	0,00	134.456.986,67
176102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		65.740.572,00	25.431.846,36	0,00	40.308.725,64
17610200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		65.740.572,00	25.431.846,36	0,00	40.308.725,64
176104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME		54.158.730,91	14.580.054,94	0,00	39.578.675,97
17610400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME		54.158.730,91	14.580.054,94	0,00	39.578.675,97
176105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
17610500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
176199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		117.511.344,33	62.942.759,27	0,00	54.568.585,06
17619900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		117.511.344,33	62.942.759,27	0,00	54.568.585,06
1762-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		-3.709,98	0,00	3.709,98	0,00
176299-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS		-3.709,98	0,00	3.709,98	0,00
17629900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS		-3.709,98	0,00	3.709,98	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1763-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		1.890.000,00	1.590.073,98	0,00	299.926,02
176300-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		1.890.000,00	1.590.073,98	0,00	299.926,02
17630000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		1.890.000,00	1.590.073,98	0,00	299.926,02
1764-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		640.856,87	0,00	0,00	640.856,87
176400-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		640.856,87	0,00	0,00	640.856,87
17640000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		640.856,87	0,00	0,00	640.856,87
19-OUTRAS RECEITAS CORRENTES		230.221.526,78	295.855.254,53	65.633.727,75	0,00
191-MULTAS E JUROS DE MORA		124.207.807,81	129.448.989,81	5.241.182,00	0,00
1911-MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		108.670.585,35	61.626.773,55	0,00	47.043.811,80
191120-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS		342.106,89	1.095.884,19	753.777,30	0,00
19112051-MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD		169.173,74	1.348.218,39	1.179.044,65	0,00
19112051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD PARA O FUNDEB		-33.834,75	-269.643,68	0,00	-235.808,93
19112052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - ITCD		206.767,90	17.309,48	0,00	189.458,42
191141-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA		5.673.812,61	11.630.356,31	5.956.543,70	0,00
19114151-MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA		2.673.524,27	12.922.618,12	10.249.093,85	0,00
19114151-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA PARA O FUNDEB		-267.352,43	-1.292.261,81	0,00	-1.024.909,38
19114152-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - IPVA		3.267.640,77	0,00	0,00	3.267.640,77
191142-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS		102.523.198,19	48.900.533,05	0,00	53.622.665,14
19114251-MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS		49.710.041,31	22.444.801,90	0,00	27.265.239,41
19114251-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS PARA O FUNDEB		-7.456.506,20	-3.366.720,29	-4.089.785,91	0,00
19114252-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - ICMS		60.269.663,08	29.725.164,32	0,00	30.544.498,76
19114253-MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS - FECOP		0,00	97.287,12	97.287,12	0,00
191199-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS		131.467,66	0,00	0,00	131.467,66
19119901-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS		131.467,66	0,00	0,00	131.467,66
1913-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS		15.537.222,46	11.725.966,57	0,00	3.811.255,89
191314-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA		783.453,12	2.193.664,22	1.410.211,10	0,00
19131451-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA		345.051,03	2.437.404,69	2.092.353,66	0,00
19131451-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA PARA O FUNDEB		-34.505,10	-243.740,47	0,00	-209.235,37
19131452-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA - IPVA		472.907,19	0,00	0,00	472.907,19
191315-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS		14.714.611,07	8.865.548,62	0,00	5.849.062,45
19131551-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS		6.652.949,36	4.614.156,08	0,00	2.038.793,28



Especificação					Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19131551-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PARA O FUNDEB					-692.123,41	-305.818,99	0,00
19131552-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS					4.942.565,31	0,00	4.117.038,80
19131553-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS - FECOP					950,64	950,64	0,00
191320-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS					666.753,73	635.325,73	0,00
19132051-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD					833.442,16	811.656,86	0,00
19132051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD PARA O FUNDEB					-4.357,06	0,00	-162.331,37
19132052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD					13.999,76	0,00	13.999,76
191399-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS					7.730,27	0,00	7.730,27
19139900-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS					7.730,27	0,00	7.730,27
1915-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS					0,00	3.714.491,56	0,00
191599-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS					0,00	3.714.491,56	0,00
19159951-MULTAS DECORRENTES DA DÍVIDA ATIVA					0,00	3.714.491,56	0,00
1919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS					0,00	52.381.758,13	0,00
191927-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS					0,00	189.295,27	0,00
19192700-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS					0,00	189.295,27	0,00
191948-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS					0,00	33.986,50	0,00
19194800-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS					0,00	33.986,50	0,00
191999-OUTRAS MULTAS					0,00	52.158.476,36	0,00
19199951-MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS					0,00	51.925.947,87	0,00
19199999-OUTRAS MULTAS CONTRATUAIS					0,00	232.528,49	0,00
192-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES					52.566.918,23	53.938.143,46	0,00
1921-INDENIZAÇÕES					20.220.063,96	585,00	20.219.478,96
192199-OUTRAS INDENIZAÇÕES					20.220.063,96	585,00	20.219.478,96
19219900-OUTRAS INDENIZAÇÕES					20.220.063,96	585,00	20.219.478,96
1922-RESTITUIÇÕES					32.346.854,27	53.937.558,46	0,00
192201-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS					0,00	21.590.704,19	0,00
19220100-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS					0,00	9.834.568,65	0,00
19220100-RESTITUIÇÃO DE RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS					0,00	9.840.947,64	0,00
192203-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP					0,00	-6.378,99	-6.378,99
19220300-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP					0,00	572.687,20	0,00
192299-OUTRAS RESTITUIÇÕES					32.346.854,27	572.687,20	0,00
19229951-RESTITUIÇÕES AO FUNDEB					0,00	43.530.302,61	0,00
19229952-RESTITUIÇÕES DE FOLHA DE PAGAMENTO					0,00	4.246.859,20	0,00
					0,00	467.625,21	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19229953-RESTITUIÇÕES DE VALE-TRANSPORTE		0,00	6.920.822,40	6.920.822,40	0,00
19229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO		0,00	24.714.931,96	24.714.931,96	0,00
19229957-DEVOLUÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	151.718,93	151.718,93	0,00
19229960-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS CONCEDIDAS		0,00	121.576,54	121.576,54	0,00
19229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES		32.346.854,27	8.755.422,11	0,00	23.591.432,16
19229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RESTITUIÇÕES		0,00	-1.848.653,74	0,00	-1.848.653,74
193-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		29.920.254,75	89.018.570,77	59.098.316,02	0,00
1931-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		29.154.507,10	78.496.385,50	49.341.878,40	0,00
193107-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS		0,00	3.123,62	3.123,62	0,00
19310700-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS		0,00	3.123,62	3.123,62	0,00
193114-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA		1.539.849,81	8.550.841,55	7.010.991,74	0,00
19311400-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES -		1.710.944,23	9.500.935,06	7.789.990,83	0,00
19311400-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA		-171.094,42	-950.093,51	0,00	-778.999,09
193115-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS		26.177.464,34	66.483.612,39	40.306.148,05	0,00
19311500-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS		-4.619.552,53	0,00	-4.619.552,53	0,00
19311500-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS		0,00	-11.732.086,31	0,00	-11.732.086,31
19311551-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO D		30.797.016,87	78.213.908,72	47.416.891,85	0,00
19311552-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS - FECOP		0,00	1.789,98	1.789,98	0,00
193120-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS		1.095.005,14	3.458.807,94	2.363.802,80	0,00
19312000-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE		1.368.756,42	4.323.509,93	2.954.753,51	0,00
19312000-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD		-273.751,28	-864.701,99	0,00	-590.950,71
193199-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		342.187,81	0,00	0,00	342.187,81
19319901-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL		342.187,81	0,00	0,00	342.187,81
1932-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		765.747,65	10.522.185,27	9.756.437,62	0,00
193299-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS		765.747,65	10.522.185,27	9.756.437,62	0,00
19329901-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL		765.747,65	10.521.041,38	9.755.293,73	0,00
19329902-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - ADMINISTRATIVA		0,00	1.143,89	1.143,89	0,00
199-RECEITAS DIVERSAS		23.526.545,99	23.449.550,49	0,00	76.995,50
1990-RECEITAS DIVERSAS		23.526.545,99	23.449.550,49	0,00	76.995,50
199002-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS		0,00	12.542,08	12.542,08	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19900202-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA		0,00	12.542,08	12.542,08	0,00
199022-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS		0,00	17.403,74	17.403,74	0,00
19902200-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS		0,00	17.403,74	17.403,74	0,00
199098-OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS		23.526.545,99	0,00	0,00	23.526.545,99
19909800-OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS		23.526.545,99	0,00	0,00	23.526.545,99
199099-OUTRAS RECEITAS		0,00	23.419.604,67	23.419.604,67	0,00
19909953-RETORNO DO FDI		0,00	11.323.713,90	11.323.713,90	0,00
19909954-ENCARGOS DO FDI		0,00	2.766.299,29	2.766.299,29	0,00
19909957-SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	7.815.880,38	7.815.880,38	0,00
19909960-RENDAS		0,00	175.046,59	175.046,59	0,00
19909962-RECEITA DE APONTAMENTOS, PROTESTOS E CANCELAMENTOS		0,00	412.922,16	412.922,16	0,00
19909966-PROGRAMA DO LEITE		0,00	861,60	861,60	0,00
19909967-RECURSOS DE EMPRESAS CONSIGNATÁRIAS		0,00	395,65	395,65	0,00
19909968-RESSARCIMENTO		0,00	728.244,64	728.244,64	0,00
19909970-PATROCÍNIOS		0,00	95.000,00	95.000,00	0,00
19909998-OUTRAS RECEITA FECOP		0,00	101.240,46	101.240,46	0,00
2-RECEITAS DE CAPITAL		2.593.655.743,38	1.786.129.324,76	0,00	807.526.418,62
21-OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	0,00	266.248.094,06
211-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.027.539.169,52	697.515.860,10	0,00	330.023.309,42
2114-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS		1.027.539.169,52	697.515.860,10	0,00	330.023.309,42
211401-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		114.935.547,53	7.712.630,99	0,00	107.222.916,54
21140100-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		114.935.547,53	7.712.630,99	0,00	107.222.916,54
211402-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE		6.133.705,00	0,00	0,00	6.133.705,00
21140200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE		6.133.705,00	0,00	0,00	6.133.705,00
211403-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO		7.908.821,47	205.765,91	0,00	7.703.055,56
21140300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO		7.908.821,47	205.765,91	0,00	7.703.055,56
211404-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		36.400.000,00	0,00	0,00	36.400.000,00
21140400-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		36.400.000,00	0,00	0,00	36.400.000,00
211405-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		18.304.357,20	0,00	0,00	18.304.357,20
21140500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		18.304.357,20	0,00	0,00	18.304.357,20
211407-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR		130.553.400,00	469.013,02	0,00	130.084.386,98
21140700-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR		130.553.400,00	469.013,02	0,00	130.084.386,98
211499-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS		713.303.338,32	689.128.450,18	0,00	24.174.888,14





Especificação				Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
21149952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA				0,00	102.636.120,00	102.636.120,00	0,00
21149953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES				0,00	45.264.738,62	45.264.738,62	0,00
21149957-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVEST BB				26.088.866,97	348.396.207,42	322.307.340,45	0,00
21149958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES - ESTADOS				0,00	186.252.147,96	186.252.147,96	0,00
21149999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS				687.214.471,35	6.579.236,18	0,00	680.635.235,17
212-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS				429.234.153,43	493.009.368,79	63.775.215,36	0,00
2123-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS				429.234.153,43	493.009.368,79	63.775.215,36	0,00
212302-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE				16.394.956,68	29.040.858,75	12.645.902,07	0,00
21230200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE				16.394.956,68	29.040.858,75	12.645.902,07	0,00
212303-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO				89.546.830,38	2.936.618,99	0,00	86.610.211,39
21230300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO				89.546.830,38	2.936.618,99	0,00	86.610.211,39
212304-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE				52.501.566,90	0,00	0,00	52.501.566,90
21230400-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE				52.501.566,90	0,00	0,00	52.501.566,90
212305-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				218.207.549,51	5.513.344,36	0,00	212.694.205,15
21230500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				218.207.549,51	5.513.344,36	0,00	212.694.205,15
212399-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS				52.583.249,96	455.518.546,69	402.935.296,73	0,00
21239951-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TURISMO				0,00	40.099.252,38	40.099.252,38	0,00
21239952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA				0,00	7.456.151,14	7.456.151,14	0,00
21239953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES				0,00	1.019.250,00	1.019.250,00	0,00
21239954-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL				0,00	42.250.723,86	42.250.723,86	0,00
21239956-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - SWAP				47.535.908,39	0,00	0,00	47.535.908,39
21239958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORCEARÁ				0,00	222.204.955,00	222.204.955,00	0,00
21239999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS				5.047.341,57	142.488.214,31	137.440.872,74	0,00
22-ALIENAÇÃO DE BENS				106.825,88	22.325,38	0,00	84.500,50
221-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS				106.825,88	22.325,38	0,00	84.500,50
2210-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS				106.825,88	22.325,38	0,00	84.500,50
221000-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS				106.825,88	22.325,38	0,00	84.500,50
22100000-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS				106.825,88	22.325,38	0,00	84.500,50
24-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				1.133.658.855,07	595.581.770,49	0,00	538.077.084,58
247-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				1.133.658.855,07	595.581.770,49	0,00	538.077.084,58
2471-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				1.130.459.711,94	587.933.147,27	0,00	542.526.564,67
247102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO				167.202.773,60	187.134.190,53	19.931.416,93	0,00
24710200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE				167.202.773,60	187.134.190,53	19.931.416,93	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
<b>EDUCAÇÃO</b>					
247103-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO		112.828.794,51	150.949.407,13	38.120.612,62	0,00
24710300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO		112.828.794,51	150.949.407,13	38.120.612,62	0,00
247104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		0,00	6.838.756,17	6.838.756,17	0,00
24710400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		0,00	6.838.756,17	6.838.756,17	0,00
247105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE		10.059.754,91	9.027.178,85	0,00	1.032.576,06
24710500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA E		10.059.754,91	9.027.178,85	0,00	1.032.576,06
247199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		840.368.388,92	233.983.614,59	0,00	606.384.774,33
24719900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		840.368.388,92	233.983.614,59	0,00	606.384.774,33
2474-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.399.143,13	0,00	0,00	1.399.143,13
247400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.399.143,13	0,00	0,00	1.399.143,13
24740000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.399.143,13	0,00	0,00	1.399.143,13
2475-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR		1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00
247500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR		1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00
24750000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR		1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00
2476-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME		0,00	7.648.623,22	7.648.623,22	0,00
247600-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME		0,00	7.648.623,22	7.648.623,22	0,00
24760000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME		0,00	7.648.623,22	7.648.623,22	0,00
25-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		3.116.739,48	0,00	0,00	3.116.739,48
259-OUTRAS RECEITAS		3.116.739,48	0,00	0,00	3.116.739,48
2590-OUTRAS RECEITAS		3.116.739,48	0,00	0,00	3.116.739,48
259099-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		3.116.739,48	0,00	0,00	3.116.739,48
25909900-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		3.116.739,48	0,00	0,00	3.116.739,48
7-RECEITAS CORRENTES		1.778.000,00	34.356.588,79	32.578.588,79	0,00
79-OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.778.000,00	34.356.588,79	32.578.588,79	0,00
792-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	4.701.308,35	4.701.308,35	0,00
7922-RESTITUIÇÕES		0,00	4.701.308,35	4.701.308,35	0,00
792299-OUTRAS RESTITUIÇÕES		0,00	4.701.308,35	4.701.308,35	0,00
79229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO		0,00	679.951,35	679.951,35	0,00
79229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES		0,00	4.021.357,00	4.021.357,00	0,00



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Fazenda  
Coordenadoria do Tesouro Estadual  
Administração Direta

Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados

Página 12 / 12  
Exercício 2013  
Anexo 10

799-RECEITAS DIVERSAS	Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
		1.778.000,00	29.655.280,44	27.877.280,44	0,00
7990-RECEITAS DIVERSAS		1.778.000,00	29.655.280,44	27.877.280,44	0,00
799099-OUTRAS RECEITAS		1.778.000,00	29.655.280,44	27.877.280,44	0,00
79909958-SUPERÁVIT FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS		1.768.000,00	29.655.280,44	27.887.280,44	0,00
79909999-OUTRAS RECEITAS		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>Total Geral:</b>		<b>17.397.300.979,39</b>	<b>16.520.815.672,11</b>	<b>0,00</b>	<b>876.485.307,28</b>



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Fazenda  
Coordenadoria do Tesouro Estadual  
Administração Direta

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Resumo Segundo a Categoria Econômica, Grupo, Modalidade e Elemento

Página 1 / 5  
Anexo 11  
Exercício 2013

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3	DESPESA CORRENTE	9.906.748.820,81	0,00	9.906.748.820,81	9.505.401.465,40	401.347.355,41	
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.868.106.136,28	0,00	4.868.106.136,28	4.776.717.422,68	91.388.713,60	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	4.262.400.456,30	0,00	4.262.400.456,30	4.180.028.887,35	82.371.568,95	
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	3.727.341,56	0,00	3.727.341,56	3.567.317,80	160.023,76	
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	290.218.300,00	0,00	290.218.300,00	290.080.660,71	137.639,29	
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	212.945,67	0,00	212.945,67	48.027,34	164.918,33	
31900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.803.083,60	0,00	1.803.083,60	1.802.200,85	882,75	
31900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	130.040,62	0,00	130.040,62	74.649,83	55.390,79	
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.966.094.972,63	0,00	2.966.094.972,63	2.908.730.228,48	57.364.744,15	
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	771.072.035,61	0,00	771.072.035,61	761.500.502,41	9.571.533,20	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	93.480.635,28	0,00	93.480.635,28	90.668.196,97	2.812.438,31	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.881.367,51	0,00	2.881.367,51	2.646.794,66	234.572,85	
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	57.990,00	0,00	57.990,00	0,00	57.990,00	
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	52.000.000,00	0,00	52.000.000,00	47.763.639,93	4.236.360,07	
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.340.592,42	0,00	60.340.592,42	56.189.079,26	4.151.513,16	
31909300	INDENIZAÇÕES	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	3.073.715,90	0,00	3.073.715,90	3.053.451,17	20.264,73	
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	17.257.435,50	0,00	17.257.435,50	13.904.137,94	3.353.297,56	
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	605.705.679,98	0,00	605.705.679,98	596.688.535,33	9.017.144,65	
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	604.809.162,81	0,00	604.809.162,81	595.963.511,84	8.845.650,97	
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	685.359,08	0,00	685.359,08	544.222,32	141.136,76	
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	211.158,09	0,00	211.158,09	180.801,17	30.356,92	
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	231.423.495,00	0,00	231.423.495,00	227.018.789,46	4.404.705,54	
3290	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	231.423.495,00	0,00	231.423.495,00	227.018.789,46	4.404.705,54	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	221.181.501,00	0,00	221.181.501,00	217.420.663,21	3.760.837,79	
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	10.241.994,00	0,00	10.241.994,00	9.598.126,25	643.867,75	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.807.219.189,53	0,00	4.807.219.189,53	4.501.665.253,26	305.553.936,27	
3320	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	12.500,00	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00	
33204100	CONTRIBUIÇÕES	12.500,00	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	20.714,00	0,00	20.714,00	0,00	20.714,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33321400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33323000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33323900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.714,00	0,00	20.714,00	0,00	20.714,00	20.714,00
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	2.443.528.164,48	0,00	2.443.528.164,48	2.410.535.868,90	32.992.295,58	32.992.295,58
33404100	CONTRIBUIÇÕES	50.296.655,15	0,00	50.296.655,15	47.541.151,76	2.755.503,39	2.755.503,39
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.393.231.509,33	0,00	2.393.231.509,33	2.362.994.717,14	30.236.792,19	30.236.792,19
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	341.886.119,41	0,00	341.886.119,41	281.353.166,20	60.532.953,21	60.532.953,21
33503000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	205.331.413,79	0,00	205.331.413,79	189.927.300,93	15.404.112,86	15.404.112,86
33504100	CONTRIBUIÇÕES	131.235.459,47	0,00	131.235.459,47	88.886.343,99	42.349.115,48	42.349.115,48
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.271.646,15	0,00	5.271.646,15	2.492.921,28	2.778.724,87	2.778.724,87
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	46.600,00	0,00	46.600,00	46.600,00	0,00	0,00
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	3.399.485,00	0,00	3.399.485,00	3.346.485,00	53.000,00	53.000,00
33604100	CONTRIBUIÇÕES	3.399.485,00	0,00	3.399.485,00	3.346.485,00	53.000,00	53.000,00
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	534.155,90	0,00	534.155,90	401.664,96	132.490,94	132.490,94
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33803300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	21.529,38	0,00	21.529,38	18.790,00	2.739,38	2.739,38
33803500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	345.640,27	0,00	345.640,27	315.200,00	30.440,27	30.440,27
33803600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	157.986,25	0,00	157.986,25	67.674,96	90.311,29	90.311,29
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.007.715.515,37	0,00	2.007.715.515,37	1.799.171.123,94	208.544.391,43	208.544.391,43
33900300	PENSÕES	10.774.965,00	0,00	10.774.965,00	10.209.413,77	565.551,23	565.551,23
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	955.022,77	0,00	955.022,77	395.831,39	559.191,38	559.191,38
33901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	22.741.706,47	0,00	22.741.706,47	15.360.516,37	7.381.190,10	7.381.190,10
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	15.554.644,61	0,00	15.554.644,61	15.308.640,75	246.003,86	246.003,86
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.965.435,98	0,00	2.965.435,98	2.643.467,27	321.968,71	321.968,71
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	169.672.417,17	0,00	169.672.417,17	144.687.154,63	24.985.262,54	24.985.262,54
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	43.038.869,11	0,00	43.038.869,11	26.437.008,78	16.601.860,33	16.601.860,33



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	77.214.282,11	0,00	77.214.282,11	41.593.630,19	35.620.651,92	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	18.589.476,64	0,00	18.589.476,64	17.035.432,95	1.554.043,69	
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	65.734.325,47	0,00	65.734.325,47	64.632.664,95	1.101.660,52	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	17.981.954,31	0,00	17.981.954,31	15.680.503,48	2.301.450,83	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	156.588.778,23	0,00	156.588.778,23	146.527.844,61	10.060.933,62	
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	407.874.652,06	0,00	407.874.652,06	396.053.704,46	11.820.947,60	
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	694.765.702,33	0,00	694.765.702,33	610.201.142,07	84.564.560,26	
33904100	CONTRIBUIÇÕES	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	140.000,00	
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	17.206.862,57	0,00	17.206.862,57	14.103.945,57	3.102.917,00	
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	99.204.343,82	0,00	99.204.343,82	98.210.827,19	993.516,63	
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	125.604.388,61	0,00	125.604.388,61	125.168.138,50	436.250,11	
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.749.796,00	0,00	1.749.796,00	1.140.202,72	609.593,28	
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	841.566,61	0,00	841.566,61	622.865,53	218.701,08	
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	814.972,48	0,00	814.972,48	814.972,48	0,00	
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31.903.922,36	0,00	31.903.922,36	28.526.995,12	3.376.927,24	
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.793.430,66	0,00	25.793.430,66	23.816.221,16	1.977.209,50	
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	10.117.035,37	0,00	10.117.035,37	6.856.944,26	3.260.091,11	
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.750,00	0,00	1.750,00	1.584,30	165,70	
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.723.647,90	0,00	4.723.647,90	3.893.588,28	830.059,62	
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.672.611,23	0,00	1.672.611,23	960.218,02	712.393,21	
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	59.026,24	0,00	59.026,24	4.230,24	54.796,00	
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.660.000,00	0,00	3.660.000,00	1.997.323,42	1.662.676,58	
3393	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL	5.500,00	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00	
33933900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.500,00	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00	
4	DESPESA DE CAPITAL	5.013.542.837,28	243.432.344,07	5.256.975.181,35	2.494.225.339,98	2.762.749.841,37	
44	INVESTIMENTOS	4.223.108.831,36	243.432.344,07	4.466.541.175,43	1.722.912.521,89	2.743.628.653,54	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44204200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	162.736.759,77	0,00	162.736.759,77	75.680.737,61	87.056.022,16	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	7.174.381,12	0,00	7.174.381,12	4.867.470,31	2.306.910,81	
44404200	AUXÍLIOS	153.998.590,14	0,00	153.998.590,14	69.511.092,31	84.487.497,83	
44405100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.563.788,51	0,00	1.563.788,51	1.302.174,99	261.613,52	
4442	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS	351.000,00	0,00	351.000,00	329.526,74	21.473,26	
44425200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	
44429200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	350.000,00	0,00	350.000,00	329.526,74	20.473,26	
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	115.654.344,88	0,00	115.654.344,88	45.809.772,94	69.844.571,94	
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.039.067,36	0,00	9.039.067,36	4.707.880,00	4.331.187,36	
44504100	CONTRIBUIÇÕES	1.961.141,18	0,00	1.961.141,18	1.799.936,83	161.204,35	
44504200	AUXÍLIOS	74.526.530,34	0,00	74.526.530,34	39.301.956,11	35.224.574,23	
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	17.510.000,00	0,00	17.510.000,00	0,00	17.510.000,00	
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.617.606,00	0,00	12.617.606,00	0,00	12.617.606,00	
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	
44604100	CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	116.000,00	0,00	116.000,00	89.076,00	26.924,00	
44704100	CONTRIBUIÇÕES	116.000,00	0,00	116.000,00	89.076,00	26.924,00	
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	3.943.405.105,65	243.432.344,07	4.186.837.449,72	1.600.725.613,18	2.586.111.836,54	
44901400	DIÁRIA-CIVIL	82.000,00	0,00	82.000,00	42.992,49	39.007,51	
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	6.430.612,62	0,00	6.430.612,62	3.083.569,64	3.347.042,98	
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	91.031,00	0,00	91.031,00	35.421,01	55.609,99	
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	36.755.750,66	0,00	36.755.750,66	8.233.714,65	28.522.036,01	
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	69.000,00	0,00	69.000,00	3.000,00	66.000,00	
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	750.000,00	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00	
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	98.846.614,17	0,00	98.846.614,17	37.115.502,36	61.731.111,81	
44904100	CONTRIBUIÇÕES	1.937.500,00	0,00	1.937.500,00	1.937.500,00	0,00	
44904200	AUXÍLIOS	719.201,37	0,00	719.201,37	0,00	719.201,37	
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	662.264,05	0,00	662.264,05	283.309,77	378.954,28	
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.710.698.721,00	188.751.732,97	2.899.450.453,97	877.424.761,01	2.022.025.692,96	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	589.596.887,31	200.000,00	589.796.887,31	350.258.676,77	239.538.210,54	
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	116.086.554,64	0,00	116.086.554,64	104.285.390,10	11.801.164,54	
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	166.075.543,00	0,00	166.075.543,00	126.044.895,04	40.030.647,96	
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	123.722.474,38	0,00	123.722.474,38	60.741.385,89	62.981.088,49	
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	90.880.951,45	54.480.611,10	145.361.562,55	31.235.494,45	114.126.068,10	
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	948.621,06	0,00	948.621,06	277.795,42	670.825,64	
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	155.567,66	0,00	155.567,66	6.369,66	149.198,00	
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	422.553,40	0,00	422.553,40	271.425,76	151.127,64	
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	370.500,00	0,00	370.500,00	0,00	370.500,00	
4493	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
44935200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	-213.000,00	0,00	-213.000,00	0,00	-213.000,00	
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-213.000,00	0,00	-213.000,00	0,00	-213.000,00	
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	253.721.880,30	0,00	253.721.880,30	244.274.232,51	9.447.647,79	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	253.721.880,30	0,00	253.721.880,30	244.274.232,51	9.447.647,79	
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	3.686.400,00	0,00	3.686.400,00	3.686.400,00	0,00	
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	250.025.480,30	0,00	250.025.480,30	240.587.832,51	9.437.647,79	
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	536.712.125,62	0,00	536.712.125,62	527.038.585,58	9.673.540,04	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	536.712.125,62	0,00	536.712.125,62	527.038.585,58	9.673.540,04	
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	536.712.125,62	0,00	536.712.125,62	527.038.585,58	9.673.540,04	
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

<b>Total Geral:</b>	<b>14.920.291.658,09</b>	<b>243.432.344,07</b>	<b>15.163.724.002,16</b>	<b>11.999.626.805,38</b>	<b>3.164.097.196,78</b>
---------------------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------






Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Fazenda  
Coordenadoria do Tesouro Estadual  
Administração Direta

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada  
Discriminação das Despesas por Secretarias

Página 1 / 2  
Anexo 11  
Exercício 2013

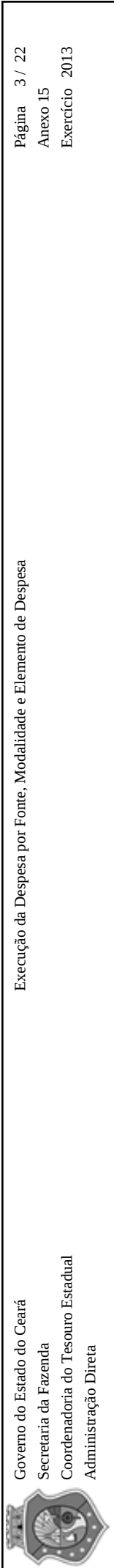
Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul			Autorizadas	Realizadas	
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	363.044.019,67		0,00	363.044.019,67	358.398.011,45	4.646.008,22
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	73.297.872,00		0,00	73.297.872,00	72.271.769,82	1.026.102,18
030001-TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS	70.503.388,48		0,00	70.503.388,48	67.146.735,26	3.356.653,22
040001-TRIBUNAL DE JUSTICA	743.351.132,65		0,00	743.351.132,65	740.683.828,85	2.667.303,80
060001-DEFENSORIA PUBLICA GERAL	97.813.137,30		0,00	97.813.137,30	96.600.673,62	1.212.463,68
080001-SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA	1.188.863.976,10		0,00	1.188.863.976,10	539.504.504,93	649.359.471,17
100001-SECRETARIA DA SEG PUB E DEFESA SOCIAL	115.455.612,91		0,00	115.455.612,91	94.825.298,43	20.630.314,48
101021-SSPDC POLICIA CIVIL	289.800.835,10		0,00	289.800.835,10	276.787.143,01	13.013.692,09
101031-POLICIA MILITAR	936.062.896,18		0,00	936.062.896,18	916.619.654,05	19.443.242,13
101041-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARA	142.673.574,89		0,00	142.673.574,89	134.243.721,60	8.429.853,29
101071-PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARA	56.784.622,28		0,00	56.784.622,28	53.196.588,61	3.588.033,67
101081-ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA	15.307.586,11		0,00	15.307.586,11	10.475.281,67	4.832.304,44
110001-GABINETE DO GOVERNADOR	47.730.807,41		0,00	47.730.807,41	45.140.970,16	2.589.837,25
120001-GABINETE DO VICE GOVERNADOR	3.915.246,11		0,00	3.915.246,11	3.678.701,95	236.544,16
130001-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	64.995.262,26		0,00	64.995.262,26	61.926.845,41	3.068.416,85
140001-CASA MILITAR	9.078.691,00		0,00	9.078.691,00	8.962.668,42	116.022,58
150001-PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	266.860.896,42		0,00	266.860.896,42	261.958.706,54	4.902.189,88
170001-CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	6.106.415,99		0,00	6.106.415,99	5.925.707,53	180.708,46
180001-SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA	312.660.848,68		0,00	312.660.848,68	233.839.523,45	78.821.325,23
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	661.874.916,29		0,00	661.874.916,29	618.037.097,62	43.837.818,67
191011-ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	3.442.970.030,78		0,00	3.442.970.030,78	3.369.002.632,97	73.967.397,81
210001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	601.543.147,49		0,00	601.543.147,49	272.409.753,68	329.133.393,81
220001-SECRETARIA DA EDUCACAO	2.426.426.762,70		0,00	2.426.426.762,70	2.225.539.568,31	200.887.194,39
270001-SECRETARIA DA CULTURA	74.486.325,39		0,00	74.486.325,39	53.758.690,63	20.727.634,76
290001-SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	535.179.462,02		0,00	535.179.462,02	150.065.011,54	385.114.450,48
300001-CASA CIVIL	171.220.336,61		0,00	171.220.336,61	161.834.621,89	9.385.714,72
310001-SEC DA CIENCIA TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	170.797.293,74		0,00	170.797.293,74	114.486.951,26	56.310.342,48
360001-SECRETARIA DO TURISMO	345.050.593,79		0,00	345.050.593,79	147.506.143,75	197.544.450,04
410001-CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	10.898.279,37		0,00	10.898.279,37	9.838.656,03	1.059.623,34
420001-SECRETARIA DO ESPORTE	82.951.976,60		0,00	82.951.976,60	67.284.590,39	15.667.386,21
430001-SECRETARIA DAS CIDADES	701.557.618,54	243.432.344,07		944.989.962,61	284.356.353,77	660.633.608,84
460001-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	260.990.713,55		0,00	260.990.713,55	75.616.865,34	185.373.848,21

		Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual Administração Direta				Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Discriminação das Despesas por Secretarias				Página 2 / 2 Anexo 11 Exercício 2013	
Código-Títulos		Despesas Autorizadas			Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença			
		Ord + Supl - Anul				Autorizadas	Realizadas				
461031-ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA			3.303.589,96		0,00		3.303.589,96	3.141.055,41		162.534,55	
470001-SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			190.324.434,69		0,00		190.324.434,69	152.879.881,64		37.444.553,05	
480001-CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO			48.163.725,28		0,00		48.163.725,28	46.932.312,14		1.231.413,14	
490001-CONSELHO DE POLITICAS E GESTAO MEIO AMBIENTE			29.292.047,90		0,00		29.292.047,90	12.934.196,26		16.357.851,64	
510001-SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA			29.156.299,89		0,00		29.156.299,89	4.849.309,23		24.306.990,66	
520001-SECRETARIA ESPECIAL DA COPA			320.286.005,96		0,00		320.286.005,96	238.520.916,79		81.765.089,17	
530001-CONTROLADORIA GERAL DA DISCIPLINA			9.511.276,00		0,00		9.511.276,00	8.445.861,97		1.065.414,03	
Total Geral:			14.920.291.658,09		243.432.344,07		15.163.724.002,16	11.999.626.805,38		3.164.097.196,78	

331

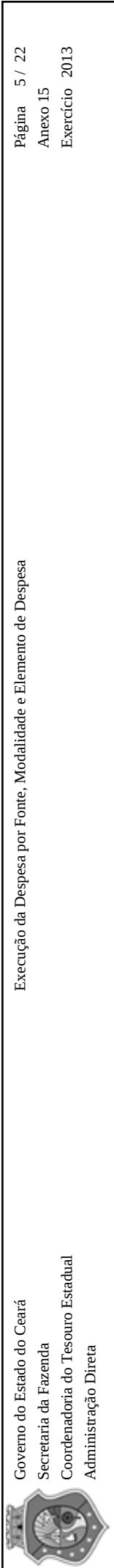


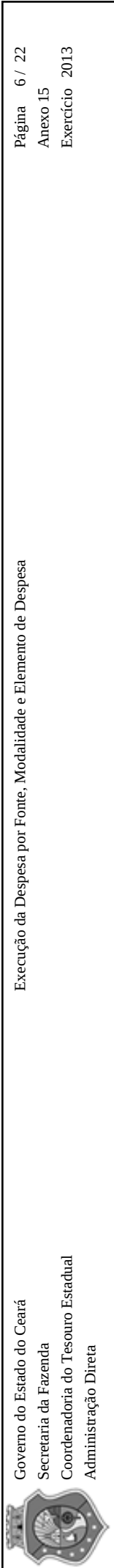
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Total Modalidade: 3332	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS					
4100-CONTRIBUIÇÕES			11.986.550,78	11.575.942,12	410.608,66
8100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS			2.352.906.924,53	2.287.059.325,77	65.847.598,76
		Total Modalidade: 3340	2.364.893.475,31	2.298.635.267,89	66.258.207,42
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS					
3000-MATERIAL DE CONSUMO			0,00	0,00	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			77.962.936,16	76.801.336,21	1.161.599,95
4100-CONTRIBUIÇÕES			38.711.804,46	37.124.036,96	1.587.767,50
4300-SUBVENÇÕES SOCIAIS			1.809.738,24	1.710.071,57	99.666,67
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			4.824,00	4.824,00	0,00
		Total Modalidade: 3350	118.489.302,86	115.640.268,74	2.849.034,12
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS					
4100-CONTRIBUIÇÕES			25.000,00	25.000,00	0,00
		Total Modalidade: 3360	25.000,00	25.000,00	0,00
3380-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR					
3000-MATERIAL DE CONSUMO			0,00	0,00	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			0,00	0,00	0,00
		Total Modalidade: 3380	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS					
0300-PENSÕES			10.209.413,77	10.209.413,77	0,00
0800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS			338.231,39	333.503,96	4.727,43
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS			0,00	0,00	0,00
1400-DIÁRIAS - CIVIL			12.759.153,47	12.534.864,14	224.289,33
1500-DIÁRIAS - MILITAR			15.261.790,75	15.257.454,16	4.336,59
1800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES			323.529,82	323.529,82	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO			57.067.379,78	49.821.525,78	7.245.854,00
3100-PREMIações CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS			14.585.253,52	14.581.374,52	3.879,00
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			1.210.953,66	1.184.174,40	26.779,26
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			10.264.249,67	10.041.571,74	222.677,93

333



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		175.000,00	175.000,00	0,00
	Total Modalidade: 4442	175.000,00	175.000,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		4.707.880,00	4.707.880,00	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		360.936,83	360.936,83	0,00
4200-AUXÍLIOS		2.022.332,17	1.380.528,74	641.803,43
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	7.091.149,00	6.449.345,57	641.803,43
4460-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4460	0,00	0,00	0,00
4470-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		89.076,00	0,00	89.076,00
	Total Modalidade: 4470	89.076,00	0,00	89.076,00
4480-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4480	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIA-CIVIL		375,58	375,58	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		2.658.952,69	2.619.103,51	39.849,18
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		405,23	405,23	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		3.673.513,81	3.084.120,43	589.393,38
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		3.000,00	3.000,00	0,00
3700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		12.324.557,91	7.811.704,76	4.512.853,15
4200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		211.159,05	211.159,05	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		214.517,561,11	187.629,124,63	26.888.436,48
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		108.429,579,26	86.594.923,77	21.834.655,49


335

336





Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
0800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		57.600,00	55.200,00	2.400,00
1400-DIÁRIAS - CIVIL		2.019.721,08	1.971.077,46	48.643,62
1500-DIÁRIAS - MILITAR		46.850,00	46.850,00	0,00
1800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		142.937,45	142.937,45	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		21.375.249,57	20.244.444,89	1.130.804,68
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		127.560,13	127.560,13	0,00
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		0,00	0,00	0,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		6.666.564,19	6.666.564,19	0,00
3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		12.780.015,88	12.780.015,88	0,00
3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		153.217,55	153.217,55	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		60.532.566,66	60.525.509,51	7.057,15
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		71.689.762,28	71.537.322,76	152.439,52
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		192.207.545,09	176.922.934,57	15.284.610,52
4600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		5.197.610,62	4.897.644,43	299.966,19
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		76.432.915,01	73.859.666,32	2.573.248,69
4900-AUXÍLIO-TRANSPORTE		159.986,92	159.986,92	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		8.958.535,89	8.897.085,57	61.450,32
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		8.239,40	8.239,40	0,00
	Total Modalidade: 3390	458.556.877,72	438.996.257,03	19.560.620,69
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		496.031,22	496.031,22	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		2.705,74	2.705,74	0,00
	Total Modalidade: 3391	498.736,96	498.736,96	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		1.284.308,44	1.214.308,44	70.000,00
4200-AUXÍLIOS		334.500,00	334.500,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	1.618.808,44	1.548.808,44	70.000,00
4442-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS				
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		154.526,74	154.526,74	0,00
	Total Modalidade: 4442	154.526,74	154.526,74	0,00


<div> <div>  <div> Governo do Estado do Ceará  Secretaria da Fazenda  Coordenadoria do Tesouro Estadual  Administração Direta </div> </div> <div> Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa </div> <div> Página 8 / 22  Anexo 15  Exercício 2013 </div> </div> <div></div> <div></div>			Fonte de Recurso			Natureza Despesa			Despesa Empenhada			Despesa Paga			Restos a Pagar		
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			4100-CONTRIBUIÇÕES			Total Modalidade: 4450			1.439.000,00			1.439.000,00			0,00		
4490-APLICAÇÕES DIRETAS			3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			3.429.515,04			1.697.733,71			1.731.781,33					
			4200-AUXÍLIOS			0,00			0,00			0,00			0,00		
			5100-OBRAS E INSTALAÇÕES			80.362.374,24			73.269.424,65			7.092.949,59					
			5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			31.095.692,07			30.159.086,17			936.605,90					
			6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS			7.779.000,00			5.279.000,00			2.500.000,00					
			9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			1.429.869,90			1.429.869,90			0,00					
			Total Modalidade: 4490			124.096.451,25			111.835.114,43			12.261.336,82					
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			0,00			0,00			0,00			0,00		
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS						54.947,21			54.947,21			0,00			0,00		
			Total Modalidade: 4491			54.947,21			54.947,21			0,00			0,00		
4590-APLICAÇÕES DIRETAS			6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			1.312.551,22			1.312.551,22			0,00					
			6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS			36.497.492,68			36.497.492,68			0,00					
			Total Modalidade: 4590			37.810.043,90			37.810.043,90			0,00					
4690-APLICAÇÕES DIRETAS			7100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO			525.286.345,41			525.286.345,41			0,00					
			Total Modalidade: 4690			525.286.345,41			525.286.345,41			0,00					
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA			9900-RESERVA DE CONTINGÊNCIA			0,00			0,00			0,00			0,00		
			Total Modalidade: 9999			0,00			0,00			0,00			0,00		
			Total Fonte: 01			2.588.385.577,07			2.548.879.102,93			39.506.474,14					
07-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO			3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			11.007.029,45			9.452.483,79			1.554.545,66					
			4100-CONTRIBUIÇÕES			11.007.029,45			9.452.483,79			1.554.545,66					
			Total Modalidade: 3340			11.007.029,45			9.452.483,79			1.554.545,66					

339


340



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4460	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIA-CIVIL		0,00	0,00	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.514.286,21	1.434.389,38	79.896,83
4100-CONTRIBUIÇÕES		1.937.500,00	581.250,00	1.356.250,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		10.925,27	10.925,27	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		54.841.412,09	45.074.600,62	9.766.811,47
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		2.888.237,08	915.329,65	1.972.907,43
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		30.000.000,00	11.501.728,77	18.498.271,23
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		883.976,46	883.976,46	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		14.578.422,22	14.042.910,71	535.511,51
	Total Modalidade: 4490	106.654.759,33	74.445.110,86	32.209.648,47
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 10	347.007.842,99	269.205.371,29	77.802.471,70
11-COTA-PARTE DA CIDE				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
8100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		521.401,26	521.401,26	0,00
	Total Modalidade: 3340	521.401,26	521.401,26	0,00
	Total Fonte: 11	521.401,26	521.401,26	0,00
12-ALIENAÇÃO DE BENS				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		47.817,62	47.817,62	0,00
	Total Modalidade: 4490	47.817,62	47.817,62	0,00
	Total Fonte: 12	47.817,62	47.817,62	0,00

<div> <div>  <div> Governo do Estado do Ceará  Secretaria da Fazenda  Coordenadoria do Tesouro Estadual  Administração Direta </div> </div> <div> Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa </div> <div> Página 12 / 22  Anexo 15  Exercício 2013 </div> </div> <div></div>		Natureza Despesa			Restos a Pagar	
Fonte de Recurso		Despesa Empenhada	Despesa Paga			
16-MEDIDA COMPENSATÓRIA AMBIENTAL						
3332-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL						
1400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
	Total Modalidade: 3332	0,00	0,00			0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS						
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	0,00	0,00			0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS						
1400-DIÁRIAS - CIVIL	22.754,42		22.754,42			0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO	15.754,18		15.603,58			150,60
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	5.236.998,07		5.236.998,07			0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	132.383,22		129.780,73			2.602,49
	Total Modalidade: 3390	5.407.889,89	5.405.136,80			2.753,09
4490-APLICAÇÕES DIRETAS						
3000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00			0,00
40-OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO CONDICIONADA						
4490-APLICAÇÕES DIRETAS						
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES	3.806.453,37		3.794.264,56			12.188,81
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	6.526.965,59		6.526.965,59			0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	328.084,33		328.084,33			0,00
	Total Modalidade: 4490	10.661.503,29	10.649.314,48			12.188,81
44-INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS						
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	10.661.503,29		10.649.314,48			12.188,81
	Total Fonte: 40					

343

<div> <div> <div></div> <div> Governo do Estado do Ceará  Secretaria da Fazenda  Coordenadoria do Tesouro Estadual  Administração Direta </div> </div> <div> Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa </div> <div> Página 14 / 22  Anexo 15  Exercício 2013 </div> </div>						
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar		
48-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO 4490-APLICAÇÕES DIRETAS 3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		Total Modalidade: 4590	24.837.134,87	24.837.134,87	0,00	
		Total Fonte: 47	136.195.772,90	135.890.999,27	304.773,63	
			0,00	0,00	0,00	
		Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00	
50-RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB 3190-APLICAÇÕES DIRETAS		Total Fonte: 48	0,00	0,00	0,00	
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB 3190-APLICAÇÕES DIRETAS		Total Modalidade: 3190	812.255.292,08	784.212.176,78	28.043.115,30	
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB 3190-APLICAÇÕES DIRETAS		Total Modalidade: 3191	102.424.209,82	94.725.310,30	7.698.899,52	
		Total Fonte: 50	914.679.501,90	878.937.487,08	35.742.014,82	
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB 3190-APLICAÇÕES DIRETAS		Total Modalidade: 3190	54.231.608,04	45.805.725,27	8.425.882,77	
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB 3190-APLICAÇÕES DIRETAS		Total Modalidade: 3190	54.231.608,04	45.805.725,27	8.425.882,77	
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB 3190-APLICAÇÕES DIRETAS		Total Modalidade: 3340	14.946.659,95	13.979.542,47	967.117,48	
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB 3190-APLICAÇÕES DIRETAS		Total Modalidade: 3340	14.946.659,95	13.979.542,47	967.117,48	
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB 3190-APLICAÇÕES DIRETAS		Total Modalidade: 3340	27.175.588,55	27.175.588,55	0,00	



53-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE

Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual Administração Direta			Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa			Página 16 / 22 Anexo 15 Exercício 2013		
Fonte de Recurso		Natureza Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Paga	Restos a Pagar		
3390-APLICAÇÕES DIRETAS								
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Modalidade: 3390								
4480-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR								
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Modalidade: 4480								
4490-APLICAÇÕES DIRETAS								
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		4.753.480,00		4.753.480,00		0,00	0,00	
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		73.406.422,11		68.449.579,73		4.956.842,38		
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00		0,00		0,00		
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		19.008.099,00		14.452.379,51		4.555.719,49		
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		6.016.411,25		6.016.411,25		0,00		
Total Modalidade: 4490		103.184.412,36		93.671.850,49		9.512.561,87		
4590-APLICAÇÕES DIRETAS								
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		140.000.000,00		140.000.000,00		0,00		
Total Modalidade: 4590		140.000.000,00		140.000.000,00		0,00		
Total Fonte: 53		243.184.412,36		233.671.850,49		9.512.561,87		
54-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BB								
4490-APLICAÇÕES DIRETAS								
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00		0,00		0,00		
Total Modalidade: 4490		0,00		0,00		0,00		
Total Fonte: 54		0,00		0,00		0,00		
56-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF								
4490-APLICAÇÕES DIRETAS								
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		42.371.912,70		37.361.488,40		5.010.424,30		
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		7.267.508,05		7.267.508,05		0,00		
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		392.496,86		268.860,39		123.636,47		
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00		0,00		0,00		
Total Modalidade: 4490		50.031.917,61		44.897.856,84		5.134.060,77		
Total Fonte: 56		50.031.917,61		44.897.856,84		5.134.060,77		

Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual Administração Direta			Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa			Página 17 / 22 Anexo 15 Exercício 2013		
Fonte de Recurso		Natureza Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Paga	Restos a Pagar		
57-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/KFW								
4490-APLICAÇÕES DIRETAS								
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES			656.069,90	656.069,90	0,00	0,00		
Total Modalidade: 4490			656.069,90	656.069,90	0,00	0,00		
Total Fonte: 57			656.069,90	656.069,90	0,00	0,00		
58-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/BIRD								
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS								
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			0,00	0,00	0,00	0,00		
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES			0,00	0,00	0,00	0,00		
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			0,00	0,00	0,00	0,00		
Total Modalidade: 4450			0,00	0,00	0,00	0,00		
4490-APLICAÇÕES DIRETAS								
3000-MATERIAL DE CONSUMO			81.679,04	2.218,94	79.460,10	0,00		
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO			0,00	0,00	0,00	0,00		
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA			946.677,00	918.142,00	28.535,00	0,00		
3700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA			0,00	0,00	0,00	0,00		
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			3.564.330,62	2.213.213,62	1.351.117,00	0,00		
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS			50.244,50	44.537,50	5.707,00	0,00		
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES			7.760.009,18	5.979.762,92	1.780.246,26	0,00		
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			62.049,45	62.049,45	0,00	0,00		
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			4.685.603,58	4.685.603,58	0,00	0,00		
Total Modalidade: 4490			17.150.593,37	13.905.528,01	3.245.065,36	0,00		
Total Fonte: 58			17.150.593,37	13.905.528,01	3.245.065,36	0,00		
59-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/BID								
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS								
4100-CONTRIBUIÇÕES			50.291,27	50.291,27	0,00	0,00		
4200-AUXÍLIOS			4.931.601,13	3.560.328,38	1.371.272,75	0,00		
Total Modalidade: 4440			4.981.892,40	3.610.619,65	1.371.272,75	0,00		
4490-APLICAÇÕES DIRETAS								
3000-MATERIAL DE CONSUMO			337.117,27	162.434,47	174.682,80	0,00		
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA			3.152.260,19	2.030.391,28	1.121.868,91	0,00		

348



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Fazenda  
Coordenadoria do Tesouro Estadual  
Administração Direta

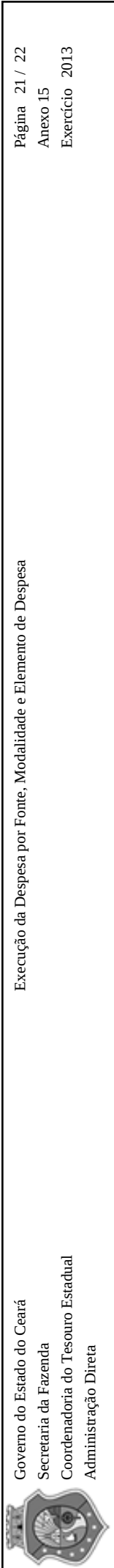
Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa


Página 19 / 22  
Anexo 15  
Exercício 2013

Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		43.392.801,22	26.080.316,69	17.312.484,53
	Total Modalidade: 4490	43.792.801,22	26.080.316,69	17.712.484,53
	Total Fonte: 65	43.792.801,22	26.080.316,69	17.712.484,53
67-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		66.345.134,96	66.345.134,96	0,00
	Total Modalidade: 4490	66.345.134,96	66.345.134,96	0,00
	Total Fonte: 67	66.345.134,96	66.345.134,96	0,00
69-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - P4R				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 69	0,00	0,00	0,00
80-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
4200-AUXÍLIOS		46.750,00	0,00	46.750,00
	Total Modalidade: 4450	46.750,00	0,00	46.750,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		61.263,65	61.263,65	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	61.263,65	61.263,65	0,00
	Total Fonte: 80	108.013,65	61.263,65	46.750,00
82-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		23.149.779,31	22.997.808,20	151.971,11
4100-CONTRIBUIÇÕES		2.973.554,36	2.733.554,36	240.000,00
4300-SUBVENÇÕES SOCIAIS		648.808,04	648.808,04	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		41.776,00	41.776,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3350	26.813.917,71	26.421.946,60	391.971,11
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
0400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		0,00	0,00	0,00
1400-DIÁRIAS - CIVIL		484.820,51	484.272,94	547,57
1500-DIÁRIAS - MILITAR		0,00	0,00	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		36.824.698,38	36.199.010,49	625.687,89
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		31.898.811,73	26.733.311,26	5.165.500,47
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		104.619,09	104.619,09	0,00
3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		510.221,94	440.046,66	70.175,28
3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		8.472.812,03	8.463.446,73	9.365,30
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		1.631.132,09	1.623.594,94	7.537,15
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		23.984.609,15	17.065.882,73	6.918.726,42
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		99.639,90	99.639,90	0,00
4900-AUXÍLIO-TRANSPORTE		0,00	0,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		109.571,53	109.484,03	87,50
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	104.120.936,35	91.323.308,77	12.797.627,58
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		46.351,85	46.351,85	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	46.351,85	46.351,85	0,00
3393-DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3393	0,00	0,00	0,00
4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	0,00	0,00	0,00

351

<div> <div>  <div> Governo do Estado do Ceará  Secretaria da Fazenda  Coordenadoria do Tesouro Estadual  Administração Direta </div> </div> <div> Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa </div> <div> Página 22 / 22  Anexo 15  Exercício 2013 </div> </div>						
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar		
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00		
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		0,00	0,00	0,00		
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00		
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00		
Total Modalidade: 3390		0,00	0,00	0,00		
4490-APLICAÇÕES DIRETAS						
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00		
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00		
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00		
Total Modalidade: 4490		0,00	0,00	0,00		
Total Fonte: 88		0,00	0,00	0,00		
90-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - PROGRAMA PADH						
4490-APLICAÇÕES DIRETAS						
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		210.663,83	210.663,83	0,00		
Total Modalidade: 4490		210.663,83	210.663,83	0,00		
Total Fonte: 90		210.663,83	210.663,83	0,00		
<b>Total Geral:</b>		<b>11.999.626.805,38</b>	<b>11.450.802.305,54</b>	<b>548.824.499,84</b>		





ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL  
CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA

03796310  
25/02/2014 11:51  
DATA-BASE: 31/12/2013  
ANEXO 16

CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO										MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			
NUM	CREADOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ JURO ANOS AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO			
										MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO		
DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS													
1	CEF	ESTADO DO CEARA	CTN-22786-04	06/06/1991	25,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	159.204,00	1.235.045,15	0,00	2.131,19	140.250,31	
2	CEF	ESTADO DO CEARA	CTN-22793-41	06/06/1991	25,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	194.985,00	1.969.581,24	0,00	3.398,66	223.663,35	
3	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-31466-20/CEF	17/11/1994	22,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	112.267,92	958.110,07	0,00	1.611,36	134.586,27	
4	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35176-16	29/12/1996	18,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	381.401,02	1.246.409,50	0,00	1.433,52	582.286,31	
5	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-34972-82	29/12/1995	18,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	593.559,32	2.231.816,64	0,00	2.957,49	802.563,27	
6	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35076-92	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	291.834,70	899.118,10	0,00	1.004,52	438.245,97	
7	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35077-16	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	265.069,26	1.025.479,51	0,00	1.338,77	381.158,84	
8	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35073-24	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	98.599,40	212.021,29	0,00	256,53	91.267,39	
9	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35075-77	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	152.384,65	545.966,74	0,00	688,48	217.866,17	
10	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35068-27	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	84.560,00	280.286,01	0,00	339,11	120.652,83	
11	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35070-60	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	83.879,74	246.611,47	0,00	283,75	115.145,99	
12	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35071-85	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	15.034,95	47.355,14	0,00	54,48	22.110,71	
13	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35072/119.841-74	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	72.422,59	174.761,74	0,00	201,09	81.598,46	
14	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35078-31	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	32.365,39	96.470,03	0,00	110,99	45.043,06	
15	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-35074-49	29/12/1995	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	118.444,81	375.595,86	0,00	511,73	126.460,93	
16	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-5986256/122689/88	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	232.533,59	666.654,44	0,00	1.039,50	143.792,65	
17	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59863-71.122419-1	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	232.774,05	535.015,52	0,00	813,66	128.046,38	
18	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59864-96	17/06/1998	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	94.004,48	422.058,72	0,00	663,95	87.453,33	
19	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59846/122702-51	17/06/1998	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	99.268,69	540.116,94	0,00	862,84	103.819,13	
20	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59847/122.704-89	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	131.298,52	456.017,65	0,00	524,13	213.265,30	
21	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59855-18	17/06/1998	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	214.431,30	2.198.602,36	0,00	3.924,18	169.434,98	
22	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59856-33	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	288.665,51	2.808.273,41	0,00	4.963,47	246.444,40	
23	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59857-59	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	364.579,75	4.306.759,00	0,00	7.721,70	310.510,85	
24	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59860/122.485-22	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	62.463,64	154.151,05	0,00	137,85	96.247,02	
25	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156663-07	30/04/2004	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	293.151,71	3.268.972,11	456.798,21	6.474,42	368.738,75	
26	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156665-26	30/04/2004	14,33	5,00	UNID.PAD.REFIN.	124.200,27	1.527.178,08	0,00	2.667,57	153.457,89	
27	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156666-30	30/04/2004	14,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	1.017.091,41	7.429.877,06	0,00	12.978,05	746.588,30	
28	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156669-63	30/06/2004	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	390.907,38	5.063.949,79	0,00	8.880,24	487.428,61	
29	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156670-91	30/12/2003	13,83	8,00	UNID.PAD.REFIN.	55.967,20	323.884,33	0,00	561,17	35.424,76	
30	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156671-04	30/12/2003	13,25	8,00	UNID.PAD.REFIN.	13.904,93	111.035,65	0,00	190,06	13.574,09	
31	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156672-18	30/12/2003	13,83	8,00	UNID.PAD.REFIN.	63.125,26	456.966,03	0,00	791,75	49.980,53	
32	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156674-36	30/12/2003	13,42	8,00	UNID.PAD.REFIN.	27.140,89	86.093,16	0,00	147,91	10.187,90	
33	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156675-41	30/12/2003	13,67	8,00	UNID.PAD.REFIN.	35.262,75	261.210,86	0,00	451,09	29.471,45	
34	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156677-60	30/12/2003	14,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	74.506,34	255.709,86	0,00	444,40	27.127,20	
35	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156681-29	30/12/2003	14,75	6,50	UNID.PAD.REFIN.	126.958,73	1.867.291,02	0,00	3.297,24	165.936,94	
36	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156682-33	30/12/2003	10,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	123.270,60	1.174.960,06	0,00	1.789,91	279.898,47	
37	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156684-52	30/12/2003	10,00	6,50	UNID.PAD.REFIN.	67.020,35	427.532,54	0,00	569,98	151.774,40	
38	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156685-67	30/12/2003	10,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	290.185,08	1.166.321,49	0,00	1.586,58	394.962,05	
39	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156686-71	30/12/2003	10,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	264.237,30	573.011,76	0,00	817,39	170.693,88	
40	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156688-99	30/12/2003	10,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	163.997,47	1.696.513,51	0,00	2.467,53	476.147,90	



ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL  
CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA

03796310  
25/02/2014 11:51  
DATA-BASE: 31/12/2013  
ANEXO 16

CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO										MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			
NUM	CREADOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ JURO ANOS AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO		
DIVÍDUA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS													
41	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156689-02	30/12/2003	10,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	124.575,53	997.021,43	0,00	1.422,25	297.001,70	
42	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156691-44	30/12/2003	15,00	6,50	UNID.PAD.REFIN.	113.725,27	1.597.609,69	0,00	2.829,50	136.772,81	
43	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156692-59	30/12/2003	10,00	6,50	UNID.PAD.REFIN.	42.056,33	47.048,81	0,00	59,68	18.584,29	
44	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0293148-49	11/11/2009	5,50	4,50	REAL	39.897.000,00	24.337.103,96	0,00	-0,04	8.589.566,04	
45	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0287955 RIO COCÓ	30/06/2010	20,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	10.433.966,26	5.894,89	205.765,91	341,44	1.488,17	
46	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0294815 FAV DENDÊ	30/06/2010	20,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	3.628.625,58	12.214,81	12.214,81	46,50	179,22	
47	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0319197-16-VLT	08/10/2010	20,00	5,50	UNID.PAD.REFIN.	8.387.312,46	28.714.156,20	28.497.230,57	99.524,66	0,00	
48	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0319199-34-METRÔ	08/10/2010	20,00	5,50	UNID.PAD.REFIN.	1.637.992,79	0,00	7.267.508,05	10.558,29	0,00	
49	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-SN-CPAC MARANGUA	06/12/2013	8,00	7,10	314-URTILP	36.792.194,07	0,00	0,00	0,00	0,00	
50	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-01232931028-SC-B	30/04/2002	7,00	8,50	314-URTILP	49.688.185,59	19.851.234,62	0,00	-4,36	14.012.633,52	
51	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 0620202.1016	02/06/2006	8,50	7,00	314-URTILP	36.910.032,16	30.471.735,66	0,00	-12,23	8.706.207,60	
52	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-06200861084-SUB-C	11/04/2008	5,83	7,00	314-URTILP	3.135.018,57	2.084.720,77	0,00	-0,82	595.634,36	
53	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-06200861092-SUB-D	02/06/2006	7,00	7,00	314-URTILP	2.749.051,53	2.713.423,82	0,00	-1,08	775.263,72	
54	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0620086.1106-SB F	02/06/2006	9,00	7,00	314-URTILP	220.993,12	118.225,52	132.249,62	-0,08	52.671,48	
55	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0620085.1011	02/06/2006	8,00	7,00	314-URTILP	28.266.560,86	23.262.342,77	0,00	-9,39	6.344.273,40	
56	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT - 0620086.1017-A	11/04/2008	7,00	7,00	314-URTILP	13.564.350,92	9.516.833,20	6.446.986,56	-3,80	3.640.092,49	
57	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0620086.1050-SB E	02/06/2006	7,00	7,00	314-URTILP	673.258,09	63.512,62	0,00	-0,09	18.146,40	
58	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 0820155.1018	06/06/2008	12,00	7,00	314-URTILP	72.286.635,42	116.496.559,23	9.500.000,00	-49,11	11.418.646,16	
59	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 0820512.1018	31/10/2008	5,00	7,00	314-URTILP	9.000.817,38	12.429.252,06	0,00	-5,08	3.173.425,08	
60	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-820358-1011/1119	14/01/2009	7,50	7,00	314-URTILP	139.829.382,48	224.061.897,89	0,00	-92,69	36.832.082,16	
61	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-0920611/1014-PF	01/10/2009	8,00	8,00	314-URTILP	148.664.694,44	0,00	0,00	0,00	0,00	
62	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020010-1010 CEV.	19/04/2010	6,00	8,80	314-URTILP	75.984.762,52	131.388.888,89	0,00	-13,88	24.256.408,40	
63	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561015 TSIDA	19/04/2010	7,50	6,90	314-URTILP	952.342,36	1.859.111,11	0,00	-0,39	250.666,60	
64	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561023/1368B	19/04/2010	7,50	6,90	314-URTILP	5.229.113,82	10.207.992,46	0,00	-2,00	1.376.358,32	
65	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561031/1376C	19/04/2010	7,50	4,50	REAL	87.267.840,00	86.298.197,33	0,00	0,04	11.635.712,04	
66	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561040 SC D	19/04/2010	7,50	4,50	REAL	21.097.023,00	20.862.611,64	0,00	0,15	2.812.936,56	
67	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020304.1108PEFII	11/06/2010	8,00	6,10	314-URTILP	222.997.041,66	413.303.297,87	0,00	0,06	55.107.106,44	
68	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020246.1103 CEIS	22/06/2010	6,50	6,90	314-URTILP	48.630.248,01	5.542.713,40	7.712.630,99	-0,01	0,00	
69	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 1021701.1010-AC	07/12/2010	12,00	6,90	314-URTILP	178.080.498,26	248.909.030,00	102.636.120,00	0,00	0,00	
70	BNDES	ESTADO DO CEARA	PROINVESTE-REF PEF I	21/12/2012	18,00	6,10	314-URTILP	126.984.426,39	250.677.416,44	0,00	0,00	0,00	
71	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-SN-BNDES-EST SubA	28/11/2013	8,00	6,90	314-URTILP	299.844.332,55	0,00	76.752.147,96	0,00	0,00	
72	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-SN-BNDES-EST SubB	28/11/2013	11,00	3,40	143-UMSELIC	98.181.421,49	0,00	109.500.000,00	410.936,51	0,00	
73	BB	ESTADO DO CEARA	PROINVESTE - BB	21/12/2012	18,00	6,60	314-URTILP	424.958.652,47	135.723.807,00	348.396.207,42	0,00	0,00	
74	BNB	ESTADO DO CEARA	CT- 96000101-001	04/01/1996	21,00	2,40	DÓLAR	12.602.000,00	10.765.497,38	0,00	1.468.768,55	1.656.089,48	
75	BNB	ESTADO DO CEARA	CT- 96000101-002	04/01/1996	22,42	2,40	DÓLAR	30.000.000,00	24.138.480,35	0,00	3.686.654,41	3.612.532,09	
76	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/0001-1º	13/01/1998	21,50	2,40	DÓLAR	9.100.000,00	7.331.922,77	0,00	989.124,83	1.131.167,72	
77	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002- 3º	19/01/1998	20,67	2,40	DÓLAR	6.011.131,36	5.196.059,28	0,00	708.595,04	799.007,09	
78	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002- 2º	19/01/1998	20,00	2,40	DÓLAR	839.018,79	753.035,94	0,00	101.156,17	114.259,09	
79	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002- 4º	19/01/1998	21,17	2,40	DÓLAR	6.187.250,66	3.239.137,49	0,00	441.224,02	497.585,40	
80	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002- 5º	26/03/1998	20,00	2,40	DÓLAR	74.688,20	66.824,36	0,00	9.112,83	10.275,58	



ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL  
CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA

03796310  
25/02/2014 11:51  
DATA-BASE: 31/12/2013  
ANEXO 16

CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO										MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				
NUM	CREADOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ JURO	MOED	VALOR CONTRATADO	EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS														
81	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-6º	26/03/1998	20,92	2,40	DÓLAR	140.771,74	121.902,28	0,00	16.623,20	18.744,32	2.836,93	3.100,88
82	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-7º	24/04/1998	20,92	2,40	DÓLAR	293.201,10	251.249,75	0,00	34.260,92	38.632,70	5.879,58	6.392,05
83	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-8º	04/05/1998	21,33	2,40	DÓLAR	117.354,61	98.027,79	0,00	13.324,49	15.058,43	2.496,13	2.496,13
84	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-9º	06/05/1998	20,00	2,40	DÓLAR	823.156,21	732.639,66	0,00	99.911,08	112.659,10	17.050,10	18.631,83
85	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-10º	18/06/1998	21,33	1,79	DÓLAR	46.860,11	39.315,20	0,00	5.360,86	6.044,94	914,93	1.000,43
86	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-11º	18/06/1998	20,42	2,40	DÓLAR	579.800,15	419.047,01	0,00	57.119,80	64.411,27	9.752,11	10.682,69
87	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-12º	01/09/1998	20,00	2,40	DÓLAR	9.461.580,27	9.806.066,16	0,00	1.338.013,73	1.508.640,44	228.194,37	248.993,86
88	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002-14º	10/11/1998	20,00	2,40	DÓLAR	416.643,54	103.641,24	0,00	14.058,65	15.862,02	4.176,60	2.709,74
89	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003-15º	23/03/1999	20,00	2,40	DÓLAR	1.215.666,45	419.528,31	0,00	57.027,92	64.327,75	9.763,03	10.850,38
90	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003-16º	22/03/1999	20,00	2,40	DÓLAR	1.123.000,00	795.335,38	0,00	108.404,33	122.243,26	18.509,09	20.282,14
91	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003-18º	11/06/1999	20,00	2,40	DÓLAR	1.310.663,57	1.299.799,87	0,00	177.292,44	199.909,11	30.417,03	33.019,78
92	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003-19º	11/06/1999	20,00	2,40	DÓLAR	1.762.416,01	169.034,40	0,00	23.167,17	25.464,62	3.913,58	4.671,03
93	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003-20º	17/11/1999	19,33	2,40	DÓLAR	4.576.279,56	4.250.362,42	0,00	580.806,95	654.763,76	98.917,14	106.927,93
94	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-2000101/001AD.01	04/07/2002	15,92	2,40	DÓLAR	7.000.000,00	5.771.590,79	0,00	823.646,69	881.109,69	133.111,95	143.891,97
95	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-SUBC/01 PROD.II	25/08/2005	20,33	0,99	DÓLAR	21.900.000,00	35.937.462,14	0,00	4.996.438,28	2.458.534,78	409.858,63	726.639,78
96	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-SUBC/02-PRODET.II	20/10/2005	20,33	0,99	DÓLAR	38.100.000,00	63.299.338,07	0,00	8.801.218,54	4.324.634,18	720.948,81	1.278.146,10
97	STN	ESTADO DO CEARA	CT-CDV-A	28/01/1994	20,00	5,15	UR-IGP-M	206.316.583,96	9.884.962,90	0,00	295.622,63	9.356.739,81	314.847,56	6.142,65
98	STN	ESTADO DO CEARA	CT-CDV-B	28/01/1994	20,00	5,15	UR-IGP-M	48.576.456,30	2.327.378,60	0,00	69.603,26	2.203.010,37	74.129,72	1.446,21
99	STN	ESTADO DO CEARA	CT-CDV-C	28/01/1994	20,00	5,15	UMTR	556.503.924,69	344.255,46	0,00	0,00	317.088,02	10.742,88	209,59
100	STN	ESTADO DO CEARA	CT-CDV-D	28/01/1994	20,00	5,15	UMTR	63.000.684.489,26	47.015.897,48	0,00	19.591,57	43.319.909,22	1.467.394,37	28.628,75
101	STN	ESTADO DO CEARA	CT-C-BOND/004	15/04/1994	10,50	8,00	DÓLAR	9.962.850,60	3.676.626,75	0,00	233.173,89	2.504.880,06	248.011,13	6.200,26
102	STN	ESTADO DO CEARA	CT-DISCOUNT BOND/001	15/04/1994	0,08	0,81	DÓLAR	9.846.305,74	20.120.925,78	0,00	2.945.030,05	0,00	286.020,61	41.701,89
103	STN	ESTADO DO CEARA	CT-PAR BOND/002	15/04/1994	0,08	6,00	DÓLAR	14.111.148,04	28.836.131,02	0,00	4.220.644,38	0,00	1.768.140,96	58.938,04
104	STN	ESTADO DO CEARA	CT-FEDERALIZAÇÃO-BEC	12/11/1998	30,00	6,17	No.IND(IGP-DI	7.306.472,04	922.204.518,05	0,00	49.625.131,10	40.907.738,94	55.979.894,22	586.403,31
105	STN	ESTADO DO CEARA	CT-BIRD/CEF-PNAFE	16/07/1997	13,33	2,80	DÓLAR	14.784.000,00	10.674.901,01	0,00	1.366.670,57	2.523.633,31	292.793,40	0,00
TOTAL GERAL								3.070.967.534,07	697.515.860,10	83.933.390,62	318.100.120,53	184.440.470,77	6.479.005,12	3.534.316.664,26
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO														
1	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP MP N° 38/02	14/06/2002	25,25	0,00	SELIC	2.412.050,17	20.203.037,21	-2.437.325,49	1.509.934,11	0,00	124.279,50	47.585.400,74
2	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEPLEI 11941/09	17/08/2009	5,00	0,00	SELIC	1.577.775,22	14.869.666,15	3.709.843,63	10.561.981,83	0,00	0,00	8.017.527,95
3	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-INSS-PARC.MP2129	31/08/2001	13,50	0,00	314-URTILP	105.488.889,75	46.866.267,57	281.315,39	18.131.118,38	0,00	0,00	29.016.464,58
TOTAL GERAL								81.938.970,93	31.329.623,13	1.553.833,53	30.203.034,32	0,00	124.279,50	84.619.393,27
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PRECATORIOS														
1		ESTADO DO CEARA	CT-TRT/DTI-PRECATORIO	09/12/2009	13,00	0,00	REAL	406.147.962,85	474.822.442,70	115.509.525,46	33.044.577,80	0,00	0,00	613.975.870,14
TOTAL GERAL								474.822.442,70	56.688.479,78	115.509.525,46	33.044.577,80	0,00	0,00	613.975.870,14



ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL  
CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA

03796310  
25/02/2014 11:51  
DATA-BASE: 31/12/2013  
ANEXO 16

CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO					MOVIMENTO DO EXERCÍCIO									
NUM	CREADOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ JURO ANOS AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDUA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS														
1	BIRD	ESTADO DO CEARA	CTE - 4531 - BR	10/02/2000	10,00	2,28	DÓLAR	136.000.000,00	63.389.232,72	0,00	3.699.070,05	1.277.201,70	2.690,10	34.599.538,95
2	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-4626-BR	29/10/2001	10,00	0,66	DÓLAR	37.500.000,00	30.652.500,00	0,00	3.767.812,50	266.637,19	1.772,34	26.354.250,00
3	BIRD	ESTADO DO CEARA	CTE-4591-BR	06/08/2001	10,00	2,71	DÓLAR	90.000.000,00	72.264.588,79	0,00	5.676.922,48	1.373.181,15	1.756,20	56.348.493,91
4	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7321-BR SWAP I	18/10/2005	9,00	0,65	DÓLAR	149.750.000,00	266.771.287,34	0,00	35.524.012,01	2.277.689,31	1.757,62	261.702.212,26
5	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- N° 7387-BR	07/07/2006	12,00	0,65	DÓLAR	37.500.000,00	67.044.680,69	0,00	9.213.711,76	601.484,63	1.772,34	69.531.296,37
6	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7600-BR SWAP II	19/03/2009	15,00	1,13	DÓLAR	240.000.000,00	487.880.948,47	0,00	71.409.440,51	6.684.711,89	0,00	559.290.388,98
7	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7630-BR	22/09/2009	15,00	1,39	DÓLAR	103.000.000,00	206.967.450,90	0,00	30.293.107,20	3.135.128,75	0,00	237.260.558,10
8	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-7654-BR -CIDADES	22/12/2009	15,00	1,29	DÓLAR	46.000.000,00	20.899.639,55	7.456.151,14	3.634.311,99	320.764,70	0,00	31.990.102,68
9	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-8124-BR SIOSE III	03/10/2012	20,00	1,11	DÓLAR	100.000.000,00	0,00	1.636.550,00	0,00	86.895,75	0,00	24.011.650,00
10	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-PforR-BIRD-8302BR	19/12/2013	24,00	0,83	DÓLAR	350.000.000,00	222.204.955,00	-624.277,50	0,00	0,00	205.555,00	221.580.677,50
11	BID	ESTADO DO CEARA	CTE - 833-SF-BR	06/07/1990	19,08	4,00	DÓLAR	20.700.000,00	5.558.436,96	0,00	563.751,90	205.363,74	0,00	3.823.203,69
12	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-695/OC-BR	09/12/1992	19,00	2,30	DÓLAR	159.300.000,00	100.802.593,84	0,00	13.834.644,22	2.452.359,33	1.853,48	92.445.375,58
13	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-892/SF-BR	09/12/1992	16,00	3,00	DÓLAR	39.900.000,00	25.479.890,63	0,00	3.447.709,12	789.537,88	0,00	23.367.434,63
14	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-955/OC-BR	21/05/1997	18,00	4,32	DÓLAR	42.000.000,00	52.998.391,54	0,00	7.240.262,91	2.332.311,20	2.661,39	54.360.257,68
15	BID	ESTADO DO CEARA	CTE- 1019/OC-BR	19/12/1997	13,00	1,95	DÓLAR	115.000.000,00	90.385.576,99	0,00	12.324.019,24	1.802.549,77	1.845,94	82.892.000,09
16	BID	ESTADO DO CEARA	CT- 2044/OC-BR	20/05/2009	16,00	1,17	DÓLAR	41.000.000,00	25.821.158,66	5.513.344,36	4.141.070,47	341.212,00	146.754,34	34.408.833,34
17	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2137/OC-BR-SAÚDE	22/12/2009	20,00	1,17	DÓLAR	77.000.000,00	126.835.135,47	29.040.858,75	21.755.687,60	1.506.932,33	78.656,13	177.631.681,82
18	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2169/OC-BR CE III	22/12/2009	20,00	1,17	DÓLAR	158.620.000,00	323.220.395,02	1.019.250,00	47.343.567,00	3.736.025,36	2.342,12	371.583.212,02
19	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2230/OC-BR PROAII	22/12/2009	20,00	1,17	DÓLAR	45.000.000,00	57.478.971,24	10.464.423,86	8.976.455,53	657.085,05	95.444,12	76.919.850,63
20	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2321/OC-BR PNC	25/11/2010	20,00	1,17	DÓLAR	150.000.000,00	74.867.709,52	10.958.126,70	0,00	838.410,62	613.226,05	85.825.836,22
21	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2826-BR.CIDADESII	02/09/2013	11,00	1,17	DÓLAR	66.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.905,56	0,00
22	BID	ESTADO DO CEARA	CT-P.V.CE-IV-A-2964	27/12/2013	20,00	1,24	DÓLAR	400.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	KFW	ESTADO DO CEARA	CT-199966169/KFW	07/12/2005	15,00	4,50	EURO	8.691.961,98	5.024.638,83	2.936.618,99	1.097.353,02	290.090,27	40.123,28	7.297.444,84
24	OECF	ESTADO DO CEARA	CTE-BZ-P12/B	01/08/1997	18,50	2,30	IEENE	778.000.000,00	2.708.824,00	0,00	-155.197,80	57.852,17	3.101,06	2.295.077,40
25	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/06-SUBC 04	26/07/2006	5,00	7,00	DÓLAR	1.203.067,10	245.846,82	0,00	-4.571,73	8.444,64	710,16	0,00
26	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW-SUC 05	26/07/2006	5,00	7,00	DÓLAR	1.669.060,00	682.144,82	0,00	52.575,39	37.868,89	1.653,35	0,00
27	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/06-SUBC 06	26/07/2006	5,00	7,00	DÓLAR	1.814.694,74	1.483.331,45	0,00	143.760,10	94.558,84	1.763,72	850.220,71
28	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/06 SUBC-07	26/07/2006	5,00	4,75	DÓLAR	3.179.680,00	3.248.838,04	0,00	345.313,24	144.317,53	1.761,54	2.234.615,51
29	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/06-SUBC-08	26/07/2006	5,00	4,75	DÓLAR	4.542.400,00	4.641.197,20	0,00	550.675,15	212.403,48	1.813,60	3.192.307,87
30	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-01	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.244.875,00	0,00	16.947.966,26	3.083.540,85	359.882,19	1.800,20	18.709.868,53
31	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-02	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.921.250,00	0,00	23.409.360,00	5.205.230,77	513.614,19	1.788,74	26.728.383,63
32	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-03	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.858.434,75	0,00	15.372.532,81	3.439.277,78	343.024,72	1.732,26	17.552.079,72
33	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-04	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.045.455,75	0,00	10.615.275,89	2.359.454,27	232.653,17	1.614,99	12.120.329,89
34	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-05	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.439.469,47	0,00	13.406.753,85	917.194,39	0,00	0,00	14.323.948,24
35	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-06	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.779.222,54	0,00	17.216.881,87	1.429.779,66	0,00	0,00	18.646.661,53
36	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-07	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.369.192,50	0,00	25.206.333,97	1.796.865,63	0,00	0,00	27.003.199,60
37	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-08	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.342.099,98	0,00	20.313.109,66	149.673,54	0,00	0,00	20.462.783,20
38	CAF	ESTADO DO CEARA	CT-8262-P.VALTURCAF	28/08/2013	8,00	1,37	DÓLAR	112.000.000,00	0,00	40.099.252,38	1.064.861,83	0,00	1.763.986,00	41.164.114,21
39	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-I-882-BR-FIDA-SDR	28/06/2013	15,00	0,90	SDR	20.624.403,00	0,00	7.491.200,00	0,00	0,00	0,00	7.498.998,22
40	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-E-17-BR-FIDA-EURO	28/06/2013	15,00	0,78	EURO	5.948.482,00	0,00	1.920.000,00	0,00	0,00	0,00	1.935.900,00



ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL  
CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA

03796310  
25/02/2014 11:51  
DATA-BASE: 31/12/2013  
ANEXO 16

CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO										MOVIMENTO DO EXERCÍCIO					
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ JURO ANOS AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG	
TOTAL GERAL									2.117.353.409,49	493.009.368,79	316.315.440,00	178.735.430,73	32.980.192,44	2.994.841,63	2.747.942.787,55
TOTAL CONTRATOS / PARCELAMENTOS / PRECATÓRIOS									5.745.082.357,19	1.278.543.331,80	517.312.189,61	560.083.163,38	217.420.663,21	9.598.126,25	6.980.854.715,22
DIVIDA FUNDADA INTERNA - GARANTIAS															
1	STN	CAGECE - CIA.DE AGUAS E	CT-CDV-01/CAGECE	28/01/1994	20,00	4,41	UMTR	11.397.984,46	0,00	7.403,96	10.507.938,26	288.730,33	6.575,70	897.450,16	
2	STN	COELCE - CIA DE	CT-CDV-01/COELCE	01/03/1994	20,00	10,0	UMTR	363.332,83	0,00	190,73	287.076,02	23.485,62	236,17	76.447,54	
3	STN	COELCE - CIA DE	CT-CDV-02/COELCE	01/03/1994	20,00	10,0	UR-IGP-M	13.939.044,61	0,00	455.727,72	11.301.766,84	919.545,77	9.246,41	3.093.005,49	
4	STN	COHAB	CT-CDV-01/COHAB	28/01/1994	20,00	3,17	UMTR	709.059,62	0,00	261,99	653.832,02	13.044,22	412,30	55.489,59	
5	STN	COHAB	CT-CDV-02/COHAB	28/01/1994	25,00	3,17	UNID.PAD.REFIN.	645.640.456,94	0,00	9.153.600,16	0,00	20.506.457,90	650.373,58	654.794.057,10	
TOTAL GERAL									672.049.878,46	0,00	9.617.184,56	22.750.613,14	21.751.263,84	666.844,16	658.916.449,88
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - GARANTIAS															
1	BID	CAGECE - CIA.DE AGUAS E	CTE-1502/OC-BR	22/10/2004	20,00	3,52	DÓLAR	177.997.894,16	222.050,00	25.043.491,73	10.988.436,60	7.052.410,12	383,37	192.274.999,29	
TOTAL GERAL									177.997.894,16	222.050,00	25.043.491,73	10.988.436,60	7.052.410,12	383,37	192.274.999,29
TOTAL GARANTIAS INTERNA E EXTERNA									850.047.772,62	222.050,00	34.660.676,29	33.739.049,74	28.803.673,96	667.227,53	851.191.449,17

Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual Administração Direta			Demonstrativo da Dívida Flutuante		Página 1 / 1 Exercício 2013 Anexo 17	
Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte		
		Inscrição	Baixa			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	370.786.406,27	0,00	283.941.237,39	86.845.168,88		
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	51.194.190,68	3.648,51	51.197.839,19	0,00		
DESTE EXERCÍCIO	0,00	370.066.772,77	0,00	370.066.772,77		
SUBTOTAL	421.980.596,95	370.070.421,28	335.139.076,58	456.911.941,65		
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	187.929.225,74	0,00	185.988.286,25	1.940.939,49		
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	23.335.669,81	64.990,00	23.400.659,81	0,00		
DESTE EXERCÍCIO	0,00	147.824.640,37	0,00	147.824.640,37		
SUBTOTAL	211.264.895,55	147.889.630,37	209.388.946,06	149.765.579,86		
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS						
	267.680.888,63	6.079.194.297,08	6.055.847.437,31	291.027.748,40		
SUBTOTAL	267.680.888,63	6.079.194.297,08	6.055.847.437,31	291.027.748,40		
DÉBITOS DE TESOURARIA						
	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total:	900.926.381,13	6.597.154.348,73	6.600.375.459,95	897.705.269,91		



# ADMINISTRAÇÃO INDIRETA







# AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS DEPENDENTES E FUNDOS





Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar
11	RECEITAS CORRENTES	2.401.191.817,86	2.657.109.357,67	2.306.240.424,33	-350.868.933,34
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	322.653.666,14	380.122.140,70	349.077.236,17	-31.044.904,53
1112	TAXAS	322.653.666,14	380.122.140,70	349.077.236,17	-31.044.904,53
112	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.129.565.934,00	1.228.265.934,00	1.209.819.337,60	-18.446.596,40
1121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.129.565.934,00	1.228.265.934,00	1.209.819.337,60	-18.446.596,40
113	RECEITA PATRIMONIAL	26.420.329,34	27.043.276,17	57.106.340,50	30.063.064,33
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.271.333,98	2.894.280,81	2.000.689,90	-893.590,91
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	24.148.995,36	24.148.995,36	54.928.108,55	30.779.113,19
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	177.542,05	177.542,05
116	RECEITA DE SERVIÇOS	19.569.699,81	25.227.413,06	41.681.106,55	16.453.693,49
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	19.569.699,81	25.227.413,06	41.681.106,55	16.453.693,49
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	646.176.105,48	739.088.166,65	501.261.374,94	-237.826.791,71
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	582.460.276,78	667.584.733,45	472.715.516,35	-194.869.217,10
1173	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	20.000.000,00	20.000.000,00	8.607.118,48	-11.392.881,52
1175	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	1.884.204,54	1.884.204,54	756.563,57	-1.127.640,97
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	41.831.624,16	49.619.228,66	19.182.176,54	-30.437.052,12
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	256.806.083,09	257.362.427,09	147.295.028,57	-110.067.398,52
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	65.526.245,90	65.676.245,90	64.787.659,28	-888.586,62
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	33.211.800,00	33.211.800,00	42.758.932,87	9.547.132,87
1199	RECEITAS DIVERSAS	158.068.037,19	158.474.381,19	39.748.436,42	-118.725.944,77
12	RECEITAS DE CAPITAL	196.312.557,91	190.523.742,75	76.205.580,05	-114.318.162,70
122	ALIENAÇÃO DE BENS	35.943,20	35.943,20	1.769.594,55	1.733.651,35
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	35.943,20	35.943,20	0,00	-35.943,20
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	1.769.594,55	1.769.594,55
123	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	94.378,61	94.378,61
1230	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	94.378,61	94.378,61
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	196.276.614,71	190.487.799,55	74.341.606,89	-116.146.192,66
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	16.967.674,20	16.967.674,20
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	196.276.614,71	190.487.799,55	57.373.932,69	-133.113.866,86
<b>Subtotal das Receitas(1):</b>		<b>2.597.504.375,77</b>	<b>2.847.633.100,42</b>	<b>2.382.446.004,38</b>	<b>-465.187.096,04</b>




Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar
<b>Refinanciamento(II):</b>					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (III=I+II):</b>		<b>2.597.504.375,77</b>	<b>2.847.633.100,42</b>	<b>2.382.446.004,38</b>	<b>-465.187.096,04</b>

<b>Déficit (IV):</b>		<b>3.921.498.217,86</b>	<b>4.796.874.459,47</b>	<b>4.013.067.850,84</b>	
<b>Total (V=III + IV):</b>		<b>6.519.002.593,63</b>	<b>7.644.507.559,89</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>-1.248.993.704,67</b>
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)					
Superávit Financeiro			610.933.231,26	0,00	-610.933.231,26
Reabertura de créditos adicionais			610.933.231,26	0,00	

Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>5.493.032.946,97</b>	<b>6.313.799.334,45</b>	<b>5.799.340.828,70</b>	<b>5.652.136.870,59</b>	<b>5.634.033.858,08</b>	<b>514.458.505,75</b>
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.237.555.002,14	3.692.356.970,69	3.494.637.019,45	3.494.633.354,38	3.479.268.130,97	197.719.951,24
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	19.762.295,00	21.164.521,40	19.461.406,34	19.461.406,34	19.461.406,34	1.703.115,06
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.235.715.649,83	2.600.277.842,36	2.285.242.402,91	2.138.042.109,87	2.135.304.320,77	315.035.439,45
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>1.025.969.646,66</b>	<b>1.330.708.225,44</b>	<b>596.173.026,52</b>	<b>488.012.105,24</b>	<b>486.059.252,61</b>	<b>734.535.198,92</b>
44	INVESTIMENTOS	944.200.650,66	1.249.311.058,38	516.621.374,25	408.460.452,97	406.508.441,34	732.689.684,13
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	81.492.390,00	80.662.361,64	78.916.927,93	78.916.927,93	78.916.086,93	1.745.433,71
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	276.606,00	734.805,42	634.724,34	634.724,34	634.724,34	100.081,08
<b>Subtotal das Despesas (VI):</b>		<b>6.519.002.593,63</b>	<b>7.644.507.559,89</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>6.140.148.975,83</b>	<b>6.120.093.110,69</b>	<b>1.248.993.704,67</b>

<b>Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII):</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <div>Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas dep. de Tesouro</div>	Balanço Orçamentário					Página 3 / 3 Exercício 2013 Anexo 12					
	Subtotal com Refinanciamento (VIII=VI+VII):					6.519.002.593,63	7.644.507.559,89	6.395.513.855,22	6.140.148.975,83	6.120.093.110,69	1.248.993.704,67
	Superávit (IX):					0,00	0,00	0,00			
	Total (X=VIII+IX):					6.519.002.593,63	7.644.507.559,89	6.395.513.855,22	6.140.148.975,83	6.120.093.110,69	1.248.993.704,67



Ingressos		Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>		<b>2.382.446.004,38</b>	<b>2.308.030.412,06</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>	<b>6.395.513.855,22</b>	<b>5.159.240.778,05</b>
<b>ORDINÁRIA</b>		<b>517.900.476,23</b>	<b>0,00</b>	<b>ORDINÁRIA</b>	<b>4.259.856.065,06</b>	<b>2.789.414.149,85</b>
<b>VINCULADA</b>		<b>1.864.545.528,15</b>	<b>2.308.030.412,06</b>	<b>VINCULADA</b>	<b>2.135.657.790,16</b>	<b>2.369.826.628,20</b>
PREVIDÊNCIA SOCIAL		1.251.627.113,75	1.126.235.167,74	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.187.492.988,92	1.155.692.169,52
FECOP		0,00	0,00	FECOP	58.449.308,24	55.544.142,60
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	30.163.717,81	80.628.524,17
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS		16.097.200,63	9.408.637,25	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	3.844.417,75	15.384.951,51
FUNDEB		2.402.835,12	4.131.705,38	FUNDEB	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	123.215.372,57	77.024.381,83
CONVÊNIOS		86.465.921,10	143.361.783,60	CONVÊNIOS	108.088.030,07	68.372.362,90
RECURSOS PRÓPRIOS		0,00	469.751.914,50	RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	417.108.294,03
SUS		464.002.663,72	461.108.908,99	SUS	529.446.940,46	441.703.622,90
OUTROS RECURSOS		43.949.793,83	94.032.294,60	OUTROS RECURSOS	94.957.014,34	58.368.178,74
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>		<b>4.201.978.966,97</b>	<b>3.181.798.473,20</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>	<b>252.934.052,87</b>	<b>264.235.392,07</b>
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		4.106.324.892,34	3.092.338.425,33	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	252.564.222,32	264.117.207,88
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		92.277.013,06	73.454.920,44	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	0,00	0,00
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUIVEIS		0,00	0,00	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUIVEIS	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		3.377.061,57	16.005.127,43	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	369.830,55	118.184,19
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>		<b>1.223.000.766,26</b>	<b>1.008.004.716,28</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>	<b>1.143.372.574,47</b>	<b>931.575.674,88</b>
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		14.206.830,17	12.917.254,86	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	14.827.957,50	73.648.375,83
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		255.369.739,39	183.076.910,90	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	159.460.772,64	62.031.790,05
VALORES RESTITUIVEIS		953.424.196,70	812.010.550,52	VALORES RESTITUIVEIS	969.083.844,33	795.895.509,00
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO		886.092.753,63	665.921.709,15	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	880.142.755,56	648.085.392,37
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		702.862,93	98.240,59	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.508.965,95	196.481,18
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		66.628.580,14	145.990.600,78	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	70.432.122,82	147.613.635,45
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>		<b>847.382.919,92</b>	<b>704.601.163,38</b>	<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>	<b>862.988.174,97</b>	<b>847.382.919,92</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		847.382.919,92	704.601.163,38	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	862.988.174,97	847.382.919,92
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
<b>TOTAL (V)</b>		<b>8.654.808.657,53</b>	<b>7.202.434.764,92</b>	<b>TOTAL (X)</b>	<b>8.654.808.657,53</b>	<b>7.202.434.764,92</b>

367

	Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Patrimônio Líquido</b>						
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	<b>2.509.465.012,76</b>	<b>2.204.489.533,46</b>
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.092.118.140,62	1.049.166.517,07
				LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	65.172.388,32	91.387.497,43
				LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	34.776.467,85	0,00
				LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.424.568,96	0,00
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.456.759,62	0,00
					895.139,27	0,00

<b>Total do Ativo:</b>	2.600.850.342,71	2.322.643.523,42	<b>Total do Passivo:</b>	2.600.850.342,71	2.322.643.523,42
<b>(1) Ativo Financeiro:</b>	862.988.174,97	847.382.919,92	<b>(3) Passivo Financeiro:</b>	299.420.012,22	439.545.952,09
<b>(2) Ativo Permanente:</b>	1.737.862.167,74	1.475.260.603,50	<b>(4) Passivo Permanente:</b>	64.781.212,20	64.781.212,20
<b>Saldo Patrimonial:</b>	<b>2.236.649.118,29</b>	<b>1.818.316.359,13</b>			

Compensações						
Especificação		Exercício Atual		Exercício Anterior		Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos						
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		1.290.993,94		1.734.893,14		64.903.236,13
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		253.082.143,03		161.464.234,87		27.121.448,69
Total		254.373.136,97		163.199.128,01		3.368.246,22
						107.219.368,29
						95.392.931,04

Especificação		Exercício Atual		Exercício Anterior	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos					
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		64.903.236,13		64.903.236,13	
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		38.947.885,94		27.121.448,69	
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		3.368.246,22		3.368.246,22	
Total		107.219.368,29		95.392.931,04	





Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Aumentativas</b>	<b>6.589.196.098,06</b>	<b>5.425.016.016,99</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>349.077.270,16</b>	<b>309.719.835,20</b>
4.1.1 IMPOSTOS	0,00	0,00
4.1.2 TAXAS	349.077.270,16	309.719.835,20
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>1.209.819.337,60</b>	<b>1.099.805.982,02</b>
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.209.819.337,60	1.099.805.982,02
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>	<b>45.628.899,06</b>	<b>43.770.374,16</b>
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	1.225.333,74	1.321.042,65
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	44.403.565,32	42.449.331,51
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>55.164.745,37</b>	<b>56.806.137,62</b>
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	263.799,85	244.556,40
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	54.900.945,52	56.561.581,22
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>4.777.581.948,80</b>	<b>3.795.381.304,70</b>
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.201.978.966,97	3.181.798.473,20
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	564.624.379,09	600.950.440,80
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.222.039,17	11.628.530,12
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	164.802,18
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	756.563,57	839.058,40
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>151.923.897,07</b>	<b>119.532.383,29</b>
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	27.163,03	0,00
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	151.896.734,04	119.532.383,29

Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>	<b>6.258.900.648,92</b>	<b>4.361.607.633,82</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>1.307.362.073,85</b>	<b>593.257.851,04</b>
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.083.698.460,69	492.490.092,15
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	204.860.297,70	92.494.546,67
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	14.903.336,81	4.864.931,88
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	3.899.978,65	3.408.280,34
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>2.188.255.327,76</b>	<b>1.955.885.534,45</b>
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.613.568.741,36	1.397.201.432,34
3.2.2 PENSÕES	571.915.620,83	555.709.636,75
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
3.2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>		<b>6.258.900.648,92</b>	<b>4.361.607.633,82</b>
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.770.965,57	2.974.465,36
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>		<b>1.327.852.524,55</b>	<b>848.214.261,78</b>
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	361.632.595,72	68.073.852,05
3.3.2	SERVIÇOS	965.278.753,60	780.140.409,73
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00	0,00
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	941.175,23	0,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>		<b>23.951.810,32</b>	<b>20.567.521,57</b>
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	19.461.406,34	19.697.810,77
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	3.855.679,64	437.904,35
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	634.724,34	431.806,45
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>		<b>880.953.788,96</b>	<b>676.519.342,46</b>
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	252.934.052,87	275.707.987,21
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	143.920.388,59	62.130.820,05
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	400.506.590,48	318.611.522,71
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	83.592.757,02	20.069.012,49
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	0,00
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
<b>TRIBUTÁRIAS</b>		<b>48.044.950,33</b>	<b>34.715.334,58</b>
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.097.660,56	233.067,34
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	46.947.289,77	34.482.267,24
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>482.480.173,15</b>	<b>232.447.787,94</b>
3.9.1	PREMIAÇÕES	461.581,43	251.930,86
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	29.272.886,89	25.914.282,28
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	5.505.764,47	6.651.321,17
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	447.239.940,36	199.630.253,63
<b>RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:</b>		<b>330.295.449,14</b>	<b>1.063.408.383,17</b>



Variações Patrimoniais Qualitativas

Exercício Atual

Exercício Anterior

**Variações Qualitativas**

**800.015.383,88 455.381.917,35**

**INCORPORAÇÃO DO ATIVO**

**797.342.353,45 453.370.313,97**

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA FONTE 12

0,00 0,00

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES

59.290.385,45 134.598.250,64

AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

592.049,29 0,00

OBRAS EM ANDAMENTO

197.200.903,05 318.772.063,33

AQUISIÇÃO DE CAPITAL DAS EMPRESAS

0,00 0,00

OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO

462.285.252,43 0,00

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

77.973.763,23 0,00

**DESINCORPORAÇÃO DO PASSIVO**

**634.724,34 431.806,45**

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

634.724,34 431.806,45

**DESINCORPORAÇÃO DO ATIVO**

**2.038.306,09 1.579.796,93**

ALIENAÇÃO DE BENS


1.769.594,55 1.579.796,93

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

268.711,54 0,00

	Governo do Estado do Ceará	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Página 1 / 2
	Secretaria da Fazenda		
	Coordenadoria do Tesouro Estadual		Exercício 2013
	Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas dep. de Tesouro		
		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>			
<b>INGRESSOS</b>		<b>6.504.842.329,73</b>	<b>5.315.967.429,26</b>
<b>RECEITAS DERIVADAS</b>		<b>1.623.420.433,20</b>	<b>1.472.514.026,92</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		349.077.236,17	309.719.835,20
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		1.209.819.337,60	1.099.805.982,02
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS		64.523.859,43	62.988.209,70
<b>RECEITAS ORIGINÁRIAS</b>		<b>181.558.616,19</b>	<b>220.220.841,74</b>
RECEITA PATRIMONIAL		2.205.394,98	1.887.662,02
RECEITA DE SERVIÇOS		41.681.106,55	40.302.915,21
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS		82.771.169,14	121.569.942,19
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		54.900.945,52	56.460.322,32
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>		<b>4.699.863.280,34</b>	<b>3.623.232.560,60</b>
<b>INTERGOVERNAMENTAIS</b>		<b>472.715.516,35</b>	<b>424.546.945,55</b>
DA UNIÃO		425.421.444,30	373.597.422,32
DE MUNICÍPIOS		47.294.072,05	50.949.523,23
<b>INSTITUIÇÕES PRIVADAS</b>		<b>8.607.118,48</b>	<b>7.026.067,44</b>
<b>PESSOAS</b>		<b>756.563,57</b>	<b>839.058,40</b>
<b>CONVÊNIOS</b>		<b>19.182.176,54</b>	<b>25.027.143,44</b>
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES		17.466.997,86	20.443.348,25
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES		100.257,99	88.361,74
DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.614.920,69	4.495.433,45
<b>INTRAGOVERNAMENTAIS</b>		<b>4.198.601.905,40</b>	<b>3.165.793.345,77</b>
<b>COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>4.106.324.892,34</b>	<b>3.092.338.425,33</b>
CORRENTE		3.715.749.788,59	2.549.489.679,87
CAPITAL		390.575.103,75	542.848.745,46
<b>EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>		<b>92.277.013,06</b>	<b>73.454.920,44</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>5.995.253.441,34</b>	<b>4.679.758.467,80</b>
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO</b>		<b>5.089.830.676,68</b>	<b>3.957.455.651,81</b>
JUDICIÁRIA		106.777.705,00	90.342.904,23
ESSENCIAL À JUSTIÇA		2.770.479,36	2.866.653,99
ADMINISTRAÇÃO		81.503.020,99	71.263.386,06
SEGURANÇA PÚBLICA		106.286.337,07	68.316.526,65
ASSISTÊNCIA SOCIAL		14.530.915,52	15.114.960,82
PREVIDÊNCIA SOCIAL		2.202.904.808,33	1.941.040.225,95
SAÚDE		1.725.728.708,81	977.142.955,37
TRABALHO		455.212,37	195.095,64
EDUCAÇÃO		343.232.302,35	331.238.680,37
CULTURA		5.195.299,26	3.537.975,82
DIREITOS DA CIDADANIA		5.851.328,03	4.471.625,90
URBANISMO		3.193.771,53	1.355.226,55
HABITAÇÃO		3.694.977,57	2.811.147,49
SANEAMENTO		329.863,73	1.161.392,56
GESTÃO AMBIENTAL		44.265.728,95	50.897.566,52
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		43.733.073,09	37.737.211,90
AGRICULTURA		112.043.269,83	98.213.937,92
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		1.535.873,81	5.324.731,22
INDÚSTRIA		3.331.614,72	2.507.148,03
COMÉRCIO E SERVIÇOS		7.626.043,21	6.322.277,89
COMUNICAÇÕES		13.386.462,87	11.138.238,38
ENERGIA		1.068.647,30	597.514,46
TRANSPORTE		230.741.617,00	211.685.220,94

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO</b>	<b>5.089.830.676,68</b>	<b>3.957.455.651,81</b>
DESPORTO E LAZER	887.100,95	1.538.321,75
ENCARGOS ESPECIAIS	28.756.515,03	20.634.725,40
<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>19.461.406,34</b>	<b>19.697.810,77</b>
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	19.461.406,34	19.697.810,77
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>885.961.358,32</b>	<b>702.605.005,22</b>
<b>INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>143.266.395,04</b>	<b>66.918.784,67</b>
A MUNICÍPIOS	143.266.395,04	66.918.784,67
<b>TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS</b>	<b>400.548.568,98</b>	<b>322.062.807,43</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS</b>	<b>5.556.764,47</b>	<b>6.811.321,17</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS</b>	<b>84.025.407,51</b>	<b>42.694.884,07</b>
<b>INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>252.564.222,32</b>	<b>264.117.207,88</b>
<b>COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>252.564.222,32</b>	<b>264.117.207,88</b>
CORRENTE	251.699.451,82	264.117.207,88
CAPITAL	864.770,50	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>509.588.888,39</b>	<b>636.208.961,46</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>76.205.580,05</b>	<b>157.856.328,57</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	1.769.594,55	1.579.796,93
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	94.378,61	49.944,20
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	74.341.606,89	156.226.587,44
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>568.758.177,39</b>	<b>665.017.395,02</b>
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	490.334.003,92	585.857.089,71
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	78.424.173,47	79.160.305,31
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-492.552.597,34</b>	<b>-507.161.066,45</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>634.724,34</b>	<b>431.806,45</b>
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	634.724,34	431.806,45
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-634.724,34</b>	<b>-431.806,45</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	3.377.061,57	16.005.127,43
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	66.717.425,63	145.990.600,78
<b>DESEMBOLSOS</b>		
VALORES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	369.830,55	118.184,19
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	70.520.968,31	147.711.876,04
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-796.311,66</b>	<b>14.165.667,98</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>		
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>15.605.255,05</b>	<b>142.781.756,54</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	847.382.919,92	704.601.163,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	862.988.174,97	847.382.919,92
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>15.605.255,05</b>	<b>142.781.756,54</b>

<div> <div>  <div> Governo do Estado do Ceará  Secretaria da Fazenda  Coordenadoria do Tesouro Estadual  Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas dep. de Tesouro </div> </div> <div> Demonstração dos Ingressos e Dispendios segundo as Categorias Econômicas </div> <div> Página 1 / 1  Exercício 2013  Anexo 1 </div> </div>			
Ingressos		Dispendios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	351.220.385,76	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.494.637.019,45
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.210.267.935,99	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	19.461.406,34
RECEITA PATRIMONIAL	57.347.663,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.285.242.402,91
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	43.218.912,88		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	514.225.427,19		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	147.885.067,36		
(-)DEDUÇÕES	17.924.967,96		
<b>DÉFICIT</b>	3.493.100.404,37		
TOTAL	5.799.340.828,70	TOTAL	5.799.340.828,70
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	INVESTIMENTOS	516.621.374,25
ALIENAÇÃO DE BENS	1.769.594,55	INVERSÕES FINANCEIRAS	78.916.927,93
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	94.378,61	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	634.724,34
TRANSFERÊNCIA DE CAPITALS	74.374.044,20		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
(-)DEDUÇÕES	32.437,31		
<b>DÉFICIT</b>	519.967.446,47		
TOTAL	596.173.026,52	TOTAL	596.173.026,52

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	2.306.240.424,33	DESPESAS CORRENTES	5.799.340.828,70
RECEITAS DE CAPITAL	76.205.580,05	DESPESAS DE CAPITAL	596.173.026,52
<b>DÉFICIT</b>	4.013.067.850,84		
TOTAL	6.395.513.855,22	TOTAL	6.395.513.855,22



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				5.799.340.828,70
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.350.228.016,07	3.494.637.019,45	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS				
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	1.613.568.741,36			
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	571.793.580,83			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	27.187.294,46			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	583.832,13			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	11.575.608,95			
31900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	870.851,52			
31900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	82.289,97			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.002.475.479,35			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	48.778.937,00			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	53.505.453,32			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.509.961,57			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.413.295,23			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	44.925,32			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	3.837.765,06			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		144.409.003,38		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	144.409.003,38			
31919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			19.461.406,34	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		19.461.406,34		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	18.864.542,66			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	596.863,68			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.285.242.402,91	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		90.000,00		
33304100	CONTRIBUIÇÕES	90.000,00			
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		0,00		
33323600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		2.841.110,40		



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33404100	CONTRIBUIÇÕES	2.841.110,40			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		130.398.239,49		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	130.398.239,49			
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		391.022.616,36		
33502000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00			
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	314.430.253,19			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	71.358.381,03			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.171.982,14			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	62.000,00			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		5.719.032,47		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	51.000,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	5.668.032,47			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		74.539.344,15		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	74.539.344,15			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
33803600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		1.638.475.232,94		
33900300	PENSÕES	122.040,00			
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.247.511,57			
33901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00			
33901400	DÍARIAS - CIVIL	11.237.403,41			
33901500	DÍARIAS - MILITAR	118.184,40			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.040.518,13			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	8.127.349,26			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	257.504.116,15			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	461.076,86			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	171.570.776,57			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.142.229,05			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	202.930.387,82			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.404.818,57			





Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	67.546.800,79			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	200.888.224,90			
33903800	ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	476.217.126,51			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	14.494.584,97			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	44.416.706,72			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	4.564.948,30			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	401.870,75			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	311.853,12			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	104.100.226,99			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	37.626.478,10			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	42.156.827,10			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.774.241,24			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	33.655.280,44			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	512.012,73			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.332,50			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.203.960,19			
4	DESPESA DE CAPITAL				596.173.026,52
44	INVESTIMENTOS			516.621.374,25	
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		14.843.400,95		
44404200	AUXÍLIOS	14.843.400,95			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		7.181.120,06		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	5.428.177,06			
44504200	AUXÍLIOS	1.752.943,00			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00		
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		494.462.812,06		
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	4.129.314,41			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	3.043.258,90			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	2.245,96			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	22.749.204,82			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	39.510,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	93.939.306,79			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.992,00			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	243.708.106,95			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	107.694.251,38			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	938.662,80			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.413.459,98			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.802.498,07			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		134.041,18		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	105.985,05			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	28.056,13			
4494	APLICAÇÕES DIRETAS		0,00		
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			78.916.927,93	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		78.916.927,93		
45906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	943.164,70			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	77.973.763,23			
45909300	INDENIZAÇÕES E REESTITUIÇÕES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			634.724,34	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		634.724,34		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	634.724,34			
Total Geral:					6.395.513.855,22



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1-RECEITAS CORRENTES		1.871.446.297,84	1.533.701.583,64	0,00	337.744.714,20
11-RECEITA TRIBUTÁRIA		375.098.165,38	347.418.608,50	0,00	27.679.556,88
112-TAXAS		375.098.165,38	347.418.608,50	0,00	27.679.556,88
1121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		37.070.266,68	41.906.554,69	4.836.288,01	0,00
112121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		18.854.676,61	25.364.987,59	6.510.310,98	0,00
11212151-TAXA AMBIENTAIS		18.854.676,61	11.397.023,64	0,00	7.457.652,97
11212151-RESTITUIÇÃO DE TAXA AMBIENTAIS		0,00	-33.265,32	0,00	-33.265,32
11212152-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS		0,00	14.001.229,27	14.001.229,27	0,00
112131-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO		7.687.693,08	6.582.137,37	0,00	1.105.555,71
11213100-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO		7.687.693,08	6.582.137,37	0,00	1.105.555,71
112137-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO		675.299,66	417.964,52	0,00	257.335,14
11213700-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO		675.299,66	417.964,52	0,00	257.335,14
112199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		9.852.597,33	9.541.465,21	0,00	311.132,12
11219956-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO		4.353.752,05	6.056.377,16	1.702.625,11	0,00
11219956-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO		0,00	-2.000.447,76	0,00	-2.000.447,76
11219957-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO		5.498.845,28	5.483.672,52	0,00	15.172,76
11219999-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		0,00	1.863,29	1.863,29	0,00
1122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		338.027.898,70	305.512.053,81	0,00	32.515.844,89
112208-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		48.132.317,92	53.849.073,14	5.716.755,22	0,00
11220800-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		48.132.317,92	53.882.697,56	5.750.379,64	0,00
11220800-RESTITUIÇÃO DE EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		0,00	-33.624,42	0,00	-33.624,42
112212-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS		9.017.263,13	0,00	0,00	9.017.263,13
11221200-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS		9.017.263,13	0,00	0,00	9.017.263,13
112221-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS		243.031,53	103.556,84	0,00	139.474,69
11222100-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS		243.031,53	103.719,84	0,00	139.311,69
11222100-RESTITUIÇÃO DE TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS		0,00	-163,00	0,00	-163,00
112229-EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS		22.464.235,16	25.340.618,47	2.876.383,31	0,00
11222951-VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE		22.464.235,16	25.340.618,47	2.876.383,31	0,00
112299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		258.171.050,96	226.218.805,36	0,00	31.952.245,60
11229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS		17.729.872,07	6.947.756,97	0,00	10.782.115,10
11229953-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS		0,00	-150,00	0,00	-150,00
11229955-TAXA DA LOTERIA ESTADUAL DO CEARÁ		7.173.000,00	3.000.000,00	0,00	4.173.000,00
11229958-TAXAS DE FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS		1.990.000,00	1.437.964,62	0,00	552.035,38



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11229962-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS		326.169,60	27.486,64	0,00	298.682,96
11229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		229.380.258,07	210.990.176,23	0,00	18.390.081,84
11229963-RESTITUIÇÃO DE TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		0,00	-73.225,72	0,00	-73.225,72
11229967-TAXA PELA EMISSÃO DE DOCUMENTOS		294.000,00	9.879,00	0,00	284.121,00
11229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		1.277.751,22	3.880.366,98	2.602.615,76	0,00
11229999-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		0,00	-1.449,36	0,00	-1.449,36
12-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		452.973.091,00	452.139.129,84	0,00	833.961,16
121-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		452.973.091,00	452.139.129,84	0,00	833.961,16
1210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		452.973.091,00	452.139.129,84	0,00	833.961,16
121029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO		450.052.629,00	449.611.282,89	0,00	441.346,11
12102907-CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO		325.934.616,00	292.875.261,99	0,00	33.059.354,01
12102908-CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR		72.689.407,00	76.372.795,66	3.683.388,66	0,00
12102909-CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO		34.839.612,00	47.514.091,07	12.674.479,07	0,00
12102910-CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO MILITAR		5.500.000,00	7.117.870,79	1.617.870,79	0,00
12102911-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO		9.088.994,00	24.135.229,67	15.046.235,67	0,00
12102912-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA MILITAR		2.000.000,00	1.596.033,71	0,00	403.966,29
121099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.920.462,00	2.527.846,95	0,00	392.615,05
12109952-CONTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS - OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS		2.920.462,00	2.355.834,45	0,00	564.627,55
12109954-CONTRIBUIÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA		0,00	172.012,50	172.012,50	0,00
13-RECEITA PATRIMONIAL		26.900.419,03	57.106.340,50	30.205.921,47	0,00
131-RECEITAS IMOBILIÁRIAS		2.894.280,81	2.000.689,90	0,00	893.590,91
1311-ALUGUÉIS		524.384,00	292.454,79	0,00	231.929,21
131100-ALUGUÉIS		524.384,00	292.454,79	0,00	231.929,21
13110000-ALUGUÉIS		524.384,00	292.454,79	0,00	231.929,21
1312-ARRENDAMENTOS		25.000,00	6.619,80	0,00	18.380,20
131200-ARRENDAMENTOS		25.000,00	6.619,80	0,00	18.380,20
13120000-ARRENDAMENTOS		25.000,00	6.619,80	0,00	18.380,20
1313-FOROS		0,00	1.162,19	1.162,19	0,00
131300-FOROS		0,00	1.162,19	1.162,19	0,00
13130000-FOROS		0,00	1.162,19	1.162,19	0,00
1314-LAUDÊMIOS		215.862,02	84.821,61	0,00	131.040,41
131400-LAUDÊMIOS		215.862,02	84.821,61	0,00	131.040,41
13140000-LAUDÊMIOS		215.862,02	84.821,61	0,00	131.040,41



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1319-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS		2.129.034,79	1.615.631,51	0,00	513.403,28
131951-TAXA DE VISTORIA		492.000,00	680.065,64	188.065,64	0,00
13195100-TAXA DE VISTORIA		492.000,00	680.065,64	188.065,64	0,00
131952-TAXA DE ANUÊNCIA		1.226.856,76	325.331,35	0,00	901.525,41
13195200-TAXA DE ANUÊNCIA		1.226.856,76	325.331,35	0,00	901.525,41
131999-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS		410.178,03	610.234,52	200.056,49	0,00
13199900-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS		410.178,03	610.234,52	200.056,49	0,00
132-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		24.006.138,22	54.928.108,55	30.921.970,33	0,00
1321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		9.673.907,56	22.467.654,75	12.793.747,19	0,00
132100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		9.673.907,56	22.467.654,75	12.793.747,19	0,00
13210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		9.673.907,56	22.467.654,75	12.793.747,19	0,00
1322-DIVIDENDOS		0,00	27.163,03	27.163,03	0,00
132200-DIVIDENDOS		0,00	27.163,03	27.163,03	0,00
13220000-DIVIDENDOS		0,00	27.163,03	27.163,03	0,00
1325-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		14.332.230,66	32.433.290,77	18.101.060,11	0,00
132501-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS		14.332.230,66	32.433.290,77	18.101.060,11	0,00
13250102-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDEB O		0,00	113.210,08	113.210,08	0,00
13250103-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE		0,00	13.379.768,81	13.379.768,81	0,00
13250110-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO NAC		0,00	134.174,42	134.174,42	0,00
13250151-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – RECURSOS DO RPPS. FONTE 03		5.082.607,00	2.792.571,07	0,00	2.290.035,93
13250153-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 14.415/09 . FONTE 15		2.860.648,36	4.781.710,84	1.921.062,48	0,00
13250155-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83		5.155.651,74	9.040.617,78	3.884.966,04	0,00
13250155-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83		0,00	-241.322,61	0,00	-241.322,61
13250157-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM. INDIRETA - FONTE 87		160.000,00	2.891,33	0,00	157.108,67
13250159-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO PRIVADO - ADM. INDIRETA - FONTE 89		1.073.323,56	155.169,79	0,00	918.153,77
13250162-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE		0,00	982.125,61	982.125,61	0,00
13250165-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – MEDIDAS C		0,00	1.259.031,21	1.259.031,21	0,00
13250167-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SELOS DE AUTENTICIDADE - FT 29		0,00	33.342,44	33.342,44	0,00
133-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		0,00	177.542,05	177.542,05	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1331-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS		0,00	177.542,05	177.542,05	0,00
133101-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS DE TRANSPORTE		0,00	177.542,05	177.542,05	0,00
13310105-RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO LOCAL E INTERMUNICIPAL		0,00	177.542,05	177.542,05	0,00
16-RECEITA DE SERVIÇOS		20.638.528,69	36.492.926,90	15.854.398,21	0,00
160-RECEITA DE SERVIÇOS		20.638.528,69	36.492.926,90	15.854.398,21	0,00
1600-RECEITA DE SERVIÇOS		20.638.528,69	36.492.926,90	15.854.398,21	0,00
160001-SERVIÇOS COMERCIAIS		1.775.790,00	1.223.749,44	0,00	552.040,56
16000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS		1.775.790,00	1.223.749,44	0,00	552.040,56
160004-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO		513.066,02	352.372,42	0,00	160.693,60
16000403-OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO		513.066,02	352.372,42	0,00	160.693,60
160005-SERVIÇOS DE SAÚDE		0,00	150.574,98	150.574,98	0,00
16000503-SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS		0,00	150.574,98	150.574,98	0,00
160008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		0,00	693.473,37	693.473,37	0,00
16000851-CO-LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		0,00	2,24	2,24	0,00
16000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS		0,00	693.471,13	693.471,13	0,00
160012-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS		3.596.128,88	0,00	0,00	3.596.128,88
16001200-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS		3.596.128,88	0,00	0,00	3.596.128,88
160013-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		40.000,00	72.588,81	32.588,81	0,00
16001399-OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		40.000,00	72.588,81	32.588,81	0,00
160015-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA		76.647,42	7.631,80	0,00	69.015,62
16001500-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA		76.647,42	7.631,80	0,00	69.015,62
160020-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS		1.722.000,00	1.449.529,96	0,00	272.470,04
16002002-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES VINCULADAS A ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		1.722.000,00	1.449.529,96	0,00	272.470,04
160021-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO		1.041.000,00	346.623,00	0,00	694.377,00
16002100-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO		1.041.000,00	346.623,00	0,00	694.377,00
160022-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS		0,00	1,00	1,00	0,00
16002200-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS		0,00	1,00	1,00	0,00
160024-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		2.512.267,35	7.583.535,75	5.071.268,40	0,00
16002400-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		2.512.267,35	7.588.304,75	5.076.037,40	0,00
16002400-RESTITUIÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		0,00	-4.769,00	0,00	-4.769,00
160039-SERVIÇOS VETERINÁRIOS		35.000,00	49.338,05	14.338,05	0,00
16003900-SERVIÇOS VETERINÁRIOS		35.000,00	49.338,05	14.338,05	0,00
160050-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		274.000,00	1.921,53	0,00	272.078,47



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
16005000-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		274.000,00	1.921,53	0,00	272.078,47
160099-OUTROS SERVIÇOS					
16009951-SERVIÇO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA		9.052.629,02	24.561.586,79	15.508.957,77	0,00
16009953-FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES		2.931.629,02	2.148.629,87	0,00	782.999,15
16009954-SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		25.000,00	218.244,70	193.244,70	0,00
16009999-OUTROS SERVIÇOS		1.933.000,00	3.147.434,83	1.214.434,83	0,00
16009999-RESTITUIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS		4.163.000,00	20.580.314,72	16.417.314,72	0,00
17-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	-1.533.037,33	0,00	-1.533.037,33
172-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		739.088.166,65	501.261.374,94	0,00	237.826.791,71
1721-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		667.584.733,45	472.715.516,35	0,00	194.869.217,10
172133-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO		667.584.733,45	425.421.444,30	0,00	242.163.289,15
17213331-ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA		608.043.160,67	385.117.542,13	0,00	222.925.618,54
17213335-ATENÇÃO BÁSICA - FATOR INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA - POVOS INDÍGENAS		3.566.374,23	0,00	0,00	3.566.374,23
17213336-ATENÇÃO BÁSICA - INCENTIVO ATENÇÃO À SAÚDE - SISTEMA PENITENCIÁRIO		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
17213341-MAC TF - TETO FINANCEIRO		626.000,00	572.670,00	0,00	53.330,00
17213342-MAC TF - SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA		447.627.593,03	278.970.187,15	0,00	168.657.405,88
17213343-MAC TF - CEO - CENTRO ESPEC. ODONTOLÓGICA		0,00	9.459.125,00	9.459.125,00	0,00
17213345-MAC TF - CEREST - CENTRO DE REF. EM SAÚDE DO TRABALHADOR		0,00	5.220.600,00	5.220.600,00	0,00
17213349-MAC TF - OUTROS PROGRAMAS FINANC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO		0,00	530.000,00	530.000,00	0,00
17213358-MAC FAEC - TRANSPLANTES - OUTROS		0,00	48.070,56	48.070,56	0,00
17213359-MAC FAEC - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO		0,00	686.785,20	686.785,20	0,00
17213361-V SAÚDE - VIGILÂNCIA EPIDMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE		560.000,00	7.121.684,92	6.561.684,92	0,00
17213362-V SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		4.515.767,26	0,00	0,00	4.515.767,26
17213363-V SAÚDE - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)		12.115.008,00	5.105.237,08	0,00	7.009.770,92
17213371-A FARM - COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		0,00	20.208.172,95	20.208.172,95	0,00
17213372-A FARM - COMPONENTE ESTRATÉGICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		51.666.171,06	28.559.306,64	0,00	23.106.864,42
17213373-A FARM - COMPONENTE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL		14.981.010,00	0,00	0,00	14.981.010,00
17213381-G SUS - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SUS		65.587.768,00	24.488.531,93	0,00	41.099.236,07
17213382-G SUS - IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		4.276.134,86	2.595.639,07	0,00	1.680.495,79
17213389-G SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)		2.516.334,23	0,00	0,00	2.516.334,23
172134-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		0,00	1.551.531,63	1.551.531,63	0,00
17213400-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		4.641.280,00	1.958.382,04	0,00	2.682.897,96
172199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		4.641.280,00	1.958.382,04	0,00	2.682.897,96
		54.900.292,78	38.345.520,13	0,00	16.554.772,65



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
17219951-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL		52.273.292,78	46.501.416,86	0,00	5.771.875,92
17219951-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL		0,00	-10.408.015,94	0,00	-10.408.015,94
17219952-TRANSFERÊNCIAS ORIUNDAS DA LEI PELÉ		2.627.000,00	2.252.119,21	0,00	374.880,79
1723-TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		0,00	47.294.072,05	47.294.072,05	0,00
172301-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	47.294.072,05	47.294.072,05	0,00
17230100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	48.253.785,89	48.253.785,89	0,00
17230100-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	-959.713,84	0,00	-959.713,84
173-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		20.000.000,00	8.607.118,48	0,00	11.392.881,52
1730-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		20.000.000,00	8.607.118,48	0,00	11.392.881,52
173000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		20.000.000,00	8.607.118,48	0,00	11.392.881,52
17300000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		20.000.000,00	8.607.118,48	0,00	11.392.881,52
175-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		1.884.204,54	756.563,57	0,00	1.127.640,97
1750-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		1.884.204,54	756.563,57	0,00	1.127.640,97
175000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		1.884.204,54	756.563,57	0,00	1.127.640,97
17500000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		1.884.204,54	756.563,57	0,00	1.127.640,97
176-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		49.619.228,66	19.182.176,54	0,00	30.437.052,12
1761-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		48.968.154,31	17.466.997,86	0,00	31.501.156,45
176101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		5.320.669,10	7.601.082,73	2.280.413,63	0,00
17610100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		5.320.669,10	7.906.671,61	2.586.002,51	0,00
17610100-XXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		0,00	-305.588,88	0,00	-305.588,88
176102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		11.184.454,89	0,00	0,00	11.184.454,89
17610200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		11.184.454,89	0,00	0,00	11.184.454,89
176103-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	204.904,77	204.904,77	0,00
17610300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	375.597,58	375.597,58	0,00
17610300-XXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		0,00	-170.692,81	0,00	-170.692,81
176199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		32.463.030,32	9.661.010,36	0,00	22.802.019,96
17619900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		32.463.030,32	10.781.051,14	0,00	21.681.979,18
17619900-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		0,00	-1.120.040,78	0,00	-1.120.040,78
1763-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	100.257,99	100.257,99	0,00
176300-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	100.257,99	100.257,99	0,00
17630000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	100.257,99	100.257,99	0,00





Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1764-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		651.074,35	1.614.920,69	963.846,34	0,00
176400-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		651.074,35	1.614.920,69	963.846,34	0,00
1764000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		651.074,35	1.614.920,69	963.846,34	0,00
19-OUTRAS RECEITAS CORRENTES		256.747.927,09	139.283.202,96	0,00	117.464.724,13
191-MULTAS E JUROS DE MORA		65.676.245,90	64.773.126,98	0,00	903.118,92
1918-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS		4.441.045,90	263.799,85	0,00	4.177.246,05
191899-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA		4.441.045,90	263.799,85	0,00	4.177.246,05
19189900-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA		4.441.045,90	263.799,85	0,00	4.177.246,05
1919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		61.235.200,00	64.509.327,13	3.274.127,13	0,00
191910-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA		160.000,00	550.856,97	390.856,97	0,00
19191000-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA		160.000,00	550.856,97	390.856,97	0,00
191915-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		54.375.200,00	61.265.957,47	6.890.757,47	0,00
19191500-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		54.375.200,00	61.488.122,76	7.112.922,76	0,00
19191500-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		0,00	-222.165,29	0,00	-222.165,29
191926-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS		5.500.000,00	1.666.589,91	0,00	3.833.410,09
19192602-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS		5.500.000,00	1.686.488,90	0,00	3.813.511,10
19192602-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS		0,00	-19.898,99	0,00	-19.898,99
191935-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE		1.200.000,00	1.025.922,78	0,00	174.077,22
19193500-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE		1.200.000,00	1.025.922,78	0,00	174.077,22
192-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		33.211.800,00	42.758.932,87	9.547.132,87	0,00
1921-INDENIZAÇÕES		0,00	59.572,46	59.572,46	0,00
192199-OUTRAS INDENIZAÇÕES		0,00	59.572,46	59.572,46	0,00
19219900-OUTRAS INDENIZAÇÕES		0,00	59.572,46	59.572,46	0,00
1922-RESTITUIÇÕES		33.211.800,00	42.699.360,41	9.487.560,41	0,00
192201-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS		0,00	952.455,58	952.455,58	0,00
19220100-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS		0,00	952.455,58	952.455,58	0,00
192207-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	222.390,34	222.390,34	0,00
19220700-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	222.390,34	222.390,34	0,00
192210-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		33.190.800,00	39.015.205,08	5.824.405,08	0,00
19221000-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		33.190.800,00	0,00	0,00	33.190.800,00
19221001-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNC		0,00	39.015.205,08	39.015.205,08	0,00
192299-OUTRAS RESTITUIÇÕES		21.000,00	2.509.309,41	2.488.309,41	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19229951-RESTITUIÇÕES AO FUNDEB		0,00	2.289.625,04	2.289.625,04	0,00
19229953-RESTITUIÇÕES DE VALE-TRANSPORTE		0,00	6.817,58	6.817,58	0,00
19229957-DEVOLUÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	1.599,80	1.599,80	0,00
19229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES		21.000,00	211.266,99	190.266,99	0,00
199-RECEITAS DIVERSAS		157.859.881,19	31.751.143,11	0,00	126.108.738,08
1990-RECEITAS DIVERSAS		157.859.881,19	31.751.143,11	0,00	126.108.738,08
199002-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS		0,00	9.793,08	9.793,08	0,00
19900201-RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS		0,00	9.793,08	9.793,08	0,00
199021-RECEITA DE SEGUROS DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO POR SINISTRO		0,00	2.382.490,89	2.382.490,89	0,00
19902100-RECEITA DE SEGUROS DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO POR SINISTRO		0,00	2.382.490,89	2.382.490,89	0,00
199051-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA		0,00	698.740,00	698.740,00	0,00
19905100-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA		0,00	698.740,00	698.740,00	0,00
199052-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ		0,00	337.223,44	337.223,44	0,00
19905200-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ		0,00	337.223,44	337.223,44	0,00
199098-OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS		17.971,60	0,00	0,00	17.971,60
19909800-OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS		17.971,60	0,00	0,00	17.971,60
199099-OUTRAS RECEITAS		157.841.909,59	28.322.895,70	0,00	129.519.013,89
19909951-DEPÓSITOS JUDICIAIS		139.557.269,64	0,00	0,00	139.557.269,64
19909955-PARTICIPAÇÃO NOS ENCARGOS DO FDI - DIFERIDO		13.300.000,00	18.400.146,17	5.100.146,17	0,00
19909956-RECEITA SOBRE PROGRAMA DE SEMENTES		3.906.344,00	268.711,54	0,00	3.637.632,46
19909957-SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	1.242.006,73	1.242.006,73	0,00
19909959-SPREAD SOBRE RENDIMENTOS DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS		1.078.295,95	755.407,61	0,00	322.888,34
19909971-SALDOS TRANSFERIDOS DE UNIDADES EXTINTAS		0,00	1.659.052,36	1.659.052,36	0,00
19909999-OUTRAS RECEITAS		0,00	6.345.545,80	6.345.545,80	0,00
19909999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RECEITAS		0,00	-347.974,51	0,00	-347.974,51
2-RECEITAS DE CAPITAL		190.523.742,75	76.205.580,05	0,00	114.318.162,70
22-ALIENAÇÃO DE BENS		35.943,20	1.769.594,55	1.733.651,35	0,00
221-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		35.943,20	0,00	0,00	35.943,20
2219-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS		35.943,20	0,00	0,00	35.943,20
221900-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS		35.943,20	0,00	0,00	35.943,20
22190000-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS		35.943,20	0,00	0,00	35.943,20
222-ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	1.769.594,55	1.769.594,55	0,00
2225-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS		0,00	1.769.594,55	1.769.594,55	0,00
222500-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS		0,00	1.769.594,55	1.769.594,55	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
22250000-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS		0,00	1.769.594,55	1.769.594,55	0,00
23-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	94.378,61	94.378,61	0,00
230-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	94.378,61	94.378,61	0,00
2300-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	94.378,61	94.378,61	0,00
230099-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS		0,00	94.378,61	94.378,61	0,00
23009900-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS		0,00	94.378,61	94.378,61	0,00
24-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		190.487.799,55	74.341.606,89	0,00	116.146.192,66
242-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		0,00	16.967.674,20	16.967.674,20	0,00
2421-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		0,00	16.967.674,20	16.967.674,20	0,00
242101-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	16.967.674,20	16.967.674,20	0,00
24210100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	16.967.674,20	16.967.674,20	0,00
247-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		190.487.799,55	57.373.932,69	0,00	133.113.866,86
2471-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		190.004.830,86	57.373.932,69	0,00	132.630.898,17
247101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		8.728.500,00	0,00	0,00	8.728.500,00
24710100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		8.728.500,00	0,00	0,00	8.728.500,00
SUS		4.684.449,40	0,00	0,00	4.684.449,40
EDUCAÇÃO		4.684.449,40	0,00	0,00	4.684.449,40
247102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		4.684.449,40	0,00	0,00	4.684.449,40
24710200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		4.684.449,40	0,00	0,00	4.684.449,40
247105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE		76.332.080,00	46.000.000,00	0,00	30.332.080,00
24710500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA E		76.332.080,00	46.000.000,00	0,00	30.332.080,00
247199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		100.259.801,46	11.373.932,69	0,00	88.885.868,77
24719900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		100.259.801,46	11.406.370,00	0,00	88.853.431,46
24719900-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		0,00	-32.437,31	0,00	-32.437,31
2474-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		261.845,65	0,00	0,00	261.845,65
247400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		261.845,65	0,00	0,00	261.845,65
24740000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		261.845,65	0,00	0,00	261.845,65
2475-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR		221.123,04	0,00	0,00	221.123,04
247500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR		221.123,04	0,00	0,00	221.123,04
24750000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR		221.123,04	0,00	0,00	221.123,04
7-RECEITAS CORRENTES		785.663.059,83	772.538.840,69	0,00	13.124.219,14
71-RECEITA TRIBUTÁRIA		5.023.975,32	1.658.627,67	0,00	3.365.347,65
712-TAXAS		5.023.975,32	1.658.627,67	0,00	3.365.347,65
7121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		1.575.323,39	888.119,65	0,00	687.203,74



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
712121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		1.575.323,39	885.531,75	0,00	689.791,64
71212151-TAXA AMBIENTAIS		1.575.323,39	48.591,60	0,00	1.526.731,79
71212152-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS		0,00	836.940,15	836.940,15	0,00
712199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		0,00	2.587,90	2.587,90	0,00
71219954-TAXA DE VISTORIA		0,00	2.587,90	2.587,90	0,00
7122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		3.448.651,93	770.508,02	0,00	2.678.143,91
712208-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		17.000,00	66.632,46	49.632,46	0,00
71220800-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		17.000,00	66.632,46	49.632,46	0,00
712299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		3.431.651,93	703.875,56	0,00	2.727.776,37
71229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS		2.110,00	0,00	0,00	2.110,00
71229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		3.234.541,93	691.489,57	0,00	2.543.052,36
71229963-RESTITUIÇÃO DE TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		0,00	-824,01	0,00	-824,01
71229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		195.000,00	13.210,00	0,00	181.790,00
72-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		775.292.843,00	757.680.207,76	0,00	17.612.635,24
721-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		775.292.843,00	757.680.207,76	0,00	17.612.635,24
7210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		775.292.843,00	757.680.207,76	0,00	17.612.635,24
721029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO		772.362.882,00	755.100.028,60	0,00	17.262.853,40
72102901-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO		630.903.899,00	593.146.014,13	0,00	37.757.884,87
72102901-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO		0,00	-447.685,02	0,00	-447.685,02
72102902-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR		141.458.983,00	162.402.612,86	20.943.629,86	0,00
72102902-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR		0,00	-913,37	0,00	-913,37
721099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.929.961,00	2.580.179,16	0,00	349.781,84
72109951-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP		2.796.401,00	2.057.555,33	0,00	738.845,67
72109959-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		133.560,00	522.623,83	389.063,83	0,00
73-RECEITA PATRIMONIAL		142.857,14	0,00	0,00	142.857,14
732-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		142.857,14	0,00	0,00	142.857,14
7321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		142.857,14	0,00	0,00	142.857,14
732100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		142.857,14	0,00	0,00	142.857,14
73210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		142.857,14	0,00	0,00	142.857,14
76-RECEITA DE SERVIÇOS		4.588.884,37	5.188.179,65	599.295,28	0,00
760-RECEITA DE SERVIÇOS		4.588.884,37	5.188.179,65	599.295,28	0,00
7600-RECEITA DE SERVIÇOS		4.588.884,37	5.188.179,65	599.295,28	0,00
760001-SERVIÇOS COMERCIAIS		0,00	1.584,30	1.584,30	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
76000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS		0,00	1.584,30	1.584,30	0,00
760008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		0,00	4.170.804,60	4.170.804,60	0,00
76000852-SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET		0,00	1,90	1,90	0,00
76000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS		0,00	4.170.802,70	4.170.802,70	0,00
760012-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS		181.584,37	0,00	0,00	181.584,37
76001200-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS		181.584,37	0,00	0,00	181.584,37
760024-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		4.407.300,00	1.185,00	0,00	4.406.115,00
76002400-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		4.407.300,00	1.185,00	0,00	4.406.115,00
760099-OUTROS SERVIÇOS		0,00	1.014.605,75	1.014.605,75	0,00
76009954-SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE CONCURSOS E P. SELETIVOS		0,00	1.014.605,75	1.014.605,75	0,00
79-OUTRAS RECEITAS CORRENTES		614.500,00	8.011.825,61	7.397.325,61	0,00
791-MULTAS E JUROS DE MORA		0,00	14.532,30	14.532,30	0,00
7919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		0,00	14.532,30	14.532,30	0,00
791915-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		0,00	14.532,30	14.532,30	0,00
79191500-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		0,00	14.532,30	14.532,30	0,00
799-RECEITAS DIVERSAS		614.500,00	7.997.293,31	7.382.793,31	0,00
7990-RECEITAS DIVERSAS		614.500,00	7.997.293,31	7.382.793,31	0,00
799099-OUTRAS RECEITAS		614.500,00	7.997.293,31	7.382.793,31	0,00
79909951-DEPÓSITOS JUDICIAIS		614.500,00	0,00	0,00	614.500,00
79909971-SALDOS TRANSFERIDOS DE UNIDADES EXTINTAS		0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
79909973-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ		0,00	1.997.293,31	1.997.293,31	0,00
79909974-XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		0,00	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00
Total Geral:		2.847.633.100,42	2.382.446.004,38	0,00	465.187.096,04



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3	DESPESA CORRENTE	6.312.353.290,43	1.446.044,02	6.313.799.334,45	5.799.340.828,70	514.458.505,75	
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.692.356.970,69	0,00	3.692.356.970,69	3.494.637.019,45	197.719.951,24	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	3.546.178.247,53	0,00	3.546.178.247,53	3.350.228.016,07	195.950.231,46	
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	1.704.047.680,25	0,00	1.704.047.680,25	1.613.568.741,36	90.478.938,89	
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	600.051.690,85	0,00	600.051.690,85	571.793.580,83	28.258.110,02	
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	27.724.941,22	0,00	27.724.941,22	27.187.294,46	537.646,76	
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	10.464.825,76	0,00	10.464.825,76	583.832,13	9.880.993,63	
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	11.609.499,25	0,00	11.609.499,25	11.575.608,95	33.890,30	
31900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	870.851,52	0,00	870.851,52	870.851,52	0,00	
31900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	114.572,90	0,00	114.572,90	82.289,97	32.282,93	
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.044.151.674,55	0,00	1.044.151.674,55	1.002.475.479,35	41.676.195,20	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	51.484.973,25	0,00	51.484.973,25	48.778.937,00	2.706.036,25	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	57.027.760,40	0,00	57.027.760,40	53.505.453,32	3.522.307,08	
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.006.156,32	0,00	2.006.156,32	1.509.961,57	496.194,75	
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.608.845,05	0,00	30.608.845,05	14.413.295,23	16.195.549,82	
31909300	INDENIZAÇÕES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	200.391,48	0,00	200.391,48	44.925,32	155.466,16	
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	5.809.384,73	0,00	5.809.384,73	3.837.765,06	1.971.619,67	
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	146.178.723,16	0,00	146.178.723,16	144.409.003,38	1.769.719,78	
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	146.178.723,16	0,00	146.178.723,16	144.409.003,38	1.769.719,78	
31919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	21.164.521,40	0,00	21.164.521,40	19.461.406,34	1.703.115,06	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	21.164.521,40	0,00	21.164.521,40	19.461.406,34	1.703.115,06	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	20.422.047,15	0,00	20.422.047,15	18.864.542,66	1.557.504,49	
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	742.474,25	0,00	742.474,25	596.863,68	145.610,57	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.598.831.798,34	1.446.044,02	2.600.277.842,36	2.285.242.402,91	315.035.439,45	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	50,00	0,00	50,00	0,00	50,00	
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	50,00	0,00	50,00	0,00	50,00	
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	90.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00	
33304100	CONTRIBUIÇÕES	90.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00	
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33323600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	3.846.171,96	0,00	3.846.171,96	2.841.110,40	1.005.061,56	
33404100	CONTRIBUIÇÕES	3.846.171,96	0,00	3.846.171,96	2.841.110,40	1.005.061,56	
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	141.274.246,98	0,00	141.274.246,98	130.398.239,49	10.876.007,49	
33414100	CONTRIBUIÇÕES	141.159.477,63	0,00	141.159.477,63	130.398.239,49	10.761.238,14	
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	114.769,35	0,00	114.769,35	0,00	114.769,35	
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	410.048.123,61	0,00	410.048.123,61	391.022.616,36	19.025.507,25	
33502000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	113.000,00	0,00	113.000,00	0,00	113.000,00	
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	315.555.952,56	0,00	315.555.952,56	314.430.253,19	1.125.699,37	
33504100	CONTRIBUIÇÕES	88.522.455,60	0,00	88.522.455,60	71.358.381,03	17.164.074,57	
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.237.315,45	0,00	5.237.315,45	5.171.982,14	65.333,31	
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	419.400,00	0,00	419.400,00	62.000,00	357.400,00	
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	11.608.064,87	0,00	11.608.064,87	5.719.032,47	5.889.032,40	
33604100	CONTRIBUIÇÕES	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00	51.000,00	1.049.000,00	
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	10.508.064,87	0,00	10.508.064,87	5.668.032,47	4.840.032,40	
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	81.875.496,63	0,00	81.875.496,63	74.539.344,15	7.336.152,48	
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	81.875.496,63	0,00	81.875.496,63	74.539.344,15	7.336.152,48	
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00	2.400,00	
33803600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.400,00	0,00	2.400,00	0,00	2.400,00	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	1.906.814.733,22	1.446.044,02	1.908.260.777,24	1.638.475.232,94	269.785.544,30	
33900300	PENSÕES	167.130,00	0,00	167.130,00	122.040,00	45.090,00	
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.800,00	0,00	1.800,00	0,00	1.800,00	
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.388.785,97	0,00	1.388.785,97	1.247.511,57	141.274,40	
33901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	19.605.365,59	80.216,30	19.685.581,89	11.237.403,41	8.448.178,48	
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	155.000,00	0,00	155.000,00	118.184,40	36.815,60	
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	28.814.766,75	0,00	28.814.766,75	22.040.518,13	6.774.248,62	
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	13.693.189,94	0,00	13.693.189,94	8.127.349,26	5.565.840,68	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	289.094.041,55	94.975,20	289.189.016,75	257.504.116,15	31.684.900,60	
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	773.373,12	0,00	773.373,12	461.076,86	312.296,26	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	240.961.848,75	0,00	240.961.848,75	171.570.776,57	69.391.072,18	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.397.583,21	271.052,52	12.668.635,73	9.142.229,05	3.526.406,68	
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	205.124.914,46	0,00	205.124.914,46	202.930.387,82	2.194.526,64	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	7.883.432,78	42.750,00	7.926.182,78	3.404.818,57	4.521.364,21	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	81.841.385,09	111.050,00	81.952.435,09	67.546.800,79	14.405.634,30	
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	217.375.229,64	0,00	217.375.229,64	200.888.224,90	16.487.004,74	
33903800	ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	557.847.502,88	722.000,00	558.569.502,88	476.217.126,51	82.352.376,37	
33904100	CONTRIBUIÇÕES	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15.177.214,43	0,00	15.177.214,43	14.494.584,97	682.629,46	
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	47.333.333,09	0,00	47.333.333,09	44.416.706,72	2.916.626,37	
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.451.000,00	0,00	5.451.000,00	4.564.948,30	886.051,70	
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	584.986,82	0,00	584.986,82	401.870,75	183.116,07	
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	349.293,94	0,00	349.293,94	311.853,12	37.440,82	
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	114.885.809,58	0,00	114.885.809,58	104.100.226,99	10.785.582,59	
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	45.897.745,63	124.000,00	46.021.745,63	37.626.478,10	8.395.267,53	
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	43.267.511,07	0,00	43.267.511,07	42.156.827,10	1.110.683,97	
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.523.742,19	0,00	4.523.742,19	3.774.241,24	749.500,95	
33914100	CONTRIBUIÇÕES	33.663.280,44	0,00	33.663.280,44	33.655.280,44	8.000,00	
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	774.509,24	0,00	774.509,24	512.012,73	262.496,51	
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	40.371,07	0,00	40.371,07	11.332,50	29.038,57	
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.265.608,13	0,00	4.265.608,13	4.203.960,19	61.647,94	
4	DESPESA DE CAPITAL	1.269.505.098,45	61.203.126,99	1.330.708.225,44	596.173.026,52	734.535.198,92	
44	INVESTIMENTOS	1.188.107.931,39	61.203.126,99	1.249.311.058,38	516.621.374,25	732.689.684,13	
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	58.793.329,76	0,00	58.793.329,76	14.843.400,95	43.949.928,81	
44404200	AUXÍLIOS	58.793.329,76	0,00	58.793.329,76	14.843.400,95	43.949.928,81	
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	13.142.420,98	0,00	13.142.420,98	7.181.120,06	5.961.300,92	
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.680.000,00	0,00	2.680.000,00	0,00	2.680.000,00	
44504100	CONTRIBUIÇÕES	5.694.245,68	0,00	5.694.245,68	5.428.177,06	266.068,62	
44504200	AUXÍLIOS	4.759.523,77	0,00	4.759.523,77	1.752.943,00	3.006.580,77	





Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	8.651,53	0,00	8.651,53	0,00	8.651,53	
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	420.000,00	0,00	420.000,00	0,00	420.000,00	
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	420.000,00	0,00	420.000,00	0,00	420.000,00	
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	1.115.564.624,70	61.203.126,99	1.176.767.751,69	494.462.812,06	682.304.939,63	
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	4.991.981,27	0,00	4.991.981,27	4.129.314,41	862.666,86	
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	14.123.556,65	0,00	14.123.556,65	3.043.258,90	11.080.297,75	
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	12.669,00	0,00	12.669,00	2.245,96	10.423,04	
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	64.462.366,68	0,00	64.462.366,68	22.749.204,82	41.713.161,86	
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	112.563,00	0,00	112.563,00	39.510,00	73.053,00	
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	133.909.598,01	0,00	133.909.598,01	93.939.306,79	39.970.291,22	
44904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44904200	AUXÍLIOS	262.954,27	0,00	262.954,27	0,00	262.954,27	
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.592,00	0,00	4.592,00	2.992,00	1.600,00	
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	678.497.347,93	50.367.226,00	728.864.573,93	243.708.106,95	485.156.466,98	
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	196.703.295,70	10.531.900,99	207.235.196,69	107.694.251,38	99.540.945,31	
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.509.096,22	0,00	1.509.096,22	938.662,80	570.433,42	
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.369.188,40	0,00	16.369.188,40	14.413.459,98	1.955.728,42	
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.605.415,57	304.000,00	4.909.415,57	3.802.498,07	1.106.917,50	
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	178.555,95	0,00	178.555,95	134.041,18	44.514,77	
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	108.463,40	0,00	108.463,40	105.985,05	2.478,35	
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	70.092,55	0,00	70.092,55	28.056,13	42.036,42	
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	80.662.361,64	0,00	80.662.361,64	78.916.927,93	1.745.433,71	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	80.662.361,64	0,00	80.662.361,64	78.916.927,93	1.745.433,71	
45906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	1.265.093,64	0,00	1.265.093,64	943.164,70	321.928,94	
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	79.397.268,00	0,00	79.397.268,00	77.973.763,23	1.423.504,77	

Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas dep. de Tesouro			Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Resumo Segundo a Categoria Econômica, Grupo, Modalidade e Elemento				Página 5 / 5 Anexo 11 Exercício 2013	
Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença	
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas			
45909300	INDENIZAÇÕES E REESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	734.805,42	0,00	734.805,42	634.724,34	100.081,08	100.081,08	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	734.805,42	0,00	734.805,42	634.724,34	100.081,08	100.081,08	
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	734.805,42	0,00	734.805,42	634.724,34	100.081,08	100.081,08	
Total Geral:		7.581.858.388,88	62.649.171,01	7.644.507.559,89	6.395.513.855,22	1.248.993.704,67		

Título	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
	Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	183.076.902,90	0,00	164.917.379,47
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	6.659.803,50	4.860,00	6.664.663,50
DESTE EXERCÍCIO	0,00	255.364.879,39	0,00
SUBTOTAL	189.736.706,40	255.369.739,39	171.582.042,97
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	30.753.579,64	0,00	30.311.396,01
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	6.474.441,39	100.963,10	6.575.404,49
DESTE EXERCÍCIO	0,00	14.105.867,07	0,00
SUBTOTAL	37.228.021,03	14.206.830,17	36.886.800,50
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS			
	92.120.621,86	953.424.196,70	969.083.844,33
SUBTOTAL	92.120.621,86	953.424.196,70	969.083.844,33
DÉBITOS DE TESOURARIA			
	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00
Total:	319.085.349,29	1.223.000.766,26	1.177.552.687,80
			364.533.427,75





# EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA





# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEI 6.404/76 E SUAS ALTERAÇÕES (LEIS Nºs 11.638/07 E 11.941/09)





**BALANÇO PATRIMONIAL  
EXERCÍCIO 2013**

ATIVO	ADECE	CAGECE	CEARÁ- PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB¹	EMATERCE	EMAZP	ETICE	METROFOR	TOTAL
													(R\$ 1.00)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.299.084</b>	<b>298.471.000</b>	<b>39.706.208</b>	<b>7.543.158</b>	<b>145.206.062</b>	<b>13.692.000</b>	<b>46.663.494</b>	<b>1.719.489</b>	<b>9.285.130</b>	<b>893.106</b>	<b>3.641.553</b>	<b>14.697.135</b>	<b>589.817.419</b>
DISPONIBILIDADES	5.665.312	72.031.000	34.518.402	6.025.728	49.146.151	9.663.000	36.408.655	63.519	5.335.434	708.531	2.918.689	9.769.104	232.243.525
ESTOQUES	29.987	9.219.000	137.680	203.918	448.046	12.000	771.180	12.114	318.377		68.782	2.823.822	14.044.906
DIREITOS REALIZÁVEIS	2.233.385	217.221.000	5.017.469	1.313.512	95.399.217	4.027.000	9.478.548	1.643.856	3.616.925	184.576	653.641	2.092.833	342.881.960
DESPESAS ANTECIPADAS	370.400		32.657		212.648		5.111		14.394		441	11.376	647.028
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>65.697.171</b>	<b>2.332.991.000</b>	<b>17.986.272</b>	<b>4.897.978</b>	<b>86.155.582</b>	<b>33.873.000</b>	<b>66.537.207</b>	<b>398.335.848</b>	<b>6.922.640</b>	<b>35.112</b>	<b>3.928.126</b>	<b>1.751.886.592</b>	<b>4.769.246.528</b>
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	4.462.595	324.836.000	87.129		37.224.530	1.224.000	3.744.167	398.179.947	2.102.630		31.291	2.769.736	774.662.024
INVESTIMENTOS	57.140.186		33.175	42.916	13.144	32.161.000		40.891	31.878		1.000		89.464.190
IMOBILIZADO	215.913	27.361.000	17.504.662	4.855.062		487.000	61.945.540	115.010	4.788.132	35.112	3.508.672	1.707.552.838	1.828.368.941
INTANGÍVEL	3.878.477	1.980.794.000	167.851		48.917.909	1.000	847.328				388.163	27.508	2.035.022.236
DIFERIDO	0		193.456				172				41.535.510		41.729.137
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>73.996.256</b>	<b>2.631.462.000</b>	<b>57.692.480</b>	<b>12.441.136</b>	<b>231.361.644</b>	<b>47.565.000</b>	<b>113.200.701</b>	<b>400.055.337</b>	<b>16.207.769</b>	<b>928.218</b>	<b>7.569.679</b>	<b>1.766.583.727</b>	<b>5.359.063.947</b>
<b>PASSIVO</b>													
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.965.123</b>	<b>251.476.000</b>	<b>9.245.419</b>	<b>6.133.674</b>	<b>87.901.738</b>	<b>4.260.000</b>	<b>10.079.708</b>	<b>11.520.141</b>	<b>43.925.071</b>	<b>483.286</b>	<b>3.477.138</b>	<b>12.353.039</b>	<b>442.820.337</b>
FORNECEDORES	27.664	89.174.000	887.585	478.181	34.630.284	4.021.000	3.005.969	12.827	187.770	34.213	492.285	7.093.394	140.045.193
OBRIÇ. SOCIAIS/TRIBUTÁRIA	304.761	36.729.000	1.914.557	564.630	1.459.669	25.000	2.831.327	2.386	6.102.861	323.209	1.376.805	3.230.253	54.864.459
CONVÊNIO	488.897			5.090.863		130.000	3.515.774					5.152	9.230.685
EMPRÉST./FINANCIAMENTOS		60.394.000			9.970.167			1.948.102	128.108				72.438.378
OUTRAS OBRIGAÇÕES	967.004	28.561.000	5.640.470		41.440.633	84.000	726.638	9.474.657	3.161.794	28.625	32.836	510.537	90.628.196
PROVISÕES	176.777	36.618.000	802.806		400.984			84.169	34.344.537	97.239	1.575.212	1.513.703	75.613.427
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>385.700</b>	<b>690.023.000</b>	<b>146.214</b>	<b>1.610.772</b>	<b>28.950.858</b>	<b>22.935.000</b>	<b>10.995</b>	<b>656.351.904</b>	<b>41.406.918</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>626.368.224</b>	<b>2.068.189.585</b>
FORNECEDORES		196.898.000											196.898.000
EMPRÉST./FINANCIAMENTOS		390.916.000			906.379	57.000		656.351.904	41.406.918			608.054.502	1.697.692.703
OUTRAS OBRIGAÇÕES	385.700	102.209.000	146.214	1.610.772	28.044.480	22.878.000	10.995					18.313.722	173.598.882
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>71.645.432</b>	<b>1.689.963.000</b>	<b>48.300.847</b>	<b>4.696.690</b>	<b>114.509.048</b>	<b>20.370.000</b>	<b>103.109.998</b>	<b>-267.816.708</b>	<b>-69.124.219</b>	<b>444.932</b>	<b>4.092.541</b>	<b>1.127.862.464</b>	<b>2.848.054.025</b>
CAPITAL SOCIAL	82.200.249	1.598.081.000	38.377.662	823.759	79.988.740	15.489.000	66.891.110	29.404.405	2.511.584	5.373.714	50.000	947.891.250	2.867.082.473
RESERVA CAPITAL	3.174.769			465.806		8.601.000	37.871.850	0				350.213.851	400.327.276
AJUSTES PATRIMONIAIS			463.011	254.980	14.623.668			103.108	3.314.633				18.759.400
RESERVA DE LUCROS		91.882.000	9.460.175	315.498	19.896.640						4.042.541		125.596.854
LUCRO/PREJ. ACUMULADO	-13.729.585			2.836.647		-3.720.000	-1.652.962	-297.324.222	-74.950.436	-4.928.783		-170.242.637	-563.711.978
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>73.996.256</b>	<b>2.631.462.000</b>	<b>57.692.480</b>	<b>12.441.136</b>	<b>231.361.644</b>	<b>47.565.000</b>	<b>113.200.701</b>	<b>400.055.337</b>	<b>16.207.769</b>	<b>928.218</b>	<b>7.569.679</b>	<b>1.766.583.727</b>	<b>5.359.063.947</b>

**NOTA:** DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(¹) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE DEZEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961 /1999.

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS  
EXERCÍCIO 2013**

GRUPOS	COMPANHIAS	ADECE	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB <sup>1</sup>	EMATERCE	EMAZP	ETICE	METROFOR	TOTAL
<b>SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>		34.949.909	1.326.592.000	42.766.958	5.042.407	107.062.483	18.148.000	75.690.529	-283.734.537	-49.005.012	2.531.212	1.638.532	996.767.664	2.278.450.145
AJUSTE DE EXERC. ANTERIOR				-417.265	48.755		6.000	-78.199	-27.583	-29.058.072		-730.774		-30.257.139
<b>SALDO AJUST. E CORRIGIDO</b>		34.949.909	1.326.592.000	42.349.693	5.091.162	107.062.483	18.154.000	75.612.330	-283.762.120	-78.063.084	2.531.212	907.758	996.767.664	2.248.193.007
REVERSÃO DE RESERVAS		43.403.405	313.845.000								493.304			357.741.709
LUCRO(PREJ.) LÍQ. EXERCÍCIO		-6.707.882	56.199.000	9.744.528	-394.291	35.486.365	1.832.000	2.660.532	-9.344.093	-3.325.007	-2.579.584	3.184.783	-48.086.689	38.669.664
FORMAÇÃO DE RESERVAS			4.921.000				384.000			8.949.239				14.254.239
DIVIDENDOS			-11.594.000	-1.853.638		-22.508.600								-35.956.238
OUTROS				-1.939.736	-180	-5.531.200		22.176.603		3.314.633			179.181.489	197.201.609
<b>SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>		71.645.432	1.689.963.000	48.300.847	4.696.691	114.509.048	20.370.000	100.449.465	-293.106.213	-69.124.219	444.932	4.092.541	1.127.862.464	2.820.103.988

**NOTA:** DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(<sup>1</sup>) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961/99.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
EXERCÍCIO 2013**

<b>GRUPOS</b>		<b>COMPANHIAS</b>											<b>(R\$ 1,00)</b>	
		<b>ADECE</b>	<b>CAGECE</b>	<b>CEARÁ- PORTOS</b>	<b>CEASA</b>	<b>CEGÁS</b>	<b>CODECE</b>	<b>COGERH</b>	<b>COHAB¹</b>	<b>EMATERCE</b>	<b>EMAZP</b>	<b>ETICE</b>	<b>METROFOR</b>	<b>TOTAL</b>
<b>RECEITA BRUTA</b>		11.521.120	876.483.000	60.592.758	11.468.553	471.865.368	2.093.000	69.679.309	25.379.267	82.675.603	1.946.017	37.223.379	3.619.279	1.654.546.654
<b>(-)DEDUÇÕES</b>				8.786.790	755.146	104.117.392		7.503.856		249.257	255.454	591.445	49.840	122.309.180
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		11.521.120	876.483.000	51.805.968	10.713.408	367.747.976	2.093.000	62.175.453	25.379.267	82.426.346	1.690.563	36.631.934	3.569.439	1.532.237.474
<b>(-)CUSTOS DE VENDA</b>			501.601.000	25.544.327	10.373.062	314.425.195	1.125.000	47.756.244		54.920.825		18.375.917	45.271.695	1.019.393.265
<b>LUCRO BRUTO</b>		11.521.120	374.882.000	26.261.641	340.345	53.322.781	968.000	14.419.209	25.379.267	27.505.521	1.690.563	18.256.017	-41.702.257	512.844.208
<b>(-)DESPESAS OPERACIONAIS</b>		21.194.167	272.918.000	14.617.402	3.149.831	22.906.437	3.196.000	13.418.057	34.723.572	30.871.996	4.314.611	14.182.352	22.662.312	458.154.736
<b>(+)RECEITAS OPERACIONAIS</b>		2.294.962		229.606	226.271	3.937.994	4.778.000	41.635				330.032		11.838.500
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		-7.378.084	101.964.000	11.873.846	-2.583.214	34.354.338	2.550.000	1.042.787	-9.344.305	-3.366.475	-2.624.047	4.403.697	-64.364.569	66.527.973
<b>(-)OUTRAS DESPESAS</b>		10.645	67.191.000	19.469	41.361	6.164.428	1.368.000	918	119		5.533	4.520	31.240	74.837.231
<b>(+)OUTRAS RECEITAS</b>		680.847	40.307.000	2.842.537	2.230.284	7.072.827	650.000	2.442.782	331	41.468	49.996	346.761	16.309.120	72.973.953
<b>(-)PROVISÕES</b>			18.881.000	4.952.385		-223.627		824.119				1.561.155		25.995.032
<b>RESULT. LÍQ. DO EXERCÍCIO</b>		-6.707.882	56.199.000	9.744.528	-394.291	35.486.365	1.832.000	2.660.532	-9.344.093	-3.325.007	-2.579.584	3.184.783	-48.086.689	38.669.664

**NOTA:** DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(¹) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961 /99.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIO 2013**

FLUXOS	COMPANHIAS	ADECE	CAGECE	CEARÁ- PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB <sup>1</sup>	EMATERCE	EMAZP	ETICE	METROFOR	TOTAL
														(R\$ 1,00)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		-1.456.824	140.460.000	9.262.205	4.762.605	38.130.406	3.786.000	30.778.737	0	-5.492.175	-2.371.486	4.598.864	-34.352.093	180.237.576
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		-6.707.882	56.199.000	9.744.528	-394.471	40.793.938	1.832.000	2.660.532		-3.325.007	-2.579.584	3.184.783	-48.086.689	53.321.150
AUMENTO/DIMINUIÇÃO S/ AFETAR CX		133.379	131.161.000	576.949	246.290	6.218.566	84.000	4.602.160		-25.348.218	2.816	-11.925	9.251.409	126.916.426
VARIAÇÃO NO ATIVO/PASSIVO		5.117.679	-46.900.000	-1.059.273	4.910.786	-8.882.098	1.870.000	23.516.045		23.181.050	205.281	1.426.006	4.483.186	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-41.139.142	-197.225.000	-1.641.922	-189.879	-18.577.628	647.000	-33.995.060		-4.098.134	-33.836	-2.186.700	-146.388.276	-444.828.575
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		43.403.405	108.632.000	-1.165.039	48.755	-30.267.092	384.000			8.949.239	493.304		167.073.224	297.551.795
<b>TOTAL DE FLUXO DE CAIXA</b>		<b>807.440</b>	<b>51.867.000</b>	<b>6.455.244</b>	<b>4.621.481</b>	<b>-10.714.314</b>	<b>4.817.000</b>	<b>-3.216.322</b>		<b>-641.071</b>	<b>-1.912.018</b>	<b>2.412.164</b>	<b>-13.667.145</b>	<b>40.829.458</b>
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		4.857.872	20.164.000	28.063.158	1.404.247	59.860.465	4.836.000	39.624.977		5.976.504	2.620.549	506.525	23.436.249	191.350.547
CAIXA NO FIM DO PERÍODO		5.665.312	72.031.000	34.518.402	6.025.728	49.146.151	9.653.000	36.408.655		5.335.434	708.531	2.918.689	9.769.104	232.180.006
<b>SALDO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>		<b>807.440</b>	<b>51.867.000</b>	<b>6.455.244</b>	<b>4.621.481</b>	<b>-10.714.314</b>	<b>4.817.000</b>	<b>-3.216.322</b>	<b>-</b>	<b>-641.071</b>	<b>-1.912.018</b>	<b>2.412.164</b>	<b>-13.667.145</b>	<b>40.829.459</b>

**NOTA:** DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITÓRIAS EXTERNAS.

(<sup>1</sup>) COMPANHIA DESOBRIGADA À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, § 6º (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.638 /2007).

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
EXERCÍCIO 2013**

ELEMENTOS	COMPANHIAS	ADECE*	CAGECE	CEARÁ- PORTOS*	CEASA*	CEGÁS*	CODECE*	COGERH*	COHAB*	EMATERCE*	EMAZP*	ETICE*	METROFOR*	TOTAL
(R\$ 1,00)														
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>														
RECEITA BRUTA			937.633.000	60.661.591		476.694.820					1.690.563	37.553.411		1.514.233.385
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			-507.531.000	-28.915.085		-418.832.721						-9.582.529		-964.861.335
TRANSFERÊNCIA DE OUTRAS SOCIEDADES			40.307.000	2.842.537		7.073.307					49.996	346.761		50.619.601
RETENÇÕES			-60.113.000	-716.223		-5.073.535					-2.816	-773.028		-66.678.602
<b>TOTAL DO VALOR ADICIONADO GERADO</b>		<b>0</b>	<b>410.296.000</b>	<b>33.872.819</b>	<b>0</b>	<b>59.861.872</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.737.743</b>	<b>27.544.614</b>	<b>0</b>	<b>533.313.049</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>														
PESSOAL			154.893.000	9.907.683		6.680.826					3.869.638	22.202.712		197.553.859
GOVERNO			118.065.000	14.201.139		15.380.237					442.156	2.152.600		150.241.132
FINANCIADORES			81.139.000	19.469		2.314.443					5.533	4.520		83.482.965
ACIONISTAS			11.594.000	1.939.735,76		26.873.157								40.406.893
RETENÇÃO PARA INVESTIMENTOS			44.605.000,00	7.804.793		8.613.208					-2.579.584	3.184.783,29		61.628.200
<b>TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>		<b>0</b>	<b>410.296.000</b>	<b>33.872.819</b>	<b>0</b>	<b>59.861.872</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.737.743</b>	<b>27.544.614</b>	<b>0</b>	<b>533.313.049</b>

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.  
(\*)COMPANHIAS DESOBRIGADAS À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, INCISO V (INCLUIDO PELA LEI Nº 11.638/2007).





**DEMONSTRATIVOS  
CONSOLIDADOS  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
E  
INDIRETA**







Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar
11	RECEITAS CORRENTES	16.793.881.226,82	17.460.754.593,68	17.040.926.771,68	-419.827.822,00
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	8.334.719.461,74	8.758.988.425,08	8.835.210.397,39	76.221.972,31
1111	IMPOSTOS	7.982.063.300,25	8.354.143.973,98	8.475.674.730,00	121.530.756,02
1112	TAXAS	352.656.161,49	404.844.451,10	359.535.667,39	-45.308.783,71
112	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.129.565.934,00	1.228.265.934,00	1.209.819.337,60	-18.446.596,40
1121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.129.565.934,00	1.228.265.934,00	1.209.819.337,60	-18.446.596,40
113	RECEITA PATRIMONIAL	268.320.329,34	273.162.376,99	562.650.016,52	289.487.639,53
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.598.064,89	3.221.011,72	2.343.127,21	-877.884,51
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	265.722.264,45	263.847.543,76	301.998.112,38	38.150.568,62
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	177.542,05	177.542,05
1136	RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	6.093.821,51	252.722.133,02	246.628.311,51
1139	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	5.409.101,86	5.409.101,86
116	RECEITA DE SERVIÇOS	19.569.699,81	25.227.413,06	52.862.127,01	27.634.713,95
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	19.569.699,81	25.227.413,06	52.862.127,01	27.634.713,95
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.552.815.192,06	6.685.748.490,68	5.902.878.021,27	-782.870.469,41
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.312.565.539,33	6.374.306.263,35	5.769.787.428,13	-604.518.835,22
1173	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	20.000.000,00	20.000.000,00	8.607.118,48	-11.392.881,52
1175	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	1.884.204,54	1.884.204,54	756.563,57	-1.127.640,97
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	218.365.448,19	289.558.022,79	123.726.911,09	-165.831.111,70
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	488.890.609,87	489.361.953,87	477.506.871,89	-11.855.081,98
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	189.819.053,71	189.884.053,71	194.236.649,09	4.352.595,38
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	85.778.718,23	85.778.718,23	101.398.384,68	15.619.666,45
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	29.920.254,75	29.920.254,75	89.018.570,77	59.098.316,02
1199	RECEITAS DIVERSAS	183.372.583,18	183.778.927,18	92.853.267,35	-90.925.659,83
12	RECEITAS DE CAPITAL	3.319.510.488,28	2.784.179.486,13	1.862.334.904,81	-921.844.581,32
121	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.020.494.212,98	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	-266.248.094,06
1211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.206.924.214,09	1.027.539.169,52	697.515.860,10	-330.023.309,42
1212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	813.569.998,89	429.234.153,43	493.009.368,79	63.775.215,36
122	ALIENAÇÃO DE BENS	53.356,96	142.769,08	1.791.919,93	1.649.150,85
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	53.356,96	142.769,08	22.325,38	-120.443,70
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	1.769.594,55	1.769.594,55
123	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	94.378,61	94.378,61
1230	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	94.378,61	94.378,61
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.295.846.178,86	1.324.146.654,62	669.923.377,38	-654.223.277,24
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	16.967.674,20	16.967.674,20
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.295.846.178,86	1.324.146.654,62	652.955.703,18	-671.190.951,44



		Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo a Realizar
125	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			3.116.739,48	3.116.739,48	0,00	-3.116.739,48
1259	OUTRAS RECEITAS			3.116.739,48	3.116.739,48	0,00	-3.116.739,48
<b>Subtotal das Receitas(I):</b>				<b>20.113.391.715,10</b>	<b>20.244.934.079,81</b>	<b>18.903.261.676,49</b>	<b>-1.341.672.403,32</b>

<b>Refinanciamento(II):</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS				0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA				0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL				0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS				0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA				0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL				0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Subtotal com Refinanciamento (III=I+II):</b>				<b>20.113.391.715,10</b>	<b>20.244.934.079,81</b>	<b>18.903.261.676,49</b>	<b>-1.341.672.403,32</b>
---	--	--	--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

**Déficit (IV):**

<b>Total (V=III + IV):</b>				<b>20.113.391.715,57</b>	<b>22.808.231.562,05</b>	<b>18.903.261.676,49</b>	<b>-1.341.672.403,32</b>
----------------------------	--	--	--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)

Superávit Financeiro


Reabertura de créditos adicionais

		Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
--	--	------------------------	--	-----------------	--------------------	---------------------	---------------------	----------------	------------------

<b>DESPESAS CORRENTES</b>				<b>14.894.406.304,54</b>	<b>16.220.548.155,26</b>	<b>15.304.742.294,10</b>	<b>15.038.291.231,19</b>	<b>14.851.887.921,82</b>	<b>915.805.861,16</b>
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			8.070.495.483,49	8.560.463.106,97	8.271.354.442,13	8.267.731.915,13	8.164.724.979,48	289.108.664,84
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			296.342.790,00	252.588.016,40	246.480.195,80	246.480.195,80	246.480.195,80	6.107.820,60
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.527.568.031,05	7.407.497.031,89	6.786.907.656,17	6.524.079.120,26	6.440.682.746,54	620.589.375,72
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				<b>5.110.334.516,53</b>	<b>6.537.168.499,79</b>	<b>3.039.891.289,88</b>	<b>2.680.910.700,63</b>	<b>2.668.500.417,79</b>	<b>3.497.277.209,91</b>
44	INVESTIMENTOS			4.444.522.700,53	5.715.852.233,81	2.239.533.896,14	1.880.553.306,89	1.868.143.865,05	3.476.318.337,67
45	INVERSOES FINANCEIRAS			197.298.302,00	334.384.241,94	323.191.160,44	323.191.160,44	323.190.319,44	11.193.081,50
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			468.513.514,00	486.932.024,04	477.166.233,30	477.166.233,30	477.166.233,30	9.765.790,74

<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>				<b>45.169.987,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			45.169.987,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Subtotal das Despesas (VI):</b>				<b>20.049.910.808,57</b>	<b>22.757.716.655,05</b>	<b>18.344.633.583,98</b>	<b>17.719.201.931,82</b>	<b>17.520.388.339,61</b>	<b>4.413.083.071,07</b>
------------------------------------	--	--	--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------

<div> <div>  <div> Governo do Estado do Ceará  Secretaria da Fazenda  Coordenadoria do Tesouro Estadual  Estado do Ceará </div> </div> <div> Balanco Orçamentário </div> <div> Página 3 / 3  Exercício 2013  Anexo 12 </div> </div>			Despesas Orçamentárias					
			Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
<b>Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII):</b>								
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA			63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,62	7.830,38
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		63.480.907,00	63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,62	7.830,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (VIII=VI+VII):</b>			20.113.391.715,57	22.808.231.562,05	18.395.140.660,60	17.769.709.008,44	17.570.895.416,23	4.413.090.901,45
<b>Superávit (IX):</b>			0,00	0,00	508.121.015,89			
<b>Total (X=VIII+IX):</b>			20.113.391.715,57	22.808.231.562,05	18.903.261.676,49	17.769.709.008,44	17.570.895.416,23	1.341.672.403,32



Ingressos				Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>				<b>18.903.261.676,49</b>	<b>16.476.719.323,92</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>	<b>18.395.140.660,60</b>	<b>16.638.191.564,83</b>
<b>ORDINÁRIA</b>				<b>13.378.470.345,68</b>	<b>11.516.450.024,01</b>	<b>ORDINÁRIA</b>	<b>13.487.853.016,88</b>	<b>11.765.285.540,64</b>
<b>VINCULADA</b>				<b>5.524.791.330,81</b>	<b>4.960.269.299,91</b>	<b>VINCULADA</b>	<b>4.907.287.643,72</b>	<b>4.872.906.024,19</b>
PREVIDÊNCIA SOCIAL				1.251.627.113,75	1.126.235.167,74	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.187.492.988,92	1.155.692.169,52
FECOP				359.184.718,24	339.678.792,66	FECOP	405.457.151,23	285.250.616,51
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES				67.263.009,01	96.071.183,93	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	84.039.236,41	138.009.862,69
ALIENAÇÃO DE BENS				22.325,38	6.584.548,70	ALIENAÇÃO DE BENS	47.817,62	169.184,89
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS				17.745.347,95	25.066.944,18	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	9.252.307,64	16.844.298,15
FUNDEB				1.199.824.369,07	1.132.816.965,55	FUNDEB	1.199.922.966,72	1.231.799.002,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				1.190.525.228,89	741.390.528,05	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	811.146.076,44	658.882.256,67
CONVÊNIOS				930.646.760,97	467.366.971,49	CONVÊNIOS	585.525.143,94	469.078.537,60
RECURSOS PRÓPRIOS				0,00	469.751.914,50	RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	417.108.294,03
SUS				464.002.663,72	461.108.908,99	SUS	529.446.940,46	441.703.622,90
OUTROS RECURSOS				43.949.793,83	94.197.374,12	OUTROS RECURSOS	94.957.014,34	58.368.178,74
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>				<b>15.709.243.290,79</b>	<b>14.422.114.214,47</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>	<b>15.709.243.290,79</b>	<b>14.422.188.757,59</b>
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				15.133.164.041,89	13.585.979.295,05	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	15.133.164.041,89	13.585.979.295,05
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR				370.381.229,13	511.803.316,11	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	370.381.229,13	511.803.316,11
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUIVEIS				51.094.931,62	47.689.627,86	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUIVEIS	51.094.931,62	47.689.627,86
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				154.603.088,15	276.641.975,45	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	154.603.088,15	276.716.518,57
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>				<b>7.820.155.114,99</b>	<b>8.537.253.210,09</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>	<b>7.652.579.079,93</b>	<b>8.377.470.544,45</b>
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				162.096.460,54	182.307.257,12	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	189.854.580,81	471.859.248,77
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				625.440.160,67	553.874.256,84	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	437.793.217,48	204.997.119,81
VALORES RESTITUIVEIS				7.032.618.493,78	7.801.071.696,13	VALORES RESTITUIVEIS	7.024.931.281,64	7.700.614.175,87
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO				2.293.261.842,75	2.107.455.397,61	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.256.378.757,98	2.071.091.393,19
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				21.777.920,28	23.113.865,16	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	58.038.138,00	46.227.730,32
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS				4.717.578.730,75	5.670.502.433,36	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	4.710.514.385,66	5.583.295.052,36
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>				<b>2.699.921.322,74</b>	<b>2.701.685.441,13</b>	<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>	<b>3.375.618.373,69</b>	<b>2.699.921.322,74</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				2.699.921.322,74	2.701.685.441,13	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.375.618.373,69	2.699.921.322,74
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS				0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
<b>TOTAL (V)</b>				<b>45.132.581.405,01</b>	<b>42.137.772.189,61</b>	<b>TOTAL (X)</b>	<b>45.132.581.405,01</b>	<b>42.137.772.189,61</b>



Ativo		Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo Circulante</b>		<b>4.754.661.084,43</b>	<b>3.563.024.666,28</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>532.897.705,67</b>	<b>634.940.135,92</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.375.618.373,69	2.699.921.322,74	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		68.138.973,71	84.180.705,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		3.375.618.373,69	2.699.921.322,74	PESSOAL A PAGAR		23.026.102,56	41.414.132,18
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		206.312.645,95	18.327.961,49	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		2.676,66	442,73
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		140.016.440,43	0,00	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		13.470,20	24.094,54
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		49.358.409,85	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		45.096.724,29	42.742.036,17
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		81.141.868,71	88.973.863,69	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-64.204.073,04	-70.645.902,20	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		15.521.156,07	25.096.694,06
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		204.043.811,47	176.876.853,24	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		15.515.764,76	24.173.371,61
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS		2.739.638,20	3.393.706,70	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS		5.391,31	923.322,45
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO		483.240,91	483.240,91	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		8.240.307,66	2.586,10
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		855.302.319,59	720.293.870,58	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		8.238.181,49	1.435,62
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		-654.481.387,23	-547.293.964,95	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS		2.126,17	1.150,48
ESTOQUES		968.686.253,32	667.898.528,81	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		66.737.750,17	61.914.064,10
MERCADORIAS PARA REVENDA		653.758,96	1.099.701,61	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)		66.737.750,17	61.914.064,10
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS		939.085,61	939.085,61	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ALMOXARIFADO		598.618.642,65	495.183.836,35	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		374.259.518,06	463.746.086,04
OUTROS ESTOQUES		368.474.766,10	170.675.905,24	VALORES RESTITUIVEIS		367.488.722,63	365.313.441,18
				OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		6.770.795,43	98.432.644,86
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>19.842.577.792,52</b>	<b>17.350.595.293,74</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>6.980.854.715,22</b>	<b>5.745.082.357,19</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.167.243.649,70	6.169.677.179,63	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		84.619.393,27	81.938.970,93
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		5.952.948.232,32	5.967.583.344,55	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		84.619.393,27	81.938.970,93
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		214.295.417,38	202.093.835,08	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		6.282.259.451,81	5.188.320.943,56
INVESTIMENTOS		3.310.887.527,14	2.485.582.701,80	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO		6.282.259.451,81	5.188.320.943,56
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES		3.306.690.757,62	2.481.385.932,28	FORNECEDORES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES		4.196.769,52	4.196.769,52	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
IMOBILIZADO		10.364.072.947,66	8.694.961.744,29	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS MÓVEIS		2.788.895.860,16	2.322.560.943,37	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		613.975.870,14	474.822.442,70
BENS IMÓVEIS		7.575.177.087,50	6.372.400.800,92	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		613.975.870,14	474.822.442,70
INTANGÍVEL		373.668,02	373.668,02	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		373.668,02	373.668,02				
<b>Patrimônio Líquido</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>17.083.486.456,06</b>	<b>14.533.597.466,91</b>
DEMAIS RESERVAS				DEMAIS RESERVAS		527.135,79	527.135,79
OUTRAS RESERVAS				OUTRAS RESERVAS		527.135,79	527.135,79

Ativo		Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo		Exercício Atual	Exercício Anterior
				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>17.083.486.456,06</b>	<b>14.533.597.466,91</b>
				RESERVAS MATEMÁTICAS DO SEGURSO SOCIAL		527.135,79	527.135,79
				RESULTADOS ACUMULADOS		17.082.959.320,27	14.533.070.331,12
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		17.048.182.852,42	14.222.050.506,79
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		2.572.193.871,14	2.744.135.053,99
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		13.842.106.934,96	11.118.428.640,59
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		633.882.046,32	359.486.812,21
				LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS		34.776.467,85	311.019.824,33
				LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO		13.424.568,96	0,00
				LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES		20.456.759,62	0,00
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		895.139,27	311.019.824,33

<b>Total do Ativo:</b>	24.597.238.876,95	20.913.619.960,02	<b>Total do Passivo:</b>	24.597.238.876,95	20.913.619.960,02
<b>(1) Ativo Financeiro:</b>	3.375.618.373,69	2.699.921.322,74	<b>(3) Passivo Financeiro:</b>	1.197.055.229,07	1.846.138.255,72
<b>(2) Ativo Permanente:</b>	21.221.620.503,26	18.213.698.637,28	<b>(4) Passivo Permanente:</b>	7.045.635.927,42	5.815.048.963,97
<b>Saldo Patrimonial:</b>	<b>16.354.547.720,46</b>	<b>13.252.432.740,33</b>			

<b>Compensações</b>					
		Especificação		Especificação	
		Saldo dos Atos Potenciais Ativos		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	853.886.876,38	853.441.479,32	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	64.903.236,13	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	1.603.707.245,58	562.925.751,04	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	169.501.921,87	93.627.587,19
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.062.082,18	4.062.082,18	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	811.527.194,34
<b>Total</b>	<b>2.461.656.204,14</b>	<b>1.420.429.312,54</b>	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	270.719.441,08	270.719.441,08
			<b>Total</b>	<b>505.124.599,08</b>	<b>1.240.777.458,74</b>



Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Aumentativas</b>	<b>36.002.725.664,76</b>	<b>31.142.046.551,82</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>10.176.807.187,05</b>	<b>8.404.652.439,38</b>
4.1.1 IMPOSTOS	9.817.370.857,02	8.074.959.376,27
4.1.2 TAXAS	359.436.330,03	329.693.063,11
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>1.209.819.337,60</b>	<b>1.099.805.982,02</b>
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.209.819.337,60	1.099.805.982,02
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>	<b>318.580.845,50</b>	<b>265.177.235,89</b>
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	1.225.333,74	1.321.042,65
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	317.355.511,76	263.856.193,24
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>731.625.198,04</b>	<b>704.969.798,19</b>
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	117.374.839,20	175.561.840,59
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	317.124.303,43	293.187.459,19
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	293.328.327,74	232.344.840,55
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	3.797.727,67	3.875.657,86
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>22.282.044.689,44</b>	<b>20.281.263.454,91</b>
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	15.709.243.290,79	14.433.586.809,61
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.373.325.674,19	4.715.482.446,52
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.222.039,17	11.628.530,12
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	1.188.497.121,72	1.119.561.808,08
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	164.802,18
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	756.563,57	839.058,40
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.283.848.407,13</b>	<b>386.177.641,43</b>
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	462.261.862,12	14.934.604,77
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	821.586.545,01	371.243.036,66

Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>	<b>33.417.107.224,66</b>	<b>28.397.911.497,83</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>6.081.473.567,26</b>	<b>5.488.085.877,91</b>
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.050.786.656,68	4.602.254.190,99
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	898.103.775,12	793.631.656,31
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	111.371.739,76	76.335.026,65
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	21.211.395,70	15.865.003,96
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>2.204.347.967,61</b>	<b>1.970.700.158,68</b>
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.613.568.741,36	1.397.201.432,34
3.2.2 PENSÕES	585.692.352,40	569.455.564,48
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
3.2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Diminutivas</b>		<b>33.417.107.224,66</b>	<b>28.397.911.497,83</b>
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.086.873,85	4.043.161,86
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>		<b>2.746.098.684,00</b>	<b>2.089.828.596,35</b>
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	512.393.538,52	183.594.846,16
3.3.2	SERVIÇOS	2.232.763.970,25	1.906.233.750,19
3.3.3	DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00	0,00
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	941.175,23	0,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>		<b>1.108.631.925,73</b>	<b>875.216.619,24</b>
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	246.480.195,80	247.099.324,96
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	4.329.967,33	2.821.334,99
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	710.347.889,67	540.211.581,95
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	147.473.872,93	85.084.377,34
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>		<b>19.150.990.019,23</b>	<b>17.363.345.745,54</b>
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	15.709.243.290,79	14.433.661.352,73
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.630.458.969,47	2.238.970.497,57
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	726.690.414,49	668.201.966,36
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	83.592.757,02	21.507.341,38
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	1.004.587,46	1.004.587,50
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS</b>		<b>1.267.525.430,98</b>	<b>45.745.329,80</b>
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.267.525.430,98	45.745.329,80
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
<b>TRIBUTÁRIAS</b>		<b>173.282.845,56</b>	<b>76.359.432,28</b>
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.886.810,99	1.693.209,62
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	170.396.034,57	74.666.222,66
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>684.756.784,29</b>	<b>488.629.738,03</b>
3.9.1	PREMIAÇÕES	27.177.169,91	43.335.037,53
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	312,10	16.128.974,56
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	31.916.354,16	27.189.276,98
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	25.873.710,04	16.354.902,72
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	599.789.238,08	385.621.546,24
<b>RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:</b>		<b>2.585.618.440,10</b>	<b>2.744.135.053,99</b>





Variações Patrimoniais Qualitativas

Exercício Atual

Exercício Anterior

**Variações Qualitativas**

**4.370.906.368,80 3.096.384.871,84**

**INCORPORAÇÃO DO ATIVO**

**2.520.215.021,60 1.536.394.997,69**

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA FONTE 12

47.817,62 0,00

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES

362.812.710,31 421.476.231,72

AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

89.745.416,72 3.439.496,13

OBRAS EM ANDAMENTO

927.061.357,29 1.111.479.269,84

AQUISIÇÃO DE CAPITAL DAS EMPRESAS

359.217.006,21 0,00

OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO

703.356.950,22 0,00

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

77.973.763,23 0,00

**DESINCORPORAÇÃO DO PASSIVO**

**527.673.309,92 687.040.391,61**

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

527.673.309,92 687.040.391,61

**INCORPORAÇÃO DO PASSIVO**

**1.190.525.228,89 811.527.194,34**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

1.190.525.228,89 811.527.194,34

**DESINCORPORAÇÃO DO ATIVO**

**132.492.808,39 61.422.288,20**

ALIENAÇÃO DE BENS

1.791.919,93 8.165.172,81

RECEBIMENTO DE DÍVIDA ATIVA

102.565.452,58 38.423.038,05

RECEBIMENTO DE MULTA E JUROS


16.543.010,44 14.834.077,34

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11.592.425,44 0,00

	Governo do Estado do Ceará	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Página 1 / 2
	Secretaria da Fazenda		
	Coordenadoria do Tesouro Estadual		Exercício 2013
	Estado do Ceará		
		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>			
<b>INGRESSOS</b>		<b>32.544.472.042,70</b>	<b>29.475.851.872,29</b>
<b>RECEITAS DERIVADAS</b>		<b>10.144.272.620,03</b>	<b>8.987.099.665,07</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		8.835.210.397,39	7.784.412.326,12
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		1.209.819.337,60	1.099.805.982,02
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS		99.242.885,04	102.881.356,93
<b>RECEITAS ORIGINÁRIAS</b>		<b>993.776.130,38</b>	<b>814.720.345,89</b>
RECEITA PATRIMONIAL		269.487.529,56	211.894.321,06
RECEITA DE SERVIÇOS		52.862.127,01	57.722.485,16
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS		378.263.986,85	315.034.154,09
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		293.162.486,96	230.069.385,58
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>		<b>21.406.423.292,29</b>	<b>19.674.031.861,33</b>
<b>INTERGOVERNAMENTAIS</b>		<b>4.581.290.306,41</b>	<b>4.253.054.528,64</b>
DA UNIÃO		4.533.996.234,36	4.202.105.005,41
DE MUNICÍPIOS		47.294.072,05	50.949.523,23
<b>MULTIGOVERNAMENTAIS</b>		<b>1.188.497.121,72</b>	<b>1.119.561.808,08</b>
<b>INSTITUIÇÕES PRIVADAS</b>		<b>8.607.118,48</b>	<b>7.026.067,44</b>
<b>PESSOAS</b>		<b>756.563,57</b>	<b>839.058,40</b>
<b>CONVÊNIOS</b>		<b>123.726.911,09</b>	<b>195.767.787,61</b>
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES		120.421.658,43	191.183.992,42
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES		1.690.331,97	88.361,74
DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.614.920,69	4.495.433,45
<b>INTRAGOVERNAMENTAIS</b>		<b>15.503.545.271,02</b>	<b>14.097.782.611,16</b>
<b>COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>15.133.164.041,89</b>	<b>13.585.979.295,05</b>
CORRENTE		12.667.231.355,91	11.484.545.378,55
CAPITAL		2.287.048.628,81	2.101.433.916,50
DUODÉCIMO		178.884.057,17	0,00
<b>EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>		<b>370.381.229,13</b>	<b>511.803.316,11</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>30.861.189.330,07</b>	<b>28.023.580.189,99</b>
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO</b>		<b>11.662.352.020,51</b>	<b>10.688.098.154,58</b>
LEGISLATIVA		460.575.619,53	423.349.895,67
JUDICIÁRIA		852.941.707,11	744.528.169,40
ESSENCIAL À JUSTIÇA		319.504.566,33	288.833.475,77
ADMINISTRAÇÃO		929.141.815,81	893.572.833,31
SEGURANÇA PÚBLICA		1.561.026.186,62	1.443.324.541,04
ASSISTÊNCIA SOCIAL		77.824.090,70	79.619.669,71
PREVIDÊNCIA SOCIAL		2.205.636.322,49	1.997.583.797,44
SAÚDE		1.734.261.686,97	1.626.866.614,58
TRABALHO		18.645.478,36	13.813.698,16
EDUCAÇÃO		2.255.168.650,51	2.003.870.118,58
CULTURA		25.721.747,95	24.557.995,09
DIREITOS DA CIDADANIA		304.169.298,86	258.825.284,16
URBANISMO		12.662.694,76	9.068.644,53
HABITAÇÃO		27.567.110,28	7.280.836,09
SANEAMENTO		329.863,73	1.161.392,56
GESTÃO AMBIENTAL		65.813.354,97	66.242.976,47
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		49.908.671,20	43.999.224,48
AGRICULTURA		203.937.621,69	201.526.111,26
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		3.136.090,66	5.339.731,22
INDÚSTRIA		3.332.224,72	34.762.965,07
COMÉRCIO E SERVIÇOS		28.292.341,34	24.877.417,54

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO</b>	<b>11.662.352.020,51</b>	<b>10.688.098.154,58</b>
COMUNICAÇÕES	13.386.462,87	11.145.938,38
ENERGIA	3.746.914,63	597.514,46
TRANSPORTE	231.276.662,65	226.849.637,64
DESPORTO E LAZER	56.161.633,76	22.358.655,25
ENCARGOS ESPECIAIS	218.183.202,01	234.141.016,72
<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>246.480.195,80</b>	<b>247.099.324,96</b>
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	246.480.195,80	247.099.324,96
<b>TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>18.952.357.113,76</b>	<b>17.088.382.710,45</b>
A MUNICÍPIOS	2.626.334.548,10	2.241.363.310,02
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	728.001.550,20	686.301.478,73
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	9.445.749,47	19.235.838,97
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	84.025.407,51	42.694.884,07
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	1.004.587,46	1.004.587,50
<b>INTRAGOVERNAMENTAIS COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>15.503.545.271,02</b>	<b>14.097.782.611,16</b>
CORRENTE	12.667.231.355,91	11.484.545.378,55
CAPITAL	2.287.048.628,81	2.101.433.916,50
DUODÉCIMO	178.884.057,17	0,00
<b>EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>	<b>370.381.229,13</b>	<b>511.803.316,11</b>
<b><u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</u></b>	<b>1.683.282.712,63</b>	<b>1.452.271.682,30</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>671.809.675,92</b>	<b>287.122.868,45</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	1.791.919,93	8.164.345,63
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	94.378,61	49.944,20
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	669.923.377,38	277.611.038,40
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.297.540,22
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>2.349.311.601,66</b>	<b>1.929.664.444,59</b>
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.270.887.428,19	1.850.504.139,28
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	78.424.173,47	79.160.305,31
<b><u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>	<b>-1.677.501.925,74</b>	<b>-1.642.541.576,14</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u></b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.190.525.228,89</b>	<b>811.527.194,34</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.190.525.228,89	811.527.194,34
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>527.673.309,92</b>	<b>687.040.391,61</b>
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	527.673.309,92	687.040.391,61
<b><u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u></b>	<b>662.851.918,97</b>	<b>124.486.802,73</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO</u></b>		
<b>INGRESSOS</b>		
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	205.698.019,77	324.331.603,31
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	4.738.551.707,70	5.670.502.275,86
<b>DESEMBOLSOS</b>		
VALORES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	205.698.019,77	324.406.146,43
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	4.731.487.362,61	5.606.408.760,02
<b><u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u></b>	<b>7.064.345,09</b>	<b>64.018.972,72</b>
<b><u>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</u></b>		
<b><u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</u></b>	<b>675.697.050,95</b>	<b>-1.764.118,39</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.699.921.322,74	2.701.685.441,13
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.375.618.373,69	2.699.921.322,74
<b><u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</u></b>	<b>675.697.050,95</b>	<b>-1.764.118,39</b>

<div> <div>  <div> Governo do Estado do Ceará  Secretaria da Fazenda  Coordenadoria do Tesouro Estadual  Estado do Ceará </div> </div> <div> Demonstração dos Ingressos e Dispendícios segundo as Categorias Econômicas </div> <div> Página 1 / 1  Exercício 2013  Anexo 1 </div> </div>		Ingressos		Dispendícios	
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA		10.152.545.231,18		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		1.210.267.935,99		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	
RECEITA PATRIMONIAL		562.891.339,13		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00			
RECEITA INDUSTRIAL		0,00			
RECEITA DE SERVIÇOS		54.399.933,34			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.902.750.828,90			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		499.530.003,31			
(-)DEDUÇÕES		2.341.458.500,17			
TOTAL		17.040.926.771,68		SUPERÁVIT	
				TOTAL	
				1.736.184.477,58	
				17.040.926.771,68	
RECEITAS DE CAPITAL				DESPESAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.190.525.228,89		INVESTIMENTOS	
ALIE NAÇÃO DE BENS		1.791.919,93		INVER SÕES FINANCEIRAS	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		94.378,61		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
TRANSFERÊNCIA DE CAPITALS		669.955.814,69			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00			
(-)DEDUÇÕES		32.437,31			
DÉFICIT		1.228.063.461,69			
TOTAL		3.090.398.366,50		TOTAL	
				3.090.398.366,50	

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES		17.040.926.771,68		DESPESAS CORRENTES	
RECEITAS DE CAPITAL		1.862.334.904,81		DESPESAS DE CAPITAL	
TOTAL		18.903.261.676,49		SUPERÁVIT	
				TOTAL	
				15.304.742.294,10	
				3.090.398.366,50	
				508.121.015,89	
				18.903.261.676,49	



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				15.304.742.294,10
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		7.530.256.903,42	8.271.354.442,13	
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	1.613.568.741,36			
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	575.360.898,63			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	317.267.955,17			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	631.859,47			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	11.575.608,95			
31900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.673.052,37			
31900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	156.939,80			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.911.205.707,83			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	761.500.502,41			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	139.447.133,97			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	56.152.247,98			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	49.273.601,50			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	70.602.374,49			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	3.098.376,49			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	17.741.903,00			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		741.097.538,71		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	740.372.515,22			
31919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	544.222,32			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	180.801,17			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			246.480.195,80	
3290	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		246.480.195,80		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	236.285.205,87			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	10.194.989,93			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.786.907.656,17	
3320	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
33204100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		90.000,00		
33304100	CONTRIBUIÇÕES	90.000,00			
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		0,00		
33321400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
33323000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33323600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33323900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		2.413.376.979,30		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	50.382.262,16			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.362.994.717,14			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO		130.398.239,49		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	130.398.239,49			
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		672.375.782,56		
33502000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00			
33503000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	504.357.554,12			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	160.244.725,02			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	7.664.903,42			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	108.600,00			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		9.065.517,47		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	3.397.485,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	5.668.032,47			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		74.539.344,15		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	74.539.344,15			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		401.664,96		
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33803300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	18.790,00			
33803500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	315.200,00			
33803600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	67.674,96			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		3.437.646.356,88		



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33900300	PENSÕES	10.331.453,77			
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.643.342,96			
33901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	26.597.919,78			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	15.426.825,15			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	24.683.985,40			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	8.127.349,26			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	402.191.270,78			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	26.898.085,64			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	213.164.406,76			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	26.177.662,00			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	267.563.052,77			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	19.085.322,05			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	214.074.645,40			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	596.941.929,36			
33903800	ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.086.418.268,58			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	14.103.945,57			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	112.705.412,16			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	169.584.845,22			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.705.151,02			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.024.736,28			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.126.825,60			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	132.627.222,11			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	61.442.699,26			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	49.013.771,36			
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.584,30			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.667.829,52			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	33.655.280,44			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.472.230,75			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.562,74			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.201.283,61			
3393	DECORRENTE ORÇÃOS DO ORÇ FISCAL		0,00		
33933900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
4	DESPESA DE CAPITAL				3.090.398.366,50
44	INVESTIMENTOS			2.239.533.896,14	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		90.524.138,56		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	4.867.470,31			
44404200	AUXÍLIOS	84.354.493,26			
44405100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.302.174,99			
4442	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS		329.526,74		
44425200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
44429200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	329.526,74			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		52.990.893,00		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.707.880,00			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	7.228.113,89			
44504200	AUXÍLIOS	41.054.899,11			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00		
44604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		89.076,00		
44704100	CONTRIBUIÇÕES	89.076,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00		
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		2.095.188.425,24		
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			





Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44901400	DIÁRIA-CIVIL	42.992,49			
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	4.129.314,41			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	6.126.828,54			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	37.666,97			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	30.982.919,47			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	42.510,00			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	131.054.809,15			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	1.937.500,00			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	286.301,77			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.121.132.867,96			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	457.952.928,15			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	105.224.052,90			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	126.044.895,04			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	75.154.845,87			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	35.037.992,52			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	411.836,60			
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	112.354,71			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	299.481,89			
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4493	DECORRENTE ORÇÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00			
44935200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00			
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			323.191.160,44	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		323.191.160,44		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	3.686.400,00			
45906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	943.164,70			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	240.587.832,51			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	77.973.763,23			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Fazenda  
Coordenadoria do Tesouro Estadual  
Estado do Ceará

Consolidação Geral por Categoria, Grupo, Modalidade e Elemento de Despesa

Página 6 / 6  
Anexo 2  
Exercício 2013

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
45909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		527.673.309,92		
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		527.673.309,92		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	527.673.309,92			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
Total Geral:					18.395.140.660,60



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1-RECEITAS CORRENTES		16.673.313.533,85	16.234.031.342,20	0,00	439.282.191,65
11-RECEITA TRIBUTÁRIA		8.753.964.449,76	8.833.551.769,72	79.587.319,96	0,00
111-IMPOSTOS		8.354.143.973,98	8.475.674.730,00	121.530.756,02	0,00
1112-IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA		1.061.411.696,45	1.162.704.461,44	101.292.764,99	0,00
111204-IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		569.809.767,84	654.990.301,95	85.180.534,11	0,00
11120431-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO		568.879.541,84	632.916.503,04	64.036.961,20	0,00
11120431-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO		0,00	-75.285,67	0,00	-75.285,67
11120434-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS		930.226,00	22.149.084,58	21.218.858,58	0,00
111205-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES		452.716.397,77	459.630.044,87	6.913.647,10	0,00
11120500-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES		502.607.108,63	510.711.567,72	8.104.459,09	0,00
11120500-DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPVA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB		-49.890.710,86	-50.890.290,89	0,00	-999.580,03
11120500-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES		0,00	-191.231,96	0,00	-191.231,96
111207-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS		38.885.530,84	48.084.114,62	9.198.583,78	0,00
11120700-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS		48.606.913,55	59.510.672,61	10.903.759,06	0,00
11120700-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ITCD PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB		-9.721.382,71	-11.277.665,68	0,00	-1.556.282,97
11120700-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS		0,00	-148.892,31	0,00	-148.892,31
1113-IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO		7.292.732.277,53	7.312.970.268,56	20.237.991,03	0,00
111302-IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO		7.292.732.277,53	7.312.970.268,56	20.237.991,03	0,00
11130201-IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES		8.161.970.094,14	8.231.773.150,70	69.803.056,56	0,00
11130201-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ICMS PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB		-1.191.044.856,29	-1.229.039.642,48	0,00	-37.994.786,19
11130201-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO		0,00	-23.568.675,21	0,00	-23.568.675,21
11130202-ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA		321.807.039,68	333.805.435,55	11.998.395,87	0,00
112-TAXAS		399.820.475,78	357.877.039,72	0,00	41.943.436,06
1121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		58.783.786,60	43.035.908,11	0,00	15.747.878,49
112117-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	6.673,67	6.673,67	0,00
11211700-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	6.673,67	6.673,67	0,00
112121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		39.986.804,10	26.369.606,58	0,00	13.617.197,52
11212151-TAXA AMBIENTAIS		18.854.676,61	11.397.023,64	0,00	7.457.652,97
11212151-RESTITUIÇÃO DE TAXA AMBIENTAIS		0,00	-33.265,32	0,00	-33.265,32
11212152-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS		21.132.127,49	15.005.848,26	0,00	6.126.279,23



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
112131-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO		7.687.693,08	6.582.137,37	0,00	1.105.555,71
11213100-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO		7.687.693,08	6.582.137,37	0,00	1.105.555,71
112132-TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL		385.544,67	0,00	0,00	385.544,67
11213200-TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL		385.544,67	0,00	0,00	385.544,67
112137-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO		675.299,66	417.964,52	0,00	257.335,14
11213700-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO		675.299,66	417.964,52	0,00	257.335,14
112199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		10.048.445,09	9.659.525,97	0,00	388.919,12
11219953-TAXA DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - POLÍCIA CIVIL		0,00	118.060,76	118.060,76	0,00
11219956-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO		4.353.752,05	6.056.377,16	1.702.625,11	0,00
11219956-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO		0,00	-2.000.447,76	0,00	-2.000.447,76
11219957-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO		5.498.845,28	5.483.672,52	0,00	15.172,76
11219999-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		195.847,76	1.863,29	0,00	193.984,47
1122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		341.036.689,18	314.841.131,61	0,00	26.195.557,57
112208-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		48.132.317,92	53.849.073,14	5.716.755,22	0,00
11220800-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		48.132.317,92	53.882.697,56	5.750.379,64	0,00
11220800-RESTITUIÇÃO DE EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		0,00	-33.624,42	0,00	-33.624,42
112212-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS		9.017.263,13	0,00	0,00	9.017.263,13
11221200-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS		9.017.263,13	0,00	0,00	9.017.263,13
112221-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS		243.031,53	103.556,84	0,00	139.474,69
11222100-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS		243.031,53	103.719,84	0,00	139.311,69
11222100-RESTITUIÇÃO DE TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS		0,00	-163,00	0,00	-163,00
112229-EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS		22.464.235,16	25.405.839,48	2.941.604,32	0,00
11222951-VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE		22.464.235,16	25.340.618,47	2.876.383,31	0,00
11222952-EMOLUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS		0,00	65.221,01	65.221,01	0,00
112299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		261.179.841,44	235.482.662,15	0,00	25.697.179,29
11229951-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA		2.809.166,00	1.045.110,27	0,00	1.764.055,73
11229952-TAXA DE SAÚDE		158.591,54	145.273,16	0,00	13.318,38
11229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS		17.745.418,78	6.964.992,56	0,00	10.780.426,22
11229953-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS		0,00	-150,00	0,00	-150,00
11229954-TAXA DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL SANITÁRIA		23.471,74	0,00	0,00	23.471,74
11229955-TAXA DA LOTERIA ESTADUAL DO CEARÁ		7.173.000,00	3.000.000,00	0,00	4.173.000,00
11229957-TAXA DE SERVIÇOS GRÁFICOS		0,00	117.292,65	117.292,65	0,00
11229958-TAXAS DE FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS		1.990.000,00	1.437.964,62	0,00	552.035,38



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11229960-TAXA ANUAL DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO		2.014,49	18.226,04	16.211,55	0,00
11229962-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS		326.169,60	27.486,64	0,00	298.682,96
11229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		229.380.258,07	210.990.176,23	0,00	18.390.081,84
11229963-RESTITUIÇÃO DE TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		0,00	-73.225,72	0,00	-73.225,72
11229967-TAXA PELA EMISSÃO DE DOCUMENTOS		294.000,00	9.879,00	0,00	284.121,00
11229970-CONTRIBUIÇÃO DO FERMOJU - CORRENTE		0,00	97.643,35	97.643,35	0,00
11229971-EDITORIAL E GRÁFICA		0,00	7.821.347,73	7.821.347,73	0,00
11229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		1.277.751,22	3.882.094,98	2.604.343,76	0,00
11229999-XX		0,00	-1.449,36	0,00	-1.449,36
12-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		452.973.091,00	452.139.129,84	0,00	833.961,16
121-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		452.973.091,00	452.139.129,84	0,00	833.961,16
1210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		452.973.091,00	452.139.129,84	0,00	833.961,16
121029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO		450.052.629,00	449.611.282,89	0,00	441.346,11
12102907-CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO		325.934.616,00	292.875.261,99	0,00	33.059.354,01
12102908-CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR		72.689.407,00	76.372.795,66	3.683.388,66	0,00
12102909-CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO		34.839.612,00	47.514.091,07	12.674.479,07	0,00
12102910-CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO MILITAR		5.500.000,00	7.117.870,79	1.617.870,79	0,00
12102911-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO		9.088.994,00	24.135.229,67	15.046.235,67	0,00
12102912-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA MILITAR		2.000.000,00	1.596.033,71	0,00	403.966,29
121099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.920.462,00	2.527.846,95	0,00	392.615,05
12109952-CONTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS - OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS		2.920.462,00	2.355.834,45	0,00	564.627,55
12109954-CONTRIBUIÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA		0,00	172.012,50	172.012,50	0,00
13-RECEITA PATRIMONIAL		273.019.519,85	562.650.016,52	289.630.496,67	0,00
131-RECEITAS IMOBILIÁRIAS		3.221.011,72	2.343.127,21	0,00	877.884,51
1311-ALUGUÉIS		850.216,75	609.880,74	0,00	240.336,01
131100-ALUGUÉIS		850.216,75	609.880,74	0,00	240.336,01
13110000-ALUGUÉIS		850.216,75	609.880,74	0,00	240.336,01
1312-ARRENDAMENTOS		25.898,16	31.631,16	5.733,00	0,00
131200-ARRENDAMENTOS		25.898,16	31.631,16	5.733,00	0,00
13120000-ARRENDAMENTOS		25.898,16	31.631,16	5.733,00	0,00
1313-FOROS		0,00	1.162,19	1.162,19	0,00
131300-FOROS		0,00	1.162,19	1.162,19	0,00
13130000-FOROS		0,00	1.162,19	1.162,19	0,00

Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual Estado do Ceará			Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados			Página 4 / 19 Exercício 2013 Anexo 10	
Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos		
1314-LAUDÊMIOS		215.862,02	84.821,61	0,00	131.040,41		
131400-LAUDÊMIOS		215.862,02	84.821,61	0,00	131.040,41		
13140000-LAUDÊMIOS		215.862,02	84.821,61	0,00	131.040,41		
1319-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS		2.129.034,79	1.615.631,51	0,00	513.403,28		
131951-TAXA DE VISTORIA		492.000,00	680.065,64	188.065,64	0,00		
13195100-TAXA DE VISTORIA		492.000,00	680.065,64	188.065,64	0,00		
131952-TAXA DE ANUÊNCIA		1.226.856,76	325.331,35	0,00	901.525,41		
13195200-TAXA DE ANUÊNCIA		1.226.856,76	325.331,35	0,00	901.525,41		
131999-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS		410.178,03	610.234,52	200.056,49	0,00		
13199900-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS		410.178,03	610.234,52	200.056,49	0,00		
132-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		263.704.686,62	301.998.112,38	38.293.425,76	0,00		
1321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		208.687.875,43	153.006.814,29	0,00	55.681.061,14		
132100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		208.687.875,43	153.006.814,29	0,00	55.681.061,14		
13210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		208.687.875,43	153.006.814,29	0,00	55.681.061,14		
1322-DIVIDENDOS		7.339.100,08	4.872.056,97	0,00	2.467.043,11		
132200-DIVIDENDOS		7.339.100,08	4.872.056,97	0,00	2.467.043,11		
13220000-DIVIDENDOS		7.339.100,08	4.872.056,97	0,00	2.467.043,11		
1323-PARTICIPAÇÕES		950.319,49	0,00	0,00	950.319,49		
132300-PARTICIPAÇÕES		950.319,49	0,00	0,00	950.319,49		
13230000-PARTICIPAÇÕES		950.319,49	0,00	0,00	950.319,49		
1325-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		41.913.252,09	140.321.513,45	98.408.261,36	0,00		
132501-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS		41.913.252,09	140.155.672,67	98.242.420,58	0,00		
13250102-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDEB O		0,00	4.790.763,11	4.790.763,11	0,00		
13250103-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE		0,00	13.379.768,81	13.379.768,81	0,00		
13250109-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO (CIDE)		0,00	108.197,81	108.197,81	0,00		
13250110-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO NAC		0,00	134.174,42	134.174,42	0,00		
13250151-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – RECURSOS DO RPPS. FONTE 03		5.082.607,00	2.792.571,07	0,00	2.290.035,93		
13250152-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – RECURSOS		27.581.021,43	24.605.327,29	0,00	2.975.694,14		
13250153-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 14.415/09 . FONTE 15		2.860.648,36	4.781.710,84	1.921.062,48	0,00		
13250154-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIOS		0,00	72.466.268,73	72.466.268,73	0,00		



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
13250155-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIOS FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83		5.155.651,74	9.040.617,78	3.884.966,04	0,00
13250155-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIOS FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83		0,00	-241.322,61	0,00	-241.322,61
13250156-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIOS		0,00	248,94	248,94	0,00
13250157-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIOS COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM. INDIRETA - FONTE 87		160.000,00	2.891,33	0,00	157.108,67
13250159-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIOS COM ÓRGÃO PRIVADO - ADM. INDIRETA - FONTE 89		1.073.323,56	155.169,79	0,00	918.153,77
13250162-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE		0,00	982.125,61	982.125,61	0,00
13250165-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – MEDIDAS C		0,00	1.902.559,54	1.902.559,54	0,00
13250166-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SALÁRIO E		0,00	2.218.727,53	2.218.727,53	0,00
13250167-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SELOS DE AUTENTICIDADE - FT 29		0,00	33.342,44	33.342,44	0,00
13250168-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE		0,00	3.002.530,24	3.002.530,24	0,00
132502-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS		0,00	165.840,78	165.840,78	0,00
13250201-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE POUPANÇA		0,00	165.840,78	165.840,78	0,00
1329-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		4.814.139,53	3.797.727,67	0,00	1.016.411,86
132900-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		0,00	3.797.727,67	3.797.727,67	0,00
13290000-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		0,00	3.797.727,67	3.797.727,67	0,00
132951-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - LEI 13.979/2007		4.814.139,53	0,00	0,00	4.814.139,53
13295100-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - LEI 13.979/2007		4.814.139,53	0,00	0,00	4.814.139,53
133-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		0,00	177.542,05	177.542,05	0,00
1331-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS		0,00	177.542,05	177.542,05	0,00
133101-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS DE TRANSPORTE		0,00	177.542,05	177.542,05	0,00
13310105-RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO LOCAL E INTERMUNICIPAL		0,00	177.542,05	177.542,05	0,00
136-RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS		6.093.821,51	252.722.133,02	246.628.311,51	0,00
1361-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS		6.093.821,51	252.722.133,02	246.628.311,51	0,00
136151-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E FORNECEDORES		6.093.821,51	201.722.133,02	195.628.311,51	0,00
13615100-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E FORNECEDORES		6.093.821,51	201.722.133,02	195.628.311,51	0,00
136152-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA ÚNICA		0,00	51.000.000,00	51.000.000,00	0,00
13615200-RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA ÚNICA		0,00	51.000.000,00	51.000.000,00	0,00
139-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	5.409.101,86	5.409.101,86	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1390-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	5.409.101,86	5.409.101,86	0,00
139051-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.		0,00	5.409.101,86	5.409.101,86	0,00
13905100-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS.		0,00	5.409.101,86	5.409.101,86	0,00
16-RECEITA DE SERVIÇOS		20.638.528,69	47.673.947,36	27.035.418,67	0,00
160-RECEITA DE SERVIÇOS		20.638.528,69	47.673.947,36	27.035.418,67	0,00
1600-RECEITA DE SERVIÇOS		20.638.528,69	47.673.947,36	27.035.418,67	0,00
160001-SERVIÇOS COMERCIAIS		1.775.790,00	1.223.749,44	0,00	552.040,56
16000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS		1.775.790,00	1.223.749,44	0,00	552.040,56
160004-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO		513.066,02	352.372,42	0,00	160.693,60
16000403-OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO		513.066,02	352.372,42	0,00	160.693,60
160005-SERVIÇOS DE SAÚDE		0,00	150.908,38	150.908,38	0,00
16000503-SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS		0,00	150.908,38	150.908,38	0,00
160008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		0,00	693.473,37	693.473,37	0,00
16000851-CO-LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		0,00	2,24	2,24	0,00
16000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS		0,00	693.471,13	693.471,13	0,00
160012-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS		3.596.128,88	0,00	0,00	3.596.128,88
16001200-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS		3.596.128,88	0,00	0,00	3.596.128,88
160013-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		40.000,00	153.788,77	113.788,77	0,00
16001301-SERVIÇOS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS		0,00	72.230,25	72.230,25	0,00
16001302-SERVIÇOS DE VENDA DE EDITAIS		0,00	8.969,71	8.969,71	0,00
16001399-OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		40.000,00	72.588,81	32.588,81	0,00
160015-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA		76.647,42	7.631,80	0,00	69.015,62
16001500-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA		76.647,42	7.631,80	0,00	69.015,62
160019-SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS		0,00	9.963.176,21	9.963.176,21	0,00
16001951-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE CONVENÇÕES		0,00	96.552,16	96.552,16	0,00
16001952-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE TURISMO		0,00	279.784,37	279.784,37	0,00
16001954-EQUIPAM. TURÍSTICOS - TELEFÉRICO DE UBAIARA		0,00	212.417,20	212.417,20	0,00
16001956-EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS - CENTRO DE EVENTOS		0,00	9.374.422,48	9.374.422,48	0,00
160020-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS		1.722.000,00	1.449.529,96	0,00	272.470,04
16002002-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES VINCULADAS A ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		1.722.000,00	1.449.529,96	0,00	272.470,04
160021-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO		1.041.000,00	346.623,00	0,00	694.377,00
16002100-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO		1.041.000,00	346.623,00	0,00	694.377,00
160022-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS		0,00	1,00	1,00	0,00





Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
16002200-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS		0,00	1,00	1,00	0,00
160024-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		2.512.267,35	7.583.535,75	5.071.268,40	0,00
16002400-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		2.512.267,35	7.588.304,75	5.076.037,40	0,00
16002400-RESTITUIÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		0,00	-4.769,00	0,00	-4.769,00
160039-SERVIÇOS VETERINÁRIOS		35.000,00	49.338,05	14.338,05	0,00
16003900-SERVIÇOS VETERINÁRIOS		35.000,00	49.338,05	14.338,05	0,00
160050-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		274.000,00	1.138.232,42	864.232,42	0,00
16005000-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		274.000,00	1.138.232,42	864.232,42	0,00
160099-OUTROS SERVIÇOS		9.052.629,02	24.561.586,79	15.508.957,77	0,00
16009951-SERVIÇO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA		2.931.629,02	2.148.629,87	0,00	782.999,15
16009953-FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES		25.000,00	218.244,70	193.244,70	0,00
16009954-SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		1.933.000,00	3.147.434,83	1.214.434,83	0,00
16009999-OUTROS SERVIÇOS		4.163.000,00	20.580.314,72	16.417.314,72	0,00
16009999-RESTITUIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS		0,00	-1.533.037,33	0,00	-1.533.037,33
17-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.685.748.490,68	5.902.878.021,27	0,00	782.870.469,41
172-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		6.374.306.263,35	5.769.787.428,13	0,00	604.518.835,22
1721-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		5.138.665.219,26	4.533.996.234,36	0,00	604.668.984,90
172101-PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO		4.334.014.287,93	3.938.041.565,80	0,00	395.972.722,13
17210101-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL		5.332.233.829,37	4.888.591.908,78	0,00	443.641.920,59
17210101-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - FPE		-1.066.446.765,87	-977.718.381,50	-88.728.384,37	0,00
17210112-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE		41.051.592,20	29.507.365,77	0,00	11.544.226,43
17210112-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPI EXPORTAÇÃO		-6.157.738,83	-4.426.104,69	-1.731.634,14	0,00
17210113-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		33.333.333,33	2.085.605,03	0,00	31.247.728,30
17210132-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS		37,73	1.172,41	1.134,68	0,00
172122-TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		3.599.637,68	39.188.576,41	35.588.938,73	0,00
17212220-COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM		0,00	923.010,98	923.010,98	0,00
17212230-COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO - LEI Nº		3.599.637,68	11.450.544,80	7.850.907,12	0,00
17212240-COTA-PARTE ROYALTIES PELO EXCEDENTE DA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI Nº 9.478/97, A		0,00	7.697.649,99	7.697.649,99	0,00
17212270-COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP		0,00	19.117.370,64	19.117.370,64	0,00
172133-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO		608.043.160,67	385.117.542,13	0,00	222.925.618,54
17213331-ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA		3.566.374,23	0,00	0,00	3.566.374,23



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
17213335-ATENÇÃO BÁSICA - FATOR INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA - POVOS INDÍGENAS		5.000,00	0,00		5.000,00
17213336-ATENÇÃO BÁSICA - INCENTIVO ATENÇÃO À SAÚDE - SISTEMA PENITENCIÁRIO		626.000,00	572.670,00	0,00	53.330,00
17213341-MAC TF - TETO FINANCEIRO		447.627.593,03	278.970.187,15	0,00	168.657.405,88
17213342-MAC TF - SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA		0,00	9.459.125,00	9.459.125,00	0,00
17213343-MAC TF - CEO - CENTRO ESPEC. ODONTOLÓGICA		0,00	5.220.600,00	5.220.600,00	0,00
17213345-MAC TF - CEREST - CENTRO DE REF. EM SAÚDE DO TRABALHADOR		0,00	530.000,00	530.000,00	0,00
17213349-MAC TF - OUTROS PROGRAMAS FINANC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO		0,00	48.070,56	48.070,56	0,00
17213358-MAC FAEC - TRANSPLANTES - OUTROS		0,00	686.785,20	686.785,20	0,00
17213359-MAC FAEC - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO		560.000,00	7.121.684,92	6.561.684,92	0,00
17213361-V SAÚDE - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE		4.515.767,26	0,00	0,00	4.515.767,26
17213362-V SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		12.115.008,00	5.105.237,08	0,00	7.009.770,92
17213363-V SAÚDE - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)		0,00	20.208.172,95	20.208.172,95	0,00
17213371-A FARM - COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		51.666.171,06	28.559.306,64	0,00	23.106.864,42
17213372-A FARM - COMPONENTE ESTRATÉGICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		14.981.010,00	0,00	0,00	14.981.010,00
17213373-A FARM - COMPONENTE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL		65.587.768,00	24.488.531,93	0,00	41.099.236,07
17213381-G SUS - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SUS		4.276.134,86	2.595.639,07	0,00	1.680.495,79
17213382-G SUS - IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		2.516.334,23	0,00	0,00	2.516.334,23
17213389-G SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)		0,00	1.551.531,63	1.551.531,63	0,00
172134-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		4.641.280,00	1.958.382,04	0,00	2.682.897,96
17213400-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		4.641.280,00	1.958.382,04	0,00	2.682.897,96
172135-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE		102.487.339,87	112.287.570,77	9.800.230,90	0,00
17213501-TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		50.332.500,16	43.702.283,85	0,00	6.630.216,31
17213502-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA		0,00	5.100,00	5.100,00	0,00
17213503-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÕES		0,00	34.863.091,20	34.863.091,20	0,00
17213504-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANS		0,00	648.750,53	648.750,53	0,00
17213599-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO -		52.154.839,71	33.068.345,19	0,00	19.086.494,52
172136-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96		22.188.493,64	19.057.077,08	0,00	3.131.416,56
17213600-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96		26.104.110,16	23.821.346,27	0,00	2.282.763,89
17213600-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO - L.C 87/96		-3.915.616,52	-4.764.269,19	0,00	-848.652,67
172199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		63.691.019,47	38.345.520,13	0,00	25.345.499,34



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
17219951-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL		52.273.292,78	46.501.416,86	0,00	5.771.875,92
17219951-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL		0,00	-10.408.015,94	0,00	-10.408.015,94
17219952-TRANSFERÊNCIAS ORIUNDAS DA LEI PELÉ		2.627.000,00	2.252.119,21	0,00	374.880,79
17219999-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		8.790.726,69	0,00	0,00	8.790.726,69
1723-TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		0,00	47.294.072,05	47.294.072,05	0,00
172301-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	47.294.072,05	47.294.072,05	0,00
17230100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	48.253.785,89	48.253.785,89	0,00
17230100-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	-959.713,84	0,00	-959.713,84
1724-TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS		1.235.641.044,09	1.188.497.121,72	0,00	47.143.922,37
172401-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB		924.804.739,09	903.082.506,48	0,00	21.722.232,61
17240100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO		924.804.739,09	903.082.506,48	0,00	21.722.232,61
172402-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB		310.836.305,00	285.414.615,24	0,00	25.421.689,76
17240200-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E D		310.836.305,00	0,00	0,00	310.836.305,00
17240251-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO		0,00	238.154.985,54	238.154.985,54	0,00
17240252-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	47.259.629,70	47.259.629,70	0,00
173-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		20.000.000,00	8.607.118,48	0,00	11.392.881,52
1730-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		20.000.000,00	8.607.118,48	0,00	11.392.881,52
173000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		20.000.000,00	8.607.118,48	0,00	11.392.881,52
17300000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		20.000.000,00	8.607.118,48	0,00	11.392.881,52
175-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		1.884.204,54	756.563,57	0,00	1.127.640,97
1750-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		1.884.204,54	756.563,57	0,00	1.127.640,97
175000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		1.884.204,54	756.563,57	0,00	1.127.640,97
17500000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		1.884.204,54	756.563,57	0,00	1.127.640,97
176-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		289.558.022,79	123.726.911,09	0,00	165.831.111,70
1761-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		286.379.801,55	120.421.658,43	0,00	165.958.143,12
176101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		5.320.669,10	7.601.082,73	2.280.413,63	0,00
17610100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		5.320.669,10	7.906.671,61	2.586.002,51	0,00
17610100-XXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		0,00	-305.588,88	0,00	-305.588,88
176102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		76.925.026,89	25.431.846,36	0,00	51.493.180,53
17610200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		76.925.026,89	25.431.846,36	0,00	51.493.180,53



Especificação					Arrecadado	Para Mais	Para Menos
					0,00	204.904,77	0,00
176103-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
17610300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
17610300-XXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX					0,00		-170.692,81
176104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME					54.158.730,91		39.578.675,97
17610400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME					54.158.730,91		39.578.675,97
176105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO					1.000,00	0,00	1.000,00
17610500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO					1.000,00	0,00	1.000,00
176199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO					149.974.374,65		77.370.605,02
17619900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO					149.974.374,65		76.250.564,24
17619900-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO					0,00		-1.120.040,78
1762-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES					-3.709,98	3.709,98	0,00
176299-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS					-3.709,98	3.709,98	0,00
17629900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS					-3.709,98	3.709,98	0,00
1763-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES					1.890.000,00		199.668,03
176300-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES					1.890.000,00		199.668,03
17630000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES					1.890.000,00		199.668,03
1764-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS					1.291.931,22	322.989,47	0,00
176400-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS					1.291.931,22	322.989,47	0,00
17640000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS					1.291.931,22	322.989,47	0,00
19-OUTRAS RECEITAS CORRENTES					486.969.453,87		51.830.996,38
191-MULTAS E JUROS DE MORA					189.884.053,71	4.338.063,08	0,00
1911-MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS					108.670.585,35		47.043.811,80
191120-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS					342.106,89		0,00
19112051-MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD					169.173,74	1.179.044,65	0,00
19112051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD PARA O FUNDEB					-33.834,75	0,00	-235.808,93
19112052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - ITCD					206.767,90		189.458,42
191141-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA					5.673.812,61	5.956.543,70	0,00
19114151-MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA					2.673.524,27	10.249.093,85	0,00
19114151-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA PARA O FUNDEB					-267.352,43	0,00	-1.024.909,38
19114152-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - IPVA					3.267.640,77	0,00	3.267.640,77



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
191142-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS		102.523.198,19	48.900.533,05	0,00	53.622.665,14
19114251-MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS		49.710.041,31	22.444.801,90	0,00	27.265.239,41
19114251-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS PARA O FUNDEB		-7.456.506,20	-3.366.720,29	-4.089.785,91	0,00
19114252-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - ICMS		60.269.663,08	29.725.164,32	0,00	30.544.498,76
19114253-MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS - FECOP		0,00	97.287,12	97.287,12	0,00
191199-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS		131.467,66	0,00	0,00	131.467,66
19119901-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS		131.467,66	0,00	0,00	131.467,66
1913-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS		15.537.222,46	11.725.966,57	0,00	3.811.255,89
191314-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA		783.453,12	2.193.664,22	1.410.211,10	0,00
19131451-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA		345.051,03	2.437.404,69	2.092.353,66	0,00
19131451-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA PARA O FUNDEB		-34.505,10	-243.740,47	0,00	-209.235,37
19131452-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA - IPVA		472.907,19	0,00	0,00	472.907,19
191315-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS		14.714.611,07	8.865.548,62	0,00	5.849.062,45
19131551-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS		6.652.949,36	4.614.156,08	0,00	2.038.793,28
19131551-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PARA O FUNDEB		-997.942,40	-692.123,41	-305.818,99	0,00
19131552-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS		9.059.604,11	4.942.565,31	0,00	4.117.038,80
19131553-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS - FECOP		0,00	950,64	950,64	0,00
191320-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS		31.428,00	666.753,73	635.325,73	0,00
19132051-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD		21.785,30	833.442,16	811.656,86	0,00
19132051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD PARA O FUNDEB		-4.357,06	-166.688,43	0,00	-162.331,37
19132052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD		13.999,76	0,00	0,00	13.999,76
191399-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		7.730,27	0,00	0,00	7.730,27
19139900-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		7.730,27	0,00	0,00	7.730,27
1915-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS		0,00	3.714.491,56	3.714.491,56	0,00
191599-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS		0,00	3.714.491,56	3.714.491,56	0,00
19159951-MULTAS DECORRENTES DA DÍVIDA ATIVA		0,00	3.714.491,56	3.714.491,56	0,00
1918-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS		4.441.045,90	263.799,85	0,00	4.177.246,05
191899-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA		4.441.045,90	263.799,85	0,00	4.177.246,05
19189900-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA		4.441.045,90	263.799,85	0,00	4.177.246,05
1919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		61.235.200,00	116.891.085,26	55.655.885,26	0,00
191910-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA		160.000,00	550.856,97	390.856,97	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19191000-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA		160.000,00	550.856,97	390.856,97	0,00
191915-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		54.375.200,00	61.265.957,47	6.890.757,47	0,00
19191500-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		54.375.200,00	61.488.122,76	7.112.922,76	0,00
19191500-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		0,00	-222.165,29	0,00	-222.165,29
191926-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS		5.500.000,00	1.666.589,91	0,00	3.833.410,09
19192602-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS		5.500.000,00	1.686.488,90	0,00	3.813.511,10
19192602-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS		0,00	-19.898,99	0,00	-19.898,99
191927-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS		0,00	189.295,27	189.295,27	0,00
19192700-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS		0,00	189.295,27	189.295,27	0,00
191935-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE		1.200.000,00	1.025.922,78	0,00	174.077,22
19193500-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE		1.200.000,00	1.025.922,78	0,00	174.077,22
191948-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS		0,00	33.986,50	33.986,50	0,00
19194800-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS		0,00	33.986,50	33.986,50	0,00
191999-OUTRAS MULTAS		0,00	52.158.476,36	52.158.476,36	0,00
19199951-MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS		0,00	51.925.947,87	51.925.947,87	0,00
19199999-OUTRAS MULTAS CONTRATUAIS		0,00	232.528,49	232.528,49	0,00
192-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		85.778.718,23	96.697.076,33	10.918.358,10	0,00
1921-INDENIZAÇÕES		20.220.063,96	60.157,46	0,00	20.159.906,50
192199-OUTRAS INDENIZAÇÕES		20.220.063,96	60.157,46	0,00	20.159.906,50
19219900-OUTRAS INDENIZAÇÕES		20.220.063,96	60.157,46	0,00	20.159.906,50
1922-RESTITUIÇÕES		65.558.654,27	96.636.918,87	31.078.264,60	0,00
192201-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS		0,00	10.787.024,23	10.787.024,23	0,00
19220100-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS		0,00	10.793.403,22	10.793.403,22	0,00
19220100-RESTITUIÇÃO DE RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS		0,00	-6.378,99	0,00	-6.378,99
192203-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP		0,00	572.687,20	572.687,20	0,00
19220300-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP		0,00	572.687,20	572.687,20	0,00
192207-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	222.390,34	222.390,34	0,00
19220700-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	222.390,34	222.390,34	0,00
192210-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		33.190.800,00	39.015.205,08	5.824.405,08	0,00
19221000-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		33.190.800,00	0,00	0,00	33.190.800,00
19221001-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNC		0,00	39.015.205,08	39.015.205,08	0,00
192299-OUTRAS RESTITUIÇÕES		32.367.854,27	46.039.612,02	13.671.757,75	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19229951-RESTITUIÇÕES AO FUNDEB		0,00	6.536.484,24	6.536.484,24	0,00
19229952-RESTITUIÇÕES DE FOLHA DE PAGAMENTO		0,00	467.625,21	467.625,21	0,00
19229953-RESTITUIÇÕES DE VALE-TRANSPORTE		0,00	6.927.639,98	6.927.639,98	0,00
19229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO		0,00	24.714.931,96	24.714.931,96	0,00
19229957-DEVOLUÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	153.318,73	153.318,73	0,00
19229960-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS CONCEDIDAS		0,00	121.576,54	121.576,54	0,00
19229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES		32.367.854,27	8.966.689,10	0,00	23.401.165,17
19229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RESTITUIÇÕES		0,00	-1.848.653,74	0,00	-1.848.653,74
193-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		29.920.254,75	89.018.570,77	59.098.316,02	0,00
1931-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		29.154.507,10	78.496.385,50	49.341.878,40	0,00
193107-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS		0,00	3.123,62	3.123,62	0,00
19310700-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS		0,00	3.123,62	3.123,62	0,00
193114-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS		1.539.849,81	8.550.841,55	7.010.991,74	0,00
AUTOMOTORES - IPVA		1.710.944,23	9.500.935,06	7.789.990,83	0,00
19311400-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS		-171.094,42	-950.093,51	0,00	-778.999,09
193115-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS		26.177.464,34	66.483.612,39	40.306.148,05	0,00
19311500-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS		-4.619.552,53	0,00	-4.619.552,53	0,00
19311500-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS		0,00	-11.732.086,31	0,00	-11.732.086,31
19311551-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO D		30.797.016,87	78.213.908,72	47.416.891,85	0,00
19311552-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS - FECOP		0,00	1.789,98	1.789,98	0,00
193120-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS		1.095.005,14	3.458.807,94	2.363.802,80	0,00
19312000-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE		1.368.756,42	4.323.509,93	2.954.753,51	0,00
19312000-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD		-273.751,28	-864.701,99	0,00	-590.950,71
193199-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		342.187,81	0,00	0,00	342.187,81
19319901-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL		342.187,81	0,00	0,00	342.187,81
1932-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		765.747,65	10.522.185,27	9.756.437,62	0,00
193299-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS		765.747,65	10.522.185,27	9.756.437,62	0,00
19329901-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL		765.747,65	10.521.041,38	9.755.293,73	0,00
19329902-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - ADMINISTRATIVA		0,00	1.143,89	1.143,89	0,00
199-RECEITAS DIVERSAS		181.386.427,18	55.200.693,60	0,00	126.185.733,58



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1990-RECEITAS DIVERSAS		181.386.427,18	55.200.693,60	0,00	126.185.733,58
199002-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS		0,00	22.335,16	22.335,16	0,00
19900201-RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS		0,00	9.793,08	9.793,08	0,00
19900202-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA		0,00	12.542,08	12.542,08	0,00
199021-RECEITA DE SEGUROS DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO POR SINISTRO		0,00	2.382.490,89	2.382.490,89	0,00
19902100-RECEITA DE SEGUROS DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO POR SINISTRO		0,00	2.382.490,89	2.382.490,89	0,00
199022-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS		0,00	17.403,74	17.403,74	0,00
19902200-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS		0,00	17.403,74	17.403,74	0,00
199051-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA		0,00	698.740,00	698.740,00	0,00
19905100-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA		0,00	698.740,00	698.740,00	0,00
199052-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ		0,00	337.223,44	337.223,44	0,00
19905200-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ		0,00	337.223,44	337.223,44	0,00
199098-OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS		23.544.517,59	0,00	0,00	23.544.517,59
19909800-OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS		23.544.517,59	0,00	0,00	23.544.517,59
199099-OUTRAS RECEITAS		157.841.909,59	51.742.500,37	0,00	106.099.409,22
19909951-DEPÓSITOS JUDICIAIS		139.557.269,64	0,00	0,00	139.557.269,64
19909953-RETORNO DO FDI		0,00	11.323.713,90	11.323.713,90	0,00
19909954-ENCARGOS DO FDI		0,00	2.766.299,29	2.766.299,29	0,00
19909955-PARTICIPAÇÃO NOS ENCARGOS DO FDI - DIFERIDO		13.300.000,00	18.400.146,17	5.100.146,17	0,00
19909956-RECEITA SOBRE PROGRAMA DE SEMENTES		3.906.344,00	268.711,54	0,00	3.637.632,46
19909957-SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	9.057.887,11	9.057.887,11	0,00
19909959-SPREAD SOBRE RENDIMENTOS DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS		1.078.295,95	755.407,61	0,00	322.888,34
19909960-RENDAS		0,00	175.046,59	175.046,59	0,00
19909962-RECEITA DE APONTAMENTOS, PROTESTOS E CANCELAMENTOS		0,00	412.922,16	412.922,16	0,00
19909966-PROGRAMA DO LEITE		0,00	861,60	861,60	0,00
19909967-RECURSOS DE EMPRESAS CONSIGNATÁRIAS		0,00	395,65	395,65	0,00
19909968-RESSARCIMENTO		0,00	728.244,64	728.244,64	0,00
19909970-PATROCÍNIOS		0,00	95.000,00	95.000,00	0,00
19909971-SALDOS TRANSFERIDOS DE UNIDADES EXTINTAS		0,00	1.659.052,36	1.659.052,36	0,00
19909998-OUTRAS RECEITA FECOP		0,00	101.240,46	101.240,46	0,00
19909999-OUTRAS RECEITAS		0,00	6.345.545,80	6.345.545,80	0,00
19909999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RECEITAS		0,00	-347.974,51	0,00	-347.974,51
2-RECEITAS DE CAPITAL		2.784.179.486,13	1.862.334.904,81	0,00	921.844.581,32





Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
21-OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	0,00	266.248.094,06
211-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.027.539.169,52	697.515.860,10	0,00	330.023.309,42
2114-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS		1.027.539.169,52	697.515.860,10	0,00	330.023.309,42
211401-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		114.935.547,53	7.712.630,99	0,00	107.222.916,54
21140100-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		114.935.547,53	7.712.630,99	0,00	107.222.916,54
211402-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE		6.133.705,00	0,00	0,00	6.133.705,00
21140200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE		6.133.705,00	0,00	0,00	6.133.705,00
211403-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO		7.908.821,47	205.765,91	0,00	7.703.055,56
21140300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO		7.908.821,47	205.765,91	0,00	7.703.055,56
211404-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		36.400.000,00	0,00	0,00	36.400.000,00
21140400-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		36.400.000,00	0,00	0,00	36.400.000,00
211405-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		18.304.357,20	0,00	0,00	18.304.357,20
21140500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		18.304.357,20	0,00	0,00	18.304.357,20
211407-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR		130.553.400,00	469.013,02	0,00	130.084.386,98
21140700-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR		130.553.400,00	469.013,02	0,00	130.084.386,98
211499-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS		713.303.338,32	689.128.450,18	0,00	24.174.888,14
21149952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA		0,00	102.636.120,00	102.636.120,00	0,00
21149953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES		0,00	45.264.738,62	45.264.738,62	0,00
21149957-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVEST. BB		26.088.866,97	348.396.207,42	322.307.340,45	0,00
21149958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES - ESTADOS		0,00	186.252.147,96	186.252.147,96	0,00
21149999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS		687.214.471,35	6.579.236,18	0,00	680.635.235,17
212-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		429.234.153,43	493.009.368,79	63.775.215,36	0,00
2123-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS		429.234.153,43	493.009.368,79	63.775.215,36	0,00
212302-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE		16.394.956,68	29.040.858,75	12.645.902,07	0,00
21230200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE		16.394.956,68	29.040.858,75	12.645.902,07	0,00
212303-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO		89.546.830,38	2.936.618,99	0,00	86.610.211,39
21230300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO		89.546.830,38	2.936.618,99	0,00	86.610.211,39
212304-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		52.501.566,90	0,00	0,00	52.501.566,90
21230400-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		52.501.566,90	0,00	0,00	52.501.566,90
212305-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		218.207.549,51	5.513.344,36	0,00	212.694.205,15
21230500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		218.207.549,51	5.513.344,36	0,00	212.694.205,15
212399-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS		52.583.249,96	455.518.546,69	402.935.296,73	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
21239951-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TURISMO		0,00	40.099.252,38	40.099.252,38	0,00
21239952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA		0,00	7.456.151,14	7.456.151,14	0,00
21239953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES		0,00	1.019.250,00	1.019.250,00	0,00
21239954-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL		0,00	42.250.723,86	42.250.723,86	0,00
21239956-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - SWAP		47.535.908,39	0,00	0,00	47.535.908,39
21239958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORCEARÁ		0,00	222.204.955,00	222.204.955,00	0,00
21239999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS		5.047.341,57	142.488.214,31	137.440.872,74	0,00
22-ALIENAÇÃO DE BENS		142.769,08	1.791.919,93	1.649.150,85	0,00
221-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		142.769,08	22.325,38	0,00	120.443,70
2210-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		106.825,88	22.325,38	0,00	84.500,50
221000-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		106.825,88	22.325,38	0,00	84.500,50
22100000-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		106.825,88	22.325,38	0,00	84.500,50
2219-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS		35.943,20	0,00	0,00	35.943,20
221900-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS		35.943,20	0,00	0,00	35.943,20
22190000-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS		35.943,20	0,00	0,00	35.943,20
222-ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	1.769.594,55	1.769.594,55	0,00
2225-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS		0,00	1.769.594,55	1.769.594,55	0,00
222500-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS		0,00	1.769.594,55	1.769.594,55	0,00
22250000-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS		0,00	1.769.594,55	1.769.594,55	0,00
23-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	94.378,61	94.378,61	0,00
230-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	94.378,61	94.378,61	0,00
2300-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	94.378,61	94.378,61	0,00
230099-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS		0,00	94.378,61	94.378,61	0,00
23009900-AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS		0,00	94.378,61	94.378,61	0,00
24-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.324.146.654,62	669.923.377,38	0,00	654.223.277,24
242-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		0,00	16.967.674,20	16.967.674,20	0,00
2421-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		0,00	16.967.674,20	16.967.674,20	0,00
242101-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	16.967.674,20	16.967.674,20	0,00
24210100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		0,00	16.967.674,20	16.967.674,20	0,00
247-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.324.146.654,62	652.955.703,18	0,00	671.190.951,44
2471-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		1.320.464.542,80	645.307.079,96	0,00	675.157.462,84
247101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		8.728.500,00	0,00	0,00	8.728.500,00
24710100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		8.728.500,00	0,00	0,00	8.728.500,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
247102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		171.887.223,00	187.134.190,53	15.246.967,53	0,00
24710200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		171.887.223,00	187.134.190,53	15.246.967,53	0,00
247103-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO		112.828.794,51	150.949.407,13	38.120.612,62	0,00
24710300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO		112.828.794,51	150.949.407,13	38.120.612,62	0,00
247104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		0,00	6.838.756,17	6.838.756,17	0,00
24710400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		0,00	6.838.756,17	6.838.756,17	0,00
247105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE		86.391.834,91	55.027.178,85	0,00	31.364.656,06
24710500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA E		86.391.834,91	55.027.178,85	0,00	31.364.656,06
247199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO		940.628.190,38	245.357.547,28	0,00	695.270.643,10
24719900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO		940.628.190,38	245.389.984,59	0,00	695.238.205,79
24719900-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO		0,00	-32.437,31	0,00	-32.437,31
2474-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.660.988,78	0,00	0,00	1.660.988,78
247400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.660.988,78	0,00	0,00	1.660.988,78
24740000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.660.988,78	0,00	0,00	1.660.988,78
2475-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO EXTERIOR		2.021.123,04	0,00	0,00	2.021.123,04
247500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO EXTERIOR		2.021.123,04	0,00	0,00	2.021.123,04
24750000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO EXTERIOR		2.021.123,04	0,00	0,00	2.021.123,04
2476-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME		0,00	7.648.623,22	7.648.623,22	0,00
247600-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME		0,00	7.648.623,22	7.648.623,22	0,00
24760000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME		0,00	7.648.623,22	7.648.623,22	0,00
25-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		3.116.739,48	0,00	0,00	3.116.739,48
259-OUTRAS RECEITAS		3.116.739,48	0,00	0,00	3.116.739,48
2590-OUTRAS RECEITAS		3.116.739,48	0,00	0,00	3.116.739,48
259099-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		3.116.739,48	0,00	0,00	3.116.739,48
25909900-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		3.116.739,48	0,00	0,00	3.116.739,48
7-RECEITAS CORRENTES		787.441.059,83	806.895.429,48	19.454.369,65	0,00
71-RECEITA TRIBUTÁRIA		5.023.975,32	1.658.627,67	0,00	3.365.347,65
712-TAXAS		5.023.975,32	1.658.627,67	0,00	3.365.347,65
7121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		1.575.323,39	888.119,65	0,00	687.203,74



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
712121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		1.575.323,39	885.531,75	0,00	689.791,64
71212151-TAXA AMBIENTAIS		1.575.323,39	48.591,60	0,00	1.526.731,79
71212152-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS		0,00	836.940,15	836.940,15	0,00
712199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		0,00	2.587,90	2.587,90	0,00
71219954-TAXA DE VISTORIA		0,00	2.587,90	2.587,90	0,00
7122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		3.448.651,93	770.508,02	0,00	2.678.143,91
712208-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		17.000,00	66.632,46	49.632,46	0,00
71220800-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		17.000,00	66.632,46	49.632,46	0,00
712299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		3.431.651,93	703.875,56	0,00	2.727.776,37
71229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS		2.110,00	0,00	0,00	2.110,00
71229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		3.234.541,93	691.489,57	0,00	2.543.052,36
71229963-RESTITUIÇÃO DE TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		0,00	-824,01	0,00	-824,01
71229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		195.000,00	13.210,00	0,00	181.790,00
72-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		775.292.843,00	757.680.207,76	0,00	17.612.635,24
721-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		775.292.843,00	757.680.207,76	0,00	17.612.635,24
7210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		775.292.843,00	757.680.207,76	0,00	17.612.635,24
721029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO		772.362.882,00	755.100.028,60	0,00	17.262.853,40
72102901-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO		630.903.899,00	593.146.014,13	0,00	37.757.884,87
72102901-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO		0,00	-447.685,02	0,00	-447.685,02
72102902-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR		141.458.983,00	162.402.612,86	20.943.629,86	0,00
72102902-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR		0,00	-913,37	0,00	-913,37
721099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.929.961,00	2.580.179,16	0,00	349.781,84
72109951-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP		2.796.401,00	2.057.555,33	0,00	738.845,67
72109959-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		133.560,00	522.623,83	389.063,83	0,00
73-RECEITA PATRIMONIAL		142.857,14	0,00	0,00	142.857,14
732-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		142.857,14	0,00	0,00	142.857,14
7321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		142.857,14	0,00	0,00	142.857,14
732100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		142.857,14	0,00	0,00	142.857,14
73210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		142.857,14	0,00	0,00	142.857,14
76-RECEITA DE SERVIÇOS		4.588.884,37	5.188.179,65	599.295,28	0,00
760-RECEITA DE SERVIÇOS		4.588.884,37	5.188.179,65	599.295,28	0,00
7600-RECEITA DE SERVIÇOS		4.588.884,37	5.188.179,65	599.295,28	0,00
760001-SERVIÇOS COMERCIAIS		0,00	1.584,30	1.584,30	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
76000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS		0,00	1.584,30	1.584,30	0,00
760008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		0,00	4.170.804,60	4.170.804,60	0,00
76000852-SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET		0,00	1,90	1,90	0,00
76000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS		0,00	4.170.802,70	4.170.802,70	0,00
760012-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS		181.584,37	0,00	0,00	181.584,37
76001200-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS		181.584,37	0,00	0,00	181.584,37
760024-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		4.407.300,00	1.185,00	0,00	4.406.115,00
76002400-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO		4.407.300,00	1.185,00	0,00	4.406.115,00
760099-OUTROS SERVIÇOS		0,00	1.014.605,75	1.014.605,75	0,00
76009954-SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE CONCURSOS E P. SELETIVOS		0,00	1.014.605,75	1.014.605,75	0,00
79-OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.392.500,00	42.368.414,40	39.975.914,40	0,00
791-MULTAS E JUROS DE MORA		0,00	14.532,30	14.532,30	0,00
7919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		0,00	14.532,30	14.532,30	0,00
791915-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		0,00	14.532,30	14.532,30	0,00
79191500-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		0,00	14.532,30	14.532,30	0,00
792-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	4.701.308,35	4.701.308,35	0,00
7922-RESTITUIÇÕES		0,00	4.701.308,35	4.701.308,35	0,00
792299-OUTRAS RESTITUIÇÕES		0,00	4.701.308,35	4.701.308,35	0,00
79229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO		0,00	679.951,35	679.951,35	0,00
79229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES		0,00	4.021.357,00	4.021.357,00	0,00
799-RECEITAS DIVERSAS		2.392.500,00	37.652.573,75	35.260.073,75	0,00
7990-RECEITAS DIVERSAS		2.392.500,00	37.652.573,75	35.260.073,75	0,00
799099-OUTRAS RECEITAS		2.392.500,00	37.652.573,75	35.260.073,75	0,00
79909951-DEPÓSITOS JUDICIAIS		614.500,00	0,00	0,00	614.500,00
79909958-SUPERÁVIT FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS		1.768.000,00	29.655.280,44	27.887.280,44	0,00
79909971-SALDOS TRANSFERIDOS DE UNIDADES EXTINTAS		0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
79909973-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ		0,00	1.997.293,31	1.997.293,31	0,00
79909974-XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		0,00	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00
79909999-OUTRAS RECEITAS		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Total Geral:		20.244.934.079,81	18.903.261.676,49	0,00	1.341.672.403,32



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3	DESPESA CORRENTE	16.219.102.111,24	1.446.044,02	16.220.548.155,26	15.304.742.294,10	915.805.861,16	
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.560.463.106,97	0,00	8.560.463.106,97	8.271.354.442,13	289.108.664,84	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	7.808.578.703,83	0,00	7.808.578.703,83	7.530.256.903,42	278.321.800,41	
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	1.704.047.680,25	0,00	1.704.047.680,25	1.613.568.741,36	90.478.938,89	
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	603.779.032,41	0,00	603.779.032,41	575.360.898,63	28.418.133,78	
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	317.943.241,22	0,00	317.943.241,22	317.267.955,17	675.286,05	
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	10.677.771,43	0,00	10.677.771,43	631.859,47	10.045.911,96	
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	11.609.499,25	0,00	11.609.499,25	11.575.608,95	33.890,30	
31900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.673.935,12	0,00	2.673.935,12	2.673.052,37	882,75	
31900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	244.613,52	0,00	244.613,52	156.939,80	87.673,72	
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.010.246.647,18	0,00	4.010.246.647,18	3.911.205.707,83	99.040.939,35	
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	771.072.035,61	0,00	771.072.035,61	761.500.502,41	9.571.533,20	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	144.965.608,53	0,00	144.965.608,53	139.447.133,97	5.518.474,56	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	59.909.127,91	0,00	59.909.127,91	56.152.247,98	3.756.879,93	
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	57.990,00	0,00	57.990,00	0,00	57.990,00	
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	54.006.156,32	0,00	54.006.156,32	49.273.601,50	4.732.554,82	
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	90.949.437,47	0,00	90.949.437,47	70.602.374,49	20.347.062,98	
31909300	INDENIZAÇÕES	55.000,00	0,00	55.000,00	0,00	55.000,00	
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	3.274.107,38	0,00	3.274.107,38	3.098.376,49	175.730,89	
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	23.066.820,23	0,00	23.066.820,23	17.741.903,00	5.324.917,23	
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	751.884.403,14	0,00	751.884.403,14	741.097.538,71	10.786.864,43	
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	750.987.885,97	0,00	750.987.885,97	740.372.515,22	10.615.370,75	
31919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	685.359,08	0,00	685.359,08	544.222,32	141.136,76	
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	211.158,09	0,00	211.158,09	180.801,17	30.356,92	
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	252.588.016,40	0,00	252.588.016,40	246.480.195,80	6.107.820,60	
3290	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	252.588.016,40	0,00	252.588.016,40	246.480.195,80	6.107.820,60	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	241.603.548,15	0,00	241.603.548,15	236.285.205,87	5.318.342,28	
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	10.984.468,25	0,00	10.984.468,25	10.194.989,93	789.478,32	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.406.050.987,87	1.446.044,02	7.407.497.031,89	6.786.907.656,17	620.589.375,72	
3320	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	12.500,00	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00	
33204100	CONTRIBUIÇÕES	12.500,00	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	50,00	0,00	50,00	0,00	50,00	
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	50,00	0,00	50,00	0,00	50,00	
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	90.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00	
33304100	CONTRIBUIÇÕES	90.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00	
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	25.714,00	0,00	25.714,00	0,00	25.714,00	
33321400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33323000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33323600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
33323900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.714,00	0,00	20.714,00	0,00	20.714,00	
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	2.447.374.336,44	0,00	2.447.374.336,44	2.413.376.979,30	33.997.357,14	
33404100	CONTRIBUIÇÕES	54.142.827,11	0,00	54.142.827,11	50.382.262,16	3.760.564,95	
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.393.231.509,33	0,00	2.393.231.509,33	2.362.994.717,14	30.236.792,19	
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	141.274.246,98	0,00	141.274.246,98	130.398.239,49	10.876.007,49	
33414100	CONTRIBUIÇÕES	141.159.477,63	0,00	141.159.477,63	130.398.239,49	10.761.238,14	
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	114.769,35	0,00	114.769,35	0,00	114.769,35	
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	751.934.243,02	0,00	751.934.243,02	672.375.782,56	79.558.460,46	
33502000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	
33503000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	114.000,00	0,00	114.000,00	0,00	114.000,00	
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	520.887.366,35	0,00	520.887.366,35	504.357.554,12	16.529.812,23	
33504100	CONTRIBUIÇÕES	219.757.915,07	0,00	219.757.915,07	160.244.725,02	59.513.190,05	
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	10.508.961,60	0,00	10.508.961,60	7.664.903,42	2.844.058,18	
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	466.000,00	0,00	466.000,00	108.600,00	357.400,00	
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	15.007.549,87	0,00	15.007.549,87	9.065.517,47	5.942.032,40	
33604100	CONTRIBUIÇÕES	4.499.485,00	0,00	4.499.485,00	3.397.485,00	1.102.000,00	
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	10.508.064,87	0,00	10.508.064,87	5.668.032,47	4.840.032,40	
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	81.875.496,63	0,00	81.875.496,63	74.539.344,15	7.336.152,48	
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	81.875.496,63	0,00	81.875.496,63	74.539.344,15	7.336.152,48	
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	536.555,90	0,00	536.555,90	401.664,96	134.890,94	
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	21.529,38	0,00	21.529,38	18.790,00	2.739,38	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33803500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	345.640,27	0,00	345.640,27	315.200,00	30.440,27	
33803600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00	
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	160.386,25	0,00	160.386,25	67.674,96	92.711,29	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	3.914.530.248,59	1.446.044,02	3.915.976.292,61	3.437.646.356,88	478.329.935,73	
33900300	PENSÕES	10.942.095,00	0,00	10.942.095,00	10.331.453,77	610.641,23	
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.800,00	0,00	3.800,00	0,00	3.800,00	
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.343.808,74	0,00	2.343.808,74	1.643.342,96	700.465,78	
33901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	42.347.072,06	80.216,30	42.427.288,36	26.597.919,78	15.829.368,58	
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	15.709.644,61	0,00	15.709.644,61	15.426.825,15	282.819,46	
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	31.780.202,73	0,00	31.780.202,73	24.683.985,40	7.096.217,33	
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	13.693.189,94	0,00	13.693.189,94	8.127.349,26	5.565.840,68	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	458.766.458,72	94.975,20	458.861.433,92	402.191.270,78	56.670.163,14	
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	43.812.242,23	0,00	43.812.242,23	26.898.085,64	16.914.156,59	
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	318.176.130,86	0,00	318.176.130,86	213.164.406,76	105.011.724,10	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	30.987.059,85	271.052,52	31.258.112,37	26.177.662,00	5.080.450,37	
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	270.859.239,93	0,00	270.859.239,93	267.563.052,77	3.296.187,16	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	25.865.387,09	42.750,00	25.908.137,09	19.085.322,05	6.822.815,04	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	238.430.163,32	111.050,00	238.541.213,32	214.074.645,40	24.466.567,92	
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	625.249.881,70	0,00	625.249.881,70	596.941.929,36	28.307.952,34	
33903800	ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.252.613.205,21	722.000,00	1.253.335.205,21	1.086.418.268,58	166.916.936,63	
33904100	CONTRIBUIÇÕES	148.000,00	0,00	148.000,00	0,00	148.000,00	
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	17.206.862,57	0,00	17.206.862,57	14.103.945,57	3.102.917,00	
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	114.381.558,25	0,00	114.381.558,25	112.705.412,16	1.676.146,09	
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	172.937.721,70	0,00	172.937.721,70	169.584.845,22	3.352.876,48	
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	7.200.796,00	0,00	7.200.796,00	5.705.151,02	1.495.644,98	
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.426.553,43	0,00	1.426.553,43	1.024.736,28	401.817,15	
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.164.266,42	0,00	1.164.266,42	1.126.825,60	37.440,82	
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	146.789.731,94	0,00	146.789.731,94	132.627.222,11	14.162.509,83	
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	71.691.176,29	124.000,00	71.815.176,29	61.442.699,26	10.372.477,03	
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS	53.384.546,44	0,00	53.384.546,44	49.013.771,36	4.370.775,08	





Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.750,00	0,00	1.750,00	1.584,30	165,70	
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.247.390,09	0,00	9.247.390,09	7.667.829,52	1.579.560,57	
33914100	CONTRIBUIÇÕES	33.663.280,44	0,00	33.663.280,44	33.655.280,44	8.000,00	
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.447.120,47	0,00	2.447.120,47	1.472.230,75	974.889,72	
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	99.397,31	0,00	99.397,31	15.562,74	83.834,57	
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.925.608,13	0,00	7.925.608,13	6.201.283,61	1.724.324,52	
3393	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL	5.500,00	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00	
33933900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.500,00	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00	
4	DESPESA DE CAPITAL	6.283.047.935,73	304.635.471,06	6.587.683.406,79	3.090.398.366,50	3.497.285.040,29	
44	INVESTIMENTOS	5.411.216.762,75	304.635.471,06	5.715.852.233,81	2.239.533.896,14	3.476.318.337,67	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44204200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	221.530.089,53	0,00	221.530.089,53	90.524.138,56	131.005.950,97	
44404100	CONTRIBUIÇÕES	7.174.381,12	0,00	7.174.381,12	4.867.470,31	2.306.910,81	
44404200	AUXÍLIOS	212.791.919,90	0,00	212.791.919,90	84.354.493,26	128.437.426,64	
44405100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.563.788,51	0,00	1.563.788,51	1.302.174,99	261.613,52	
4442	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS	351.000,00	0,00	351.000,00	329.526,74	21.473,26	
44425200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	
44429200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	350.000,00	0,00	350.000,00	329.526,74	20.473,26	
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	128.796.765,86	0,00	128.796.765,86	52.990.893,00	75.805.872,86	
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.719.067,36	0,00	11.719.067,36	4.707.880,00	7.011.187,36	
44504100	CONTRIBUIÇÕES	7.655.386,86	0,00	7.655.386,86	7.228.113,89	427.272,97	
44504200	AUXÍLIOS	79.286.054,11	0,00	79.286.054,11	41.054.899,11	38.231.155,00	
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	17.518.651,53	0,00	17.518.651,53	0,00	17.518.651,53	
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.617.606,00	0,00	12.617.606,00	0,00	12.617.606,00	
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	
44604100	CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	116.000,00	0,00	116.000,00	89.076,00	26.924,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
44704100	CONTRIBUIÇÕES	116.000,00	0,00	116.000,00	89.076,00	26.924,00	
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	420.000,00	0,00	420.000,00	0,00	420.000,00	
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	420.000,00	0,00	420.000,00	0,00	420.000,00	
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	5.058.969.730,35	304.635.471,06	5.363.605.201,41	2.095.188.425,24	3.268.416.776,17	
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44901400	DIÁRIA-CIVIL	82.000,00	0,00	82.000,00	42.992,49	39.007,51	
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	4.991.981,27	0,00	4.991.981,27	4.129.314,41	862.666,86	
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	20.554.169,27	0,00	20.554.169,27	6.126.828,54	14.427.340,73	
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	103.700,00	0,00	103.700,00	37.666,97	66.033,03	
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	101.218.117,34	0,00	101.218.117,34	30.982.919,47	70.235.197,87	
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	181.563,00	0,00	181.563,00	42.510,00	139.053,00	
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	750.000,00	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00	
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	232.756.212,18	0,00	232.756.212,18	131.054.809,15	101.701.403,03	
44904100	CONTRIBUIÇÕES	1.937.500,00	0,00	1.937.500,00	1.937.500,00	0,00	
44904200	AUXÍLIOS	982.155,64	0,00	982.155,64	0,00	982.155,64	
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	666.856,05	0,00	666.856,05	286.301,77	380.554,28	
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.389.196.068,93	239.118.958,97	3.628.315.027,90	1.121.132.867,96	2.507.182.159,94	
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	786.300.183,01	10.731.900,99	797.032.084,00	457.952.928,15	339.079.155,85	
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	117.595.650,86	0,00	117.595.650,86	105.224.052,90	12.371.597,96	
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	166.075.543,00	0,00	166.075.543,00	126.044.895,04	40.030.647,96	
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	140.091.662,78	0,00	140.091.662,78	75.154.845,87	64.936.816,91	
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	95.486.367,02	54.784.611,10	150.270.978,12	35.037.992,52	115.232.985,60	
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.127.177,01	0,00	1.127.177,01	411.836,60	715.340,41	
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	264.031,06	0,00	264.031,06	112.354,71	151.676,35	
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	492.645,95	0,00	492.645,95	299.481,89	193.164,06	
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	370.500,00	0,00	370.500,00	0,00	370.500,00	
4493	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
44935200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	-208.000,00	0,00	-208.000,00	0,00	-208.000,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-213.000,00	0,00	-213.000,00	0,00	-213.000,00	
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	334.384.241,94	0,00	334.384.241,94	323.191.160,44	11.193.081,50	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	334.384.241,94	0,00	334.384.241,94	323.191.160,44	11.193.081,50	
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	3.686.400,00	0,00	3.686.400,00	3.686.400,00	0,00	
45906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	1.265.093,64	0,00	1.265.093,64	943.164,70	321.928,94	
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	250.025.480,30	0,00	250.025.480,30	240.587.832,51	9.437.647,79	
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	79.397.268,00	0,00	79.397.268,00	77.973.763,23	1.423.504,77	
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	
45909300	INDENIZAÇÕES E REESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	537.446.931,04	0,00	537.446.931,04	527.673.309,92	9.773.621,12	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	537.446.931,04	0,00	537.446.931,04	527.673.309,92	9.773.621,12	
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	537.446.931,04	0,00	537.446.931,04	527.673.309,92	9.773.621,12	
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Total Geral:

22.502.150.046,97

306.081.515,08

22.808.231.562,05

18.395.140.660,60

4.413.090.901,45



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Fazenda  
Coordenadoria do Tesouro Estadual  
Estado do Ceará

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada  
Discriminação das Despesas por Secretarias

Página 1 / 4  
Anexo 11  
Exercício 2013

Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	363.044.019,67	0,00	363.044.019,67	358.398.011,45	4.646.008,22
010101-FUNDO DE PREVIDENCIA PARLAMENTAR	9.163.870,00	0,00	9.163.870,00	863,90	9.163.006,10
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	73.297.872,00	0,00	73.297.872,00	72.271.769,82	1.026.102,18
030001-TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS	70.503.388,48	0,00	70.503.388,48	67.146.735,26	3.356.653,22
040001-TRIBUNAL DE JUSTICA	743.351.132,65	0,00	743.351.132,65	740.683.828,85	2.667.303,80
040101-FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZ DO JUDICIA	218.528.112,02	0,00	218.528.112,02	118.128.618,11	100.399.493,91
040301-FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	1.797.159,93	0,00	1.797.159,93	655.629,00	1.141.530,93
060001-DEFENSORIA PUBLICA GERAL	97.813.137,30	0,00	97.813.137,30	96.600.673,62	1.212.463,68
060101-FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PUBLICA	8.640.000,00	0,00	8.640.000,00	5.488.078,21	3.151.921,79
080001-SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA	1.188.863.976,10	0,00	1.188.863.976,10	539.504.504,93	649.359.471,17
080101-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE RODOVIAS	705.834.410,44	0,00	705.834.410,44	351.863.763,44	353.970.647,00
080301-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	315.746.515,03	0,00	315.746.515,03	307.211.626,08	8.534.888,95
081201-DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA	40.734.494,42	0,00	40.734.494,42	23.360.260,91	17.374.233,51
100001-SECRETARIA DA SEG PUB E DEFESA SOCIAL	115.455.612,91	0,00	115.455.612,91	94.825.298,43	20.630.314,48
100601-FUNDO DE DEFESA SOCIAL	605.000,00	0,00	605.000,00	3.135,00	601.865,00
100607-FDS POLICIA CIVIL	652.000,00	0,00	652.000,00	301.548,70	350.451,30
100608-FDS POLICIA MILITAR	1.408.000,00	0,00	1.408.000,00	487.178,80	920.821,20
100609-FDS CORPO DE BOMBEIROS	670.000,00	0,00	670.000,00	297.602,78	372.397,22
100610-FDS COLEGIO POLICIA MILITAR	1.004.000,00	0,00	1.004.000,00	545.567,04	458.432,96
100611-FDS COLEGIO CORPO DE BOMBEIROS	1.634.000,00	0,00	1.634.000,00	717.074,46	916.925,54
100612-FDS SEC DE JUSTICA E CIDADANIA	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
101021-SSPDC POLICIA CIVIL	289.800.835,10	0,00	289.800.835,10	276.787.143,01	13.013.692,09
101031-POLICIA MILITAR	936.062.896,18	0,00	936.062.896,18	916.619.654,05	19.443.242,13
101041-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARA	142.673.574,89	0,00	142.673.574,89	134.243.721,60	8.429.853,29
101071-PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARA	56.784.622,28	0,00	56.784.622,28	53.196.588,61	3.588.033,67
101081-ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA	15.307.586,11	0,00	15.307.586,11	10.475.281,67	4.832.304,44
105001-FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARA	61.129.414,35	0,00	61.129.414,35	49.787.899,27	11.341.515,08
110001-GABINETE DO GOVERNADOR	47.730.807,41	0,00	47.730.807,41	45.140.970,16	2.589.837,25
120001-GABINETE DO VICE GOVERNADOR	3.915.246,11	0,00	3.915.246,11	3.678.701,95	236.544,16
130001-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	64.995.262,26	0,00	64.995.262,26	61.926.845,41	3.068.416,85
130101-AGENCIA REGULADORA DE SERV PUBL DELEGADOS	19.206.837,01	0,00	19.206.837,01	14.955.313,79	4.251.523,22



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Fazenda  
Coordenadoria do Tesouro Estadual  
Estado do Ceará

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada  
Discriminação das Despesas por Secretarias

Página 2 / 4  
Anexo 11  
Exercício 2013

Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Autorizadas		Autorizadas	Realizadas	
130201-FUNDO DE MODERNIZACAO E REAPARELHAMENTO DA PGE	7.330.000,00	0,00	0,00	7.330.000,00	2.618.593,20	4.711.406,80
140001-CASA MILITAR	9.078.691,00	0,00	0,00	9.078.691,00	8.962.668,42	116.022,58
150001-PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	266.860.896,42	0,00	0,00	266.860.896,42	261.958.706,54	4.902.189,88
150201-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARA	5.500.000,00	0,00	0,00	5.500.000,00	596.740,08	4.903.259,92
170001-CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	6.106.415,99	0,00	0,00	6.106.415,99	5.925.707,53	180.708,46
180001-SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA	312.660.848,68	0,00	0,00	312.660.848,68	233.839.523,45	78.821.325,23
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	661.874.916,29	0,00	0,00	661.874.916,29	618.037.097,62	43.837.818,67
190401-JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARA	8.111.364,29	0,00	0,00	8.111.364,29	7.933.809,18	177.555,11
191011-ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	3.442.970.030,78	0,00	0,00	3.442.970.030,78	3.369.002.632,97	73.967.397,81
210001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	601.543.147,49	0,00	0,00	601.543.147,49	272.409.753,68	329.133.393,81
210101-EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA EXTENSAO RURAL DO CEARA	102.015.499,25	0,00	0,00	102.015.499,25	92.958.077,17	9.057.422,08
210301-INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO DO CEARA	30.053.716,76	0,00	0,00	30.053.716,76	15.564.106,79	14.489.609,97
211101-AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO CEARA	24.570.707,15	0,00	0,00	24.570.707,15	17.223.946,06	7.346.761,09
211301-FUNDO EST DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	7.930.357,82	0,00	0,00	7.930.357,82	5.469.894,25	2.460.463,57
220001-SECRETARIA DA EDUCACAO	2.426.426.762,70	0,00	0,00	2.426.426.762,70	2.225.539.568,31	200.887.194,39
240301-ESCOLA DE SAUDE PUBLICA	6.722.009,18	0,00	0,00	6.722.009,18	1.113.569,78	5.608.439,40
240344-CEO RODOLFO TEOFILO	1.595.634,28	0,00	0,00	1.595.634,28	1.483.047,64	112.586,64
240401-FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	1.834.049.646,83	62.649.171,01	0,00	1.896.698.817,84	1.585.895.364,03	310.803.453,81
240424-CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARA	62.480.746,93	0,00	0,00	62.480.746,93	56.293.233,79	6.187.513,14
240479-HOSPITAL GERAL MILITAR	19.969.240,99	0,00	0,00	19.969.240,99	18.125.486,76	1.843.754,23
240494-QUARTA MICROREGIAO DE BATURITE	10.253.159,01	0,00	0,00	10.253.159,01	8.891.394,88	1.361.764,13
240564-DECIMA PRIMEIRA MICRORREGIONAL DE SOBRAL	17.207.028,61	0,00	0,00	17.207.028,61	16.251.078,64	955.949,97
240634-DECIMA OITAVA MICRORREGIONAL DE IGUATU	5.956.679,69	0,00	0,00	5.956.679,69	5.573.571,86	383.107,83
241081-DEPARTAMENTO REGIONAL DE FORTALEZA	18.300.018,23	0,00	0,00	18.300.018,23	15.706.726,76	2.593.291,47
241281-HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	251.723.427,07	0,00	0,00	251.723.427,07	247.620.998,03	4.102.429,04
241291-HOSPITAL DE MESSEJANA	168.866.158,93	0,00	0,00	168.866.158,93	157.083.676,43	11.782.482,50
241301-HOSPITAL GERAL CESAR CALS DE OLIVEIRA	69.742.633,04	0,00	0,00	69.742.633,04	66.886.946,11	2.855.686,93
241311-HOSPITAL INFANTIL DR ALBERT SABIN	93.639.064,56	0,00	0,00	93.639.064,56	91.285.096,16	2.353.968,40
241321-HOSPITAL DE SAUDE MENTAL DE MESSEJANA	77.482.144,31	0,00	0,00	77.482.144,31	10.907.291,50	66.574.852,81
241331-HOSPITAL SAO JOSE	24.882.401,15	0,00	0,00	24.882.401,15	21.228.384,48	3.654.016,67



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Fazenda  
Coordenadoria do Tesouro Estadual  
Estado do Ceará

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada  
Discriminação das Despesas por Secretarias

Página 3 / 4  
Anexo 11  
Exercício 2013

Código-Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		Autorizadas	Realizadas	
241501-CENTRO ESPECIALIZADO DE ODONTOLOGIA	6.471.556,79	0,00		6.471.556,79	5.714.315,05	757.241,74
241521-INSTITUTO DE PREVENCAO DO CANCER DO CEARA	5.239.053,38	0,00		5.239.053,38	4.265.069,09	973.984,29
241531-LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA	21.223.712,60	0,00		21.223.712,60	17.724.149,20	3.499.563,40
241561-CENTRO INTEGRADO DE DIABETES E HIPERTENCAO	3.262.161,09	0,00		3.262.161,09	2.461.054,01	801.107,08
241581-CENTRO DE SAUDE DONA LIBANIA	2.625.693,79	0,00		2.625.693,79	2.147.840,24	477.853,55
241591-POSTO DE ASSISTENCIA MEDICA DO MEIRELES	2.476.327,61	0,00		2.476.327,61	2.082.140,15	394.187,46
241621-CENTRO ODONTOLOGICO TIPO II CEO JOAQUIM TAVORA	1.956.219,18	0,00		1.956.219,18	1.626.271,18	329.948,00
27270001-SECRETARIA DA CULTURA	74.486.325,39	0,00		74.486.325,39	53.758.690,63	20.727.634,76
27270401-FUNDO ESTADUAL DE CULTURA	20.000.000,00	0,00		20.000.000,00	12.655.169,36	7.344.830,64
2900001-SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	535.179.462,02	0,00		535.179.462,02	150.065.011,54	385.114.450,48
2900101-SUPERINTENDENCIA DE OBRAS HIDRAULICAS	28.215.079,03	0,00		28.215.079,03	25.641.123,52	2.573.955,51
3000001-CASA CIVIL	171.220.336,61	0,00		171.220.336,61	161.834.621,89	9.385.714,72
300101-FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA	10.419.999,03	0,00		10.419.999,03	8.768.372,13	1.651.626,90
3100001-SEC DA CIENCIA TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	170.797.293,74	0,00		170.797.293,74	114.486.951,26	56.310.342,48
310101-FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA	215.553.000,82	0,00		215.553.000,82	197.119.216,13	18.433.784,69
310201-UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	64.314.694,41	0,00		64.314.694,41	62.527.031,48	1.787.662,93
3103001-UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	87.288.312,78	0,00		87.288.312,78	77.707.065,14	9.581.247,64
3104001-FUNDACAO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HIDRICOS	11.747.888,60	0,00		11.747.888,60	11.021.664,49	726.224,11
3105001-FUNDACAO CEARENSE DE APOIO AO DESENV CIENTIF TECNOLOG	62.886.621,94	0,00		62.886.621,94	42.985.419,15	19.901.202,79
3106001-FUNDACAO NUCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	14.646.671,38	0,00		14.646.671,38	13.229.126,14	1.417.545,24
3108001-FUNDO DE INOVACAO TECNOLOGICA	13.300.000,00	0,00		13.300.000,00	6.365.318,59	6.934.681,41
3600001-SECRETARIA DO TURISMO	345.050.593,79	0,00		345.050.593,79	147.506.143,75	197.544.450,04
41010001-CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	10.898.279,37	0,00		10.898.279,37	9.838.656,03	1.059.623,34
4200001-SECRETARIA DO ESPORTE	82.951.976,60	0,00		82.951.976,60	67.284.590,39	15.667.386,21
4201001-FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE	9.800.000,00	0,00		9.800.000,00	647.969,81	9.152.030,19
4300001-SECRETARIA DAS CIDADES	701.557.618,54	243.432.344,07		944.989.962,61	284.356.353,77	660.633.608,84
4303001-FUNDO ESTADUAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	1.016.000,00	0,00		1.016.000,00	0,00	1.016.000,00
4304001-INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES DO CEARÁ	4.635.493,94	0,00		4.635.493,94	4.161.898,60	473.595,34



Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Fazenda  
Coordenadoria do Tesouro Estadual  
Estado do Ceará

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada  
Discriminação das Despesas por Secretarias

Página 4 / 4  
Anexo 11  
Exercício 2013

Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Autorizadas		Autorizadas	Realizadas	
460001-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	260.990.713,55	0,00	0,00	260.990.713,55	75.616.865,34	185.373.848,21
460101-INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA	112.084.332,16	0,00	0,00	112.084.332,16	108.518.635,12	3.565.697,04
460201-EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO CEARA	42.467.723,51	0,00	0,00	42.467.723,51	33.280.609,57	9.187.113,94
460301-INST DE PESQUISA E ESTRATEGIA ECONOMICA DO CEARA	6.301.709,05	0,00	0,00	6.301.709,05	6.005.019,28	296.689,77
460401-SUPSEC	2.319.904.677,10	0,00	0,00	2.319.904.677,10	2.188.548.251,22	131.356.425,88
460601-COMPANHIA DE HABITACAO DO CEARA	24.145.956,74	0,00	0,00	24.145.956,74	23.820.354,02	325.602,72
461031-ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	3.303.589,96	0,00	0,00	3.303.589,96	3.141.055,41	162.534,55
470001-SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	190.324.434,69	0,00	0,00	190.324.434,69	152.879.881,64	37.444.553,05
470101-FUNDO ESTADUAL PARA CRIANCA E ADOLENCIA	2.308.965,90	0,00	0,00	2.308.965,90	56.000,00	2.252.965,90
470201-FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA	123.882.067,37	0,00	0,00	123.882.067,37	100.218.256,62	23.663.810,75
470301-FUNDO EST ESP DO DES E COMERCIALIZACAO DO ARTESANATO	1.776.840,00	0,00	0,00	1.776.840,00	1.041.509,32	735.330,68
470401-FUNDO DE FIN AS MICRO PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
480001-CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	48.163.725,28	0,00	0,00	48.163.725,28	46.932.312,14	1.231.413,14
480101-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARA	4.280.558,44	0,00	0,00	4.280.558,44	3.343.029,30	937.529,14
480201-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	76.020.000,00	0,00	0,00	76.020.000,00	74.629.341,98	1.390.658,02
480401-FUNDO DE INCENTIVO A ENERGIA SOLAR DO ESTADO DO CEARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
490001-CONSELHO DE POLITICAS E GESTAO MEIO AMBIENTE	29.292.047,90	0,00	0,00	29.292.047,90	12.934.196,26	16.357.851,64
490101-SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	45.871.620,96	0,00	0,00	45.871.620,96	36.687.442,26	9.184.178,70
510001-SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	29.156.299,89	0,00	0,00	29.156.299,89	4.849.309,23	24.306.990,66
520001-SECRETARIA ESPECIAL DA COPA	320.286.005,96	0,00	0,00	320.286.005,96	238.520.916,79	81.765.089,17
530001-CONTROLADORIA GERAL DA DISCIPLINA	9.511.276,00	0,00	0,00	9.511.276,00	8.445.861,97	1.065.414,03
Total Geral:	22.502.150.046,97	306.081.515,08		22.808.231.562,05	18.395.140.660,60	4.413.090.901,45

Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual Estado do Ceará			Demonstrativo da Dívida Flutuante		Página 1 / 1 Exercício 2013 Anexo 17	
Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte		
		Inscrição	Baixa			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	553.863.309,17	0,00	448.858.616,86	105.004.692,31		
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	57.853.994,18	8.508,51	57.862.502,69	0,00		
DESTE EXERCÍCIO	0,00	625.431.652,16	0,00	625.431.652,16		
SUBTOTAL	611.717.303,35	625.440.160,67	506.721.119,55	730.436.344,47		
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	218.682.805,38	0,00	216.299.682,26	2.383.123,12		
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	29.810.111,20	165.953,10	29.976.064,30	0,00		
DESTE EXERCÍCIO	0,00	161.930.507,44	0,00	161.930.507,44		
SUBTOTAL	248.492.916,58	162.096.460,54	246.275.746,56	164.313.630,56		
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR						
	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS						
	359.801.510,49	7.032.618.493,78	7.024.931.281,64	367.488.722,63		
SUBTOTAL	359.801.510,49	7.032.618.493,78	7.024.931.281,64	367.488.722,63		
DÉBITOS DE TESOURARIA						
	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total:	1.220.011.730,42	7.820.155.114,99	7.777.928.147,75	1.262.238.697,66		





---

## RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

### VOLUME I

#### **- Poder Legislativo**

- Assembléia Legislativa
- Tribunal de Contas do Estado
- Tribunal de Contas dos Municípios

#### **- Poder Judiciário**

- Tribunal de Justiça

#### **- Ministério Público**

- Procuradoria-Geral da Justiça - PGJ

#### **- Poder Executivo**

- Defensoria Pública Geral - DPGE
- Secretaria da Infra-Estrutura - SEINFRA
- Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS
  - Polícia Civil
  - Polícia Militar
  - Corpo de Bombeiros Militar do Ceará
  - Perícia Forense do Estado do Ceará
  - Academia Estadual de Segurança Pública
- Gabinete do Governador
- Gabinete do Vice-Governador
- Procuradoria Geral do Estado - PGE
- Casa Militar
- Conselho Estadual de Educação
- Secretaria da Justiça e Cidadania - SEJUS
- Secretaria da Fazenda - SEFAZ



- Encargos Gerais do Estado
- Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
- Secretaria da Educação - SEDUC
- Secretaria da Saúde - SESA
- Secretaria da Cultura - SECULT
- Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH
- Casa Civil
- Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE
- Secretaria do Turismo - SETUR
- Controladoria e Ouvidoria Geral - CGE
- Secretaria do Esporte - SEJUV
- Secretaria das Cidades
- Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
  - Escola de Gestão Pública
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE
- Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM
- Secretaria da Pesca e Aquicultura - SPA
- Secretaria Especial da Copa
- Controladoria Geral da Disciplina

## **RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

### **VOLUME II**

#### **- Poder Executivo**

##### **AUTARQUIAS**

- Departamento de Edificações e Rodovias - DER
- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
- Departamento de Arquitetura e Engenharia - DAE
- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE
- Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC
- Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - ADAGRI
- Escola de Saúde Pública - ESP
- Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA
- Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará - IDECI
- Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE
- Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

##### **FUNDAÇÕES**

- Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC
- Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE
- Fundação Universidade Vale do Acaraú - UVA
- Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA
- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME
- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP
- Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC

##### **FUNDOS**

- Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP

- Fundo Estadual de Transporte - FET
- Fundo de Defesa Social - FDS
- Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará - FDCC
- Fundo de Modernização e Reaparelhamento da PGE - FUNPECEPGE
- Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
- Fundo Estadual de Saúde - FUNDES
- Fundo Estadual da Cultura - FEC
- Fundo de Inovação Tecnológica - FIT
- Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude - FUNDEJ
- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS
- Fundo Especial do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC
- Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente - FECA
- Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS
- Fundo Especial do Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato - FUNDART
- Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas - FCE
- Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI
- Fundo de Incentivo a Energia Solar do Estado do Ceará - FIES

### **EMPRESAS PÚBLICAS**

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE
- Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE

### **SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

- Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE
- Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS
- Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR
- Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARAPORTOS
- Companhia de Habitação do Ceará - COHAB
- Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA
- Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE



- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH
- Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE
- Empresa Administrativa da Zona de Processamento de Exportação de Pecém - EMASZP

**- Poder Legislativo**

**FUNDO**

- Fundo de Previdência Parlamentar - FPP

**- Poder Judiciário**

**FUNDO**

- Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG

**- Ministério Público**

**FUNDO**

- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará - FDID





**RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA - TESOURO**

<b>CÓDIGO FONTE</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>SIT.</b>
00	RECURSOS ORDINARIOS	1
01	COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1
02	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1
08	RECURSOS DE PRIVATIZAÇÕES	1
10	REC PROVENIENTES DO FECOP	1
11	COTA P CONTR INTERV NO DOMINIO ECON	1
12	ALIENAÇÃO DE BENS	1
14	RECURSOS PROVENIENTES DE DEP JUDICIAIS	1
16	MEDIDA COMPENSATORIA AMBIENTAL	1
17	RECURSOS PROVENIENTES DO FET	1
18	RECURSOS PROVENIENTES DO FDS	1
19	RECURSOS PROVENIENTES DO FEMA	1
40	OPERAÇÕES DE CRÉDITO NAO CONDICIONADA - SWAP	1
41	OPERAÇÕES DE CRED LEI 9.846 DE 26.10.99 FUNDEF	1
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PEF	1
44	INDENIZ PELA EXT DE PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1
45	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES	1
46	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1
47	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS	1
48	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1
52	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC	1
53	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PROIINVEST	1
55	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - BNB	1
57	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - KFW	1
58	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BIRD	1
59	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BID	1
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA	1



---

65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	1
67	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW	1
68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVEST	1
69	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	1
96	RECURSOS DO OGU PAC/PPI	1

Fonte: SIC/SEFAZ

Obs: Situação 1 = Administração Direta e Indireta





**RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - TODAS AS FONTES**

<b>CÓDIGO FONTE</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>SIT.</b>
00	RECURSOS ORDINARIOS	1
01	COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1
02	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1
07	COTA-PARTE DA CONTRIB DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0
08	RECURSOS DE PRIVATIZAÇÕES	1
10	REC PROVENIENTES DO FECOP	1
11	COTA P CONTR INTERV NO DOMINIO ECON	1
12	ALIENAÇÃO DE BENS	1
14	RECURSOS PROVENIENTES DE DEP JUDICIAIS	1
16	MEDIDA COMPENSATÓRIA AMBIENTAL	1
17	RECURSOS PROVENIENTES DO FET	1
18	RECURSOS PROVENIENTES DO FDS	1
19	RECURSOS PROVENIENTES DO FEMA	1
40	OPERAÇÕES DE CRÉDITO NAO CONDICIONADA - SWAP	1
41	OPERAÇÕES DE CRED LEI 9.846 DE 26.10.99 FUNDEF	1
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PEF	1
44	INDENIZ PELA EXT DE PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1
45	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES	1
46	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1
47	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS	1
48	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1
51	COMPL DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0
52	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC	1
53	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PROINVEST	1
54	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - TESOURO/BB	0
55	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - BNB	1
56	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - CEF	0



57	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - KFW	1
58	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BIRD	1
59	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BID	1
63	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA TESOURO EX-IM	0
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA	1
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	1
67	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW	1
68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVEST	1
69	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	1
80	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS ADM DIRETA	0
82	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS ADM DIRETA	0
84	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS ESTADUAIS ADM DIRETA	0
86	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS ADM DIRETA	0
88	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS ADM DIRETA	0
90	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS PROG PAHD ADM DIRETA	0
94	RECURSOS APLICADOS PELO SETOR PRIVADO	0
96	RECURSOS DO OGU PAC/PPI	1

Fonte: SIC/SEFAZ

Obs: Situação 0 = Administração Direta

Situação 1 = Administração Direta e Indireta



## **RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - OUTRAS FONTES**

<b>CÓDIGO FONTE</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>SIT.</b>
03	CONT DO SIST ÚNICO DE PREV DO EST DO CE	2
04	RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIB PATRONAL	2
05	REC PROV CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	2
06	REC PROV CONTRIB PARLAMENTAR PATRONAL	2
15	DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	2
50	RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	2
70	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2
71	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS OUTRAS FONTES	2
72	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - OUTRAS FONTES	2
79	TANSFERÊNCIA AO FUNDO DE DEFESA CIVIL - FDCC	2
81	CONV COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS ADM INDIRETA	2
83	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS ADM INDIRETA	2
85	CONV COM ÓRGÃOS ESTADUAIS ADM INDIRETA	2
87	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS ADM INDIRETA	2
89	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS ADM INDIRETA	2
91	RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	2
92	REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	2
93	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS ESTADUAIS SANEAR 2	2
95	RECURSOS PROVENINETES AUMENTO DE CAPITAL TESOURO	2

Fonte: SIC/SEFAZ

Obs: Situação 2 = Administração Indireta